

HÉLIO CARLOS MIRANDA DE OLIVEIRA

**URBANIZAÇÃO E CIDADES:
ANÁLISES DA MICRORREGIÃO DE ITUIUTABA (MG)**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Geografia.

Área de concentração: Geografia e Gestão do Território

Orientadora: Profa. Dra. Beatriz Ribeiro Soares

**UBERLÂNDIA (MG)
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
2013**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

O48u Oliveira, Hélio Carlos Miranda de, 1982 -
2013 Urbanização e cidades: análises da microrregião de Ituiutaba (MG) /
 Hélio Carlos Miranda de Oliveira. – 2013.
 431 f. : il.

 Orientadora: Beatriz Ribeiro Soares.
 Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia,
 Programa de Pós-Graduação em Geografia.
 Inclui bibliografia.

 1. Geografia - Teses. 2. Urbanização – Ituiutaba (MG) - Teses. 3.
 Cidades e vilas - Ituiutaba (MG) – Teses. I. Soares, Beatriz Ribeiro. II.
 Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
 Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

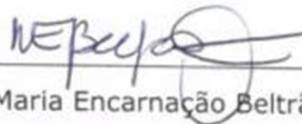
Hélio Carlos Miranda de Oliveira

**Urbanização e cidades:
análises da microrregião de Ituiutaba (MG)**

Banca avaliadora:



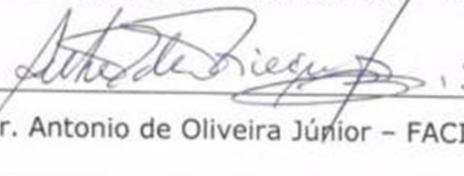
Profa. Dra. Beatriz Ribeiro Soares - IG/UFU (Orientadora)



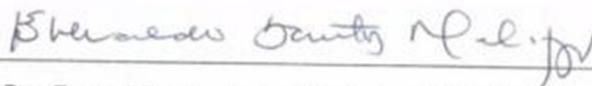
Profa. Dra. Maria Encarnação Beltrão Sposito - FCT/UNESP



Profa. Dra. Nágela Aparecida de Melo - FECIV/UFU



Prof. Dr. Antonio de Oliveira Júnior - FACIP/UFU



Prof. Dr. Everaldo Santos Melazzo - FCT/UNESP

Uberlândia (MG), 20 de dezembro de 2013.

Resultado: APROVADO COM DISTINÇÃO

Para

Aparecida Regina e João Alberto,
pelo amor que sinto por vocês.

Patrícia Rezende, por me ensinar
a sorrir.

Beatriz Ribeiro Soares, por me
ensinar sem nunca deixar de
sorrir.

Agradecimentos

É tempo de sorrir!

Encerro mais uma etapa da minha vida. Findo, com a defesa desta tese, o maior ciclo planejado por mim desde o meu ingresso no ensino superior. A meta era ser doutor com 30 anos, não deu... Serei com 31!

O lapso temporal entre o que foi planejado e o que se tornou realidade não foi encarado por mim como um problema ou derrota, pelo contrário, tornou-se o grande desafio a ser enfrentado pelo ser humano que vive sob a frieza da capa de um herói qualquer da vida acadêmica. Não defender a tese com 30 anos me obrigou a conviver com uma realidade que experimentei pouquíssimas vezes durante a vida: aceitar que o que foi planejado pode não ser cumprido. Mais do que um desafio acadêmico e intelectual, esta tese foi um convite ao amadurecimento humano. Posso afirmar que hoje sou uma pessoa melhor, não só por finalizar a tese, mas por ter aceitado o desafio de amadurecer. Não sei dizer se é possível identificar reflexos dessa mudança neste trabalho, no entanto, já me alegra saber que elas são perceptíveis na minha vida pessoal.

Não cumprir o que foi planejando tem também outras vantagens. Conheci novas pessoas, estreitei laços de amizades e aprendi a ser ainda mais grato àqueles que, por algum motivo, vivem ou viveram ao meu lado durante todo o período do curso de doutorado. Essas pessoas tornaram a tarefa de elaboração desta tese menos solitária, mais alegre e humana. A vocês registro meus sinceros agradecimentos.

À Beatriz Ribeiro Soares, por ser uma verdadeira mãe acadêmica. Agradeço por ter sido sempre mais que uma orientadora, pela confiança, os ensinamentos, a alegria, os conselhos de vida e as oportunidades dadas.

Dinamismo, interesse pelo novo, simplicidade e carisma são algumas de suas características, que a tornam um exemplo de orientadora e de ser humano. Não me cansarei de agradecer a você por toda minha trajetória acadêmica e profissional. Eu não poderia deixar de agradecer por sempre oferecer mais de quinze ideias diferentes em dez minutos de orientação. É por tudo isso que sou eternamente grato a você!

Aos meus pais, Aparecida Regina e João Alberto, pelo amor, carinho e dedicação. Agradeço por todos os ensinamentos recebidos, fundamentais para minha formação humana, e pelo apoio incondicional às minhas decisões. Agradeço por serem grandes incentivadores dos meus estudos e por darem aos seus filhos aquilo que não tiveram a oportunidade de ter. Se não fosse isso, com certeza não teria chegado aqui.

À Patrícia Rezende, por ter me apresentado o mundo dos sorrisos. Obrigado por me mostrar o caminho da simplicidade, me ensinar a comemorar as conquistas e por sempre me lembrar de que é preciso sorrir. Agradeço pela inestimável ajuda na elaboração dos mapas deste trabalho. Saiba que a qualidade cartográfica presente nesta tese só existe graças à sua dedicação e empenho em me ajudar. Agradeço por sempre ter sido companheira durante todo o período de convivência, por entender minhas ausências e por ser grande incentivadora deste trabalho. Muito obrigado por tudo!

Às minhas irmãs, Samantha Miranda e Tamara Regina, e seus respectivos maridos, Thiago Euzébio e Roberto Bomtempo, pelos incentivos aos meus estudos. A convivência, a alegria, as ajudas foram fundamentais para a realização deste trabalho. Agradeço por me convidarem para os almoços e jantares sempre que estava sozinho em casa. Obrigado!

À Geovana Bomtempo, um pedacinho de gente que, sem saber da sua importância, trazia consigo um sorriso sincero que servia como injeção de ânimo para continuar o trabalho. Saiba que sua existência fez seu tio rever alguns conceitos de sua vida.

Aos professores Eduarda Marques da Costa e Nuno Marques da Costa, da Universidade de Lisboa, pela gentil acolhida no meu período de estágio na instituição. Agradeço à atenção, as conversas, as orientações, as oportunidades de conhecer outras pessoas, outras experiências e realidades. Em especial, agradeço a professora Eduarda por ter sido a supervisora do

estágio no exterior, pelas orientações e indagações sobre a pesquisa. Saibam que a experiência de viver em Lisboa foi fundamental para meu amadurecimento intelectual e pessoal e isso só foi possível graças ao apoio encontrado em Portugal. Mais uma vez, meu muito obrigado!

Aos professores Marlene T. de Muno Colesanti e Vitor Ribeiro Filho, por serem incentivadores da minha vida acadêmica e profissional. Agradeço as palavras, os conselhos, as ajudas e o apoio. À professora Marlene registro minha gratidão por apoiar a viabilização do afastamento das minhas funções de professor da UFU a fim de estagiar no exterior. Tenho certeza que seu pedido ao Reitor, naquele momento, foi decisivo para a tomada de decisão. Ao professor Vitor agradeço o auxílio e as dicas antes de minha viagem para Lisboa, os apoios às solicitações enviadas ao Colegiado do Programa, as conversas pessoais, os conselhos e as parceiras acadêmicas. Saibam, professores, que sou grato a vocês!

Ao professor Samuel do Carmo Lima, por ter viabilizado minha participação no projeto que possibilitou a realização do estágio no exterior.

À professora Maria Encarnação Beltrão Sposito, pela acolhida no meu período de intercâmbio do PROCAD em Presidente Prudente (SP) e pela oportunidade concedida de integrar o grupo de pesquisa da ReCiMe, mesmo antes de ser doutor. Agradeço também a disposição para participar da banca de defesa desta tese. A pergunta "Ituiutaba (MG) é uma cidade média?", feita por você após a apresentação do texto da Equipe de Ituiutaba (MG), no Workshop da ReCiMe em Marabá (PA), não será respondida nesta tese, mas as discussões apresentadas aqui têm como objetivo contribuir para o debate proposto naquele momento. Muito obrigado por aquela provocação acadêmica, ela foi fundamental para este trabalho!

Ao professor Everaldo Santos Mellazzo, por aceitar participar da banca de defesa deste trabalho e por ter sido, desde o Workshop da ReCiMe em Marabá (PA), um incentivador da análise da região de Ituiutaba (MG) na compreensão do seu papel urbano, frente à polarização exercida por Uberlândia (MG) no contexto do Triângulo Mineiro. Muito obrigado pelo presente científico dado naquele momento!

À professora Nágela Aparecida de Melo, por sempre apoiar e incentivar minha vida acadêmica e profissional. Sou grato por todas nossas

conversas, pelas parceiras de trabalho, pela convivência ao longo de sua atuação no curso de Geografia da FACIP/UFU, pela criteriosa avaliação no exame de qualificação e por aceitar ler e avaliar a versão final desta tese. Você é um espelho profissional a ser seguido. Muito obrigado!

Ao professor Antonio de Oliveira Júnior, que sempre será mais do que um avaliador. Agradeço a amizade profissional e pessoal, por sempre estar disposto a fazer acontecer e por compartilhar de um sonho comum, que é o de construir e solidificar o Observatório das Cidades como um grupo de pesquisa capaz de auxiliar no entendimento das dinâmicas urbanas e na formação de alunos do curso de Geografia da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (FACIP/UFU). Seu bom humor, alto astral e capacidade intelectual fazem de você uma pessoa singular. Obrigado pela amizade e por aceitar participar da banca.

Ao diretor da FACIP/UFU, Armindo Quillici, e à secretária da Direção, Roberta Lisboa, por todo apoio no processo de afastamento para realização de estágio no exterior. A ajuda de vocês foi fundamental. Obrigado! Agradeço, também, a agilidade, presteza e atenção nas solicitações referente ao cotidiano de trabalho.

À professora Vera Salazar, pela compreensão com meus problemas familiares no período em que cursei sua disciplina, pelas aulas de metodologia científica e de humanidade.

Ao professor Winston Bacelar, pelas valiosas contribuições no exame de qualificação.

Aos amigos do Grupo de Pesquisa Observatório das Cidades, em especial, Carlos Loboda, Gerusa Moura, Marcus Mariano, Maria Angélica, Vitor Miyazaki e Wagner Batella, que sempre incentivaram a realização desta pesquisa e me auxiliaram quando solicitados. Este trabalho é só um dentre tantos outros que virão!

Aos amigos e colegas professores da FACIP/UFU, em especial os professores do curso de Geografia, que me auxiliaram em algumas demandas para conseguir conciliar o trabalho e a tese. Registo meu especial agradecimento aos seguintes professores da FACIP: Anderson Portugal, Armindo Quillici, Eduardo Giavara, Flander Calixto, Katia Gisele, Leda Pedro,

Jussara Rosendo, Maria Beatriz, Mical Marcelino, Patrícia Matos, Roberto Candeiro, Roberto Castanho e Vânia Bernardes.

Aos funcionários da FACIP/UFU, Samuel Franco, Roberta Lisboa, Ricardo Vilarinho, Iara Braga, Lara Franco e Elis Garcia, que sempre me auxiliaram nas tarefas do cotidiano de trabalho. Muito obrigado por facilitarem minha vida!

Aos amigos Vitor Miyazaki e Rildo Costa, por me suportarem na convivência cotidiana da Casa da Barbie. Obrigado por me ouvirem nos momentos de angústia e por compartilharem alegrias. Valeu!

Aos amigos da Geografia, de todos os tempos e lugares, graduação, mestrado, doutorado, estágio, intercâmbio: Alécio Perini, Aline Batista, Antônio Carlos Nomura, Bruno Lourenço, Carlos Campos, Carlos Póvoa, Caroline Magalhães, Cintia Godoi, Cleverson Reolon, Edgard Jerônimo, Flávia Araújo, Henrique Alves, Junia Knychala, Iara França, Lidiane Alves, Luana Marques, Josenilson Bernardo, Marcus Vinícius, Matteus Freitas, Michelly Lopes, Naiara Vinaud, Paula Cristina, Rafael Catão, Silvio Barbosa, Reginaldo Pereira.

Aos alunos, colegas e amigos que auxiliaram nas pesquisas de campo nas cidades: Ana Foli, Antonio Júnior, Betânia Santos, Bruno Freitas, Dieison Medeiros, Fernanda Ramalho, Jéssica Barbosa, Lara Aleixo, Letícia Parreira, Mariane Franco, Paulo Vinícius, Plínio Nascimento, Roberta Lisboa, Suelen Assis e Vitor Miyazaki. A ajuda de vocês foi fundamental para a realização deste trabalho. Serei eternamente grato!

À Jéssica Barbosa, pela amizade, pelas conversas e pelo auxílio em alguns momentos da pesquisa. Um "zoom carinhoso" para você!

À Flávia Araújo, a moça de Amanhece do vestido florido, dona de um "ué" inesquecível, por sempre ser minha amiga.

Ao amigo Sílvio Barbosa, pelo convívio, pelas conversas e troca de experiências no período de estágio em Lisboa.

Ao amigo de Portugal, Luis Chainho, por sua humanidade.

Aos alunos do PET Geografia da FACIP/UFU, por compreenderem minhas ausências no período em que fui tutor.

Aos amigos Rogério Silva e Salmo Alves, pela amizade de anos e por sempre dizerem "você é chato, mas é gente boa".

Aos amigos de Paracatu (MG), Ana Paula Giordane, Magda Pereira, Renata Gonçalves e Vinícius Vieira, que mesmo de longe, sempre me apoiaram.

À Dona Cleci, por sempre cuidar, com dedicação, da casa e da minha alimentação em Ituiutaba (MG).

À Patrícia Soares, psicóloga, por me ajudar a entender que a vida é muito mais simples do que imagina minha vã filosofia.

À Áurea Barbosa, advogada, por ter feito valer meu direito de ser bolsista.

À Mônica Silva, pelas correções de português e dicas estilísticas.

À Fernanda Martins, pela tradução do resumo para língua inglesa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, pela oportunidade.

Ao CNPq, pela concessão da bolsa de estudo.

A todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para minha caminhada e não possuem seus nomes registrados aqui, o meu muito obrigado!

Por amor às causas perdidas.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo compreender o processo de urbanização e a formação socioespacial dos municípios e das cidades que compõem a Microrregião Geográfica (MRG) de Ituiutaba (MG), localizada na parte noroeste do Triângulo Mineiro, no estado de Minas Gerais. Essa MRG é formada por seis municípios/cidades, a saber: Cachoeira Dourada (MG), Capinópolis (MG), Gurinhatã (MG), Ipiacu (MG), Ituiutaba (MG) e Santa Vitória (MG). A urbanização e as dinâmicas das cidades foram investigadas com enfoque analítico nas relações econômicas, por entender que tais relações oferecem elementos comuns que permitem avaliar a MRG pesquisada em sua totalidade. Por estar inserida em um contexto espacial mais abrangente, que é o da ocupação territorial do cerrado brasileiro e da urbanização do Triângulo Mineiro, foi necessário analisar a MRG considerando as dinâmicas espaciais existentes no Triângulo Mineiro, assim como seu processo de formação territorial e econômico. As investigações ultrapassaram os limites territoriais das cidades e consideraram as relações econômicas e espaciais dos municípios, visto que é impossível compreender o processo de urbanização e as dinâmicas urbanas recentes na MRG de Ituiutaba (MG) sem refletir sobre a influência da produção agropecuária na (re)estruturação urbana e das cidades. Recorreu-se, então, ao entendimento da formação socioespacial, visando apreender as particularidades do processo de urbanização no tempo, como suas mudanças e seus conteúdos contemporâneos. Nesse sentido, o espaço intra-urbano foi estudado na perspectiva econômica e social da cidade, buscando identificar as dinâmicas urbanas recentes, bem como a ação dos novos agentes econômicos.

Palavras-chave: cidades, formação socioespacial, urbanização, Ituiutaba (MG).

Abstract

The aim of this study was to understand urbanization process and the socio-spatial formation of the municipalities and the cities of the Geographic Microrregion (MRG) of Ituiutaba (MG), which is located in the northwestern part of the Triângulo Mineiro, in the state of Minas Gerais, and it is consisted by six municipalities/cities: Cachoeira Dourada (MG), Capinópolis (MG), Gurinhatã (MG), Ipiacu (MG), Ituiutaba (MG) e Santa Vitória (MG). The urbanization and the dynamics of the cities was investigated with an analytical focus on economic relations, understanding that such relationships provide common elements that allow evaluate the MRG surveyed in its entirety. Once it is inserted in a broader spatial context, the territorial occupation of the brazilian savannah and the urbanization of the Triângulo Mineiro, it is important the analysis of the MRG regarding the spatial dynamics inserted in the Triângulo Mineiro, as well as the territorial and economic formation process. The investigations exceeded the cities boundaries and it was considered both the economy and spatial relationship of the municipalities, once it is impossible to understand the process of urbanization and the urban dynamics in the recent MRG Ituiutaba (MG) without reflecting on the influence of agricultural production in the urban and the cities (re) structuration. Then resorted to the understanding of socio-spatial formation, in order to apprehend the particularities of the urbanization process in time, as their changes and contemporary content. Thereby, the intra-urban space was studied in the economic and social perspective of the city, seeking to identify the recent urban dynamics as well as the action of new economic agents.

Keywords: cities, socio-spatial formation, urbanization, Ituiutaba (MG).

Lista de figuras

Figura 01 – Triângulo Mineiro (MG): número de novos municípios por períodos (1822-2013).....	154
Figura 02 – Triângulo Mineiro (MG): número de novos municípios por décadas (1830-2010).....	155
Figura 03 – MRG de Ituiutaba (MG): evolução da população total, urbana e rural (1991-2010).....	163
Figura 04 – Brasil, Minas Gerais e MRG de Ituiutaba (MG): evolução da população total, urbana e rural (1991-2010).....	164
Figura 05 – MRG de Ituiutaba (MG): evolução do PIB por setor da economia (1996-2009).....	165
Figura 06 – MRG de Ituiutaba (MG): evolução do PIB (1996-2009).....	168
Figura 07 – Triângulo Mineiro (MG): evolução do PIB por microrregiões (1996-2009).....	171
Figura 08 – Triângulo Mineiro (MG): evolução do PIB por microrregiões (1996-2009).....	172
Figura 09 – Triângulo Mineiro (MG):evolução do PIB per capita por microrregiões (1999-2010).....	173
Figura 10 – MRG de Ituiutaba (MG): evolução do percentual de área colhida por tipo de produto agrícola (1990-2011).....	176
Figura 11 – MRG de Ituiutaba (MG): evolução do total de produção por tipo de produto agrícola (1990-2011).....	181
Figura 12 – MRG de Ituiutaba (MG): evolução do total de produção de cana-de-açúcar (1990-2011).....	182
Figura 13 – Triângulo Mineiro (MG): percentual de rebanho bovino por microrregião (1990-2010).....	185

Figura 14 – MRG de Ituiutaba (MG): percentual de efetivo de rebanho por espécie (1990-2011).....	187
Figura 15 – MRG de Ituiutaba (MG): população ocupada por setor da economia (1950).....	230
Figura 16 – Município de Ituiutaba (MG): evolução do PIB por setor (1920-1959).....	232
Figura 17 – MRG de Ituiutaba (MG): número de máquinas agrícolas (1975-1995).....	287
Figura 18 – MRG de Ituiutaba (MG): índices de modernização da agricultura dos municípios (1970-1995).....	290
Figura 19 – MRG de Ituiutaba (MG): % de crescimento do número de depósitos e capacidade de armazenamento (1975-2006).....	292
Figura 20 – MRG de Ituiutaba (MG): número de depósitos (1975-2006).....	293
Figura 21 – MRG de Ituiutaba (MG): % da produção no total da MRG por tipo de cultura (1920-2010).....	296
Figura 22 – MRG de Ituiutaba (MG): total de gado bovino (1974-2007).....	300
Figura 22 – MRG de Ituiutaba (MG): % da produção de leite no total da MRG (1974-2007).....	303

Lista de mapas

Mapa 01 – Microrregião Geográfica de Ituiutaba (MG): cidades e municípios (2013).....	33
Mapa 02 – Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MG): localização da área (2013).....	46
Mapa 03 – Estrada dos Goiases (SP): parte do percurso (1736).....	50
Mapa 04 – Triângulo Mineiro (GO): datas e locais dos primeiros aldeamentos (1748-1818).....	53
Mapa 05 – Triângulo Mineiro (MG): ocupação territorial até 1860.....	56
Mapa 06 – Comarca de Paracatu do Príncipe (MG): localização do Julgado do Desemboque e do Julgado de São Domingos do Araxá (1816).....	67
Mapa 07 – Triângulo Mineiro (MG): localização do Julgado de São Domingos do Araxá e do Julgado do Desemboque (1816).....	71
Mapa 08 – Município de Araxá (MG): representação cartográfica de 1831.....	73
Mapa 09 – Município de São Domingos de Araxá (MG): limites territoriais (1831-1836).....	74
Mapa 10 – Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MG): municípios formados a partir de Araxá e o município de Tiros (2013).....	76
Mapa 11 – Triângulo Mineiro (MG): municípios criados até 1836.....	79
Mapa 12 – Triângulo Mineiro (MG): estradas salineiras e navegação fluvial na região de Santo Antônio de Uberaba (1827-1859).....	81
Mapa 13 – Brasil: rede dendrítica de localidades centrais no oeste mineiro (anos 1840).....	82
Mapa 14 – Triângulo Mineiro (MG): municípios criados até 1840.....	85
Mapa 15 – Brasil: rede dendrítica de localidades centrais no oeste mineiro (1816).....	88
Mapa 16 – Triângulo Mineiro (MG): municípios criados até 1854.....	92

Mapa 17 – Triângulo Mineiro (MG): municípios criados até 1856.....	95
Mapa 18 – Triângulo Mineiro (MG): municípios criados até 1866.....	98
Mapa 19 – Triângulo Mineiro (MG): municípios criados até 1870.....	102
Mapa 20 – Triângulo Mineiro (MG): municípios criados até 1876.....	105
Mapa 21 – Triângulo Mineiro (MG): municípios criados até 1882.....	108
Mapa 22 – Triângulo Mineiro (MG): municípios criados até 1885.....	112
Mapa 23 – Triângulo Mineiro (MG): municípios criados até 1888.....	116
Mapa 24 – Triângulo Mineiro (MG): municípios criados até 1901.....	126
Mapa 25 – Triângulo Mineiro (MG): municípios criados até 1914.....	132
Mapa 26 – Triângulo Mineiro (MG): municípios criados até 1923.....	136
Mapa 27 – Triângulo Mineiro (MG): municípios criados até 1938.....	140
Mapa 28 – Triângulo Mineiro (MG): municípios criados até 1948.....	146
Mapa 29 – Triângulo Mineiro (MG): municípios criados até 1953.....	147
Mapa 30 – Triângulo Mineiro (MG): municípios criados até 1962.....	148
Mapa 31 – Triângulo Mineiro (MG): municípios criados até 1995.....	153
Mapa 32 – Triângulo Mineiro (MG): MRG de Ituiutaba (MG) (2013).....	162
Mapa 33 – Município de Ituiutaba (MG): limites territoriais (1901-1911).....	196
Mapa 34 – Município de Ituiutaba (MG): limites territoriais a partir de 1911.....	197
Mapa 35 – Municípios de Ituiutaba (MG) e Santa Vitória (MG): limites territoriais (1948).....	222
Mapa 36 – Municípios de Ituiutaba (MG), Santa Vitória (MG) e Capinópolis (MG): limites territoriais (1953).....	225
Mapa 37 – Municípios de Ituiutaba (MG), Santa Vitória (MG), Capinópolis (MG), Cachoeira Dourada (MG), Gurinhatã (MG) e Ipiacu (MG): limites territoriais (1962).....	265
Mapa 38 – Ituiutaba (MG): região de influência da cidade (1972).....	306
Mapa 39 – Ituiutaba (MG): região de influência da cidade (1987).....	308
Mapa 40 – Ituiutaba (MG): expansão urbana (1901-2013).....	317
Mapa 41 – Ituiutaba (MG): % de edificações em construção no total de endereços urbanos (2010).....	321

Mapa 42 – Capinópolis (MG) e Santa Vitória (MG): % de edificações em construção no total de endereços urbanos (2010).....	322
Mapa 43 – Cachoeira Dourada (MG), Gurinhatã (MG) e Ipiacu (MG): % de edificações em construção no total de endereços urbanos (2010).....	323
Mapa 44 – Ituiutaba (MG): % de domicílios alugados no total de domicílios urbanos particulares permanentes da cidade (2000-2010).....	329
Mapa 45 – Ituiutaba (MG): % de domicílios adquiridos no total de domicílios urbanos particulares permanentes da cidade (2000-2010).....	330
Mapa 46 – Capinópolis (MG) e Santa Vitória (MG): % de domicílios adquiridos no total de domicílios urbanos particulares permanentes da cidade (2010).....	332
Mapa 47 – Cachoeira Dourada (MG), Gurinhatã (MG) e Ipiacu (MG): % de domicílios adquiridos no total de domicílios urbanos particulares permanentes da cidade (2010).....	333
Mapa 48 – Ituiutaba (MG): % de domicílios em logradouros sem pavimentação no total do setor censitário (2010).....	335
Mapa 49 – Capinópolis (MG) e Santa Vitória (MG): % de domicílios em logradouros sem pavimentação no total do setor censitário (2010).....	337
Mapa 50 – Cachoeira Dourada (MG), Gurinhatã (MG) e Ipiacu (MG): % de domicílios em logradouros sem pavimentação no total do setor censitário (2010).....	338
Mapa 51 – Cachoeira Dourada (MG), Gurinhatã (MG) e Ipiacu (MG): % de domicílios em condições de moradia semiadequadas ou inadequadas no total do setor censitário (2010).....	340
Mapa 52 – Capinópolis (MG) e Santa Vitória (MG): % de domicílios em condições de moradia semiadequadas ou inadequadas no total do setor censitário (2010).....	341
Mapa 53 – Ituiutaba (MG): % de domicílios em condições de moradia semiadequadas ou inadequadas no total do setor censitário (2010).....	344
Mapa 54 – Cachoeira Dourada (MG), Gurinhatã (MG) e Ipiacu (MG): % de chefes de família com rendimento nominal mensal de até um salário mínimo no total da cidade (2010).....	346
Mapa 55 – Cachoeira Dourada (MG), Gurinhatã (MG) e Ipiacu (MG): % de chefes de família com rendimento nominal mensal de quinze salários mínimos ou mais no total da cidade (2010).....	347
Mapa 56 – Cachoeira Dourada (MG), Gurinhatã (MG) e Ipiacu (MG): % de chefes de família sem rendimento nominal mensal no total da cidade (2010).....	349

Mapa 57 – Capinópolis (MG) e Santa Vitória (MG): % de chefes de família com rendimento nominal mensal de até um salário mínimo no total da cidade (2010).....	351
Mapa 58 – Capinópolis (MG) e Santa Vitória (MG): % de chefes de família com rendimento nominal mensal de quinze salários mínimos ou mais no total da cidade (2010).....	352
Mapa 59 – Capinópolis (MG) e Santa Vitória (MG): % de chefes de família sem rendimento nominal mensal no total da cidade (2010).....	355
Mapa 60 – Ituiutaba (MG): % de chefes de família com rendimento nominal mensal de até um salário mínimo no total da cidade (2000-2010).....	359
Mapa 61 – Ituiutaba (MG): % de chefes de família com rendimento nominal mensal de quinze salários mínimos ou mais no total da cidade (2000-2010).....	360
Mapa 62 – Ituiutaba (MG): % de chefes de famílias sem rendimento nominal mensal no total da cidade por setor censitário (2000-2010).....	362
Mapa 63 – Ituiutaba (MG): região de influência da cidade (1993).....	367
Mapa 64 – Ituiutaba (MG): região de influência da cidade (2007).....	368
Mapa 65 – Ituiutaba (MG): empresas ligadas ao agronegócio (2000-2013).	372
Mapa 66 – Ituiutaba (MG): número de estabelecimentos de saúde por setor censitário (2010).....	379
Mapa 67 – Capinópolis (MG) e Santa Vitória: número de estabelecimentos de saúde por setor censitário (2010).....	380
Mapa 68 – Ituiutaba (MG): % de estabelecimentos comerciais no total de endereços urbanos por setor censitário (2010).....	381
Mapa 69 – Capinópolis (MG) e Santa Vitória (MG): % de estabelecimentos comerciais no total de endereços urbanos por setor censitário (2010).....	382

Lista de quadros

Quadro 01 – Triângulo Mineiro (MG): primeiros aldeamentos e situação administrativas em 2013.....	55
Quadro 02 – Triângulo Mineiro (MG): primeiros arraiais por período (data aproximada) com toponímias de 2013.....	61
Quadro 03 – Município de Ituiutaba (MG): usinas produtoras de eletricidade (1942).....	219
Quadro 04 – Setores da economia: divisão por ramo de atividade (1950)...	229
Quadro 05 – MRG de Ituiutaba (MG): organização industrial (1955).....	246
Quadro 06 – MRG de Ituiutaba (MG): equipamentos e serviços urbanos (1956).....	258
Quadro 07 – MRG de Ituiutaba (MG): itinerários e modalidades de transporte (1955).....	262
Quadro 08 – MRG de Ituiutaba (MG): principais indústrias (2013).....	363
Quadro 09 – MRG de Ituiutaba (MG): hospitais (2013).....	374
Quadro 10 – MRG de Ituiutaba (MG): lojas franquizadas (2013).....	388

Lista de tabelas

Tabela 01 – Brasil: número de municípios por período (1500-1889).....	66
Tabela 02 – Triângulo Mineiro (MG): número de habitantes e de casas nas sedes municipais (1872).....	103
Tabela 03 – Município de Araxá (MG): número de habitantes e de casas por distrito (1872).....	106
Tabela 04 – Município de Estrela do Sul (MG): número de habitantes e de casas por distrito (1872).....	109
Tabela 06 – Município de Uberaba (MG): número de habitantes e de casas por distrito (1872).....	114
Tabela 06 – Município de Prata (MG): número de habitantes e de casas por distrito (1872).....	128
Tabela 07 – Triângulo Mineiro (MG): número total de habitantes por município (1872-1920).....	129
Tabela 08 – Triângulo Mineiro (MG): percentual de crescimento demográfico municipal por período (1872-1920).....	130
Tabela 09 – MRG de Ituiutaba (MG): evolução do PIB por setor da economia (1996-2009).....	167
Tabela 10 – Triângulo Mineiro (MG): evolução do PIB per capita por microrregiões (1999-2010).....	174
Tabela 11 – MRG de Ituiutaba (MG): evolução da área colhida por tipo de lavoura em hectares (1990-2011).....	178
Tabela 12 – MRG de Ituiutaba (MG): área colhida da produção agrícola (1990-2010).....	180
Tabela 13 – MRG de Ituiutaba (MG): evolução do percentual total de produção por período e tipo de produto agrícola (1990-2010).....	183
Tabela 14 – MRG de Ituiutaba (MG): efetivo de rebanho (1990-2010).....	186

Tabela 15 – Município de Ituiutaba (MG): população municipal (1907-1920).....	200
Tabela 16 – Município de Ituiutaba (MG): efetivo de rebanho (1920).....	205
Tabela 17 – Município de Ituiutaba (MG): produção agrícola (1920).....	209
Tabela 18 – Município de Ituiutaba (MG): população municipal por situação (1920-1940).....	212
Tabela 19 – Município de Ituiutaba (MG): estabelecimentos comerciais (1940).....	214
Tabela 20 – Município de Ituiutaba (MG): indústrias (1940).....	216
Tabela 21 – Município de Ituiutaba (MG): produção agropecuária (1920-1940).....	220
Tabela 22 – Municípios de Ituiutaba (MG) e Santa Vitória: população municipal por situação (1920-1950).....	223
Tabela 23 – MRG de Ituiutaba (MG): população dos municípios (1950).....	226
Tabela 24 – MRG de Ituiutaba (MG): população ocupada por ramo de atividade (1950).....	228
Tabela 25 – MRG de Ituiutaba (MG): PIB por setor da economia (1920-1959).....	233
Tabela 26 – MRG de Ituiutaba (MG): produção agrícola (1955).....	236
Tabela 27 – Município de Ituiutaba (MG): produção agrícola (1920-1955)....	238
Tabela 28 – MRG de Ituiutaba (MG): produção pecuária (1955).....	240
Tabela 29 – MRG de Ituiutaba (MG): participação percentual da agricultura e da pecuária na produção agropecuária (1955).....	242
Tabela 30 – MRG de Ituiutaba (MG): participação percentual do gado bovino no valor total da produção pecuária e agropecuária (1955).....	243
Tabela 31 – MRG de Ituiutaba (MG): organização industrial (1955).....	244
Tabela 32 – MRG de Ituiutaba (MG): comércio varejista (1950).....	249
Tabela 33 – MRG de Ituiutaba (MG): estabelecimentos comerciais (1955).....	250
Tabela 34 – MRG de Ituiutaba (MG): evolução da PEA por setor da economia (1920-1950).....	252
Tabela 35 – MRG de Ituiutaba (MG): infraestrutura das cidades (1954).....	260
Tabela 36 – MRG de Ituiutaba (MG): estabelecimentos de ensino (1956)....	261
Tabela 37 – MRG de Ituiutaba (MG): frota de veículos (1955).....	264

Tabela 38 – MRG de Ituiutaba (MG): população por situação (1920-1970).....	267
Tabela 39 – MRG de Ituiutaba (MG): taxas de crescimento (1920-1970)....	268
Tabela 40 – MRG de Ituiutaba (MG): taxa de urbanização (1920-1970).....	270
Tabela 41 – MRG de Ituiutaba (MG): número de estabelecimentos segundo o emprego de fertilizantes e defensivos agrícolas (1970-1985).....	282
Tabela 42 – MRG de Ituiutaba (MG): % de crescimento do emprego de fertilizantes e defensivos agrícolas (1975-1985).....	284
Tabela 43 – MRG de Ituiutaba (MG): número de estabelecimentos segundo o emprego de máquinas agrícolas (1975-1996).....	286
Tabela 44 – MRG de Ituiutaba (MG): evolução da PEA por situação (1970-2000).....	309
Tabela 45 – MRG de Ituiutaba (MG): população ocupada por tipo de atividade econômica (1950-1995).....	310
Tabela 46 – MRG de Ituiutaba (MG): população rural, urbana e total (1940-2010).....	313
Tabela 47 – MRG de Ituiutaba (MG): população residente por lugar de nascimento (2000-2010).....	325
Tabela 48 – MRG de Ituiutaba (MG): estimativas do déficit habitacional (2007-2011).....	327
Tabela 49 – MRG de Ituiutaba (MG): empresas ligadas ao agronegócio (2013).....	370
Tabela 50 – MRG de Ituiutaba (MG): clínicas, laboratórios e especialidades médicas privadas (2013).....	375
Tabela 51 – MRG de Ituiutaba (MG): estabelecimentos comerciais (2013).....	384
Tabela 52 – MRG de Ituiutaba (MG): agências bancárias (2013).....	390
Tabela 53 – Ituiutaba (MG): instituições de ensino (2013).....	391
Tabela 54 – UFU Ituiutaba (MG): origem da residência dos alunos matriculados (2007-2013).....	392

Sumário

Introdução	25
Capítulo 01: Do Sertão da Farinha Podre ao Triângulo Mineiro: formação territorial e fragmentação de municípios nos períodos da Colônia e do Império.....	44
1.1. Nos tempos do Sertão da Farinha Podre: fragmentação territorial e formação de municípios até o fim do período imperial.....	45
Capítulo 02: Triângulo Mineiro: formação territorial e fragmentação de municípios no período da República.....	122
2.1. Nos tempos do Triângulo Mineiro: formação territorial e fragmentação de municípios a partir de 1889.....	123
2.2. Microrregião de Ituiutaba (MG): caracterização demográfica e econômica.....	159
Capítulo 03: Quando o sertão se urbaniza: formação socioespacial dos municípios da microrregião de Ituiutaba (MG).....	189
3.1. Formação socioespacial: uma categoria de análise geográfica para a compreensão da MRG de Ituiutaba (MG).....	190
3.2. MRG de Ituiutaba (MG): fragmentação territorial e formação socioespacial dos municípios entre o início do século XX até a década de 1970.....	194
Capítulo 04: Da fazenda para a cidade: modernização agrícola e processos urbanos recentes na microrregião de Ituiutaba (MG).....	274
4.1. Modernização agrícola no cerrado: considerações sobre a MRG de Ituiutaba (MG).....	275
4.2. MRG de Ituiutaba (MG): dinâmicas espaciais e processos urbanos recentes.....	312
Considerações finais	395
Referências	403
Anexos	418

Introdução

A análise do fato urbano sempre esteve ligada à compreensão do processo de urbanização, que, por sua vez, tem como produto socioespacial a cidade. Para entender a relação cidade-urbanização, deve-se remeter, mesmo que sucintamente, à sua história. Nesse sentido, é necessário focar as articulações entre espaço e tempo para depreender o processo de urbanização, principalmente por se tratar de um fenômeno socioespacial fruto da divisão social do trabalho ao modo capitalista de produção.

Sposito (2004) afirma que é preciso realizar esforços analíticos na tentativa de construir uma unicidade espaço↔tempo da urbanização, rompendo com a tradição positivista que outorga as análises espaciais à Geografia e as temporais à História. Não diferente, Castells (2006) destaca a necessidade da periodização para a compreensão e análise do processo de urbanização, através da associação entre a linearidade do tempo e a sinuosidade dos fatos.

As análises do processo de urbanização situam-se, geralmente, numa perspectiva teórica evolucionista, segundo a qual cada formação social se produz, sem ruptura pelo desdobramento dos elementos da formação social precedente. As formas de implantação espacial são, portanto uma das expressões mais

visíveis destas modificações. Às vezes utilizamos até mesmo esta evolução das formas espaciais para classificar as etapas da história universal. De fato, mais que estabelecer critérios de periodização, é absolutamente necessário estudar a produção das formas espaciais da estrutura social de base (CASTELLS, 2006, p. 36).

Diante disso, é imprescindível analisar a urbanização como resultado de um processo histórico, pois, como indica Santos (1988), as ações e os objetos geográficos (fixos, sistemas de engenharias, fluxos de relações e conteúdos sociais) são responsáveis pela configuração territorial e pelas paisagens de uma época, de forma que mudanças espaciais raramente eliminam, de uma única vez, as marcas materiais do passado, formando o que o autor denominou de *rugosidades do espaço* (SANTOS, 2002). Nesse sentido, ele propõe o exame da urbanização do território a partir da empiricização do espaço e do tempo em conjunto, o que somente é possível com a periodização da análise. Nas palavras do autor, “É através do significado particular, específico, de cada segmento do tempo, que apreendemos o valor de cada coisa num dado momento” (SANTOS, 1988, p. 83). Ele ainda completa afirmando que “a periodização é indispensável para que, no trabalho de empiricização das categorias, não nos escape o problema de mudança de valor de cada variável segundo os momentos” (SANTOS, 1988, p. 114).

A tentativa de construir uma unicidade espaço↔tempo da urbanização exige que a análise considere a diversidade dos processos, que são complexos e constituidores de múltiplas conexões entre o espaço e o tempo, levando em conta a *sucessão* e a *sincronia*, o *descompasso* e a *arritmia*, conforme apontado por Sposito (2004). Tal postura analítica corresponderia ao que Santos (1988) chamou de *noção de regime* e *noção de*

ruptura. Para o autor, o *regime* é um conjunto de variáveis que funcionam em harmonia, em um determinado tempo, entretanto, sem evolução homogênea; a *ruptura* é o momento em que a organização das variáveis deixa de ser eficaz e gera a crise, a passagem para outro período (SANTOS, 1988).

Diante do exposto, cabe pontuar que neste trabalho a urbanização é entendida como um processo complexo capaz de conjugar, harmonicamente ou não, a sucessão e o descompasso, a sincronia e a arritima, gerando o fato concreto da urbanização, o produto material, a cidade. Nesse sentido, Beaujeu-Garnier (2010) apresenta uma diferenciação entre *urbanização* e *civilização urbana*. Para a autora, *urbanização* é:

[...] o movimento de desenvolvimento das cidades, simultaneamente em números e em dimensão, isto é, o desenvolvimento numérico e espacial das cidades; ocupa-se de tudo o que está ligado à progressão direta do fenômeno urbano e transforma, pouco a pouco, as cidades ou os arredores, e frequentemente, umas e outras (BEAUJEU-GARNIER, 2010, p. 16-17).

Já a *civilização urbana* é definida como [...] “a penetração parcial dos hábitos e modos de vida da cidade, no mundo rural” (BEAUJEU-GARNIER, 2010, p. 17).

De forma semelhante, Castells (2006, p. 39) esboça duas perspectivas distintas para o estudo da urbanização, que pode ser entendida como:

- i) concentração espacial de uma população, a partir de certos limites de dimensão e de densidade;
- ii) difusão de um sistema de valores, atitudes e comportamentos denominado “cultura urbana”.

Castells (2006) e Beaujeu-Garnier (2010) recorrem a esta dicotomia na definição do que seja urbanização com o intuito de problematizar a discussão, pois identificam dificuldades na elaboração de uma acepção de urbano capaz de abranger toda a diversidade territorial existente. Assim, Castells (2006) propõe que a urbanização seja entendida como um processo que se refere tanto à criação de formas espaciais, principalmente em função da concentração de atividades e pessoas em um único espaço, quanto à presença e difusão de uma cultura formada por hábitos e costumes característicos da vida urbana. A urbanização torna-se, então, a *produção social de formas espaciais*, que, segundo Castells (2006, p. 47),

[...] refere-se ao processo pelo qual uma proporção significativamente importante da população de uma sociedade concentra-se sobre um certo espaço, onde se constituem aglomerados funcionais e socialmente dependentes do ponto de vista interno, e numa relação de articulação hierarquizada (rede urbana).

Sposito (2004) corrobora o debate¹ afirmando que a compreensão do processo de urbanização, em sua totalidade, exige observar:

- i) a existência de uma divisão social do trabalho entre o campo e a cidade, que resulta em espaços diferentes;
- ii) a origem e a evolução histórica das cidades, considerando o desenvolvimento das forças produtivas;
- iii) a divisão social e territorial do trabalho;
- iv) as transformações políticas e sociais;

¹ Vários autores se debruçaram sobre a discussão de urbanização e cidades, entre eles, destacam: Ascher (2010, 2010a), Beaujeu-Garnier (2010), Cano (2011), Capel (2004), Carlos (1992, 1994), Castells (2006), Clark (1991), Corrêa (2000), George (1983), Lefebvre (1975, 2004, 2006), Monte-Mór (2006, 2006a), Rémy e Voyé (2004), Santos (1979, 1981, 1985, 1988, 2004, 1988), Singer (1990), Sposito (1999, 2004), Sposito e Whitacker (2006).

- v) as manifestações culturais e estéticas;
- vi) as revoluções e contrarrevoluções ideológicas e epistemológicas; e,
- vii) a vida cotidiana.

Na mesma direção, Carlos (1994, p. 84) indica que:

[...] a ideia de urbano transcende a de mera concentração do processo produtivo *stricto sensu*. O urbano é produto do processo de produção num determinado momento histórico, não só no que se refere à determinação econômica do processo (produção, distribuição, circulação e troca), mas também as sociais, políticas, ideológicas, jurídicas que se articulam na totalidade da formação econômica e social. Desta forma, o urbano é mais que um modo de produzir, é também um modo de consumir, pensar, sentir; enfim, é um modo de vida.

A urbanização implicou o surgimento de cidades, que são, como destaca Santos (1988), seu fato concreto. Para o autor, “o urbano é frequentemente o abstrato, o geral, o externo. A cidade é o particular, o concreto, o interno” (SANTOS, 1996, p. 96). Por serem produtos da urbanização, as cidades possuem conteúdos, formas, funções e processos, que se diferenciam no tempo e no espaço (SANTOS, 1985). É por isso que a apreensão das dinâmicas de uma cidade também exige a periodização da análise. Nesse sentido, Sposito (2004, p. 38) ressalta que:

Ao considerarmos a urbanização como processo e movimento de transformação, tem-se, como perspectiva conceitual, a compreensão da cidade pelo seu espaço↔tempo e pela dialética rural↔urbano, ou seja, estamos considerando que o vetor desse movimento é dado pelas mudanças na divisão social e territorial do trabalho. Nesse sentido, a cidade pode ser compreendida como expressão de cada corte do tempo da urbanização e somatória desigual destes tempos, mas, ao mesmo tempo, condição para o *continuum* desse movimento.

Esses objetos espaciais, as cidades, apresentam materialidades, estruturas e formas físicas. Dessa maneira, são, segundo Beaujeu-Garnier (2010), ao mesmo tempo sujeitos e objetos.

Enquanto objeto, a cidade existe materialmente; atrai e acolhe habitantes aos quais fornece, através da sua produção própria, do seu comércio e dos seus diversos equipamentos, a maior parte de tudo o que eles necessitam; a cidade é o lugar que favorece os contatos de toda natureza e maximiza os resultados; a cidade contribui essencialmente para a dupla ligação entre o espaço periférico que mais ou menos domina e o espaço longínquo com o qual mantém ligações complexas. Mas o corolário desta *função objeto* é um verdadeiro papel de intervenção, de *função sujeito*. O quadro urbano, o ambiente urbano exerce influência nos seus habitantes; podem transformá-los pouco a pouco; pelas suas exigências (alimentação, matérias-primas, comércio), a cidade desempenha um papel importante nas atividades internas e periféricas; pelo seu próprio poder, favorece, difunde ou bloqueia os diversos impulsos vindos do exterior. Se o homem utiliza e molda a cidade, a recíproca é igualmente verdadeira. (Grifos da autora). (BEAUJEU-GARNIER, 2010, p. 11).

A *função sujeito* da cidade, indicada por Beaujeu-Garnier (2010), implica a formação de uma cultura urbana que possibilita a materialização e a recriação da urbanização, pois coexiste no mesmo tempo e espaço. Desta maneira, a cidade deve ser entendida em sua totalidade, ou seja, na conjunção das relações externas e dos hábitos, costumes e modos de vida urbanos. Na perspectiva da materialidade da cidade, Carlos (1994, p. 50) indica que:

[...] a cidade é antes de mais nada trabalho objetivado, materializado, fruto do processo de produção realizado ao longo de uma série de gerações, que aparece por meio da relação entre o "construído" (casas, ruas, avenidas, estradas,

edificações, praças) e o "não construído" (o natural) de um lado; e de outro, o movimento tanto no que se refere ao deslocamento de homens e mercadorias quanto aquele referente às marcas que representam momentos históricos diferentes, produzidos na articulação entre o novo e o velho.

A cidade é produto e catalizador do processo de urbanização; reúne no mesmo espaço-tempo as dinâmicas econômicas, sociais, culturais e políticas, tornando-se ambiente privilegiado para a reprodução da vida humana. Desse modo, Carlos (1994, p. 83) define cidade como:

[...] o *locus* da concentração de meios de produção e de concentração de pessoas; é o lugar da divisão econômica do trabalho (o estabelecimento industrial num determinado lugar, os galpões, os escritórios entre outros), é o lugar da divisão social do trabalho dentro do processo produtivo e na sociedade e é também um elo na divisão espacial do trabalho na totalidade do espaço (tanto no nível local, regional, nacional, como no internacional).

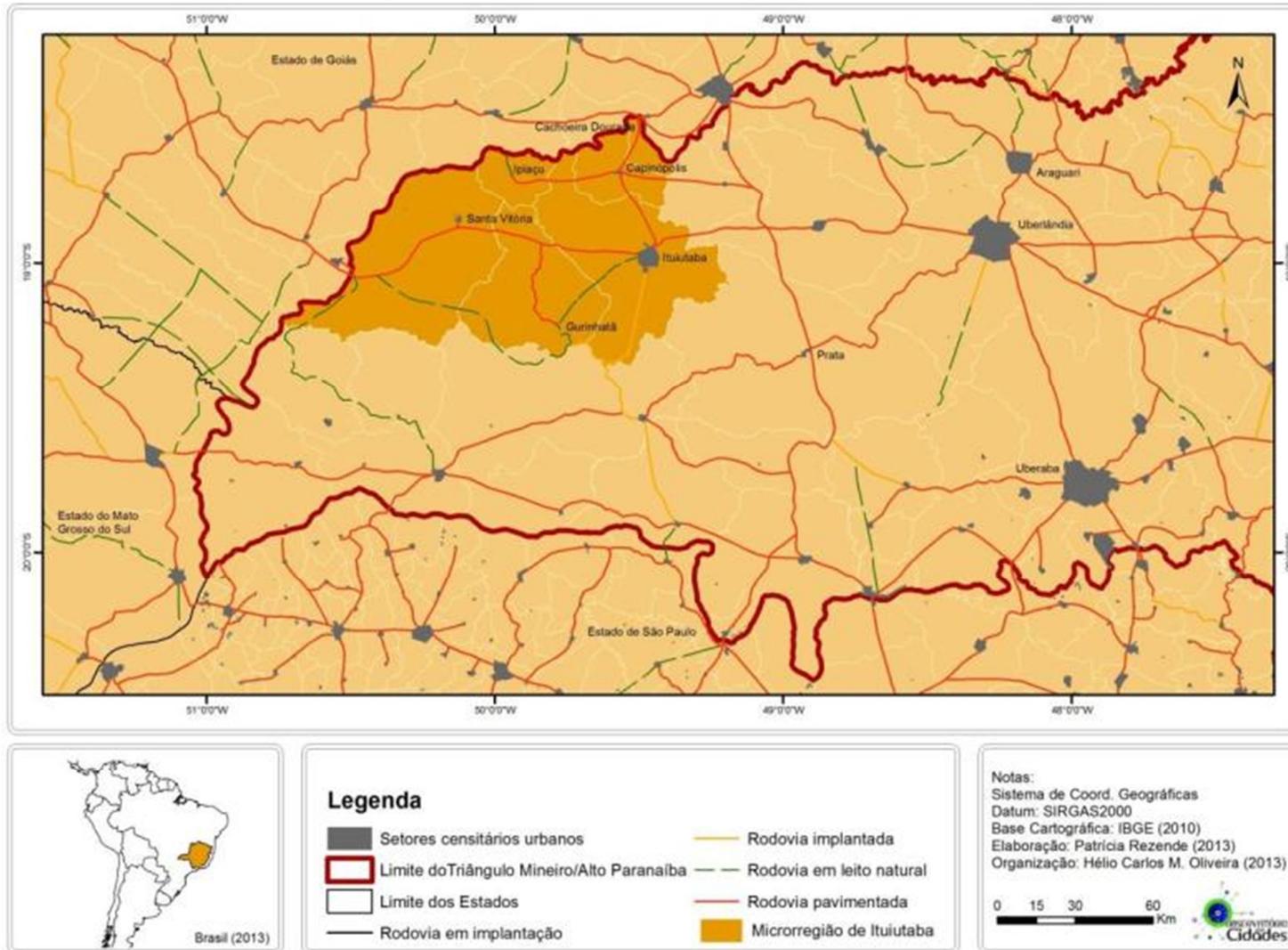
Devido à diversidade de definições do urbano, do processo de urbanização e da cidade, vários pesquisadores se esforçaram por realizar estudos empíricos sobre esses objetos, a fim de entender suas peculiaridades e tentar reduzir as ambiguidades existentes, conforme apontaram Rémy e Voyé (2004). A título de exemplo, destaca-se os trabalhos desenvolvidos por Milton Santos (2004, 2005, 2009, 2009a, 2010) e Santos e Silveira (2005), que, na tentativa de elaborar uma teoria social do espaço, analisou a urbanização dos países subdesenvolvidos, com ênfase nos latino-americanos e especial destaque para o território brasileiro. Outro exemplo, em uma escala de maior detalhe, destaca-se no trabalho de Sposito (2004), que objetivou entender a urbanização no estado de São Paulo.

Assim, entender o processo de urbanização e as dinâmicas urbanas de uma parte do território brasileiro é foco deste trabalho. Para isso, propõe-se como objetivo geral investigar o processo de urbanização e a formação socioespacial dos municípios e das cidades da Microrregião Geográfica (MRG) de Ituiutaba (MG), localizada na parte noroeste do Triângulo Mineiro, no estado de Minas Gerais. Essa MRG é formada por seis municípios/cidades: Cachoeira Dourada (MG), Capinópolis (MG), Gurinhatã (MG), Ipiacu (MG), Ituiutaba (MG) e Santa Vitória (MG), conforme representado no Mapa 01.

Os processos urbanos e as dinâmicas das cidades da MRG estão inseridos em um contexto mais abrangente, que é o da ocupação territorial do cerrado brasileiro e da urbanização do Triângulo Mineiro, já discutidos por Soares (1995, 1997). Portanto, não é possível analisar a MRG sem considerar as dinâmicas espaciais existentes no Triângulo Mineiro, seu processo de formação territorial e econômico.

Apesar de entender que a urbanização e as dinâmicas das cidades não se reduzem às relações econômicas e territoriais, nesta pesquisa será privilegiado este enfoque analítico, pois tais relações oferecem elementos comuns para toda a MRG pesquisada. Assim, não serão discutidos os aspectos referentes à cultura urbana ou civilização urbana, conforme apontado, respectivamente, por Castells (2006) e Beaujeu-Garnier (2010).

Mapa 01 – Microrregião Geográfica de Ituiutaba (MG): cidades e municípios (2013)



A preferência analítica pelas relações econômicas e territoriais também se justifica pela constatação que motivou esta tese, a saber, a existência de um processo de urbanização desigual no Triângulo Mineiro, com concentração de desenvolvimento econômico e urbano em um eixo formado pelas cidades de Araguari (MG), Uberlândia (MG) e Uberaba (MG), no sentido norte-sul. Apesar da influência da economia paulista e goiana na formação socioespacial do Triângulo Mineiro, principalmente em função das atividades agropecuárias, o processo de urbanização e as dinâmicas das cidades da MRG não acompanharam o desenvolvimento do restante da região, mesmo sendo Ituiutaba (MG) a maior cidade a oeste do referido eixo.

Essa constatação permitiu a elaboração da seguinte hipótese, em torno da qual a presente tese se constrói: a formação socioespacial dos municípios, as relações econômicas altamente dependentes das atividades agropecuárias e as dinâmicas urbanas recentes, ligadas à expansão do setor agroindustrial canavieiro e às instituições de ensino superior, impulsionaram a produção do espaço urbano na MRG de Ituiutaba (MG), gerando diferenças espaciais ao longo do tempo.

Diante disso, as pesquisas elaboradas extrapolaram os limites das cidades e consideraram as relações econômicas e territoriais dos municípios, visto que é impossível compreender o processo de urbanização e as dinâmicas urbanas recentes na MRG de Ituiutaba (MG) sem levar em conta a influência da produção agropecuária na (re)estruturação urbana e das cidades. Assim, a MRG foi investigada em sua totalidade, com análises variando entre a escala do município e da cidade.

O recorte territorial desta tese foi baseado na microrregião geográfica definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por dois motivos:

- i) a impossibilidade de compreender o processo de urbanização e as dinâmicas das cidades de forma dissociada, visto que a organização intra-urbana e as dinâmicas regionais são produtos da formação socioespacial da MRG, de suas dinâmicas econômicas, territoriais e sociais;
- ii) a compatibilização de dados disponíveis, que somou qualitativamente para as análises realizadas.

Para cumprir o objetivo geral, foram propostos os seguintes objetivos específicos:

- i) analisar a formação socioespacial e territorial do Triângulo Mineiro, com ênfase na formação de municípios durante os períodos da Colônia e do Império brasileiro, quando ainda não se constituía como uma região econômica e política brasileira;
- ii) entender a formação socioespacial dos municípios do Triângulo Mineiro no período da República, no contexto da divisão territorial do trabalho e de sua inserção no meio técnico-científico-informacional, constituindo-se como uma importante região econômica do país;
- iii) avaliar a formação socioespacial dos municípios e a urbanização das cidades que compõem a MRG de Ituiutaba (MG), considerando os papéis dos setores primário, secundário e terciário nas dinâmicas espaciais.

iv) discutir as transformações socioespaciais na MRG de Ituiutaba (MG) a partir da década de 1970, considerando os processos espaciais oriundos da modernização do campo e seus reflexos na estruturação e reestruturação das cidades.

A definição de *formação socioespacial* utilizada neste trabalho é a proposta por Santos (1979). Para compreender o processo de urbanização da MRG de Ituiutaba (MG), foi necessário discutir as dinâmicas espaciais de ocupação do Triângulo Mineiro, o surgimento dos municípios e das cidades, bem como sua formação econômica e social, buscando apreender as particularidades deste processo no tempo, suas mudanças e seus conteúdos contemporâneos.

Vale destacar que os municípios dessa região são oriundos de grandes propriedades rurais (latifúndios), o que resultou em número reduzido de cidades, localizadas fisicamente distantes umas das outras, um pouco dispersas. Essas distâncias se refletiam na criação de uma rede de influência urbana, que era limitada, com relações menos complexas e concentração de pessoas, estruturas e investimentos em poucas cidades, gerando desigualdades no desenvolvimento territorial do Triângulo Mineiro.

Em síntese, para atingir os objetivos propostos, foi adotada a concepção analítica de avaliar o processo de urbanização da MRG de Ituiutaba (MG) a partir da formação socioespacial dos municípios, com a periodização da análise, os quais representam os processos e as rupturas existentes. Para isso, o trabalho foi estruturado em quatro capítulos, de acordo com os objetivos específicos. No primeiro capítulo, intitulado *Do Sertão da Farinha Podre ao Triângulo Mineiro: formação territorial e fragmentação de municípios nos períodos da Colônia e do Império*, buscou-se analisar os processos

socioespaciais ligados à ocupação territorial do Triângulo Mineiro, desde sua origem, no século XVIII, até o fim do período imperial, no século XIX. Nesse período, as atividades agropecuárias e mineradoras definiram as dinâmicas espaciais e a organização do território, uma vez que os aglomerados urbanos surgiram nas zonas de exploração mineral, ao longo dos caminhos dos tropeiros e nas áreas de maior fertilidade agrícola. As atividades econômicas no Triângulo Mineiro atendiam principalmente as demandas por produtos agropecuários oriundas das províncias/capitanias de São Paulo e do Rio de Janeiro. Além disso, a região servia de apoio para as tropas dos bandeirantes que por ali passavam. Quanto à exploração mineral, esta era quase toda exportada para a Europa, em virtude do pacto colonial.

Os trabalhos de Freitas e Sampaio (1985), Soares (1988, 1995), Brandão (1989), Guimarães (1990, 2010), Barbosa (1995), Bacelar (2003) e Lourenço (2005, 2010) sobre a formação econômica e social do Triângulo Mineiro foram indispensáveis para entender as dinâmicas espaciais existentes na época. Já o trabalho de Cigolini (2009) auxiliou-nos na compreensão das relações políticas e espaciais presentes na criação de municípios no Brasil, enquanto os trabalhos de Santos (1985, 1988, 1996, 2008, 2006) subsidiaram a discussão sobre a formação territorial e a passagem do meio natural para o meio técnico no país.

Também foram utilizados trabalhos de memorialistas regionais, dados censitários, documentos do IBGE sobre fragmentação territorial e formação de municípios, além da elaboração dos mapas que demonstram estes processos no Triângulo Mineiro. Segundo o IBGE, a região é formada por 66 municípios; entretanto, foram considerados somente 65, pois o município de Tiros (MG), localizado no extremo leste, tem sua história de formação

socioespacial vinculada à Abaeté (MG), que é pertencente à mesorregião geográfica Central Mineira, conforme será detalhado ao longo do primeiro capítulo.

Triângulo Mineiro: formação territorial e fragmentação de municípios no período da República é o título do segundo capítulo da tese. Nesse período, o Triângulo Mineiro iniciava sua participação efetiva na divisão territorial do trabalho, com sua inserção na economia nacional, o que refletiu diretamente na formação socioespacial da região, na organização espacial e na criação de municípios. No início do século XX, as relações econômicas eram, em sua maioria, baseadas nas atividades agropecuárias. Com os projetos de integração nacional, os planos nacionais de desenvolvimento e os investimentos na modernização agrícola, na segunda metade do século XX, a região se urbanizou e se transformou. As cidades de Uberaba (MG), Uberlândia (MG) e Patos de Minas (MG) apresentaram desenvolvimento econômico e urbano superior a todas as outras cidades, principalmente devido à instalação de unidades industriais e ao desenvolvimento do setor terciário. Essas cidades foram capazes de incorporar os investimentos em estruturas técnicas e se transformaram em espaços propícios para a reprodução do capital.

Os municípios da MRG de Ituiutaba (MG) surgiram nesse período, entretanto, com desenvolvimento econômico muito aquém de algumas áreas do Triângulo Mineiro. As cidades eram totalmente dependentes das atividades agropecuárias, com poucas unidades industriais e limitado setor terciário. Em virtude disso, essa MRG foi a que apresentou os menores indicadores econômicos de todo o Triângulo Mineiro. As análises deste capítulo apoiaram-se nos mesmos autores do capítulo anterior.

Os dados populacionais, de produto interno bruto (PIB) municipal, de PIB *per capita* e de produção agropecuária ajudaram a entender as dinâmicas econômicas do Triângulo Mineiro e, conseqüentemente, o contexto socioeconômico e histórico da urbanização desta região. Assim como no primeiro capítulo, foram elaborados os mapas de fragmentação territorial do período, demonstrando como ocorreu a formação dos municípios.

O terceiro capítulo recebe o título de *Quando o sertão se urbaniza: formação socioespacial dos municípios da Microrregião Geográfica de Ituiutaba (MG)* e trata da relação entre a formação socioespacial dos municípios, o processo de urbanização e a estruturação das cidades da MRG até a década de 1970. Esse marco temporal foi definido por entendê-lo como um momento de ruptura na urbanização da MRG, pois a partir dos investimentos na modernização agrícola as cidades se transformaram, tornando-se mais dinâmicas.

A urbanização no período analisado neste capítulo foi marcada pela dependência das atividades agropecuárias, com desenvolvimento comercial e industrial limitados e centralização das estruturas na cidade de Ituiutaba (MG) em detrimento das outras cidades da MRG. A produção de arroz, iniciada na década de 1940 e intensificada entre 1950 e 1960, modificou as dinâmicas urbanas, uma vez que potencializou o desenvolvimento econômico e atraiu população migrante, transformando o espaço intra-urbano das cidades, especialmente de Ituiutaba (MG), que foi a principal beneficiária por concentrar as estruturas comerciais. Isso resultou na criação de uma centralidade urbana, com a formação de uma rede de interações espaciais mais intensas entre as cidades da MRG e mais tênues entre outras cidades de Minas Gerais, Goiás e São Paulo.

Nesse mesmo capítulo foi elaborada uma discussão sobre a definição de formação socioespacial, pautada nas obras de Gerratama (1973), Santos (1979) e Melo (2008), as quais subsidiaram as interpretações sobre o processo de urbanização da MRG. O entendimento das dinâmicas espaciais apoiou-se nos trabalhos de Yokomizo (1967), Freitas e Sampaio (1955), Soares (1988, 1995, 1997), Brandão (1989), Santos e Silveira (2005) e Mateus (2013). Merece destaque os trabalhos elaborados por Silva (1997) e Oliveira (2003) sobre a cidade de Ituiutaba (MG), que contribuíram para a investigação do processo de urbanização. Os registros dos memorialistas compuseram o arcabouço de informações sobre as cidades, o que permitiu alcançar detalhes não registrados nos estudos existentes.

Por fim, foram analisados os dados referentes aos censos comercial, demográfico, econômico e industrial, os quais evidenciam as seguintes informações: população urbana e rural, população economicamente ativa (PEA), população ocupada por setor da economia e dados relativos à estrutura comercial e industrial das cidades. Além disso, as informações constantes na *Enciclopédia dos Municípios*, estudo publicado pelo IBGE na década de 1950, ampararam as análises sobre a formação socioespacial e a urbanização na MRG, destacando-se os dados referentes aos equipamentos e serviços urbanos, estabelecimento de ensinos, transportes, às infraestruturas urbanas, frota de veículos, entre outros.

As transformações espaciais nas cidades, oriundas do processo de modernização agrícola, e as dinâmicas urbanas recentes foram analisadas no quarto capítulo desta tese, intitulado *Da fazenda para a cidade: modernização agrícola e processos urbanos recentes na microrregião de Ituiutaba (MG)*. Os investimentos de capital na produção agropecuária do cerrado brasileiro

transformaram as cidades da MRG, principalmente Ituiutaba (MG), que se consolidou como principal centro urbano regional, visto que absorveu os excedentes de capital procedente das atividades agrícolas, resultando na reestruturação da cidade. A produção agropecuária consolidou-se como subsidiária da industrialização na região, o que se nota pelo fato de as principais empresas serem de processamento de produtos de origem animal (indústria de laticínios e frigoríficos) e empresas de melhoramento de grão, além das usinas ligadas ao setor agroindustrial canavieiro.

Essas transformações fomentaram o desenvolvimento do setor terciário das cidades, gerando concentração comercial e de serviços em Ituiutaba (MG), com destaque para os serviços de saúde e educação técnica e superior.

A modernização agrícola e seu reflexo sobre a urbanização foram entendidos a partir das obras de Graziano da Silva (1981, 1982), Pessôa (1999, 1988), Pessôa e Cavalini (1988), Gonçalves Neto (1997), Elias (2003) e Araújo (2010), em consonância com os estudos de Silva (1997) e Oliveira (2003). Os trabalhos de Corrêa (1995) e Soares (1995, 1997) discutem a urbanização em áreas do cerrado e sua relação com a modernização agrícola. Já o trabalho de Melazzo (2006) ajudou a entender as desigualdades socioespaciais nas cidades estudadas.

A apreensão da modernização agrícola e de seus reflexos sobre a reestruturação urbana e da cidade na MRG foi subvencionada pelos dados populacionais (população total, urbana, rural, ocupada por setor da economia, migração); de produção agropecuária; de déficit habitacional; de empresas do setor terciário (agências bancárias, concessionárias de carro e moto, empresas ligadas ao agronegócio, farmácias, hotéis, instituições de ensino técnico e

superior, lojas de eletrodomésticos, lojas franquizadas, serviços médicos, supermercados) e das principais empresas industriais.

Para a avaliação das dinâmicas urbanas, foram elaborados os seguintes mapas: de rede de influência das cidades; de expansão urbana; de percentuais de domicílios alugados, adquiridos, em logradouros sem pavimentação, em condições de moradia semiadequadas ou inadequadas; de renda por chefe de família; das empresas ligadas ao agronegócio; do total de estabelecimentos de saúde; e do percentual de estabelecimentos comerciais. Alguns desses mapas tiveram por base a representação dos dados no total da cidade, na tentativa de visualizar a dispersão do fenômeno no espaço urbano, enquanto outros basearam-se no total do setor censitário, a fim de identificar as áreas com maior concentração do fenômeno.

Por fim, as considerações finais, em que, num esforço de síntese, são apontadas as principais contribuições da tese, bem como alguns questionamentos que podem ser considerados em futuros estudos.

Esta pesquisa, além lançar luz sobre uma discussão do processo de urbanização na MRG de Ituiutaba (MG), integra o grupo de trabalhos desenvolvidos por pesquisadores da Universidade Federal de Uberlândia que formam a Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe²), especialmente aqueles ligados ao Grupo de Pesquisa *Observatório das Cidades*³ da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (FACIP). Ademais, é o primeiro trabalho que se propõe a analisar todas as cidades da MRG, remontando à ocupação territorial do Triângulo Mineiro e à formação

² A respeito da *Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias*, confira: <http://www.recime.org/> e <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0330706CJT5EMV>

³ A respeito do Grupo de Pesquisa do *Observatório das Cidades*, confira: <http://www.observatoriodascidades.com.br/> e <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0015706FMW7HOY>

socioespacial dos municípios e das cidades, desde sua emancipação política até os tempos atuais. Assim, mesmo com todas as limitações desta tese, ela irá compor o restrito mosaico de trabalhos acadêmicos sobre as dinâmicas espaciais e urbanas da MRG de Ituiutaba (MG).

Capítulo 1

Do Sertão da Farinha Podre ao Triângulo Mineiro: formação territorial e fragmentação de municípios nos períodos da Colônia e do Império

Os processos socioespaciais relacionados à formação territorial do Triângulo Mineiro, nos períodos da Colônia e do Império, foram marcados pelas atividades agropecuárias e mineradoras, visto que foram responsáveis pela organização do território e pela definição das dinâmicas espaciais no campo e na cidade, influenciando diretamente sobre a formação socioespacial dos municípios e a urbanização desta região. A ocupação do Triângulo Mineiro iniciou-se quando ele ainda era conhecido como Sertão da Farinha Podre, formando aglomerados urbanos ao longo das áreas de maior desenvolvimento econômico do período, que eram as zonas de exploração mineral, os caminhos dos tropeiros e nas áreas de maior fertilidade agrícola.

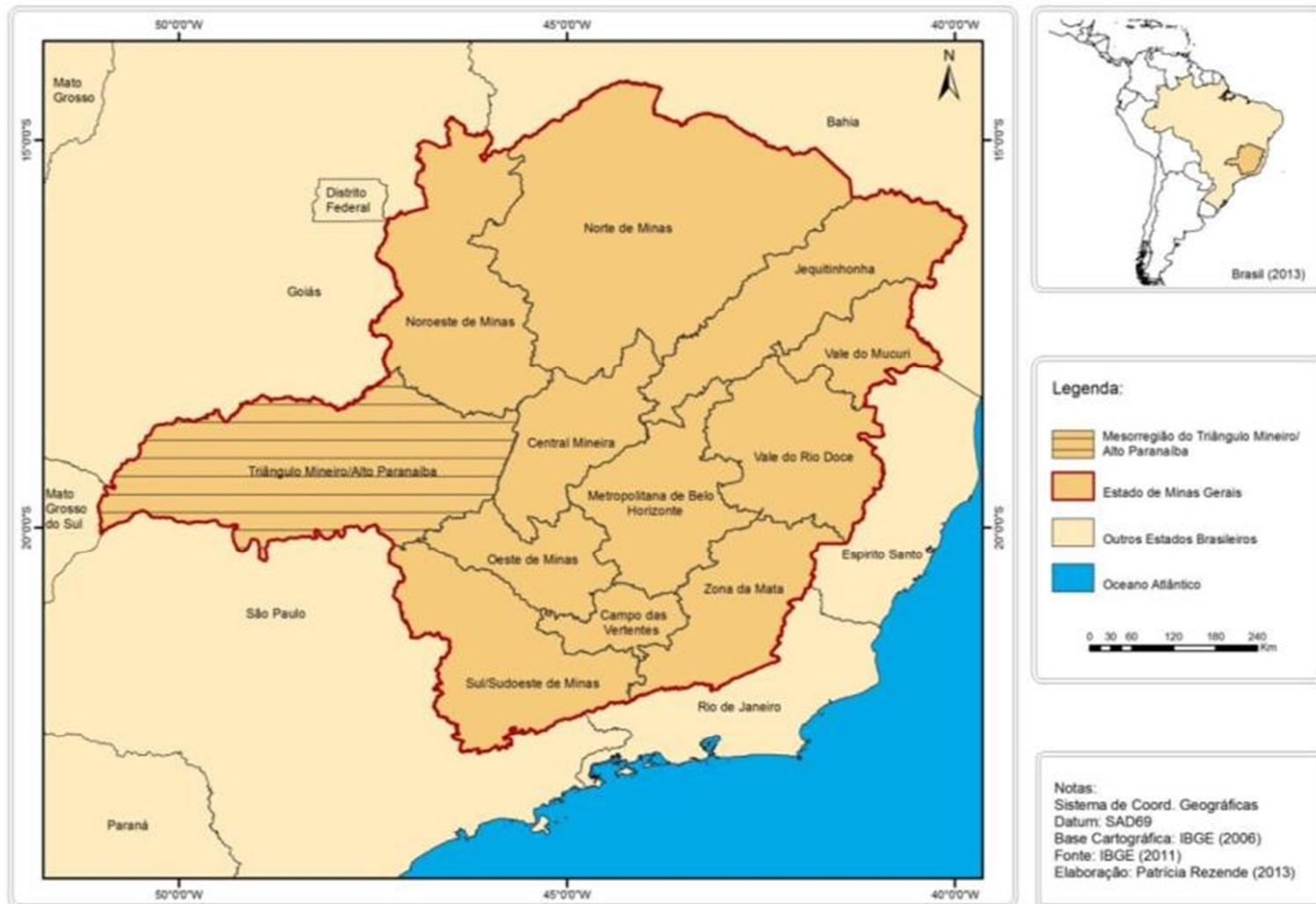
Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é analisar a formação territorial do Triângulo Mineiro, com ênfase na fragmentação de municípios durante os períodos colonial e imperial brasileiro. Para isso, foi necessário retomar as dinâmicas espaciais/territoriais da região, uma vez que

compreendê-las permite entender melhor o processo de urbanização das cidades que formam a microrregião de Ituiutaba (MG).

1.1. Nos tempos do Sertão da Farinha Podre: fragmentação territorial e formação de municípios até o fim do período imperial

Para compreender o processo de formação socioespacial das cidades da microrregião de Ituiutaba (MG) é necessário, primeiramente, entender como ocorreu a ocupação da parte oeste do Estado de Minas Gerais, denominada de Triângulo Mineiro (Mapa 02) até o ano de 1889.

Mapa 02 – Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MG): localização da área (2013)



O processo histórico de constituição territorial do Triângulo Mineiro (conhecido na época como *Sertão da Farinha Podre*⁴), enquanto região econômica e política brasileira, iniciou-se no século XVI, quando era somente um local de passagem de mineradores e tropeiros rumo às áreas de exploração de ouro nas atuais terras do estado de Goiás⁵. Entretanto, é apenas no século XVIII que ocorre a ocupação efetiva da região, com a expedição de Bartolomeu Bueno da Silva⁶, o Anhanguera (filho), que cruzou as terras entre os rios Grande e Paranaíba a caminho das minas de ouro ali localizadas. Ao longo da estrada traçada por ele e seus companheiros, foram criados os primeiros aldeamentos e arraiais, como apontam Freitas e Sampaio (1985), Brandão (1989), Soares (1995), Lourenço (2002, 2005), Bacelar (2003) e Guimarães (2010).

Brandão (1989), ao discorrer sobre a formação territorial do Triângulo Mineiro, destaca que, apesar de a ocupação efetiva desta região ter ocorrido somente no século XVIII, existia indícios de contatos exploratórios já no final do século XVI, com expedições em busca de índios para cativo e de metais preciosos. Segundo o autor:

A primeira provável entrada data do final do século XVI, quando o Capitão Sebastião Marinho partindo de São Paulo, em 1590,

⁴ Segundo Bacelar (2003, p. 42) "*existem duas versões para o nome 'Sertão da Farinha Podre'. A primeira relata o fato de que, como esta região está localizada no sertão mais interiorano, para as primeiras entradas dos paulistas, nessas paragens, era comum deixar os alimentos em certos locais para depois recuperá-los para o sustento das tropas. Como as distâncias eram enormes e os caminhos difíceis, quase sempre quando as tropas chegavam, a esses pontos de abastecimentos, encontravam os alimentos apodrecidos, especialmente a farinha. Assim, virou 'Sertão da Farinha Podre'. Porém, existe uma segunda explicação para esse nome. Pode estar relacionada a uma região portuguesa próxima ao Trás-os-Montes, que seria a matriz desse nome 'Farinha Podre'. No entanto, ainda não se tem uma versão considerada definitiva para tal denominação*". Segundo Lourenço (2005, p. 56) o Triângulo Mineiro ficou conhecido com Sertão da Farinha Podre a partir do final do século XVIII.

⁵ Naquela época, as terras que hoje pertencem ao estado de Goiás estavam subordinadas à capitania de São Paulo. A partir de 1748, elas passaram a ser administradas pela capitania de Goiás, devido sua criação.

⁶ A respeito da biografia dos bandeirantes, Bartolomeu Bueno da Silva (pai e filho), confira: Carvalho Franco (1954).

rumou às nascentes do rio Tocantins, em Goiás, presumivelmente cruzando o Triângulo. Posteriormente, a bandeira de João Pereira de Souza Botafogo que saiu de São Paulo, em outubro de 1596, teria bifurcado seu trajeto, sendo que um grupo atingiu a bacia do rio São Francisco e depois Paracatu para em seguida chegar ao norte de Goiás e o segundo grupo teria atravessado as terras triangulinas alcançando posteriormente também o norte de Goiás. (BRANDÃO, 1989, p. 10).

Da mesma forma, discutindo a constituição política e econômica dessa região, Lourenço (2005, p. 21-22) afirma que:

O Triângulo [Mineiro] nasceu paulista, em 1725, quando então era, para aquela província, apenas uma área de passagem rumo às minas goianas. Tornou-se parte da então recém-criada capitania de Goiás, em 1736⁷, permanecendo como corredor para o tráfego de tropas para São Paulo por quase um século, quando finalmente se integrou a Minas Gerais, em 1816. Para historiadores paulistas e goianos, trata-se de uma simples área de passagem, sem importância estrutural em seus objetivos de estudo. Para historiadores mineiros, representa área periférica em um período – o século XIX – que, em si, também é periférico em seus interesses, já que a maioria deles tem na *Idade de Ouro* do século XVIII seu principal foco de investigação. A importância em estudar o Triângulo Mineiro dos Setecentos e Oitocentos está na oportunidade de acompanhar uma *fronteira*⁸ em plena expansão, naquele período histórico. (Grifos do autor).

⁷ Apesar de Lourenço (2005) afirmar que a capitania de Goiás foi criada em 1736, outros autores afirmam que ela foi criada em 1748. Ribeiro (s.d), em documento disponibilizado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Canabrava (1972) e Couto (2003), em artigos acadêmicos, afirmam que em nove de maio de 1748, através de Carta Régia, o Rei D. João V criou as capitanias de Goiás e Mato Grosso, que foram desmembradas da capitania de São Paulo. Esta, por sua vez, é extinta por decisão real, passando a ser anexada e subordinada ao governo do Rio de Janeiro. Somente em 1765 a capitania de São Paulo é reestabelecida. Para Moreira Matos (1919) e IBGE (1958), no ano de 1736 dá-se a elevação do distrito de Goiás à comarca, em 11 de fevereiro de 1736; entretanto, ainda pertencendo à capitania de São Paulo. Diante disso, adotar-se-á o ano de 1748 como o de criação da capitania de Goiás.

⁸ Nota de Lourenço (2005, p. 22): “Usaremos o termo *fronteira* no sentido que lhe sendo dado desde Frederick Jackson Turner: ‘the frontier is the outer edge of the wave, the meeting point between savagery and civilization’ (TURNER, 2002, p. 03). Não entendemos por selvagem o espaço que antecedeu as sociedades ocidentais no processo de expansão destas. Por isso, talvez um conceito melhor que o de Turner (2002) seja o de Martins (1997, p. 11): ‘a fronteira [é] a geográfica, entendermos fronteira como uma linha de contato dinâmico entre diferentes espacialidades (isto é, formas específicas de apropriação da natureza e produção de ambientes por sociedades historicamente construídas)”.

A ocupação efetiva do Triângulo Mineiro foi marcada por conflitos de interesses entre colonizadores e população indígena, ocorrendo uma transição que Lourenço (2005) denomina de “Cerrado indígena” para “Cerrado geralista”. Para o autor, tal transição foi

[...] radical e violenta – ocorrida entre duas espacialidades, nos séculos XVIII e XIX: o Cerrado indígena, que consistia num espaço milenar, ocupado por uma economia horticultora e aldeã, complementada por atividades de caça e coleta; e o Cerrado geralista, espaço de uma sociedade que se fundamentava numa economia agrícola e pecuarista, que apesar de ter incorporado um grande número de técnicas indígenas, organizava o trabalho humano e utilizava os recursos do Cerrado de forma inteiramente diferente da sociedade anterior e que, por isso, a destruiu. (LOURENÇO, 2005, p. 41).

Apesar desses conflitos, contraditoriamente, os primeiros núcleos populacionais⁹ instituídos pelos colonizadores no Triângulo Mineiro eram formados por indígenas¹⁰. Tais núcleos, classificados por Lourenço (2005) como *aldeamentos*, surgiram ao longo da Estrada do Anhanguera ou dos Goiaes (Mapa 03), que permitia acesso às jazidas auríferas da capitania de São Paulo localizadas próximo aos arraiais de Santa Cruz¹¹, Santa Luzia¹², Meia Ponte¹³, Jaraguá e Santana de Goiás¹⁴ (IBGE, 1958; LOURENÇO, 2005).

⁹ Sobre as diferentes denominações dadas aos núcleos de povoamento, Guimarães (2010, p. 43) destaca: “quanto à denominação dos povoamentos, cabe registrar a existência de uma hierarquia que vai de arraial para freguesia, depois para vila e, finalmente cidade. Arraial denomina uma típica povoação de caráter temporário ou incipiente. Freguesia, por sua vez, representa uma denominação da povoação sob o aspecto eclesiástico, indicando uma maior diversificação das atividades sociais e consolidação dos domínios religiosos na localidade. No caso da Vila, nota-se não apenas a consolidação histórica do povoamento, mas seu desenvolvimento e diversificação econômica e social, sem que ainda tenha atingido o grau de Cidade, [que é a sede político-administrativa do município]. Também encontramos a denominação de Paróquia, que não se refere especificamente ao grau de desenvolvimento do povoamento, mas mais especificamente à divisão territorial eclesiástica de uma diocese religiosa”.

¹⁰ A respeito das populações indígenas do Triângulo Mineiro, confira: Abdala (1997) e Lourenço (2005).

¹¹ Denominação atual: Santa Cruz de Goiás.

¹² Denominação atual: Luziânia.

¹³ Denominação atual: Pirenópolis.

¹⁴ Denominação atual: Goiás (cidade).

Estrada dos Goiases e à estabilidade dos arraiais de ouro¹⁶ (CHAVES, 1998; LOURENÇO, 2005). Tal resistência foi narrada por Chaves (1998, p. 31-32), em seu livro *Caiapônia: romance da terra e do homem do Brasil Central*¹⁷:

Indubitavelmente, na disputa para a posse do território brasileiro, a raça indígena que se contrapôs com maior vigor à invasão do português foi a dos gês¹⁸. Entre outros povos deste grupo, celebrizam-se, pela pugnacidade, os goitacazes, aimorés e timbiras. Um determinismo condena ao desaparecimento a raça vermelha [...] – a civilização. O que resta do gentio do tempo da conquista, pertence ao grupo gê, que conserva a posse territorial do centro do país. Denominam-se caiapós, acuéns, xavantes, xerentes, caneiros, coroados, xocréns, etc. Alguns destes subsistem em condição paradisíaca, enfiados nas malocas do interior desconhecido, nos vales dos Tocantins, do Araguaia, do Xingu e Tapajós, enquanto outros, aparcerando-se com o branco pseudocivilizado, se deixam devorar e consumir. Naquele caso, está a nação caiapó famosa pela belicosidade na defesa do seu *habitat*. Constitui este povo uma das mais vastas expressões raciais, e considerável é a sua infiltração etnográfica na formação do brasileiro atual. Abrangem os seus domínios mais da metade do território goiano, do Triângulo e o oeste mineiro, os territórios de São Paulo e Mato Grosso, marginais do rio Paraná. [...] Na progressão secular da conquista, força houve, igualmente duradoura e indômita – a resistência do tapuia, representado, principalmente, pela aguerrida nação caiapó. A infiltração do branco em Goiás constitui episódio épico, que glorifica não o cruel invasor, mas a bravura do caiapó, o estóico ubirajara. Nenhum outro indígena se lhe assemelhou na têmpera, provada na luta de dois séculos. Não há na história dos descobrimentos mais edificante exemplo de amor à terra, nem resistência tenaz, oposta ao invasor, mais bárbaro que ele.

A resistência dos índios caiapós, no Triângulo Mineiro, foi enfrentada pelos administradores coloniais com a contratação de paulistas que tinham como prática o sertanismo de extermínio. Para Chaves (1998), os índios

¹⁶ A respeito da resistência dos índios caiapós na faixa de terra do atual sul de Goiás, noroeste de São Paulo, pontal do Triângulo Mineiro e leste do Mato Grosso do Sul e a região denominada de *Caiapônia*, confira: Aires de Casal (1976) e Chaves (1998).

¹⁷ Data da primeira edição do livro: 1943.

¹⁸ Atualmente, a grafia utilizada pela Associação Brasileira de Antropologia é *jê*.

caiapós que ocupavam a região foram exterminados por Antônio Pires de Campos (o Moço), ajudado por um exército de 500 índios bororos e xacriabás¹⁹, os quais foram contatados durante a colonização cuiabana e aldeados na região próxima ao atual município de Diamantino²⁰ (MT). Antônio Pires de Campos iniciou a campanha de extermínio e apresamento dos caiapós em 1746, expulsando-os, com violência, do trecho da Estrada dos Goiaes entre os rios Grande e Paranaíba.

Com o fim dos conflitos, no ano de 1750, Pires de Campos iniciou a ocupação colonial do Triângulo Mineiro, criando aldeamentos formados principalmente por índios bororos, que se tornaram os responsáveis pela defesa do trânsito na estrada (CHAVES, 1998; LOURENÇO, 2005).

Em relação às datas de criação dos primeiros aldeamentos, não existe consenso, de modo que Lourenço (2005) elenca os diferentes registros de alguns autores: para Palacin, Garcia e Amado (1995), os três primeiros aldeamentos do Sertão da Farinha Podre foram Rio das Pedras, Santana do Rio das Velhas e Lanhoso, criados em 1748; para Aires de Casal (1976), somente Rio das Pedras e Santana do Rio das Velhas surgiram em 1748; e Lanhoso em 1775, quando os índios bororos foram transferidos de Santana do Rio das Velhas para o novo aldeamento; Eschwege (1996), por sua vez, sugere que todos os aldeamentos do Triângulo Mineiro surgiram a partir de Rio das Pedras, Santana do Rio das Velhas e Lanhoso; já para Saint-Hilaire

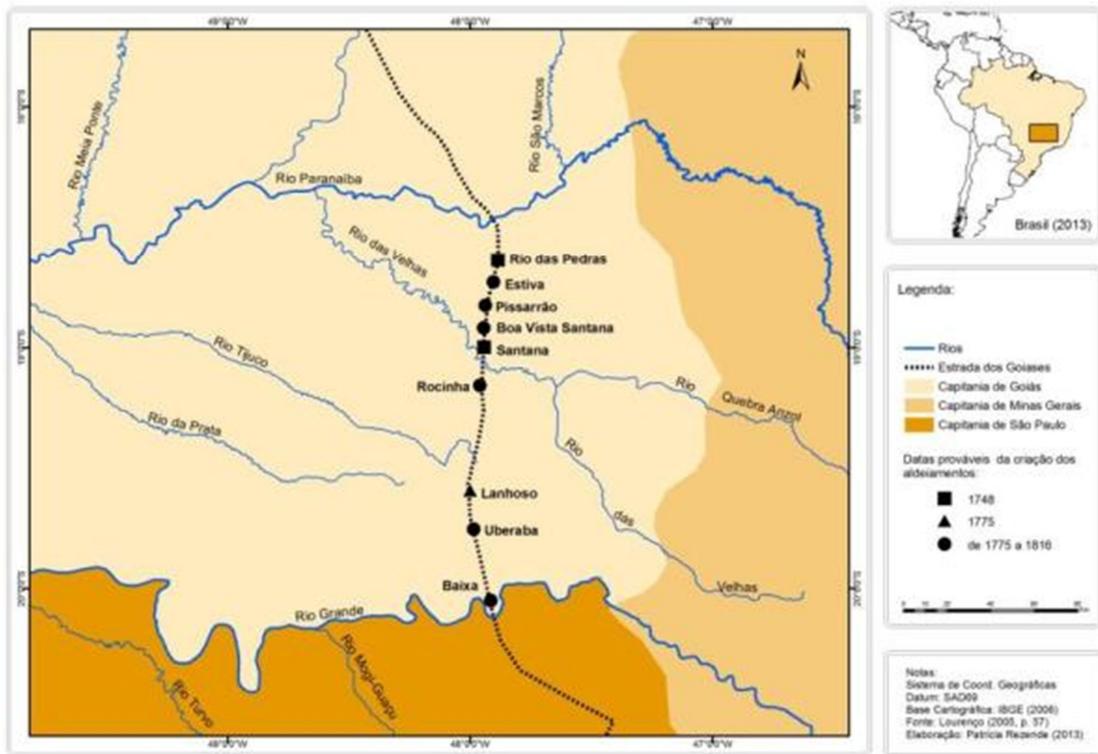
¹⁹ Diferente do apontado por Chaves (1998), Lourenço (2005) defende, baseado no trabalho de Palacin, Garcia e Amado (1995), que Antônio Pires de Campos estava acompanhado de índios bororos e parecis, contatados durante a colonização cuiabana e aldeados nos arredores da vila de Cuiabá.

²⁰ O primeiro arraial surgiu em 1728, ligado a exploração de ouro próximo ao Ribeirão do Ouro, sob o nome de Paraguai, mais tarde, Paraguai-Diamantino e finalmente, Diamantino, nome que se preserva até hoje. A respeito do histórico e da formação administrativa de Diamantino, ver: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/mato grosso/diamantino.pdf>.

(1975), os primeiros aldeamentos foram somente Rio das Pedras e Santana do Rio das Velhas.

Diante da dualidade de informações, será adotada para este trabalho, como referência temporal para a ocupação inicial do Triângulo Mineiro, a proposta de Lourenço (2005), segundo a qual as primeiras aldeias criadas foram Rio das Pedras, Santana do Rio das Velhas, que datam de 1748, e Lanhoso, de 1775; todas as outras teriam surgido no período entre 1776 e 1816, conforme representado no Mapa 04.

Mapa 04 – Triângulo Mineiro (GO):
datas e locais dos primeiros aldeamentos (1748-1818)



Sobre a organização dos aldeamentos, Lourenço (2005, p. 57) destaca que:

Os aldeamentos da Farinha Podre provavelmente se organizavam da forma estabelecida pelo regulamento paulista de 1727, que propunha a direção de um padre jesuíta, nomeado protetor dos índios, um administrador e um governador dos índios, estes últimos seculares. O padre jesuíta José de Castilho foi nomeado protetor dos índios dos aldeamentos triangulinos em 1749, e foi o responsável pela ereção da capela (e provavelmente pelo plano de aldeamento) da aldeia de Santana do Rio das Velhas, na beira daquele rio, um ano depois. Em pelo menos mais dois aldeamentos, existiam capelas – Rio das Pedras e Piçarrão –, mas a capela de Santana [do Rio das Velhas] era a única curada. Ali foi erguida a matriz da freguesia em 1761, já depois da expulsão dos jesuítas. Como nos aldeamentos da região das minas goianas, os da Farinha Podre dispunham de um único administrador para todos os núcleos.

Alguns dos aldeamentos estabelecidos ao longo da Estrada dos Goiases mantiveram-se até o presente ano, transformando-se em sedes municipais ou distritais, enquanto outros se extinguiram, sem nenhum vestígio material de sua existência na paisagem, conforme demonstrado no Quadro 01.

Concomitantemente ao surgimento dos aldeamentos na Estrada dos Goiases, formaram-se outros núcleos de povoamento junto aos caminhos percorridos pelos bandeirantes, constituindo uma rede embrionária de arraiais ligados ao processo de povoamento pioneiro, até 1860 (LOURENÇO, 2005). Considerando o trabalho de Santos (1967), é possível afirmar que a ocupação desta região até meados do século XIX, com sua embrionária rede urbana, foi produto direto da colonização, como ocorreu em quase todo território brasileiro.

Quadro 01 – Triângulo Mineiro (MG):
primeiros aldeamentos e situação administrativas em 2013

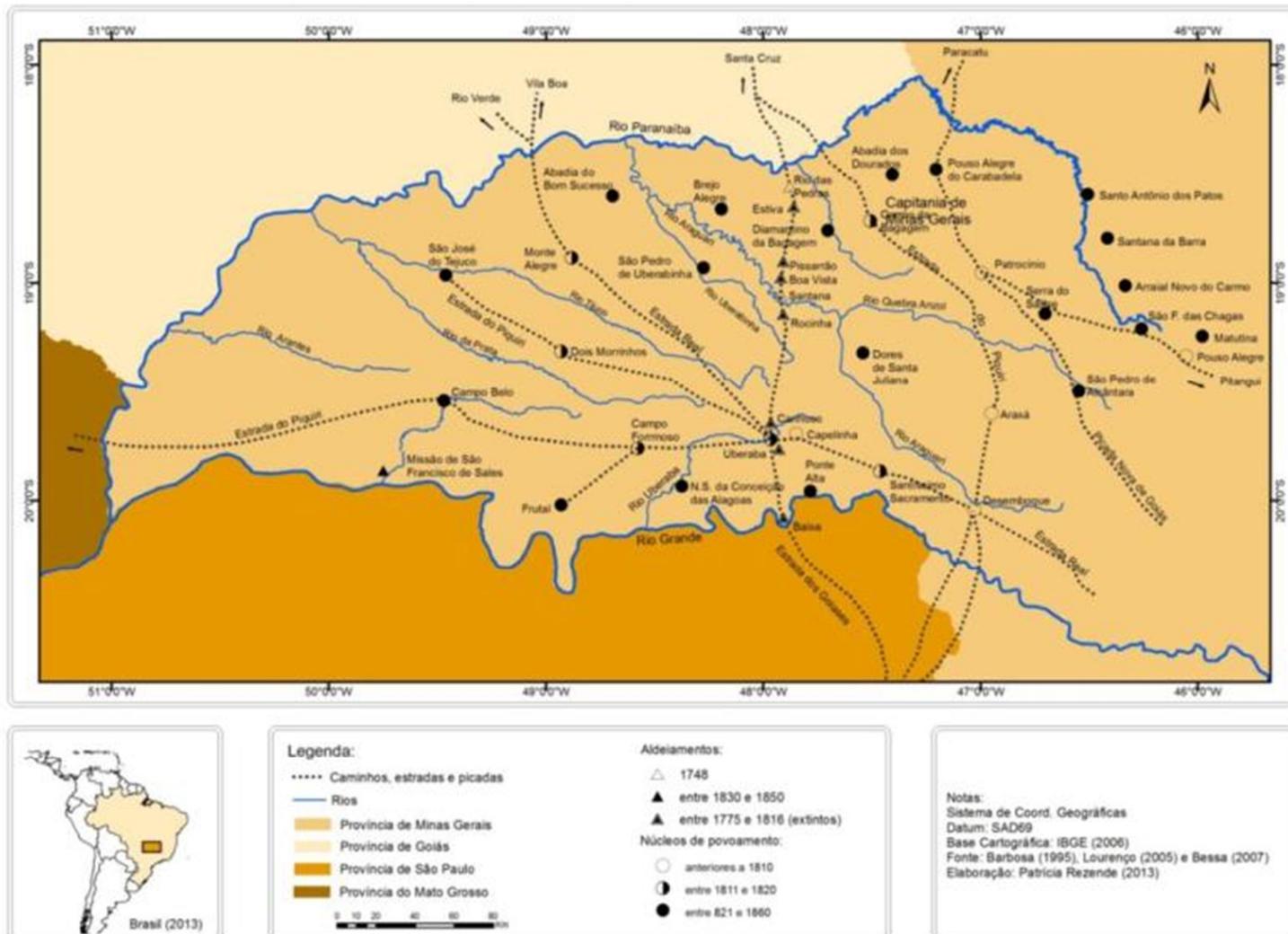
Nome do aldeamento	Provável ano ou período de criação	Situação atual	Nome atual e situação administrativa	Ano de criação da condição atual
Baixa	1776-1816	Existente	Baixa: distrito de Uberaba (MG)	1953
Boa Vista	1776-1816	Extinto	-	-
Estiva	1776-1816	Extinto	-	-
Lanhoso	1775	Extinto	-	-
Piçarrão	1776-1816	Extinto	-	-
Rio das Pedras	1748	Existente	Cascalho Rico (MG): sede de município	1948
Rocinha	1776-1816	Existente	Tapuirama: distrito de Uberlândia (MG)	1943
Santana do Rio das Velhas	1748	Existente	Indianópolis (MG): sede de município	1938
Uberaba	1776-1816	Existente	Uberaba (MG): sede de município	1836

Fonte: Barbosa (1995), Lourenço (2005), IBGE (1958a, 1959, 1959a, 1959b).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

O Mapa 05 ilustra os povoamentos do Triângulo Mineiro, então Sertão da Farinha Podre, até 1860. Estes surgiram principalmente para intermediar as ligações entre o litoral e as áreas de exploração de minerais, o sertão. Para Prado Junior (1986), a intencionalidade destes arraiais era construir corredores de segurança contra o ataque dos índios e quilombolas ao longo dos caminhos percorridos pelos colonizadores, uma vez que as bandeiras possuíam somente caráter exploratório e não de povoamento.

Mapa 05 – Triângulo Mineiro (MG): ocupação territorial até 1860



Apesar da área do Triângulo Mineiro ter sido ocupada inicialmente com objetivo de manter a segurança nas rotas por onde circulavam os metais preciosos, a partir de meados do século XIX, devido aos anseios políticos locais, encetou-se a tentativa de inserir de fato esta região no circuito econômico brasileiro. Guimarães (2010, p. 31-32) afirma que esse processo teve início ainda no final do século XVIII, entretanto, ainda de forma muito exordial:

[...] para entender a incipiente ocupação marginal da área da atual região do Triângulo Mineiro, pode-se realizar um recorte histórico e situar seus primórdios econômicos atrelados à dinâmica da economia da exploração mineral. Portanto, é neste período de fins de século XVIII que a área do Triângulo Mineiro passou a fazer parte do circuito mais geral de ocupação e acumulação de capitais. É também desta relação embrionária com a economia de exploração mineral que as bases socioeconômicas do Triângulo Mineiro se formaram e passaram a constituir uma particular articulação entre as origens mineiras e os estreitos vínculos com o Centro-Oeste e a economia paulista.

Já Lourenço (2010), corroborando as ideias defendidas por Guimarães (2010), afirma que:

[...] concomitantemente à transição para uma formação econômica-social dominada pelo modo de produção capitalista, iniciou-se uma transição para uma formação socioespacial capitalista, perceptível nas escalas do território e do lugar, na região do Triângulo Mineiro, durante as últimas quatro décadas do século XIX. (LOURENÇO, 2010, p. 15).

A manutenção e consolidação de arraiais no Triângulo Mineiro evidenciaram os anseios da elite local de se tornarem figuras políticas de destaque, mesmo que em escala regional, uma vez que vários deles não

possuíam representatividade junto ao governo central brasileiro. Tal processo de consolidação do poder, denominado regionalismo, é explicado por Castro (1994, p. 165) a partir das ações políticas de grupos que se organizam em defesa de interesses específicos, vinculados à sua identidade territorial:

A base territorial para a expressão do regionalismo é, necessariamente, a região. Essa se define a partir da relação do homem com seu meio e com seus símbolos. A elite se apropria desses símbolos, reelaborando-os ideologicamente na identidade regional, conferindo visibilidades valor simbólico aos traços singulares da sociedade local [...] e na utilização desses aspectos simbólicos como um recurso político que se estrutura o poder local. O território passa a ser tratado como sujeito do processo histórico, substituindo e reduzindo a visibilidade das relações sociais, que se diluem nos problemas territoriais.

Para Haesbaert (1988, p. 26), a consolidação do poder local via práticas regionalistas é

[...] um processo de criação e sustentação de determinados significados sociais, relacionados sempre a um dado território, através dos quais uma fração de classe, hegemônica ou portadora de alguma bandeira autonomista, procura fazer valer seus interesses – de natureza político-econômica e/ou de identidade cultural (que também não pode ser separada de uma fundamentação) – frente aos interesses da classe dominante em nível do Estado-Nação.

Diante do cenário apresentado, pode-se afirmar que o regionalismo no Triângulo Mineiro não deriva somente de sua consolidação político-econômica em meados do século XX – principalmente com as cidades de Uberlândia (MG) e Uberaba (MG) – como apontam Brandão (1989), Soares (1995), Bacelar (2003) e Guimarães (2010). Foi resultado também de um processo cuja origem remonta ainda ao século XIX, quando as elites locais

buscavam se consolidar como líderes e referências políticas, tornando o Triângulo Mineiro no que Brito (1986) afirma ser um território com individualidades psicológicas em relação aos seus vizinhos, ou seja, uma região que consegue se transformar e desenvolver a partir dos estímulos externos (economia paulista e atividades exploratórias no Centro-Oeste), deixando de ser somente uma área de passagem.

A formação dos arraiais no Triângulo Mineiro resultou das iniciativas das oligarquias rurais, principalmente a partir da formação de patrimônios religiosos, ou seja, da ereção de capelas nos arraiais (LOURENÇO, 2005), o que confirma o papel das elites locais neste processo. A Igreja Católica foi elemento fundamental no surgimento de arraiais e vilas no Brasil, uma vez que os reconhecimentos da legitimidade destes aglomerados só aconteciam com a cura da capela (MARX, 1991; LOURENÇO, 2010). No Triângulo Mineiro:

A formação de arraiais ocorria alguns anos depois dessa ocupação pioneira, quando fazendeiros, sitiantes e agregados já haviam estabelecido laços sociais mais sólidos. A identidade desses grupos se expressava na esfera religiosa, na constituição de irmandades seculares, que logo tratavam de erguer uma capela ao santo de sua devoção. Fazendeiros doavam um patrimônio à irmandade, onde, em torno da capela, era demarcado o adro, a partir do qual se traçava o primeiro arruamento. (LOURENÇO, 2010, p. 52-53).

E vale destacar que:

A medida que a colonização da porção oeste da Farinha Podre ocorria, novos arraiais surgiam e cresciam e, neles, novos grupos de proprietários de terra e comerciantes mobilizavam-se para obter seu quinhão do poder político. Alguns destes arraiais conseguiram emancipar-se, transformando-se em sedes de municípios [...]. (LOURENÇO, 2010, p. 55).

Para Brandão (1989) e Guimarães (1990, 2010), apesar de a ocupação ter se originado ainda no século XVIII, a decadência da mineração na região central de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso no final deste século incentivou o desenvolvimento de atividades que dependiam da posse de terras. A partir de 1816, com a transferência do Triângulo Mineiro da capitania de Goiás²¹ para a capitania de Minas Gerais, a região passou a ser efetivamente ocupada, com a instalação de fazendas para cultivo de produtos alimentares e criação de gado, surgindo assim vários arraiais no território do atual Triângulo Mineiro, como demonstrado no Quadro 02.

²¹ A área do Julgado de Nossa Senhora do Desterro das Cachoeiras do Rio das Velhas do Desemboque (posteriormente Julgado Nossa Senhora do Desterro do Desemboque, por fim Julgado do Desemboque) e do Julgado de São Domingos de Araxá, que corresponde, aproximadamente, a área do Sertão da Farinha Podre e da atual mesorregião geográfica do IBGE do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

Quadro 02 – Triângulo Mineiro (MG):
primeiros arraiais²² por período (data aproximada) com toponímias de 2013

Período	Nome atual
Até 1748	Cascalho Rico Indianópolis
De 1749 a 1810	Araxá Desemboque Patrocínio São Gotardo
De 1811 a 1820	Campo Florido Coromandel Monte Alegre de Minas Monte Carmelo Prata Sacramento Uberaba
De 1821 a 1860	Abadia dos Dourados Delta Lagoa Formosa São Francisco Sales Araguari Estrela do Sul Matutina Serra do Salitre Campina Verde Frutal Patos de Minas Tupaciguara Carmo do Paranaíba Conceição das Alagoas Ibiá Ituiutaba Rio Paranaíba Santa Juliana Uberlândia

Fonte: Bessa (2007).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Apesar da criação de 32 arraiais até o ano de 1860, é apenas no ano de 1831 que surge a primeira vila com autonomia administrativa no Triângulo

²² Apresentados somente os arraiais que no ano de 2013 possuem função administrativa de sede de município, com exceção do Desemboque (hoje distrito de Sacramento). As mudanças na toponímia podem ser verificadas em Barbosa (1995) e Costa (1997).

Mineiro: Araxá (MG)²³, que, segundo IBGE (1958a), foi elevado à categoria de vila com a denominação de São Domingos do Araxá, desmembrado do município de Paracatu²⁴, com sede no antigo distrito de São Domingos do Araxá, constituindo o distrito sede do município, conforme o decreto de 13 de outubro de 1831. A criação do município de Araxá somente na terceira década do século XIX aponta para a existência de um interstício de quase um século entre o surgimento dos primeiros aglomerados e a criação do primeiro município.

Analisando a fragmentação territorial de Minas Gerais, Costa (1997) afirma que a ausência de continuidade temporal no processo de criação e divisão de novos municípios esteve relacionada à carência de oportunidades de desenvolvimento econômico, resultante da exaustão das reservas de ouro no Estado²⁵.

Sobre o surgimento de municípios no Brasil nos períodos colonial (de 1500 a 1822) e imperial (de 1822 a 1889), Cigolini (2009) aponta que a dinâmica espacial da criação das municipalidades estava submetida a duas lógicas de ocupação do espaço²⁶:

- i) a fragmentação territorial oriunda da necessidade de organização social e econômica do espaço ocupado;
- ii) a fragmentação territorial como resultado de ações geopolíticas de consolidação do domínio do território.

²³ O Julgado do Desemboque é administrativamente mais antigo que o Julgado de São Domingos do Araxá, entretanto, ele não existe mais como sede de município, como Araxá, como será apontado mais a frente neste trabalho.

²⁴ A respeito da fragmentação territorial do município de Paracatu, confira: IBGE (1959a), Barbosa (1995), Costa (1997), Lourenço (2010).

²⁵ Nos períodos de 1718 a 1730 e de 1731 a 1789 não houve criação de municípios.

²⁶ A respeito de uma discussão mais profunda sobre as dinâmicas territoriais e a criação de municípios no Brasil, confira: Cigolini (1999 e 2009). Sobre a criação de municípios no Estado de Minas Gerais, confira: Pinto (2003).

Nesse sentido, ao analisar a criação de municípios no período colonial, o autor afirma que:

[...] a configuração espacial dos municípios originários do período colonial mostra que, por um lado, os municípios foram criados em virtude da organização da vida local, mas, por outro lado, resultam de ações geopolíticas inseridas num objetivo maior: a estratégia de ocupação e de proteção do território brasileiro. Essa configuração iniciou sua formação pela ação de dois atores: os donatários e a Coroa. Com o fim das capitâneas hereditárias, a criação de municípios ocorria com a aprovação do poder metropolitano, através das autoridades que exerciam a administração da colônia. Nesse período da história, a criação de novos municípios não aparece como problema, mas como solução. O movimento de conquista do território, cuja estratégia inicial impunha uma dinâmica espacial previamente definida para a criação de municípios, manteve uma lógica semelhante na fase de ampliação dessa conquista, quando houve a expansão territorial, com os municípios ocupando papel de destaque nesse processo. Constatou-se, igualmente, que o território, ao se expandir, exigiu um processo permanente de compartimentação. (CIGOLINI, 2009, p. 109).

Cigolini (2009) corrobora a tese defendida por Abreu (2005) de que a ocupação do território brasileiro não aconteceu de forma casual, mas sim planejada e com objetivos.

A não criação de municípios no Triângulo Mineiro no período colonial (ver Anexo I) é explicada por Cigolini (2009) como resultado de uma política de ocupação do território brasileiro caracterizada pela criação de municipalidades no litoral, pois além das funções administrativas, judiciárias e de organização da vida cotidiana local, esses municípios e suas vilas também desempenhavam as funções de defesa do território e de criação de uma rede mercantil. A fundação de municípios além da faixa litorânea do país resultaria no incentivo ao despovoamento do litoral, principalmente por que as minas de exploração mineral se concentravam nas capitâneas do interior do país.

Comparativamente, apesar da concentração de municipalidades no litoral, o governo central do período colonial era menos centralizador do que o do Império, uma vez que a limitação de criação de novos municípios na Colônia estava diretamente vinculada ao número total de habitantes que havia no Brasil. No fim do período colonial, segundo Cigolini (2009), o país possuía 187 municípios, a maioria deles localizada nas províncias que formaram as atuais regiões Nordeste e Sudeste.

Como já aludido, durante o Império o governo foi mais centralizador do que na época da Colônia, tanto do ponto de vista administrativo, como político (CIGOLINI, 2009). Para o autor, o período imperial foi marcado por uma intensa preocupação com a manutenção da integridade territorial, especialmente para garantir os limites fronteiriços e a unidade do país. Assim, o autor afirma que:

Do ponto de vista do uso das divisões territoriais, o Império fez o inverso da Colônia. Esta usava das partições de modo muitas vezes arbitrário e confuso, procurando evitar o surgimento de uma força política colonial centralizadora. O Império estabeleceu uma relação hierárquica bem definida e centralizada do poder. [...]. O esquema da administração colonial imposto foi, ao mesmo tempo, centralizador e dispersivo, demonstrando que desde o princípio da colonização houve a convivência de duas forças contrárias: uma centrífuga, representada pela forma de ocupação, via capitânicas hereditárias e núcleos dispersos, e outra centrípeta, representada pela instalação do Governo Geral e pela centralização política, que procurava manter as forças centrífugas sob o controle da Metrópole. No Império essa dualidade foi alterada. O sistema imposto pela Constituição Imperial ordenou os poderes, disciplinando funções tanto do ponto de vista vertical, ou seja, na estrutura política do Estado, como do ponto de vista horizontal, exigindo o cumprimento de funções padronizadas em todo o território. Para garantir esse sistema, foram criados os Conselhos Provinciais, que subordinavam as câmaras. Tais conselhos eram, por sua vez, subordinados ao presidente da Província, que era nomeado pelo

imperador. Os atos legislativos dos Conselhos eram submetidos ao presidente da Província e, após, remetidos para aprovação do Poder Central. (CIGOLINI, 2009, p. 115-116).

Com a declaração da independência do Brasil, o poder central direcionou esforços para a manutenção do Império, através da sustentação da sua estrutura administrativa e política, buscando afastar a ameaça da criação da República e, conseqüentemente, a perda de poder da família real portuguesa, como apontado por Magnoli (1997). Com essa finalidade, foi elaborada a Constituição Brasileira de 1824, que dava ao Imperador o posto de chefe supremo do Estado brasileiro e instituía três artigos²⁷ tratando dos municípios (CIGOLINI, 2009). Para Nunes (1920), foi somente com esta constituição que se iniciou a fase brasileira da história municipal no Brasil, pois até então o que existia era a transposição do modelo de município português²⁸ para o país.

A Tabela 01 apresenta a distribuição de municípios por províncias brasileiras nos períodos colonial e imperial. A taxa de acréscimo relativo indica a preocupação da Coroa Portuguesa em manter o controle sobre todo o território nacional, avançando, mesmo que de forma tímida, para a ocupação da fronteira oeste do país.

²⁷ A Constituição Política do Império do Brasil de 1824 está disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm

²⁸ A respeito da história dos municípios e do poder local em Portugal, confira: Oliveira (1996).

Tabela 01 – Brasil: número de municípios por período (1500-1889)

Províncias	Municípios criados na Colônia	Municípios criados no Império	Acréscimo relativo (%)	Total
Alagoas	07	21	300,00	28
Amazonas	03	13	433,33	16
Bahia	33	62	187,88	95
Ceará	07	52	742,86	59
Espírito Santo	07	08	114,29	15
Goiás	01	28	2.800,00	29
Maranhão	09	35	388,89	44
Minas Gerais	14	98	700,00	112
Mato Grosso	02	07	350,00	09
Pará	14	25	178,57	39
Paraíba	06	22	366,67	28
Paraná	06	12	200,00	18
Pernambuco	09	42	466,67	51
Piauí	02	20	1.000,00	22
Rio de Janeiro	13	23	176,92	36
Rio Grande do Norte	06	21	350,00	27
Rio Grande do Sul	06	49	816,67	55
Santa Catarina	04	14	350,00	18
São Paulo	33	84	254,55	117
Sergipe	05	26	520,00	31
Total	187	662	354,01	849

Fonte: Cigolini (2009).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

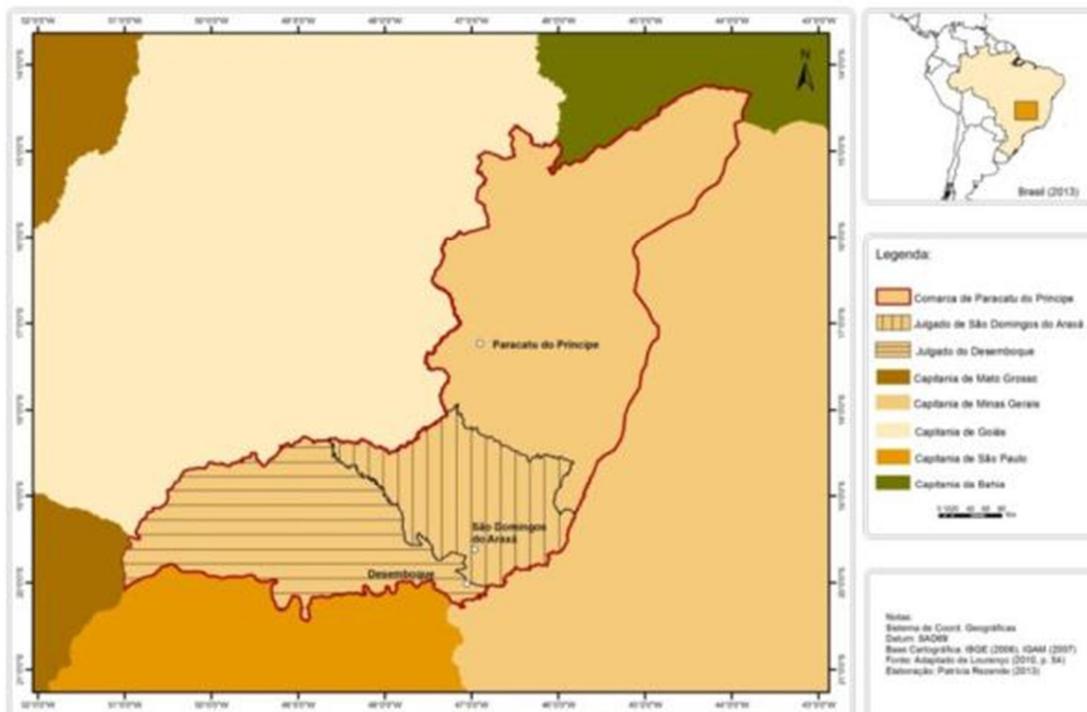
Foi nesse contexto de criação de municípios no período do império brasileiro que surgiu o primeiro município do Triângulo Mineiro: Araxá (MG). A história de ocupação de Araxá teve início em 1763, quando as terras do Triângulo Mineiro ainda estavam subordinadas à capitania de Goiás (BARBOSA, 1995); entretanto, a criação da Freguesia de São Domingos do Araxá (MG) deu-se somente em 20 de dezembro 1811, quando pertencia à Comarca de Vila Boa de Goiás (GO). O alvará régio de 04 de abril de 1816²⁹ transferiu a referida freguesia da capitania de Goiás, à qual pertencia desde sua criação, para a capitania de Minas Gerais. Neste mesmo documento foi

²⁹ Alvará disponível em:

http://www.brown.edu/Facilities/John_Carter_Brown_Library/CB/1816_docs/L06_p01.html

transferida a Freguesia do Desemboque (MG), formando assim os Julgados de São Domingos do Araxá (MG) e Julgado do Desemboque (MG), pertencentes à Comarca de Paracatu (MG), conforme demonstra o Mapa 06.

Mapa 06 – Comarca de Paracatu do Príncipe (MG): localização do Julgado do Desemboque e do Julgado de São Domingos do Araxá (1816)



O Julgado do Desemboque (MG) foi o primeiro povoado administrativo do Triângulo Mineiro, criado oficialmente em 02 de março de 1766, com a instalação de um juiz e de toda a burocracia referente à administração territorial³⁰ da região. No entanto, data de 1760 o início da ocupação do Desemboque (MG), em consequência das descobertas de jazidas de metais preciosos na região (BARBOSA, 1995). Embora possuísse certa

³⁰ Julgado era a antiga denominação utilizada pela administração portuguesa para designar os limites territoriais de uma jurisdição, de um ou grupo de juizes. O juiz poderia ser ordinário (isto é, eleito pelos moradores de posses) ou de fora (nomeado pela Ouvidoria). Pode-se dizer que equivale, de forma análoga, ao que se denomina atualmente por município (LOURENÇO, 2005; GUIMARÃES, 2010). A respeito do sistema judiciário colonial brasileiro, confira Holanda (1985).

autonomia administrativa, o Julgado não exercia função de comarca ou município na divisão territorial deste período. Segundo Lourenço (2005, p. 113-114), no ano de 1765 o Desemboque (MG) já apresentava crescimento significativo, contabilizando 195 casas e aproximadamente 1.300 habitantes. O domínio territorial desse julgado não era bem definido, formado pelas bacias dos rios Grande e Paranaíba e pela parte sul de Goiás. É digno de nota que até o ano de 1837 essa área era pouco explorada, desconhecida e alheia aos circuitos econômicos da época (GUIMARÃES, 2010).

O surgimento do Desemboque (MG) esteve diretamente vinculado às descobertas auríferas no Triângulo Mineiro, em torno das jazidas próximas à nascente do rio das Velhas (atual Rio Araguari), que orientou toda a ocupação da porção leste dessa região, tal que os arraiais associados à pecuária surgiram ao longo das picadas³¹ Nova e Velha de Goiás, enquanto aqueles ligados à atividade mineradora conformaram as vias que surgiram para a circulação de pessoas e mercadorias (BARBOSA, 1995; LOURENÇO, 2005).

Por ter se constituído como um ponto de passagem, o povoado do Desemboque (MG) tornou-se um centro de contrabando, uma vez que era caminho daqueles que fugiam do pagamento do imposto do quinto e da derrama, conforme esclarece Lourenço (2005, p. 116):

Situado além-fronteiras de Minas, mas ligado aos seus principais centros e a São Paulo e Goiás, confluência de caminhos vindo das três capitânicas, o povoado beneficiou-se de uma posição privilegiada pela equidistância geográfica em relação a eles. Desse modo, acolhia as fugas das derramas

³¹ Picadas eram os caminhos utilizados para circulação de pessoas e mercadorias, por onde passavam a produção vegetal, animal e mineral da região. A respeito das picadas e estradas no início da colonização do Triângulo Mineiro, confira: Saint-Hilaire (1997), Eschwege (1996) e Lourenço (2005).

mineiras, e ao mesmo tempo era rota de contrabando de mercadorias e ouro que trafegavam entre Goiás, Minas e São Paulo.

O significativo crescimento do povoado na década de 1760 pode ser explicado não somente pelas descobertas de jazidas de ouro na região, mas principalmente por ter sido uma área utilizada para contrabando, como apontam Barbosa (1995), Lourenço (2005) e Guimarães (2010). Esta hipótese se confirma quando os referidos autores indicam em seus estudos que, com o fim das derramas de ouro no início do século XIX, o povoado do Desemboque (MG) iniciou seu período de decadência, acompanhado do desenvolvimento de outro núcleo, o arraial de São Domingos do Araxá (MG), que possuía dinâmicas geográfica e econômica distintas. (BARBOSA, 1995; LOURENÇO, 2005). Nesse sentido, sobre o desenvolvimento econômico da região, Guimarães (2010, p. 39-40) aponta que:

Assim, a partir do final do século XVIII, embora sem grande impulso econômico, novas áreas foram sendo ocupadas pela produção agropecuária, em distintas direções e sem grandes diferenciações produtivas. Dada a ausência de outro núcleo urbano no Triângulo Mineiro, era natural que algumas famílias se direcionassem para onde já se encontravam estabelecidas incipientes bases produtivas e onde continuavam funcionando as atividades comerciais das rotas de integração, como eram os pontos de apoio de Araxá e Patrocínio. Assim, tendo como substrato a atividade agropecuária e a incipiente integração comercial, ocorreu a consolidação das paróquias de São Domingos do Araxá (1791) e de Nossa Senhora do Patrocínio do Salitre (1800).

O arraial de São Domingos do Araxá (MG) emergiu como o centro político e mercantil de todo o Triângulo Mineiro ligado ao poder dos coronéis pecuaristas, que tinham em suas terras fontes de águas salitrosas capazes de

servir de bebedouro para o gado. A partir de 1770, a notícia de que existiam fontes naturais de água salgada gerou significativo fluxo de pessoas (criadores, roceiros sem terra) para a região de Araxá (MG), polarizando a atividade da pecuária extensiva que avançava rapidamente na porção oeste mineira, o que impulsionou o desenvolvimento do arraial (LOURENÇO, 2005).

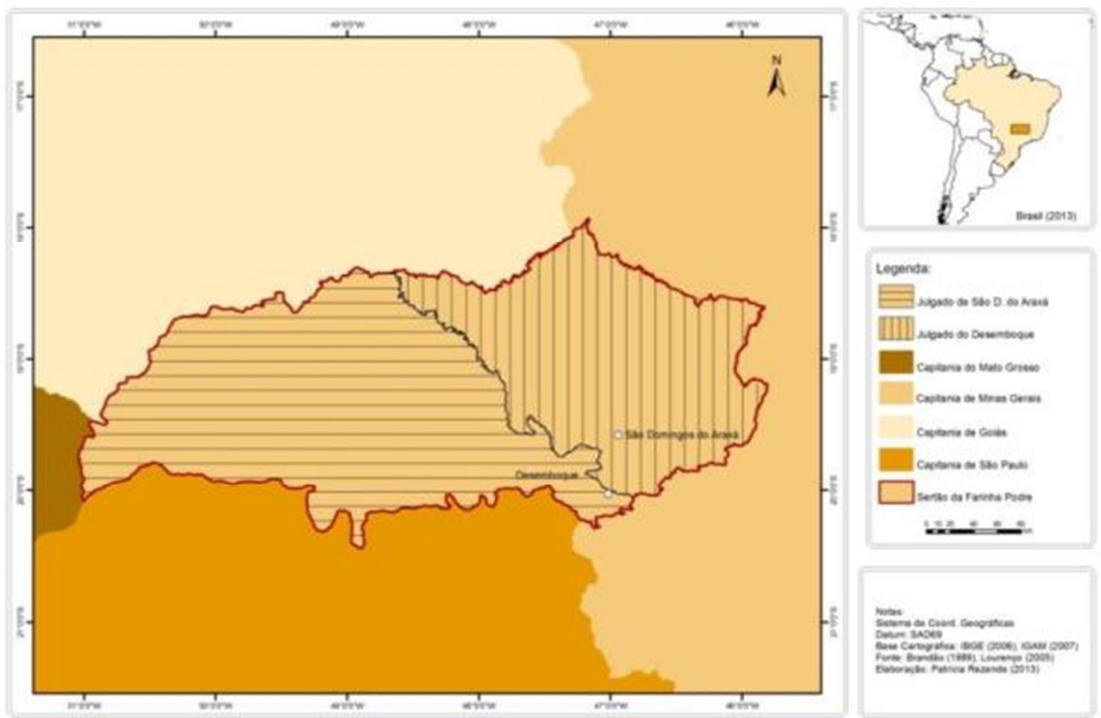
Nesse sentido, Guimarães (2010, p. 44) aponta que

[...] a emergência do núcleo populacional de Araxá apresentou muito mais forças produtivas rurais do que especificamente urbanas, onde se destacava, tanto política quanto economicamente, a figura dos coronéis da pecuária extensiva. Estes fatores permitem inferir que este núcleo urbano encontrava-se basicamente subordinado à força política e à estrutura produtiva rural, com pequeno desenvolvimento dos capitais comerciais e manufatureiros, bem como uma frágil integração e polarização econômica regional.

Para Brandão (1989) e Lourenço (2005), foram os interesses mercantis dos criadores de gado araxaenses que levaram à reivindicação da separação da faixa de terra sob influência da Freguesia de São Domingos do Araxá (MG) do Julgado do Desemboque (MG), criando, em 20 de dezembro de 1811, o Julgado de São Domingos do Araxá (MG). Sob os mesmos argumentos³² políticos e econômicos desses criadores, em 04 de abril de 1816 os julgados do Desemboque (MG) e São Domingos do Araxá (MG) passaram à jurisdição da capitania de Minas Gerais (Mapa 07).

³² De forma sintética é possível afirmar que os interesses dos criadores de gado que motivaram a formação do Julgado de São Domingos do Araxá e sua anexação à capitania de Minas Gerais estavam ligados aos preços de revenda dos animais e impostos pagos à capitania de Goiás. A este respeito, confira: Brandão (1989), Barbosa (1995) e Lourenço (2005).

Mapa 07 – Triângulo Mineiro (MG): localização do Julgado de São Domingos do Araxá e do Julgado do Desemboque (1816)



A anexação destes territórios à capitania de Minas Gerais impactou diretamente suas economias, especialmente a do Julgado do Desemboque (MG), como aponta Lourenço (2005, p. 121):

No Desemboque, como seria de se esperar, a decisão da Coroa de anexar o julgado à capitania de Minas Gerais representou mais um revés para sua economia que, em grande parte, fundamentava-se no contrabando. O arraial perderia sua posição privilegiada de principal entreposto da tríplice fronteira, onde o tráfico clandestino de gêneros ocorria não só a partir de Minas como também de São Paulo. De 1816 em diante, entrou numa decadência irreversível.

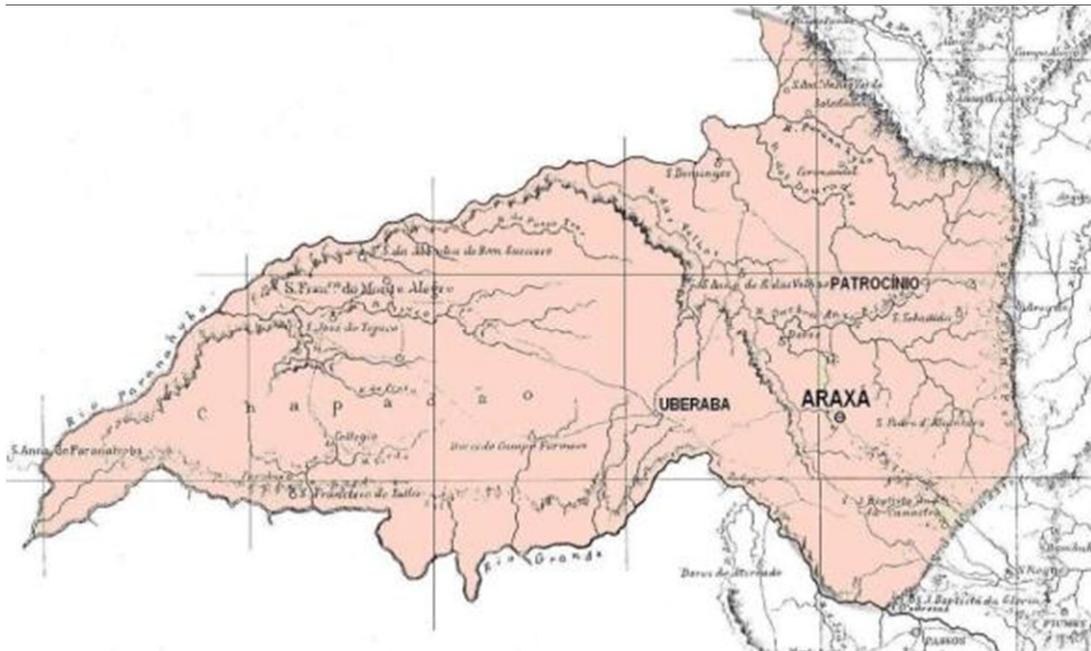
A derrocada econômica do Julgado do Desemboque (MG) potencializou a emigração dos moradores da freguesia para outras áreas do Triângulo Mineiro, agravando ainda mais sua crise e fortalecendo as elites

rurais de outras localidades. O crescimento político e econômico dos criadores de gado, aliado à ausência de representatividade política junto à câmara do município de Paracatu do Príncipe (MG) e às consequentes dificuldades de estabelecimento de relações, levaram os grupos dominantes da região do Julgado de São Domingos do Araxá (MG) a solicitarem sua independência administrativa. Barbosa (1995) afirma que no ano de 1820 este julgado possuía mais de 6.000 habitantes, com mais de 170 casas no arraial, utilizadas em sua maioria nos finais de semana pelos criadores de gado da região, quando estes se dirigiam até o arraial para o cumprimento das obrigações religiosas e para a comercialização dos produtos oriundos de suas propriedades.

Os anseios dos grupos dominantes fizeram surgir no início de 1830 um movimento reivindicatório de separação territorial, baseado no argumento de que os julgados de São Domingos do Araxá (MG) e do Desemboque (MG) pertenciam à Comarca de Paracatu do Príncipe (MG), não ao município. O conflito foi decidido pelo Conselho Geral da Província de Minas Gerais em favor da Comarca, ou seja, ficou definido que os julgados pertenciam à Paracatu do Príncipe (MG). Entretanto, antes do conhecimento da decisão do Conselho Geral da Província de Minas Gerais, os moradores declararam a independência do arraial de São Domingos do Araxá (MG), elevando-o à categoria de vila e sede do município, em 11 de setembro de 1830. Em função do desacordo entre a câmara de Paracatu (MG) e os representantes políticos do arraial de São Domingos do Araxá (MG), o processo de fragmentação territorial foi novamente avaliado pelo Conselho Geral de Província, sendo que desta vez o

parecer foi favorável à emancipação do arraial São Domingos do Araxá (MG)³³, elevado à vila e criado o município em 31 de outubro de 1831 (IBGE, 1958a; BARBOSA, 1995; ROSA, 2011). Neste mesmo ano, segundo Silva (2005) e Rosa (2011), o Julgado do Desemboque (MG) foi extinto³⁴ e suas terras anexadas ao município de São Domingos do Araxá (MG), formado por todo Sertão da Farinha Podre ou Triângulo Mineiro. O Mapa 08, presente na obra de Rosa (2011), é uma representação cartográfica da época:

Mapa 08 – Município de Araxá (MG): representação cartográfica de 1831



Fonte: Rosa (2011).

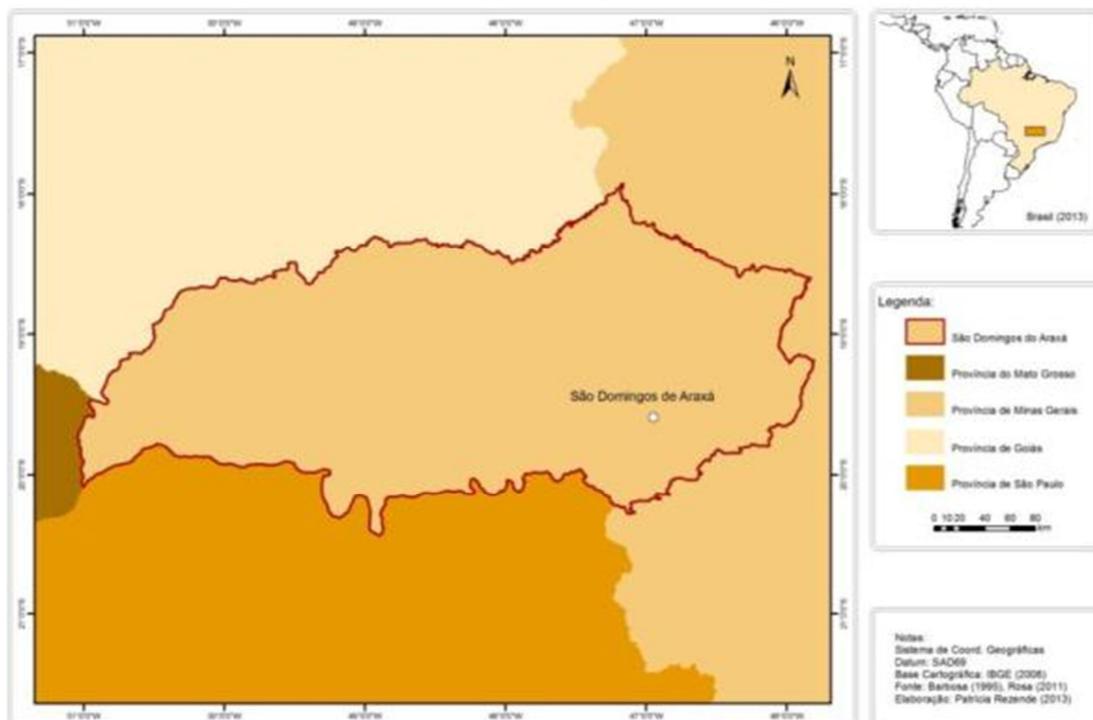
De forma semelhante, o Mapa 09 representa a configuração territorial do município de São Domingos de Araxá (MG) no período de 1831 a 1836. Foi elaborado com base na cartográfica atual dos municípios (IBGE,

³³ Na divisão administrativa de 1911 o município já figura com o nome de Araxá (MG).

³⁴ Barbosa (1995) e Costa (1997) afirmam que a extinção do Julgado do Desemboque aconteceu no ano de 1836, enquanto outros autores (IBGE, 1958a; SILVA, 2005; ROSA, 2011; Anuário Estatístico de Minas Gerais, 1984) afirmam que a extinção aconteceu no ano de 1831. Diante da dualidade, o ano de 1831 será o considerado como referência neste trabalho, por ser a data mais utilizada nos trabalhos consultados.

2011) que compõem a mesorregião geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (Mapa 02), respeitando a história de fragmentação e formação territorial do Triângulo Mineiro.

Mapa 09 – Município de São Domingos de Araxá (MG): limites territoriais (1831-1836)



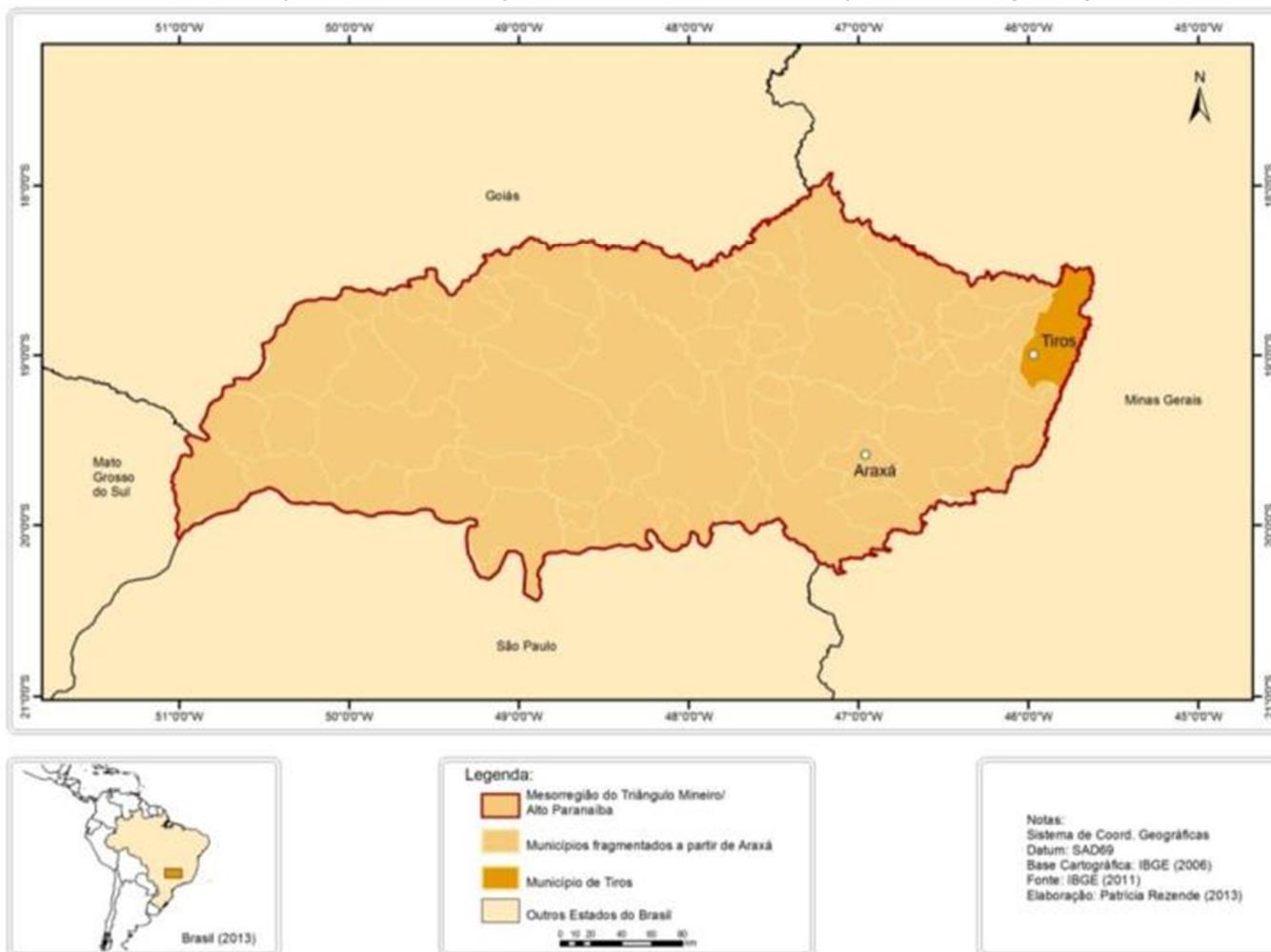
A mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba foi estabelecida pelo IBGE na década de 1970 e é atualmente (2013) formada por 66 municípios³⁵. Dentre eles, 65 têm histórias ligadas à fragmentação territorial da área que pertencia ao antigo município de São Domingos do Araxá (MG),

³⁵ Municípios que compõem, em 2013, a mesorregião geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba segundo o IBGE: Abadia dos Dourados, Água Comprida, Araguari, Araporã, Arapuá, Araxá, Cachoeira Dourada, Campina Verde, Campo Florido, Campos Altos, Canápolis, Capinópolis, Carmo do Paranaíba, Carneirinho, Cascalho Rico, Centralina, Comendador Gomes, Conceição das Alagoas, Conquista, Coromandel, Cruzeiro da Fortaleza, Delta, Douradoquara, Estrela do Sul, Fronteira, Frutal, Grupiara, Guimarães, Gurinhatã, Ibiá, Indianópolis, Ipiacu, Iraí de Minas, Itapagipe, Ituiutaba, Iturama, Lagoa Formosa, Limeira do Oeste, Matutina, Monte Alegre de Minas, Monte Carmelo, Nova Ponte, Patos de Minas, Patrocínio, Pedrinópolis, Perdizes, Pirajuba, Planura, Prata, Pratinha, Rio Paranaíba, Romaria, Sacramento, Santa Juliana, Santa Rosa da Serra, Santa Vitoria, São Francisco Sales, São Gotardo, Serra do Salitre, Tapira, Tiros, Tupaciguara, Uberaba, Uberlândia, União de Minas, Veríssimo.

com exceção somente do atual município de Tiros (MG), que se localiza no extremo leste da referida mesorregião (Mapa 10), na microrregião de Patos de Minas (MG) e tem sua história de formação territorial ligada ao atual município de Abaeté (MG), pertencente à mesorregião geográfica Central Mineira. Por esse motivo, todos os mapas apresentados³⁶ sobre a fragmentação territorial e formação dos municípios no Triângulo Mineiro desconsiderarão a área do município de Tiros (MG).

³⁶ Com exceção do mapa 02 e 10, todos os outros se referem à área do Triângulo Mineiro desconsiderando o município de Tiros (MG).

Mapa 10 – Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MG):
municípios formados a partir de Araxá e o município de Tiros (2013)



A criação do município de São Domingos do Araxá (MG), em 1831, fez da sua vila, naquele momento, o principal núcleo urbano do Triângulo Mineiro, pois, conforme destaca Brandão (1989, p. 26), os comerciantes araxaenses passaram a dominar as relações comerciais na faixa leste desta região. Para Guimarães (2010, p. 44),

É preciso qualificar esta dominância econômica e política regional do núcleo de povoamento de Araxá, visto que ao se comparar com o "vazio" do restante deste sertão e, assim, ainda que suas condições urbanas fossem incipientes, sobressaíam-se como epicentro econômico do vasto Triângulo Mineiro.

No entanto, apesar de sua importância na circulação de mercadorias, a vila não conseguiu se consolidar como centro de polarização econômica regional, uma vez que o núcleo urbano estava subordinado às forças políticas e econômicas dos fazendeiros da região (GUIMARÃES, 1990). Nesse sentido, Guimarães (2010, p. 44) afirma que,

Com esta estrutura urbana, em que a força política advinda dos domínios latifundiários e da produção agropecuária quase autossuficiente, o núcleo urbano de Araxá não conseguiu consolidar-se economicamente na região e, aos primeiros sinais de concorrência, perdeu a dominância da centralidade urbana e comercial. Três fatores concorreram para a perda da centralidade social e econômica do núcleo de povoamento de Araxá: a emergência comercial de Uberaba; as lutas políticas em Araxá e a atração populacional do eferescente núcleo de extração de diamantes de Bagagem (atual município de Estrela do Sul).

A crise araxaense³⁷ potencializou a ascensão de Uberaba (MG) (na época Santo Antônio de Uberaba³⁸, distrito de Araxá) no cenário político e econômico da região, transformando-a no principal centro urbano, como demonstra Brandão (1989, p. 31-32):

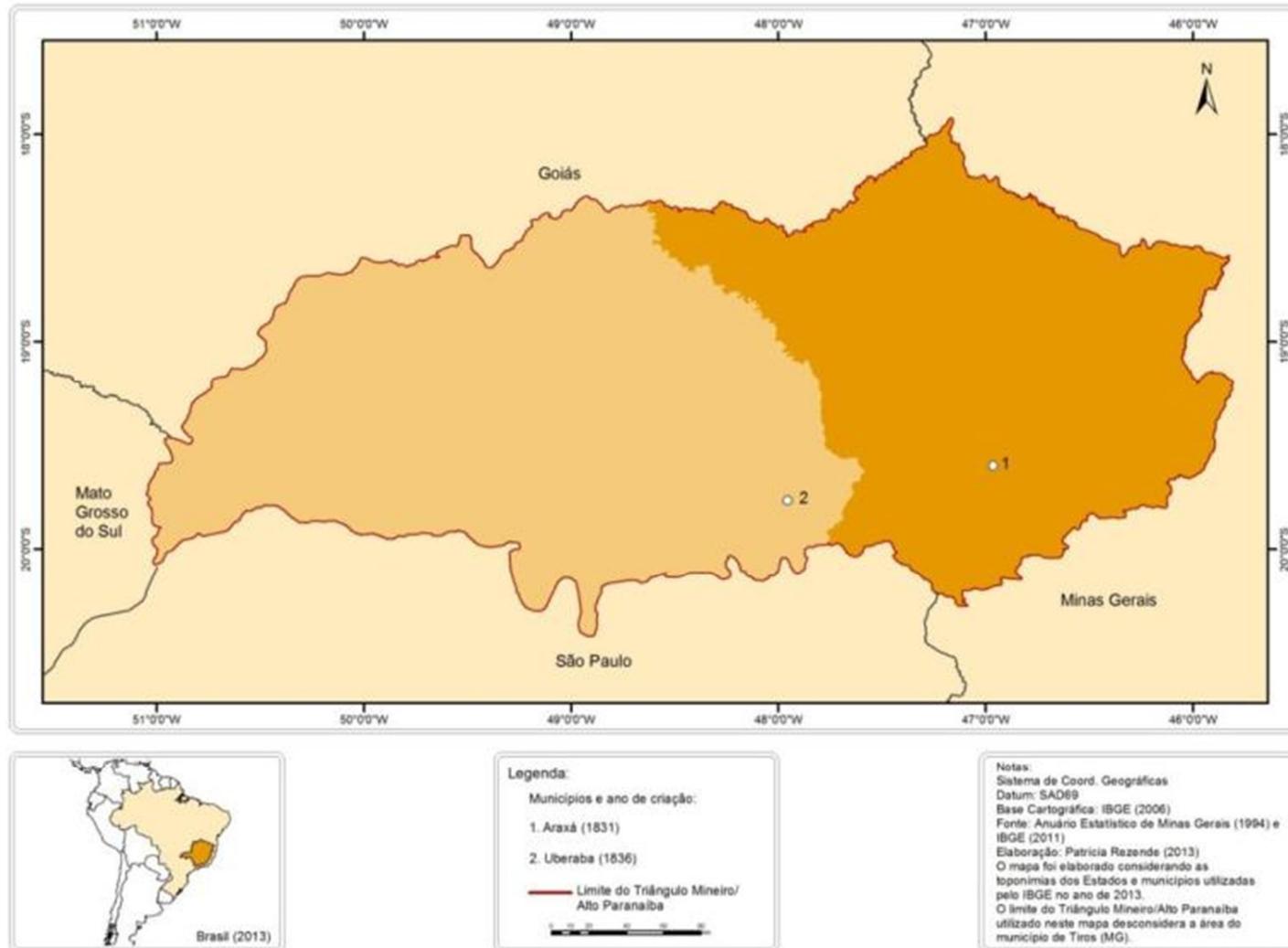
Antes da criação do município, em 1830, Uberaba (MG) já tinha 6.000 habitantes. Nesta época, foi construído o Porto de Ponte Alta, juntamente com o início da navegação do Rio Mogi-Guaçu até o Rio Grande que se constituíram nos principais alicerces da vigorosa hegemonia comercial de Uberaba. Antes dessas obras, o comércio de gado era realizado com a região central de Minas (principalmente Formiga (MG) e São João Del Rei (MG)) e de lá vinha sobretudo o sal. Também muitas transações comerciais eram feitas com Goiás e Mato Grosso por aquelas duas cidades. Pelo Rio Mogi-Guaçu e aportando em Ponte Alta passaram a chegar os produtos paulistas, de onde iam de carro de boi para Uberaba. A importação de sal passou de pouco mais de 30 mil sacas ou alqueires, em 1857, para mais de 130 mil sacas ou alqueires, em 1859.

O desempenho econômico de Uberaba (MG) fez com que, no ano de 1820, o antigo arraial chamado de Farinha Podre (MG) fosse criado oficialmente, elevado à condição de Freguesia de Santo Antônio de Uberaba (MG) e distrito de São Domingos do Araxá (MG). No dia 6 de fevereiro de 1836, conquistou o status de vila, com jurisdição independente, formando o segundo município do Triângulo Mineiro (IBGE, 1959b), como demonstra o Mapa 11.

³⁷ A respeito da importância da cidade de Estrela do Sul (MG) (Bagagem) no Triângulo Mineiro confira: Bacelar (2003, 2008). Sobre as lutas políticas em Araxá (MG), confira: Brandão (1989), Guimarães (1990, 2010), Lourenço (2005 e 2010) e Rosa (2011). Sobre a importância econômica de Uberaba (MG) no Triângulo Mineiro, confira: Brandão (1989), Guimarães (1990, 2010), Soares (1995), Lourenço (2005, 2010) e Bessa (2007).

³⁸ História da toponímia de Uberaba (MG): primeiro arraial da Farinha Podre, posteriormente freguesia de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba, depois freguesia e vila de Santo Antônio de Uberaba e por fim Uberaba (COSTA, 1997; GUIMARÃES, 2010).

Mapa 11 – Triângulo Mineiro (MG): municípios criados até 1836

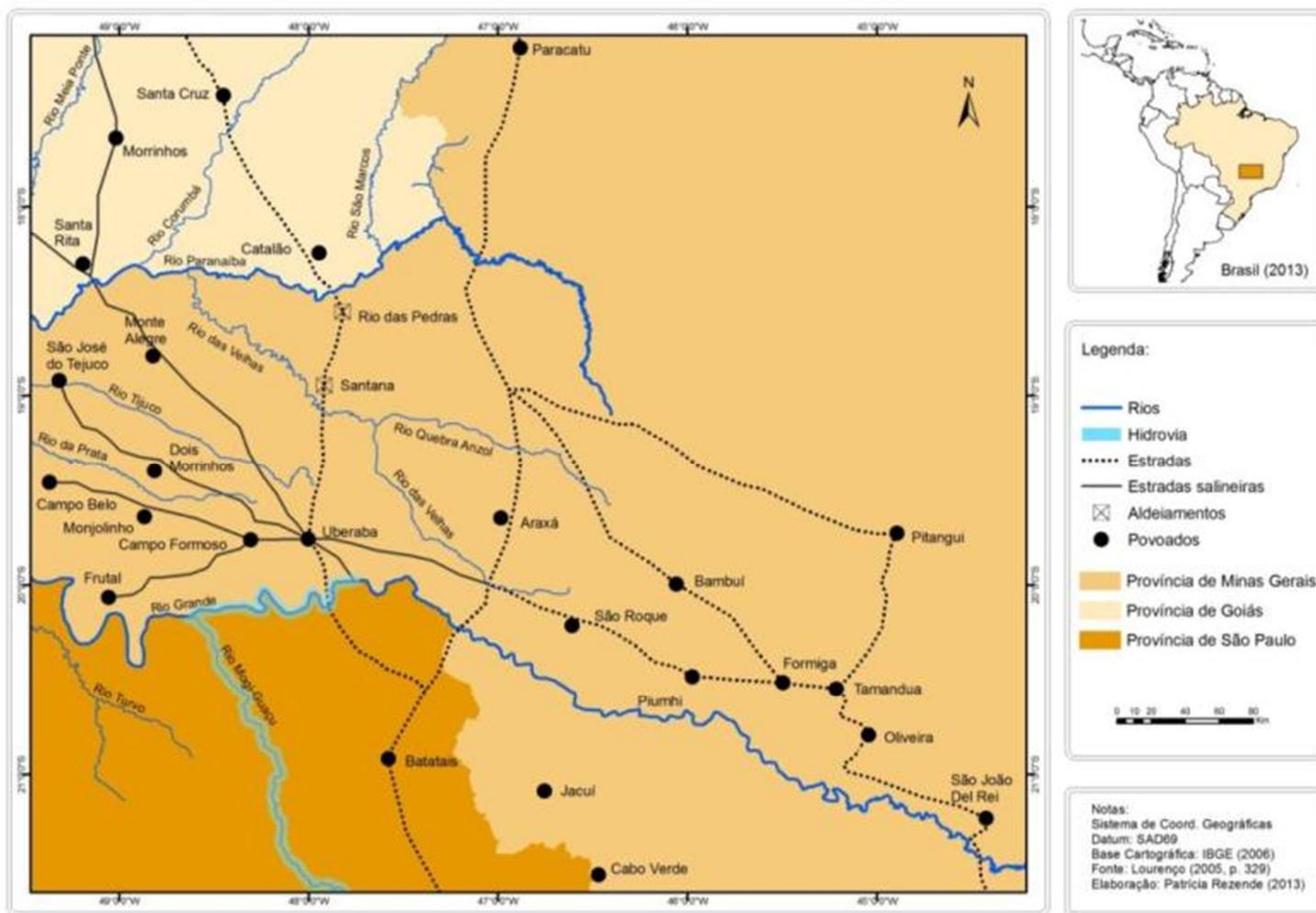


A função de polo regional desempenhada por Santo Antônio de Uberaba (MG) nasce da potencialidade de transformação desta vila em um importante entreposto comercial entre o litoral e o sertão, principalmente a partir da circulação de mercadorias por via fluvial, como já destacado por Brandão (1989). Concomitantemente, visando reforçar um sistema de poder pessoal³⁹, os colonizadores pioneiros empenharam-se em expandir as vias terrestres, consolidando a circulação do sal e das mercadorias oriundas do litoral, entretanto, com uma capacidade muito limitada em função da precariedade das vias.

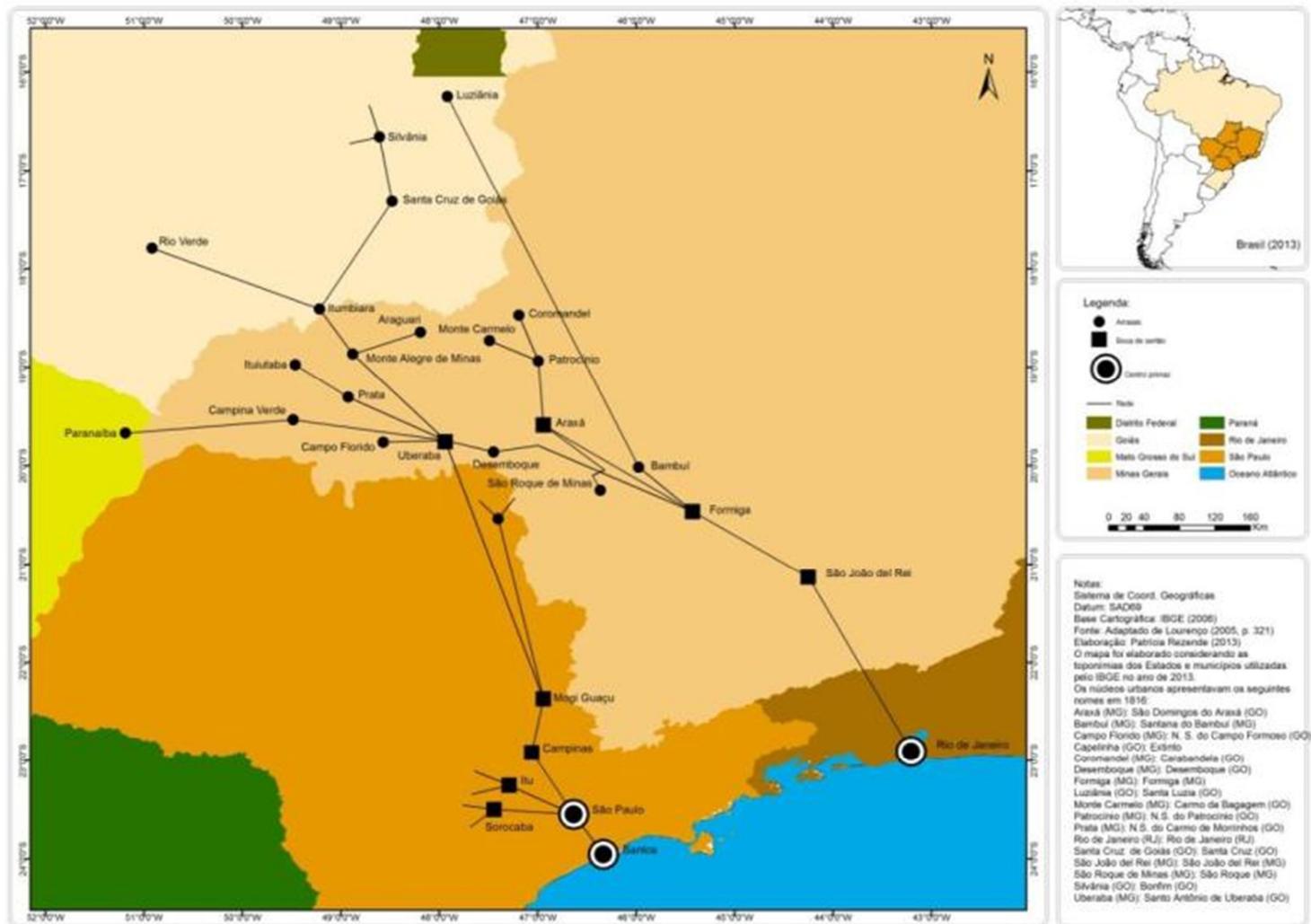
A abertura dos caminhos (rotas salineiras e estradas) possibilitou o surgimento de novos arraiais e a interligação daqueles existentes com o centro primaz do Triângulo Mineiro, a vila de Santo Antônio de Uberaba (MG) (Mapa 12), formando uma rede dendrítica de localidades centrais no oeste mineiro, como representado no Mapa 13 (LOURENÇO, 2005).

³⁹ Lourenço (2002, p. 322-340) aponta que neste período não era possível afirmar que as expansões viárias a partir de Uberaba (MG) fundamentavam-se em motivações ou racionalidades capitalistas da elite local, mas sim em um anseio dos colonizadores de expandir sua rede de poder pessoal.

Mapa 12 – Triângulo Mineiro (MG): estradas salineiras e navegação fluvial na região de Santo Antônio de Uberaba (1827-1859)



Mapa 13 – Brasil: rede dendrítica de localidades centrais no oeste mineiro (anos 1840)



Lourenço (2005), ao analisar a rede mercantil criada a partir de Santo Antônio de Uberaba (MG) (mapas 12 e 13), com as rotas salineiras, as estradas e a via de navegação, e o surgimento de novos arraiais no Triângulo Mineiro, defende que

[...] esse processo foi orientado por vetores espaço-temporais dispostos no sentido sul-norte, sudeste-nordeste e leste-oeste, isto é, formando um leque cujo vértice era Uberaba. À medida que as sesmarias iam formando as capelas para atender aos seus interesses religiosos, sociais e econômicos mais imediatos. Ao passo que essas localidades iam surgindo, Uberaba se consolidava como núcleo de polarização mercantil e política dessa rede de arraiais. [...] a vila de Uberaba ultrapassou a condição de mero centro regional de província para se transformar, a partir dos anos 1840, no *porto do sertão* [...] esse núcleo se tornou, em 1850, o grande ponto de convergência dos principais caminhos do Triângulo Mineiro, e que, portanto, há muito transcendera o papel de um simples arraial. (Grifo do autor). (LOURENÇO, 2005, p. 324-325).

Por outro lado, Guimarães (2010) esclarece que apesar da importância regional da vila de Santo Antônio de Uberaba (MG), sua dinâmica econômica apoiava-se na logística de navegação fluvial e no comércio de sal⁴⁰, tornando-a dependente do desempenho, desdobramentos e continuidade desta atividade principal.

Para o referido autor, o desenvolvimento inicial da Vila não se deu por condições internas – a pecuária extensiva –, mas sim por condicionantes externas – o comércio de sal –, uma vez que as estruturas produtivas voltadas

⁴⁰ A respeito da localização da sede do município de Uberaba (MG), Guimarães (2010) aponta que o crescimento da nova área de povoado que deu origem a sede do município, em detrimento do Arraial da Capelinha que já existia, se deu exclusivamente em virtude da presença do transporte fluvial, discordando da ideia defendida por Lourenço (2005), que considerou que os fatores foram a presença de rotas terrestres de circulação e a fertilidade do solo. Em virtude da dualidade, será adotado para este trabalho as ideias defendidas por Guimarães (2010), embora Lourenço (2005) também aponte que a utilização do transporte fluvial através dos rios Mogi-Guaçu e Pardo (Mapa 12) foram fundamentais para a consolidação de Uberaba (MG) como centro primaz do Triângulo Mineiro no século XIX.

para a autossuficiência, as precárias condições socioeconômicas, a baixa potencialidade de diversificação da produção regional e a pequena competitividade dos preços dos produtos no mercado do litoral foram os fatores que contribuíram para a sua dependência em relação às condições externas de desenvolvimento econômico⁴¹.

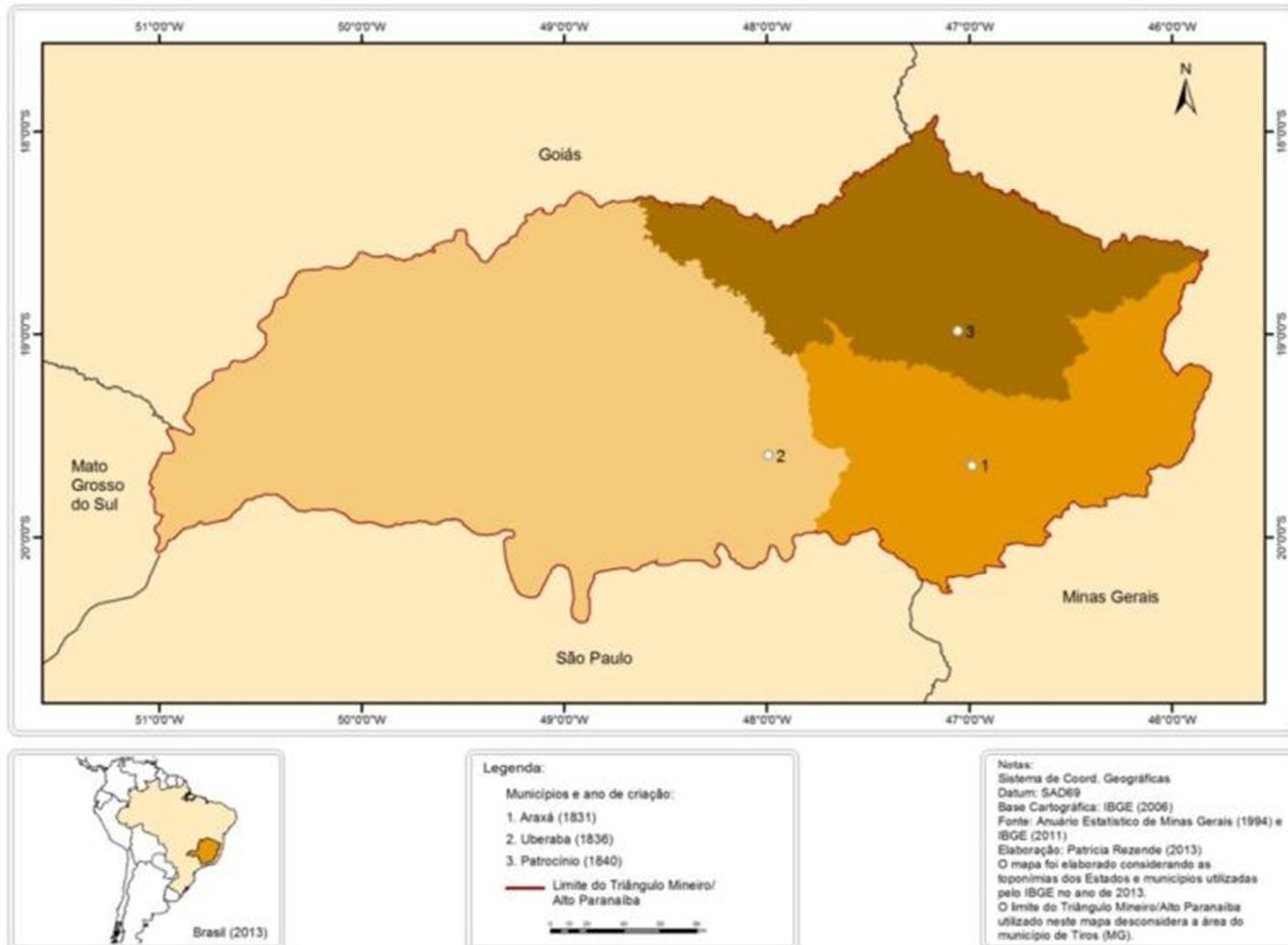
[...] o desempenho ulterior de Uberaba deve ser entendido como uma combinação entre os processos internos e externos que reforçam o dinamismo econômico de sua localização e aqueles que promoveram uma concorrência ou inflexão de suas potencialidades. É assim que se pode explicar sua súbita prosperidade já nas primeiras décadas do século XIX indo até a chegada dos trilhos da ferrovia [Mogiana], quando então iniciou um novo período de integração e de desenvolvimento do Triângulo Mineiro. (GUIMARÃES, 2010, p. 51).

É neste contexto que o município de Uberaba (MG) se consolida como centro primaz do Triângulo Mineiro.

Paralelamente ao desenvolvimento de Santo Antônio de Uberaba (MG) e a crise araxaense, surge na porção leste do Triângulo Mineiro o município de Patrocínio (MG), criado por Lei Provincial nº 171 de 23 de março de 1840, na qual foram criados a vila e o município de Nossa Senhora do Patrocínio (MG), emancipado do município de Araxá (MG), conforme Mapa 14.

⁴¹ A respeito da história do desenvolvimento econômico de Uberaba (MG), confira: Freitas e Sampaio (1985), Brandão (1989), Guimarães (1990, 2010) e Lourenço (2005, 2010).

Mapa 14 – Triângulo Mineiro (MG): municípios criados até 1840



O surgimento do arraial de Nossa Senhora do Patrocínio (MG) liga-se diretamente a presença dos bebedouros descobertos aos pés da Serra do Salitre no final do século XVIII, conjugado com a significativa ampliação da pecuária de corte na região formada pelas áreas dos municípios de São Domingos do Araxá (MG) e Nossa Senhora do Patrocínio (MG), entre 1800 e 1820. Essa expansão intensificou o fluxo de mercadorias pelos caminhos dos tropeiros, o que transformou alguns núcleos (povoados/arraiais) em verdadeiras *bocas de sertão* (LOURENÇO, 2005).

Sobre os papéis dos núcleos urbanos com função de *boca de sertão* na ocupação do Triângulo Mineiro, Lourenço (2005, p. 320) afirma que:

A boca do sertão era o entreposto obrigatório dos fluxos mercantis vindos dos dois lados da rede. Por isso, rapidamente se tornava um núcleo urbano, graças a presença de uma classe de mercadores fixos. Usando a linguagem *christalleriana*, tinha um alcance espacial máximo muito maior que o alcance espacial mínimo, o que justificava a sedentarização de estabelecimentos comerciais. Estes contavam com grande escala de mercado, representada por toda a região a montante [ou seja, da boca do sertão para o interior]. A boca de sertão contava com um mercado, representado por um território e respectivos consumidores das vendas em atacado, mais do que suficiente para justificar a existência de uma classe de mercadores em tempo integral.

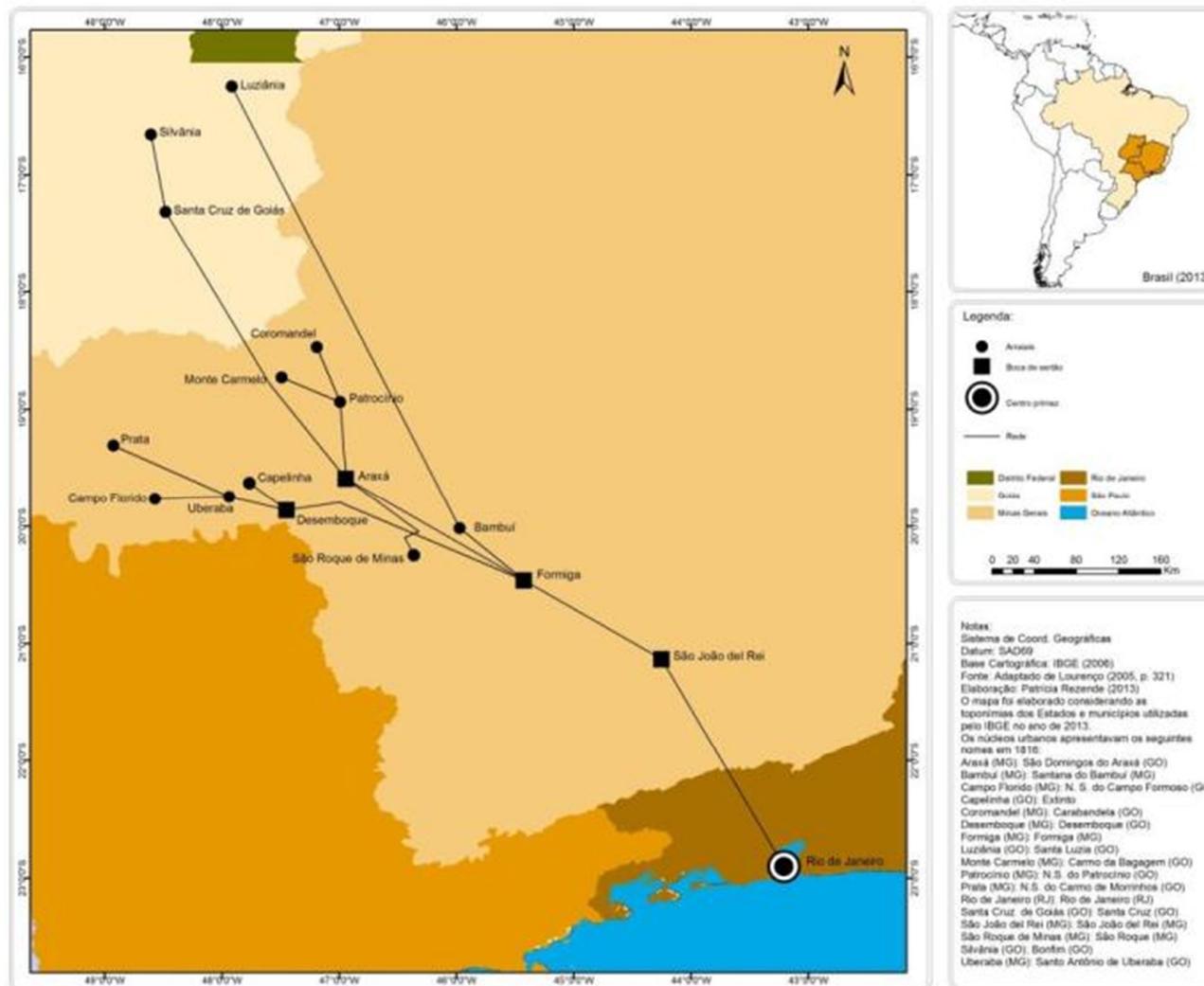
Saint-Hilaire (1937), ao passar pela região de Nossa Senhora do Patrocínio (MG), descreveu que:

Em 1819 constava-se aí uma quarentena de casas muito pequenas, construídas de barro e madeira, cobertas de telhas e sem reboco. Estas casas, dispostas em duas filas, formam uma praça alongada no meio da qual está construída uma pequena capela, edificada como as próprias casas, de madeira e barro. Patrocínio é uma sucursal de Araxá e tem um vigário encomendado. Conto em todos os outros lugares, as casas que

compõem a povoação pertencem a fazendeiros que só vêm aí aos domingos. Os habitantes de Patrocínio que aí moram habitualmente são alguns artífices, dois ou três pequenos mercadores, ociosos, e mulheres públicas. (SAINT-HILAIRE, 1937, p. 238).

Nossa Senhora do Patrocínio (MG) figurava-se como ponto de ligação entre o interior do país e o litoral, particularmente o Rio de Janeiro (RJ), via São João del Rei (MG), mas não chegava a desempenhar o papel de *boca de sertão*, conforme demonstrado na Mapa 15.

Mapa 15 – Brasil: rede dendrítica de localidades centrais no oeste mineiro (1816)



Lourenço (2005), ao analisar a rede de relações no Triângulo Mineiro no início do século XIX, concluiu que a ocupação do oeste mineiro ocorreu a partir do leste, por ramificações, através de um sistema de caminhos em cujas pontas surgiam novos arraiais. A rede urbana representada no Mapa 15 apresenta a hierarquia das cidades em 1816, quando somente Araxá (MG) e Desemboque (MG) apresentavam a função de *boca de sertão*, enquanto todos os outros núcleos possuíam funções e abrangência urbanas limitadas. Corrêa (1997) considera que, para este padrão de rede, na medida em que os núcleos se afastam do centro primaz diminuem gradativamente no tamanho populacional, no valor das vendas do comércio atacadista e na expressão política.

Da mesma forma, o Mapa 13 ilustra a rede urbana do Triângulo Mineiro, entretanto, em outro período: 1840. Naquele momento, o arraial do Desemboque (MG) já estava em decadência político-econômica e Uberaba (MG) assumia a posição de *boca do sertão*, tornando-se, juntamente com Araxá (MG), os principais núcleos urbanos da região.

Nesse sentido, a tentativa de ocupação do Triângulo Mineiro contribui para o surgimento de arraiais nas extremidades da rede de ocupação. Entre eles, destaca-se o surgimento do primeiro arraial na porção oeste da região, o de Nossa Senhora do Carmo de Morrinhos (MG)⁴², atual sede municipal de Prata (MG); foi também o primeiro município emancipado nesta região, desmembrado de Uberaba (MG).

⁴² Esta é a denominação utilizada por IBGE (1959a), Barbosa (1995), Borges (1996), Costa (1997). No entanto, Lourenço (2005) apresenta a seguinte toponímia: Nossa Senhora do Carmo de Dois Morrinhos. Diante desta dualidade, adotar-se-á a toponímia Nossa Senhora do Carmo de Morrinhos, por ser a expressão mais corrente nos trabalhos consultados.

Para Barbosa (1995), o surgimento do arraial de Nossa Senhora do Carmo de Morrinhos (MG) está ligado à expedição do sargento-mor Antônio Eustáquio da Silva Oliveira, que em 1810 partiu do Desemboque (MG) rumo ao Rio Paranaíba, sendo que, na metade do percurso, uma área foi escolhida para a instalação do futuro arraial, localizada entre o rio Prata e o ribeirão São José.

Lourenço (2005), ao analisar a ocupação geralista do Triângulo Mineiro, afirma que a ocupação da fronteira era estruturada em parentelas:

Os laços de parentesco eram importantes em todas as fases do processo, desde a organização das expedições sertanistas até o assentamento das fazendas e arraiais. Normalmente, após um pioneiro tomar posse de novas terras, voltava ao núcleo de origem para trazer sua família – esposa, filhos, dependentes e escravos, se os tivesse – para iniciar a estruturação do sítio ou fazenda. Após algum tempo, uma vez constituída a unidade produtiva, o pioneiro poderia retornar várias vezes à região de origem para buscar parentes (consanguíneos ou rituais), para que se estabelecessem nas vizinhanças. (LOURENÇO, 2005, p. 123).

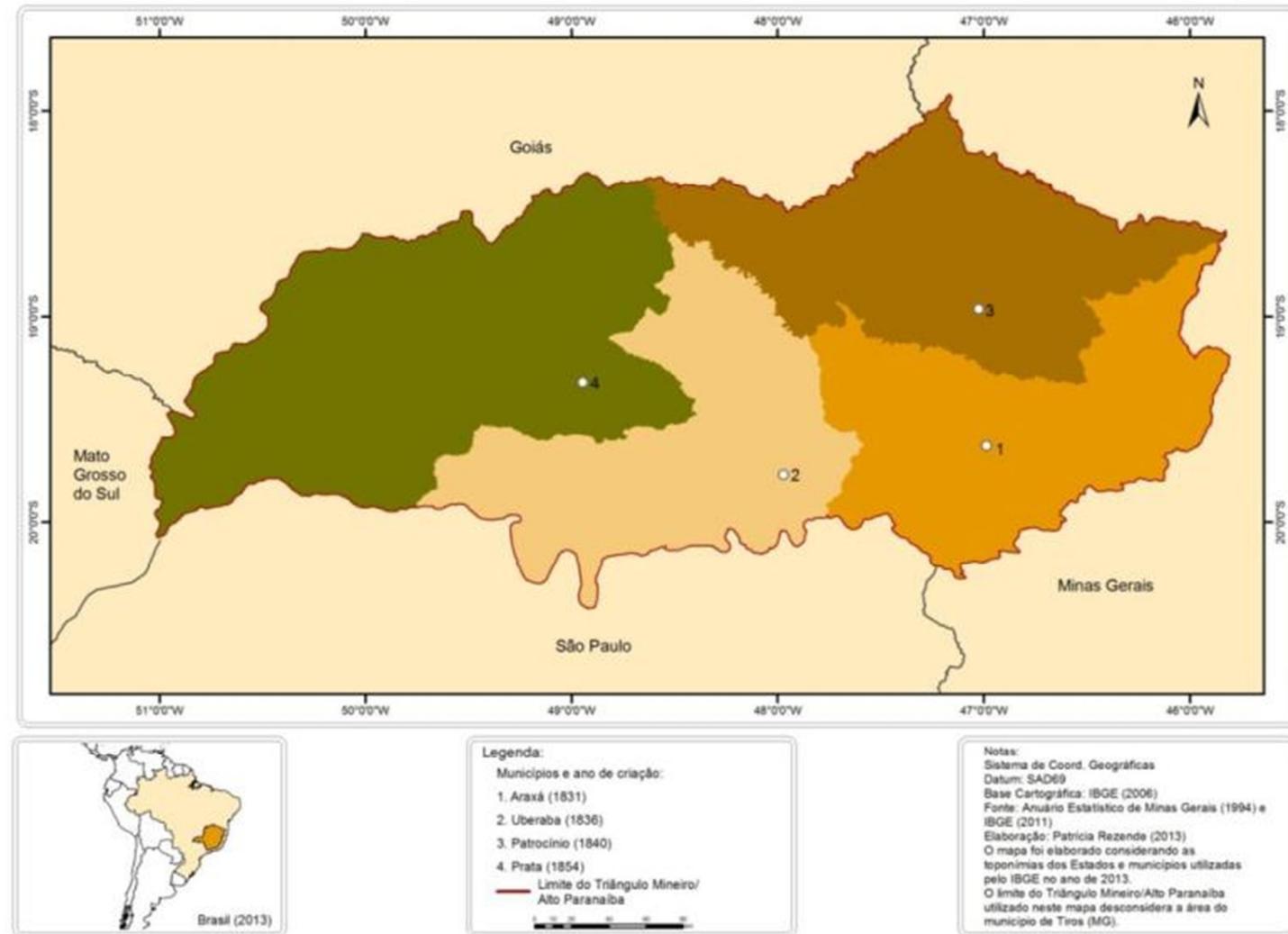
Apesar da estratégia de ocupação dos geralistas, na parte oeste do Triângulo Mineiro ela aconteceu mais lentamente – se comparada com as áreas leste e central – devido à:

- i) presença dos índios caiapós e quilombolas e sua resistência à colonização portuguesa;
- ii) ausência de caminhos que ligassem o interior ao litoral, o que gerou um desenvolvimento territorial na região.

É neste contexto que surge o município de Prata (MG)⁴³, elevado à categoria de vila com a denominação de Prata, pela lei provincial nº 668, de 27 de abril de 1854, desmembrado do município de Uberaba (MG), com sede na antiga povoação de Nossa Senhora do Carmo de Morrinhos (MG), conforme representado no Mapa 16.

⁴³ A respeito da história de ocupação do arraial de Nossa Senhora do Carmo de Morrinhos e formação do município de Prata (MG), confira: Borges (1996).

Mapa 16 – Triângulo Mineiro (MG): municípios criados até 1854



Lourenço (2005) aponta que um dos fatores determinantes da consolidação do arraial de Nossa Senhora do Carmo de Morrinhos (MG) na parte ocidental do Triângulo Mineiro, até então não povoada por colonizadores, foi a presença de latossolo roxo, o que potencializou a instalação de fazendas e sítios, resultando no adensamento populacional da região e, conseqüentemente, no aumento do poder político daquelas famílias que ocuparam a região. Sobre a formação de novos municípios no Triângulo Mineiro durante a primeira metade do século XIX, Lourenço (2010) afirma que:

A criação de um novo município dependia de lei provincial, aprovada pela assembleia legislativa e sancionada pelo presidente da província. Resultava de pressões políticas dos eleitores – que, por causa do sistema censitário, eram, geralmente, fazendeiros ou comerciantes – e do apoio de deputados provinciais com base na região. Dessa forma, somente quando as elites locais dispunham de algum poder econômico e, portanto, importância eleitoral, é que podiam pleitear a emancipação. (LOURENÇO, 2010, p. 55).

O referido autor argumenta que a emancipação do município de Prata (MG) seguiu a lógica apontada, uma vez que foi um desdobramento da colonização da região conhecida como Sertão do Rio da Prata, na qual as famílias dos geralistas criaram fazendas e arraiais dispostos radialmente em relação ao núcleo que se tornaria a sede do município (LOURENÇO, 2010), herdando de Uberaba (MG) todo o sertão oeste do Triângulo Mineiro, como demonstrado no Mapa 16.

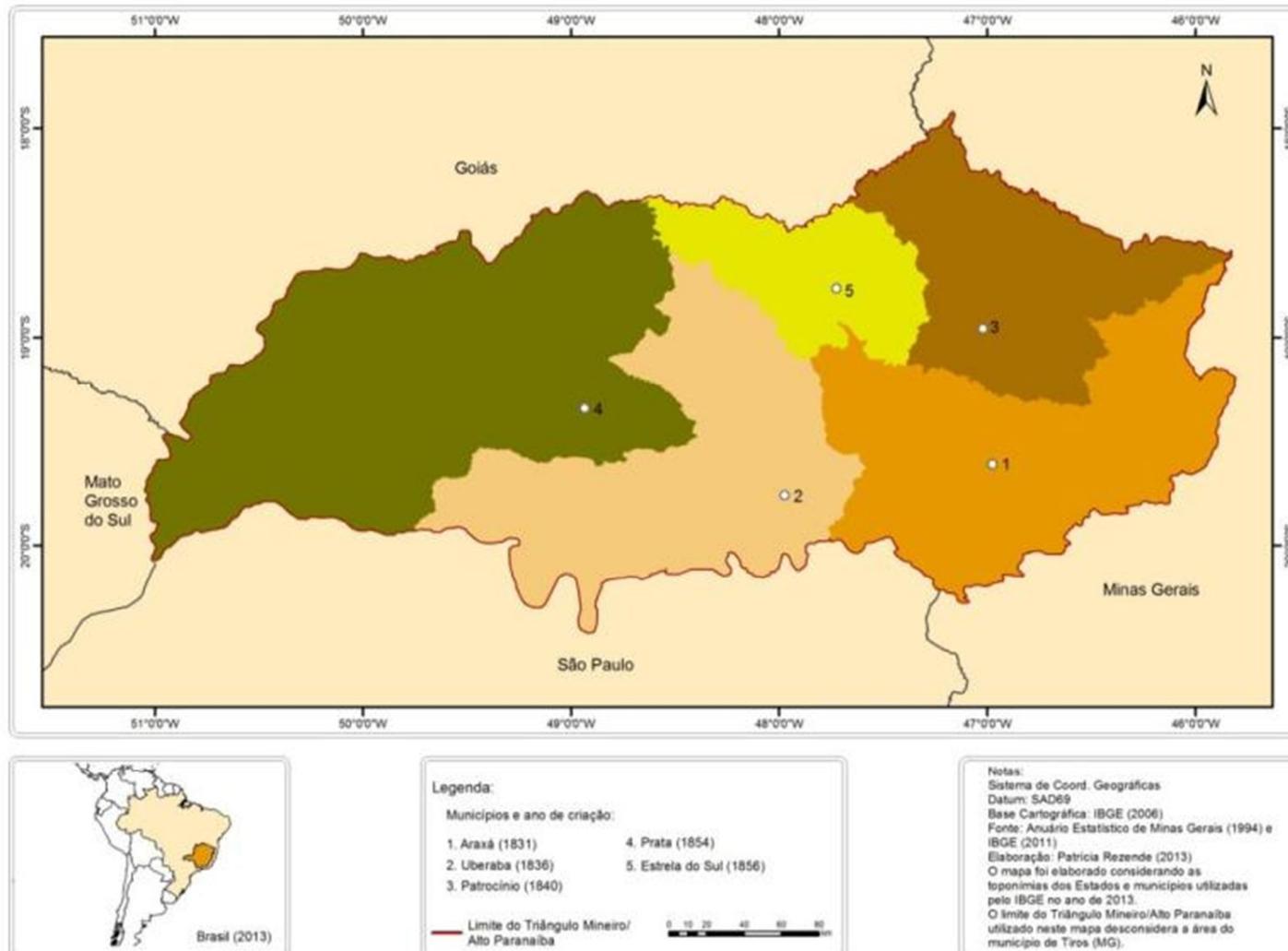
Seguindo a mesma lógica de emancipação política do município de Prata (MG), o município de Estrela do Sul (MG) ganha autonomia político-administrativa no ano de 1856, por meio da lei provincial nº 777, de 30 de

maio. O povoado do distrito de Diamantino da Bagagem (MG), pertencente ao município de Patrocínio (MG), transformou-se na sede de Estrela do Sul (MG), que naquela época recebeu o nome de Bagagem (MG), conforme representado no Mapa 17.

Apesar de sua emancipação acontecer somente em meados do século XIX, os primeiros registros oficiais de povoamento datam da segunda década do século XVIII, que, segundo Bacelar (2003), estão relacionados à passagem da bandeira de João Leite da Silva Ortiz em busca de ouro nas terras de Paracatu do Príncipe (MG) e da capitania de São Paulo (terras do atual estado de Goiás), em 1722. Para o autor:

A “velha” Bagagem nasceu do surto diamantífero e teve seu desenvolvimento inicial marcado por relativo isolamento em fins do século XVIII. As aberturas de caminhos, como a construção da estrada do Anhanguera, em 1730, a picada Nova de Goiás, em 1736 e a picada de Desemboque em 1764, funcionaram como forma de relativizar o citado isolamento e significaram um marco importante no processo de ligação com outras localidades triangulinas. Bagagem, então, foi privilegiada no aspecto de estar espacialmente entre a estrada do Anhanguera e a picada do Desemboque. Provavelmente, a localização estratégica entre estes dois caminhos, favoreceu fluxos migracionais a partir de meados do século XIX quando da descoberta de reservas mais extensas de diamantes. (BACELAR, 2003, p. 81).

Mapa 17 – Triângulo Mineiro (MG): municípios criados até 1856



A notícia da abundância de diamantes nas cercanias de Diamantino da Bagagem (MG) espalhou-se pelo território brasileiro, o que resultou em um crescimento populacional de destaque no Triângulo Mineiro, resultado do direcionamento de fluxos migracionais de aventureiros em busca de enriquecimento rápido e da migração de pessoas oriundas de Araxá (MG), localidade que se encontrava em crise devido às disputas políticas internas da elite araxaense e à ascensão de Uberaba (MG) como centro econômico e político da região (BACELAR, 2003). Em 1853, a descoberta do maior diamante até então encontrado no país intensificou ainda mais a migração para Diamantino da Bagagem (MG), o que resultou em um rápido despovoamento das vilas ao seu redor, culminando, em 1856, em sua emancipação política.

Para retratar a percepção daqueles que viveram no apogeu diamantífero, Bacelar (2003) utilizou-se da obra de Guimarães (2000)⁴⁴, um romance regionalista que permitia entender como o então arraial se desenvolveu e se transformou em um expressivo centro comercial da região nas décadas de 1850 e 1860. Nas palavras do romancista:

Bagagem já então apresentava o aspecto de uma povoação nascente, cheia de comércio, vida e animação, como são em seu começo todos os descobertos diamantinos. Já não eram simplesmente os toscos ranchos cobertos de baguaçu espalhados em desordem ao longo das margens do rio. Por entre eles alvejavam já não raras algumas casas caiadas e envidraçadas, como garças pousadas entre um bando de pardacentas pombas silvestres. Algumas ruas menos irregulares se iam formando, e nelas viam-se já bonitas e bem sortidas lojas e casas de negócio de toda a espécie. A Bagagem contava em seu seio talvez vinte mil almas à custa dos municípios vizinhos, que ficaram despovoados. Quase todo o Patrocínio, o

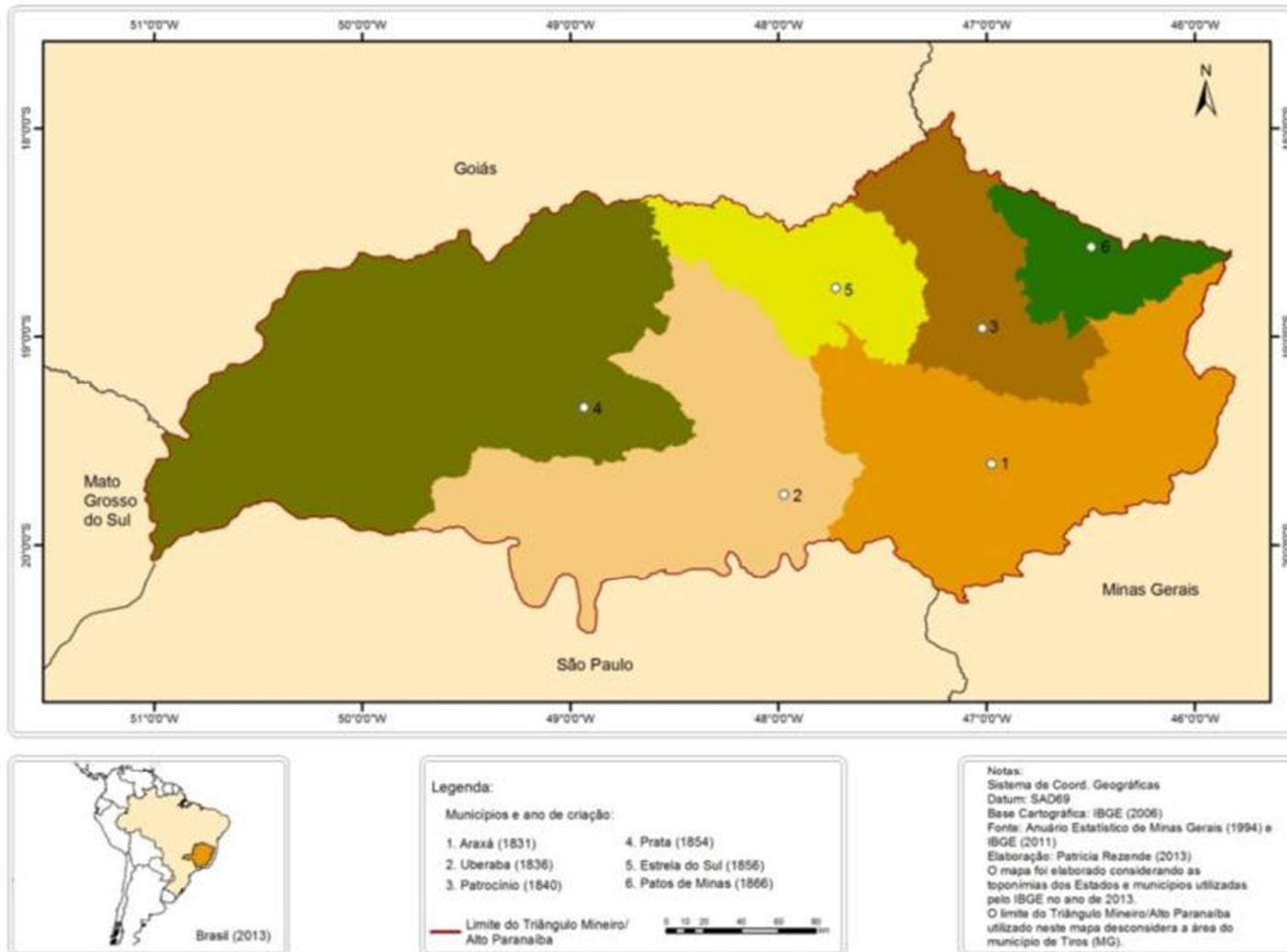
⁴⁴ Obra publicada inicialmente em 1972.

Araxá, grande parte do Paracatu e Uberaba tinham-se mudado para as matas da Bagagem. (GUIMARÃES, 2000, p. 34).

A ascensão econômica de Bagagem (MG) inseriu-a entre os principais centros do Sertão da Farinha Podre, ao lado de Prata, Uberaba, Patrocínio e Desemboque (como apresentado Anexo II), sendo elevada à condição de cidade em 1861, pela lei provincial nº 1101, de 19 de setembro. Apesar do ganho de importância regional, sua hegemonia durou pouco tempo, uma vez que a descoberta de depósitos de diamantes na África do Sul, a partir de 1867, fez com que o preço da oitava de diamante caísse mais de oito vezes no período de 1870 a 1876 (MARTINS, 2008), o que levou à falência vários exploradores e impactou diretamente a economia de Bagagem (MG). Essa crise promoveu a migração da população mais abastada para Uberaba (MG), reforçando sua importância na rede de fluxos daquele período.

Dez anos após a emancipação de Estrela do Sul (MG), em meio à sua decadência e à de Araxá (MG) enquanto centros importantes que compunham a rede de relações e fluxos no Triângulo Mineiro, foi emancipado o município de Patos de Minas (MG), através da lei provincial nº 1291, de 30 de outubro de 1866, a qual eleva o então distrito de Santo Antônio dos Patos (MG), subordinado ao município de Patrocínio (MG), à condição de vila de Santo Antônio dos Patos (MG) e distrito sede do município emancipado, conforme Mapa 18.

Mapa 18 – Triângulo Mineiro (MG): municípios criados até 1866



O povoado que deu origem a Patos de Minas⁴⁵ (MG) surgiu como ponto de parada dos tropeiros que levavam suas tropas para o interior do Estado de Minas Gerais, no caminho percorrido entre São João del-Rei (MG) e Paracatu (MG), ligação entre o litoral (Rio de Janeiro) e o interior. O início da ocupação aconteceu nas margens de uma lagoa que se localizava a três quilômetros do rio Paranaíba, devido principalmente à facilidade de acesso à água, à abundância de espécies animais, que facilitava a caça, e o cultivo de pequenas lavouras (DIAS, 2008). Os primeiros habitantes de Santo Antônio dos Patos (MG) foram agricultores e criadores de gado, fato este que ajudou a atrair os tropeiros viajantes que passavam pela região a estabelecerem relações com a localidade, devido às vantagens já mencionadas, além da existência de estruturas para o descanso das tropas.

Com o passar do tempo, o pequeno arraial cresceu em tamanho e população⁴⁶; conquistou importância política e passou a reivindicar a emancipação do município, conforme aponta Fonseca (1974, p. 77):

O Arraial de Santo Antônio dos Patos, banhado por um grande rego de excelente água, mais de cento e noventa casas habitadas, cuja Freguesia tem perto de 4.000 almas, é situada em alta e aprazível planície, entre a Mata da Corda e o Rio Paranaíba, na estrada que se dirige para o Sertão dos Alegres, Santo Antônio do Garimpo, Paredão, Arraial da Catinga, Ouro-Cuia, e para a cidade do Paracatu, cujos lugares são abastecidos pelos víveres e tabaco, que superabunda a agricultura de que trata o crescido número de fazendeiros desta Freguesia, e que além dos precitados atributos, também a importação aproximada é de 120:000\$000 réis e a exportação de 200:000\$000 réis anualmente. [...] Os representantes esperam das mãos benéficas da Digníssima Assembleia a deliberação pretensa, como epíteto eficaz dos males que sofrem, não só acerca do expendido, como até da falta de

⁴⁵ A respeito da história de ocupação de Patos de Minas (MG), confira: Melo (1992 e 1998).

⁴⁶ Patos de Minas possuía 8.274 habitantes e 1.729 casas em 1872, oito anos após sua emancipação política (DGE, 1876).

polícia, que será reparada logo que haja uma casa de custódia, ao passo que prospera a educação pública. Deus vos guarde. Freguesia de Santo Antônio dos Patos, 25 de dezembro de 1856.

A emancipação de Patos de Minas (MG) segue a mesma lógica de outros municípios surgidos no Triângulo Mineiro, que era a da tentativa de consolidação do poder da elite local na cidade e em alguns casos, na região, como também apontaram Castro (1992, 1994) e Haesbaert (1988), em suas análises para outras realidades brasileiras. Ao analisarem o caso específico de Patos de Minas, Carvalho e Saviani (2006, p. 5216) afirmam que:

Assim estava concebida a cidade de Patos de Minas que começava a encorpar-se, dando sinais de sua emancipação. Embora, podemos observar que todo o ato de "emancipação" emanava do poder central; logo a autonomia das regiões estava condicionada às elites dirigentes do país que a despeito dos interesses dos habitantes exercia um forte controle social e determinava as diretrizes a serem seguidas. Neste sentido, a direção política da cidade de Patos, encontrava-se nas mãos dos "homens bons" que almejando o progresso da cidade conduzia o povo rumo à urbanização. E sob o julgo daqueles que concentravam em torno de si maior poder econômico e conseqüentemente maior poder político, configurou-se juntamente com o crescimento da cidade, a hierarquia do poder.

Da mesma forma surgem os municípios de Monte Alegre de Minas (MG) e Sacramento (MG), ambos no ano de 1870. O primeiro, antigo povoado de São Francisco de Chagas, é criado oficialmente na condição de distrito pela lei provincial nº 247, de 20 de julho de 1843, subordinado ao município de Prata (MG), com o nome de Monte Alegre (MG). Foi elevado à categoria de vila pela lei provincial nº 1.664, de 16 de setembro de 1870, quando é

desmembrado de Prata (MG) e passa a ter sede na antiga povoação de Monte Alegre (MG).

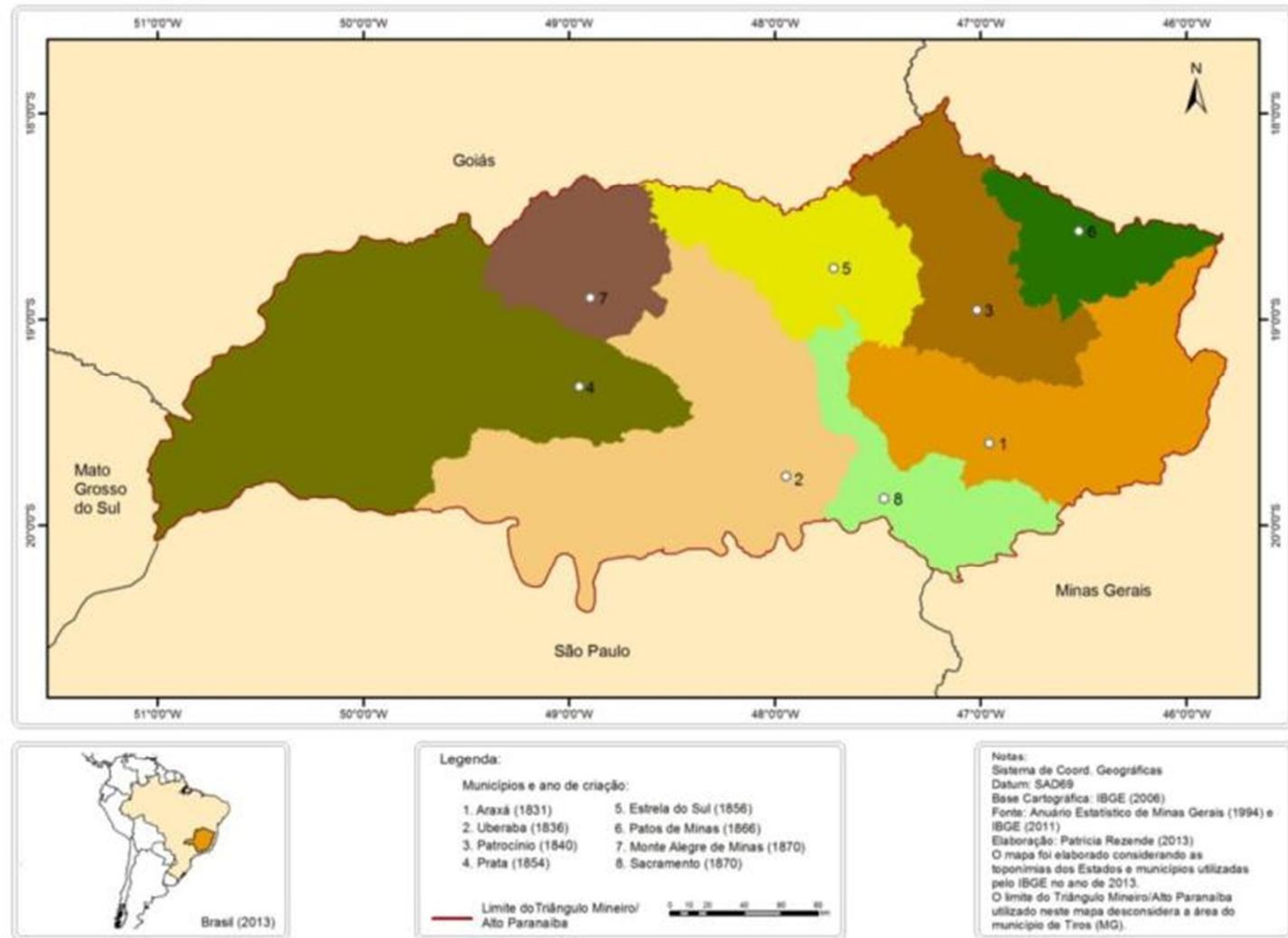
O surgimento oficial de Sacramento (MG) está ligado à criação do distrito de Santíssimo Sacramento (MG), vinculado ao município de Araxá (MG), pela lei provincial nº 804, de 03 de julho de 1857, e à elevação à condição de vila e município independente com a mesma denominação, desmembrado de Araxá (MG) e com o distrito sede localizado na antiga povoação de Santíssimo Sacramento, conforme a lei provincial nº 1.637 de 13 de setembro de 1870. O Mapa 19 representa a fragmentação territorial que resultou na criação de Monte Alegre de Minas (MG) e Sacramento (MG).

O início da ocupação de Monte Alegre de Minas (MG), quando ainda era um povoado conhecido como São Francisco de Chagas (MG), esteve relacionado à passagem da Estrada Geral de Goiás, que ligava São Paulo à Goiás, pela localidade. Para Lourenço (2010, p. 56),

[...] a emancipação da vila, desta forma, foi consequência do crescimento do povoado, em decorrência do maior trânsito pela Estrada Geral de Goiás, à proporção que a velha Estrada dos Goiases ia sendo abandonada.

Dados do Recenseamento do Brasil de 1872 demonstram que Monte Alegre (MG) possuía 3.200 habitantes e 397 casas, enquanto Prata (MG), município-mãe, possuía 2.886 habitantes e 483 casas (DGE, 1876), reforçando a lógica da emancipação municipal acompanhada do crescimento demográfico e político da localidade.

Mapa 19 – Triângulo Mineiro (MG): municípios criados até 1870



Já a emancipação do município de Sacramento (MG) esteve diretamente vinculada à decadência de Desemboque (MG) – devido a crise na mineração – e de Araxá (MG) – em função da perda de poder político e econômico para Uberaba (MG). Os dados representados na Tabela 02 demonstram a situação demográfica das sedes dos municípios⁴⁷ criados até 1872 no Triângulo Mineiro.

Tabela 02 – Triângulo Mineiro (MG):
número de habitantes e de casas nas sedes municipais (1872)

Nome do município	Ano de emancipação	Número de habitantes	Número de casas
Araxá	1831	10.584	2.927
Uberaba	1836	8.716	954
Patrocínio	1840	9.943	7.657
Prata	1854	2.886	483
Estrela do Sul	1856	7.356	1.349
Patos de Minas	1866	8.274	1.729
Monte Alegre de Minas	1870	3.200	397
Sacramento	1870	9.693	1.279

Fonte: DGE (1876).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

A partir dos dados apresentados é possível perceber que Sacramento (MG), no momento de sua emancipação política, já figurava como a terceira sede de município mais populosa do Triângulo Mineiro, com 9.693 habitantes e 1.279 casas. Da mesma forma que outros municípios, Sacramento (MG) se beneficiou da presença da Estrada do Chapadão da Zagaia⁴⁸ que, segundo Lourenço (2010), era a principal ligação entre Uberaba (MG) e as cidades mercantis da Comarca do Rio das Mortes (MG), especialmente São João del-Rei (MG).

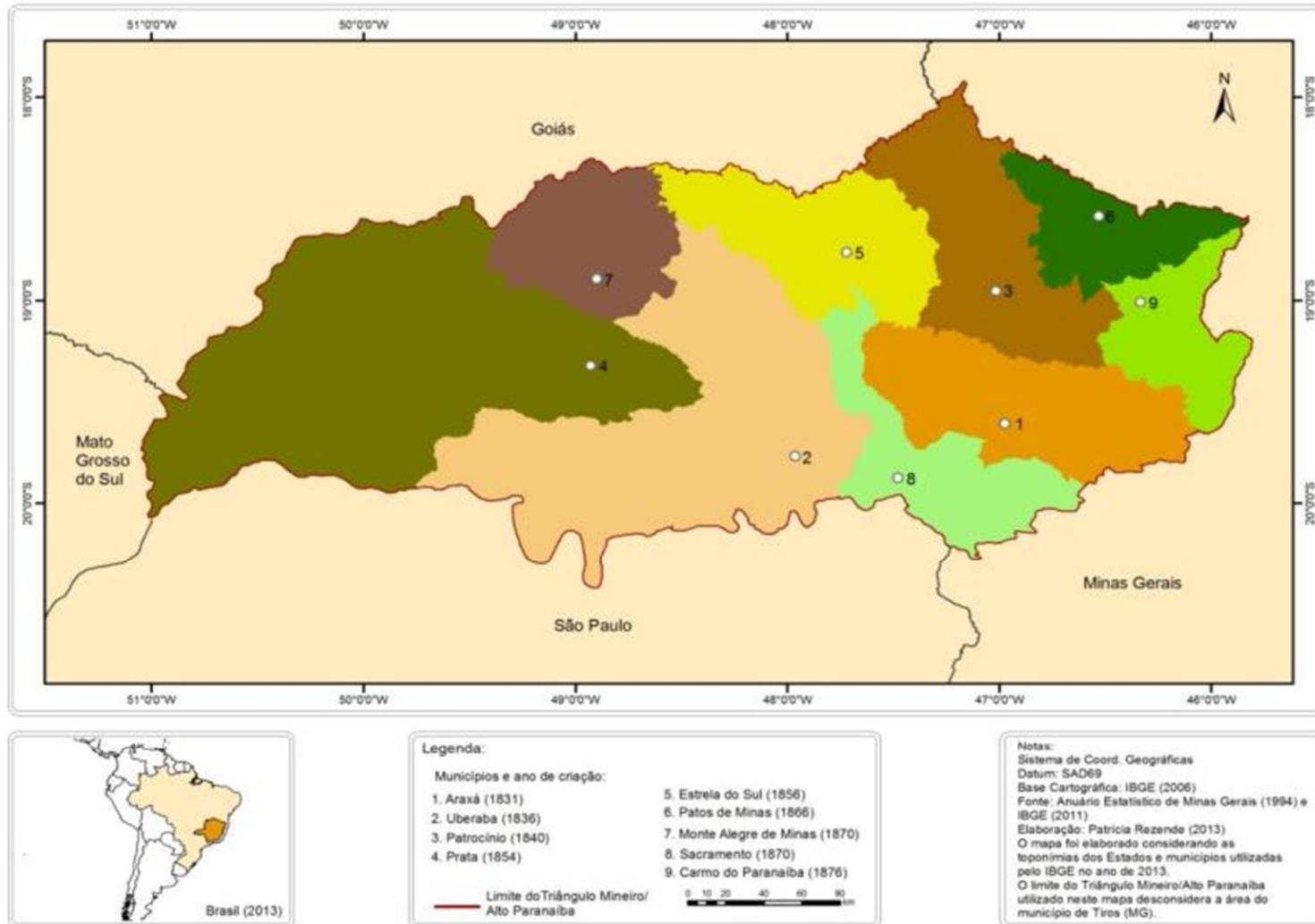
⁴⁷ Em 1872, Desemboque, distrito do município de Sacramento, possuía 2.260 habitantes e 456 casas (DGE, 1876).

⁴⁸ A estrada também recebia o nome de Estrada Geral de Goiás.

Outro município que teve sua origem atrelada à passagem de uma estrada (Picada de Goiás) foi o de Carmo do Paranaíba (MG), na parte leste do Triângulo Mineiro (Mapa 20). Foi criado oficialmente com a denominação de Nossa Senhora do Carmo do Arraial Novo (MG)⁴⁹ pela lei provincial nº 1.713 de 05 outubro de 1870, quando era distrito de Araxá (MG). Em 11 de julho de 1876, foi elevado à condição de vila e desmembrado do município-mãe através da lei provincial 2.306.

⁴⁹ A respeito da história de formação de Carmo do Paranaíba (MG), confira: Resende (1992).

Mapa 20 – Triângulo Mineiro (MG): municípios criados até 1876



Em 1872, quando ainda pertencia ao município de Araxá (MG), Carmo do Paranaíba (MG) possuía um total de 3.450 habitantes e 739 casas (DGE, 1876), tornando-se o maior arraial do município, com exceção da sede municipal, conforme apresentado na Tabela 03.

Tabela 03 – Município de Araxá (MG):
número de habitantes e de casas por distrito (1872)

Nome do distrito	Número de habitantes	Número de casas	Nome atual
São Domingos do Araxá (distrito sede)	10.584	2.927	Araxá
Santo Antônio da Pratinha	2.346	409	Pratinha
Santo Francisco das Chagas do Campo Grande	2.729	318	Rio Paranaíba
Nossa Senhora do Carmo do Arraial Novo	3.450	739	Carmo do Paranaíba

Fonte: DGE (1876).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Na sequência histórica de emancipação dos municípios no Triângulo Mineiro⁵⁰, em 1882 surgiram o de Araguari (MG) e o de Monte Carmelo (MG), ambos fragmentados a partir de Estrela do Sul (MG). Sobre a criação de municípios em Minas Gerais, IBGE (1958a) destaca que:

[...] obedecia a circunstâncias especiais e as mais diversas. O povoado surgia à margem do ribeirão rico em minerais, à beira dos caminhos que se estendiam para os extremos de Minas, em torno da capela erigida no topo do morro a balizar as distâncias e a atrair os centros que sentiam necessidade inelutável de orar. O povoado crescia, estabelecia-se o comércio e os lavradores para lá afluíam aos domingos e dias santificados. Essa vida de relações passava a exigir a autoridade administrativa e a judiciária (IBGE, 1958a, p. 14).

⁵⁰ A respeito da mudança de toponímia de *Sertão da Farinha Podre* para *Triângulo Mineiro* foi encontrada somente a seguinte fonte:

(<http://www.jornaldeuberaba.com.br/?MENU=Colunas&SUBMENU=CarlosPaiva&CODIGO=569>), a qual afirma que tal mudança aconteceu na década de 1880, principalmente após a consolidação de um jornal impresso em Uberaba (MG).

Nesse mesmo sentido, Araújo (2010), ao analisar a formação história de Araguari (MG), afirma que:

O entendimento do processo de formação histórica do município de Araguari exige a consideração de que, assim como em todos os municípios do estado de Minas Gerais, esse processo está diretamente relacionado à evolução socioeconômica estadual. Tal afirmação significa dizer que o desmembramento territorial que possibilitou a formação de qualquer município mineiro é um reflexo dos fatores políticos, sociais e econômicos que atuaram na organização político-administrativa desse estado. (ARAÚJO, 2010, p. 62-63).

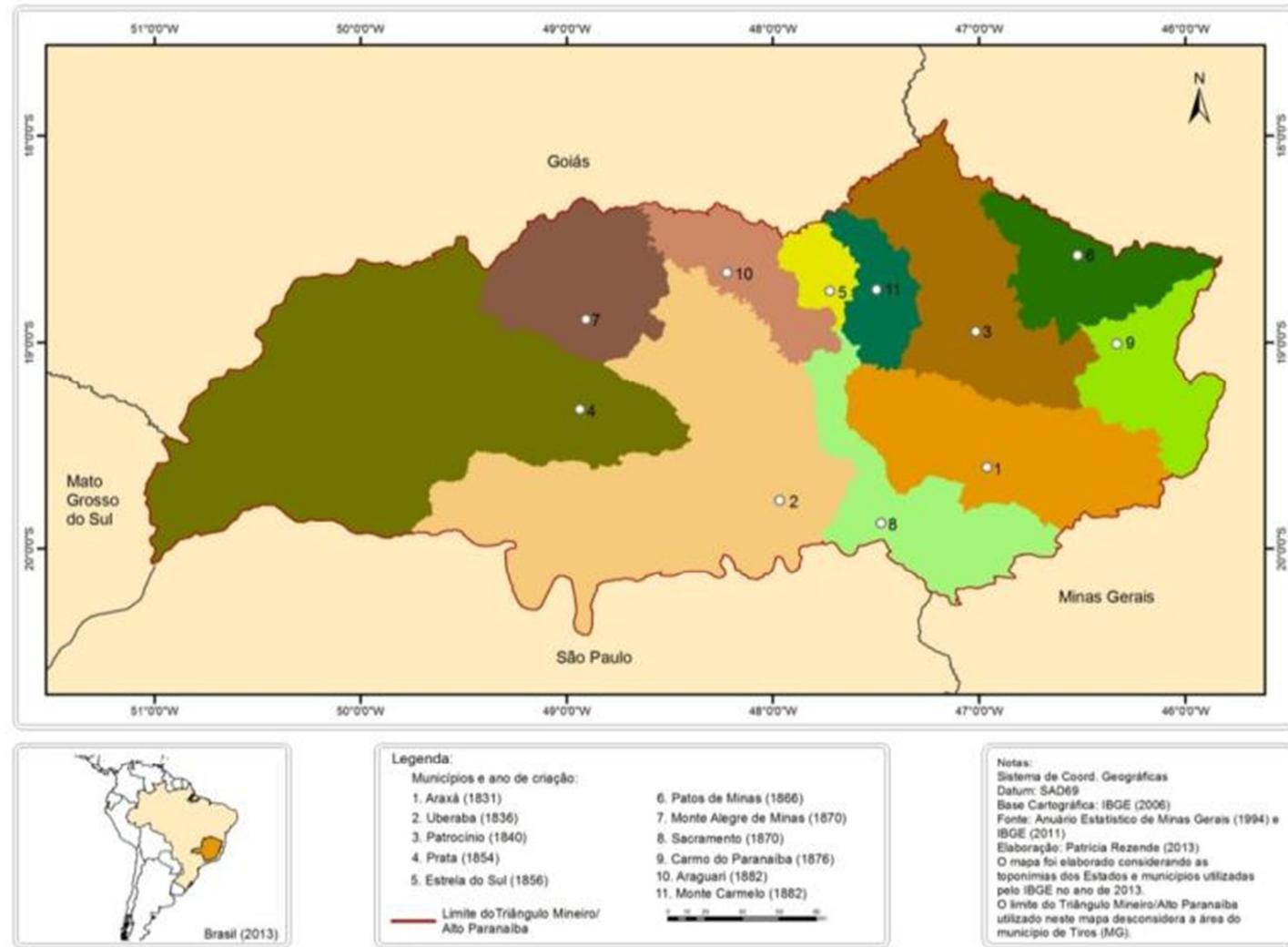
Araguari⁵¹ (MG) foi criado oficialmente como distrito, com a denominação de Brejo Alegre (MG), pela lei provincial nº 1.195 de 06 de agosto de 1864, subordinado ao município de Estrela do Sul (MG) e elevado à categoria de vila, pela lei provincial nº 2.996 de 19 de outubro de 1882, com sede na antiga vila de Brejo Alegre (MG), como representado no Mapa 20.

Da mesma forma Monte Carmelo (MG) foi emancipado do município de Estrela do Sul (MG), passando a chamar-se Carmo da Bagagem (MG), em 06 de outubro de 1882, através da lei provincial nº 2.972 (Mapa 21).

Ambos os municípios surgiram da crise de exploração mineral em Estrela do Sul (MG), do crescimento demográfico e do conseqüente aumento da importância política das localidades na região, além de terem sido pontos de passagem nos caminhos que ligavam o litoral aos sertões de Goiás e Mato Grosso.

⁵¹ A respeito da história de ocupação de Araguari (MG), confira: Araújo (2010).

Mapa 21 – Triângulo Mineiro (MG): municípios criados até 1882



A Tabela 04 apresenta os tamanhos populacionais de Araguari (MG) e Monte Carmelo (MG) em 1872, antes de suas emancipações políticas, o que permite compreender o peso demográfico de cada um destes distritos no total populacional do município-mãe.

Tabela 04 – Município de Estrela do Sul (MG):
número de habitantes e de casas por distrito (1872)

Nome do distrito	Número de habitantes	Número de casas	Nome atual
Diamantino da Bagagem (distrito sede)	7.356	1.349	Estrela do Sul
Brejo Alegre	4.480	707	Araguari
Nossa Senhora da Abadia d'Água Suja	3.449	522	Romaria
Carmo da Bagagem	4.927	960	Monte Carmelo
Sant'Anna do Rio das Velhas	2.955	522	Indianópolis

Fonte: DGE (1876).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Diante dos dados apresentados na Tabela 04, é possível corroborar as afirmações de Brandão (1989), Guimarães (1990, 2010) e Bacelar (2003), segundo as quais a exploração mineral no Triângulo Mineiro, durante todo o século XVIII até meados do século XIX, foi a principal atividade catalizadora do processo de ocupação da região. Entretanto, apesar de sua importância na gênese, a atividade mineradora não conseguiu sustentar a economia da região. Com isso, as atividades agropastoris deixaram de ser coadjuvantes e assumiram papel de protagonistas na economia regional, contribuindo para a consolidação de alguns núcleos urbanos como centros regionais, pois desenvolviam atividades de apoio à mineração. Nesse sentido, Guimarães (2010, p. 40-41) afirmou que:

[...] tendo por base a análise dos desdobramentos histórico da atividade mineradora, a apropriação interna da renda processou-se de forma restringida. Neste quesito pode ser destacado o crescimento extensivo da lavoura e da pecuária, estruturalmente pouco integrado com as atividades industriais e comerciais, constituindo a fragilidade econômica dos núcleos urbanos de exploração mineral, que tiveram seus destinos conectados à efervescência da mineração. Passado o auge da exploração mineral, sucedeu-se todo um período de regressão econômica e de proliferação das atividades agropecuárias de subsistência. Assim, não só nas regiões que mantiveram trocas como as áreas de exploração mineral, no papel de fornecedoras de tração animal e de produtos alimentares, mas também no próprio ambiente de mineração, ocorreu uma volta do homem ao campo. Ou seja, um retorno ao relativo isolamento e ao recurso à subsistência, com exceção daquelas áreas onde foi possível continuar ocorrendo processos mais regulares de intermediação dos fluxos econômicos. Portanto, *mais que a importância histórica da incipiente mineração em seus arredores, a maior prosperidade na ocupação ulterior do Triângulo Mineiro coube aos locais onde passaram a ser desenvolvidas atividades agropecuárias e comerciais de apoio à mineração.* (Grifos meus).

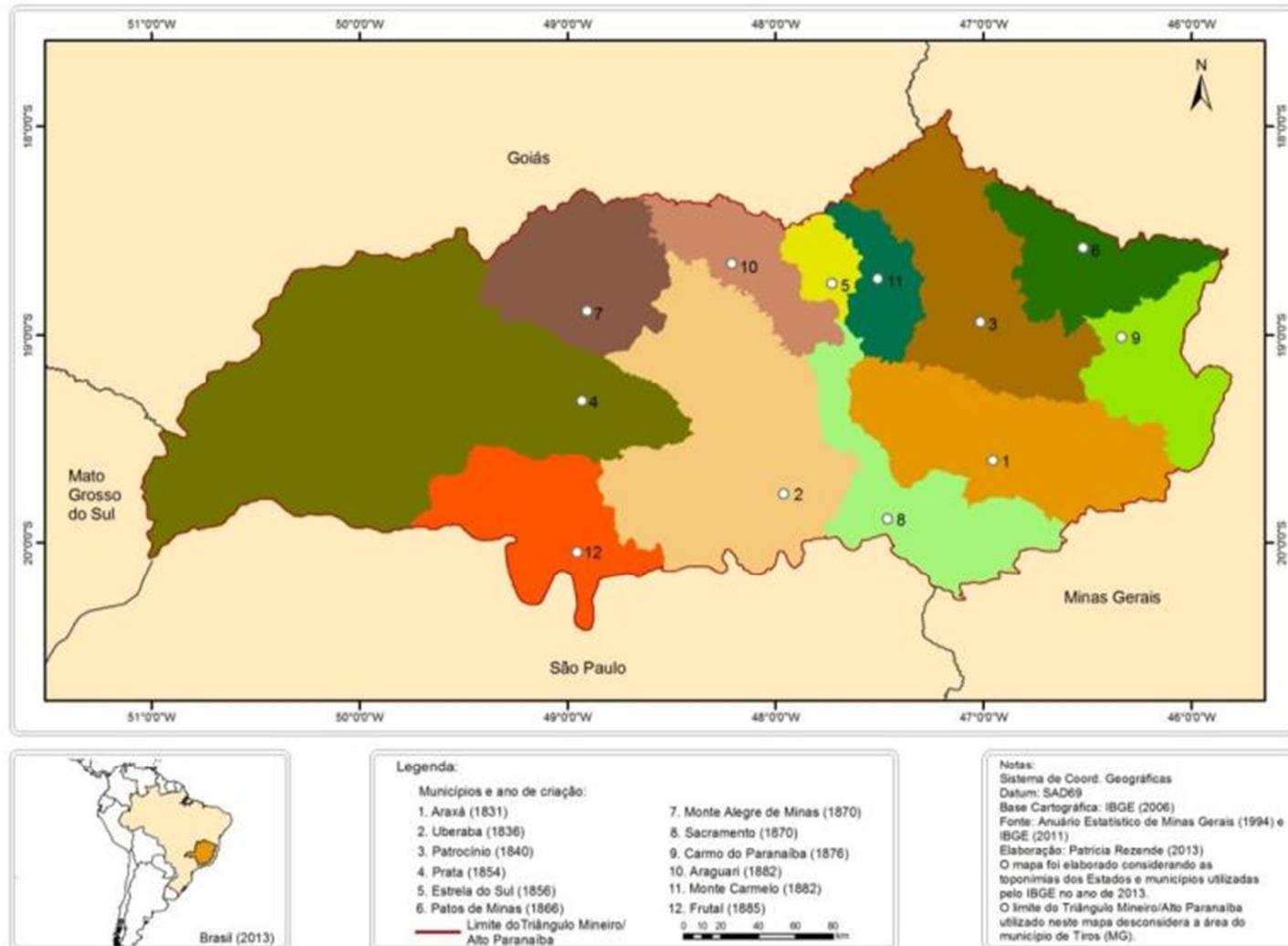
O autor ainda completa:

[...] a formação dos principais núcleos urbanos atuais e a preponderância de uns sobre os outros, em determinados estágios, devem ser pensados em dois planos: a partir de uma base agropecuária calcada em condições naturais favoráveis ao desenvolvimento do rebanho bovino e, principalmente, em função de uma localização geográfica no espaço nacional dos fluxos econômicos. Estes fatores foram decisivos para desenvolver uma inserção econômica e especialização comercial, à medida que puderam aproveitar-se dos impulsos do mercado, sob a égide da nascente economia nacional e da dinâmica e centralidade do completo cafeeiro paulista. (GUIMARÃES, 2010, p. 45).

Neste contexto de consolidação de atividades agropecuárias como sustentadoras da economia regional, o município de Frutal (MG) é emancipado de Uberaba (MG), no ano de 1885. Criado oficialmente como Distrito de Nossa

Senhora do Carmo de Frutal (MG), pela lei provincial nº 1.667, de 16 de setembro de 1870, subordinado ao município de Uberaba (MG) e elevado à categoria de vila, foi emancipado, com a mesma denominação, pela lei provincial nº 3.325 de 05 de outubro de 1885, tendo por sede a antiga vila de Nossa Senhora do Carmo de Frutal (MG) (Mapa 22).

Mapa 22 – Triângulo Mineiro (MG): municípios criados até 1885



Para Guimarães (2010), o surgimento do município de Frutal (MG) esteve diretamente vinculado à ocupação de fazendas de gado na porção oeste do Triângulo Mineiro, bem como à presença de um porto no rio Grande ligado à navegação fluvial dos rios Mogi-Guaçu e Pardo.

Foi a ocupação da parte oeste do Triângulo Mineiro e o consequente desvio de parte das cargas de sal, que eram transportadas para os estados de Goiás e Mato Grosso e antes passavam por Uberaba (MG), que contribuíram para sua limitação econômica, com o fechamento de casas comerciais e a migração para outras localidades, entre elas, a de Estrela do Sul (MG) (GUIMARÃES, 2010).

Sobre o município de Frutal (MG), Lourenço (2010, p. 57-58) afirma que:

Em 1885, criada a vila do Frutal, com sede num arraial próximo a um porto no Rio Grande, que, desde a década de 1860, beneficiava-se da navegação fluvial dos rios Mogi-Guaçu e Pardo, na província de São Paulo. Seu entorno formou-se pela fusão de sua própria freguesia com a de Garimpo das Alagoas [hoje Conceição das Alagoas] – que pertenciam ao termo de Uberaba – e a de São Francisco de Sales, destacada do Prata. Assim, seu território correspondia, aproximadamente, à vertente norte do baixo Rio Grande, o que mostra que o critério usado na divisão foi a influência do porto do Frutal sobre o trânsito na estrada que demandava ao Mato Grosso.

Por ser um ponto de passagem das cargas de sal, Frutal (MG) cresceu tanto nos aspectos políticos, quanto no tamanho populacional, formando juntamente com Prata (MG) os dois principais núcleos urbanos da porção oeste do Triângulo Mineiro. Além disso, também contribuiu para seu crescimento o fato de ter funcionado como ponto de pouso, interligando o

transporte fluvial e a Estrada do Piquiri⁵². O distrito de Nossa Senhora do Carmo de Frutal (MG) possuía 4.447 habitantes em 1872⁵³ (Tabela 06), o que o colocava em posição de destaque na rede regional do período, uma vez que o tamanho demográfico e o número de casas eram sinônimos de desenvolvimento econômico.

Tabela 06 – Município de Uberaba (MG):
número de habitantes e de casas por distrito (1872)

Nome do distrito	Número de habitantes	Número de casas	Nome atual
Santo Antônio de Uberaba (distrito sede)	8.716	954	Uberaba
São Pedro de Uberabinha	3.483	350	Uberlândia
Nossa Senhora do Carmo de Frutal	4.447	417	Frutal

Fonte: DGE (1876).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

A Tabela 06 também demonstra os dados referentes à São Pedro de Uberabinha (MG), que era, em 1872, o distrito menos populoso de Uberaba (MG) e o último a se emancipar como município no Triângulo Mineiro oitocentista.

Uberlândia (MG) foi distrito de Uberaba (MG), criado⁵⁴ oficialmente com a denominação de São Pedro de Uberabinha (MG) pela lei provincial nº 831, de 11 de setembro de 1857. Foi elevado à categoria de vila, com a mesma denominação, pela lei provincial nº 3.643, de 31 de agosto de 1888,

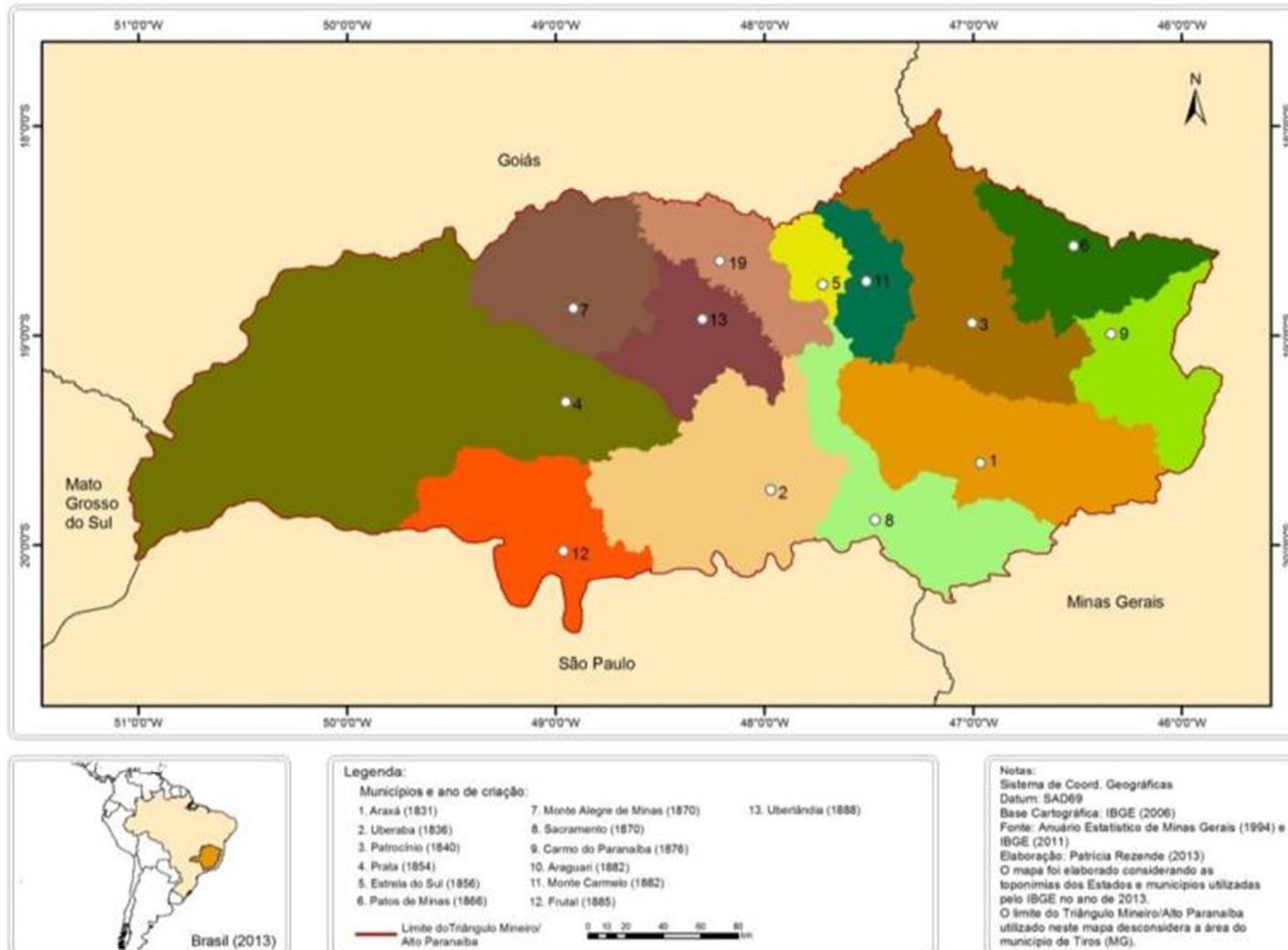
⁵² A Estrada do Piquiri que ligava Uberaba (MG) à província do Mato Grosso, no sentido oeste – passando por Frutal –, e ao litoral da província do Rio de Janeiro – passando por Desemboque e São João del-Rei, conforme apresentado no Mapa 03.

⁵³ Antes de sua emancipação política-administrativa.

⁵⁴ Segundo Soares (1988, p. 15): “Uberlândia, fundada em 1856, quando foram implantados os fundamentos do arraial; um ano após foi criada a freguesia com o nome de Arraial de Nossa Senhora do Carmo e São Sebastião da Barra de São Pedro de Uberabinha. Em 1888 foi elevada a vila, com o nome de São Pedro de Uberabinha e em 1892 passou a ser considerada cidade. Esta somente recebeu o nome de Uberlândia em 19 de outubro de 1929”.

desmembrado de Uberaba (MG), com sede no antigo distrito de São Pedro de Uberabinha (MG) (Mapa 23).

Mapa 23 – Triângulo Mineiro (MG): municípios criados até 1888



Segundo Soares (1988), a formação econômica de Uberlândia (MG) recebeu influência decisiva das ligações comerciais que a região estabelecia com a economia paulista, uma vez que a predominância do cultivo de café no estado de São Paulo impossibilitou a produção de cereais e impulsionou as demandas deste tipo de atividade agrícola para o Triângulo Mineiro.

Nesse sentido, a autora afirma que:

A inserção do Triângulo Mineiro na economia nacional deve ser entendida a partir de três fatores: a extensão da Estrada de Ferro Mogiana; a construção da ponte Afonso Pena sobre o rio Paranaíba, ligando o Triângulo Mineiro ao Centro Oeste; e a construção de rodovias, pela Companhia Mineira de Autoviação em 1912, que possibilitavam o escoamento de produtos e o transporte de passageiros entre 32 cidades de Goiás e Minas Gerais⁵⁵. (SOARES, 1988, p. 14).

Sobre o papel das infraestruturas no desenvolvimento do território, Santos (1996, p. 65-66) considera que:

[...] as infra-estruturas presentes em cada lugar não dependem exclusivamente do tipo e volume da produção, mas também do seu destino, o que obriga a levar em conta os processos da circulação. Em outras palavras, as infra-estruturas presentes em cada lugar encontram, em grande parte, explicação e justificativa fora do lugar. Da mesma maneira, uma vez que o consumo local depende de uma produção distante, a cuja lei se submete, a distribuição dos produtos termina por influir no tipo, na quantidade, forma e disposição das infra-estruturas correspondentes cuja existência, desse modo, torna-se ali igualmente autônoma, em relação às condições próprias do lugar. As diversas ecologias locais não são unicamente explicáveis por fatores exclusivamente locais.

⁵⁵ A respeito da história de formação de Uberlândia (MG) e seu desenvolvimento econômico, confira: Freitas e Sampaio (1985), Soares (1988,1995), Brandão (1989), Guimarães (1990, 2010).

As infraestruturas citadas por Soares (1988) inseriram a região do Triângulo Mineiro, sobretudo Uberlândia (MG), em outro cenário econômico, diferente daquele que vinha sendo desenhado, uma vez que permitiu o rompimento da dependência das estruturas precárias de transporte e circulação da época. Conforme Santos (1985), a presença de processos mecânicos sobre o território potencializou as transformações da natureza, aglutinando os espaços que antes se dinamizavam de forma separada (o da produção e o do consumo) em um espaço único, totalizante (o do consumo/produção). É o que Santos (1996, 2008) afirma ser o processo de substituição do meio natural pelo meio técnico. Nas palavras do autor:

Os objetos técnicos, maquínicos, juntam à razão natural sua própria razão, uma lógica instrumental que desafia as lógicas naturais, criando, nos lugares atingidos, mistos ou híbridos conflitivos. Os objetos técnicos e o espaço maquinizado são *locus* de ações 'superiores', graças à sua superposição triunfante às forças naturais. Tais ações são, também, consideradas superiores pela crença de que ao homem atribuem novos poderes – o maior dos quais é a prerrogativa de enfrentar a Natureza, natural ou já socializada, vinda do período anterior, com instrumentos que já não são prolongamentos do seu corpo, mas que representam prolongamentos do território, verdadeiras próteses. Utilizando novos materiais e transgredindo a distância, o homem começa a fabricar um tempo novo, no trabalho [...]. Os tempos sociais tendem a se sobrepor e contrapor aos tempos naturais. (SANTOS, 2006, 237).

A instalação dos trilhos da Mogiana, a construção da ponte Afonso Pena e as rodovias da Companhia Mineira de Autoviação permitiram a aproximação e intensificação das relações sociais entre São Paulo e o Triângulo Mineiro, particularmente com Uberlândia (MG), que se especializava na comercialização de alimentos, além de realizar a intermediação entre Minas

Gerais, Goiás, Mato Grosso e São Paulo (SOARES, 1988). É a sobreposição da técnica sobre a natureza, a especialização do espaço do Triângulo Mineiro.

No mesmo sentido de Soares (1988), Bertran (1978, p. 59) aponta que:

Os produtos goianos de exportação com destino ao Sudoeste do Brasil passaram a ser reelaborados em Minas Gerais, possibilitando a montagem de um sistema especulativo, calcado nos estoques de produtos goianos e matogrossenses, controlados econômica e geograficamente pelo gargalo do Triângulo Mineiro.

Segundo Santos (2006), a emergência do espaço mecanizado é motivada por uma lógica externa à lógica da localidade, tornando-a indiferente às condições preexistentes. O Triângulo Mineiro, entendido como um gargalo, tal qual aponta Bertran (1978), é um exemplo, para o período analisado, da consolidação do meio técnico independente das dinâmicas espaciais da época. Para Santos (2006, p. 237),

[...] as motivações de uso dos sistemas técnicos são crescentemente estranhas às lógicas locais e, mesmo, nacionais; e a importância da troca na sobrevivência do grupo também cresce. Como o êxito, nesse processo de comércio, depende, em grande parte, da presença de sistemas técnicos eficazes, estes acabam por ser cada vez mais presentes. A razão do comércio, e não a razão da natureza, é que preside à sua instalação. Em outras palavras, sua presença torna-se crescentemente indiferente às condições preexistentes.

A indiferença às condições preexistentes na consolidação do meio técnico no Triângulo Mineiro, no final do século XIX, pode ser explicada pelas diferenças das estruturas modernizantes do território ao longo do tempo, que

são dadas em resposta às novas necessidades da sociedade. Conforme Santos (1985, p. 32):

As novas atividades beneficiam-se com as novas possibilidades, porém a modernização local pode representar simplesmente a adaptação de atividades já existentes a um novo grau de modernismo. Sem dúvida, combinações diferentes são possíveis entre estas duas hipóteses. O fato de que a cada momento nem todos os lugares são capazes de receber todas as modernizações explica por que: 1) certos espaços não são objetos de todas as modernizações; 2) existem demoras, defasagens, no aparecimento desta ou daquela variável moderna ou modernizante; e isto ocorre em diferentes escalas.

Os exemplos destacados por Soares (1988), listados anteriormente, materializam a presença de estruturas modernizantes no Triângulo Mineiro, as quais dotaram Uberlândia (MG) de novas técnicas e novas formas de produção e consumo, reorganizando o território, tornando-o mais adaptado à reprodução do sistema capitalista. O avanço do meio técnico e as especializações espaciais culminaram no desenvolvimento territorial desigual da região, uma vez que as cidades de Araguari (MG), Uberaba (MG) e Uberlândia (MG) foram as principais beneficiadas deste processo, ratificando a ideia apontada por Santos (1985).

Assim, romper com a precariedade e lentidão dos transportes tornou-se o principal desafio para transformar o Triângulo Mineiro em um espaço totalizante de produção e consumo. Entretanto, isso não foi possível para toda a região, pois os agentes transformadores do espaço atuaram diretamente sobre determinados centros urbanos, em detrimento de outros.

Nesse sentido, Guimarães (2010) indica que a presença de ferrovias⁵⁶ em economias periféricas foi fundamental para viabilizar intercâmbios comerciais e produtivos entre os principais mercados consumidores e produtores do país. Para ele, a ferrovia

[...] representava o advento do moderno, que rompia com as barreiras geográficas, encurtava o tempo de conexão e possibilitava a incorporação extensiva e intensiva do mercado. Onde a ferrovia tocava seus trilhos aumentava a renda da terra, estimulava as estruturas produtivas e expandia as relações comerciais, por meio de uma nova logística de integração no mercado. (GUIMARÃES, 2010, p. 60).

A inserção do meio técnico e a presença de estruturas modernizantes permitiu à Uberlândia (MG) sobrepor-se à hegemonia de Uberaba (MG) e criar condições para se consolidar como principal centro político e econômico do Triângulo Mineiro no século XX⁵⁷.

Houve, a partir deste momento histórico, alterações nas dinâmicas socioeconômicas da região que resultaram em processos espaciais mais intensos, como a participação na divisão territorial do trabalho, o desenvolvimento econômico das cidades, o desenvolvimento agropecuário, o crescimento demográfico e o aumento no número de novos municípios. Diante desse contexto, serão discutidos a seguir os processos vinculados à criação de municípios no Triângulo Mineiro no período republicano.

⁵⁶ A respeito da instalação e do papel desempenhado pela ferrovia na consolidação econômica do Triângulo Mineiro, confira: Brandão (1989), Soares (1988, 1995), Guimarães (1990, 1994, 2010), Matos (1990) e Monbeig (1998) e Araújo (2010). Lourenço (2010) também discute o papel da ferrovia no Triângulo Mineiro, entretanto, apresenta uma análise diferente dos autores anteriormente citados.

⁵⁷ A respeito da importância regional de Uberlândia (MG), confira: Soares (1995, 1997), Oliveira (2008), Oliveira e Soares (2010) e Soares et al (2009, 2010).

Capítulo 2

Triângulo Mineiro: formação territorial e fragmentação de municípios no período da República

As dinâmicas espaciais do Triângulo Mineiro no período da República foram marcadas pela inserção da região na economia nacional, através de sua participação na divisão territorial do trabalho, o que resultou na ocorrência de processos singulares, principalmente aqueles ligados à formação socioespacial, à criação de municípios e ao processo de urbanização da região.

Na primeira metade do século XX, as relações econômicas do Triângulo Mineiro eram pautadas nas atividades agropecuárias, o que implicou em região pouco urbanizada, com concentração das dinâmicas espaciais no campo. A partir dos projetos de integração nacional, os planos nacionais de desenvolvimento do governo federal e os investimentos na modernização agrícola, na segunda metade do século XX, a região se transformou e se urbanizou, inserindo-se, de forma permanente, no círculo econômico e produtivo brasileiro.

Os municípios e as cidades da MRG de Ituiutaba (MG) surgem, oficialmente, no período da República, quando as transformações econômicas e espaciais reestruturavam todo o Triângulo Mineiro. No entanto, o desenvolvimento econômico e urbano da MRG estudada estava aquém de outras áreas desta região. As cidades eram totalmente dependentes das atividades agropecuárias para sua dinamização econômica, com reduzido número de unidades industriais e limitado setor terciário, o que resultou nos menores indicadores econômicos de todo o Triângulo Mineiro.

Nesse sentido, pretende-se, neste capítulo, discutir o processo de formação territorial do Triângulo Mineiro, com ênfase nas dinâmicas espaciais e na formação de municípios. Não é possível analisar a MRG sem considerar as dinâmicas espaciais existentes no Triângulo Mineiro, seu processo de formação territorial e econômico.

2.1. Nos tempos do Triângulo Mineiro: formação territorial e fragmentação de municípios a partir de 1889

Os municípios criados no Triângulo Mineiro a partir de 1889 surgiram em um contexto político brasileiro diferente do apresentado no primeiro capítulo deste trabalho, uma vez que naquele ano foi instituída a República Federativa Presidencialista Brasileira⁵⁸ e destituída a monarquia constitucional parlamentarista do Império do Brasil. Com isso, estabeleceu-se o pacto federativo, que organizou o país na forma de uma federação baseada

⁵⁸ A respeito da história política da república brasileira, confira: Lapa (1990). A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891 está disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm

em três esferas de poder: municipal, estadual e federal. Segundo Castro (2005, p. 164), o pacto federativo é:

[...] por definição, um acordo de base territorial no qual grupos localizados em diferentes partes de um território organizam-se em busca da harmonização entre suas demandas particulares e os interesses gerais da sociedade que eles têm por objetivo constituir. Por se tratar de acomodação de diferenças, há, portanto, uma constante tensão nesse pacto, cabendo aos arranjos institucionais organizar os interesses e controlar os conflitos.

De acordo com Cigolini (2009), para compreender a criação de municípios sob o regime político republicano brasileiro faz-se necessário dividi-lo em períodos, pois cada um deles resultou em diferentes práticas sobre o território, além de gerar um novo texto constitucional; são eles: República Velha (1889-1930); Período Vargas (1930-1945); República Nova (1945-1964); Regime Militar (1964-1985); e Nova República (a partir de 1985). Para o autor, o interesse pela criação de municípios no Brasil é um fenômeno político-administrativo que ultrapassa a normatização constitucional.

No período da República Velha, Cigolini (2009), destaca que:

[...] a criação de municípios foi amplamente associada à dinâmica de ocupação do território. Isso mostra que a formação da densidade requer a criação de territórios, não se tratando então apenas do território como espaço econômico ou de poder, mas de um espaço que abrange simultaneamente todos os aspectos que resultam da existência de agrupamentos humanos. (CIGOLINI, 2009, p. 153).

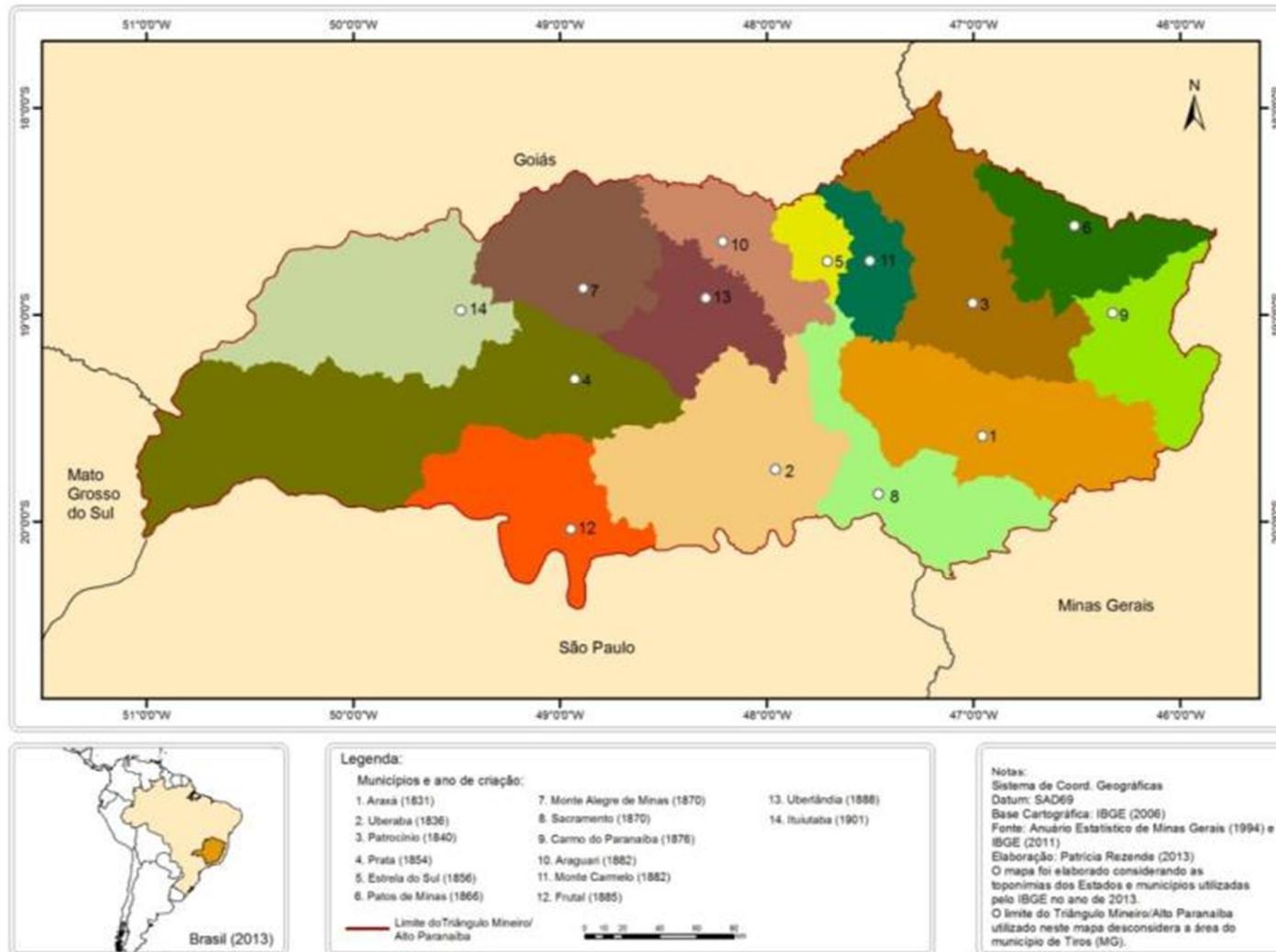
No Triângulo Mineiro essa dinâmica não foi diferente, pois os municípios criados até a Proclamação da República eram extensos, o que poderia colocar em xeque os ideais republicanos. É nesse contexto que surge

o município de Ituiutaba (MG). Enquanto o eixo formado pelas cidades de Araguari (MG), Uberlândia (MG) e Uberaba (MG) tornava-se, a partir do final do século XIX, o espaço mais propício no Triângulo Mineiro para os avanços das técnicas e possibilidades de modernização, surgia na porção oeste desta região o município de Ituiutaba (MG), em 1901.

Segundo Barbosa (1995), o início da ocupação de Ituiutaba (MG) data de 1820, quando foi iniciada a construção da primeira capela dedicada a São José do Tijuco; entretanto, sua criação oficial ocorreu somente em 1839, quando o povoado de São José do Tijuco (MG) foi elevado à condição de distrito, pela lei provincial nº 138, de 03 de abril de 1839, subordinado ao município de Prata (MG). Em 16 de setembro de 1901, foi desmembrado e categorizado como vila, com a denominação de Vila Platina (MG), tornando-se um município independente (Mapa 24), através da lei estadual nº 319, com sede municipal localizada no mesmo local do arraial de São José do Tijuco (MG). A vila foi elevada à condição de cidade no ano de 1915, recebendo o nome de Ituiutaba (MG), conforme a lei estadual nº 663, de 18 de setembro⁵⁹.

⁵⁹ No capítulo 03 deste trabalho serão apresentados os detalhes sobre a formação socioespacial do município de Ituiutaba (MG).

Mapa 24 – Triângulo Mineiro (MG): municípios criados até 1901



A origem de Ituiutaba (MG) segue a mesma lógica dos outros municípios da porção oeste do Triângulo Mineiro (Prata e Frutal), que era a de ocupação territorial a partir do desenvolvimento de atividades agropecuárias, acompanhadas de crescimento demográfico e político. Neste sentido, Chaves (1953) destaca a importância do sertanejo⁶⁰ para o surgimento e consolidação do município:

Foi o sertanejo o autor da façanha que conta vários séculos. De início, bandeirantes desabusados seguindo a trilha do Anhanguera, passearam por aqui, requerendo sesmarias, que nos séculos XVIII e XIX, se multiplicaram nas típicas fazendas de criação, cujas reminiscências repontam, ainda nas taperas de 'casas grandes', testemunho silencioso de áureas épocas, da participação do negro escravo nas árduas pelejas dos campos. Foi o homem, com sua família, se sucedendo pelos anos afora, quem permaneceu na liderança da ação civilizadora, criando fazendas, subdividindo o seu braço e seu sangue, em cada descendência, a linha divisória do sertão. A ação do homem é um poema épico que precisa ser revelado à mocidade de hoje que, no exemplo de seus antepassados, ela encontre caminho da honra e do dever. (CHAVES, 1953, p. 45-46).

Ituiutaba (MG), logo após sua emancipação, inseria-se no contexto territorial em que o meio natural sobrepunha-se ao meio técnico (ausência de estradas, indústrias, infraestruturas, hospitais, por exemplo), enquanto parte do Triângulo Mineiro já estava inserido no desenvolvimento socioespacial com o predomínio da técnica. As afirmações de Chaves (1953, p. 48) apontam nessa direção:

Temos assim, em resumo, a exploração pastoril nos séculos passados e início do século XX, com base no latifúndio e nas pastagens naturais; depois, a derrubada das matas e a

⁶⁰ Sertanejo é a denominação dada por Chaves (1953) para qualificar o homem que exercia atividade laboral no campo, seja proprietário ou empregado.

agricultura transitória para a formação das invernadas de jaraguá [...].

A população de Ituiutaba (MG) em 1872, quando ainda era distrito de Prata (MG), representava 25,17% da população total municipal, enquanto a sede possuía 34,08% (Tabela 06). Esses valores servem como parâmetros para mensurar o poder de centralização de São José do Tijuco (MG) na ocupação do pontal do Triângulo Mineiro, uma vez que era o segundo distrito com maior número de casas, ocupadas principalmente aos finais de semana, o que pode indicar a circulação de pessoas do campo para a vila com o objetivo de comercializar os excedentes agrícolas, adquirir produtos e cumprir as obrigações religiosas.

Tabela 06 – Município de Prata (MG):
número de habitantes e de casas por distrito (1872)

Nome do distrito	Número de habitantes	Número de casas	Nome atual
Nossa Senhora do Carmo de Morrinhos (distrito sede)	2.886	483	Prata
Campo Belo	1.319	169	Campina Verde
São Francisco de Sales	2.132	422	São Francisco de Sales
São José do Tijuco	2.131	451	Ituiutaba

Fonte: DGE (1876).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Comparando os dados das tabelas 03, 04, 05 e 06, é possível perceber que as localidades situadas na parte oeste apresentavam os menores números de habitantes e casas em relação às outras partes do Triângulo Mineiro, apontando para a existência de um desenvolvimento territorial desigual, resultado do distanciamento das principais rotas comerciais da época.

Os totais populacionais dos municípios do Triângulo Mineiro nos anos de 1872, 1900 e 1920 (Tabela 07) ratificam a ideia de que aqueles municípios situados na parte oeste apresentaram desenvolvimento limitado, se comparado aos outros municípios emancipados na mesma década. A quantidade de habitantes impactava diretamente a produção, o consumo e a circulação de bens e capitais, e, conseqüentemente, a estrutura política e os aspectos urbanísticos, o que resultava em diferentes dinâmicas econômicas em cada aglomerado urbano.

Tabela 07 – Triângulo Mineiro (MG):
número total de habitantes por município (1872-1920)

Nome do município	Ano de emancipação	Total de habitantes em 1872	Total de habitantes em 1900	Total de habitantes em 1920
Araxá	1831	25.565	34.017	46.866
Uberaba	1836	19.878	20.818	59.897
Patrocínio	1840	31.378	49.893	44.007
Prata	1854	10.795	14.063	14.800
Estrela do Sul	1856	31.130	18.071	16.811
Patos de Minas	1866	15.081	28.477	64.815
Monte Alegre de Minas	1870	11.332	14.198	10.987
Sacramento	1870	22.755	15.531	34.889
Carmo do Paranaíba	1876	3.450 ¹	21.056	13.109
Araguari	1882	4.480 ¹	10.633	27.729
Monte Carmelo	1882	4.927 ¹	16.602	24.768
Frutal	1885	4.447 ¹	9.470	28.549
Uberlândia	1888	3.483 ¹	11.856	22.956
Ituiutaba	1901	2.131 ¹	-	20.772

Nota da tabela: ¹Equivale a população da sede do distrito ainda subordinado a outro município, pois, no ano de 1872, o distrito não era emancipado. O símbolo (-) indica informação não encontrada.

Fonte: DGE (1876) e IBGE (2011).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

O percentual de crescimento demográfico municipal no período de 1872 a 1920 (Tabela 08) demonstra nitidamente a tendência de aumento populacional de alguns municípios em detrimento de outros. Ao comparar os

municípios do oeste com os do leste – tendo como centro de referência Araguari (MG), Uberaba (MG) e Uberlândia (MG) – a diferenciação fica ainda mais evidente, pois, a oeste do Triângulo Mineiro, somente Frutal (MG) cresceu em termos de população, enquanto Monte Alegre de Minas (MG) e Prata (MG) exibiram queda nesse mesmo aspecto.

Tabela 08 – Triângulo Mineiro (MG):
percentual de crescimento demográfico municipal por período (1872-1920)

Nome do município	Ano de emancipação	Percentual de crescimento 1872/1900	Percentual de crescimento 1900/1920
Araxá	1831	33,06	37,77
Uberaba	1836	4,73	187,72
Patrocínio	1840	59,01	-11,80
Prata	1854	30,27	5,24
Estrela do Sul	1856	-41,95	-6,97
Patos de Minas	1866	88,83	127,60
Monte Alegre de Minas	1870	25,29	-22,62
Sacramento	1870	-31,75	124,64
Carmo do Paranaíba	1876	-	-37,74
Araguari	1882	-	160,78
Monte Carmelo	1882	-	49,19
Frutal	1885	-	201,47
Uberlândia	1888	-	93,62
Ituiutaba	1901	-	-

Nota da tabela: A impossibilidade de cálculo, por ausência de informação, foi representada pelo símbolo (-).

Fonte: DGE (1876) e IBGE (2011).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Vale destacar que os percentuais negativos referentes aos municípios de Estrela do Sul (MG), Monte Alegre de Minas (MG), Sacramento (MG) e Carmo do Paranaíba (MG) estavam relacionados às fragmentações territoriais ocorridas. Contudo, no período de 1900 a 1920 houve duas exceção: Estrela do Sul (MG) e Patrocínio (MG), que apresentaram decréscimo populacional sem perda de território. Para o primeiro, foi à decadência da

principal atividade econômica do município⁶¹, a exploração de diamantes, que contribuiu para o decréscimo populacional. No segundo caso, o crescimento da importância regional de Patos de Minas (MG) e a saturação das fontes de águas salitrosas impactaram as dinâmicas populacionais da parte leste do Triângulo Mineiro, atingindo especialmente Patrocínio (MG). Sob a ótica de Santos (1985, 1996), Patos de Minas (MG) pode ser interpretado, neste período, como sendo o centro mais capaz de romper com o meio natural e receber as estruturas modernizantes do espaço.

Diante do exposto, é perceptível que as relações sociais e econômicas presentes no Triângulo Mineiro, desde o fim do século XIX até a atualidade⁶², tornaram-se mais complexas, o que impossibilita compreender as fragmentações territoriais da região por município/ano, como vem sendo feito nas análises apresentadas até este ponto. Assim, é preciso analisar as emancipações dos novos municípios a partir de recortes temporais maiores, no mínimo por décadas, para que seja possível entender os contextos socioespaciais vigentes em cada período, o que implicará em análises menos pontuais sobre a constituição territorial do Triângulo Mineiro.

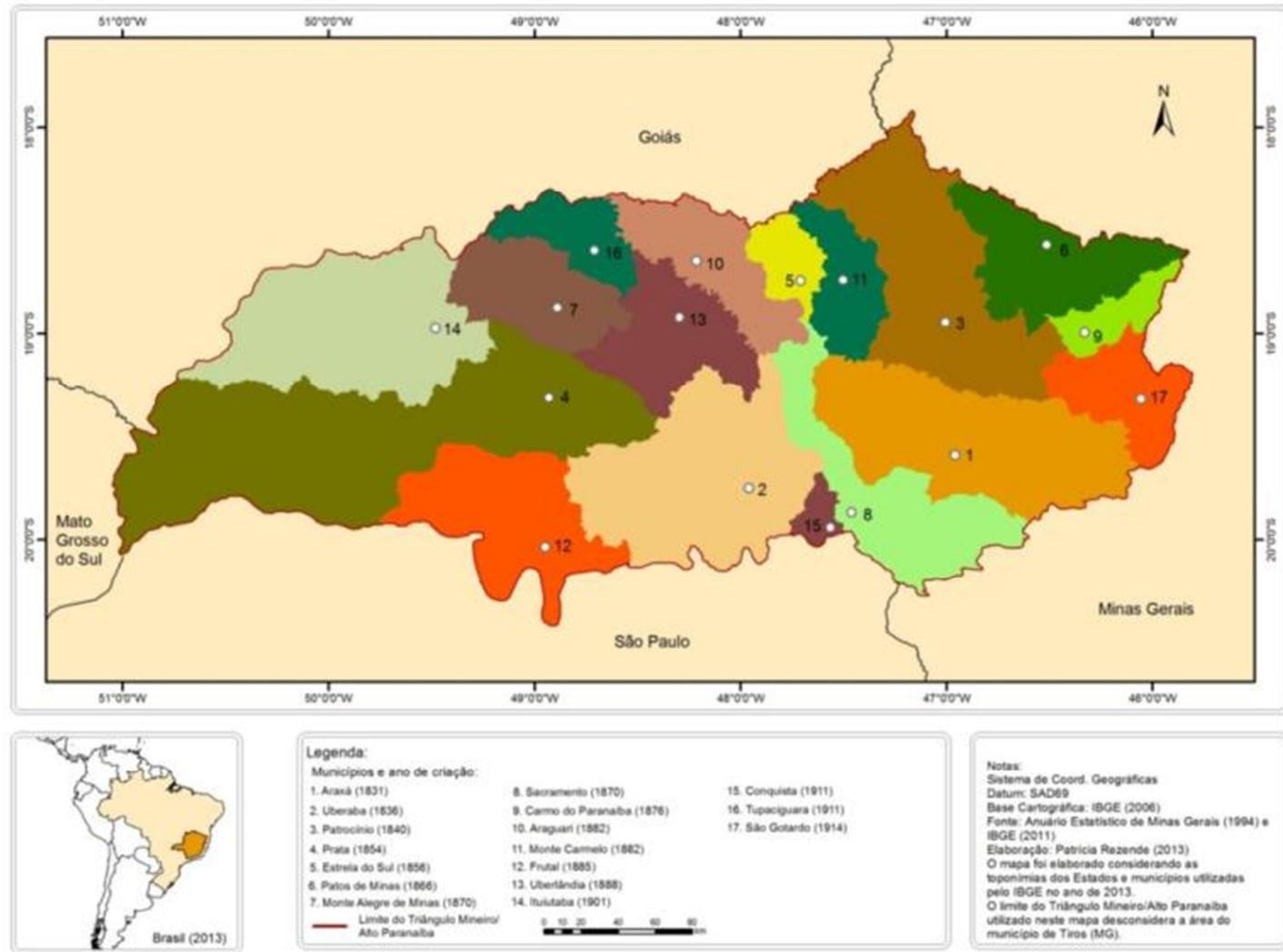
Após a emancipação de Ituiutaba (MG), em 1901, somente surgiram novos municípios em 1911 e 1914, a saber: Conquista (MG), Tupaciguara (MG) e São Gotardo (MG)⁶³, conforme demonstrado no Mapa 25.

⁶¹ A respeito da decadência de Estrela do Sul, confira: Bacelar (2003).

⁶² Refere-se ao ano de 2013.

⁶³ A respeito da história destes municípios, confira: IBGE (1959).

Mapa 25 – Triângulo Mineiro (MG): municípios criados até 1914



A emancipação destes municípios foi impulsionada pelo crescimento econômico oriundo da instalação das linhas férreas no Triângulo Mineiro e do estreitamento das relações comerciais entre o interior e o litoral do país. Além disso, o desenvolvimento das atividades agropecuárias na região, em substituição à supremacia das atividades de exploração de minerais – principalmente diamante, prata e ouro– também intensificou as relações comerciais na região, gerando, conseqüentemente, o aumento do poder político e econômico das elites locais.

Os municípios de Conquista (MG)⁶⁴ e Tupaciguara (MG)⁶⁵, fundados em 1911, têm suas histórias vinculadas à circulação de mercadorias, pessoas e capitais: Tupaciguara (MG), pelos caminhos que uniam o Triângulo Mineiro ao estado de Goiás, e Conquista (MG), por ter recebido, em 1889, um ramal da Ferrovia Mogiana, que ligava-a às cidades de Uberaba (MG) Franca (SP) e Ribeirão Preto (SP). Este ramal foi parcialmente abandonado em 1915 e desativado em 1970, apesar de ter sido a terceira principal estação de importações do Triângulo Mineiro na primeira década do século XX (GUIMARÃES, 2010).

O município de São Gotardo (MG)⁶⁶, fundado em 1914, tem sua história vinculada à exploração agropecuária praticada na parte leste do

⁶⁴ Criado como distrito em 1892, com a denominação de Conquista (MG). É elevado à categoria de vila com a mesma denominação pela lei estadual nº 556, de 30 de agosto de 1911, desmembrado de Sacramento (MG), com sede no antigo distrito de Conquista (MG).

⁶⁵ Criado como distrito com a denominação de Abadia do Bom Sucesso (MG), por lei provincial nº 900, de 08 de junho de 1858, subordinado ao município de Monte Alegre (MG), do qual se emancipou em 30 de agosto de 1911, através da lei estadual nº 556, que elevou o distrito à categoria de vila, com a denominação de Abadia de Bom Sucesso (MG).

⁶⁶ Distrito criado com a denominação de São Sebastião do Pouso Alegre (MG), pela lei provincial nº 1.905, de 19 de julho de 1872, subordinado ao município de Pitangui (MG). Em 1885, recebe o nome de Distrito de São Gotardo (MG). Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de São Gotardo (MG) figura no município de Rio Paranaíba (MG). Elevado à categoria de vila com a denominação de Rio Paranaíba (MG) pela lei estadual nº 556, de 30 de agosto de 1911, desmembrado de Carmo do Paranaíba (MG), com sede na povoação de São Francisco das Chagas do Campo Grande (MG). Pela lei estadual nº 622, de 18 de setembro de 1914, a sede do município de Rio Paranaíba (MG) foi transferida para o distrito de São

Triângulo Mineiro, com destaque para a criação de gado, herança da economia araxaense, e para o cultivo de café, incentivado pela expansão da economia paulista.

De forma semelhante, surge no ano de 1923 três novos municípios no Triângulo Mineiro⁶⁷: Coromandel (MG)⁶⁸, Ibiá (MG)⁶⁹ e Rio Paranaíba (MG)⁷⁰, todos na parte leste da região (Mapa 26), onde concentravam-se atividades agrícolas arcaicas, como aponta Guimarães (2010, p. 87-88):

A porção leste, formada pelas áreas do Alto Paranaíba, especificamente pelas microrregiões de Patrocínio, Patos de Minas e Araxá, cuja integração com a economia da capital mineira e com o Rio de Janeiro imprimia-lhe certo dinamismo comercial e representatividade política, o que, entretanto, era insuficiente para propiciar as condições de polarização regional. Esta pode ser caracterizada como uma área de predominância de uma base econômica agropecuária tradicional. Ela dificilmente poderia ter vislumbrado um melhor desempenho de seus espaços urbanos, haja vista ter sido deixada à margem das rotas econômicas de integração direta com a pujante economia paulista. Portanto, esta porção leste contou principalmente com uma acumulação no setor primário, com baixa diversificação produtiva, deixando a sede de seus municípios em posições de subordinadas aos núcleos regionais mais prósperos [...].

Gotardo (MG), tomando a vila e o município esta denominação. Rio Paranaíba (MG) tomou a denominação de São Francisco das Chagas e passou a ser chamado distrito de São Gotardo (MG).

⁶⁷ A respeito da história destes municípios, confira: IBGE (1959).

⁶⁸ Distrito criado com a denominação de Coromandel (MG), pela lei provincial nº 1,670, de 17 de setembro de 1870. Elevado à categoria de município com a mesma denominação pela lei estadual nº 843, de 07 de setembro de 1923, emancipado de Patrocínio (MG).

⁶⁹ Distrito criado com a denominação de São Pedro de Alcântara (MG) pela lei provincial nº 2.980, de 10 de outubro de 1882, subordinado ao município de Araxá (MG). Elevado à categoria de município com a denominação de Ibiá (MG), pela lei estadual nº 843, de 07 de setembro de 1923, desmembrado de Araxá (MG).

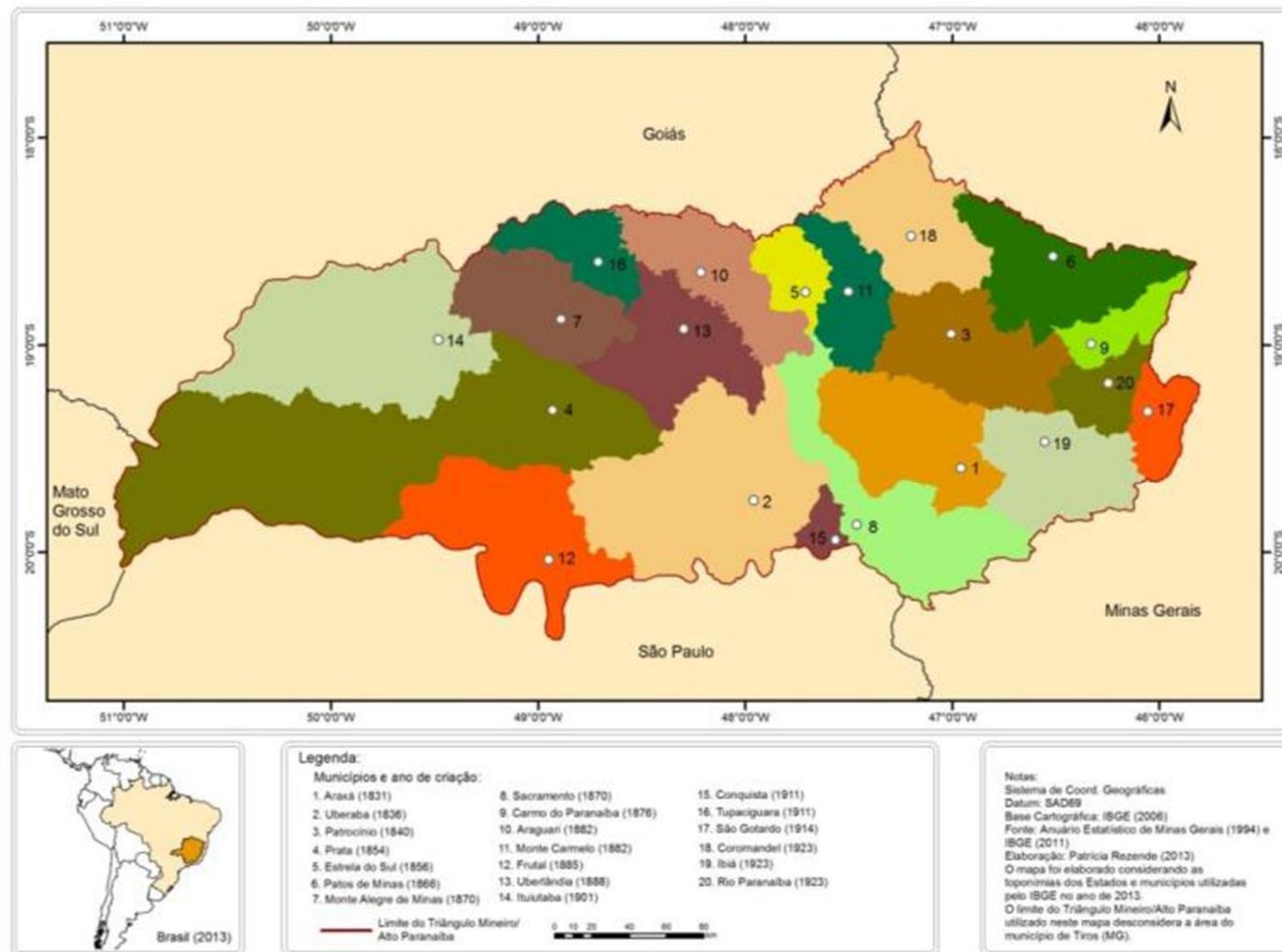
⁷⁰ Distrito criado com a denominação de São Francisco das Chagas (MG), pela lei provincial nº 312, de 08 de abril de 1846, subordinado ao município de Carmo do Paranaíba (MG). Elevado à categoria de vila com a denominação de Rio Paranaíba (MG) pela lei estadual nº 556, de 30 de agosto de 1911, desmembrado de Carmo do Paranaíba (MG). Pela lei estadual nº 622, de 18 de setembro de 1914, foi transferida a sede do município de Rio Paranaíba (MG) para a povoação de São Gotardo (MG), tomando o município a denominação de São Gotardo (MG). A vila de Rio Paranaíba (MG) voltou a denominar-se São Francisco das Chagas (MG). Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Rio Paranaíba (MG) pela lei estadual nº 843, de 07 de setembro de 1923, desmembrado de São Gotardo (MG), com sede no atual distrito de Rio Paranaíba (MG), o ex-São Francisco das Chagas (MG).

Mesmo fora das rotas econômicas e em posição de subordinação a outros núcleos urbanos, as cidades situadas a leste do Triângulo Mineiro apresentavam crescimento econômico e populacional mais significativo do que aquelas da parte oeste, uma vez que herdaram a pujança econômica do início da ocupação desta região, especialmente das atividades agropecuárias de Araxá (MG) e Patrocínio (MG).

A parte oeste do Triângulo Mineiro também ficou às margens do processo de integração na economia paulista, pois, além da barreira natural do rio Grande, não possuía vias de integração regional e tinha como principal atividade econômica a agropecuária tradicional, o que resultou em uma formação influenciada, ao sul, por núcleos urbanos paulistas e ao norte, pelas principais cidades do Triângulo Mineiro (GUIMARÃES, 2010).

Foi nesse contexto histórico e econômico de diferenciação territorial que surgiram os municípios até a década de 1920.

Mapa 26 – Triângulo Mineiro (MG): municípios criados até 1923



Vale destacar que os municípios criados no período compreendido entre 1889 e 1930, conhecido como República Velha, estavam associados ao fenômeno de ocupação do território brasileiro decorrente do desenvolvimento dos transportes, das comunicações e do gradual processo de urbanização irradiado a partir da cidade de São Paulo, resultante dos excedentes gerados pela atividade econômica cafeeira e da expansão da rede ferroviária. É preciso considerar, ainda, para a análise deste período, a criação de municípios associada à expansão demográfica e da fronteira agrícola.

Os municípios criados na década de 1930 surgem em outro contexto político brasileiro, o qual ficou conhecido na historiografia nacional como Período ou Era Vargas, temporalmente marcado pelo intervalo entre 1930 e 1945. Neste período, houve o enfraquecimento das oligarquias cafeeiras e das alianças entre paulistas e mineiros em relação à manutenção do poder central no país. Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder do Estado brasileiro, as três esferas do legislativo foram dissolvidas, de modo que os governadores e prefeitos passaram a ser nomeados pelo presidente da República. Em virtude de enfrentamentos políticos, o governo Vargas propõe a criação de uma nova constituição, promulgada em julho de 1934⁷¹. Segundo Cigolini (2009, p. 154),

Criaram-se mecanismos de fiscalização mais acentuados, com tendência à centralização financeira. Entretanto, a Constituição de 1934 determinou que os municípios fossem organizados de forma que lhes ficasse assegurada a autonomia no seu peculiar interesse. O papel do Estado federado na organização dos municípios foi, em parte, retirado, pois a constituição estabeleceu a eletividade dos prefeitos e vereadores, ampliou a renda pela definição dos impostos de arrecadação própria dos

⁷¹ A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1943 está disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm

municípios, normatizou os fatos que poderiam levar à intervenção do Estado no município, além de ampliar a capacidade arrecadatória local e definir transferências de recursos das outras esferas. Entretanto, instituiu a assistência técnica e a fiscalização administrativa e financeira dos Estados sobre os municípios, o que, na prática, reduziu o escopo da autonomia [...]. Dessa forma, a Constituição de 1934 teria sido paradoxal, pois de um lado queria autonomia, mas por outro impôs a tutela pela instituição dos departamentos.

Apesar da clareza na forma da organização municipal, a Constituição de 1934 vigorou somente três anos, quando foi promulgada a Constituição de 1937⁷². Para Cigolini (2009) e Leal (1997), esta constituição foi mais coerente com a realidade do país, uma vez que os seus princípios político-administrativos do território eram desfavoráveis às municipalidades, pois além manter a supressão da eletividade e o controle vertical sobre os municípios, foi criada uma estrutura administrativa que propunha o controle central dos estados e municípios pelo governo federal.

Fundamentado no trabalho de Juliato (2003), Cigolini (2009) argumenta que o governo central brasileiro foi organizado em uma estrutura político-administrativa de subordinação, caracterizada por uma centralização política e descentralização administrativa, uma vez que os governos locais não eram entendidos como unidades políticas. Nesta lógica, os interventores tinham poderes para nomear e demitir prefeitos, controlar suas ações administrativas, semelhante ao que acontecia no período imperial, quando atos administrativos das municipalidades dependiam da autorização prévia e sobre eles cabiam recursos junto aos governos estaduais, que também eram nomeados pelo poder central.

⁷² A Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937 está disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm

Em 1937, com o Estado Novo, o município teria encontrado sua melhor fórmula, como entidade administrativa controlada pelo poder central, sem nenhuma confusão entre autonomia e atuação política. O controle exercido pelo governo central, nomeando os governos municipais, fiscalizando-os e orientando suas ações, através dos departamentos administrativos, ajustou o município à realidade nacional, integrando-o às ações do governo central, à necessidade popular e à ordem pública. (CIGOLINI, 2009, p. 156).

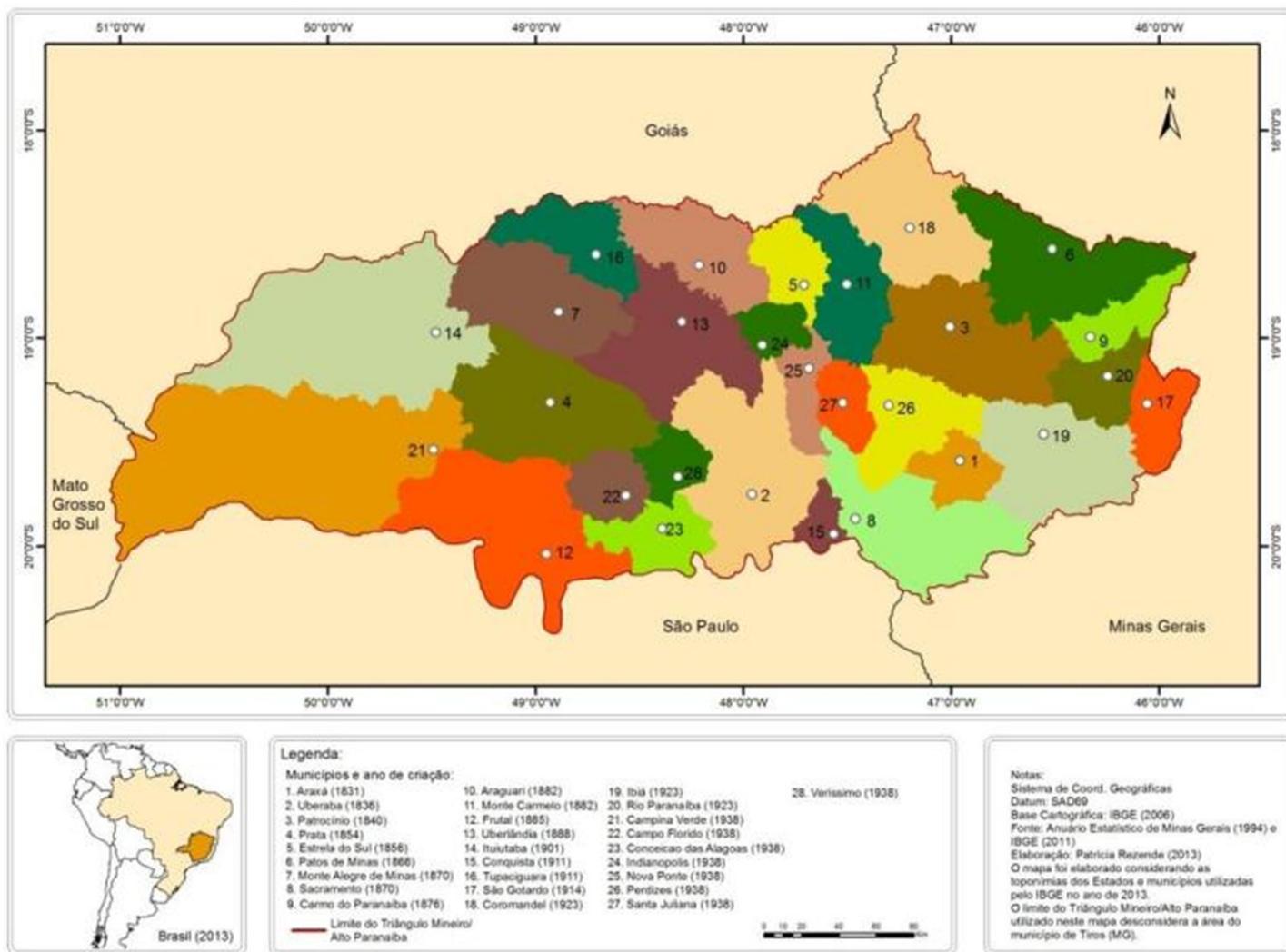
Sobre esse período, Santos (1987, p. 101), ao analisar os pactos territoriais do Brasil, destaca que:

A revolução de 1930, desembocadouro de conflitos cuja base eram os interesses regionais contrariados, levou a um novo arranjo político-territorial, completado à raiz da Revolução paulista e da Constituição de 1934. Esse equilíbrio foi substituído por um novo pacto territorial outorgado com a Constituição de 1937 e o Estado Novo: suprimia-se a autonomia estadual, a federação era legalmente mutilada para permitir o predomínio sem contraste de um poder central que amesquinha igualmente as liberdades públicas e as franquias individuais. Assentavam-se, então, paralelamente, as precondições de um Estado moderno, e a redução das liberdades aparecia como justificativa para permitir um ritmo mais acelerado de transformações.

Foi em meio a esse contexto nacional que surgiram, no Triângulo Mineiro de 1938, os municípios⁷³ de Campina Verde (MG), Campo Florido (MG), Conceição das Alagoas (MG), Indianópolis (MG), Nova Ponte (MG), Perdizes (MG), Santa Juliana (MG) e Veríssimo (MG), conforme apresentado no Mapa 27.

⁷³ A respeito da história destes municípios, confira: IBGE (1959).

Mapa 27 – Triângulo Mineiro (MG): municípios criados até 1938



Apesar da promulgação da Constituição Antimunicipalista, o ano de 1938 é a segunda data em toda a história do Triângulo Mineiro a registrar o maior número de municípios criados – no total de oito –, ficando atrás somente do ano de 1962 – com o total de 17 –, quando ainda era vigente a constituição de 1946, conhecida com Constituição Municipalista. Este fato regional acompanha a realidade nacional, como aponta Cigolini (2009) ao analisar a formação municipal na Era Vargas. Segundo o autor, foi no ano de 1938 que mais surgiram municípios no país, totalizando 85 novas municipalidades, correspondendo a 35% do total do período analisado.

Esse crescimento pode ser explicado como uma tentativa do governo Vargas de desmontar as articulações políticas da República Velha, sustentadas pelas oligarquias e coronéis, cujo reduto de poder estava na base política local, ou seja, nos municípios. Assim, a autonomia municipal e territorial era espaço propício para a ação destes grupos políticos (CIGOLINI, 1999 e 2009).

Nesse sentido, Pinto (2003) afirma que a manutenção/viabilidade dos municípios neste período foi assegurada por dois fatores.

- i) a manutenção da arrecadação municipal sobre a indústria e profissões;
- ii) a criação, em todos os estados, de Departamentos de Assuntos Municipais que, se por um lado, objetivava controlar os governos locais, por outro, oferecia assistência técnica, que muito contribuiu para a racionalização das administrações municipais. (PINTO, 2003, p. 46).

Em contexto regional, o surgimento de municípios no Triângulo Mineiro durante a década de 1930 foi permeado por quatro importantes aspectos político-econômicos, a saber:

- i) o crescimento das forças políticas regionalistas;
- ii) o ressurgimento⁷⁴ das tentativas separatistas do Triângulo Mineiro para a criação de um estado independente⁷⁵;
- iii) emergência e consolidação das rotas mercantis entre São Paulo e o centro-oeste brasileiro;
- iv) participação da região na divisão do trabalho, com ênfase nas atividades agropecuárias em detrimento da instalação de atividades industriais.

Entre estes fatores, merecem destaque o crescimento das forças políticas regionalistas e as sucessivas tentativas de constituição de um estado independente na região do Triângulo Mineiro, pois a criação de novos municípios impactaria diretamente o número de cobranças realizadas junto ao poder estadual para melhorias das condições de infraestrutura.

Em 1935, a história separatista novamente se repetiria. Apoiando-se mais uma vez no argumento de que a região encontrava-se em abandono e espoliada pelos cofres do Estado de Minas Gerais [...]. Era um período em que toda a região se encontrava diante do anacronismo de sua infraestrutura básica. E, da mesma forma que os demais movimentos separatistas, alguns benefícios vieram e outras promessas também. (GUIMARÃES, 2010, p. 85).

Longhi (1998) indica que o movimento separatista do Triângulo Mineiro sempre foi patrocinado pelo discurso das elites locais, na tentativa de ampliar seus poderes circunscritos, na maioria das vezes, aos limites dos municípios. Nesse sentido, destaca que sempre existiu uma articulação política

⁷⁴ O surgimento das tentativas separatistas no Triângulo Mineiro iniciou no final do século XIX e se intensificou no início do século XX.

⁷⁵ A respeito do crescimento das forças políticas regionalistas no Triângulo Mineiro e das tentativas de criação de um novo estado, confira: Guimarães (1990, 2010), Soares (1995) e Longhi (1998).

entre as elites regionais, colocando o “povo” como coadjuvante do processo, embora em seus discursos os grupos dominantes afirmassem, a todo o momento, que a legitimidade de suas campanhas assentava-se sobre uma vontade popular de independência política e administrativa (LONGHI, 1998).

A autora também destaca a relação deste movimento com os anseios que existiam no Brasil naquele período:

O movimento separatista triangulino possui algumas similaridades com aqueles que objetivam a criação de “Estados Nacionais”: a afirmação de uma identidade com base no território, na antiguidade histórica do movimento e na vontade popular. Todavia, ele ocorre dentro de um Estado nacionalmente constituído e, justamente, naquela unidade que se auto-proclama “geratriz”, “equilíbrio entre os extremos”, “berço cívico da brasilidade”. Os triangulinos fizeram uma tentativa de criar nova identidade a partir de uma negação-incorporação da mineiridade, onde o “gosto pelo moderno” e o “horizonte largo” se opõem à “opressão da montanha” e ao “conservadorismo”. Este movimento deixa entrever alguns problemas inerentes à Federação brasileira: uma certa contradição entre a “identidade nacional” e as várias “identidades regionais”; a tensão entre propostas de centralização e descentralização administrativa; a luta por recursos econômicos e investimentos, que ocorrem tanto no plano nacional, quanto regional e intra-estadual. [...] Uma disputa que o governo federal parece estar deixando acontecer e da qual vem se afastando em nome de uma aparente política de descentralização administrativa. Entre os anti-separatistas, um argumento muito comum aponta o separatismo como uma maneira de pressionar o governo estadual a realizar mais investimentos no Triângulo. (LONGHI, 1998, p. 121).

Este movimento separatista não representou somente uma oposição direta ao Estado de Minas Gerais, mas também um contraponto à centralização do Período Vargas, que se encerrou em 1945.

A partir de então, iniciou-se um novo tempo na história política brasileira, que ficou conhecido como República Nova, compreendido entre

1945 e 1964. Este período distinguiu-se pela contraposição ao regime centralizador da Era Vargas e pela instituição da autonomia municipal, com a promulgação da Constituição de 1946⁷⁶.

Segundo Cigolini (2009), com esta constituição o sentido *stricto* da expressão *interesse municipal* foi resgatado e detalhado, tornando-o menos impreciso e confuso no texto constitucional. Com isso, *interesse municipal* passou a ser associado à administração, decretando que a arrecadação de tributos, a liberdade de aplicação financeira e a organização dos serviços públicos se tornaram de competência local. Além disso, foi estabelecido um significado comum de autonomia administrativa e autonomia política, com garantia de realização de eleições para escolha dos prefeitos e a instituição do mecanismo de participação nas arrecadações de recursos da União e dos Estados, originando o Fundo de Participação dos Municípios⁷⁷ (FPM). Conquistou-se também a possibilidade dos municípios recorrerem ao Supremo Tribunal Federal caso as leis estaduais ferissem a autonomia municipal e interviessem além do que estava disposto na constituição (CIGOLINI, 2009).

Em função das garantias constitucionais para os municípios, o período de 1945 a 1964, no Brasil, foi o que apresentou a maior média de criação de novas municipalidades – 117,20 município/ano – totalizando 2.221 municípios, o que equivaleu a um acréscimo de 134% no total de municípios existentes; média muito superior a de outros períodos: de 1889 a 1930, 13 município/ano; de 1930 a 1945, 18 município/ano (CIGOLINI, 2009).

⁷⁶ A Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946 está disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm

⁷⁷ O Fundo de Participação dos Municípios é uma transferência constitucional de valores da União para os municípios. A distribuição dos recursos é feita de acordo com o número de habitantes; são fixadas faixas populacionais, cabendo a cada uma delas um coeficiente individual. A respeito do FPM, confira: http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/download/CartilhaFPM.pdf

Os municípios que surgiram no Triângulo Mineiro neste período também acompanharam a dinâmica nacional de emancipações, motivadas principalmente pelas garantias da Constituição de 1946. Ao longo da década de 1940 foi criado o município de Campos Altos (MG), em 1943, antes da promulgação da constituição, e oito municípios, em 1948: Abadia dos Dourados (MG), Canápolis (MG), Cascalho Rico (MG), Comendador Gomes (MG), Itapagipe (MG), Iturama (MG), Pratinha (MG) e Santa Vitória⁷⁸ (MG), conforme demonstrado no Mapa 28⁷⁹.

Na década de 1950, foram criados seis novos municípios⁸⁰ na região triangulina, todos no ano de 1953. São eles: Água Comprida (MG), Capinópolis (MG)⁸¹, Centralina (1953), Matutina (MG), Pirajuba (MG) e Serra do Salitre (MG) (Mapa 29).

O ano de 1962 foi um marco na criação de novos municípios no Triângulo Mineiro, pois foram emancipadas 17 novas municipalidades⁸², sendo elas: Arapuá (MG), Cachoeira Dourada⁸³ (MG), Cruzeiro da Fortaleza (MG), Douradoquara (MG), Fronteira (MG), Grupiara (MG), Guimarães (MG), Gurinhatã⁸⁴ (MG), Ipiacu⁸⁵ (MG), Iraí de Minas (MG), Lagoa Formosa (MG), Pedrinópolis (MG), Planura (MG), Romaria (MG), Santa Rosa da Serra (MG), São Francisco Sales (MG) e Tapira (MG), como disposto no Mapa 30.

⁷⁸ No capítulo 03 deste trabalho serão apresentados os detalhes sobre a formação socioespacial do município de Santa Vitória (MG).

⁷⁹ A respeito da história destes municípios, confira: IBGE (1959).

⁸⁰ A respeito da história destes municípios, confira: IBGE (1959).

⁸¹ No capítulo 03 deste trabalho serão apresentados os detalhes sobre a formação socioespacial do município de Capinópolis (MG).

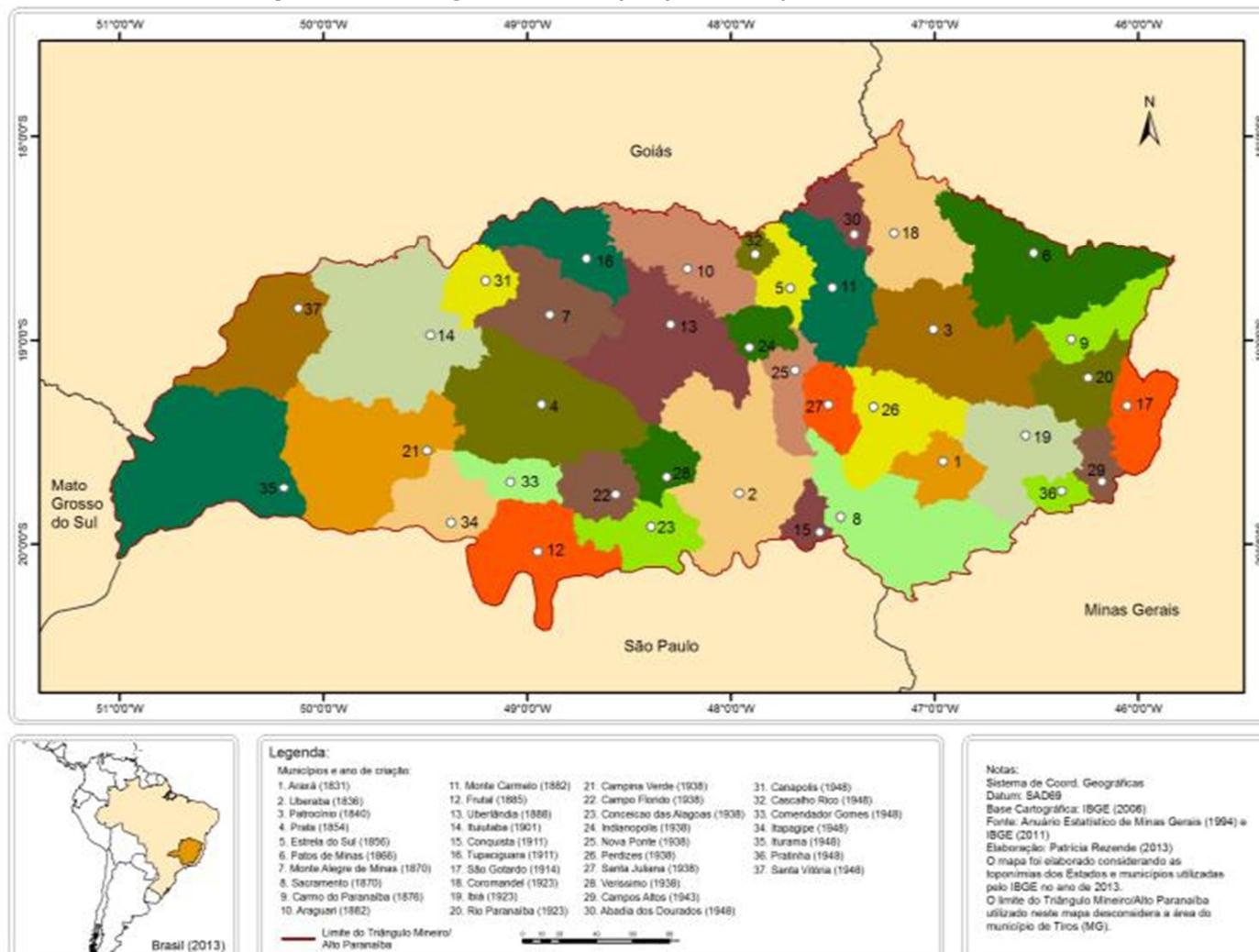
⁸² A respeito da história destes municípios, confira: IBGE (1959).

⁸³ No capítulo 03 deste trabalho serão apresentados os detalhes sobre a formação socioespacial do município de Cachoeira Dourada (MG).

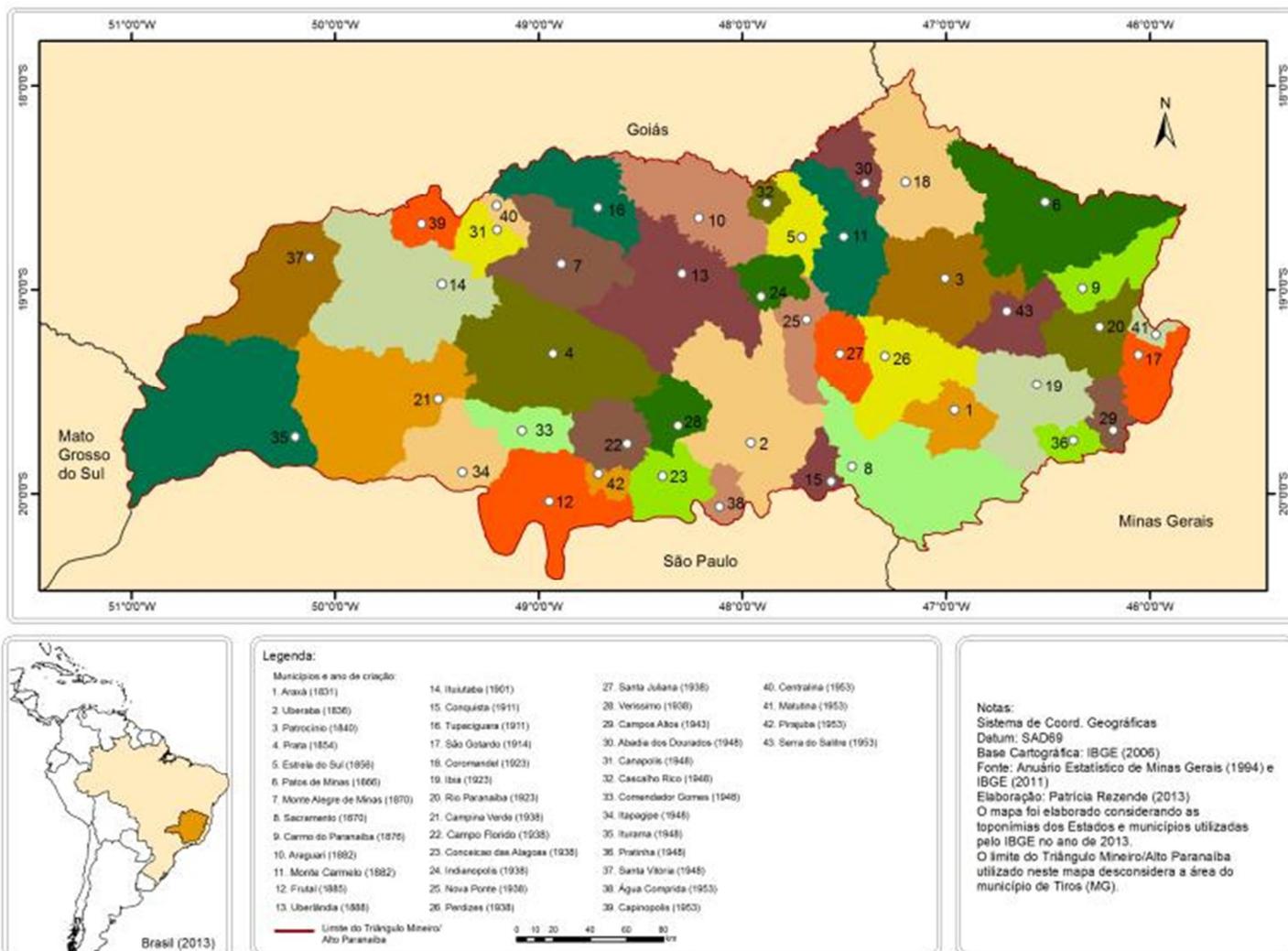
⁸⁴ No capítulo 03 deste trabalho serão apresentados os detalhes sobre a formação socioespacial do município de Gurinhatã (MG).

⁸⁵ No capítulo 03 deste trabalho serão apresentados os detalhes sobre a formação socioespacial do município de Ipiacu (MG).

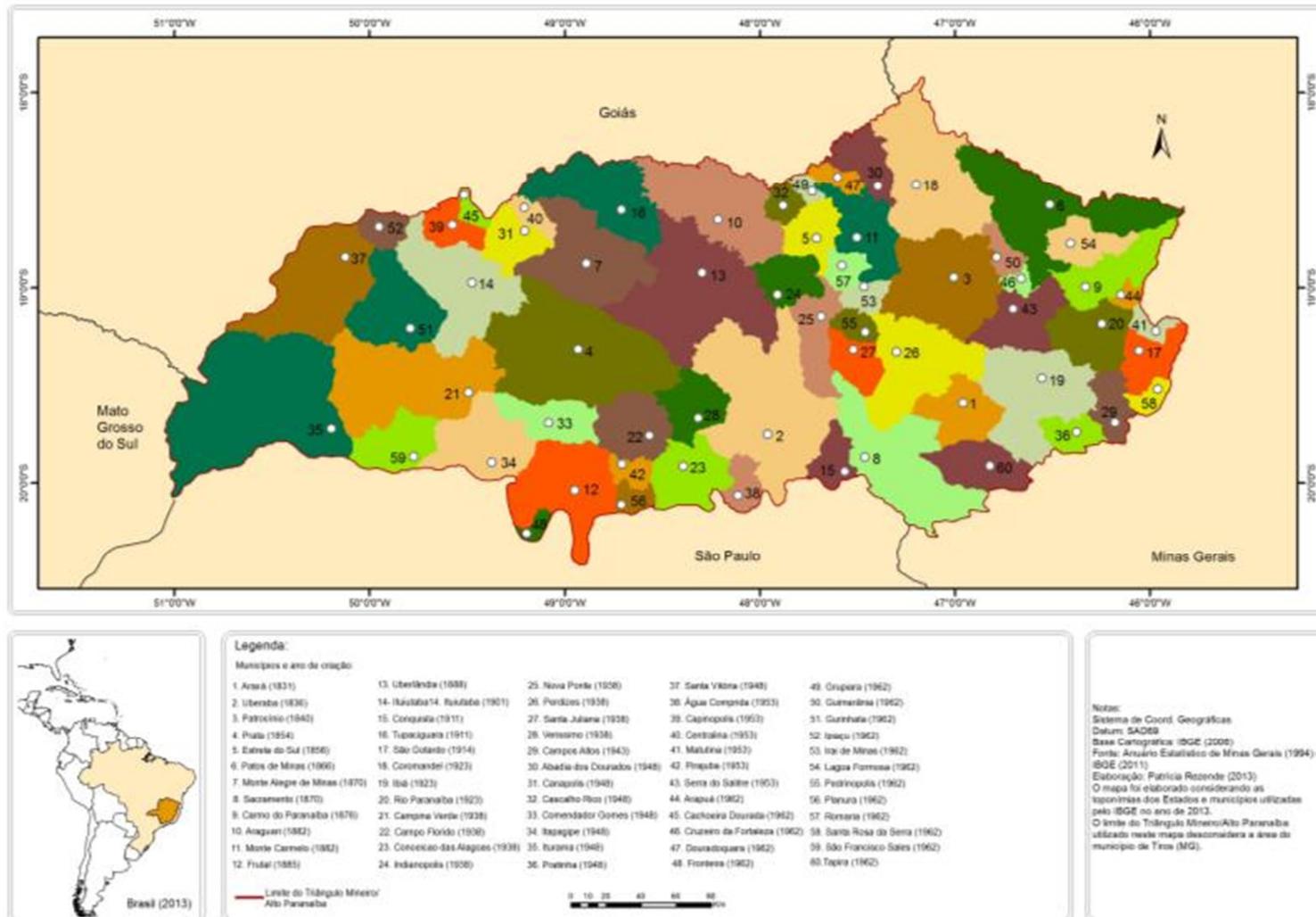
Mapa 28 – Triângulo Mineiro (MG): municípios criados até 1948



Mapa 29 – Triângulo Mineiro (MG): municípios criados até 1953



Mapa 30 – Triângulo Mineiro (MG): municípios criados até 1962



Nesse contexto, Brasileiro (1973) refere-se às emancipações do período da seguinte forma:

[...] o governo municipal que deveria atender tanto às necessidades das zonas urbanas sob sua jurisdição quanto às das rurais, tem tendido a restringir sua ação à sede do município, fazendo com que os distritos pressionem por sua emancipação almejando atrair mais recursos e mais atenção das esferas superiores de governo. (BRASILEIRO, 1973, p. 19).

Na mesma direção argumenta Mello (1992, p. 26):

Uma causa da onda emancipacionista que se verifica no Brasil, a partir da década de 1940, está no sistema de tributos partilhados, o qual favorece, sobretudo, os municípios mais pobres, através do FPM. Quando foi introduzido pela Constituição de 1946, as cotas eram iguais para todos os municípios. Assim, os governos estaduais estimulavam a criação de novos municípios para atrair mais recursos do governo federal para seu estado.

Santos (1987) indica que a criação de novos municípios no Brasil no período de 1945 a 1964 decorreu da Constituição de 1946:

A eclosão da Segunda Guerra Mundial e o engajamento posterior do país no conflito, ao lado dos aliados, em nome justamente da liberdade, arrastou o Brasil ao movimento de redemocratização. A queda de Vargas e a convocação de uma assembleia nacional constituinte desembocam na Carta Magna de 1946, uma lei maior já em busca da modernidade, restauradora dos direitos dos Estados e amplificadora das prerrogativas municipais, agora amparadas por uma maior generosidade fiscal, com a redistribuição equitativa entre todos os municípios de uma parcela da arrecadação federal do imposto sobre a renda. É a esse estímulo que se deve a criação de centenas de novos municípios em todo o território nacional. Era, também, um novo pacto territorial, fortalecedor da vida local, e que iria durar cerca de dezoito anos. (SANTOS, 1987, p. 101-102).

Neste período, embora o Triângulo Mineiro se caracterizasse como uma região eminentemente agropecuária, já mantinha relações com São Paulo através dos trilhos da ferrovia e das rodovias⁸⁶. É possível afirmar, então, que o meio técnico instalado na região no final do século XIX subsidiou a introdução de novas estruturas técnicas na década 1950, criando melhores condições para a fluidez do território e, conseqüentemente, estabelecendo uma integração econômica entre território e mercado, resultando no desenvolvimento urbano de várias localidades, entre elas, aquelas que se emanciparam neste período.

Apesar da existência destes sistemas técnicos, Guimarães (1990) salienta que, ainda nas décadas de 1940 e 1950, eles foram limitantes para a consolidação efetiva de um novo arranjo territorial no Triângulo Mineiro, pois apesar de atenderem às demandas dos municípios, eram bastante precários. Guimarães (1990) argumenta que poucas melhorias foram feitas nos sistemas de transporte da região que, mesmo com a autorização de 1951, dada pelo do governo estadual, para a construção de rodovias interligando Uberlândia (MG) a Araguari (MG) e ao canal de São Simão (GO), até 1955 as mesmas não haviam sido construídas.

A necessidade de melhoria da base técnica no Triângulo Mineiro não se restringia aos sistemas de transporte, mas também abarcava o sistema elétrico, tanto em termos de produção quanto de distribuição. A região possuía potencial hidroelétrico significativo; entretanto, a instalação de usinas hidroelétricas e redes de transmissões exigia altos gastos, frustrando

⁸⁶ A respeito do papel das rodovias no Triângulo Mineiro, confira: Guimarães (1990, 2010), Bessa (2007) e Ferreira; Oliveira; Vieira (2012).

possibilidades particulares de investimentos e dependendo diretamente de recursos públicos (GUIMARÃES, 1990).

Este panorama geral de infraestrutura do Triângulo, no limiar da segunda metade do século XX, indica a possibilidade da ruptura de um estado anterior de prosperidade, mas também permite pensar a importância das decisões e a influência do investimento estatal ocorrido no pós-1955 como elemento central na redefinição da configuração dos fluxos econômicos regionais. (GUIMARÃES, 2010, p. 118-119).

Diante do exposto até aqui, é possível explicar as emancipações municipais no Triângulo Mineiro, durante o período de 1945 a 1964, com base em quatro fatores, estejam eles inter-relacionados ou não:

- i) a autonomia política e administrativa oriunda da Constituição de 1946;
- ii) os estímulos dos governos estaduais, pois com a criação de novos municípios seria possível atrair novos recursos do governo federal para o Estado;
- iii) o crescimento do poder político e o desenvolvimento demográfico dos distritos;
- iv) a expansão das estruturas técnicas (meio técnico) na região.

No período militar, de 1964 a 1985, não houve nenhuma emancipação municipal no Triângulo Mineiro, o que pode ser justificado pela centralização de poder em detrimento dos poderes locais e regionais, principalmente após a promulgação da Constituição de 1967⁸⁷. Segundo

⁸⁷ A Constituição da República Federativa do Brasil de 1967 está disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm

Cigolini (2009), este período foi o que apresentou a menor média de criação de municípios no Brasil.

Já a partir de 1985, com a Nova República, mas principalmente com publicação da Constituição de 1988⁸⁸, o país passou a ser definido como República Federativa do Brasil, formada pela União, estados, Distrito Federal e municípios, todos autônomos, embora indissociáveis. O município tornou-se ente integrante do estado nacional, com autonomia inédita, sobretudo por ter governo próprio com titularidades e competências privativas, não podendo sofrer intervenções diretas da União ou dos estados (FERREIRA, 1992; CIGOLINI, 2009).

Os últimos municípios emancipados⁸⁹ no Triângulo Mineiro datam de 1992 – Araporã (MG), Carneirinho (MG) e Limeira do Oeste (MG) – e de 1995 – Desta (MG) e União de Minas (MG) –, conforme apresentado no Mapa 31.

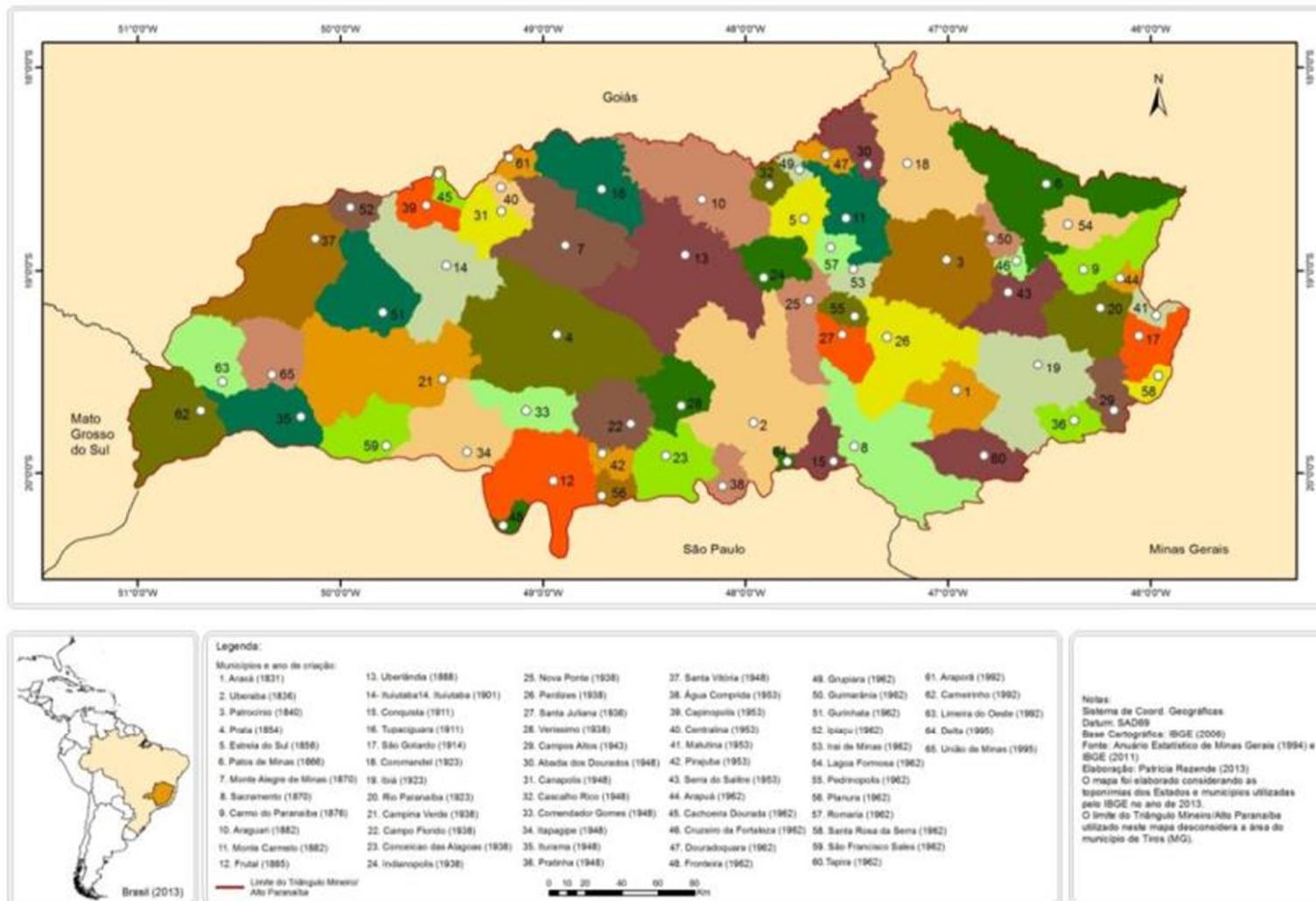
Apesar da Constituição de 1988 assegurar autonomia aos entes federados, no Triângulo Mineiro foram criados somente cinco municípios, diferente das dinâmicas que ocorreram em nível nacional, pois, como aponta Cigolini (2009), este período foi marcado como o segundo maior em número de emancipações municipais por ano, com média de 67 município/ano, ficando atrás somente do período de 1945 a 1964, como já apontado anteriormente.

⁸⁸ A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 está disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

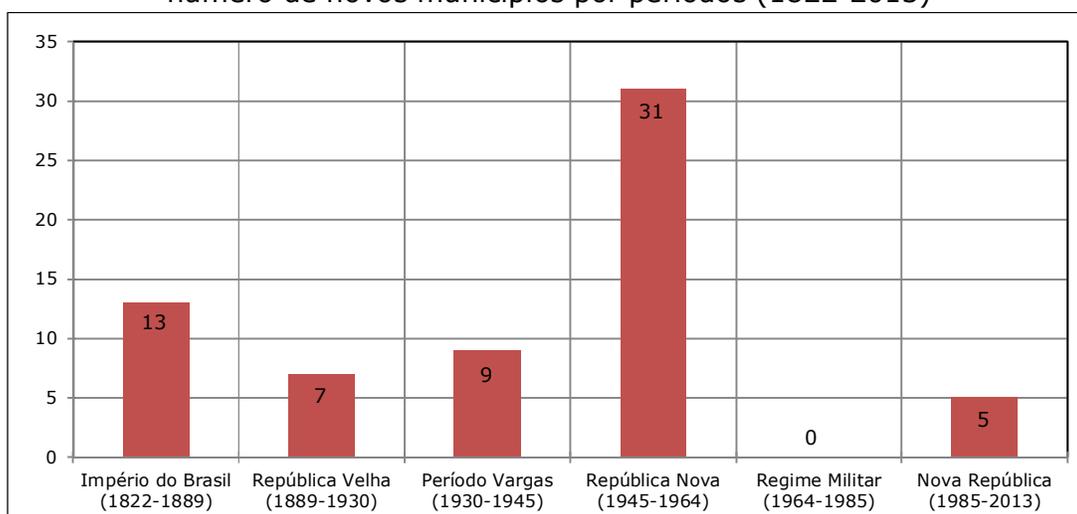
⁸⁹ A respeito da história destes municípios, confira: IBGE (1959).

Mapa 31 – Triângulo Mineiro (MG): municípios criados até 1995



De acordo com a escala do Triângulo Mineiro, foi no período da República Nova que houve o maior número de criação de novos municípios, um total de 31, com destaque para a década de 1960, com 17 novas municipalidades. As figuras 01 e 02 apresentam a evolução do surgimento municipal na região.

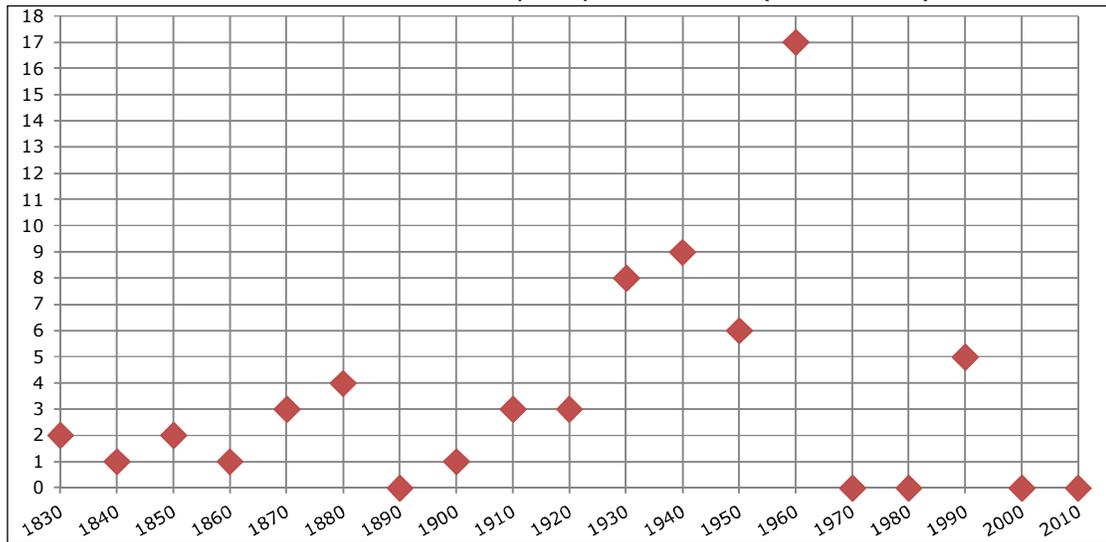
Figura 01 – Triângulo Mineiro (MG):
número de novos municípios por períodos (1822-2013)



Fonte: Anuário Estatístico de Minas Gerais (1994) e IBGE (2011).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Figura 02 – Triângulo Mineiro (MG):
número de novos municípios por décadas (1830-2010)



Fonte: Anuário Estatístico de Minas Gerais (1994) e IBGE (2011).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Enquanto a ausência de criação de municípios no Triângulo Mineiro durante o Regime Militar pode ser explicada pela centralização de poder político e administrativo, como já aludimos anteriormente, durante a Nova República (após 1985), o baixo número de novos municípios pode ser justificado por três motivos:

- i) os distritos que possuíam condições de se emancipar já tinha realizado este processo;
- ii) dificuldades impostas pela estagnação econômica da década de 1980 (década perdida), com retração da produção industrial e menor crescimento da economia em todo o mundo;
- iii) criação de legislação estadual específica (Lei Complementar 37, de 18 de janeiro de 1995⁹⁰) sobre a criação, incorporação, fusão e desmembramentos de municípios em Minas Gerais.

⁹⁰ Disponível em: <http://consulta.almq.gov.br/consulte/legislacao/index.html>

A Lei Complementar 37 estabelece requisitos mínimos para a emancipação de novos municípios:

Artigo 3º - Para a criação de municípios por desmembramento devem ser comprovados os seguintes requisitos, relativos ao total da área territorial a ser emancipada:

I - número mínimo de 2.000 (dois mil) eleitores;

II - núcleo urbano já constituído, com mais de 400 (quatrocentas) moradias, destinado a sediar, como cidade, o novo governo municipal;

III - edifício capaz de fornecer condições de funcionamento ao governo municipal e aos órgãos de segurança;

IV - existência de posto de saúde, escola pública de 1º grau completo, cemitério e serviços públicos de comunicação, energia elétrica e abastecimento de água.

Parágrafo único - O atendimento dos requisitos enumerados neste artigo será comprovado por meio de informações escritas fornecidas:

a) pela Justiça Eleitoral, no que se refere ao inciso I;

b) pelo Serviço de Cadastro e Lançamento da Prefeitura Municipal, no que se refere aos incisos II e III;

c) pelas concessionárias dos serviços públicos, pelas Secretarias de Estado da Saúde e da Educação, por meio de seus órgãos regionais, e pela Prefeitura Municipal, nos serviços por ela mantidos, no que se refere ao inciso IV.

Além disso, esta lei também atrela a criação de novos municípios à realização de um plebiscito, conforme disposto em seu artigo 14:

Artigo 14 - A tramitação de projetos de Lei de criação, incorporação, fusão e desmembramento de município e de anexação de distrito dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas, exigida a aprovação por maioria dos votos apurados em cada distrito ou município onde se processar a consulta, tendo votado a maioria absoluta dos eleitores alistados.

Parágrafo único - Consideram-se populações diretamente interessadas as residentes:

I - em cada distrito emancipado, no processo de criação de município por desmembramento;

II - em cada município a ser extinto, no processo de criação de município por fusão;

- III - no município a ser incorporado, no processo de extinção de município por incorporação;
- IV - no distrito a ser anexado, no processo de anexação.

Este artigo reforça uma exigência que já estava presente na Constituição de 1988:

Artigo 18 - A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

[...]

§ 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

Assim, a emancipação de distrito para novo município no Estado de Minas Gerais tornou-se muito mais complexa com a legislação vigente, pois além da exigência da realização de plebiscito em todo o município – o que pode ser um empecilho, devido à dificuldade de aprovação da emancipação em todo o município e não somente no distrito interessado – há também a necessidade de cumprir os requisitos técnicos impostos pela legislação estadual, transformando o Estado de Minas Gerais, segundo Pinto (2003), no estado mais exigente em relação aos critérios a serem cumpridos para a emancipação de novos municípios⁹¹.

Vale ressaltar que, além dos critérios técnicos e dos aspectos político-administrativos, a criação de novas municipalidades também possui aspectos ideológicos/identitários:

⁹¹ A respeito da criação de municípios em Minas Gerais, confira: Pinto (2003).

A criação de unidades políticas, independentemente da escala de compartimentação, é um fenômeno inerente à história social. As partições são um elemento central do estabelecimento da vida comunitária, que requer a divisão territorial como forma de organização política, pois desse modo é possível estruturar e organizar as relações internas dos grupos, ao mesmo tempo em que se permite o reconhecimento, pelo outro, da existência política dessa comunidade. Desse modo, tanto do ponto de vista interno como externo, o território expressa a possibilidade da organização política, o que proporciona certo nível de autonomia ao grupo e a inserção no sistema de relações interestatais. O espaço é dividido porque o reconhecimento de uma comunidade política decorre do reconhecimento da jurisdição dessa comunidade sobre uma porção do espaço e isso estabelece uma identidade política diante do conjunto. (CIGOLINI, 2009, p. 188).

Santos (1987), ao analisar os pactos territoriais brasileiros, argumenta que o território foi utilizado como um palco de ações isoladas na sociedade, com interesses conflitantes entre atores isolados:

[...] tais pactos têm servido, com mais ou menos força, para fazer absorverem, na prática, os projetos da própria sociedade civil. Para isso, são mais frequentemente outorgados do que consentidos. Quando consentidos, a manifestação desse consentimento é com frequência distorcida pela prática enviesada da representação. E, em todos os casos, são pactos de natureza funcional e não estrutural. Pactos funcionais interessam a parcelas da população e a interesses localizados, mas não atingem o âmago das relações sociais fundamentais. [...]. O que faz falta é a proposição de um pacto territorial estrutural, conjunto de propostas visando a um uso do território coerente com um projeto de país e parte essencial deste projeto. (SANTOS, 1987, p. 105).

Segundo o autor, é preciso construir um projeto único de nação em que o território não seja utilizado como objeto técnico da consolidação de poder de grupos privilegiados da sociedade, mas sim como um espaço que

possibilite ao homem reproduzir uma sociedade mais justa e igualitária. Tal posicionamento pode ser visto, entre outras maneiras, como uma crítica às fragmentações territoriais brasileiras que, na maioria das vezes, foram fundamentadas e justificadas para atender os interesses das elites locais. Por outro lado, não se pode negar a importância dessas fragmentações para o controle e gestão do território brasileiro, pois elas aproximaram os habitantes dos gestores públicos, o que, de forma ideal, deveria resultar na melhoria da qualidade de vida dessas populações.

Diante do apresentado até aqui, vale destacar que todo o trabalho registrado sobre a formação territorial do Triângulo Mineiro e a formação dos municípios ao longo de sua história subsidiará a análise da Microrregião Geográfica (MRG) de Ituiutaba (MG), que constitui o recorte territorial de análise deste trabalho. A caracterização demográfica e econômica desta MRG será apresentada na sequência e permitirá entender o desenvolvimento desigual existente no Triângulo Mineiro, que impacta diretamente o processo de urbanização e a estruturação das cidades.

2.2. Microrregião de Ituiutaba (MG): caracterização demográfica e econômica

A MRG de Ituiutaba (MG) foi delimitada pelo IBGE em 1990, que definiu as microrregiões brasileiras como:

[...] partes das mesorregiões que apresentam especificidades, quanto à organização do espaço. Essas especificidades não significam uniformidade de atributos, nem conferem às

microrregiões auto-suficiência e tampouco o caráter de serem únicas, devido a sua articulação a espaços maiores, quer à mesorregião, à Unidade da Federação, ou à totalidade nacional. Essas especificidades referem-se à estrutura de produção agropecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca. Essas estruturas de produção diferenciadas podem resultar da presença de elementos do quadro natural ou de relações sociais e econômicas particulares [...]. A organização do espaço microrregional foi identificada, também, pela vida de relações ao nível local, isto é, pela possibilidade de atender às populações, através do comércio de varejo ou atacado ou dos setores sociais básicos. Assim, a estrutura da produção para identificação das microrregiões é considerada em sentido totalizante, constituindo-se pela produção propriamente dita, distribuição, troca e consumo, incluindo atividades urbanas e rurais. (IBGE, 1990, p. 08).

A divisão do Brasil em microrregiões e mesorregiões, segundo o trabalho intitulado *Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas* (IBGE, 1990), respeitou os limites político-administrativos dos estados e municípios, utilizando o conceito de organização do espaço, entendido pelo IBGE (1990, p. 07) como “diferentes estruturas espaciais resultantes da dinâmica da sociedade sobre um suporte territorial”, que, por sua vez, deriva do processo de desenvolvimento desigual do capitalismo sobre o território brasileiro. O referido estudo também definiu as mesorregiões, que são uma somatória de municípios contíguos em uma área individualizada de uma mesma unidade da federação,

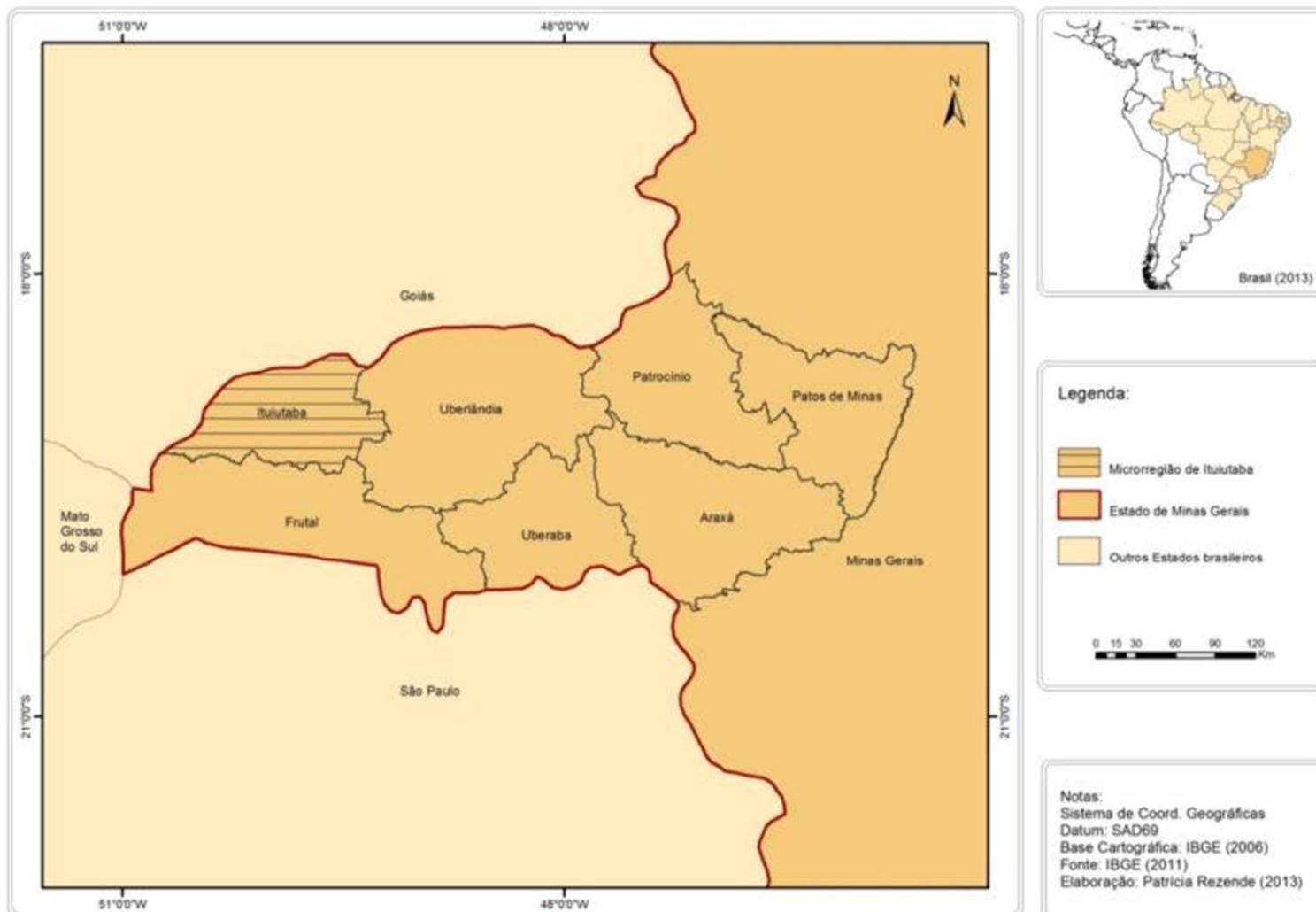
[...] que apresentam formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante, e a rede de comunicação e de lugares, como elemento de articulação espacial. Essas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Esta identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou. (IBGE, 1990, p. 08).

Enquanto o processo social, o quadro natural e a rede de comunicação de lugares são os parâmetros utilizados pelo IBGE para definir as mesorregiões, os critérios utilizados para a definição das microrregiões foram:

- i) avaliar o grau de consistência interna das microrregiões através do teste estatístico de coeficiente de variação;
- ii) mapeamento dos dados obtidos na etapa anterior;
- iii) justaposição de indicadores mapeados para avaliação do grau de similaridade dos municípios que compõem a microrregião;
- iv) elaboração de cartogramas com os fluxos de comercialização de produtos rurais e análise com os fluxos de bens e serviços; comparação dessas análises com os mapas rodoviários de forma a identificar as possibilidades de interação entre lugares e áreas;
- v) através da justaposição de indicadores da estrutura da produção aos de interação espacial, buscou-se identificar as especificidades da estrutura geográfica de cada espaço microrregional no contexto mesorregional;
- vi) delimitação dos agregados espaciais num cartograma para identificação das principais características das microrregiões (DINIZ; BATELLA, 2005, p. 4287).

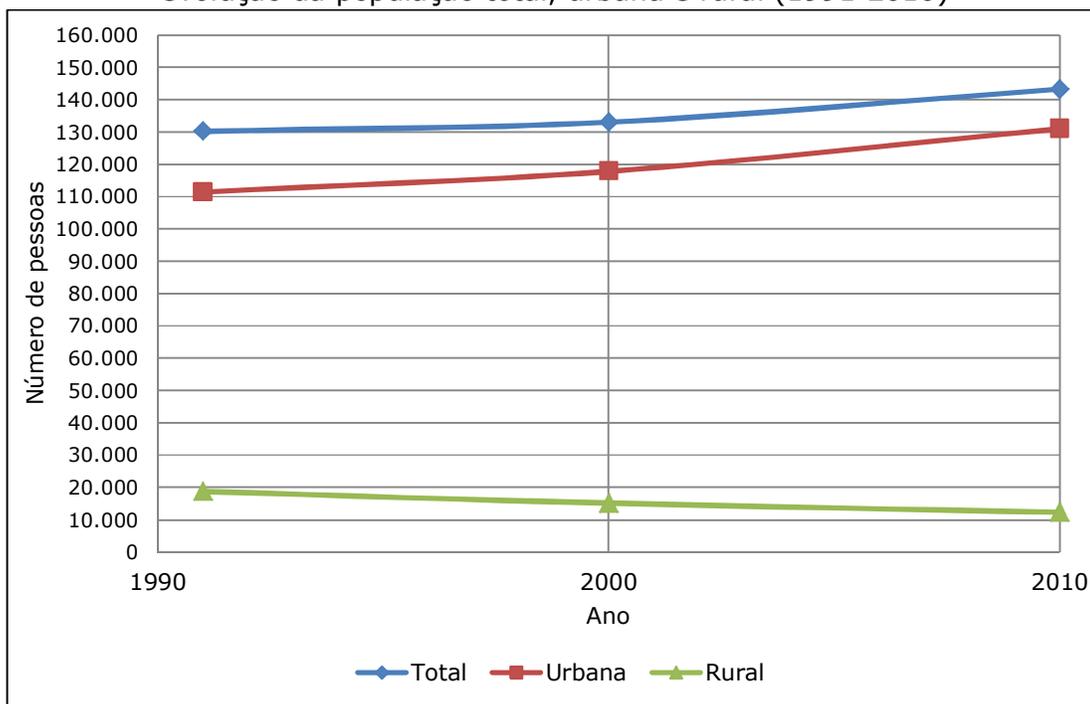
A partir destes critérios é que foi proposta, em 1990, a delimitação da MRG de Ituiutaba (MG), apresentada no Mapa 32.

Mapa 32 – Triângulo Mineiro (MG): MRG de Ituiutaba (MG) (2013)



A atual MRG de Ituiutaba (MG) é formada por uma área total de 8.736,2 quilômetros quadrados, com densidade demográfica de 16,41 habitantes por quilômetros quadrados, composta por seis municípios, como já mencionado anteriormente. A Figura 03 ilustra a evolução da população total, urbana e rural, da MRG de Ituiutaba (MG) em números absolutos, indicando o crescimento da população urbana em detrimento da rural, o que acompanha a lógica nacional, conforme demonstrado na Figura 04.

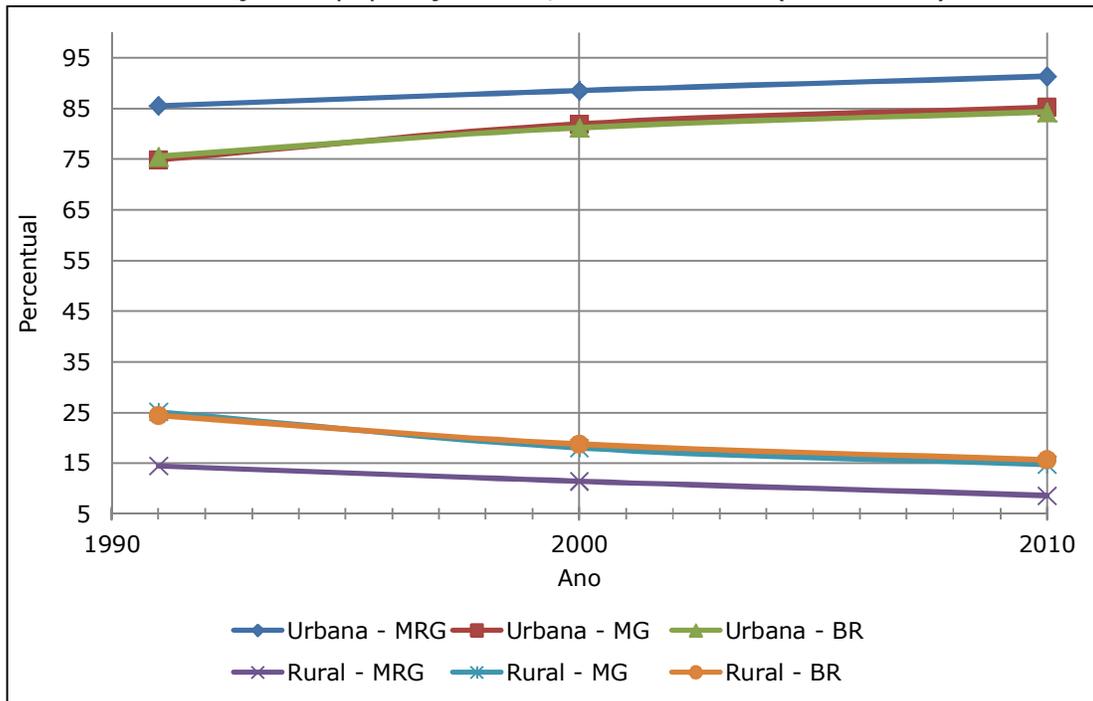
Figura 03 – MRG de Ituiutaba (MG):
evolução da população total, urbana e rural (1991-2010)



Fonte: IBGE (1991, 2000, 2010).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Figura 04 – Brasil, Minas Gerais e MRG de Ituiutaba (MG):
evolução da população total, urbana e rural (1991-2010)

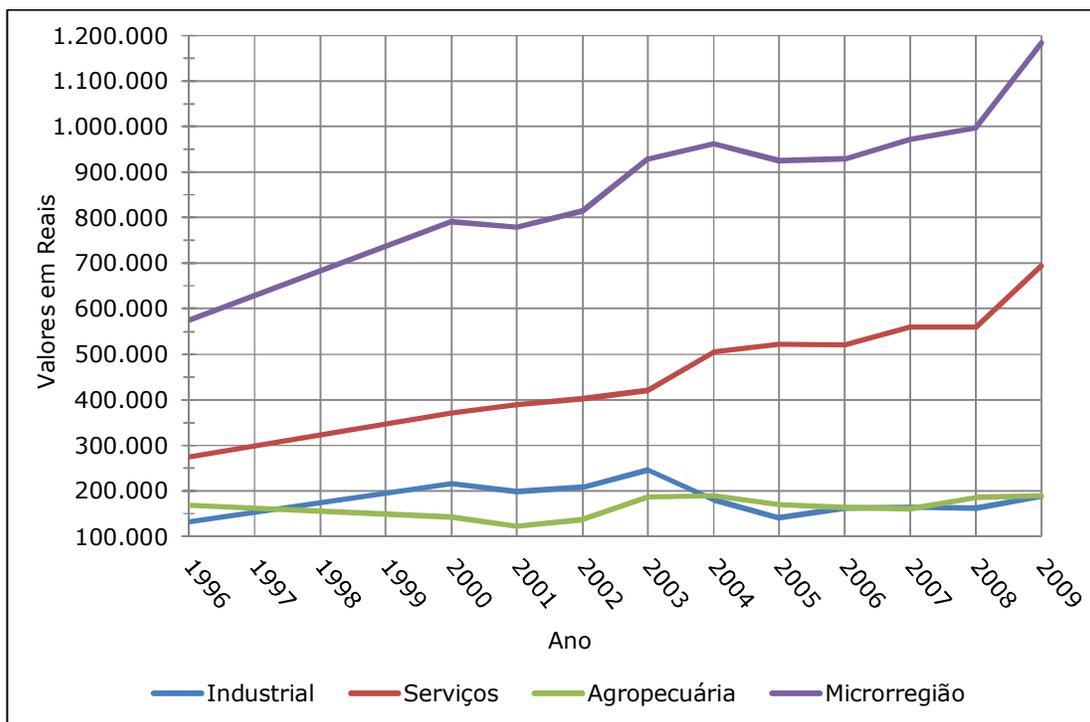


Fonte: IBGE (1991, 2000 e 2010).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Característica marcante da MRG de Ituiutaba (MG) são as atividades agropecuárias, principalmente a produção das lavouras temporárias (algodão, arroz, cana-de-açúcar, milho, soja e sorgo) e o efetivo de rebanho (bovinos, suínos e galináceos). Entretanto, apesar dos impactos do setor primário na organização espacial da região, ele representa a menor parcela do Produto Interno Bruto (PIB), conforme a Figura 05.

Figura 05 – MRG de Ituiutaba (MG):
evolução do PIB por setor da economia (1996-2009)



Nota da figura: Não foram encontradas informações para os anos de 1997, 1998 e 1999. Não foram considerados os valores referentes à administração pública.

Fonte: FJP (2013).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

A análise pormenorizada da Figura 05 a partir da aplicação de regressão linear nos dados do PIB por setor da economia no período de 1996 a 2009 permite-nos concluir que:

- i) o PIB de serviços possui tendência de crescimento para os próximos anos, uma vez que a reta de tendência da regressão apresenta-se de forma ascendente (o que significa crescimento dos valores) e com R^2 (R quadrado⁹²) de 0,9308, indicando que o modelo é bastante explicativo;

⁹² R^2 ou coeficiente de determinação é uma medida de ajustamento de um modelo estatístico linear, ou seja, medida do sucesso da estimativa (tendência) dos valores observados. O R^2 varia entre zero e 1, indicando, em percentagem, o quanto o modelo consegue explicar os valores observados. Quanto maior o R^2 , mais explicativo é modelo, melhor ele se ajusta à amostra.

ii) o PIB da agropecuária apresenta reta de tendência com ligeiro crescimento, entretanto com R^2 da regressão linear de 0,2113, indicando que o modelo é pouco explicativo e não permite concluir se haverá tendência de crescimento do referido PIB nos próximos anos;

iii) o PIB industrial apresenta R^2 da regressão linear de 0,0046 e reta de tendência com ligeira queda nos valores, o que indica um modelo pouco explicativo e que não permite inferir a tendência de queda do PIB nos próximos anos.

A Tabela 09 apresenta os dados absolutos do PIB da MRG de Ituiutaba (MG) no ano de 1996 e no período compreendido entre 2000 e 2009, permitindo inferir que a maior taxa de crescimento entre os setores da economia deu-se no setor de serviços, principalmente a partir do ano de 2002. Esse crescimento é resultado da dinâmica macroeconômica brasileira iniciada em 1994, com a criação do Plano Real e a estabilidade econômica do país, em consequência do controle dos índices da inflação. Além disso, a partir de 2002, as políticas de distribuição de renda do governo federal potencializaram a produção e o consumo no país, redundando no crescimento econômico, especialmente do setor terciário da economia.

**Tabela 09 – MRG de Ituiutaba (MG):
evolução do PIB por setor da economia (1996-2009)**

Ano	Setor da economia			Microrregião
	Industrial	Serviços	Agropecuária	
1996	131.877,10	274.127,07	168.941,38	574.945,55
2000	216.241,33	370.553,58	141.858,54	791.077,38
2001	198.265,50	388.844,67	121.848,46	779.594,44
2002	208.131,40	402.780,93	136.273,09	815.166,36
2003	246.448,76	419.955,63	186.643,50	928.848,40
2004	180.768,69	505.051,29	189.969,16	961.988,02
2005	140.940,23	522.167,09	169.618,52	924.993,89
2006	161.524,14	519.973,60	163.187,57	929.664,85
2007	163.886,62	559.652,92	159.857,03	972.383,75
2008	161.376,65	560.038,34	184.780,01	997.504,20
2009	188.521,40	694.457,08	188.724,73	1.184.191,74

Nota da tabela: Valor em Reais (R\$). Não foram encontradas informações para os anos de 1997, 1998 e 1999. Não foram considerados os valores referentes à administração pública.

Fonte: FJP (2013). Valor do dólar em janeiro de 2009: R\$ 2,30.

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

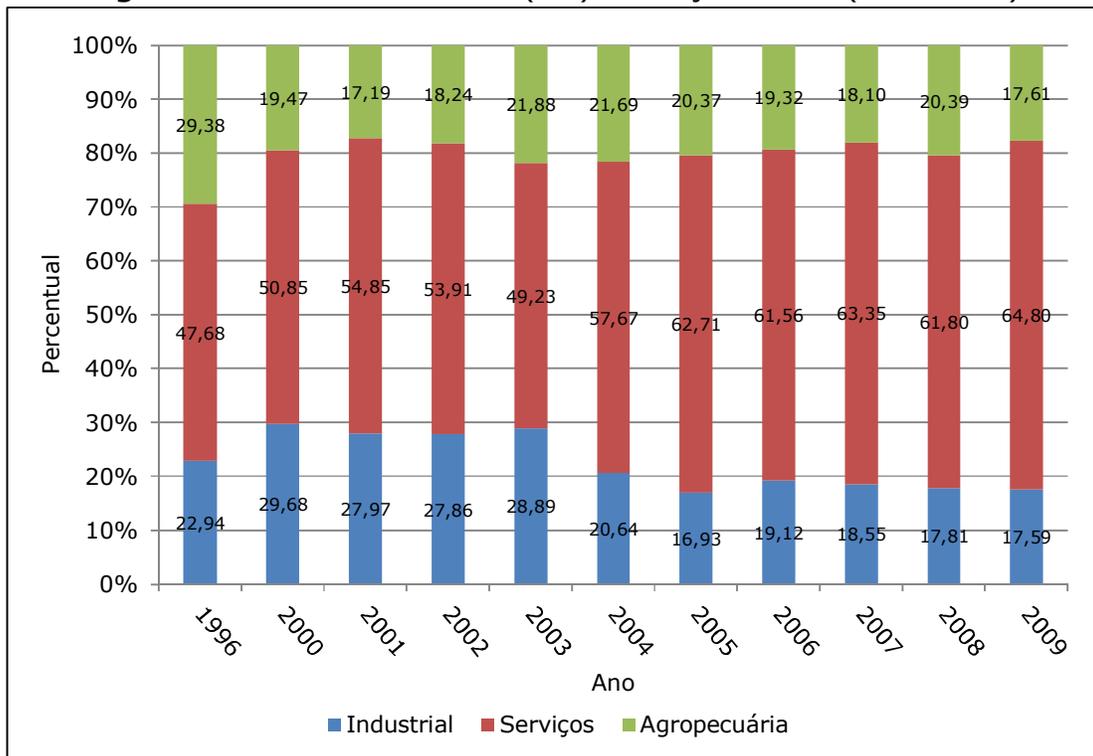
A Figura 06 apresenta a porcentagem de cada setor da economia na composição do PIB da MRG de Ituiutaba (MG), com destaque para a maior concentração no setor de serviços, com valores anuais variando de 47,68% a 64,80%, enquanto os números do setor industrial variam de 16,93% à 29,68% e das atividades agropecuárias, entre 17,19% e 29,38%. Nos anos analisados, a média de cada setor que compõe o PIB da MRG de Ituiutaba (MG) foi:

a) agropecuária: 20,33%;

b) industrial: 22,54%;

c) serviços: 57,13%.

Figura 06 – MRG de Ituiutaba (MG): evolução do PIB (1996-2009)



Nota da figura: Não foram encontradas informações para os anos de 1997, 1998 e 1999. Não foram considerados os valores referentes à administração pública.

Fonte: FJP (2013).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Análises das figuras 05 e 06 e da Tabela 09 permitem inferir que os setores industrial e agropecuário perdem importância econômica na MRG de Ituiutaba (MG) para o setor de serviços, o que pode ser explicado pelos seguintes fatores:

- i) melhorias das condições socioeconômicas da população, principalmente a partir de 2002, como resultado das políticas públicas federais de distribuição de renda;
- ii) concentração da população nas cidades e aumento das demandas de comércio e serviços;

- iii) limitada incorporação do desenvolvimento tecnológico no campo, impedindo o aumento da produtividade e, conseqüentemente, dos ganhos;
- iv) limitado desenvolvimento tecnológico industrial para o beneficiamento da produção agrícola, impedindo a agregação de valores e aumento dos ganhos;
- v) desenvolvimento industrial limitado;
- vi) ausência de infraestruturas territoriais como suporte para o desenvolvimento econômico;

Além destes fatores ligados às dinâmicas econômicas, é possível afirmar que outros dois aspectos devem ser considerados na análise do desenvolvimento econômico da MRG de Ituiutaba (MG), que são:

- a) representatividade política: os representantes políticos eleitos nesta região para as esferas estaduais e municipais, apesar de serem filiados, em sua maioria, aos partidos conservadores (PSDB, PMDB, PP, DEM⁹³), não possuem como característica política o pensamento progressista e desenvolvimentista, com estratégias explícitas para a manutenção do poder, na mesma lógica de dominação do espaço e da sociedade pelas elites políticas apresentada por Castro (1992, 2005);
- b) desenvolvimento territorial desigual: o processo de formação de cidades no Pontal do Triângulo Mineiro – região formada pelas MRG de Ituiutaba (MG) e a MRG de Frutal

⁹³ A respeito dos nomes dos partidos políticos brasileiros, confira: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos>. A respeito da história de criação dos partidos políticos brasileiros, pelo aspecto legal, confira: <http://www.tse.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos>.

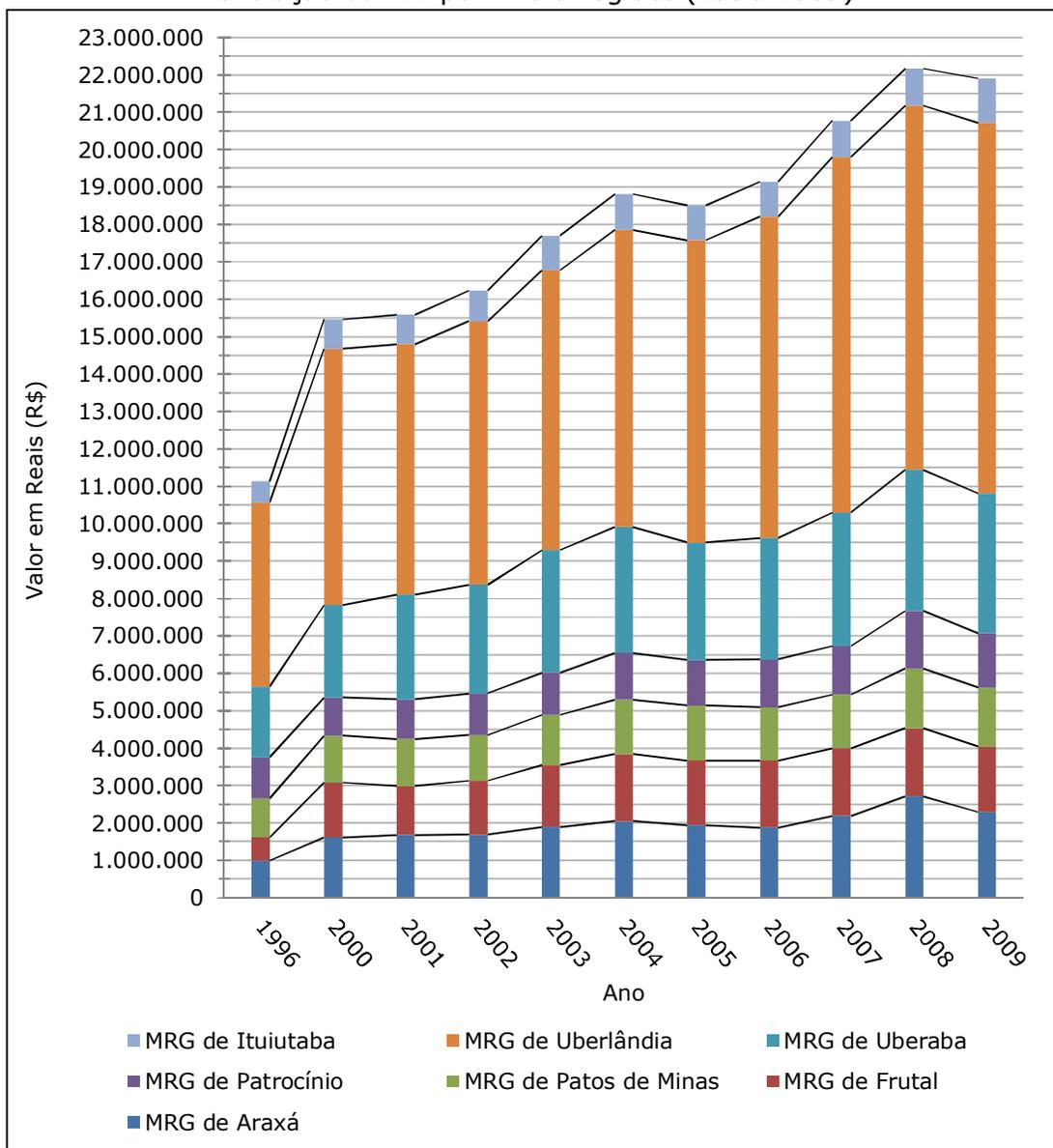
(MG)⁹⁴ – foi tardio, se comparado com o restante do Triângulo Mineiro⁹⁵, o que impactou diretamente o desenvolvimento territorial do Pontal, uma vez que a maioria dos investimentos em infraestruturas na região concentraram-se no eixo formado pelas cidades de Uberlândia (MG), Uberaba (MG) e Araguari (MG), hoje traçado pela rodovia federal BR-050, em função das estratégias políticas dos representantes destas cidades, do seu desenvolvimento econômico e de sua história de ocupação, resultando no desenvolvimento territorial desigual do Triângulo Mineiro, conforme demonstrado por Freitas e Sampaio (1985), Brandão (1989), Guimarães (1990, 1994, 2010) e Bacelar (2003).

Nesse sentido, a Figura 07 apresenta a distribuição do PIB total das microrregiões do Triângulo Mineiro no ano de 1996 e no período de 2000 a 2009, em valores absolutos, apontando para o fato de que a MRG de Ituiutaba (MG) participou com a menor parcela no total da mesorregião, enquanto a MRG de Uberlândia (MG) e a MRG de Uberaba (MG) foram as que mais somaram para o PIB do Triângulo Mineiro.

⁹⁴ A respeito das dinâmicas socioeconômicas do Pontal do Triângulo Mineiro, confira: Miyazaki (2011).

⁹⁵ Conforme apresentado no capítulo um deste trabalho.

Figura 07 – Triângulo Mineiro (MG):
evolução do PIB por microrregiões (1996-2009)



Nota da figura: Não foram encontradas informações para os anos de 1997, 1998 e 1999.

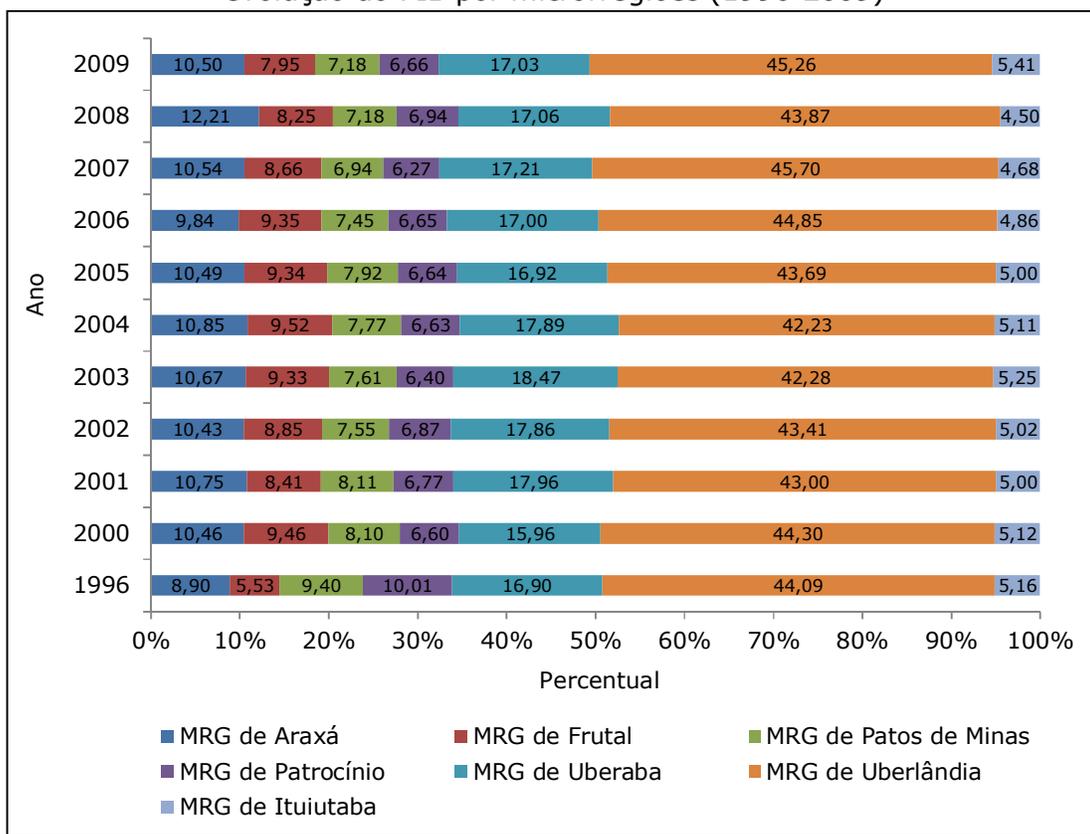
Fonte: FJP (2013).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

De forma semelhante, a Figura 08 demonstra o percentual de cada MRG na composição do PIB total do Triângulo Mineiro, sendo que as MRG de Uberlândia e Uberaba (MG) foram as duas únicas a apresentarem valores superiores à média de PIB da mesorregião, que era de 14,29% por

microrregião, reforçando a ideia do desenvolvimento territorial desigual apontada anteriormente.

Figura 08 – Triângulo Mineiro (MG):
evolução do PIB por microrregiões (1996-2009)



Nota da figura: Não foram encontradas informações para os anos de 1997, 1998 e 1999.

Fonte: FJP (2013).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Para o período analisado, as microrregiões apresentaram, na média, o seguinte percentual de PIB:

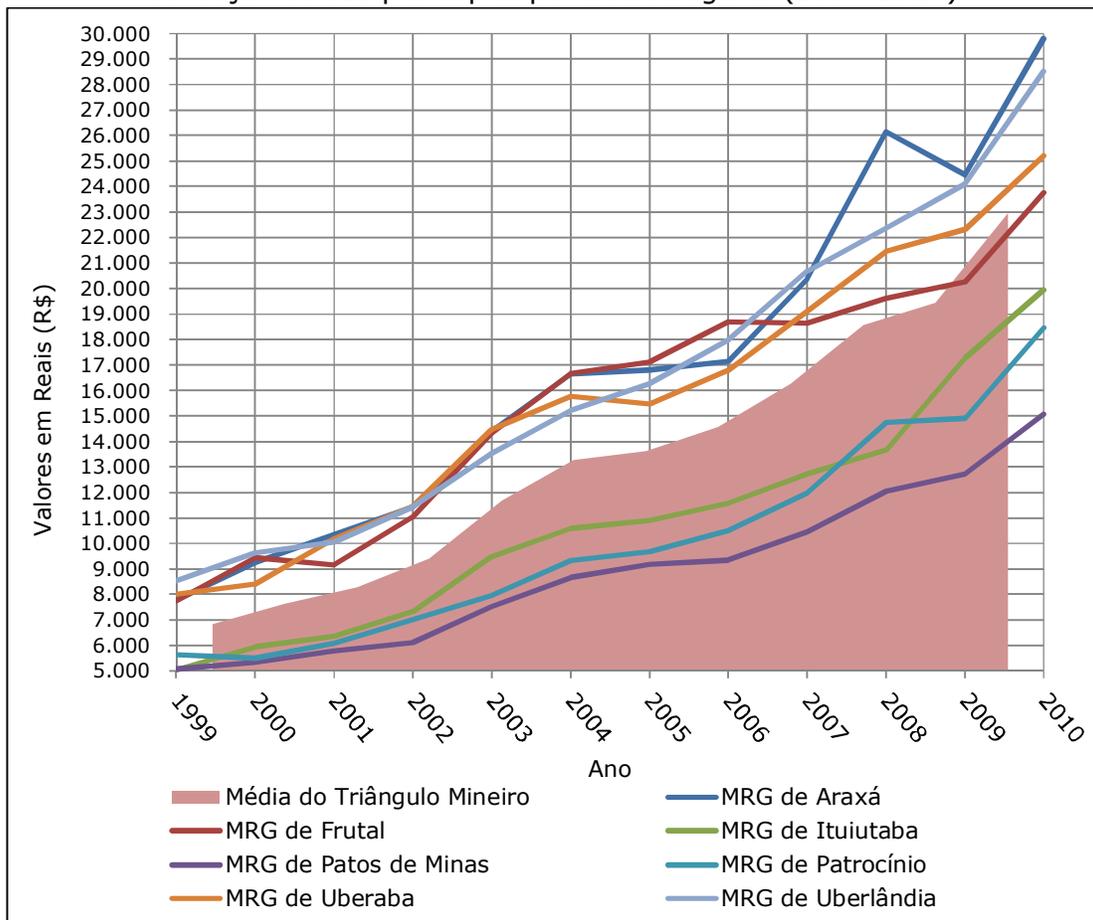
- a) MRG de Ituiutaba (MG): 5,01%;
- b) MRG de Patrocínio (MG): 6,95%;
- c) MRG de Patos de Minas: 7,75%
- d) MRG de Frutal (MG): 8,61%;
- e) MRG de Araxá (MG): 10,51%

f) MRG de Uberaba (MG): 17,30%

g) MRG de Uberlândia (MG): 43,88%

A Figura 09 e a Tabela 10 evidenciam os dados de PIB per capita das microrregiões geográficas que compõem o Triângulo Mineiro no período de 1999 e 2010, apontando que as MRG de Ituiutaba (MG), Patos de Minas (MG) e Patrocínio (MG) apresentaram índices abaixo da média da mesorregião, indicando o desenvolvimento desigual da região.

Figura 09 – Triângulo Mineiro (MG):
evolução do PIB per capita por microrregiões (1999-2010)



Fonte: FJP (2013).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Tabela 10 – Triângulo Mineiro (MG): evolução do PIB per capita por microrregiões (1999-2010)

Ano	Microrregiões geográficas							Média do Triângulo Mineiro
	Araxá	Frutal	Ituiutaba	Patos de Minas	Patrocínio	Uberaba	Uberlândia	
1999	7.770	7.754	5.022	5.075	5.647	8.003	8.519	6.827
2000	9.256	9.451	5.937	5.341	5.501	8.402	9.634	7.646
2001	10.346	9.155	6.360	5.775	6.094	10.190	10.051	8.282
2002	11.441	11.027	7.335	6.104	7.007	11.461	11.444	9.403
2003	14.387	14.321	9.483	7.513	7.964	14.451	13.544	11.666
2004	16.634	16.662	10.586	8.671	9.329	15.783	15.217	13.269
2005	16.801	17.121	10.887	9.184	9.687	15.478	16.276	13.633
2006	17.131	18.689	11.587	9.354	10.486	16.782	17.987	14.574
2007	20.375	18.639	12.715	10.450	11.967	19.104	20.686	16.277
2008	26.145	19.633	13.658	12.042	14.737	21.444	22.358	18.574
2009	24.459	20.262	17.280	12.729	14.918	22.329	24.101	19.440
2010	29.808	23.760	19.941	15.061	18.448	25.210	28.515	22.963

Nota da tabela: Valor em Reais (R\$).

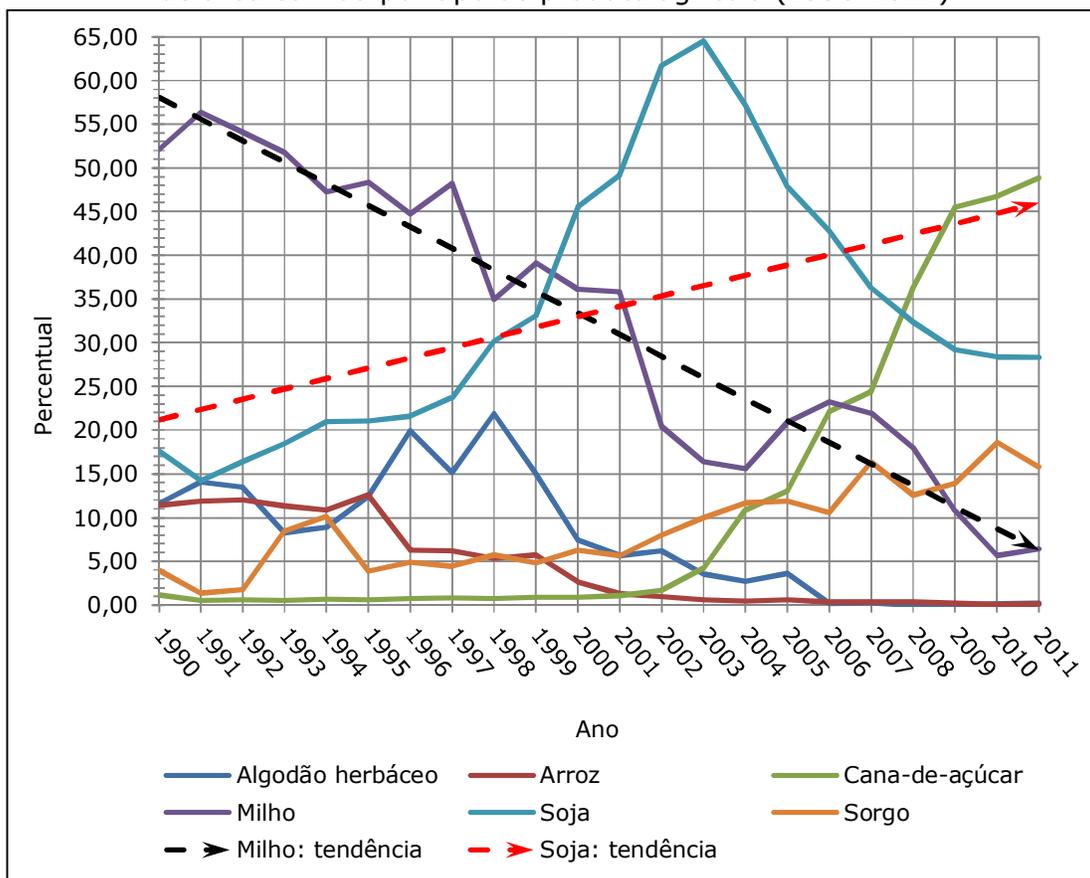
Fonte: FJP (2013).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Outro aspecto da economia da MRG de Ituiutaba (MG) que contribui para o entendimento das dinâmicas espaciais da região e para a compreensão de seu processo de urbanização é a atividade agropecuária. Apesar de representar a menor parcela na composição do PIB da MRG, as atividades agropecuárias impactam diretamente a organização urbana, como será discutido próximos capítulos deste trabalho. A Figura 10 ilustra o percentual de área colhida por tipo de produto agrícola entre os anos de 1990 e 2011.

A análise da regressão linear dos dados referentes ao cultivo de milho e soja indicou tendência de queda do percentual de área colhida de milho para os anos posteriores a 2011 – R^2 de 0,9211 – e indefinição quanto à tendência de crescimento do percentual de área colhida de soja, uma vez que, apesar da reta ser ascendente, o R^2 da regressão foi de apenas 0,2577, o que torna o modelo pouco explicativo para a realidade dos dados apresentados. O marco temporal de início do aumento do percentual de área colhida de cana-de-açúcar coincide com o início da queda no percentual de área colhida da soja, permitindo concluir que houve substituição de cultura a partir do ano de 2004. Além disso, ao verificar os dados de 2009 a 2011, percebe-se tendência de estabilidade no percentual de área colhida para cana-de-açúcar e soja. Já a tendência de queda no percentual de área colhida de milho é explicada pelo crescimento da área colhida de soja, até o ano de 2003, e de cana-de-açúcar, a partir de 2004, conforme representado na Figura 10.

Figura 10 – MRG de Ituiutaba (MG): evolução do percentual de área colhida por tipo de produto agrícola (1990-2011)



Nota da Tabela: Foi aplicada regressão linear sobre os dados de área colhida de milho e soja para elaboração das linhas de tendências. O valor do R^2 do milho foi de 0,9211 e da soja foi de 0,2577.

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal (2011).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Existem marcos temporais no período analisado que representam alterações nas dinâmicas produtivas da MRG de Ituiutaba (MG). No período compreendido entre os anos de 1990 a 1999, o milho era o produto com maior área colhida, acompanhado pela soja. Entretanto, como pode ser observado na Figura 10, na mesma década a produção de milho apresentava queda, enquanto a de soja aumentava (movimento de convergência), resultando na superação da produção de milho pela de soja no ano de 2000. A partir daí, iniciou-se um movimento de divergência das curvas em relação às áreas

colhidas. A área colhida de soja continuou em ascensão até o ano de 2003, quando iniciou uma curva descendente. No mesmo ano, a produção de cana-de-açúcar aumentou, transformando-se em uma curva ascendente de área colhida. O período compreendido entre o início da década de 2000 até o ano de 2011 foi marcado pela ascensão das áreas colhidas de cana-de-açúcar e decréscimo das áreas de milho e soja, como expresso na Figura 10.

Vale destacar que a área colhida de milho apresentou diminuição consecutiva desde o ano de 1991, com pequenos pontos de variação positiva, saindo de 56,34% do total de área colhida na MRG de Ituiutaba (MG) em 1991 para 6,39% em 2011. Por outro lado, a área colhida de cana-de-açúcar, que até o ano de 2002 apresentava percentuais inferiores a 2%, em apenas nove anos atingiu 48,85% da área total, indicando que atividade agrícola predominante se alterou. A área colhida de soja passou de 64,49% em 2002 para 28,33% em 2011. Além disso, as áreas de cultivo de arroz e algodão herbáceos também diminuíram, não representando, em 2011, mais que 0,2% da área colhida total. A Tabela 11 complementa a Figura 10 e indica os valores absolutos da área colhida por tipo de lavoura no período de 1990 a 2011.

Tabela 11 – MRG de Ituiutaba (MG): evolução da área colhida por tipo de lavoura em hectares (1990-2011)

Ano	Algodão herbáceo	Arroz	Cana-de-açúcar	Milho	Soja	Sorgo
1990	8.493	8.331	845	38.123	12.820	2.900
1991	10.580	8.931	420	42.363	10.680	992
1992	9.344	8.320	400	37.526	11.365	1.235
1993	6.495	8.880	420	40.600	14.475	6.665
1994	7.375	8.970	540	39.096	17.390	8.355
1995	10.091	10.205	490	39.314	17.097	3.176
1996	13.818	4.334	530	31.017	14.950	3.424
1997	11.165	4.550	580	35.500	17.500	3.280
1998	16.300	3.950	545	25.990	22.470	4.240
1999	10.441	4.006	595	27.220	23.030	3.365
2000	5.118	1.813	595	24.827	31.322	4.302
2001	4.250	936	800	26.820	36.820	4.228
2002	4.787	723	1.300	15.685	47.355	6.115
2003	3.409	613	4.076	15.873	62.427	9.645
2004	3.271	560	13.091	18.800	69.040	14.090
2005	3.920	667	14.135	22.607	51.783	12.880
2006	200	300	19.814	20.790	38.333	9.453
2007	235	316	23.700	21.353	35.200	15.882
2008	00	316	39.739	19.713	35.400	13.736
2009	00	202	57.763	13.671	37.025	17.730
2010	227	107	68.667	8.280	41.700	27.350
2011	240	169	68.580	8.977	39.774	22.140

Nota da tabela: Valor em hectares (ha). Foram selecionadas somente as lavouras mais representativas, ou seja, aquelas que apresentavam as maiores áreas colhidas.

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal (2011).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Na Tabela 12 é possível observar as proporcionalidades das áreas colhidas de cada lavoura da MRG de Ituiutaba (MG) nos totais da mesorregião do Triângulo Mineiro, do Estado de Minas Gerais e do país. Esses dados indicam que somente alguns tipos de lavouras apresentaram crescimento nas décadas analisadas:

- a) aumentou a representatividade de área colhida de algodão herbáceo no percentual total do estado e no país, mesmo com a diminuição da área colhida na MRG de Ituiutaba (MG),

indicando que houve queda na produção estadual e nacional no período de 1990 a 2000;

b) houve aumento da área colhida de soja entre os anos de 1990 a 2000, em todos os níveis territoriais, e sua representatividade nos percentuais totais do Triângulo Mineiro, estado e país, indicando o crescimento das lavouras de soja na MRG de Ituiutaba (MG);

c) houve aumento da área colhida de sorgo no período de 2000 a 2010 e da representatividade da produção da MRG de Ituiutaba (MG) nos totais do Triângulo Mineiro, estado e país;

d) aumentou significativamente a área colhida de cana-de-açúcar no período de 2000 a 2010, totalizando um crescimento de 11.440,67% na MRG de Ituiutaba (MG), acompanhado do aumento do percentual a nível regional, estadual e nacional.

Tabela 12 – MRG de Ituiutaba (MG):
área colhida da produção agrícola (1990-2010)

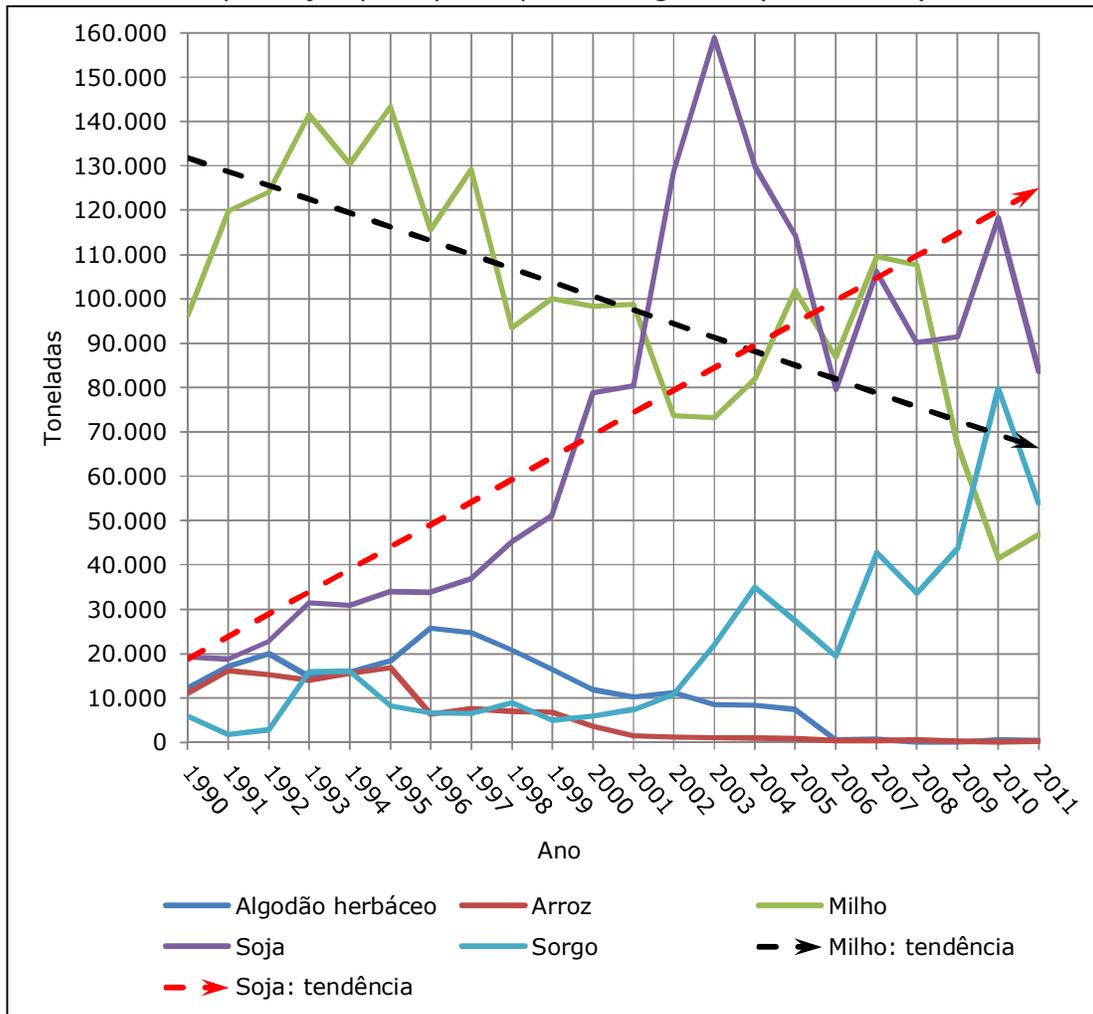
Ano	Tipo de lavoura	Área colhida na MRG (ha)	% no total do Triângulo Mineiro	% no total do Estado	% no total do país
1990	Algodão herbáceo	8.493	34,27	6,54	0,61
	Arroz	8.331	9,48	1,97	0,21
	Cana-de-açúcar	845	0,81	0,28	0,02
	Milho	38.123	11,64	2,70	0,33
	Soja	12.820	3,70	2,30	0,11
	Sorgo	2.900	72,41	72,10	2,11
2000	Algodão herbáceo	5.118	26,28	10,38	0,64
	Arroz	1.813	7,08	1,39	0,05
	Cana-de-açúcar	595	0,47	0,20	0,01
	Milho	24.827	7,37	2,00	0,21
	Soja	31.322	7,03	5,22	0,23
	Sorgo	4.302	11,04	8,82	0,81
2010	Algodão herbáceo	227	4,82	1,51	0,03
	Arroz	107	2,47	0,21	0,00
	Cana-de-açúcar	68.667	13,94	9,20	0,76
	Milho	8.280	2,48	0,71	0,07
	Soja	41.700	7,00	4,09	0,18
	Sorgo	27.350	41,48	27,07	4,14

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal (2011).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Por outro lado, de acordo com a Tabela 12, houve queda no total de área colhida de milho em todos os níveis territoriais apresentados, com perdas significativas no período analisado (1990-2010), acumulando decréscimos na porcentagem de área colhida da MRG de Ituiutaba (MG) no total do Triângulo Mineiro (-78,69%); no total do Estado de Minas Gerais (-73,70%); e no total do país (-78,78%). Esta constatação está exposta na linha de tendência elaborada a partir da regressão linear referente aos dados de percentual de área colhida de milho apresentados na Figura 10. As tendências sobre o total de produção agrícola da MRG de Ituiutaba (MG) dispostas na Figura 11 acompanham as mesmas lógicas destacadas para a Figura 10.

Figura 11 – MRG de Ituiutaba (MG): evolução do total de produção por tipo de produto agrícola (1990-2011)



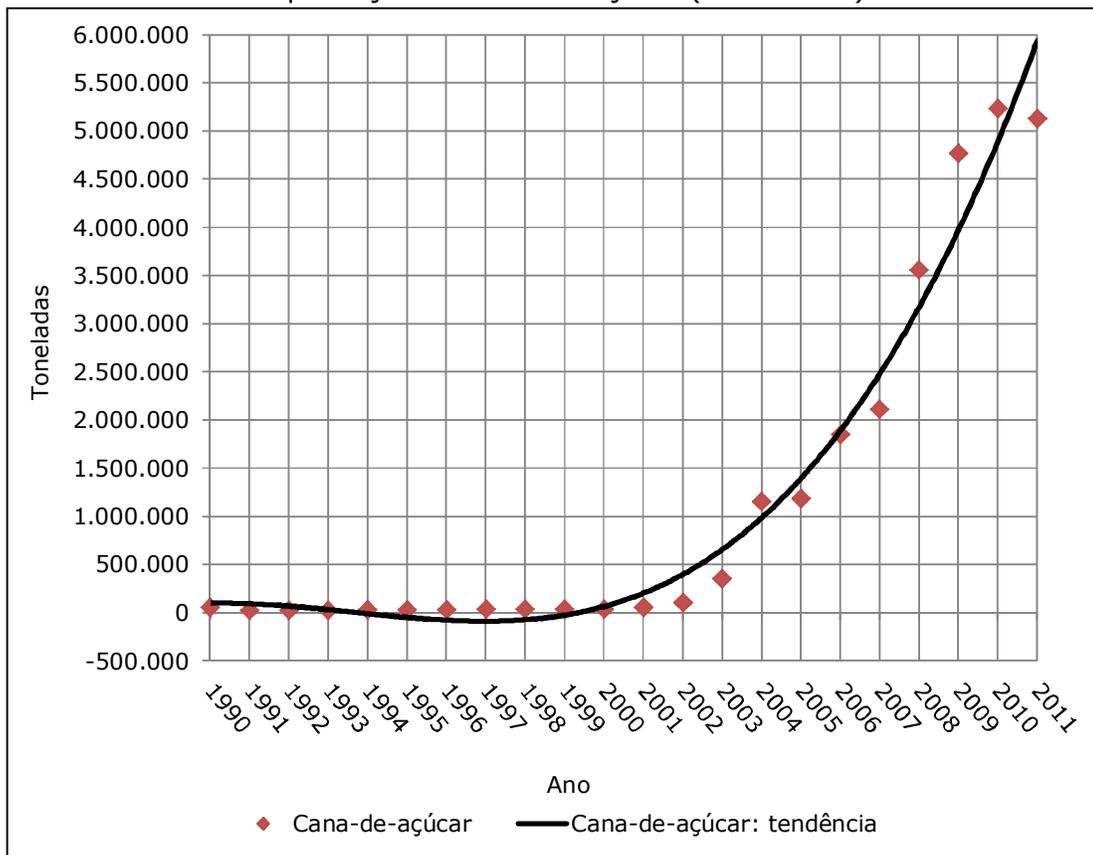
Nota da Tabela: Foi aplicada regressão linear sobre os dados de produção total de milho e soja para elaboração das linhas de tendências. O valor do R^2 do milho foi de 0,5380 e da soja foi de 0,6129. Foram suprimidos os dados referentes à produção de cana-de-açúcar.

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal (2011).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

A produção de cana-de-açúcar apresentou crescimento na MRG de Ituiutaba (MG) a partir de 2004, com intensificação em 2007, quando atingiu valores superiores à 1.000.000 de toneladas por ano, conforme apresentado na Figura 12.

Figura 12 – MRG de Ituiutaba (MG): evolução do total de produção de cana-de-açúcar (1990-2011)



Nota da Tabela: Foi aplicada regressão polinomial de ordem três sobre o total de produção de cana-de-açúcar para elaboração da linha de tendência. Valor do R^2 da cana-de-açúcar foi de 0,9709.

Fonte: Produção Agrícola Municipal (2011).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Ao cruzar os dados das linhas de tendências elaboradas sobre a produção total de cana-de-açúcar, soja e milho, pode-se inferir que o crescimento da primeira impactou diretamente a produção de milho e soja na MRG de Ituiutaba (MG), uma vez que a área colhida e a produção total destas duas lavouras reduziram significativamente na última década, conforme representado nas figuras 10, 11 e 12.

Em valores percentuais, a Tabela 13 apresenta o aumento ou a diminuição da produção total dos produtos agrícolas por período, com

destaque para a cana-de-açúcar, que entre 1990 e 2000 apresentou 8.579,40% de crescimento, em oposição à queda dos outros produtos: algodão herbáceo: -96,80%; arroz: -97,25% e milho: -51,21%. O sorgo, apesar de apresentar crescimento, é um tipo de lavoura sem intensa exploração comercial, utilizado principalmente para a alimentação bovina, a partir da elaboração de silagem.

Tabela 13 – MRG de Ituiutaba (MG): evolução do percentual total de produção por período e tipo de produto agrícola (1990-2010)

Tipo de lavoura	Período				
	1990-1995	1995-2000	2000-2005	2005-2010	1990-2010
Algodão herbáceo	49,33%	-35,28%	-38,12%	-93,61%	-96,80%
Arroz	52,88%	-78,82%	-78,18%	-79,13%	-97,25%
Cana-de-açúcar	-42,01%	21,43%	2.752,34%	341,14%	8.579,40%
Milho	48,90%	-31,40%	3,71%	-59,41%	-51,21%
Soja	76,31%	131,34%	45,35%	3,36%	333,58%
Sorgo	39,73%	-27,79%	358,73%	190,73%	812,09%

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal (2011).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

O crescimento da produção de cana-de-açúcar em detrimento das outras lavouras cultivadas é explicado pela presença de quatro usinas do setor agroindustrial canavieiro na MRG de Ituiutaba (MG): Usina Vale do Paranaíba⁹⁶, do grupo João Lyra, no município de Capinópolis (MG); Usina Santa Vitória Açúcar e Álcool⁹⁷, do grupo Dow Química S.A, e a Usina Vale do São Simão⁹⁸, do grupo Andrade, no município de Santa Vitória (MG); e a Usina Ituiutaba Bioenergia⁹⁹, do grupo Companhia Nacional de Açúcar e Álcool (CNAA) controlado pela *British Petroleum* (BP), no município de Ituiutaba

⁹⁶ A respeito desta usina, acesse: <http://www.grupoil.com.br/>

⁹⁷ A respeito desta usina, acesse: <http://www.ussantavitoria.com.br>

⁹⁸ A respeito desta usina, acesse: <http://www.grupoandrade.com.br>

⁹⁹ A respeito desta usina, acesse:

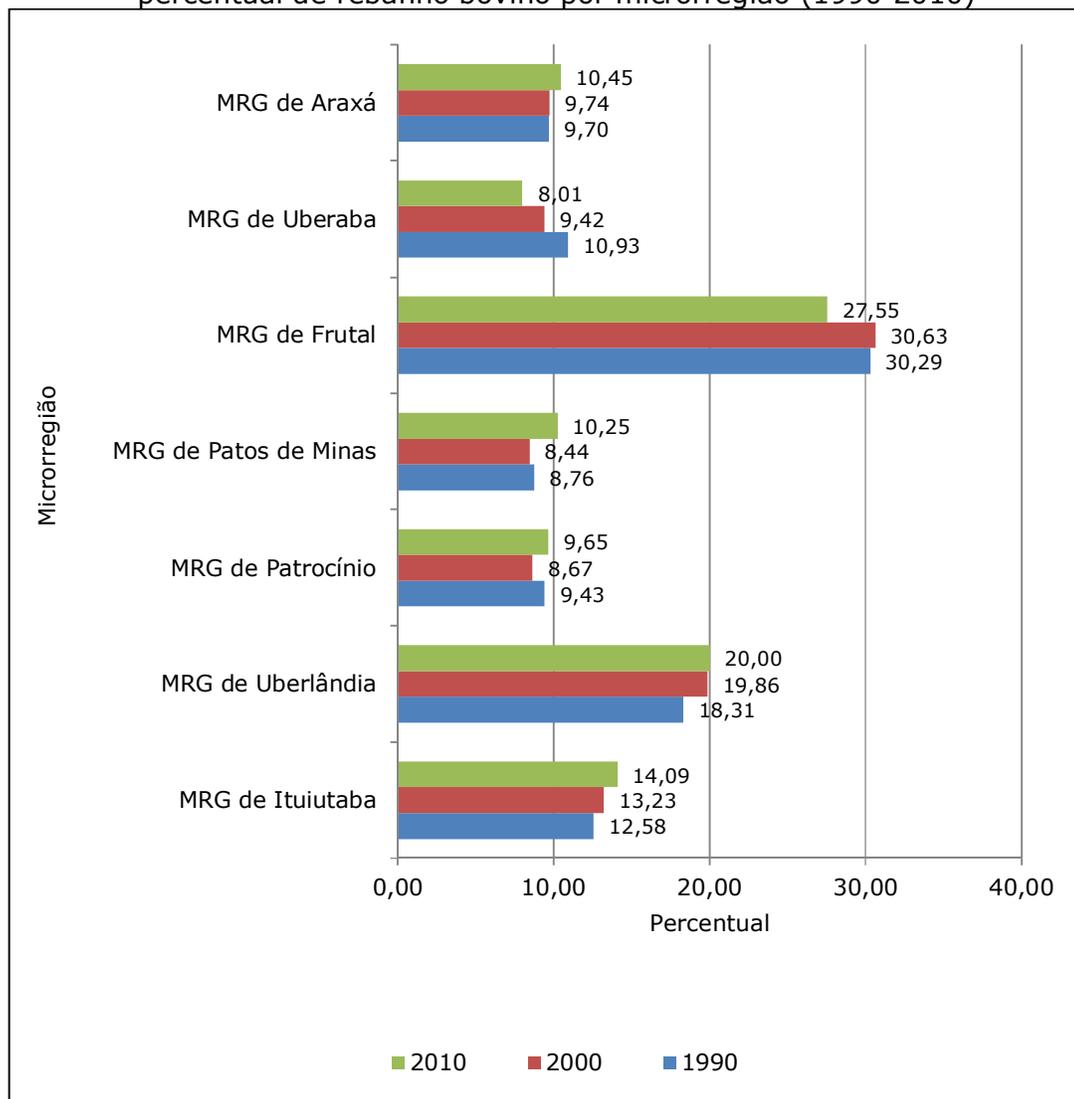
<http://www.bp.com/genericarticle.do?categoryId=2012968&contentId=7070956>

(MG); além da Usina Triálcool, do grupo João Lyra, no município Canápolis (MG), que não pertence à MRG estudada. A existência destas usinas impactou tanto a organização produtiva e espacial das áreas agrícolas da região quanto a organização das cidades, aspecto que será explorado mais adiante.

O efetivo de rebanho da MRG de Ituiutaba (MG) chama a atenção quando analisado no contexto do Triângulo Mineiro; especialmente o gado bovino, pois no período de 1990 a 2011, a MRG ocupou a terceira posição no *ranking* do efetivo de rebanho, atrás das MRG de Frutal (MG) e de Uberlândia (MG), conforme registrado na Figura 13. As MRG de Ituiutaba , de Uberlândia (MG) e de Patos de Minas (MG) apresentaram crescimento médio de 1,5 pontos percentuais ao longo das duas décadas, enquanto a MRG de Frutal (MG) e de Uberaba (MG) decresceram em média 2,5 pontos percentuais.

No caso da MRG de Frutal (MG), a queda no efetivo de rebanho bovino pode ser explicada pelo avanço das atividades ligadas ao setor agroindustrial canavieiro sobre as áreas de pastagem, historicamente a principal atividade agropecuária desta região.

Figura 13 – Triângulo Mineiro (MG):
percentual de rebanho bovino por microrregião (1990-2010)



Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal (2011).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Os dados presentes na Tabela 14 demonstram a proporcionalidade do efetivo de rebanho da MRG de Ituiutaba (MG) nos anos de 1990, 2000 e 2010 na mesorregião do Triângulo Mineiro, no estado e no país. Além do destaque à criação de bovinos, vale ressaltar que o percentual de suíno cresceu no total do estado e do país e se manteve constante na mesorregião, indicando a importância econômica da exploração de carne suína na região,

influenciada principalmente pela presença de unidades produtivas de agroindústrias processadoras de carne na cidade de Uberlândia (MG)¹⁰⁰. Já os galináceos (pintos, frangos e galinhas) apresentaram decréscimo em todos os níveis territoriais.

Tabela 14 – MRG de Ituiutaba (MG): efetivo de rebanho (1990-2010)

Ano	Tipo de rebanho	Total de cabeças da MRG	% no total do Triângulo Mineiro	% no total do Estado	% no total do país
1990	Bovino	687.610	12,58	3,36	0,47
	Suíno	27.110	6,73	0,82	0,08
	Frango e Pinto	142.100	2,86	0,39	0,04
	Galinha	85.240	2,74	0,46	0,05
2000	Bovino	718.516	13,23	3,60	0,42
	Suíno	42.610	5,92	1,36	0,14
	Frango e Pinto	223.850	2,00	0,35	0,03
	Galinha	78.200	1,99	0,34	0,04
2010	Bovino	693.070	12,83	3,05	0,33
	Suíno	131.341	6,31	2,62	0,34
	Frango e Pinto	161.700	0,96	0,21	0,02
	Galinha	47.100	1,18	0,22	0,02

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal (2011).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

A representação gráfica da Figura 14 permite a análise temporal do percentual de efetivo animal, com destaque para a média percentual bovina, que foi superior a 65%.

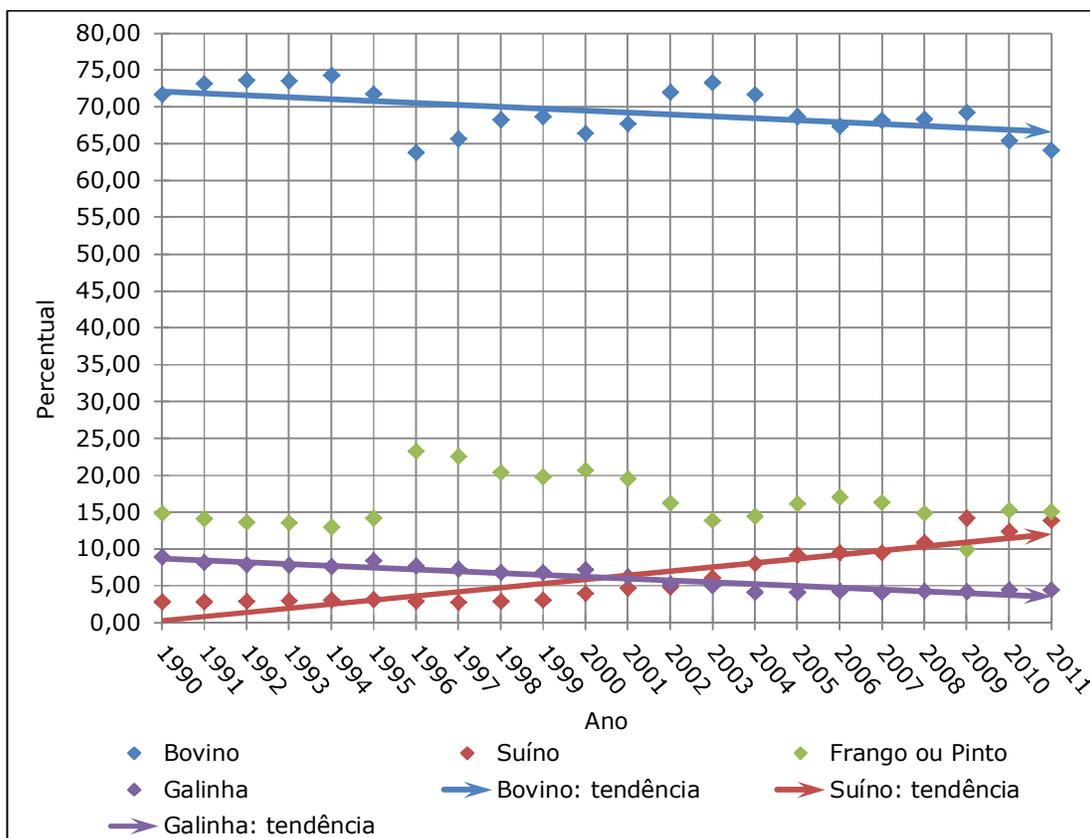
As linhas existentes na Figura 14 foram elaboradas por regressão linear e revelam que o efetivo de bovino apresenta discreta tendência de queda¹⁰¹, sendo que para o período analisado a taxa foi de aproximadamente 5%. Para o efetivo de galinhas também foi constatada tendência de queda

¹⁰⁰ A respeito das indústrias da cidade de Uberlândia, confira Cleps (1998) e Oliveira (2008).

¹⁰¹ Apesar de existir uma tendência de queda, a reta é pouco representativa enquanto indicadora de tendência para os anos posteriores a 2011, uma vez que o R² da regressão linear foi de 0,2744, impossibilitando-nos de afirmar seguramente que há uma tendência de queda. Para os efetivos de galinha e suíno os R² foram superiores a 0,8, o que indica que há tendência melhor definida para os anos posteriores a 2011.

semelhante, margeando os 5%, enquanto o efetivo de suínos apresenta tendência de crescimento superior a 10% no período analisado.

Figura 14 – MRG de Ituiutaba (MG):
percentual de efetivo de rebanho por espécie (1990-2011)



Nota da Tabela: Foi aplicada regressão linear o efetivo bovino, suíno e de galinhas para elaboração da linha de tendência. O valor do R^2 do bovino foi de 0,2744, do suíno foi de 0,8356 e da galinha foi de 0,8873. Não foi aplicada regressão linear sobre o efetivo de frango ou pinto, pois o índice R^2 é inferior a 0,02, o que torna o modelo pouco explicativo.

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal (2011).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Esta breve caracterização demográfica e econômica da MRG de Ituiutaba (MG) apresenta indícios da organização espacial e das dinâmicas existentes na região: o papel da agropecuária na reestruturação das cidades e no desenvolvimento do setor terciário da economia; os impactos da expansão da cana-de-açúcar; a participação do PIB da MRG no total do Triângulo

Mineiro; e o crescimento demográfico são fatores que refletem nos processos urbanos recentes das cidades que compõem a MRG de Ituiutaba (MG). No entanto, não se deve esquecer que as dinâmicas espaciais também são resultantes do processo de formação socioespacial da região. Por esse motivo, no próximo capítulo será discutida a formação socioespacial da microrregião, com enfoque para os processos urbanos.

Capítulo 3

Quando o sertão se urbaniza: formação socioespacial dos municípios da microrregião de Ituiutaba (MG)

O objetivo deste capítulo é analisar a formação socioespacial dos municípios que compõem a Microrregião Geográfica (MRG) de Ituiutaba (MG) no período compreendido entre o início do século XX e a década de 1970, uma vez que a partir desta data, em virtude de investimentos recebidos para financiamento da modernização agrícola, os processos espaciais se diferenciaram e redefiniram as dinâmicas urbanas na MRG. No entanto, foram as dinâmicas socioespaciais de todo o período em questão que definiram a organização espacial da MRG, impactando os processos de urbanização e de formação territorial dos municípios.

Inicialmente, elaborou-se uma discussão sobre a categoria de análise geográfica “formação socioespacial”, cunhada por Santos (1979), que fundamenta as discussões e análises presentes na segunda parte deste capítulo, na qual são apresentados dados referentes às dinâmicas agropecuárias, industrial, de comércio e serviços dos municípios estudados,

além das dinâmicas demográficas, do PIB e da fragmentação territorial, relacionando tais aspectos com a formação urbana da MRG de Ituiutaba (MG).

Nesse sentido, o processo de urbanização será entendido aqui a partir da constituição das cidades e das transformações espaciais provocadas especialmente pela instalação de infraestruturas urbanas e de estabelecimentos comerciais¹⁰², pela transferência de população do campo para a cidade e pelo desenvolvimento da economia urbana, com suas possíveis consequências sobre a forma de viver da população. Diante disso, é necessário destacar que não será abordado o modo de vida da população no que toca as transformações nos hábitos e costumes ou a organização social oriundas do processo de urbanização.

3.1. Formação socioespacial: uma categoria de análise geográfica para a compreensão da MRG de Ituiutaba (MG)

A compreensão da categoria analítica *formação socioespacial*¹⁰³ é fundamental para entender as dinâmicas espaciais presentes na região analisada, uma vez que consegue expressar unidade e totalidade da vida do homem em sociedade, considerando, para isso, aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais na unidade da continuidade e descontinuidade do desenvolvimento histórico (SANTOS, 1979); ou seja, considera a historicidade

¹⁰² Estabelecimento comercial, neste trabalho, é entendido de acordo com a definição dada pelo Direito Comercial Brasileiro: um conjunto de bens corpóreos ou incorpóreos, considerado uma universalidade de fato, que possibilita a atividade empresarial. Desta forma, serão considerados todos os estabelecimentos de comercialização de produtos e de prestação de serviços. Se necessário, no transcorrer do texto, visando qualificar a análise, será feita a distinção entre comercialização de produtos e prestação de serviços.

¹⁰³ Santos (1979) redige *formação sócio-espacial*, mas neste trabalho será empregado *formação socioespacial*, sem hífen e sem acento, por ser a grafia correta de acordo com o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

dos aspectos sociais do espaço. Nesse sentido, Santos (1979, p. 09-10) destaca que:

Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social.

Para entender a categoria analítica pensada por Santos (1979) é preciso destacar que sua base está calcada no conceito de *formação econômica e social (F.E.S)* elaborado por Karl Marx e Friedrich Engels¹⁰⁴, pois “esta categoria diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais frequentemente lhes provém o impulso” (SANTOS, 1979, p. 10).

Nesse sentido, o autor ainda completa:

A base mesma da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta. Deveríamos até perguntar se é possível falar de Formação Econômica e Social sem incluir a categoria do espaço. Trata-se de fato de uma categoria de Formação Econômica, Social e Espacial mais do que de uma simples Formação Econômica e Social (F.E.S.), tal qual foi interpretada até hoje. (SANTOS, 1979, p. 10).

Martins (2006) e Melo (2008), ao discorrerem sobre a utilização da noção de formação econômica e social, enquanto categoria analítica para a

¹⁰⁴ Segundo Santos (1979, p. 19): “A noção de F.E.S foi elaborada por Marx e Engels (*Marx, 18 Brumarie, O Capital; Marx e Engels, L’Idéologie Allemande; Engels, On Social Relations in Russia, Anti-Dühring*). Lênin retoma o tema utilizando para fins científicos e políticos em *L’Impôt em espèces, Qui Sont les amis du peuple, et Le Développement du Capitalisme em Russie*. Não se pode esquecer igualmente os estudos de Plékhanov, Nos désaccords, Chayahov, *The Theory of Peasant Economy, Kautsky, La Question Agrarie*.”

compreensão do espaço, apontam que esta noção designa tanto parte de um processo histórico, quanto o conjunto desse processo, ou seja, a parte e o todo, a unidade e a totalidade.

Martins (1996, p. 19) ainda afirma que “a formação é econômica e social porque abrange simultaneamente esses dois âmbitos da práxis: a natureza (o econômico) e a sociedade (o social)”. Em outros termos, trata-se da relação entre homem e espaço no processo histórico de produção espacial e social, resultando em diferentes formações econômicas e sociais no tempo, no conjunto da totalidade social (MELO, 2008).

O interesse dos estudos sobre as formações econômicas e sociais está na possibilidade que eles oferecem de permitir o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre sua evolução. O estudo genético permite reconhecer, a partir de sua filiação, as similaridades entre F.E.S.; mas isso não é suficiente. É preciso definir a especificidade de cada formação, o que a distingue das outras, e, no interior da F.E.S., a apreensão do particular como uma cisão do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzindo numa de suas frações. Nenhuma sociedade tem funções permanentes, nem um nível de forças produtivas fixo, nenhuma é marcada por formas definitivas de propriedade, de relações sociais. (SANTOS, 1979, p. 12).

Gerratama (1973), destaca que a formação econômica e social não se refere à sociedade em geral, mas a uma sociedade específica, temporalmente definida e espacialmente localizada. Nesse sentido, aponta que a proposta de utilização da noção de formação econômica e social

[...] se ocupa sólo de la sociedad “moderna” y no de la sociedad “en general”; objeto de su análisis es una sola formación económico-social, la formación capitalista: afirma haber investigado la ley del desarrollo solamente de esta y de ninguna otra formación. Pero para analizar esta única formación Marx

necesita el concepto de formación económico-social, que en cambio es absolutamente superfluo para quien se ocupa de la "sociedad en general" o para quien discute [...] sobre lo que es la sociedad en general, sobre los fines y la esencia de la sociedad en general, etc. (GERRATAMA, 1973, p. 46).

Santos (1979) corrobora essa reflexão ao afirmar que

A noção de formação econômica e social é indissociável do concreto representado por uma sociedade historicamente determinada. Defini-la é produzir uma definição sintética da natureza exata da diversidade e da natureza específica das relações econômicas e sociais que caracterizam uma sociedade numa época determinada. (SANTOS, 1979, p. 13).

A formação socioespacial como teoria e método, conforme proposto por Santos (1979), deve ir além da formação econômica e social e sua historicidade, abarcando também a noção de espaço, para que seja possível realizar uma análise mais completa e complexa da realidade.

De fato, a unidade da continuidade e da descontinuidade do processo histórico não pode ser realizada *senão no* espaço e *pelo* espaço. A evolução da formação social está condicionada pela organização do espaço, isto é, pelos dados que dependem diretamente da formação social atual, mas também das F.E.S. permanentes. (SANTOS, 1979, p. 17).

De acordo com o discutido, considerar a *formação socioespacial* como categoria analítica geográfica implica pensar o espaço segundo os seguintes fatores:

- i) a totalidade socioeconômica;
- ii) a unidade e a totalidade;
- iii) a construção histórica;
- iv) a presença de condições políticas específicas;

- v) a influência de ações externas e internas;
- vi) a expressão da unidade e da totalidade de diversas esferas – econômica, social, política, cultural (SANTOS, 1979; MELO, 2008).

Posto isso, na sequência deste trabalho serão apresentados os processos de formações socioespaciais ocorridos entre o início do século XX e a década de 1970 nos municípios que compõem a MRG de Ituiutaba (MG), considerando as realidades pesquisadas como partes (unidade) integrantes do todo (totalidade). A análise deste período em separado é importante para compreender as dinâmicas espaciais que ocorreram na época e fundamentaram o desenvolvimento urbano recente das cidades da região.

3.2. MRG de Ituiutaba (MG): fragmentação territorial e formação socioespacial dos municípios entre o início do século XX até a década de 1970

Para compreender o processo de formação socioespacial das cidades da MRG de Ituiutaba (MG) é necessário, primeiramente, entender como ocorreu o processo de formação territorial de seus municípios. A ocupação de Ituiutaba (MG) iniciou-se no ano de 1820, com o soerguimento da capela dedicada a São José do Tijuco em um lugar conhecido como Córrego Sujo, formado por terras doadas por Joaquim Antônio de Moraes e José da Silva Ramos em suas respectivas fazendas, a do Carmo e a do São Lourenço (BARBOSA, 1996).

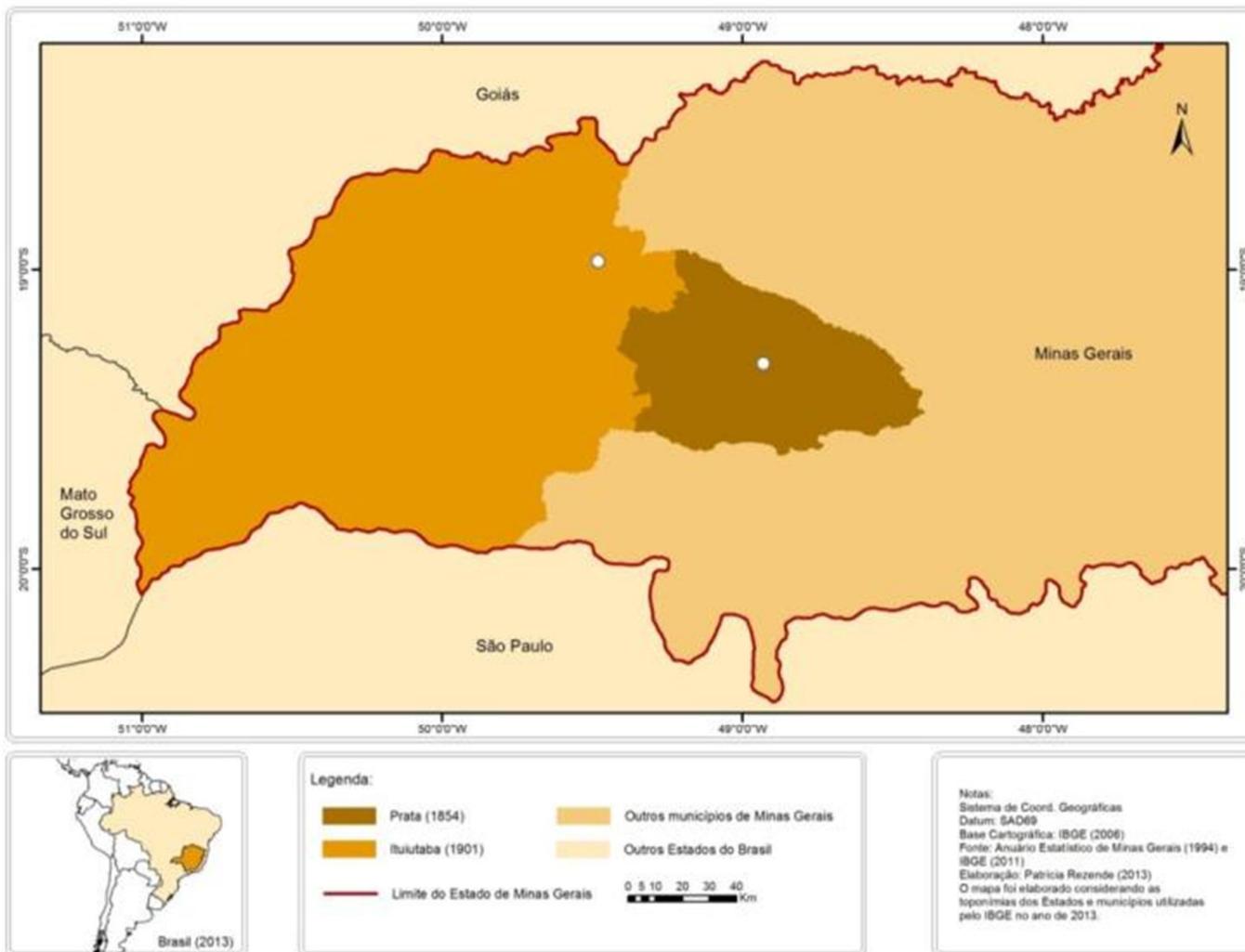
Os primeiros posseiros, verdadeiros bandeirantes, enfrentaram toda sorte de dificuldades possíveis, e é de se imaginar como deram início ao desordenado lugarejo, entre os córregos Sujo e Pirapitinga, com suas toscas casas espalhadas pelo cerrado, povoação incipiente e ainda sem nome, isto até 1839, quando foi instalado o Distrito de São José do Tijuco, pertencente ao termo de Vila de Uberaba [...]. (NOVAIS, 1974, p. 27).

A Freguesia de São José do Tijuco (MG) pertencera ao município de Uberaba (MG) até o dia três de abril de 1839, quando foi elevada à categoria de distrito pela lei provincial nº 138. Com a criação do município de Prata (MG), em 1854, o distrito foi incorporado ao seu território municipal. Em 16 de setembro de 1901, pela lei estadual nº 319, esse distrito foi desmembrado e elevado à condição de vila, com a denominação de Vila Platina (MG)¹⁰⁵, tornando-se município independente, com sede na antiga povoação de São José do Tijuco (MG). Esta mesma lei incorporou o território do distrito de Campo Belo (MG), atual Campina Verde (MG), até então pertencente ao município de Prata (MG), ao novo município formado, conforme demonstrado no Mapa 33.

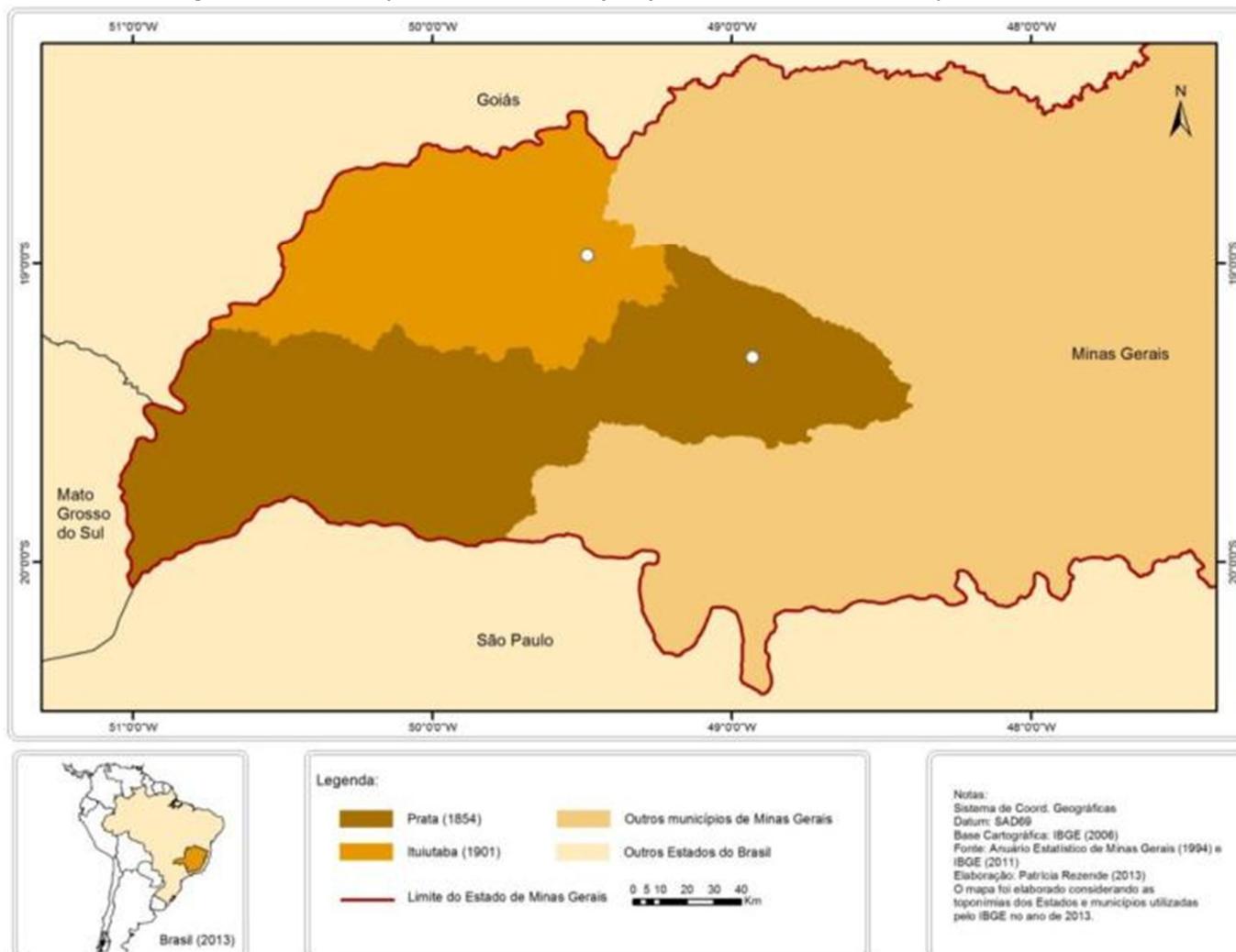
Esta configuração territorial se manteve por dez anos, sendo que em 1911 o município de Vila Platina (MG) perde o território do distrito de Campo Belo (MG) para o município de Prata (MG), através da lei estadual nº 556, de 30 de agosto de 1911, resultando na configuração territorial representada no Mapa 34.

¹⁰⁵ Elevado à condição de cidade com a denominação de Ituiutaba pela lei estadual nº 663 de 18 de setembro de 1915.

Mapa 33 – Município de Ituiutaba (MG): limites territoriais (1901-1911)



Mapa 34 – Município de Ituiutaba (MG): limites territoriais a partir de 1911



Foi a partir da configuração territorial do município de Ituiutaba (MG) vigente em 1911 que se originaram todos os municípios que compõem a atual MRG de Ituiutaba (MG) no Triângulo Mineiro (Mapa 32). Os processos de criação de novos municípios na região seguiram as mesmas dinâmicas apresentadas pelos outros municípios do Triângulo Mineiro, apontadas em capítulos anteriores.

É necessário ressaltar que os municípios do Triângulo Mineiro tiveram suas origens ligadas às atividades agropecuárias, principalmente a partir de grandes latifúndios, o que explica as significativas distâncias entre as cidades e a baixa densidade de urbanização. A ocupação feita inicialmente pelos geralistas influenciou toda a organização territorial do Triângulo Mineiro, pois essas terras foram tomadas como áreas de ligação entre São Paulo e Goiás. O surgimento dos núcleos urbanos e a consolidação das cidades estiveram vinculados à existência de uma rede de fluxos de pessoas, mercadorias e formação de entreposto comercial.

Além da emergência de cidades destinadas à circulação, houve também aquelas que surgiram da exploração mineral ou das atividades agropecuárias em áreas desocupadas. As primeiras se desenvolveram em torno do forte poder de atração das atividades mineradoras, seduzindo contingente populacional em busca de riquezas, enquanto as segundas tinham como função servir de pontos de concentração de pessoas para ocupação do território e de apoio para grupos em trânsito na procura de metais em Goiás e Mato Grosso. Foi nesse contexto que se consolidou a ocupação do município de Ituiutaba (MG) no início do século XX, pois ele servia de ponto de parada para aqueles que tentavam acessar as terras do sudoeste goiano e sudeste mato-grossense.

Nesse sentido, é possível afirmar que a área que atualmente forma a MRG de Ituiutaba (MG) era, no final do século XIX e início do XX, composta por terras ocupadas com o objetivo da integração territorial, visando principalmente servir de ponto de apoio aos viajantes. Por isso, foi introduzida na região a pecuária bovina e o cultivo de pequenas lavouras de arroz e milho para subsistência e comercialização dos excedentes. No entanto, como a estrada que ligava a parte oeste do Triângulo Mineiro à Goiás e ao Mato Grosso era pouco utilizada, Ituiutaba (MG) não conseguiu se transformar em um entreposto comercial, reduzindo suas relações comerciais aos núcleos urbanos da parte oeste do Triângulo Mineiro, entre eles, seus próprios distritos, que no futuro dariam origem às outras cidades da MRG.

A precariedade da estrada, a dificuldade de transposição do rio Paranaíba e o distanciamento da principal rota mercantil entre São Paulo e o centro-oeste brasileiro repercutiram na formação socioespacial da MRG de Ituiutaba (MG), uma vez que mesmo quando existiam fluxos no sentido leste-oeste do Triângulo Mineiro, a maioria deles se desviava para o norte, em direção a Uberlândia (MG) ou a Monte Alegre de Minas (MG), reduzindo a capacidade de articulação territorial da cidade.

Diante disso, não é possível compreender o processo de urbanização das cidades da MRG de Ituiutaba (MG) sem considerar a MRG como um todo, pois os processos espaciais estão intrinsecamente associados, especialmente no que diz respeito às dinâmicas econômicas.

A MRG de Ituiutaba (MG) é formada pelos municípios de Cachoeira Dourada (MG), Capinópolis (MG), Gurinhatã (MG), Ipiacu (MG), Ituiutaba (MG) e Santa Vitória (MG), todos fragmentados do "município-mãe", Ituiutaba (MG), totalizando uma área de 8.748,9 quilômetros quadrados, com população total

em 2010 de 143.348 habitantes, sendo 131.011 na área urbana e 12.337 na área rural, acompanhando a lógica de ocupação territorial brasileira, que é a de maior concentração de população nos centros urbanos.

No entanto, em 1911 o município de Ituiutaba (MG) possuía a mesma área territorial da atual MRG, mas com características socioespaciais bastante diferentes: tinha 21.195 habitantes e densidade demográfica de 2,42 habitantes por quilômetro quadrado. A Tabela 15 representa os dados populacionais do município de Ituiutaba (MG) no período de 1907 a 1920, indicando crescimento populacional muito reduzido, reflexo do baixo dinamismo econômico, pois se travava de uma área à parte dos eixos de circulação de pessoas e mercadorias do Triângulo Mineiro e com forte presença de atividades agropecuárias, concentrando maior parte da população municipal no campo.

Tabela 15 – Município de Ituiutaba (MG): população municipal (1907-1920)

Situação	Ano						
	1907	1908	1909	1910	1911	2012	1920
Municipal	19.970	20.269	20.573	20.882	21.195	21.513	20.772

Fonte: IBGE (1920) e DGE (1927).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Guimarães (1990) aponta que a população urbana da sede do município de Ituiutaba (MG) no ano de 1920 era de 1.992 pessoas, o que representava 9,59% do total municipal. O crescimento populacional no período de 1907 a 1920 foi de somente 4,01%, indicando que o município possuía forte influência agrícola sobre sua estrutura econômica e baixo potencial de atração de população, principalmente por não apresentar desenvolvimento

econômico significativo, consequência do seu isolamento mercantil e espacial na parte oeste do Triângulo Mineiro.

Na década de 1920, apenas 15,6% do total populacional do Triângulo Mineiro vivia em áreas urbanas, sendo que deste total 60% se concentrava nas cidades de Araguari (MG), Uberaba (MG) e Uberlândia (MG), as quais exerciam influência sobre as áreas agropecuárias do Triângulo Mineiro, de Goiás e do Mato Grosso (GUIMARÃES, 2010).

Como neste período o crescimento socioeconômico da sede municipal estava diretamente relacionado às interações espaciais¹⁰⁶ regionais e à capacidade de centralização de capital comercial e industrial, Ituiutaba (MG) não conseguiu ampliar sua rede de relações, o que limitou o seu desenvolvimento e crescimento demográfico.

Por outro lado, Uberlândia (MG) e Uberaba (MG) se destacavam no Triângulo Mineiro, consolidando-se, desde essa época, como os principais centros urbanos da mesorregião. Brandão (1989) afirma que a presença de infraestruturas de transportes – ou sistemas de engenharia, como indicado por Santos e Silveira (2005) – foi fundamental para o desenvolvimento econômico da região, formada a partir do binômio ferrovia-rodovia. Sobre o papel da ferrovia, Brandão (1989, p. 93) explica que:

[...] as ferrovias trouxeram grande dinamismo para o Triângulo. Dentre os fatores positivos, cabe destacar o impacto sobre o mercado de terras (rural e urbano), a infraestrutura urbana (prédios, algumas demandas intersetoriais, etc.) a implantação de oficinas de reparos e os investimentos em serviços de transporte fluvial.

¹⁰⁶ O conceito de interações espaciais é entendido neste trabalho de acordo com o proposto por Corrêa (1997) e Catelan (2012).

Quanto às rodovias, o autor argumenta:

A experiência de transporte rodoviário realizada pela Companhia Mineira Autoviação Municipal (CMAVI), a partir de 1912, é um importante "divisor de águas" da história do Triângulo, mas outras experiências foram tentadas anteriormente. Em 1908, tentou-se a implantação de uma linha de caminhões de carga a vapor entre Uberaba e Conceição das Alagoas, que logo fracassou. Durante a década de 1910 outros desses empreendimentos automobilísticos foram levados a cabo, destacando as estradas de Prata a Frutal, de Prata a Ituiutaba, de Prata ao Porto Antônio Prado (ligação para Barretos), de Campina Verde a Ituiutaba, etc. Por essa época, surgiram no sul de Goiás, a Empresa Automobilística de Morrinhos (com extensão de 225 quilômetros ligava Itumbiara, Goiatuba, Morrinhos e Piracanjuba) e a Companhia Sul Goiana (ligando Itumbiara, Rio Verde, Jataí e Mineiros). (BRANDÃO, 1989, p. 94-95).

Nesse mesmo sentido, Santos e Silveira (2005), ao analisarem o território brasileiro, afirmam que os sistemas de engenharia foram e são os responsáveis pela fluidez do território, contribuindo principalmente para a integração das áreas produtoras com os mercados consumidores. Assim, apontam que, com a decadência do sistema ferroviário brasileiro, as rodovias foram determinantes no desenvolvimento territorial, uma vez que se tornaram os suportes materiais do processo. Desta forma, os autores destacam que:

Os vastos espaços que tais rodovias irrigam se diferenciam, entre outras razões, pela carga de capital constante fixo deliberadamente instituído neste ou naquele ponto e que faz do lugar assim privilegiado um espaço produtivo. Desse modo as virtualidades do lugar são criadas artificialmente, e torna-se possível utilizar, em terras longínquas e com fins produtivos, pontos afastados uns dos outros e distanciados também dos centros de consumo intermediário ou final. (SANTOS; SILVEIRA, 2005, p. 64-65).

Como Ituiutaba (MG) estava fora dos eixos de transporte no Triângulo Mineiro, seu desenvolvimento sempre esteve aquém das cidades de Araguari (MG), Uberaba (MG) e Uberlândia (MG). Esta ideia de que o distanciamento das vias de circulação regional impactou diretamente o desenvolvimento territorial de Ituiutaba (MG) é reforçada quando Guimarães (2010) afirma que se o ramal ferroviário, cuja construção foi autorizada em 1907, para interligar as margens do rio Paranaíba a Uberaba (MG), passando por Prata (MG) e Ituiutaba (MG) tivesse sido construído, o Triângulo Mineiro possivelmente apresentaria outra forma de organização:

Se este projeto também tivesse sido realizado tudo indica que a história do Triângulo poderia ter sido muito diferente. Provavelmente Uberlândia teria sido apenas mais um ponto de estação ferroviária e a construção da Ponte Afonso Pena não teria tido o menor efeito sobre a economia desta cidade. Os caminhos econômicos teriam sido outros e, portanto, uma direção diferente dos fluxos teria provido no Triângulo uma forma de organização imprevisível. (GUIMARÃES, 2010, p. 83).

Apesar da ausência do ramal ferroviário e do limitado desenvolvimento econômico de Ituiutaba (MG), foi a partir da ligação rodoviária que a cidade conseguiu se integrar de forma mais eficiente ao capital comercial e industrial do Triângulo Mineiro. O início da construção da estrada de rodagem deu-se em 1912, por iniciativa do empresário Fernando Alexandre Vilela de Andrade, ex-prefeito de Ituiutaba (MG), tendo ocupado o cargo no período de 1908 a 1911. A estrada interligava Uberabinha (MG)¹⁰⁷ à Vila Platina (MG), passando por Monte Alegre de Minas (MG). “Mais tarde ela

¹⁰⁷ Uberlândia (MG).

se transformou em parte na BR-365¹⁰⁸, ligando Uberlândia e Monte Alegre, e foi asfaltada por Juscelino Kubitscheck na década de 1950” (SOARES, 1988, p. 18).

No mesmo período foi fundada a Companhia Mineira de Autoviação Intermunicipal (CMAVI), que fazia o transporte de pessoas e mercadorias na região, inclusive com cobrança de pedágios em cinco pontos da rodovia (SOARES, 1988). Segundo Soares (1988), foi a existência da rodovia que estabeleceu condições para a acumulação e reprodução do capital nas cidades, principalmente em Uberlândia (MG), que se transformou, com isso, em um espaço de circulação de mercadorias entre o Triângulo Mineiro, São Paulo, Mato Grosso e Goiás.

Nesse contexto, a Ituiutaba (MG) de 1920 experimentou um dinamismo econômico, pois servia de entreposto comercial para outras cidades da parte oeste do Triângulo Mineiro e para as vilas dos seus distritos, entretanto de modo muito limitado e incapaz de transformar espacialmente a cidade. As relações comerciais eram estabelecidas a partir da aquisição de produtos manufaturados e industrializados e da venda de produtos agropecuários, especialmente de origem animal (bovina).

Frente a este cenário, o município de Ituiutaba (MG) destacou-se na atividade agropecuária, especialmente na criação de rebanho bovino. Na década de 1920 compunha, juntamente com Uberaba (MG), Frutal (MG), Patrocínio (MG) e Prata (MG), o grupo dos municípios com os rebanhos mais expressivos do Triângulo Mineiro. A criação de gado bovino tornou-se a mais importante atividade econômica de Ituiutaba (MG), fruto da herança histórica

¹⁰⁸ A rodovia tem início em Montes Claros (MG) e se finda em São Simão (GO), passando por Pirapora (MG), Patos de Minas (MG), Uberlândia (MG) e Ituiutaba (MG).

da ocupação do Triângulo Mineiro, pautada na exploração da pecuária e no incipiente desenvolvimento de técnicas agrícolas.

Segundo Guimarães (2010), este foi um importante fator para entender a organização política da época, por ser um dos mais significativos indicadores para dimensionar o poder político dos coronéis da pecuária. A pequena estrutura comercial na cidade, aliada à alta concentração de terras entre alguns proprietários, impossibilitou a dinamização da economia local, transformando os pecuaristas, notadamente os criadores de gado bovino, em sujeitos sociais importantes, tanto no aspecto político quanto no econômico.

O total de gado bovino no efetivo de rebanho de Ituiutaba (MG) em 1920 está destacado na Tabela 16.

Tabela 16 – Município de Ituiutaba (MG): efetivo de rebanho (1920)

Tipo de animal	Estabelecimentos		Cabeças		Proporção de B/A
	Quantidade (A)	% no total	Quantidade (B)	% no total	
Bovino	611	95,92	129.551	78,81	212,03
Equino	609	95,60	5.365	3,26	8,81
Asinino e Muar	178	27,94	731	0,44	4,11
Ovino	56	8,79	1.090	0,66	19,46
Caprino	39	6,12	965	0,59	24,74
Suíno	563	88,38	26.692	16,24	47,41
Total	637	100,00	164.394	100,00	258,08

Nota da tabela: para um mesmo estabelecimento pode existir mais de um tipo de rebanho recenseado.

Fonte: IBGE (1920).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

O rebanho bovino representava a maior parte do efetivo do município, com taxa de 78,81%; estava presente em 95,92% das propriedades recenseadas e tinha densidade de 212,03 cabeças por propriedade, número quatro vezes superior à segunda maior densidade

(suínos). O efetivo total de gado bovino era 4,85 vezes maior que o efetivo de suínos.

As análises elaboradas por Melo (2008) para avaliar o significado da atividade pecuária na formação socioespacial do sudeste goiano aplicam-se à realidade do município de Ituiutaba (MG) na época aqui abordada, que se caracterizava pela ligação estreita entre a pecuária e o desenvolvimento econômico, uma vez que, segundo a autora:

A pecuária, por produzir uma mercadoria que se autotransporta – ou seja, o gado se transportava por si mesmo – teve um papel importante na formação territorial [...] do país, pois, além de ter assegurado a existência e o desenvolvimento de uma vida econômica, em muitas das regiões brasileiras, contribuiu com a promoção de uma integração espacial. (MELO, 2008, p. 56).

Nesse mesmo sentido, Moreira (1990, p. 19) indica que,

[...] unificando o território nacional e sedimentando sua ocupação para lá da linha formal de Tordesilhas, a pecuária risca, num corte norte-sul, o arco que unifica o criatório dos sertões, interligando a caatinga (sertão nordestino), o cerrado (sertão central) e o pampa gaúcho (sertão meridional).

Em virtude de suas especificidades espaciais, a pecuária tornou-se a atividade sustentadora da economia de Ituiutaba (MG), uma vez que o município era marcado pelo isolamento espacial, devido à precariedade ou ausência das vias de acesso e agravado pelo distanciamento dos principais núcleos econômicos e mercados consumidores do Triângulo Mineiro, Goiás, São Paulo e Mato Grosso. A estes obstáculos somavam-se ainda a falta de mão de obra e a incipiente capitalização para realização de investimentos na

cidade. Assim, apesar da existência da rodovia e da intensificação da comercialização de produtos a partir dela, as interações de cunho pecuniário não conseguiram dinamizar a economia urbana a ponto de transformá-la, tornando-a totalmente dependente da pecuária.

As propriedades rurais caracterizavam-se como unidades produtivas autossuficientes, pois não só realizavam a produção agrícola, mas também a confecção de alguns instrumentos de trabalho, roupas e o processamento de alimentos, com baixa dependência de produtos importados, limitando-se ao sal e a alguns produtos industrializados¹⁰⁹. Nesse sentido, Estevam (1988) defende que:

[...] a unidade básica – fazenda de gado – lidava tanto com a pecuária extensiva quanto com a agricultura de subsistência, atividades que constituíram um genuíno complexo produtivo. Pecuária extensiva-agricultura de subsistência significou um processo único, uma totalidade e não dois segmentos separados. (ESTEVAM, 1988, p. 71).

Aloísio Silva Novais, memorialista tijucano¹¹⁰, ao escrever sobre os ciclos econômicos de Ituiutaba (MG), destaca que:

No início, e mais ou menos até a década de 1930, a economia do município girava, quase que totalmente, em torno da pecuária, pois a par das magníficas invernadas, bem assim, dos campos e cerrados como forragem natural com que foi dotado este município, era mesmo a principal atividade comercial de então, quando o fazendeiro, obedecendo à regra da época, criava e vendia o bezerro depois de desmamado, reservando as fêmeas no intuito de aumento do rebanho. Tal procedimento, que passou de geração a geração, embora seguro, permitia que a parte financeira se enfeixasse em poucas mãos, limitando

¹⁰⁹ Esta análise sobre o município de Ituiutaba (MG) foi elaborada considerando os mesmos atributos elencados por Melo (2008) para a MRG de Catalão (GO), uma vez que neste aspecto, as dinâmicas são semelhantes.

¹¹⁰ Tijucano ou Ituiutabano são os gentílicos para os nascidos em Ituiutaba (MG).

assim a expansão e distribuição do dinheiro. (NOVAES, 1974, p. 32).

O excedente de capital concentrado nas mãos de poucos proprietários inviabilizou investimentos em estruturas comerciais e industriais, limitando a rede de interações às possibilidades de comercialização dos produtos transportados através da Companhia Mineira de Autoviação Intermunicipal. Resultado disso foi o reduzido tamanho populacional da sede municipal na década de 1920, quando a maior parte da população trabalhava nas atividades agropecuárias e residia no campo.

A produção agrícola de Ituiutaba (MG) foi marcada pela concentração nos cereais, principalmente arroz e milho; em plano secundário aparecia o feijão e a cana-de-açúcar, acompanhando a mesma tendência do restante do Triângulo Mineiro. O cultivo desses produtos acontecia em complementariedade à economia cafeeira paulista, visando atender, além do mercado regional, as demandas de outras áreas do país, especialmente por arroz e milho.

No município, a maior quantidade de produção agrícola era a de milho, que somava 56,13% do total e estava presente em 93,41% das propriedades no ano de 1920 (Tabela 17). A cana-de-açúcar representou 29,95% do total, entretanto, presente em somente 8,95% das propriedades. Vale destacar que em função da estrutura morfológica da cana-de-açúcar sua produção em toneladas foi significativa, mesmo ocupando uma área menor, 57 propriedades num total de 637, conforme informações disponíveis na Tabela 17.

A cana-de-açúcar era utilizada para alimentação do gado bovino e fabricação de açúcar e melaço para o consumo humano. Aquilo que excedia às

necessidades era comercializado entre os moradores da cidade, das vilas distritais ou outros proprietários rurais.

Tabela 17 – Município de Ituiutaba (MG): produção agrícola (1920)

Tipo de produto	Estabelecimentos		Produtos	
	Quantidade	% no total	Toneladas	% no total
Arroz	593	93,09	1.979,70	10,638
Milho	595	93,41	10.447,00	56,136
Feijão	589	92,46	552,90	2,971
Mandioca	09	1,41	21,60	0,116
Algodão	29	4,55	7,00	0,038
Cana-de-açúcar	57	8,95	5.574,00	29,951
Fumo	09	1,41	2,90	0,016
Mamona	04	0,63	0,30	0,002
Café	22	3,45	24,70	0,133
Total	637	100,00	18.610,10	100,00

Nota da tabela: para um mesmo estabelecimento existe mais de um tipo de rebanho recenseado.

Fonte: IBGE (1920).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

A produção agrícola em Ituiutaba (MG) foi narrada da seguinte maneira por Novais (1974, p. 33):

[...] até então lugares escolhidos para os plantios de cereais, a denominação roça de toco, ocorria após a derrubada da mata; esperava-se certo tempo para secar, quando se fazia a queima das árvores abatidas. Efetuava-se então o que se chamava desencoiarar, ou seja, arrastar para fora, no ombro do próprio trabalhador, toda a madeira que fosse aproveitável, plantando-se então os cereais, com enxada ou enxadão, nos intervalos dos troncos maiores, em covas alternadas. Já a colheita, tanto o corte do arroz, como a quebra do milho e a secagem do feijão (que eram os principais produtos cereais da época), o empilhamento, a “bandeira”, a bateção, o ensacamento ou entulhamento, tudo era manual, muito complicado e difícil.

Sobre a produção agropecuária do município de Ituiutaba (MG) é possível afirmar que, mesmo estando entre os maiores rebanhos e

respondendo por uma das maiores produções de grãos do Triângulo Mineiro, em decorrência de sua localização espacial a dinâmica agropecuária não implicou maior intensidade e diversificação do acúmulo de capitais na sede do município, ou seja, os excedentes de capital não foram investidos em outras atividades econômicas com capacidade de alterar o espaço urbano e as relações regionais existentes.

O significado das atividades agropecuárias para a economia urbana de Ituiutaba (MG), na década de 1920, é reforçado quando se observa os dados referentes ao comércio de produtos para outras localidades do país. Segundo Guimarães (2010), o município possuía na época 67 estabelecimentos comerciais, que concentravam suas vendas em:

- i) animais e derivados: 2.778:000 contos de réis;
- ii) vegetais e derivados: 95:000 contos de réis;
- ii) manufaturados, minerais e derivados: zero.

Apesar do maior peso das atividades comerciais recair sobre a pecuária, isso não redundou em potencial para o desenvolvimento local e para a integração comercial do município, uma vez que não houve mudanças quanto à incorporação de estabelecimentos comerciais mais modernos, principalmente por se tratar de uma atividade extensiva tradicional. Por outro lado, os valores da comercialização dos produtos de origem vegetal apresentavam-se como melhores indicadores da polarização comercial, pois indicavam o desenvolvimento da agricultura mercantil, com ampla possibilidade de integração comercial a partir de investimentos em estruturas técnicas de produção, sistemas de armazenamento, transporte e comercialização; todavia, isso só aconteceu em dois momentos específicos da história de Ituiutaba (MG), que foram:

- i) a partir da década de 1940, com o significativo aumento da produção de arroz na região;
- ii) a partir da década de 1970, com os investimentos da modernização agrícola.

No entanto, em 1920 a integração comercial ainda era bastante limitada, pois toda a estrutura da cidade voltava-se para atender as demandas básicas da população e das atividades agropecuárias, além da comercialização dos excedentes agrícolas, com uma rede de interações reduzida às vilas dos seus distritos e a poucos núcleos urbanos da porção oeste do Triângulo Mineiro e sudoeste de Goiás.

A cidade possuía estabelecimentos de secos e molhados com largo espectro de produtos, desde alimentos e remédios para humanos, até sal bovino e equipamentos para a agropecuária. Além disso, dispunha de farmácias, hospedarias, mercenarias e alguns profissionais liberais. Contava ainda com quatorze veículos de transporte de passageiros e três de carga, todos com motores de propulsão. Contudo, não havia no município nenhuma unidade industrial. Nessa época, a participação da indústria extrativista e fabril na composição econômica do Triângulo Mineiro era muito incipiente e concentrava-se na rota comercial formada a partir da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (GUIMARÃES, 2010), da qual Ituiutaba (MG) não participava.

Apesar do município de Ituiutaba (MG) já possuir, desde 1922, potencial elétrico instalado de 200 HP (149.200 W), com origem em capital privado¹¹¹, era incapaz de fomentar a instalação de unidades industriais, visto que os serviços prestados eram de baixa qualidade, principalmente com

¹¹¹ Usina Salto de Morais da Empresa Luz e Força Ituiutaba S/A.

relação à estabilidade da energia comercializada. Este problema não era uma peculiaridade de Ituiutaba (MG), mas ocorria em todo o Triângulo Mineiro, figurando entre as principais reivindicações da elite política local junto ao governo do estado de Minas Gerais, pois isso impossibilitava o desenvolvimento industrial, e, em alguns casos, até mesmo o comercial.

A expansão da estrutura comercial da cidade de Ituiutaba (MG) tornou-se mais nítida a partir da década de 1940, devido às transformações nas dinâmicas populacionais, comerciais, agrícolas e industriais do município, conforme registrado nos dados do recenseamento geral de 1940 (IBGE, 1950).

No período de 1920 a 1940 houve um crescimento significativo da população total de Ituiutaba (MG), atingindo a taxa de 68,75%, o que significou a passagem de 20.772 habitantes para 35.052 (Tabela 18). No entanto, a população da cidade decresceu 28,51% no mesmo período, passando de 9,58% do total municipal em 1920, para 4,06% em 1940. Tais fatores indicam que, apesar de Ituiutaba (MG) demonstrar maior dinamismo econômico a partir da década de 1940, o crescimento demográfico do campo foi superior ao das áreas urbanas.

Tabela 18 – Município de Ituiutaba (MG):
população municipal por situação (1920-1940)

Situação	Ano				% de crescimento
	1920		1940		
	Total	% no total	Total	% no total	1920-1940
Total	20.772	100,00	35.052	100,00	68,75
Urbana	-	-	4.356	12,43	-
Rural	-	-	30.696	87,57	-
Sede	1.992	9,58	1.424	4,06	-28,51

Fonte: IBGE (2011) e Guimarães (1990).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Além disso, a população da cidade representou 32,69% da população urbana municipal, o que implica aceitar que as vilas dos distritos possuíam relevância para a organização territorial e para as dinâmicas espaciais do município, principalmente no atendimento das demandas oriundas das atividades agropecuárias. As limitadas interações espaciais entre distrito e cidade influenciaram a organização e o desenvolvimento das vilas, pois a concentração de pessoas e de estabelecimentos comerciais trazia a necessidade de incremento das vilas distritais, mesmo que estas dependessem da cidade; explica-se, assim, o crescimento econômico e populacional dessas localidades, que mais tarde culminaria nas emancipações municipais.

O significativo peso das atividades agropecuárias para a economia da cidade foi representado na estratificação da população economicamente ativa (PEA) de 1940, quando Ituiutaba (MG) tinha 8.634 pessoas ocupadas nessas atividades, totalizando 93,04% da PEA municipal; em seguida vinha a indústria de transformação, com 359 pessoas (3,87% do total), e o comércio, com 287 pessoas (3,09% do total) (IBGE, 1950). Apesar de os dados da PEA não captarem o desenvolvimento tecnológico desses setores, o que restringe a análise sobre as diferenciações técnicas, é possível afirmar, com algumas circunspeções, que o número de pessoas ocupadas serve de indicador para o exame do estágio de desenvolvimento econômico municipal, reforçando a dependência das atividades agropecuárias tradicionais e o limitado crescimento comercial.

Nesse período, as cidades do Triângulo Mineiro com mais pessoas ocupadas na indústria e no comércio eram exatamente os núcleos urbanos com maior rede de interações espaciais e poder de polarização, uma vez que conseguiam romper, mesmo que não atingindo a totalidade, com o

conservadorismo econômico oriundo da agropecuária, ou seja, esses municípios tinham a capacidade de diversificação de investimentos em novas atividades comerciais e industriais, não se restringindo somente à produção agrícola e pecuária.

Nesse contexto, é possível afirmar que a estrutura comercial de Ituiutaba (MG) era bastante reduzida (Tabela 19). Apesar do aumento no número de estabelecimentos comerciais (273,13%), que passou de 67 para 183 no período entre 1920 e 1940, a proporção do número de estabelecimentos para o total de habitantes continuava pequena, atingindo os seguintes valores: comércio varejista, $2,42 \times 10^{-3}$; comércio atacadista, $2,79 \times 10^{-3}$.

Tabela 19 – Município de Ituiutaba (MG): estabelecimentos comerciais (1940)

Indicadores	Tipo de estabelecimento	
	Varejo	Atacado
Número de estabelecimentos (A)	85	98
Valor das vendas (Cr\$) (B)	4.304.000	15.070.000
Proporção de B/A	50.635,29	153.775,51
Proporção de A/total de habitantes	$2,42 \times 10^{-3}$	$2,79 \times 10^{-3}$

Nota da tabela: Cr\$: Cruzeiros. Não foi possível atualizar os valores para Reais (R\$).

Fonte: Guimarães (1990).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Ituiutaba (MG) era incapaz de criar centralidade urbana na região, principalmente se comparada com outras cidades do Triângulo Mineiro, como infere Guimarães (2010, p. 100):

O comércio a varejo mostra a grande diferenciação dos mercados de Uberlândia e Uberaba, com Araguari em uma posição bem inferior. O comércio atacadista, principal responsável pela polarização regional, também era mais desenvolvido nestes três municípios, apresentando maior representatividade no município de Uberaba. Entretanto, uma

divisão de tamanho médio das vendas por estabelecimento de comércio atacadista mostra que em Araguari e Uberlândia a escala era superior e, por isso, pode ser um indicador de uma maior concentração do setor nestes dois municípios. É possível notar a emergência da atividade comercial em Ituiutaba, cujo ramo atacadista supera o de Araguari, provavelmente, apontando os impactos positivos da integração rodoviária com a estação ferroviária de Uberlândia e os benefícios advindos da abertura da ponte do canal de São Simão.

Uma ressalva deve ser feita em relação ao comércio atacadista de Ituiutaba (MG): apesar de este ser maior do que o de Araguari (MG), não possuía significado regional expressivo, pois não conseguia aglutinar mercadorias de toda parte oeste do Triângulo Mineiro e sudoeste de Goiás, impossibilitando, assim, que a cidade se tornasse um entreposto comercial. Além disso, embora a instalação da Ponte Leopoldo Moreira sobre o canal de São Simão (GO), no rio Paranaíba, em 1935, tenha potencializado a integração do Triângulo Mineiro com o sudoeste de Goiás, não chegou a gerar o dinamismo necessário para centralizar as relações econômicas em Ituiutaba (MG), uma vez que o comércio atacadista era, em sua maioria, responsável pela comercialização de produtos agropecuários com origem nos dois municípios que formavam a parte oeste do Triângulo Mineiro, Prata (MG) e Ituiutaba (MG).

É inegável que a existência da rodovia que interligava Ituiutaba (MG) e Uberlândia (MG) e da ponte sobre o canal de São Simão (GO) possibilitou a expansão da estrutura comercial de Ituiutaba (MG) até 1940. Entretanto, Uberaba (MG) e Uberlândia (MG), por serem cidades que faziam a integração rodoferroviária, exerciam força centrípeta sobre as relações comerciais do Triângulo Mineiro, uma vez que transportar a produção agropecuária para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, os maiores

mercados consumidores da época, era mais eficiente e rápido através de ferrovia do que de rodovia. Isso acontecia em virtude da reduzida frota de caminhões disponíveis no mercado brasileiro e sua baixa capacidade de carga, além da precariedade de rodovias que dificultava e encarecia os transportes.

Nesse sentido, apesar de haver uma quantidade expressiva de estabelecimentos de comércio atacadista em Ituiutaba (MG), eles dependiam das estruturas técnicas existentes em Uberaba (MG) e Uberlândia (MG), colocando Ituiutaba (MG) em uma posição de intermediação secundária entre as áreas produtoras e o mercado consumidor final.

O reflexo do pequeno desenvolvimento econômico também se fazia perceptível na atividade industrial de Ituiutaba (MG), que era embrionária e somava 28 estabelecimentos em 1940 (Tabela 20). Cada estabelecimento possuía, na média, 5,07 pessoas ocupadas, indicando que se tratava de pequenas indústrias com produção limitada, voltadas para o processamento dos produtos agrícolas da região, sem incorporação tecnológica.

Tabela 20 – Município de Ituiutaba (MG): indústrias (1940)

Indicadores	Quantidade
Número de estabelecimentos (A)	28
Capital aplicado em Cr\$	820.000
Pessoa ocupada (B)	142
Proporção de B/A	5,07

Nota da tabela: Cr\$: Cruzeiros. Não foi possível atualizar os valores para Reais (R\$).

Fonte: Guimarães (1990).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Zaccoli (2001) indica que a instalação da primeira unidade industrial em Ituiutaba (MG) ocorreu no ano de 1910, com a inauguração de uma fábrica de cerveja chamada Estrela; entretanto, esta encerrou suas atividades

rapidamente, em 1920. Na época do recenseamento, não existia nenhuma indústria na cidade.

Sobre o processo de industrialização de Ituiutaba (MG), Novais (1974) informa que as primeiras experiências foram todas frustradas, pois as tentativas se encerram em um pequeno espaço de tempo. Com exceção da fábrica de cerveja, no período compreendido entre os anos de 1910 e 1938, todos os esforços de instalação de unidade de produção se resumiram às máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas. Somente em 1938 este quadro se altera, quando, conforme indica o autor, instala-se na cidade a primeira indústria estável,

[...] que perdura até os dias atuais. Trata-se de firma *Baduy e Cia.*, que se transformou em indústria pioneira, em atividade sempre contínua, evoluindo sempre na tradicional e respeitável *Indústrias Fazendeiras*, que congregava: várias máquinas de beneficiar arroz, máquinas de beneficiar algodão, fábrica de óleos vegetais (algodão, etc.), fábrica da afamada manteiga "*Fazendeira*" [...], pasteurização de leite, etc. Também a fábrica de manteiga "*Invernada*", indústria fundada antes de 1940, que manteve inclusive grandes máquinas de beneficiar arroz e derivados [...]. (Grifos do autor) (NOVAIS, 1974, p. 35).

Novais (1974) e Zaccoli (2001) indicam que somente a partir da década de 1940 Ituiutaba (MG) recebe unidades industriais capazes de influenciar a econômica regional, pois concentrou estruturas responsáveis pelo beneficiamento da produção agrícola, especialmente as indústrias de laticínios e as beneficiadoras de algodão, arroz e milho. No entanto, essa influência era restrita, pois a produção industrial, além de depender da sazonalidade da produção agropecuária da região, tropeçava na diminuta capacidade de agregação de valores às mercadorias, em decorrência de serem produtos pouco transformados e com baixa incorporação tecnológica na produção, como

manteiga de leite, charque, couro, algodão sem caroço, arroz e milho sem casca. Isso tornava as indústrias pouco competitivas.

Nesse sentido, ao analisarem as atividades industriais no Triângulo Mineiro, Freitas e Sampaio (1985, p. 47) apontam que:

[...] a maior parcela da produção industrial no ano de 1940 estava ligada à manufatura de produtos agropecuários e assim permaneceria por quase 30 anos. A facilidade de transporte para São Paulo e a falta de um mercado consumidor de proporções necessárias impediram a expansão da indústria de bens duráveis e daquelas produtoras de meios de produção para a agricultura. A indústria paulista, produzindo em escala de produtividade crescente e beneficiando-se das chamadas economias de aglomeração, produzia a um custo final que, mesmo acrescido dos custos de transportes até os centros consumidores da região, estava abaixo dos custos locais, tornando inviável a expansão ou implantação de novos estabelecimentos.

Os autores ainda afirmam que, além da competitividade, havia outro gargalo para a expansão do parque industrial na região: a pouca disponibilidade de oferta de energia elétrica (FREITAS; SAMPAIO, 1985). Em 1942, Ituiutaba (MG) contava com duas usinas produtoras de eletricidade capazes de atender as demandas energéticas do município da época (Quadro 03), entretanto, sem margem significativa de aumento de produção, o que impossibilitava a expansão industrial.

Quadro 03 – Município de Ituiutaba (MG):
usinas produtoras de eletricidade (1942)

Especificações	Empresa Luz e Força Ituiutaba S/A.	Sociedade Força e Luz Vitorense de Orlando França
Localização	Distrito sede	Distrito de Santa Vitória
Capital empregado (Cr\$)	1.009.812	38.99
Pessoal empregado	10	2
Natureza da geração	Hidroelétrica	Termoelétrica
Motor primário (CV)	288	6
Gerador (KW)	214	10

Nota da tabela: Cr\$: Cruzeiros. Não foi possível atualizar os valores para Reais (R\$).CV: cavalo-vapor e KW: Quilowatt são unidades de medida de potência.

Fonte: Freitas e Sampaio (1985).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

O aumento das atividades comerciais e industriais em Ituiutaba (MG) promoveu a expansão de sua rede bancária, sendo que no ano de 1945 contava com quatro agências na cidade (Banco do Brasil S/A., Banco Crédito Real de Minas Gerais S/A., Banco Hipotecário Agrícola do Estado de Minas Gerais e Banco do Triângulo Mineiro S/A.) e três correspondentes bancários, dois deles na sede municipal (Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais S/A e Banco Mineiro de Produção S/A) e um no distrito de Capinópolis (Banco Hipotecário Agrícola do Estado de Minas Gerais) (FREITAS; SAMPAIO, 1985). Em termos de proporção por número de habitantes, cada instituição financeira correspondia a 5.007,43 pessoas.

O número de agências de correspondentes bancários na cidade serve como indicador da centralidade urbana de Ituiutaba (MG) frente aos seus distritos, pois mesmo com uma quantidade reduzida de população urbana, de estabelecimentos comerciais e industriais e com uma rede de interações espaciais limitada, a cidade tinha poder de polarização, o que não acontecia com as vilas distritais.

A formação socioespacial municipal foi outro fator determinante para a criação da rede de influência direta de Ituiutaba (MG), pois todos os municípios que formam a atual MRG tiveram história territorial ligada a essa cidade. Assim, para entender o processo de urbanização e as dinâmicas das cidades nesse momento histórico é preciso considerar, na análise, as dinâmicas econômicas de todo o município, especialmente no que concerne à produção agropecuária.

No ano de 1940 (Tabela 21), essa atividade se consolidou como responsável pela dinamização econômica da cidade, já que os excedentes de capital oriundos da comercialização da produção não eram reinvestidos somente no campo, mas também na cidade, principalmente na estrutura comercial e de serviços voltados para o atendimento das demandas agrícolas. O destaque é dado para o crescimento da pecuária, especialmente do rebanho bovino, com taxa de 55,95% no período de 1920 a 1940. No mesmo intervalo, os produtos agrícolas destacados na Tabela 21 também tiveram crescimento: arroz (16,38%), feijão (26,97%) e milho (72,35); o que mais uma vez evidenciava o caráter agrícola de Ituiutaba (MG).

Tabela 21 – Município de Ituiutaba (MG):
produção agropecuária (1920-1940)

Tipo		Ano		% de crescimento
		1920	1940	1920-1940
Pecuária (número de cabeças)	Bovino	129.551	202.038	55,95
	Arroz	1.979,7	2.304	16,38
Agricultura (toneladas)	Feijão	552,9	702	26,97
	Milho	10.447	18.005	72,35

Fonte: Guimarães (1990).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

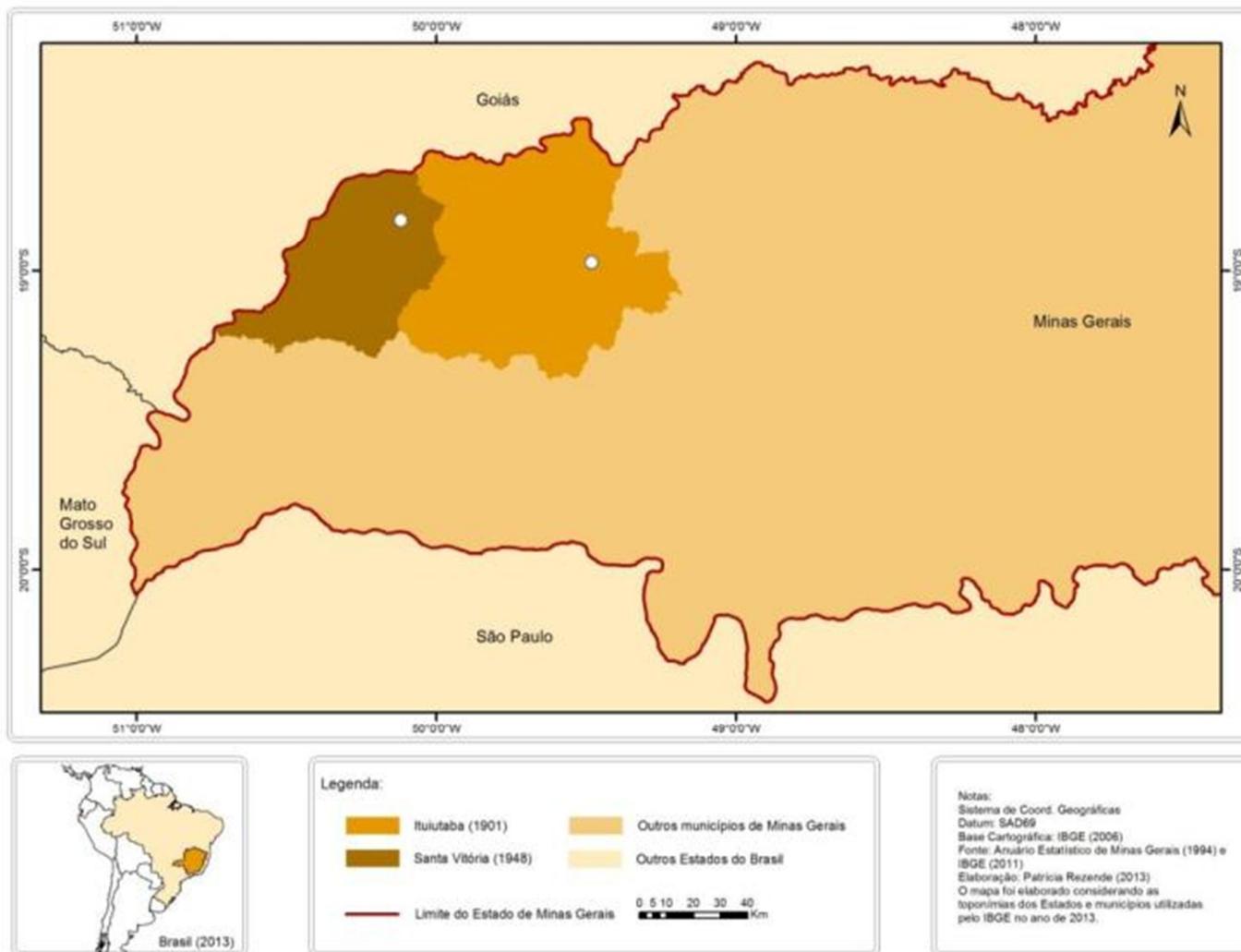
O arroz e o feijão eram produtos voltados exclusivamente para a alimentação humana, enquanto o milho servia também para alimentação animal. Como a comercialização dos produtos agrícolas era feita principalmente no Triângulo Mineiro, região onde existia grande efetivo de rebanho bovino, o milho era utilizado na complementação alimentar animal, visto que nessa época não havia tecnologias e formas de manejo na produção de carne e leite que possibilitassem a substituição do milho por outro produto.

A produção agrícola do município possuía, proporcionalmente, menor expressão econômica do que a pecuária, fato que implicou diretamente com o desenvolvimento comercial da cidade, visto que as demandas por produtos voltados para a pecuária eram bastante inferiores em relação aos da agricultura, impactando a estrutura dos estabelecimentos comerciais.

Até aqui vimos que Ituiutaba (MG) era um município eminentemente agrícola, com toda sua base produtiva voltada para as atividades desenvolvidas no campo, desde a concentração de pessoas até os estabelecimentos comerciais da cidade. É nesse contexto que o município, em 1948, sofre mais uma fragmentação territorial, com a emancipação de Santa Vitória¹¹² (MG) (Mapa 35). A distância entre distrito e cidade, a dificuldade de acesso, a baixa capacidade de oferta de comércio e serviços da cidade de Ituiutaba (MG), acrescidos dos interesses da elite local de Santa Vitória (MG), resultaram na criação do novo município.

¹¹² Santa Vitória (MG) tem sua história oficial ligada à Ituiutaba (MG), pois em 07 de setembro de 1923 foi criado como distrito deste município, pela lei estadual nº 843. No ano de 1948, através da lei estadual nº 336, de 27 de dezembro, o distrito é desmembrado de Ituiutaba (MG) e elevado à categoria de município independente, com área formada somente por seu distrito sede. Em 1962 foram criados dois distritos além daquele que servia de sede, Chaveslândia (MG) e Perdilandia (MG).

Mapa 35 – Municípios de Ituiutaba (MG) e Santa Vitória (MG): limites territoriais (1948)



Apesar da perda territorial e populacional com a criação de Santa Vitória (MG), a população total do município de Ituiutaba (MG) apresentou taxa de crescimento de 49,70% no período compreendido entre 1940 e 1950. A população urbana (sede e vilas distritais) cresceu 122,93%, enquanto a população rural teve ascendência de 39,30% (Tabela 22). Esse aumento está relacionado à expansão da cultura de arroz na MRG, como será destacado mais a frente.

Tabela 22 – Municípios de Ituiutaba (MG) e Santa Vitória: população municipal por situação (1920-1950)

Município	Situação	Ano			% de crescimento	
		1920	1940	1950	1920-1940	1940-1950
Ituiutaba	Urbana	-	4.356	9.711	-	122,93
	Rural	-	30.696	42.761	-	39,30
	Total	20.772	35.052	52.472	68,75	49,70
Santa Vitória	Urbana	-	-	722	-	-
	Rural	-	-	7.523	-	-
	Total	-	-	8.245	-	-

Fonte: IBGE (2011).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Por outro lado, verifica-se que o município de Santa Vitória (MG) emancipou-se com um pequeno contingente populacional, 8.245 pessoas; dentre elas, 722 residiam na área urbana e 7.523 na área rural. A população urbana representava somente 8,75% da população municipal, enquanto a rural significou 91,25%, reafirmando a força política e econômica das elites rurais nesses municípios, pois mesmo com uma pequena população da cidade conseguiam a emancipação.

Cinco anos após a criação oficial de Santa Vitória (MG), o município de Ituiutaba (MG) perde novamente território, desta vez com a emancipação

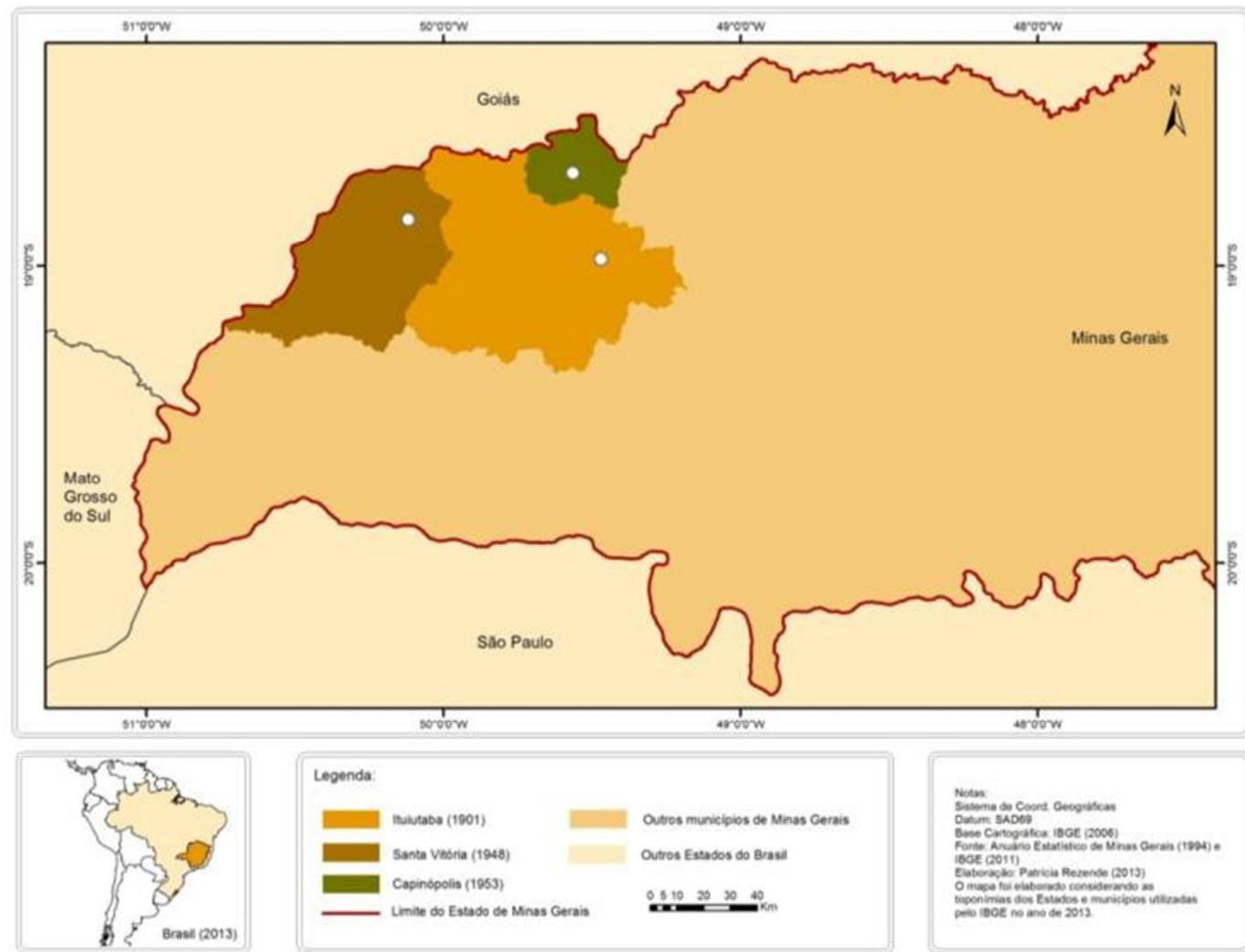
do distrito de Capinópolis¹¹³ (MG), em 1953, elevado à categoria de município com a mesma denominação pela lei estadual nº 1039, de 12 de dezembro de 1953, com sede na antiga vila do distrito de origem (Mapa 36). O novo município criado era constituído de dois distritos: a sede e Cachoeira Dourada (MG).

As emancipações dos municípios de Santa Vitória (MG) e Capinópolis (MG) aconteceram no contexto da República Nova, que garantiu pela Constituição de 1946 a autonomia municipal e criou o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), como já discutido em capítulo anterior.

Os dados do recenseamento de 1950, período em que Capinópolis (MG) ainda figurava territorialmente como distrito de Ituiutaba (MG), demonstram que o município que se emanciparia em 1953 possuía a seguinte composição populacional: 1.074 habitantes urbanos e 16.750 habitantes rurais, totalizando 17.824 pessoas (IBGE, 1958a), sendo que a população urbana representava 6,02% do total, enquanto a rural significava 93,98%.

¹¹³ Distrito subordinado ao município de Ituiutaba (MG), criado com a denominação de Capinópolis (MG), pelo decreto-lei estadual nº 1058, de 31 de dezembro de 1943.

Mapa 36 – Municípios de Ituiutaba (MG), Santa Vitória (MG) e Capinópolis (MG): limites territoriais (1953)



Na construção da análise sobre o processo de urbanização da MRG de Ituiutaba (MG), serão apresentados dados referentes à organização socioeconômica e espacial dos municípios de Ituiutaba (MG), Santa Vitória (MG) e Capinópolis (MG) constantes no estudo *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, elaborado pelo IBGE. Esse estudo, que abarca informações concernentes à década de 1950 e foi publicado em vários volumes nos anos de 1958 e 1959 (IBGE, 1958a, 1959 e 1959b), subsidiará a compreensão da formação socioespacial da MRG estudada.

Em 1950, a população dos municípios da MRG de Ituiutaba (MG) se concentrava no campo, representando 82,82% do total populacional da região, contra apenas 17,18% de população urbana. Ituiutaba (MG) era o município com maior população urbana, 24,93% do total municipal, o que representava 82,79% no total da MRG (Tabela 23). Santa Vitória (MG), segundo município criado, detinha somente 13,58% da população da MRG e Capinópolis (MG), 29,36%.

Tabela 23 – MRG de Ituiutaba (MG): população dos municípios (1950)

Município	Situação	Município		% do total na MRG
		Total	% do total municipal	
Ituiutaba	Urbana	8.637	24,93	82,79
	Rural	26.011	75,07	51,73
	Total	34.648	100,00	57,06
Santa Vitória	Urbana	722	8,76	6,92
	Rural	7.523	91,24	14,96
	Total	8.245	100,00	13,58
Capinópolis	Urbana	1.074	6,03	10,29
	Rural	16.750	93,97	33,31
	Total	17.824	100,00	29,36

Nota da tabela: Em 1950 Capinópolis (MG) não era município emancipado, mas sim distrito de Ituiutaba (MG). Dos dados referentes ao município de Ituiutaba (MG) foram subtraídos os valores de Capinópolis (MG).

Fonte: IBGE (1958a, 1959 e 1959b).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Os dados populacionais de 1950 permitem inferir que existia concentração de população no campo, com taxas superiores a 75% e que Capinópolis (MG), ainda não emancipado, era a segunda maior concentração populacional. Uma vez que o processo de emancipação de Santa Vitória (MG) deu-se antes que o de Capinópolis (MG), é possível deduzir que, mesmo sendo menor demograficamente, Santa Vitória possuía maior expressão política na região. Dois aspectos explicam essa força política :

- i) era o distrito que apresentava a maior distância linear da cidade de Ituiutaba (MG);
- ii) era o único distrito que possuía uma usina de produção de energia na década de 1940, o que lhe dava certa autonomia em relação à Ituiutaba (MG).

A população urbana de Ituiutaba (MG) representava 82,79% do total de população urbana da MRG, o que repercutia diretamente em sua estrutura urbana e a consolidava como o principal centro polarizador da área. Apesar disso, a maior parte da população ainda se concentrava no campo, o que incidia diretamente sobre a divisão social do trabalho e, conseqüentemente, sobre a distribuição da população municipal por ramo de atividade, conforme dados da Tabela 24.

Tabela 24 – MRG de Ituiutaba (MG):
população ocupada por ramo de atividade (1950)

Município	Ramo da atividade	Total	% do total
Ituiutaba	Agricultura, pecuária e silvicultura	13.157	37,26
	Indústria extrativista	26	0,07
	Indústria de transformação	943	2,67
	Comércio de mercadorias	531	1,50
	Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	71	0,20
	Prestação de serviços	1.318	3,73
	Transporte, comunicação e armazenamento	337	0,95
	Profissionais liberais	77	0,21
	Atividades sociais	170	0,48
	Administração pública, legislativo e justiça	51	0,14
	Defesa nacional e segurança pública	16	0,04
	Atividades domésticas, não reenumeradas e atividades escolares discentes	16.386	46,46
	Condições inativas	2.223	6,29
	Total	35.306	100,00
Santa Vitória	Agricultura, pecuária e silvicultura	2.326	42,22
	Indústria extrativista	14	0,25
	Indústria de transformação	38	0,68
	Comércio de mercadorias	47	0,85
	Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	-	-
	Prestação de serviços	97	1,76
	Transporte, comunicação e armazenamento	07	0,12
	Profissionais liberais	09	0,16
	Atividades sociais	16	0,29
	Administração pública, legislativo e justiça	09	0,16
	Defesa nacional e segurança pública	02	0,03
	Atividades domésticas, não reenumeradas e atividades escolares discentes	2.703	49,13
	Condições inativas	240	4,35
	Total	5.508	100,00

Nota da tabela: Como em 1950 o distrito de Capinópolis (MG) não havia sido emancipado, seus dados foram recenseados no âmbito do município sede, Ituiutaba (MG).

Fonte: IBGE (1959 e 1959b).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Os dados da população ocupada por ramo de atividade indicam o impacto das atividades agropecuárias na estrutura econômica dos municípios, pois representam 37,26% e 42,22% do total de pessoas ocupadas de Ituiutaba (MG) e Santa Vitória (MG), respectivamente. Ao dividir os ramos das atividades nos três setores da economia (primário, secundário, terciário) foi

possível calcular o peso econômico de cada um deles sobre a economia municipal a partir do total de pessoas ocupadas (Quadro 04).

Quadro 04 – Setores da economia: divisão por ramo de atividade (1950)

Setores da economia	Ramo de atividade
Primário	Agricultura, pecuária e silvicultura
Secundário	Indústria extrativista Indústria de transformação
Terciário	Comércio de mercadorias Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização Prestação de serviços Transporte, comunicação e armazenamento Profissionais liberais
Outro	Atividades sociais Administração pública, legislativo e justiça Defesa nacional e segurança pública Atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes Condições inativas

Elaborado por: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

A Figura 15 representa a proporção de população ocupada por setor da economia, indicando maior concentração no setor primário, com total de 79,93% para o município de Ituiutaba (MG) e de 91,65% para o município de Santa Vitória (MG). No setor secundário, os valores são de 5,89% e 1,89% e no terciário, 14,18% e 2,94%, respectivamente.

Entretanto, o que chama atenção é que, apesar da concentração de população ocupada nas atividades agropecuárias do município de Ituiutaba (MG), ao comparar os dados de 1940¹¹⁴ com os de 1950, constata-se que houve redução de ocupação no setor primário e aumento nos setores secundário e terciário, como apresentado a seguir:

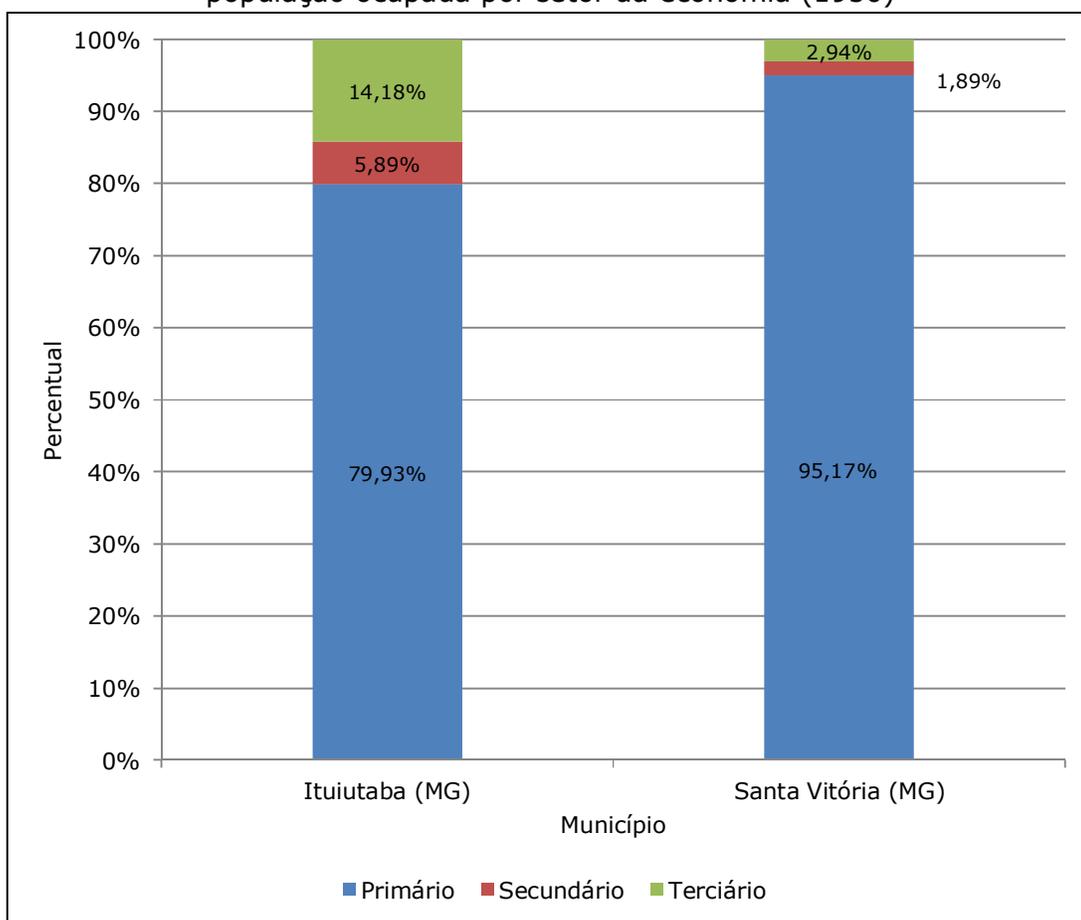
- i) setor primário: de 89,33% em 1940 para 79,93% em 1950;
- ii) setor secundário: de 5,53% em 1940 para 5,89% em 1950;

¹¹⁴ Dados levantados a partir de IBGE (1950).

iii) setor terciário: de 5,14% em 1940 para 14,81% em 1950.

Em 1950, Ituiutaba (MG) era o principal centro urbano da MRG, uma vez que possuía mais de 20% população ocupada nos setores secundário e terciário da economia. Por outro lado, Santa Vitória (MG) apresentava-se como eminentemente agrícola, concentrando mais de 95% da população ocupada no setor primário.

Figura 15 – MRG de Ituiutaba (MG):
população ocupada por setor da economia (1950)



Fonte: IBGE (1959 e 1959b).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

O crescimento populacional, o aumento de pessoas ocupadas em atividades não agrícolas e o desenvolvimento comercial de Ituiutaba (MG) ao

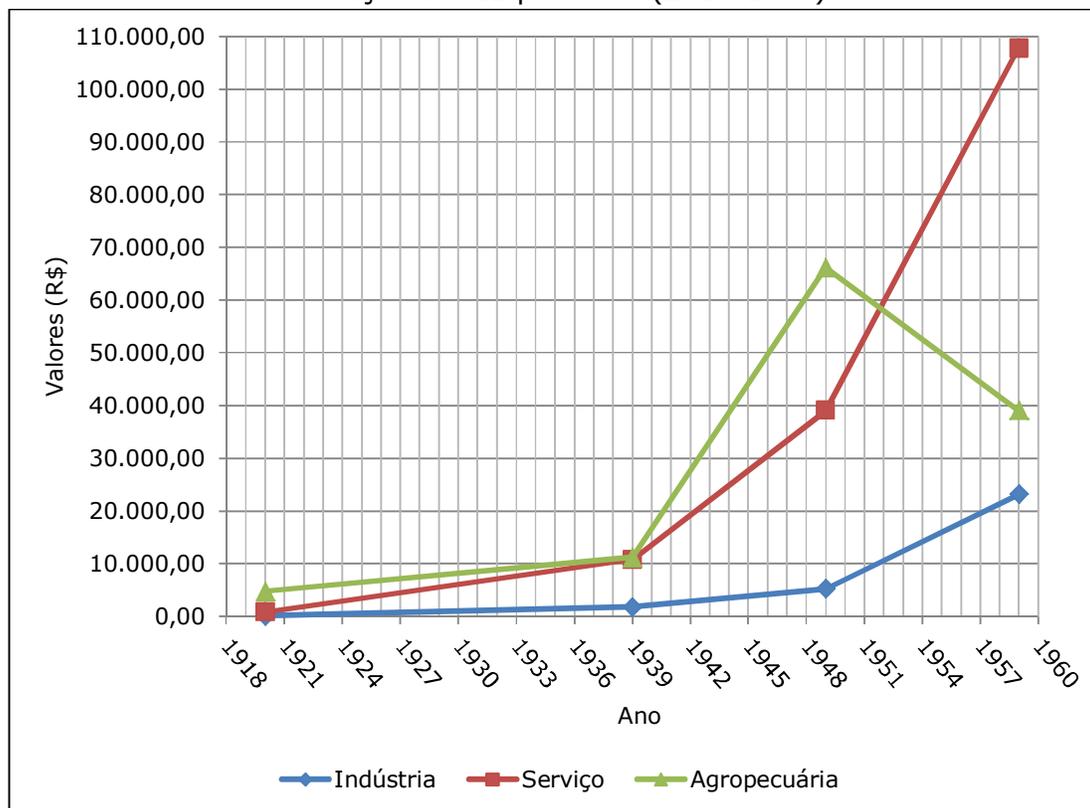
longo das décadas de 1940 e 1950 devem ser atribuídos à expansão da produção de arroz na MRG, pois esta era uma atividade que exigia mão de obra para plantio, manejo e colheita da safra, além demandar a utilização de insumos agrícolas na produção, o que catalisou a migração de trabalhadores e o avanço do comércio ligado à agricultura.

A ampliação do mercado consumidor, com a chegada dos migrantes, e o aumento de capital disponível para investimentos na cidade, devido aos excedentes do arroz, possibilitaram o surgimento de uma estrutura comercial mais complexa em Ituiutaba (MG), que passou a contar com mercearias, farmácias, escolas de ensino técnico, escolas privadas, profissionais liberais (advogados, agrônomos, engenheiros, profissionais da saúde), lojas de roupas e calçados, oficinas e lojas de peças para máquinas e veículos, instituições de crédito, lojas de eletrodomésticos, lojas de móveis, prestação de serviços, além dos estabelecimentos de produtos agropecuários. Também foram instaladas e/ou ampliadas infraestruturas básicas (água, esgoto, pavimentação de vias e calçadas, energia elétrica, iluminação e telefonia pública) e construídos prédios públicos, pista de aviação, escolas, praças e quadras de esportes.

A abertura de rodovias que ligam Ituiutaba (MG) a outras localidades do Triângulo Mineiro também potencializou suas transformações urbana, visto que agilizou o acesso a outros mercados, seja para aqueles que passaram a consumir na cidade, seja para os compradores da produção agropecuária municipal. Foi diante destas transformações que se iniciou o processo de consolidação de Ituiutaba (MG) como o principal centro urbano de toda a parte oeste do Triângulo Mineiro. Isso fica mais claro quando são observados os dados por setor econômico do PIB do município nos anos de

1920, 1939, 1949 e 1959, os quais confirmaram a tendência de crescimento do setor terciário em detrimento do primário (Figura 16), indicando que a cidade crescia e ganhava importância regional enquanto centro comercial.

Figura 16 – Município de Ituiutaba (MG):
evolução do PIB por setor (1920-1959)



Nota da tabela: Valores em Reais (R\$) do ano 2000.

Fonte: IPEADATA (2013).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Entre 1949 e 1959, o aumento do PIB no setor de serviços (176,03%) em Ituiutaba (MG) foi acompanhado da diminuição no setor agropecuário (-41,03%); o PIB da indústria cresceu 339,88%, no entanto, em valores absolutos, era o menor do município (Tabela 25). Em Santa Vitória (MG), mesmo com as significativas taxas de crescimento do PIB da indústria

(1,202,07%) e do setor de serviços (240,25%), o município tinha maior concentração do PIB na agropecuária (Tabela 25).

Tabela 25 – MRG de Ituiutaba (MG): PIB por setor da economia (1920-1959)

Município	Ano	Valores por setor da economia			Municipal
		Indústria	Serviço	Agropecuária	
Ituiutaba	1920	100,33	804,88	4.754,36	5.659,57
	1949	5.269,08	39.049,27	66.219,00	110.537,34
	1959	23.177,70	107.788,70	39.050,09	170.016,49
Santa Vitória	1949	92,95	868,90	6.545,48	7.507,33
	1959	1.210,27	2.956,47	14.845,90	19.012,63

Nota da tabela: Valores em Reais do ano 2000.

Fonte: IPEADATA (2013).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Esses dados demonstram que as décadas de 1940 e 1950 foram um marco na urbanização de Ituiutaba (MG), pois pela primeira vez o PIB do setor terciário foi o maior do município, indicando o desenvolvimento das atividades comerciais e aumento da capacidade de polarização regional da cidade a partir deste setor. Por outro lado, os mesmos dados apontavam que, mesmo com a produção agropecuária significativa (sobretudo de bovinos e arroz), ela não conseguia gerar excedente de capital capaz de aumentar o valor do PIB, o que já representava uma tendência de estagnação da atividade. O excedente de capital gerado pelo arroz catalisou a transformação urbana, entretanto, não conseguiu se sustentar como principal atividade econômica e agrícola, o que resultou em queda na produção a partir da década de 1970, como será discutido posteriormente.

A produção agrícola dos municípios de Ituiutaba (MG), Santa Vitória (MG) e Capinópolis (MG) era predominantemente de cereais, com destaque para o arroz, o milho e, no caso de Ituiutaba (MG), também o algodão. O cultivo de arroz ganhou destaque na MRG na década de 1940, mas

intensificou-se em meados da década de 1960. Sobre a importância econômica do arroz para a MRG de Ituiutaba (MG), Oliveira (2003) aponta que até a década de 1920 a escala de produção era limitada, devido aos métodos agrícolas pouco produtivos. No entanto, a partir de 1925 novos métodos foram introduzidos na região, aumentando a produtividade e as áreas de cultivo. Nesse sentido, Oliveira (2003, p. 30) destaca que:

[...] os municípios que formavam a microrregião foram beneficiando-se desta cultura. Ituiutaba, particularmente, tirou mais proveito por ser um município banhado por três rios importantes (Paranaíba, Tijuco e Prata) e, portanto, apresentar extensas faixas férteis de solos, que se adequaram perfeitamente ao plantio de arroz durante os anos de 1940 a 1960.

A fertilidade do solo da região oeste do Triângulo Mineiro também foi apontada por Lourenço (2005, 2010) como sendo um importante elemento para o entendimento da ocupação da região. O mapa de solos do Triângulo Mineiro (Anexo III) demonstra a extensa faixa de latossolo roxo (distrófico e eutrófico), que possui altos indicadores de fertilidade, nos municípios banhados pelos rios Paranaíba e Tijuco. O IBGE (1959), ao analisar a produção agrícola e a fertilidade dos solos do município de Ituiutaba (MG) na década de 1950, aponta que

A principal atividade econômica do município é a agricultura. As terras de Ituiutaba e do ex-distrito de Capinópolis são reputadas entre as mais ferazes do mundo, comparáveis, segundo Humboldt, Saint-Hilaire e Edward Miliward às da Ucrânia, na Rússia, e às do vale do São Lourenço, no Canadá. O cultivo em toda a zona obedece a um alto nível de mecanização, possuindo Ituiutaba mais de meio milhão de tratores, bem como numerosas colheitadeiras de arroz, o que lhe vale o título de "capital de arroz". (IBGE, 1959, p. 306).

Este período também foi lembrado pelos memorialistas de Ituiutaba (MG). Chaves (1971) adjetivava Ituiutaba de *a terra de Canaã* e afirmava que:

As fertilíssimas terras produzem de tudo; arroz nos espigões e nas baixadas, algodão, milho, feijão, gergelim, etc. Com o milho se sustentava a maior criação de suínos do Estado e a sua consequente engorda, cuja industrialização é operada na própria cidade. O volume de arroz, de há dois anos para cá, ultrapassa de um milhão de sacas, anualmente e de três máquinas de beneficiá-lo que havia há três anos atrás o seu número em 1953, já atinge os trintas; duas máquinas de descarregar algodão se encarregam de beneficiar a produção do município e uma fábrica de óleo e torta de caroço de algodão faz o seu aproveitamento integral. (CHAVES, 1971, p. 48).

O excedente de capital gerado pela produção de arroz desencadeou transformações espaciais nas cidades da MRG, principalmente em decorrência dos investimentos feitos pelos agricultores em estruturas comerciais e produtivas, além da implantação de infraestruturas. Neste sentido, Oliveira (2003, p. 31) destaca que:

A produção e a circulação do arroz beneficiaram, em grande parte, Ituiutaba, à medida que o capital fixo e os fluxos gerados foram sendo incorporados à cidade, mediante a implantação de infraestruturas, a ação do mercado imobiliário, com a abertura de loteamentos e a construção de edifícios, da maior circulação de capital entre o comércio, indústria e serviços.

A autora ainda afirma que as transformações ocorridas em Ituiutaba (MG) foram responsáveis pela construção da hegemonia regional da cidade, uma vez que esta recebeu a maior parte dos investimentos e benefícios oriundos da acumulação de capital dos produtos agrícolas. As cidades de

Santa Vitória (MG) e Capinópolis (MG) também apresentaram transformações, entretanto, bastante incipientes se comparadas com as de Ituiutaba (MG).

Os dados da Tabela 26 são referentes à produção agrícola dos municípios da MRG de Ituiutaba (MG) no ano de 1955. Embora Capinópolis (MG) fosse o maior produtor de arroz, não conseguiu aglutinar os investimentos oriundos do excedente de capital da agricultura, que se deslocou, em sua maioria, para Ituiutaba (MG). Com isso, Ituiutaba (MG) se consolidou como principal cidade da MRG, responsável por centralizar o comando das relações comerciais de produção e consumo e, conseqüentemente, também teve maior crescimento demográfico, econômico e espacial.

Tabela 26 – MRG de Ituiutaba (MG): produção agrícola (1955)

Município	Tipo de lavoura	Área plantada em hectares (A)	Quantidade (B)	Unidade	Proporção de B/A
Ituiutaba	Arroz	38.720	600.000	Saco de 60 Kg	15,50
	Milho	23.232	400.000	Saco de 60 Kg	17,22
	Algodão	16.940	200.000	Arrobas	11,81
	Mandioca	1.312	44.000	Toneladas	33,54
	Feijão	8.712	50.000	Saco de 60 Kg	5,74
	Laranja	1.862	300.000	Cento	161,12
	Banana	1.575	200.000	Cachos	126,98
Santa Vitória	Arroz	5.800	232.000	Saco de 60 Kg	40,00
	Milho	7.500	225.000	Saco de 60 Kg	30,00
	Algodão	150	40.000	Arrobas	266,67
	Mandioca	150	5.250	Toneladas	35,00
	Feijão	2.000	40.000	Saco de 60 Kg	20,00
Capinópolis	Arroz	29.040	720.000	Saco de 60 Kg	24,79
	Milho	673	12.900	Saco de 60 Kg	19,17
	Feijão	421	5.070	Saco de 60 Kg	12,04
	Café	600	48.000	Arrobas	80,00

Fonte: IBGE (1958a, 1959 e 1959b).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Aspecto que chama atenção na análise da Tabela 26 é a variação da proporção de quantidade de produto por hectare para o mesmo tipo de lavoura, em municípios diferentes, o que indica a existência de diferenciação no processo de produção. Por exemplo, a produção de arroz no município de Ituiutaba (MG) era de 15,50 sacos por hectare (sacos/ha), enquanto o município de Santa Vitória (MG) gerava 40 sacos/ha e Capinópolis (MG), 24,79 sacos/ha. A produtividade de todos os tipos de lavouras cultivadas em Ituiutaba (MG) foi inferior à produtividade dos municípios de Santa Vitória (MG) e Capinópolis (MG), o que pode ser explicado pela diferença na fertilidade dos solos, na disponibilidade de água ou nas técnicas de cultivo e colheita. Contudo, por se tratar de uma mesma região, inclusive territorialmente oriunda do mesmo município, é possível inferir que essa desproporção de produtividade foi determinada por aspectos naturais, particularmente pela diferença na fertilidade dos solos e na disponibilidade de água, e não pelas técnicas de produção. A esse respeito, IBGE (1958a, p. 354) destaca que “o alto preço de cereais e a fertilidade das suas terras levaram Capinópolis à posição de um dos maiores produtores de arroz e milho de Minas Gerais”.

O significativo crescimento da produção de arroz e milho em Ituiutaba (MG), principalmente a partir da década de 1950, conforme constatado por IBGE (1959), Chaves (1971) e Oliveira (2003), é confirmado na análise dos dados da Tabela 27. No período de 1940 a 1955, a produção de arroz cresceu 1.462,50%, enquanto a de milho ascendeu 33,30% e a de feijão, 327,35%. Vale lembrar que até 1940 o município de Ituiutaba (MG) não tinha sofrido fragmentação desde a de 1911; no entanto, em 1955, mesmo com a perda territorial causada pela emancipação de Santa Vitória

(MG) e Capinópolis (MG), as taxas de crescimento agrícola em Ituiutaba (MG) ainda se mantiveram positivas e com altos percentuais.

Tabela 27 – Município de Ituiutaba (MG): produção agrícola (1920-1955)

Tipo de lavoura	Toneladas			% de crescimento		
	1920	1940	1955	1920-1940	1920-1955	1940-1955
Arroz	1.979,7	2.304	36.000	16,38	1.718,46	1.462,50
Feijão	552,9	702	3.000	26,97	442,59	327,35
Milho	10.447	18.005	24.000	72,35	129,73	33,30

Fonte: IBGE (1959) e Guimarães (1990).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

A taxa de crescimento do milho foi relativamente menor do que a de arroz; entretanto, somente no recenseamento agrícola de 1955 a produção de arroz foi maior em números absolutos (toneladas), assinalando a mudança na organização produtiva do campo.

Segundo IBGE (1959), o escoamento dos produtos agrícolas da MRG de Ituiutaba (MG) seguia em direção aos mercados consumidores de São Paulo (SP), Brasília (DF), Belo Horizonte (MG), São José do Rio Preto (SP), Campinas (SP), Rio Claro (SP), Uberlândia (MG) e Barretos (SP), estabelecendo uma rede de venda de produtos agrícolas que ia além dos limites estaduais e tinha alcance espacial maior do que as redes criadas a partir das atividades comerciais da cidade.

Assim como a produção agrícola, a pecuária da MRG de Ituiutaba (MG) também contribuiu para sua inserção em posição de destaque no estado e no país. Nesse sentido, IBGE (1959, p. 307) aponta que:

A atividade pecuária tem alta expressão econômica, sendo Ituiutaba um dos grandes centros de criação de gado vacum, suíno e equino do Estado, gado esse não só exportado, mas também abatido, concorrendo para a indústria de produtos

alimentares. Em relação aos suínos, convém notar que poucos municípios mineiros apresentavam número superior a 50.000 cabeças. Ituiutaba, pois, com cerca de 120.000 cabeças, apresenta-se com realce no quadro estadual.

De acordo com Chaves (1971), a pecuária, ao lado da agricultura, foi responsável por parte do desenvolvimento de Ituiutaba (MG), pois estava diretamente vinculada ao processo de industrialização. Para ele,

O gado bovino ocupa ainda o primeiro lugar nas estatísticas mineiras e fornece leite para duas fábricas de manteiga. Uma charqueada abate e industrializa a produção de bois engordados nas pastagens mais distantes do vale. Enfim, é a indústria aliada à pecuária e à agricultura, é a industrialização "in loco" de toda produção do município [...]. (CHAVES, 1971, p. 48).

De forma antagônica, Guimarães (1990) afirma que apesar da importância da pecuária para a acumulação de renda rural, ela não representa uma tendência espacial de inserção mercantil. O autor argumenta que a geração de rendimentos a partir da pecuária deveria assumir, no mínimo, quatro formas distintas: o da pecuária de seleção de raças (capitalizada e qualificada); a pecuária de corte (capitalizada e extensiva); a pecuária leiteira (em escalas médias e pequenas, com baixa produtividade); e a pecuária de cria e de leite, paralela à agricultura (também de baixa produtividade).

A análise da distribuição espacial do rebanho bovino revela que a pecuária, de corte e/ou de leite, teve uma evolução peculiar em relação às transformações do mercado. O comportamento desta atividade esteve calcado nas condições naturais das pastagens e concentração fundiária que possibilitavam um bom desempenho vegetativo do rebanho, proporcionando uma acumulação de renda nas mãos dos pecuaristas, normalmente os donos das terras e líderes políticos. Ou seja, a pecuária desenvolvida de forma extensiva, nem sempre especializada e com baixo emprego de mecanização, caracterizava-se pela

grande estabilidade em relação às oscilações normais do mercado e pela força política local que proporcionava aos seus empreendedores. (GUIMARÃES, 2010, p. 169).

Na MRG de Ituiutaba (MG) a pecuária bovina de corte e leiteira se desenvolviam de forma extensiva, pouco capitalizada, com baixo emprego tecnológico e sem mão de obra especializada. No geral, a maior concentração de animais era de bovinos e suínos, que, no ano de 1955, representavam 49,79% e 40,39%, respectivamente, totalizando 90,18% da produção pecuária total (Tabela 28).

Tabela 28 – MRG de Ituiutaba (MG): produção pecuária (1955)

Tipo de rebanho	Quantidade			MRG	
	Ituiutaba	Santa Vitória	Capinópolis	Total	% no total
Asinino	20	23	10	53	0,01
Bovino	100.000	65.000	100.000	265.000	49,79
Caprino	3.200	600	2.200	6.000	1,13
Equino	15.000	4.000	11.000	30.000	5,64
Muar	2.500	9.000	1.500	13.000	2,44
Ovino	1.600	500	1.100	3.200	0,60
Suíno	120.000	45.000	50.000	215.000	40,39
Total da tabela	242.320	124.123	165.810	532.253	100,00

Nota da tabela: valores absolutos em número de cabeças.

Fonte: IBGE (1858a, 1959, 1959b).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

A comparação entre os dados das tabelas 21 e 28 permite perceber que a produção do efetivo de rebanho bovino na MRG de Ituiutaba (MG) aumentou nos 35 anos analisados, pois saiu de 129.551 cabeças em 1920 para 202.038 cabeças em 1940, atingindo o total de 265.000 cabeças em 1955. Isso resultou em uma taxa de crescimento de 55,95% no período de 1920 a 1940 e de 31,16% nos anos de 1940 a 1955, proporcionando um acumulado total de 104,55% no período de 1920 a 1955. Já a taxa de

crescimento do rebanho suíno no período de 1920 a 1955 foi de 705,48%, conforme análise de dados das tabelas 16 e 28. Tais percentuais demonstram como esses dois tipos de rebanho possuem peso significativo no total de produção animal da MRG de Ituiutaba (MG).

Segundo IBGE (1959), a comercialização do rebanho da MRG de Ituiutaba era direcionada para Barretos (SP), São José de Rio Preto (SP) e Uberlândia (MG).

Mesmo com a baixa incorporação de tecnologias e pouca especialização do processo produtivo, a pecuária representava o maior percentual da composição econômica (Tabela 29) dos municípios de Ituiutaba (MG), Santa Vitória (MG) e Capinópolis (MG). Isso explica o limitado desenvolvimento econômico da MRG, uma vez que a pecuária extensiva demanda menos mão de obra e menor diversificação da estrutura comercial das cidades para atender as necessidades do campo. Além disso, o perfil empresarial conservador dos pecuaristas atravancava a economia da região, uma vez que eles reinvestiam os excedentes de capitais, na maioria das vezes, na expansão das suas propriedades rurais ou na aquisição de imóveis urbanos, e não na estrutura comercial das cidades.

A lógica da agricultura, porém, se estruturava de forma contrária à da pecuária, pois nela havia necessidade de mão de obra, de diversificação do comércio e serviços oferecidos e da pluralização empresarial, já que o baixo desenvolvimento tecnológico da produção agrícola tornava-a dependente das condições climáticas, transformando-a numa atividade de maior risco se comparada com a pecuária. Nesse sentido, na MRG de Ituiutaba (MG), os excedentes de capital oriundos da agricultura eram reinvestidos nas propriedades rurais, na aquisição de imóveis urbanos e também em

estabelecimentos comerciais na cidade, visando garantir a diversificação de investimento e a segurança financeira do agricultor.

Tabela 29 – MRG de Ituiutaba (MG): participação percentual da agricultura e da pecuária na produção agropecuária (1955)

Município e MRG	Percentual (%)		Valor	
	Agricultura	Pecuária	Absoluto (Cr\$)	Atualizado (R\$)
Ituiutaba	34,26	65,74	726.736.000	333.363.409,90
Santa Vitória	36,62	63,38	234.823.000	107.716.414,22
Capinópolis	48,16	51,84	456.415.000	209.363.593,84
MRG de Ituiutaba	39,13	60,87	1.417.974.000	650.443.417,96

Nota da tabela: Os valores foram atualizados de Cruzeiro (Cr\$) para Real (R\$) com datas de referências de dezembro de 1955 e 1º de março de 2013¹¹⁵, respectivamente. Em função da ausência de dados, para o indicador agricultura foram utilizados os valores da produção de arroz, feijão e milho e para o indicador pecuária, os valores da produção de asininos, bovinos, caprinos, equinos, muares, ovinos e suínos.

Fonte: IBGE (1858a, 1959, 1959b).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

A partir dos dados expostos, verifica-se que a atividade pecuária possuía maior percentual na composição agropecuária dos municípios e da MRG. O município de Capinópolis (MG) era o que apresentava dados mais equilibrados, sendo 48,16% para agricultura e 51,84% para pecuária, enquanto nos municípios de Ituiutaba (MG) e Santa Vitória (MG), assim como para o total da MRG, as taxas foram superiores a 60%, com destaque para Ituiutaba (MG), que apresentou a maior diferença entre as atividades.

No total da pecuária, o gado bovino foi responsável por mais de 74% da produção da MRG (Tabela 30), apontando o peso da criação bovina na composição das atividades agropecuárias da MRG. No caso do município de Ituiutaba (MG), a pecuária era responsável por 46,54% da produção do município em 1955, atingindo média superior a da MRG, que era de 45,42%.

¹¹⁵ Para a atualização dos valores foi utilizado o aplicativo web da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php

Tabela 30 – MRG de Ituiutaba (MG): participação percentual do gado bovino no valor total da produção pecuária e agropecuária (1955)

Município e MRG	Percentual (%)		Valor	
	Pecuária	Agropecuária	Absoluto (Cr\$)	Atualizado (R\$)
Ituiutaba	75,36	49,54	360.000.000	165.136.758,83
Santa Vitória	69,88	44,29	104.000.000	47.706.174,77
Capinópolis	76,07	39,44	180.000.000	82.568.379,41
MRG de Ituiutaba	74,61	45,42	644.000.000	295.411.313,02

Nota da tabela: Os valores foram atualizados de Cruzeiro (Cr\$) para Real (R\$) com datas de referências de dezembro de 1955 e 1º de março de 2013, respectivamente. Para o cálculo do indicador agropecuária foram utilizados os valores da produção agrícola (arroz, feijão e milho) e pecuária (asininos, bovinos, caprinos, equinos, muares, ovinos e suínos).

Fonte: IBGE (1858a, 1959, 1959b).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Estes dados indicam a dependência da economia dos municípios da MRG de Ituiutaba (MG) da criação de gado bovino, que, apesar de sua importância para acumulação de capital, não implicava diretamente tendência espacial de inserção no mercado – conforme os valores de PIB apresentados nas figuras 15 e 16 e na Tabela 25. Ou seja, apesar da maior participação da pecuária na geração de excedentes de capital, sob o aspecto da urbanização da MRG essa atividade foi menos significativa do que a agricultura, uma vez que demandava menos serviços e trocas urbanas, ocupando menor número de mão de obra e atraindo menos migrantes.

Ao contrário da agropecuária, na década de 1950 a atividade industrial era bastante incipiente, com maior concentração de unidades manufatureira e fabril, principalmente nos seguintes ramos: beneficiamento de arroz, fabricação de manteiga, banha e subprodutos suínos, beneficiamento de algodão, produção de charque e subprodutos bovinos. Ituiutaba (MG) era o município com maior número de unidades fabris, sendo 112 no total, enquanto Capinópolis (MG) possuía 11 unidades e Santa Vitória (MG) apenas uma

(Tabela 31). A maioria dessas unidades se voltava para a transformação dos produtos agropecuários da MRG e para a produção de objetos destinados a atender as demanda do campo e da vida cotidiana na cidade.

Tabela 31 – MRG de Ituiutaba (MG): organização industrial (1955)

Município e MRG	Tipo de indústria	Quantidade		Valor		Proporção B/A
		Unidade (A)	Pessoa (B)	Capital (Cr\$)	Atualizado (R\$)	
Ituiutaba	Extrativista mineral	3	17	340.000	155.962,49	5,67
	Transformação e beneficiamento dos produtos agrícolas	40	312	68.653.000	31.492.038,62	7,80
	Manufatureira e fabril	69	526	59.988.000	27.517.288,58	7,62
	Total	112	855	128.981.000	59.165.289,70	7,63
Santa Vitória	Extrativista mineral	0	0	0	0,00	0,00
	Transformação e beneficiamento dos produtos agrícolas	1	2	500.000.000	229.356.609,49	2,00
	Manufatureira e fabril	0	0	0	0,00	0,00
	Total	1	2	500.000.000	229.356.609,49	2,00
Capinópolis	Extrativista mineral	3	20	128.000	58.715,29	6,67
	Transformação e beneficiamento dos produtos agrícolas	0	0	0	0,00	0,00
	Manufatureira e fabril	8	15	475.000	217.888,78	1,88
	Total	11	35	603.000	276.604,07	3,18
MRG de Ituiutaba	Extrativista mineral	6	37	468.000	214.677,79	6,17
	Transformação e beneficiamento dos produtos agrícolas	41	314	568.653.000	260.848.648,11	7,66
	Manufatureira e fabril	77	541	60.463.000	27.735.177,36	7,03
	Total	124	892	629.584.000	288.798.503,25	7,19

Nota da tabela: Os valores foram atualizados de Cruzeiro (Cr\$) para Real (R\$) com datas de referências de dezembro de 1955 e 1º de março de 2013, respectivamente.

Fonte: IBGE (1958a, 1959, 1959b).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

A MRG de Ituiutaba (MG) seguia na mesma esteira do processo de industrialização do Triângulo Mineiro, que foi marcado, segundo Freitas e

Sampaio (1985), pela superação das atividades artesanais e concentração nas unidades fabris.

O desenvolvimento das relações capitalistas de produção, principalmente a partir dos anos de 1940, destruiria parcelas crescentes das atividades artesanais (os pequenos produtores independentes), concentrando a produção dentro de cada ramo industrial e unificando o mercado. (FREITAS; SAMPAIO, 1985, p. 50).

Esse processo de industrialização foi financiado por capitais do campo e da cidade, pois a elite agrícola e urbana era a mesma, não existia separação entre esses grupos econômicos, de modo que a maioria dos investimentos era feita por produtores rurais, principalmente os agricultores. Neste sentido, Freitas e Sampaio (1985, p. 50) indicam que:

Os capitais do campo e da cidade confundiam-se. Esta ligação entre capitais comercial, industrial e agrário tornar-se-ia possível somente se os interesses urbanos, estendidos ao campo e rompendo com a aparente contradição – interesses agrários/ interesses industriais – destruíssem as velhas formas de relações de produção.

Os autores apresentam em seu estudo sobre o Triângulo Mineiro uma lista de indústrias da região que foi organizada a partir do Cadastro Industrial do Estado de Minas Gerais, elaborado em 1955 pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG). Nesse cadastro, considerava-se unidade industrial aquelas que empregavam cinco ou mais operários, excluindo, portanto, as atividades artesanais de prestadoras de serviços. O Quadro 05 apresenta as indústrias existentes na MRG de Ituiutaba (MG) no ano de 1955, segundo estudo da FIEMG.

Quadro 05 – MRG de Ituiutaba (MG): organização industrial (1955)

Tipo de indústria	Nome da empresa
Algodão	Indústria e Comércio Irmãos Vilela LTDA.
Arroz (beneficiamento)	Anísio Demétrio Jorge Indústrias Reunidas Fazendeiras Cerealista Ituiutaba LTDA. Cerealista Lavrador Comércio e Indústria LTDA. Indústria e Comércio Cereais LTDA. Indústria e Comércio Irmãos Vilela LTDA. Indústria e Comércio Ituiutaba LTDA. Indústria e Comércio São Jorge LTDA. Miguel Jacob e Filhos Produtora Indústria e Comércio LTDA. Ribeiro e Cia LTDA. Franco e Morais
Banha e outros produtos porcinos	Fábrica de Banha Soberana Matadouro Industrial Ituiutaba LTDA.
Café (beneficiamento)	Café Brasil
Calçados	Selaria e Sapataria Nossa Senhora da Aparecida.
Carnes	Matadouro Municipal Fábrica de Banha Soberana
Cerâmica	Nascimento e Nascimento* Cerâmica Platina Cerâmica São José
Charque	Matadouro Industrial Ituiutaba S.A.
Construção Civil	Cia. De Estudos e Execução de Obras* Francisco F. Ivo Salvino Pinto Jerônimo Franco de Gouvêa Servix Engenharia LTDA. Vinícius Vasconcelos
Curtume	Matadouro Industrial Ituiutaba S.A.
Energia Elétrica	Empresa Força e Luz de Ituiutaba S.A. Libóvio Antônio Pires Nagib José Dib
Ladrilhos	Fábrica de Ladrilhos Marabá
Laticínios	Indústrias Reunidas Fazendeiras Laticínios Invernada
Madeira (artefatos)	Indústria e Comércio de Madeira LTDA.
Madeira (extração e beneficiamento)	Serraria do Pontal Serraria Tapó
Móveis de madeira	Indústria e Comércio de Madeira LTDA.

Continua na próxima página

Óleos	Indústrias Reunidas Fazendeiras Matadouro Industrial Ituiutaba S.A.
Paralelepípedos	Pedreira Municipal Hugo Oliveira Carvalho e Outros

Nota do quadro: As empresas marcadas com asterisco (*) estavam localizadas no município Capinópolis (MG). As sem marcações estavam no município de Ituiutaba (MG). Nenhuma empresa de Santa Vitória (MG) foi citada. O nome de uma empresa pode aparecer em mais de um tipo de indústria.

Fonte: Freitas e Sampaio (1985).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

A diversificação de tipo de unidades industriais na MRG de Ituiutaba (MG) era pequena, com forte concentração no beneficiamento agropecuário, baixo poder de atração de capital e ínfimo impacto centralizador sobre as dinâmicas urbanas da região. Os dados de PIB disponíveis nas figuras 15 e 16 e na Tabela 25 confirmam a diminuta influência deste setor da economia sobre a organização da região.

No entanto, vale destacar que todas as beneficiadoras de arroz estavam localizadas em Ituiutaba (MG), mesmo sendo Capinópolis (MG) o município com maior produção da MRG na época, o que indicava centralidade da cidade sobre as atividades agropecuárias da região, resultado tanto da concentração econômica, quanto da existência de rodovias que possibilitavam o escoamento da safra para outras partes do território nacional, especialmente para o estado de São Paulo.

O crescimento demográfico urbano a partir da década de 1950 foi reflexo da expansão da cultura de arroz na MRG, que resultou na instalação de máquinas de beneficiamento na cidade, demandando mão de obra para descarregar os caminhões vindos das lavouras, beneficiar o arroz, ensacar o produto e carregar novamente os caminhões para comercialização. Assim, a agricultura dinamizou a economia urbana de Ituiutaba (MG), possibilitou

determinado desenvolvimento do setor secundário e terciário e contribuiu para a expansão da cidade, que se transforma, cresce e ganha maior dinamismo, se comparada com períodos passados. Apesar disso, as limitações existentes impossibilitaram o surgimento de uma rede de interações espaciais que potencializasse seu desenvolvimento de forma efetiva, que a permitisse disputar com Araguari (MG), Uberaba (MG) e Uberlândia (MG) o comando da rede do Triângulo Mineiro, tornando a cidade refém da produção agropecuária.

Da mesma forma que a indústria, o comércio varejista da MRG de Ituiutaba (MG), na década de 1950, procurava atender a busca por itens que não eram produzidos nas propriedades agrícolas e nas unidades industriais da região. No geral, os estabelecimentos vendiam produtos industrializados secos e molhados, tecidos, armarinhos, roupas, calçados, chapéus, além de café, querosene, ferramentas agrícolas e sal. Por ser uma região com significativa produção agropecuária, o comércio varejista tinha parte de suas vendas concentrada no atendimento das demandas do campo.

Na década de 1950, Ituiutaba (MG) se manteve como a cidade de maior desenvolvimento comercial, tanto no número de estabelecimentos e no capital aplicado, quanto no número de pessoas ocupadas (Tabela 32).

Ao comparar as tabelas 19 e 32, verifica-se o crescimento do comércio varejista, que passou de 85 estabelecimentos em 1940 para 181 em 1950, com taxa de crescimento de 112,94% e proporção de número de estabelecimentos por habitante de $3,44 \times 10^{-3}$, maior do que em 1940. O setor de serviços também concentrava o maior número de estabelecimentos na cidade de Ituiutaba (MG), totalizando 123 unidades, enquanto Santa Vitória (MG) possuía somente cinco estabelecimentos (IPEADATA, 2013).

Os estabelecimentos comerciais varejistas eram pequenos, normalmente empresas familiares, com média de 2,11 pessoas ocupadas por estabelecimento, o que indica que a capacidade de atendimento ao cliente era reduzida, provavelmente devido à baixa procura. Esses dados demonstram que a centralidade urbana exercida por Ituiutaba (MG) era limitada, principalmente à sua MRG, visto que não possuía grandes estabelecimentos comerciais capazes de atender a grandes demandas.

Tabela 32 – MRG de Ituiutaba (MG): comércio varejista (1950)

Indicadores	Ituiutaba	Santa Vitória	MRG de Ituiutaba
Estabelecimentos (A)	181	20	201
Pessoal ocupado (B)	392	34	426
Capital aplicado (Cr\$)	7.490.000	615.000	8.105.000
Valor atualizado (R\$) (C)	8.288.716,78	680.582,22	8.969.299
Proporção de B/A	2,17	1,70	2,11
Proporção de C/A	45.794,02	34.029,11	44623,37
Proporção de A/total de população	$3,44 \times 10^{-3}$	$2,42 \times 10^{-3}$	$3,31 \times 10^{-3}$

Nota da tabela: Os valores foram atualizados de Cruzeiro (Cr\$) para Real (R\$) com datas de referências de janeiro de 1950 e 1º de março de 2013, respectivamente.

Fonte: IBGE (1955).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

No ano de 1955, as atividades comerciais nas cidades de Capinópolis (MG), Ituiutaba (MG) e Santa Vitória (MG) atendiam as necessidades da reprodução social da vida e da produção, contando com estabelecimentos em todas as cidades, entretanto, com forte centralidade em Ituiutaba (MG), conforme demonstrado na Tabela 33.

A significativa diferença numérica entre a quantidade de estabelecimentos varejistas nos anos de 1950 (Tabela 32) e 1955 (Tabela 33) não estava relacionada somente ao crescimento do setor, mas também à forma de recenseamento, já que no ano de 1955 foram considerados como

comércio varejista tanto os estabelecimentos de compra e venda de produtos, quanto os prestadores de serviços.

Tabela 33 – MRG de Ituiutaba (MG): estabelecimentos comerciais (1955)

Município e MRG	Número de estabelecimentos		
	Atacadista	Varejista	Total
Ituiutaba	42	492	534
Santa Vitória	1	7	08
Capinópolis	10	7	17
MRG de Ituiutaba	53	506	559

Fonte: IBGE (1958a, 1959, 1959b).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

O município de Ituiutaba (MG) foi o que apresentou maior número de estabelecimentos, atingindo 97,23% do total da MRG de varejos e 79,24% de atacados. Vale destacar que dentre os 492 estabelecimentos varejistas do município, 385 estavam localizados na cidade (78,25% do total municipal e 76,08% do total da MRG); o restante situava-se nas vilas dos distritos, demonstrando a centralidade deste núcleo urbano na época (IBGE, 1959).

É preciso ressaltar o peso econômico dos estabelecimentos atacadistas para Capinópolis (MG), pois era a única cidade da MRG com maior número atacados que de varejos, fato explicável pelos valores da produção agropecuária, especialmente em função do arroz e da criação de gado bovino e suíno, como já destacado nas tabelas 26, 28, 29 e 30.

Por outro lado, Santa Vitória (MG) possuía somente um estabelecimento atacadista e sete varejistas, dos quais apenas três estavam localizados na sede do município (IBGE, 1959b), o que resultava em forte dependência da estrutura comercial de Ituiutaba (MG). A quase ausência de estabelecimento atacadista e a pequena quantidade dos varejistas estavam diretamente vinculadas à baixa produção agropecuária e à ausência de

indústrias no período analisado. No caso de Capinópolis (MG), apesar da significativa produção agropecuária e da incipiente quantidade de indústrias, possuía somente sete estabelecimentos varejistas, todos localizados na cidade (IBGE, 1958b), desse modo também era dependente da estrutura comercial de Ituiutaba (MG).

O baixo desenvolvimento comercial de Capinópolis (MG) no período analisado pode ser atribuído a três motivos:

- i) relativa proximidade espacial com a cidade de Ituiutaba (MG), cerca de 30 quilômetros;
- ii) recente emancipação político-administrativa do município;
- iii) reduzido mercado consumidor direto, produto do número populacional do município.

Assim como as atividades comerciais, os bancos também se concentravam em Ituiutaba (MG); eram sete agências em 1955, enquanto Capinópolis (MG) e Santa Vitória (MG) possuíam somente um correspondente bancário cada (IBGE, 1958a, 1959, 1959b), todos localizados nas sedes municipais.

O impacto do setor terciário na economia dos municípios da MRG de Ituiutaba (MG), na década de 1950, é verificado a partir da evolução dos totais de população economicamente ativa (PEA) por setor da economia (Tabela 34¹¹⁶). Em 1920, a PEA do setor primário no município de Ituiutaba (MG) significava 90,54% do total do município; no ano de 1940 essa taxa passou para 43,27% e em 1950 atingiu 39,76%, somando uma queda de 50,78 pontos percentuais em 30 anos, mesmo representando no período, em

¹¹⁶ A Tabela 34 apresentou dos dados de população ocupada para o ano de 1950 com o detalhamento de cada setor da economia.

números absolutos, um crescimento de 257,91%. Em contrapartida, a PEA do setor terciário passou de 5,46% do total do município em 1920 para 54,04% no ano de 1940 e atingiu o valor de 57,30% em 1950, acumulando um crescimento de 51,84 pontos percentuais, o que, em números absolutos, representou crescimento de 8.439,18% entre os anos de 1920 e 1950.

Tabela 34 – MRG de Ituiutaba (MG):
evolução da PEA por setor da economia (1920-1950)

Município e MRG	Ano	Setor da economia			Total
		Primário ¹	Secundário ²	Terciário ³	
Ituiutaba	1920	3.676	162	222	4.060
	1940	8.634	535	10.784	19.953
	1950	13.157	969	18.957	33.083
Santa Vitória	1920 ⁴	-	-	-	-
	1940 ⁴	-	-	-	-
	1950	2.326	52	2.890	5.268
MRG de Ituiutaba	1920 ⁵	3.676	162	222	4.060
	1940 ⁵	8.634	535	10.784	19.953
	1950 ⁶	15.483	1.021	21.847	38.351

Nota da tabela: ¹setor primário: agricultura, pecuária e silvicultura; ²setor secundário: indústria extrativa, de transformação e construção civil; ³setor terciário: comércio, transportes, comunicação, serviços, profissionais liberais e atividades domésticas; ⁴Nos anos de 1920 e 1940 Santa Vitória (MG) pertencia ao município de Ituiutaba(MG); ⁵A PEA da MRG de Ituiutaba (MG) nos anos de 1920 e 1940 corresponde à PEA do município de Ituiutaba (MG) por ser o único município existente; ⁶A PEA da MRG de Ituiutaba (MG) no ano de 1950 corresponde à somatória dos municípios de Ituiutaba (MG) e Santa Vitória (MG).

Fonte: IPEADATA (2013).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Santa Vitória (MG), no primeiro recenseamento após sua emancipação política, apresentou maior concentração da PEA no setor terciário, totalizando 54,85%, enquanto o setor primário somava 44,15% do total da PEA municipal, indicando uma tendência de dependência da economia municipal às atividades urbanas.

Diante disso, é possível afirmar que, apesar de as atividades do setor secundário e terciário da economia dos municípios da MRG de Ituiutaba

(MG) estarem voltadas para o atendimento das demandas agropecuárias da região, a centralidade econômica se deslocava do campo para a cidade, consolidando uma economia de mercado, conforme indica Brandão (1989, p. 101-102):

A sociedade tornou-se por assim dizer, comercial, pois a troca passou, definitivamente, de ato circunstanciado e secundário a elemento constitutivo. A 'economia natural' que ainda persistia em algumas localidades passou a 'economia de mercado'.

Neste mesmo sentido, Soares (1995, 1997) destaca que o desenvolvimento comercial oriundo da implantação de uma economia de mercado ampliou o espaço econômico de acumulação no Triângulo Mineiro, implicando a modernização dos processos de produção, a diversificação da economia regional, o crescimento e a dinamização dos centros urbanos. A autora completa:

Para que isso acontecesse, vários investimentos foram feitos, uma vez que essa atividade estava intrinsecamente relacionada ao meio urbano, e por isso mesmo requeria uma série de serviços para seu desenvolvimento, tais como infraestrutura, armazéns, escritórios, redes de comunicação entre outros. (SOARES, 1997, p. 113).

O processo de transição da economia rural para a economia urbana na MRG de Ituiutaba (MG) deveu-se à estruturação de pontos de encontro entre distintos circuitos espaciais de produção e circulação do capital do trabalho e à distribuição de funções produtivas, resultando numa configuração complexa e variada do espaço geográfico, com diferenciação entre as cidades.

Quanto maior a divisão do trabalho, mais as cidades se diferenciam (SOARES, 1995 e 1997).

Sobre isso, Corrêa (1994) aponta que:

A refuncionalização implica também em novos padrões de interações espaciais, padrões que são viabilizados pelas redes técnicas implantadas e que acompanham ou precedem a modernização do campo. Os novos padrões caracterizam-se pela importância dos fluxos a longa distância e às ligações com outros centros urbanos com os quais não mantinham relações no passado. Ao mesmo tempo, as interações espaciais tradicionais, definidas por sua natureza tipicamente hierárquica, permanecem, agora, porém com a participação mais efetiva de centros que ascenderam na hierarquia urbana. (CORRÊA, 1994 *apud* SOARES, 1997, p. 107).

O capital excedente oriundo das atividades agropecuárias foi responsável pelas transformações espaciais nas cidades da MRG, especialmente em Ituiutaba (MG), posto que esta concentrasse as estruturas responsáveis pela refuncionalização das interações espaciais, principalmente em virtude da diversificação da economia urbana. Silva (1997) e Oliveira (2003) destacam que o capital originado pelo arroz foi o principal motor das transformações espaciais dessa cidade, pois devido aos grandes volumes produzidos e comercializados foi possível desenvolver estruturas de armazenamento, transporte, comércio e serviços que implicaram a dinamização da economia urbana. Neste contexto, a cidade passou a ser conhecida como “capital do arroz”, conforme destaca Silva (1997, p. 25-26):

A agricultura, [que] transformou-se em atividade principal da região a partir do final da década de 1940, começara a ser praticada na região por volta da década de 1920 com plantações caseiras, ganhara força com o passar do tempo à medida que o mercado de grãos ia se tornando um negócio

promissor. No princípio da década de 1940 algumas fazendas da região já adotavam a agricultura como atividade principal e em meados de 1950 já ocupava grandes áreas com lavouras de cereais e algodão que passaram a disputar o espaço destinado aos pastos, ganhando importância ao lado da pecuária. [...] Apesar das condições adversas com relação ao transporte, a ausência de ferrovia e o frete oneroso dos caminhões, em 1950 Ituiutaba já era a maior produtora de arroz e de milho em todo o Estado de Minas Gerais, com cerca de 10.000 alqueires (mineiros) de arroz sendo cultivados, rendendo-lhe o título de “capital do arroz”.

Houve uma redefinição da posição de Ituiutaba (MG) na divisão inter-regional do trabalho, uma vez que a cidade passou a assumir uma configuração geográfica estratégica na cadeia de produção e comercialização de produtos agropecuários, especialmente arroz e gado bovino. Aliado a isso, o desenvolvimento das vias de transporte na MRG de Ituiutaba (MG) – mesmo que de forma precária, como apontado por Silva (1997) – possibilitou a articulação e redefinição dos fluxos econômicos no território¹¹⁷, uma vez que a presença de estabelecimentos comerciais atacadistas nas cidades da MRG eram indicadores dessas mudanças.

Ao findar a década de 1950, os interesses agrário-comerciais tinham equipado os principais centros urbanos desta região; consolidado a tradição empresarial, possibilitando o surgimento de grupos econômicos poderosos; articulado um sistema de transporte inter-regional; acelerado a modernização agropecuária; consolidado a condição de empório comercial de uma vasta região do centro-oeste brasileiro; integrado definitivamente o Triângulo Mineiro ao capital industrial paulista, sob a égide de uma divisão inter-regional do trabalho em que o legado a esta região, desde os fins do século XIX, se assentaria agora em novas bases, cujos traços principais seriam a diversificação produtiva e a participação do grande capital na expansão produtiva. (GUIMARÃES, 2010, p. 161).

¹¹⁷ A respeito do papel das rodovias na redefinição dos fluxos econômicos do território brasileiro e do Triângulo Mineiro, confira: Santos e Silveira (2005) e Guimarães (2010).

As transformações econômicas e espaciais em Ituiutaba (MG) foram narradas por memorialistas da cidade, com seus discursos ufanistas. A título de exemplo, será utilizado um trecho de Figueirêdo (1953):

Atraídos pelo progresso e hospitalidade desta terra, bandos de forasteiros, de todos os quadrantes do território nacional, acolhem ao renascente solar, trazendo-lhe a beleza da arte, o esplendor da ciência e da vida econômica, a lavoura e o comércio se dinamizam e, tudo se ilumina à luz do progresso, irradiando fama da cidade para todos os recantos da Pátria brasileira. Seguindo de perto o seu desenvolvimento histórico, notamos que para Ituiutaba ontem e hoje são dois instantes que, cada vez se distanciam das alvoradas futuras, promissoramente oculta atrás dos enigmas da vida que passa, pois a cidade toma feições próprias, aspectos especialíssimos das cidades que crescem sob influxo de bases sólidas. (FIGUEIRÊDO, 1953, p. 134).

De forma semelhante, Silva (1997) registrou uma crônica que exalta o período das transformações na cidade e na economia local. A mesma foi publicada no jornal *Folha de Ituiutaba* no ano 1951 e lida no programa *Crônica da Noite*, da Rádio Clube de Pernambuco¹¹⁸, em decorrência das comemorações do Centenário de Ituiutaba (MG):

Uma cidade mineira, Ituiutaba, festejará em setembro próximo os seus bons cinquenta anos de existência, de cidade feliz e rica, que produz milho e arroz com imensa fartura. Ituiutaba é talvez o maior produtor de milho do Brasil, sendo também, na terra montanhosa a maior produtora de arroz. A cidade pertence ao Triângulo Mineiro, zona rica, dona de muito gado e que é, naquela redondeza, a mais nova e a mais galante. [...] Ituiutaba é banhada pelas águas brancas do rio Tijuco e batida pelo vento bom da serra. A sua população é ainda pequena em volume de pessoas, porém muito grande, pelo que produz e trabalha e também pelo que sonha. O seu maior anseio, como nos diz o nosso ouvinte Ribeiro de Menezes, é crescer, abrir

¹¹⁸ A Rádio Clube de Pernambuco, na frequência 720 AM, é a mais antiga emissora de rádio do Brasil. Mais informações no site: <http://www.radioclubeam.com.br/>

muitos braços, ter pesadas contas nos bancos, novas fábricas, novos arrozais, mais igrejas para seu culto, mais meninos para as suas escolas e mais moças para casar. (JORNAL FOLHA DE ITUIUTABA, 1951 *apud* SILVA, 1997, p. 28-29).

A produção e circulação de produtos agropecuários beneficiaram a cidade de Ituiutaba (MG) em detrimento das outras cidades da MRG. Conforme o capital era incorporado pelas cidades, percebia-se maior concentração de instalações de infraestruturas básicas, de ações do mercado imobiliário, de criação de unidades produtivas, da especialização e crescimento do número total de estabelecimentos comerciais e de serviços em Ituiutaba (MG), o que a transformou na mais importante cidade da parte oeste do Triângulo Mineiro na década de 1950.

O Quadro 06 indica a diferenciação da estrutura urbana de Ituiutaba (MG) frente às outras cidades da MRG, o que explicava a sua centralidade urbana em meados do século XX.

Quadro 06 – MRG de Ituiutaba (MG):
equipamentos e serviços urbanos (1956)

Serviços e equipamentos urbanos	Cidades		
	Ituiutaba	Santa Vitória	Capinópolis
Agência bancária	x		
Agência de estatística	x		
Área pública de lazer	x	x	x
Assistência social	x		
Assistência técnica para agricultura	x		
Atendimento hospitalar	x		
Atendimento médico	x		x
Biblioteca	x		
Campo de viação ou aeroporto	x		x
Cinema	x		x
Correios e/ou telégrafo	x		
Correspondente bancário		x	x
Ensino fundamental	x	x	x
Ensino médio	x		
Ensino técnico	x		
Emissora de rádio	x		
Energia elétrica	x		x
Hotel	x	x	x
Jornal e/ou periódico impresso	x		
Livraria	x		
Pensão	x	x	
Posto de saúde	x		
Serviço de água encanada	x		
Serviço telefônico	x		x
Templo religioso	x	x	x
Tipografia	x		
Transporte coletivo intermunicipal	x	x	x

Nota do quadro: elaborado de acordo com a proposta de Melo (2008). O símbolo (x) indica existência do serviço ou equipamento urbano descrito.

Fonte: IBGE (1958a, 1959, 1959b).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Além do descompasso entre a presença e a ausência dos serviços e equipamentos urbanos nas cidades da MRG, também havia diferenças significativas no número total dos mesmos. Por exemplo: Ituiutaba (MG) possuía cinco hospitais, com 88 leitos e 19 médicos, enquanto a cidade de

Capinópolis (MG) possuía somente três médicos e Santa Vitória (MG), nenhum profissional de saúde (IBGE, 1958a, 1959 e 1959b). As diferenças na estrutura de hospedagem das cidades também eram muito evidentes, pois enquanto Ituiutaba (MG) contava com sete hotéis e onze pensões, Capinópolis (MG) dispunha de dois hotéis e Santa Vitória (MG), de um hotel e três pensões. Tais dados demonstram que a cidade de Ituiutaba (MG) era a que atraía maiores fluxos de pessoas e, conseqüentemente, de capital (IBGE, 1958a, 1959 e 1959b). A desigualdade no número de unidades de serviços e equipamentos urbanos destaca a distinta participação das cidades da MRG de Ituiutaba (MG) na divisão inter-regional do trabalho e na rede urbana que se estruturava naquele momento.

Ituiutaba (MG), no ano de 1956, era a única cidade que possuía agências bancárias (sete), unidades de assistência social (duas), unidades de assistência técnica para a agricultura (duas), agência de estatística (uma), hospitais (cinco), posto de saúde (um), bibliotecas (três), escolas de ensino médio (três), escolas de ensino técnico (cinco), unidade dos correios e telégrafos (um), emissora de rádio (uma), jornais impressos (dois), livrarias (três), tipografias (três) e serviço de água encanada nos logradouros e prédios (IBGE, 1958a, 1959 e 1959b), o que reforçava sua hegemonia urbana na região.

A infraestrutura urbana também era significativamente diferente entre as cidades. Ituiutaba (MG) era a única cidade que possuía serviço de abastecimento de água, de esgoto e logradouros pavimentados; havia iluminação em 44,10% dos prédios da cidade e em 50% dos logradouros públicos; somente 36,20% dos prédios contavam com abastecimento de água e 70,02% com serviço de esgoto. Apesar da precária infraestrutura urbana da

época, essa cidade era a que apresentava os melhores indicadores da MRG, uma vez que Capinópolis (MG) não possuía serviço de abastecimento de água e esgoto e somente 7,26% dos prédios e 14,28% dos logradouros possuíam energia elétrica, enquanto Santa Vitória (MG) não tinha serviço de abastecimento de água, de esgoto nem de iluminação, conforme indicado na Tabela 35.

Tabela 35 – MRG de Ituiutaba (MG): infraestrutura das cidades (1954)

Infraestrutura urbana		Cidades		
		Ituiutaba	Santa Vitória	Capinópolis
Número de prédios		4.000	188	303
Logradouro público	Pavimentados	16	-	-
	Outros	30	-	-
	Total	46	12	28
Abastecimento de água	Prédios servidos	1.448	0	0
	Logradouros servidos	22	0	0
Esgoto	Logradouros servidos	27	0	0
	Prédios esgotados	3.041	0	0
Iluminação pública e domiciliar	Logradouros iluminados	23	0	04
	Ligações domiciliares	1.764	0	22

Nota da tabela: o símbolo (-) indica ausência de informação.

Fonte: IBGE (1958a, 1959, 1959b).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

A estrutura educacional foi outro componente que contribuiu para a construção da centralidade urbana regional de Ituiutaba (MG), na medida em que esta era a única cidade da MRG com instituições de ensino secundário e técnico, apontados na Tabela 36.

No ano de 1956 havia as seguintes instituições de ensino médio e técnico em Ituiutaba (MG):

- i) Instituto Marden: ensino médio e curso técnico de contabilidade;

- ii) Ginásio Escola Comercial São José: ensino médio e curso técnico de contabilidade;
- iii) Escola Normal Santa Tereza: formação de professoras;
- iv) Aeroclube de Ituiutaba: curso de pilotagem;
- v) Escolas de datilografia: curso de datilografia e rotinas administrativas.

Essas escolas, segundo IBGE (1959), foram responsáveis por atrair estudantes dos municípios próximos, assinalando o início da formação de uma centralidade educacional na região.

Tabela 36 – MRG de Ituiutaba (MG): estabelecimentos de ensino (1956)

Estabelecimentos de ensino	Município			Microrregião
	Ituiutaba	Santa Vitória	Capinópolis	
Ensino fundamental	48	1	15	64
Ensino médio	3	0	0	3
Ensino técnico	5	0	0	5

Fonte: IBGE (1958a, 1959, 1959b).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

A existência de canais de comunicação na década de 1950 serviu como instrumento de fortalecimento do papel regional desempenhado por Ituiutaba (MG) na rede urbana da época, uma vez que a presença da emissora de rádio *Platina Ituiutaba* e dos jornais *Folha de Ituiutaba* e *Correio do Pontal* viabilizou aquilo que Oliveira (2008) chamou de construção de uma referência simbólica nas cidades do entorno, ou seja, a introspecção que a cidade emissora, através das informações, notícias e propagandas, provoca nas cidades receptoras. Criava-se, assim, uma representação simbólica de sua importância regional, uma vez que os conjuntos de informações veiculados nesses canais balizavam a organização da divisão territorial do trabalho na

região, impactando diretamente a estruturação das cidades e suas interações espaciais.

Quanto ao sistema de transporte nas cidades da MRG de Ituiutaba (MG), estava estruturado com base na circulação terrestre, especialmente através de rodoviárias, tendo como principais destinos as cidades dos municípios limítrofes e as capitais estadual e federal. O Quadro 07 apresenta os principais itinerários por modalidade de transporte no ano de 1955.

Quadro 07 – MRG de Ituiutaba (MG):
itinerários e modalidades de transporte (1955)

Origem	Destino	Tipo de transporte
Ituiutaba	Belo Horizonte ¹ (MG)	Automóvel, ônibus e avião
	Campina Verde (MG)	Ônibus
	Canápolis (MG)	Ônibus
	Capinópolis (MG)	Ônibus
	Monte Alegre de Minas (MG)	Ônibus
	Prata (MG)	Ônibus
	Rio de Janeiro ² (RJ)	Automóvel e avião
	Santa Vitória (MG)	Ônibus
Santa Vitória	Belo Horizonte ¹ (MG)	Ônibus
	Ituiutaba (MG)	Ônibus
	Iturama (MG)	Ônibus
	Mateira ³ (GO)	Ônibus
	Quirinópolis (GO)	Ônibus
	Rio de Janeiro ² (RJ)	Ônibus
Capinópolis	Belo Horizonte ¹ (MG)	Automóvel, ônibus e avião
	Canápolis (MG)	Ônibus
	Ituiutaba (MG)	Ônibus
	Itumbiara (GO)	Ônibus
	Rio de Janeiro ² (RJ)	Automóvel e avião

Nota do quadro: ¹ capital estadual; ² capital federal; ³ atualmente São Simão (GO).

Fonte: IBGE (1958a, 1959, 1959b).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Além dos acessos terrestres, deve-se destacar a possibilidade de ligações aéreas a partir de Ituiutaba (MG) e Capinópolis (MG) para as capitais estadual e federal, sendo que ambas as cidades possuíam serviços de táxi aéreo (IBGE, 1958a e 1959); no entanto, somente a primeira contava com voos regulares. O transporte de pessoas e mercadorias por vias aéreas ampliou as interações espaciais *de e para* a MRG de Ituiutaba (MG), tornando-se um dos fatores que dinamizaram a econômica urbana da região.

A existência e o número de veículos na MRG é outro indicador de centralidade urbana. Na medida em que a circulação de pessoas e mercadorias acontecia predominantemente através dos veículos terrestre e das estradas, o número de caminhonetas, caminhões e ônibus representava o desenvolvimento econômico, o tamanho populacional e as demandas por circulação. A frota de veículos do ano de 1955 indicava que Ituiutaba (MG) também apresentava centralidade no transporte de pessoas e cargas, detendo 100% dos ônibus e 82,77% dos caminhões da MRG (Tabela 37). O significativo número de caminhões em Ituiutaba (MG) – 51,45% da frota municipal – e em Capinópolis (MG) – 60% da frota municipal – estava vinculado à necessidade de transportar a produção agropecuária para outras partes do território brasileiro, principalmente os cereais (arroz e milho) o algodão e as carnes (bovina e suína), além das manufaturas e produtos industrializados.

Neste contexto, Santa Vitória (MG) participava de forma mais discreta, com baixo número total de veículos, indicando que se a demanda por transporte de mercadoria e pessoas não fosse atendida pela frota local, possivelmente seria provida pelos veículos de Ituiutaba (MG).

Tabela 37 – MRG de Ituiutaba (MG): frota de veículos (1955)

Tipo de veículo	Município			Microrregião
	Ituiutaba	Santa Vitória	Capinópolis	
Automóveis	282	08	29	319
Caminhonetas	158	21	29	208
Caminhões	495	16	87	598
Ônibus	27	0	0	27
Total	962	45	145	1152

Nota da tabela: caminhonetas são veículos mistos, com capacidade de transporte de pessoas e cargas, como, por exemplo, as peruas e pequenas jardineiras.

Fonte: IBGE (1958a, 1959, 1959b).

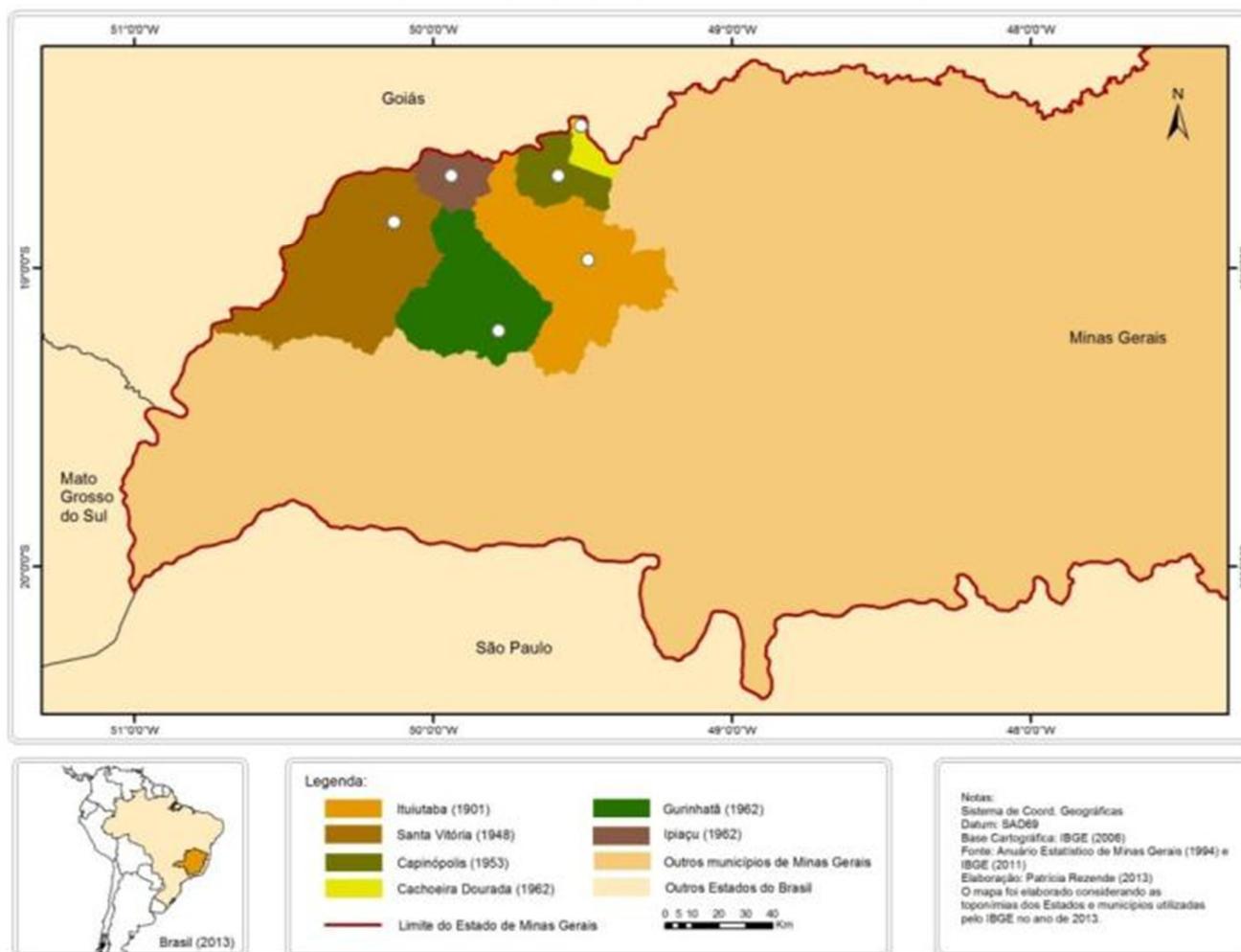
Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

O cenário urbano da década de 1950 permitiu às cidades da MRG de Ituiutaba (MG) estabelecerem relações para além da produção e comercialização de produtos agropecuários, indicando o início de uma reestruturação urbana a partir das atividades mercantis, principalmente aquelas ligadas ao setor terciário da economia. Neste sentido, IBGE (1958a, 1959, 1959b) aponta que as cidades de Ituiutaba (MG), Santa Vitória (MG) e Capinópolis (MG), além das relações entre si, possuíam vínculos comerciais com os seguintes centros urbanos brasileiros: Araguari (MG), Barretos (SP), Cachoeira Alta (GO), Campina Verde (MG), Canápolis (MG), Iturama (MG), Jataí (GO), Lavras (MG), Mateira (GO), Monte Alegre de Minas (MG), Quirinópolis (GO), Rio Claro (SP), Rio de Janeiro (RJ), Rio Verde (GO), São Carlos (SP), São Paulo (SP), Uberaba (MG) e Uberlândia (MG).

É neste contexto de transformações socioespaciais nas cidades da MRG de Ituiutaba (MG) que surgem os municípios de Cachoeira Dourada (MG), desmembrado de Capinópolis (MG), Gurinhatã¹¹⁹ (MG) e Ipiacu (MG), emancipados de Ituiutaba (MG), de acordo com a lei estadual nº 2,764, de 30 de dezembro de 1962, conforme representado no Mapa 37.

¹¹⁹ A respeito da história do município de Gurinhatã, confira: Jorge (1989).

Mapa 37 – Municípios de Ituiutaba (MG), Santa Vitória (MG), Capinópolis (MG), Cachoeira Dourada (MG), Gurinhatã (MG) e Ipiacaçu (MG): limites territoriais (1962)



Como os municípios de Santa Vitória (MG) e Capinópolis (MG), os últimos municípios emancipados na MRG de Ituiutaba (MG) surgiram no contexto da República Nova e da Constituição Municipalista de 1946.

A formação socioespacial dos municípios deu-se no período em que a MRG passava por transformações espaciais e crescimento populacional. Segundo Silva (1997), no período de 1935 a 1945, a região viveu o ciclo do garimpo, em virtude da descoberta de jazidas de diamantes no rio Tijuco e em outros rios da região, o que intensificou a circulação de pessoas e mercadorias, dinamizou o comércio e atraiu pessoas de diversas regiões do país.

Devido ao declínio da atividade mineradora, a partir da segunda metade da década de 1940, a região iniciou um processo de transformação econômica, pautada principalmente na produção agropecuária (SILVA, 1997). Apesar de a transformação ter sido paulatina, a região não possuía mão de obra suficiente para pleno aproveitamento das suas potencialidades, tornando-se, mais uma vez, polo de atração populacional.

O trabalho com a pecuária não exigia muitos trabalhadores e a região não dispunha de braços suficientes para o cultivo da lavoura. A mecanização era ainda uma realidade distante para a região, afastada dos grandes centros urbanos não somente pela distância, mas também pela falta de estradas, rodovias e ferrovias, que tornasse possível usufruir da onda modernizante então em voga no país. (SILVA, 1997, p. 07).

A Tabela 38 apresenta os dados populacionais da MRG de Ituiutaba (MG) no período de 1920 a 1970. Para o município de Ituiutaba (MG), os dados indicam que, em números absolutos, o crescimento no interstício de 1950 a 1960 foi semelhante ao de 1960 a 1970, embora bastante diferente na

taxa de crescimento, totalizando, respectivamente, 190,95% e 66,42% (Tabela 39). A população rural manteve-se praticamente a mesma no período de 1950 a 1960, com decréscimo de -0,72%, enquanto no intervalo de 1960 a 1970 atingiu -58,46% (Tabela 39).

Tabela 38 – MRG de Ituiutaba (MG): população por situação (1920-1970)

Município/MRG (Emancipação)	Situação	Ano				
		1920	1940	1950	1960	1970
Ituiutaba (1901)	Urbana	-	4.356	9.711	28.254	47.021
	Rural	-	30.696	42.761	42.452	17.635
	Total	20.772	35.052	52.472	70.702	64.656
Santa Vitória (1948)	Urbana	-	-	722	6.038	5.443
	Rural	-	-	7.523	9.118	14.192
	Total	-	-	8.245	15.156	19.635
Capinópolis (1953)	Urbana	-	-	-	7.419	6.826
	Rural	-	-	-	11.176	7.454
	Total	-	-	-	18.595	14.280
Cachoeira Dourada (1962)	Urbana	-	-	-	-	2.125
	Rural	-	-	-	-	2.180
	Total	-	-	-	-	4.305
Gurinhatã (1962)	Urbana	-	-	-	-	1.095
	Rural	-	-	-	-	13.025
	Total	-	-	-	-	14.120
Ipiacu (1962)	Urbana	-	-	-	-	2.378
	Rural	-	-	-	-	4.487
	Total	-	-	-	-	6.865
Microrregião	Urbana	-	4.356	10.433	41.711	64.888
	Rural	-	30.696	50.284	62.746	58.973
	Total	20.772	35.052	60.717	104.453	123.861

Fonte: IPEADATA (2013).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

O aumento da população urbana e diminuição da população rural deveram-se à modernização das atividades agrícolas com a inserção de maquinários e insumos, resultando na expulsão da população do campo, e ao desenvolvimento de infraestruturas e do setor terciário da cidade, que serviu como força centrípeta de atração de população, principalmente daquela que

perdia condição de reprodução da vida no campo. Além disso, as fragmentações territoriais ocorridas na década de 1960 também foram responsáveis pela queda no número total da população rural, uma vez que os novos municípios concentravam população predominante no campo, conforme destacado nas tabelas 38 e 39.

Tabela 39 – MRG de Ituiutaba (MG): taxas de crescimento (1920-1970)

Município/MRG (Emancipação)	Situação	Taxa de crescimento (%)		Taxa geométrica de crescimento anual (%)	
		1950-1960	1960-1970	1950-1960	1960-1970
Ituiutaba	Urbana	190,95	66,42	10,20	4,74
	Rural	-0,72	-58,46	-0,07	-7,68
	Total	34,74	-8,55	2,75	-0,81
Santa Vitória	Urbana	736,29	-9,85	21,30	-0,94
	Rural	21,20	55,65	1,76	4,10
	Total	83,82	29,55	5,69	2,38
Capinópolis	Urbana	-	-7,99	-	-0,75
	Rural	-	-33,30	-	-3,62
	Total	-	-23,21	-	-2,37
Microrregião	Urbana	299,79	55,56	13,43	4,10
	Rural	24,78	-6,01	2,03	-0,56
	Total	72,03	18,58	5,06	1,56

Fonte: IPEADATA (2013).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Os municípios de Santa Vitória (MG) e Capinópolis (MG) tiveram decréscimo da população urbana entre 1960 e 1970, -7,99% e -9,85%, respectivamente. Essa queda provavelmente foi resultado da centralidade exercida por Ituiutaba (MG) na MRG e por Uberlândia (MG) em todo o Triângulo Mineiro. No intervalo de 1950 a 1960, Santa Vitória (MG) teve crescimento de 736,29% da população urbana. Esta significativa taxa estava relacionada à pequena quantidade de moradores urbanos em 1950 – 722 pessoas –, que passou para 6.038 habitantes em 1960. Apesar de ter perdido população urbana no período de 1960 a 1970, a população rural e total do

município sempre apresentaram crescimento no intervalo de 1950 a 1970. Por outro lado, Capinópolis (MG) acumulou perda populacional no período de 1960 a 1970, provavelmente em função da emancipação de Cachoeira Dourada (MG) e também da centralidade de Ituiutaba (MG).

O saldo entre ganhos e perdas populacionais dos municípios da MRG de Ituiutaba (MG) resultou no crescimento da população total, urbana e rural no período de 1950 a 1970, como indicado na Tabela 39. A análise da taxa geométrica de crescimento anual, descrita na mesma tabela, permite concluir que as atividades econômicas desenvolvidas na MRG no período de 1950 a 1960 atraíram mais população do que aquelas da década subsequente. Silva (1997) e Oliveira (2003) destacam que a chegada de migrantes em Ituiutaba (MG) e região, em decorrência dos ciclos econômicos, teve início no ciclo do garimpo (de 1935 a 1945) e se manteve com o auge da produção de arroz nas décadas de 1950 e 1960.

Antes de o arroz tornar-se a atividade mais expressiva da microrregião de Ituiutaba, a pecuária ocupava uma posição de destaque entre os agropecuaristas. Na década de 1940, com a formação de invernadas artificiais e a instalação de um matadouro industrial, os fazendeiros passaram à recria e à engorda, transformando a região num grande centro recriador [...]. Com o passar do tempo, o mercado de grãos tornou-se promissor e o cultivo de arroz e do milho ganhou novos adeptos. Na passagem dos anos de 1940 para 1950, muitas fazendas da região já adotavam a agricultura como atividade principal. Os migrantes tiveram grande atuação nesse período e contribuíram para significativas mudanças no contexto rural e urbano de Ituiutaba [e região]. (OLIVEIRA, 2003, p. 57).

Apesar de as taxas de crescimento terem sido maiores no período de 1950 a 1960 do que na década seguinte, foi somente no ano de 1970 que a MRG de Ituiutaba (MG) apresentou população urbana maior que a rural,

atingindo a taxa de urbanização de 52,38% (Tabela 40), conforme as dinâmicas espaciais do restante do território brasileiro, pois a partir dessa década o país somou população urbana superior à rural (55,98%).

Em 1970, somente o município de Ituiutaba (MG) possuía população urbana maior que a rural (72,72%); enquanto Capinópolis (MG) e Cachoeira Dourada (MG) apresentavam taxas superiores a 47%, Gurinhatã (MG), com somente 7,75%, era o município menos urbanizado da MRG. Vale destacar que na década de 1960 existia uma equiparação da taxa de urbanização da MRG, pois todas as cidades possuíam taxas variando entre 39,80% e 40,00%, mesmo que em números absolutos as diferenças fossem bastante significativas, como representado nas tabelas 38 e 39.

Tabela 40 – MRG de Ituiutaba (MG): taxa de urbanização (1920-1970)

Município/MRG	Taxa de urbanização (%)			
	1940	1950	1960	1970
Ituiutaba	12,43	18,51	39,96	72,72
Santa Vitória	-	8,76	39,84	27,72
Capinópolis	-	-	39,90	47,80
Cachoeira Dourada	-	-	-	49,36
Gurinhatã	-	-	-	7,75
Ipiaçu	-	-	-	34,64
Microrregião	12,43	17,18	39,93	52,38

Fonte: IPEADATA (2013).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

A urbanização da MRG de Ituiutaba (MG) acentuou-se num momento em que toda a rede urbana do Triângulo Mineiro passava por uma refuncionalização orientada pela modernização do campo, responsável pela expulsão de parcela significativa da população rural para as cidades; pelo aumento do dinamismo econômico de alguns centros urbanos; pela intensificação dos fluxos de transportes e comunicações; bem como pela

diversificação do comércio e serviços das cidades, o que resultou na diferenciação entre os aglomerados urbanos (SOARES, 1995, 1997).

Na nova estruturação da rede urbana, alguns municípios projetaram-se, à medida que implantaram toda uma infraestrutura de apoio à produção e à distribuição das mercadorias produzidas, diversificaram serviços e, principalmente, aumentaram a oferta de empregos. [...] A intensificação desse fenômeno possibilitou a determinadas cidades localizadas nesta região um crescimento rápido, que fez com que as mesmas redefinissem suas atividades econômico-sociais. Essas novas relações modificaram sua forma e seu contexto, criando uma identidade que é, ao mesmo tempo, globalizada e fragmentada, preenche de códigos, signos e símbolos que as identifica ao nível regional. (SOARES, 1997, p. 119-120).

As transformações socioespaciais na MRG de Ituiutaba (MG) aconteceram num momento peculiar das dinâmicas agrícolas na região, que foi o início da decadência da produção de arroz em virtude do incentivo estatal e das políticas públicas para a modernização da produção no campo¹²⁰, fato este que impactou diretamente a economia da microrregião¹²¹.

Segundo Oliveira (2003), as políticas de incentivo à modernização da produção agrícola só tiveram impacto relevante sobre a economia da MRG de Ituiutaba (MG) a partir do final da década de 1960, quando a produção de arroz anunciava seu declínio e a perda de área produtiva para outras atividades agropecuárias, como o cultivo de milho e a criação de gado bovino. Nesse sentido, Mateus (2013) afirma que a produção de arroz não se mostrou propícia à modernização agrícola devido às dificuldades de manejo para os

¹²⁰ A respeito das políticas públicas brasileiras para a modernização agrícola, confira: Pessoa (1988), Gonçalves Neto (1997), Elias (2003), Santos e Silveira (2005), Stedile (2005, 2005a), Mendonça (2006) e Prado Júnior (2007).

¹²¹ A respeito dos impactos das políticas públicas de modernização agrícola na MRG de Ituiutaba (MG), confira: Oliveira (2003) e Mateus (2013).

avanços técnicos da época. O autor pontua ainda que o aumento na produção aconteceu pela ampliação da área plantada e não pelo ganho de produtividade. Esses fatores explicam a decadência do arroz na MRG quando da inserção das políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento tecnológico da agricultura.

Yokomizo (1967) corrobora esta análise e indica que apesar da possibilidade de modernização da produção de arroz, por falta de condições financeiras ou interesses dos proprietários de terras, isso não acontecia:

A orizicultura ocupa as melhores áreas das propriedades, sendo cultivadas anualmente, sem sofrer, contudo, alguns cuidados técnicos desejáveis na condução dessa cultura. Utilização de adubo, emprego de sementes selecionadas ou melhoradas, práticas mecânicas de conservação do solo, rotação de cultura, fatores estes que apesar de controláveis, não se fazem merecedores da atenção geral. (YOKOMIZO, 1967, p. 56-57).

Os investimentos em técnica e ciência, juntamente com a presença da informação, transformaram significativamente a produção no campo e a estruturação das cidades no território brasileiro. Na MRG de Ituiutaba (MG) esta lógica não foi diferente, pois a partir dos incentivos governamentais para a modernização do campo as cidades inseriram-se no que Santos (1985) chamou de *período técnico-científico-informacional*, tornando-se *lócus* da concentração do processamento e transformação agrícola, da instalação das unidades de produção industrial e espaços de consumo produtivo e consumptivo¹²² (SANTOS, 2005).

¹²² “O consumo produtivo é o consumo associado à produção, que desenvolve atividades terciárias que precedem à produção material e sem as quais ela não pode se realizar. No Brasil agrícola moderno criam-se novas formas de consumo associadas à produção agropecuária. O consumo produtivo agrícola é o consumo que se dá nas cidades, inerente às atividades agrícolas modernas, expandindo o terciário (comércio e serviços) associado ao setor. Por sua vez, o consumo consumptivo é o consumo de bens e serviços que se esgota em si próprio, inerente às demandas das pessoas.” (ELIAS, 2008, p. 07).

Diante do exposto, faz-se necessário entender os reflexos das políticas públicas de modernização da produção agrícola na organização socioespacial da MRG de Ituiutaba (MG), bem como as transformações ocorridas nas cidades nesse período, aspectos que serão apresentados em detalhes no próximo capítulo desta tese.

Capítulo 4

Da fazenda para a cidade: modernização agrícola e processos urbanos recentes na microrregião de Ituiutaba (MG)

O objetivo deste capítulo é analisar as transformações socioespaciais na MRG de Ituiutaba (MG) a partir da década de 1970, considerando os processos espaciais oriundos da modernização do campo e seus reflexos sobre a reestruturação urbana e das cidades. A década de 1970 foi um marco na urbanização da MRG, dado que a partir dos investimentos na modernização agrícola as cidades se transformaram e tornaram-se mais dinâmicas.

Ituiutaba (MG) se consolidou como principal centro urbano regional, visto que absorveu os excedentes de capital procedente das atividades agrícolas, resultando na reestruturação da cidade. A industrialização da região, mesmo que limitada, tem como suporte produtivo e econômico a atividade agropecuária, posto que as principais empresas são de processamento de produtos de origem animal (laticínios e frigoríficos) e beneficiamento de grãos, além das usinas ligadas ao setor agroindustrial canavieiro, produtoras de açúcar e etanol. Essas transformações produtivas possibilitaram o

desenvolvimento do setor terciário das cidades, no entanto, houve concentração comercial em Ituiutaba (MG), com destaque para os serviços de saúde e educação técnica e superior, projetando essa cidade à condição de centro regional da parte noroeste do Triângulo Mineiro. A seguir, serão discutidos, de forma detalhada, esses processos.

4.1. Modernização agrícola no cerrado: considerações sobre a MRG de Ituiutaba (MG)

A MRG de Ituiutaba (MG) está inserida no domínio morfoclimático do cerrado¹ brasileiro (AB'SÁBER, 2003), área que até o advento da modernização agrícola era vista como um amplo espaço pouco produtivo e com atividades agrícolas tradicionais.

A partir da segunda metade do século XX, com a intenção de aumentar a produtividade agrícola mundial através do desenvolvimento tecnológico, do melhoramento genético animal e vegetal e da aplicação de técnicas e equipamentos mais eficientes no processo produtivo, o grupo econômico estadunidense Rockefeller iniciou, após a Segunda Guerra Mundial, o processo de modernização da agricultura, que ficou mundialmente conhecido como Revolução Verde².

No Brasil, esta iniciativa ganhou força a partir da década de 1960, com os projetos de modernização e desenvolvimento do país iniciados no governo Juscelino Kubitschek. Esse período foi marcado pela incorporação de

¹ A respeito das características biológicas, climáticas, fisiográficas, hidrológicas e pedológicas do cerrado brasileiro, confira: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/paisagens.pdf>

² A respeito da revolução verde, confira: BRUM (1988).

conteúdos técnicos ao território brasileiro, propondo um novo modelo de desenvolvimento econômico do país. Segundo Gonçalves Neto (1997), a necessidade de romper com a dependência externa para a produção de bens de consumo obrigou o Estado a investir em um padrão de industrialização baseado na substituição de importações, ainda na década de 1930. Entretanto, em 1960 este modelo já se apresentava saturado, não conseguindo responder às demandas econômicas da sociedade.

[...] a intensa crise econômica que se abatia sobre a sociedade brasileira, em razão sobretudo do esgotamento do modelo de substituição de importações e a necessidade de se caminhar para um estágio mais avançado de desenvolvimento capitalista. Duas alternativas se colocavam: uma, de desenvolvimento autônomo (nacionalista-funcionalista), originada e encaminhada a partir do período getulista; e outra, de desenvolvimento associado ao capital externo, com instalação a partir do Plano de Metas do governo Kubitschek e que, finalmente, se impõe definitivamente num golpe de força, em 1964. (GONÇALVES NETO, 1997, p. 29).

Percebe-se a intenção do Estado brasileiro de modernizar seu território no incentivo à diversificação e diferenciação industrial, principalmente dos setores de bens de produção e de consumo duráveis; nos investimentos em infraestruturas de energia, transporte, armazenamento; bem como no impulso dado à indústria de base, com ênfase às produtoras de aço, cimento e equipamentos elétricos (BRANDÃO, 1989).

Neste sentido, Guimarães e Leme (2002) apontam que o Plano de Metas proposto por Juscelino Kubitschek foi responsável pela articulação de um novo padrão de acumulação de capital no país, com estrutura encadeada em três eixos:

- a) abolição dos pontos de estrangulamento da economia, por meio de investimentos infraestruturais a cargo do Estado;
- b) ampliação e instalação das indústrias de base, estimulando investimentos privados nacionais e estrangeiros;
- c) interiorização forçada da economia, através da construção da nova capital, sintetizada na proposição de JK, segundo a qual, "todos os rumos levam a Brasília". (GUIMARÃES; LEME, 2002, p. 38).

A interiorização do capital, aliado aos investimentos em infraestrutura, impactou diretamente a organização espacial do Triângulo Mineiro³ e, conseqüentemente, a MRG de Ituiutaba (MG). Guimarães (2010) indica que o período da modernização do território brasileiro (Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek) foi decisivo para a economia triangulina, uma vez que, com a construção de Brasília (DF), o espaço geográfico do Triângulo Mineiro passou, em definitivo, a se localizar entre a principal região econômica do país – São Paulo – e a capital federal – Brasília (DF).

Embora o Triângulo Mineiro tenha sido historicamente uma região do território nacional de integração econômica, com significativo papel na função de entreposto comercial e agropecuário, beneficiado por rotas rodoferroviárias de interligação com o litoral, suas condições de desenvolvimento ainda eram incertas antes das políticas de interiorização da ocupação e de infraestruturas no país. Foi somente com a construção de Brasília (DF) e a industrialização concentrada no centro-sul brasileiro que houve a redefinição do papel da divisão inter-regional do trabalho (GUIMARÃES, 2010).

[...] a economia do Triângulo Mineiro foi parte privilegiada na redefinição da estrutura produtiva brasileira, no momento

³ A respeito das implicações econômicas do Plano de Metas no Triângulo Mineiro, confira: Freitas e Sampaio (1985), Brandão (1989) e Guimarães (1990, 2010).

“exato” em que se encontrava diante de uma crise de infraestrutura. É neste sentido que, a olhos nus, tem-se a impressão de que a estrutura anterior do Triângulo tenha dado-lhe substrato para justificar e receber o aparelhamento infraestrutural moderno. [...] O arrojo desenvolvimentista do Governo JK recolocou o Triângulo Mineiro a perspectiva da integração regional. Assim, o importante a destacar é o fato de que, embora esta região seja reconhecida pelas suas condições naturais favoráveis, foram as grandes mudanças ocorridas a partir da segunda metade de 1950 que ajudaram a consolidar a posição geográfica estratégica do Triângulo vis-à-vis uma economia litorânea que buscava o curso forçado de uma interiorização. (GUIMARÃES, 2010, p. 122).

A modernização do território triangulino ocorreu no momento em que a disponibilidade de terras para a expansão da agropecuária nas regiões Sul e Sudeste – especialmente no estado de São Paulo – estava se esgotando, criando a necessidade de uma “nova” fronteira agrícola no país, rumo às regiões Centro-oeste e Norte, principalmente sobre as áreas de cerrado, em virtude da sua localização e características naturais, ou seja, solos profundos e grandes áreas de chapadas, o que facilitava a mecanização e favorecia a implantação do pacote tecnológico proposto pelo governo federal no Plano de Metas. Mesmo fazendo parte do Sudeste, o Triângulo Mineiro era predominantemente formado por cerrado, o que possibilitou sua participação efetiva no recebimento de investimentos estatais para a modernização da produção agrícola.

Apesar da aptidão das áreas do cerrado para a agricultura, no início da expansão agrícola havia dificuldades de produção nesta área, principalmente devido à baixa fertilidade dos solos, à ausência de sistemas de infraestrutura – armazenamento, energia elétrica, rodovias –, além da ineficiência técnica dos modelos de produção. O rompimento desta barreira

aconteceu com a incorporação de técnicas modernas no processo de produção, como destaca Elias (2003, p. 64-65):

O emprego de um amplo leque de insumos industriais modernos (fertilizantes, sementes e mudas, defensivos químicos etc.) mudou tanto seu processo produtivo como todas as tradicionais formas de distribuição e consumo da sua produção, enquanto a utilização de métodos e procedimentos científicos possibilitou o aumento de produtividade e a ocupação de inúmeras áreas antes não utilizadas para a atividade, alargando desmedidamente a fronteira agrícola.

A produção agropecuária no Brasil passa a integrar um sistema econômico ligado à indústria, deixando de ser uma economia puramente agrícola para participar de uma economia comercial-industrial subordinada ao capital financeiro, o que resultou em transformações socioespaciais no território brasileiro.

[...] a agricultura deixa gradativamente o seu papel de "mercado de bens de consumo" para cada vez mais assumir a posição de "meios industriais de produção", quer como consumidora de certos insumos, quer como vendedora de outros. É a isso que chamamos *processo de industrialização da agricultura brasileira*, num duplo sentido: o da elevação da composição técnica nas suas unidades de produção e o da subordinação do setor aos interesses do capital industrial e financeiro. (Grifo do autor). (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 46).

Gonçalves Neto (1997, p. 78) corrobora o pensamento de Graziano da Silva afirmando que:

A década de 1970 assistirá a uma profunda mudança [...]. Impulsionada por uma política de créditos facilitados, que se inicia na segunda metade dos anos 1960, pelo desenvolvimento urbano-industrial daquele momento, que se convencionou

chamar na literatura de “milagre brasileiro”, a agricultura brasileira não apenas respondeu às demandas da economia como foi profundamente alterada em sua base produtiva. O maciço crescimento do uso da tecnologia mecânica, de defensivos adubos, a presença da assistência técnica, o monumental êxodo rural, etc. permitiram dizer que o Brasil mudou, e o campo também.

Nesse contexto, o cerrado foi beneficiado com os programas de financiamento do governo federal e estadual, que tinham como objetivo incorporar terras relativamente baratas através do fortalecimento do uso de capital, da correção da acidez/alcalinidade dos solos e da mecanização da produção. Essa transformação só foi possível graças ao avigoreamento do crédito rural, o oferecimento de assistência técnica especializada e a implantação de infraestruturas de armazenamento, circulação e eletricidade (ARAÚJO, 2010).

Coube ao Estado brasileiro adequar a produção e o território à reprodução ampliada do capital na agricultura do país. Desse modo, a modernização dessa atividade foi fortemente induzida pelo amparo do estado, que, na verdade, agiu como maestro das transformações necessárias para a globalização da produção agrícola brasileira, que culminaram na organização de uma atividade com circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação também globalizados, expandindo o número de fixos no campo e construindo inúmeros novos sistemas de fluxos. (ELIAS, 2003, p. 65).

A incorporação das técnicas no processo de transformação da produção agrícola no cerrado aconteceu em decorrência do crédito rural⁴, como destaca Pessôa (1999, p. 47):

⁴ A respeito dos planos governamentais para a modernização da agricultura no cerrado, confira: Pessôa (1988) e Gonçalves Neto (1997).

O fio condutor do processo de modernização agrícola no cerrado mineiro foi a política de crédito rural, através do crédito de investimento e de crédito de custeio, que incentivou o uso de métodos mais racionais de produção. O resultado foi o avanço, nos primeiros anos da década de 1980, das culturas de mercado externo (café, soja, cana-de-açúcar) em detrimento das culturas de mercado interno (arroz, feijão, milho, mandioca).

A vinculação do capital à agricultura e desta à industrialização estava relacionada ao progresso técnico da produção, possibilitando a junção da técnica, da ciência e da informação no processo produtivo, transformando o espaço, as relações sociais, políticas e econômicas. Este período foi batizado por Santos (1985) como *período técnico-científico-informacional* e, segundo o autor:

[...] coincide com o desenvolvimento da ciência das técnicas, isto é, da tecnologia, e, desse modo, com a possibilidade de aplicar a ciência ao processo produtivo. É neste período, também, que toda a natureza se torna passível de utilização direta ou indireta, ativa ou passiva, econômica ou apenas política. Esse período também se caracteriza pela expansão e predominância do trabalho intelectual e de uma circulação do capital à escala mundial, que contribui à circulação (movimento das coisas, valores, ideias) um papel fundamental. (SANTOS, 1985, p. 37-38).

A expansão do meio técnico-científico-informacional estava relacionada ao aumento de fixos artificiais no território, ou seja, dos instrumentos de trabalho e das forças produtivas. Vinculava-se também à criação dos sistemas técnicos imprescindíveis à efetivação da produção e do consumo modernos, ou seja, à base material (ELIAS, 2003).

Na MRG de Ituiutaba (MG), a incorporação do meio técnico-científico-informacional na produção agrícola pode ser observada a partir da

mudança da base técnica, com as inovações físico-químicas, mecânicas e biológicas⁵.

As inovações físico-químicas vinculam-se ao desenvolvimento da indústria química brasileira, que na agricultura está relacionado à utilização de fertilizantes e defensivos agrícolas (agrotóxicos), os quais se tornaram abundantemente disponíveis no mercado brasileiro a partir da implementação do pacote tecnológico na agricultura. Os dados da Tabela 41 demonstram o crescimento no uso de fertilizantes e defensivos no período de 1970 a 1985, atingindo, em alguns casos, valores superiores a 80% do total de estabelecimentos agropecuários de um município.

Tabela 41 – MRG de Ituiutaba (MG): número de estabelecimentos segundo o emprego de fertilizantes e defensivos agrícolas (1970-1985)

Município e MRG	Fertilizantes ¹				Defensivos		
	1970	1975	1980	1985	1975	1980	1985
Cachoeira Dourada (MG)	02	47	64	72	107	62	86
Capinópolis (MG)	28	186	282	285	352	368	363
Gurinhata (MG)	09	82	360	442	778	1.085	1.075
Ipiacu (MG)	04	42	86	107	145	151	142
Ituiutaba (MG)	52	296	641	862	1.037	1.094	1.231
Santa Vitória (MG)	09	102	208	259	836	703	831
MRG de Ituiutaba (MG)	104	755	1.641	2.027	3.255	3.463	3.728

Nota da tabela: Fertilizantes: adubos, calcário e outros corretivos.

Fonte: IBGE (1970, 1979, 1984, 1985)

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

A utilização de fertilizantes foi a que mais cresceu na MRG estudada.

No município de Cachoeira Dourada (MG), em 1970, apenas 1,85% das propriedades rurais empregavam fertilizantes na produção. Em 1985 esse

⁵ Graziano da Silva (1981, p. 32) define estas inovações como: "inovações físico-químicas, que modificam as condições naturais do solo, elevando a produtividade do trabalho aplicado a esse meio básico de produção; inovações mecânicas, que atingem de modo particular a intensidade e o ritmo da jornada de trabalho; inovações biológicas, que afetam principalmente a velocidade de rotação do capital adiantado no processo produtivo, mediante redução do período de produção e potencialização dos efeitos das inovações mecânicas e físico-químicas".

valor saltou para 82,76%, apresentando crescimento geométrico proporcional a 26,99% ao ano. O município de Santa Vitória (MG) era o que possuía a menor quantidade de estabelecimentos agropecuários utilizando fertilizantes: no interstício de 1970 a 1985, saiu de 1,0% do total de estabelecimentos para 28,81%. Apesar de não possuir 30% das propriedades com utilização de fertilizantes, a taxa de crescimento geométrico para o período foi de 25,10% ao ano, superior à média da MRG, que foi de 21,90% ao ano. Gurinhatã (MG) foi o segundo município a apresentar a menor proporção de propriedades rurais com utilização de fertilizantes: em 1970, era de 0,95% do total, atingido 37,31% em 1985, com taxa de crescimento geométrico de 29,64% ao ano, a maior da MRG.

Por outro lado, Capinópolis (MG) apresentou a menor taxa de crescimento geométrico, 16,73% ao ano, mas com 71,61% dos estabelecimentos agropecuários utilizando fertilizante na produção agrícola em 1985, ao passo que em 1970 o total era de 7,95%.

O município de Ipiacú (MG) era o que tinha, em 1985, a segunda maior quantidade de propriedades com utilização de fertilizantes (71,81%), contrariamente ao total de 1970, que era de apenas 1,61%, também a segunda menor taxa da MRG; a taxa de crescimento geométrica era de 24,50% ao ano. Por fim, o município de Ituiutaba (MG), que possuía 4,74% das propriedades com emprego de fertilizantes em 1970, passou para 68,63% em 1985, com taxa de crescimento geométrico de 20,59% ao ano, comprovando que a agricultura da MRG foi impactada e transformada pelos investimentos da modernização agrícola.

Ao contrário dos fertilizantes, os defensivos agrícolas sempre estiveram presentes nas propriedades rurais da MRG de Ituiutaba (MG). No

ano de 1975, 91,41% dos estabelecimentos rurais utilizavam defensivos; em 1980, a taxa foi de 94,21% e em 1985, atingiu 94,19%. No período de 1975 a 1985, os municípios de Ituiutaba (MG), Santa Vitória (MG), Ipiáçu (MG) e Gurinhatã (MG) apresentaram média superior a 93% das propriedades com emprego de defensivos agrícolas; já Cachoeira Dourada (MG) e Capinópolis, atingiram mais de 84% do total.

O crescimento da utilização de fertilizantes e de defensivos agrícolas nos municípios e na MRG de Ituiutaba (MG), no período de 1975 a 1985, demonstra a diferenciação da inserção de cada um nas atividades agrícolas, conforme disposto na Tabela 42.

Tabela 42 – MRG de Ituiutaba (MG): % de crescimento do emprego de fertilizantes e defensivos agrícolas (1975-1985)

Município e MRG	% de crescimento	
	Fertilizantes	Defensivos
Cachoeira Dourada	53,19	-19,62
Capinópolis	53,22	3,12
Gurinhatã	439,02	38,17
Ipiáçu	154,76	-2,06
Ituiutaba	191,21	18,70
Santa Vitória	153,92	-0,59
MRG de Ituiutaba	168,47	14,53

Nota da tabela: fertilizantes: adubos, calcário e outros corretivos.

Fonte: IBGE (1979, 1984, 1985)

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Enquanto a utilização de fertilizantes apresentou crescimento, com taxas variando de 50% a mais de 400%, dependendo do município, os defensivos chegaram a apresentar quedas ou taxas de crescimentos inferiores a 40%, destacando a discrepância nos usos. A utilização maciça de defensivos pode ser explicada pelos seguintes fatores:

- i) o impacto das pragas agrícolas no volume de produção sempre foi maior do que da baixa fertilidade dos solos;
- ii) a existência de “lobbies” das grandes empresas produtoras de defensivos agrícolas sobre os agricultores;

Segundo Elias (2003), os altos índices de utilização de defensivos e fertilizantes constituíram uma das distorções da modernização agrícola brasileira, pois não havia correspondência entre a quantidade lançada e o aumento da produção, reforçando a tese da existência de lobbies. A autora aponta que o uso de fertilizantes no Brasil cresceu 13% ao ano, entre 1950 e 1980, contra 4,5% do crescimento da produção. Os defensivos agrícolas, por sua vez, cresceram 11,37% ao ano, em apenas 14 anos (1974-1980), totalizando um crescimento no período de 451,62%.

A utilização da força mecânica, em detrimento do trabalho animal ou humano, é outra importante característica da modernização da produção agrícola. Para Graziano da Silva (1982) e Elias (2003), o uso do trator é o melhor indicador na análise do grau de modernização tecnológica da agropecuária, uma vez que é ele que viabiliza a utilização de implementos agrícolas, como arados, colhedeiros, grades, plantadeiras, pulverizadores etc. Os números de arados mecânicos, colhedeiros e tratores, por município, estão expressos na Tabela 43.

Tabela 43 – MRG de Ituiutaba (MG): número de estabelecimentos segundo o emprego de máquinas agrícolas (1975-1996)

Tipo	Ano	Cachoeira Dourada	Capinópolis	Gurinhata	Ipiacu	Ituiutaba	Santa Vitória	MRG
Arado mecânico	1970	58	310	237	95	313	137	1.150
	1975	44	186	174	66	694	428	1.592
	1980	87	436	244	83	599	251	1.700
	1985	02	393	323	100	509	620	1.947
	1995	149	457	318	196	644	447	2.211
Colhedeira	1970	14	98	153	14	156	47	482
	1975	07	22	08	10	73	39	159
	1980	10	49	22	14	59	18	172
	1985	09	46	24	16	57	49	201
	1995	28	96	54	33	123	62	396
Trator	1970	36	173	143	74	228	139	793
	1975	42	210	161	73	373	254	1.113
	1980	82	321	233	76	467	312	1.491
	1985	92	425	272	116	569	400	1.874
	1995	190	587	417	178	720	502	2.594

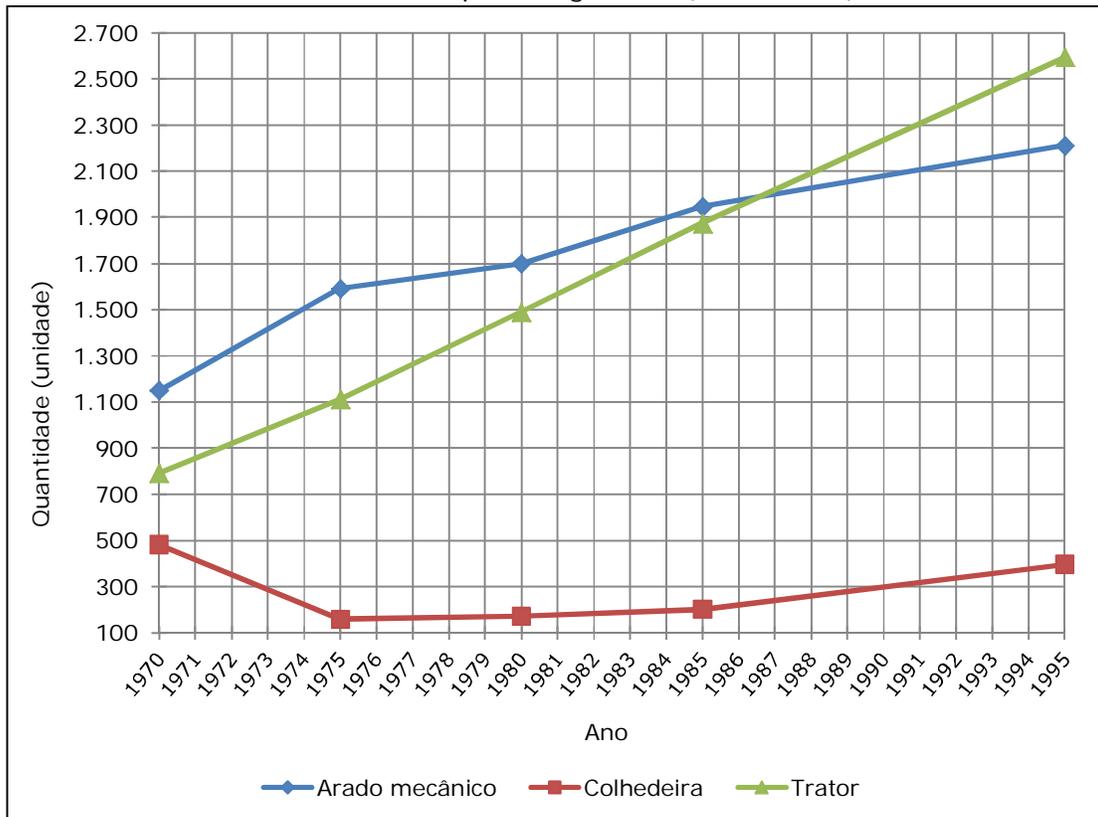
Nota da tabela: A variação no número de máquinas agrícolas por município deu-se em função da forma de levantamento de dados pelo IBGE, pois considerou aquelas tomadas por aluguel ou empréstimo em uso no estabelecimento na data do censo.

Fonte: IBGE (1970, 1979, 1984, 1985, 1998) e IPEADATA (2013).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Apesar da variação no número total de máquinas agrícolas por município, no período de 1970 a 1995, a MRG de Ituiutaba apresentou crescimento nos três tipos selecionados nesta análise (arado mecânico, colhedeira e trator), indicando a inserção da região na modernização agrícola. É preciso ressaltar que a variação no número total de máquinas estava relacionada à forma como o IBGE realizou o recenseamento, pois considerou todos os equipamentos que estavam sendo utilizados nas propriedades rurais nas datas dos censos, incluindo os obtidos por empréstimo ou aluguel. No entanto, esta variação não implicou na diminuição do número de máquinas da MRG no período analisado, conforme apontado na Tabela 43 e na Figura 17.

Figura 17 – MRG de Ituiutaba (MG):
número de máquinas agrícolas (1975-1995)



Nota da figura: O ano de 1995 refere-se ao Censo Agropecuário de 1995/1996.

Fonte: IBGE (1970, 1979, 1984, 1985, 1998) e IPEADATA (2013).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

A queda no total de colhedeiros entre os anos de 1970 e 1975 só pode ser explicada pela contagem de máquinas emprestadas ou alugadas, uma vez que nos anos subsequentes o número deste equipamento cresceu. Além disso, o número de arados e tratores não diminuiu em nenhum período, o que indica que foram fatores alheios à produção agrícola da MRG que repercutiram nos números.

Em uma análise mais detalhada, com aplicação de regressão linear sobre os dados da Tabela 43, chegou-se aos seguintes resultados:

i) arado mecânico: o município de Santa Vitória foi o que indicou maior e mais acentuada tendência de crescimento; Cachoeira Dourada (MG) e Ipiacu (MG) tiveram as menores e menos acentuadas tendências; Ituiutaba (MG) e Capinópolis (MG) apresentaram tendências semelhantes de crescimento, entretanto figuravam entre a maior e as menores.

ii) colhedeiças: excluindo os dados de 1970, todas as tendências foram de crescimento, sendo em Ituiutaba (MG) e Capinópolis as mais acentuadas e em Santa Vitória (MG), Ipiacu (MG), Gurinhatã (MG) e Cachoeira Dourada (MG), as menos acentuadas.

iii) tratores: retas de tendências de crescimento para todos os municípios, com destaque para Ituiutaba (MG), Capinópolis (MG) e Santa Vitória (MG), enquanto Cachoeira Dourada (MG) e Ipiacu (MG) demonstraram retas mais discretas.

As regressões lineares dos dados e as retas de tendências apontam a inserção gradual dos investimentos de capital na produção agrícola, pois, como apontado por Pessoa (1988), foi a partir de 1975 que o cerrado mineiro recebeu a maior parcela de recursos de crédito agrícola. Para Araújo (2010):

Os subsídios do governo em esfera federal e estadual tornaram-se os elementos fundamentais ao processo de desenvolvimento da agricultura, pois a concessão de terras e o fornecimento de crédito possibilitaram o incremento da produção e o conseqüente aumento da produtividade. O crédito tornou-se, assim, um mecanismo indispensável no processo, ao possibilitar o acesso à infraestrutura necessária para o armazenamento, além de facilitar a comercialização e viabilizar a assistência técnica e a compra de máquinas, implementos e insumos agrícolas. (ARAÚJO, 2010, 147).

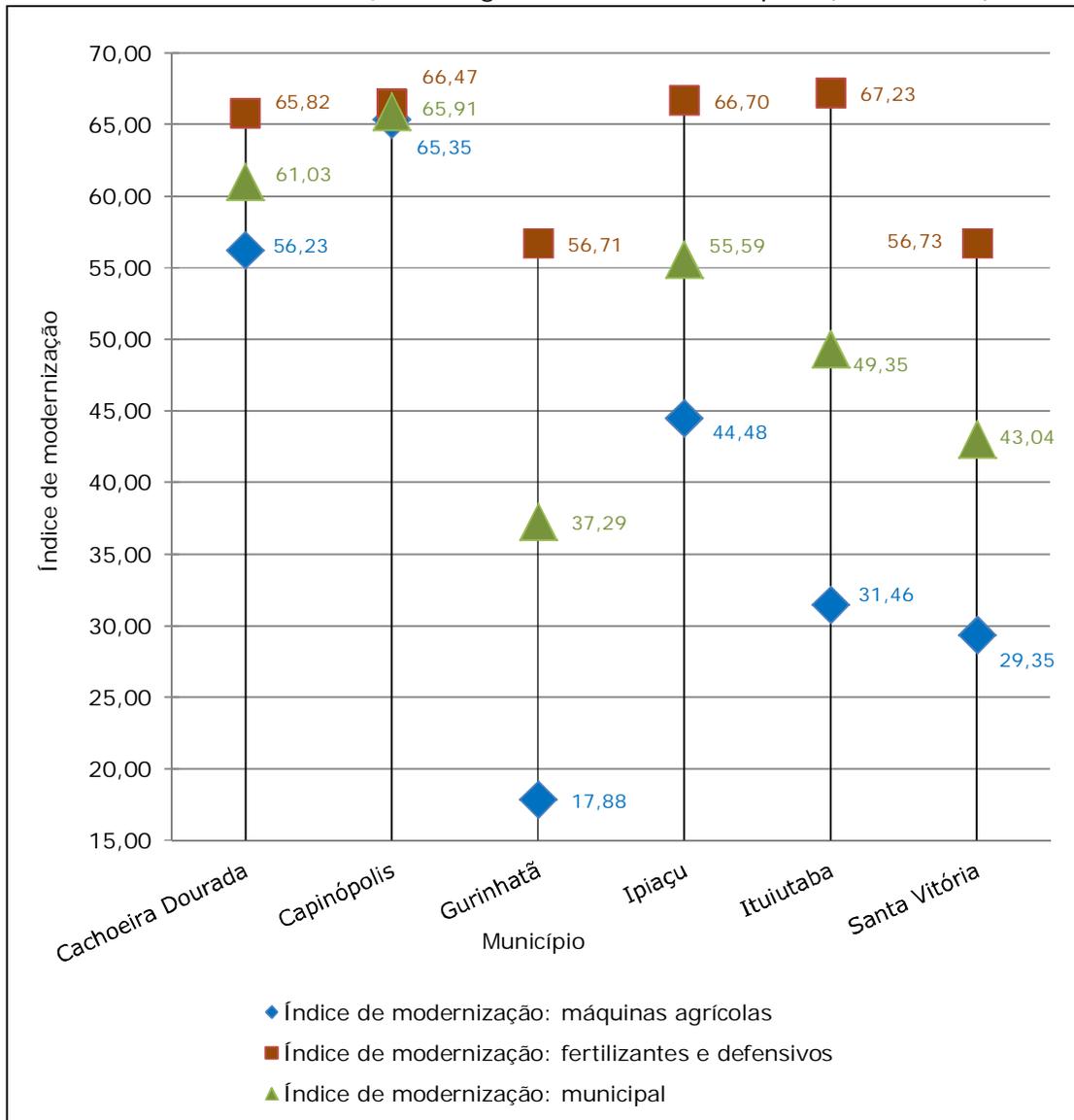
Pela comparação dos dados das tabelas 41 e 43 foi possível estabelecer um *índice de modernização da agricultura dos municípios*, a partir do número médio de utilização de máquinas agrícolas e de fertilizantes e defensivos no período de 1970 a 1995.

Para o *índice de modernização: máquinas agrícolas*, os municípios de Capinópolis (MG), Cachoeira Dourada (MG) e Ipiáçu (MG) obtiveram taxa maior que a média da MRG (31,78). Já em relação ao *índice de modernização: fertilizantes e defensivos*, somente os municípios de Gurinhatã (MG) e Santa Vitória (MG) expressaram números menores do que a média da MRG, que era de 61,62. Estes dados reforçam os argumentos defendidos por Graziano da Silva (1982) e Elias (2003) sobre o uso intenso de fertilizantes e defensivos e a tímida utilização de máquinas⁶ na produção agrícola.

Referente ao *índice de modernização: municipal*, que é a média dos índices anteriores, este revela que os municípios com menores taxas de modernização foram Gurinhatã (MG) e Santa Vitória (MG), inclusive com valores abaixo da média da MRG (46,70). Já o município de Capinópolis (MG) foi o que apresentou o maior índice (65,41) de modernização da agricultura no período analisado; na sequência estavam os municípios de Cachoeira Dourada (MG), Ipiáçu (MG) e Ituiutaba (MG), conforme representado na Figura 18.

⁶ Apesar do significativo uso de tratores na MRG de Ituiutaba, o baixo uso de colhedeiças impactou a composição do índice de modernização das máquinas agrícolas. Nesse sentido, Elias (2003, p. 79) destaca que: "*nem todos os implementos mecânico se difundiram com a mesma velocidade que os dois tipos anteriormente citados [tratores e arados]. No Brasil, as colhedeiças se difundiram menos, principalmente considerando certas áreas e culturas*".

Figura 18 – MRG de Ituiutaba (MG):
índices de modernização da agricultura dos municípios (1970-1995)



Fonte: IBGE (1970, 1979, 1984, 1985, 1998) e IPEADATA (2013).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Acriticava-se que a política de modernização agrícola seria responsável por dinamizar o crescimento industrial, tanto pelo aumento da demanda de insumo, implementos e máquinas, como pela expansão da agroindústria para o processamento da produção. O reflexo disso não atingiu somente o campo, mas também as cidades, que se refuncionalizaram com as

demandas oriundas das atividades agropecuárias. Corrêa (1995) e Soares (1995, 1997), ao analisarem o processo de urbanização nas áreas de cerrado, destacam que a refuncionalização dos centros urbanos aconteceu a partir de novas atividades provenientes de fora e que foram implantadas para atender as necessidades da agricultura e dos novos produtores agrícolas, os quais, além de serem numerosos, dispunham de renda para o consumo pessoal. Neste sentido, Santos e Silveira (2005, p. 280-281) destacam que:

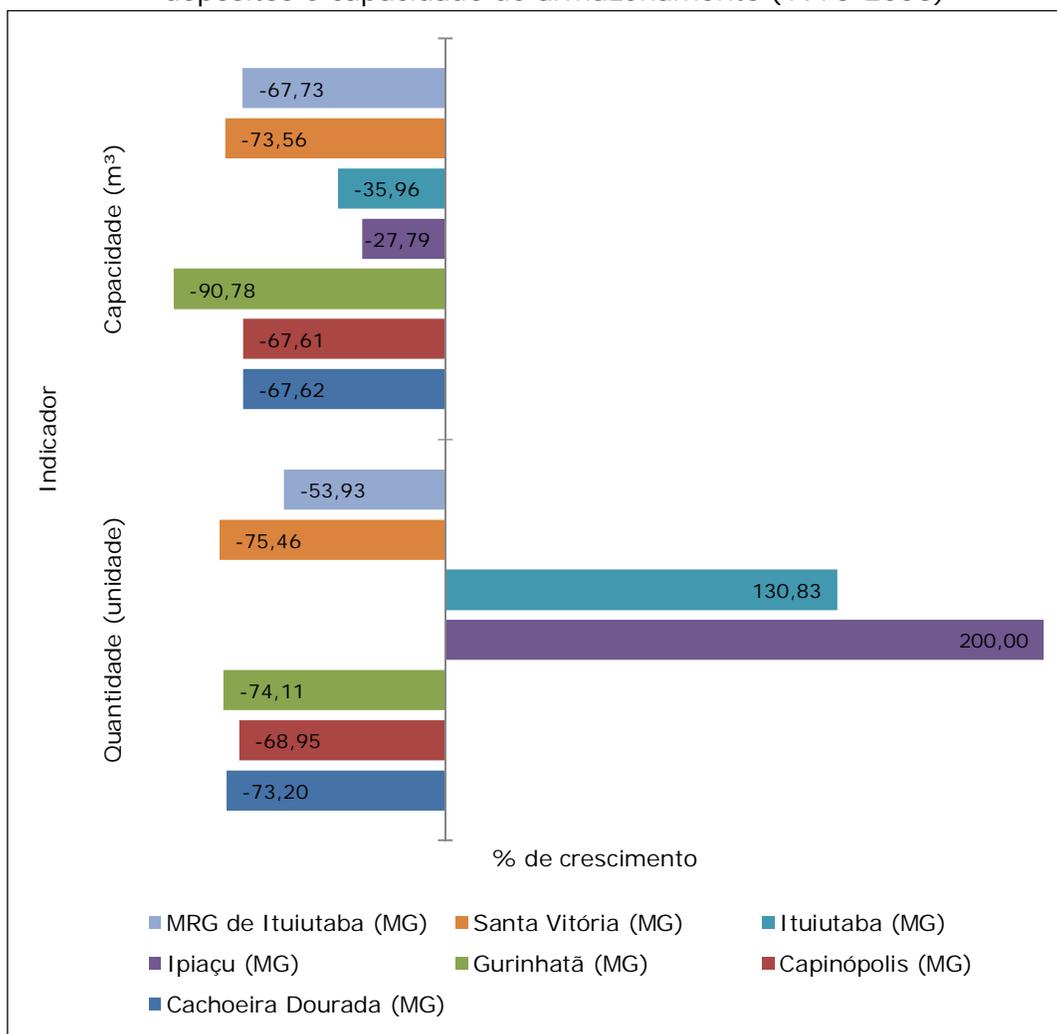
[...] com a modernização da agricultura e a instalação de uma produção corporativa, assim como de uma circulação, distribuição e informação corporativa, a demanda cumprida pelas cidades acaba sendo majoritariamente reclamada pelas empresas, ou em todo caso tal demanda é privilegiada no estabelecimento dos planos regionais. A demanda das famílias é considerada "residual", exceto naquilo em que represente, direta ou indiretamente, uma demanda empresarial.

No contexto da modernização agrícola, as cidades do cerrado tornam-se intérpretes das técnicas, transformando várias das atividades urbanas em especializações das demandas da produção regional. O número de armazéns e silos (depósitos) para produção agrícola e o comércio varejista são exemplos dessas transformações espaciais nas cidades.

A concentração de armazéns e silos indica a centralidade exercida no comando da comercialização dos produtos agrícolas. Entre os municípios da MRG pesquisada, Ituiutaba (MG) foi o que apresentou a maior capacidade média de armazenamento (em metros cúbicos), no período de 1970 a 2006, e o maior número médio de unidades de armazenamento. Juntamente com Ipiacú (MG), foram os dois únicos municípios que não tiveram queda na taxa

de crescimento do número de depósitos; entretanto, sua capacidade de armazenamento foi reduzida, como apresentado na Figura 19.

Figura 19 – MRG de Ituiutaba (MG): % de crescimento do número de depósitos e capacidade de armazenamento (1975-2006)



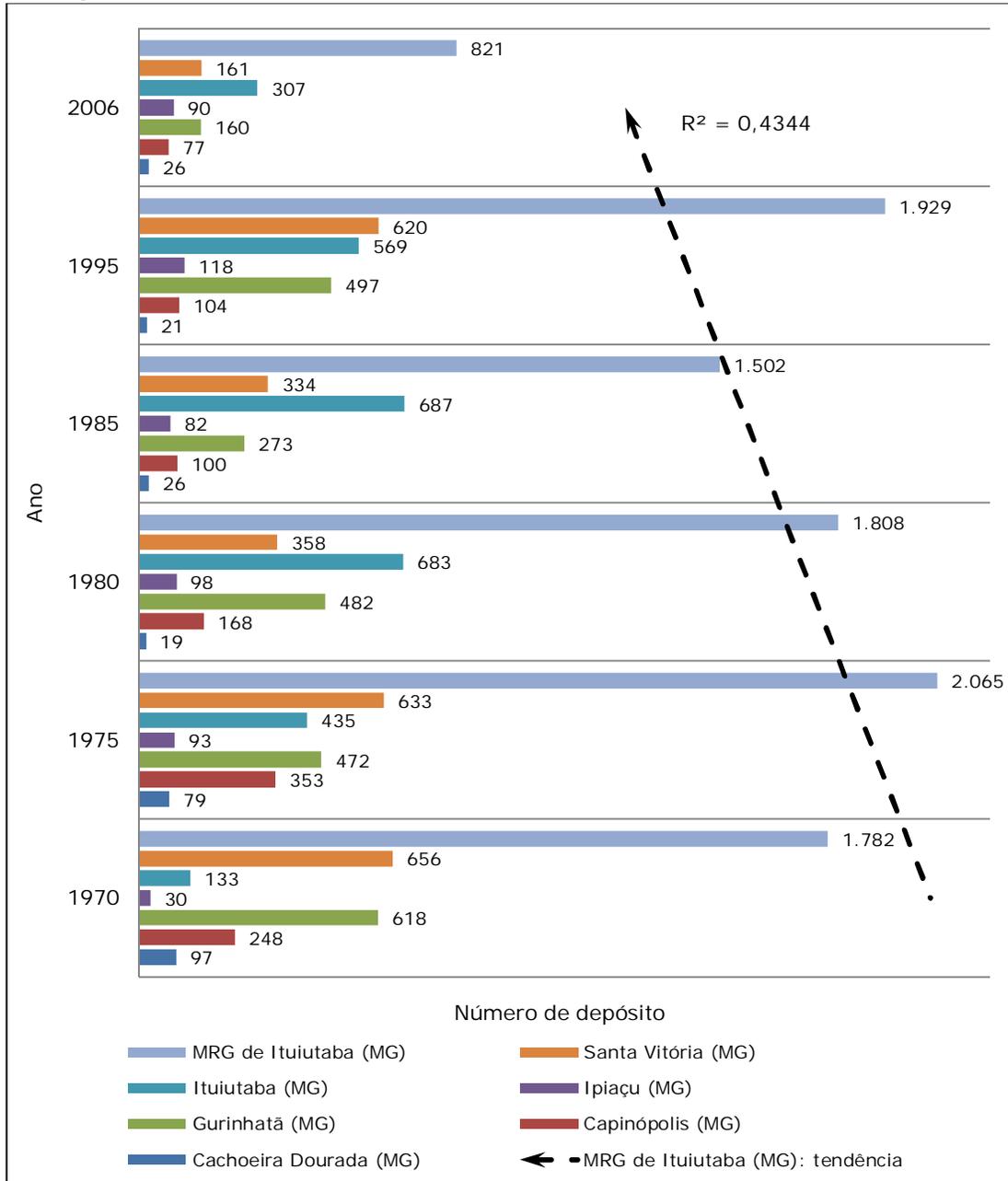
Fonte: IBGE (1970, 1979, 1984, 1985, 1998, 2006).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

A quantidade de depósitos por município/ano está representada na Figura 20. Nela, constata-se uma tendência de redução no número total de armazéns e silos na MRG, conforme reta de regressão linear disposta na figura. A diminuição no número de depósitos e da capacidade de

armazenamento a partir dos anos 2000 está relacionada à expansão do cultivo de cana-de-açúcar na região, em detrimento dos outros tipos de lavouras.

Figura 20 – MRG de Ituiutaba (MG): número de depósitos (1975-2006)



Fonte: IBGE (1970, 1979, 1984, 1985, 1998, 2006).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

O aumento no número de armazéns e silos nos municípios de Ituiutaba (MG) e Ipiaçu (MG) não foi suficiente para barrar a tendência de queda na quantidade total da MRG. Foi no período marcado pelos anos de 1975 e 1985 que os municípios da MRG passaram pelas principais transformações econômicas oriundas da modernização agrícola, pois, conforme Pessoa (1988), foi a partir de 1973 que se iniciaram os investimentos governamentais nas áreas do cerrado mineiro, incluindo neste contexto a MRG pesquisada.

Guimarães (2010) aponta que, no período anterior aos investimentos da modernização agrícola, os depósitos eram insuficientes para armazenar a produção agrícola dos municípios.

Já os dados sobre os depósitos de cereais revelam a incapacidade de armazenamento das safras no próprio estabelecimento rural. Só para se ter uma ideia do porte destes depósitos, procedeu-se a um cálculo do tamanho médio desses lugares e encontrou-se a cifra [média] de 44 m³ para o Triângulo Mineiro. Em Ituiutaba, um dos municípios de produção agrícola mais destacada, esta média equivalia a 100 m³, o que representa um barracão de 5 m de comprimento por 5 m de largura e 4 m de altura. Portanto, estes depósitos normalmente não se destinavam à estocagem da produção, pois na verdade eram recipientes destinados à estocagem pura e simples dos cereais de consumo interno nos estabelecimentos rurais, seja para o trato da criação, seja sob a forma de sementes para o replantio. (GUIMARÃES, 2010, p. 165).

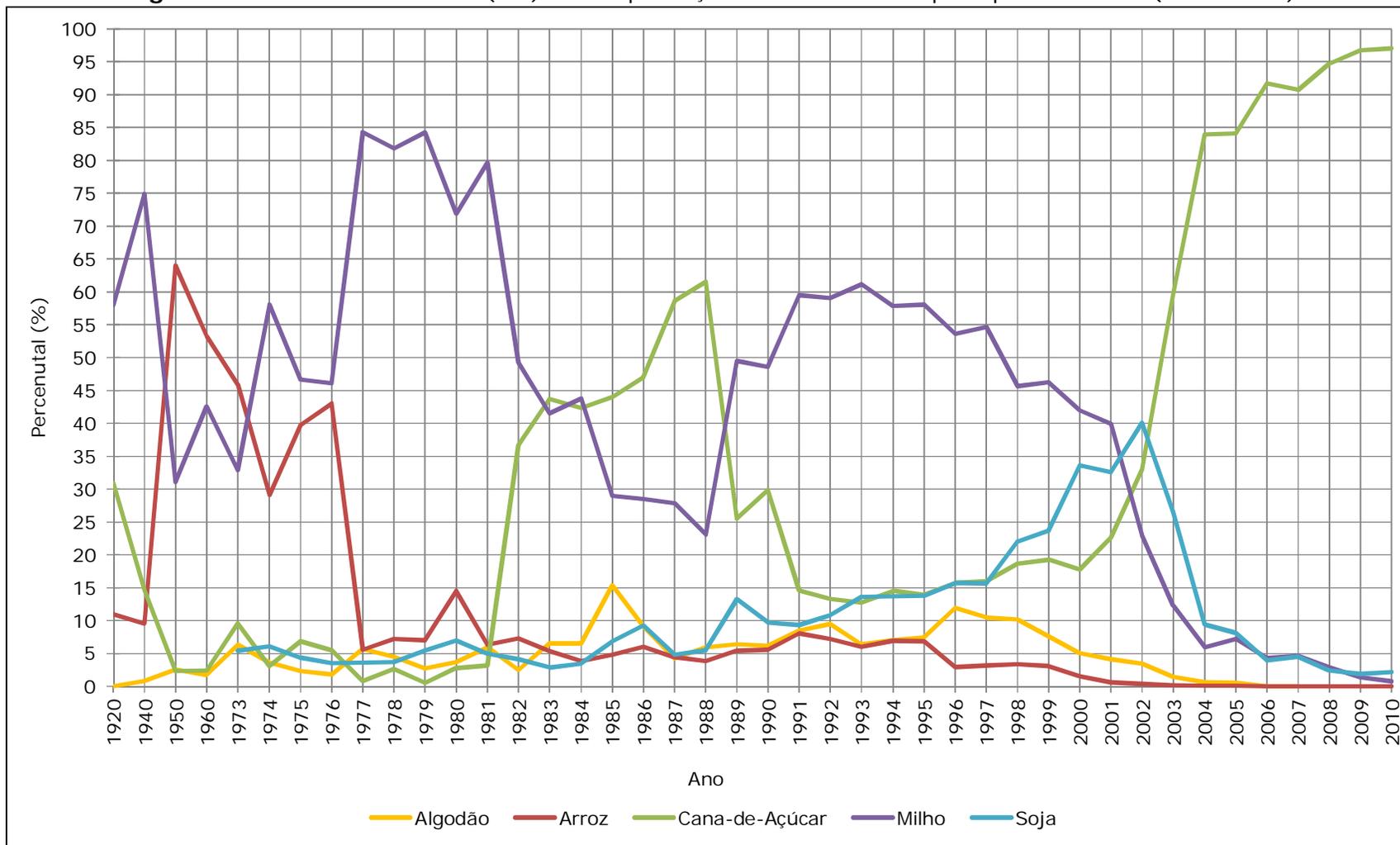
Segundo Pessoa e Cavalini (1988), a modernização agrícola no Triângulo Mineiro resultou na presença de infraestrutura básica de apoio – como transporte, sistemas eletrônicos de seleção de grãos, armazenamento –, crédito para custeio e investimento, estrutura de comercialização e postos de assistência técnica, o que inseriu a região no circuito de produção moderno da

agricultura brasileira. Com o advento dos investimentos houve alteração no tipo de produção agrícola, uma vez que as políticas voltadas para este setor objetivavam financiar determinados produtos (café, cana-de-açúcar, soja, pecuária), regiões (áreas do Centro-Sul do país) e produtores (grandes proprietários capitalizados e utilizadores das técnicas modernas).

Nesse sentido, a produção de arroz deu lugar às lavouras de milho e soja na MRG de Ituiutaba (MG), sendo que a partir da segunda metade da década de 1970, em função da intensificação dos investimentos agrícolas, a produção de arroz sai de 43,04% do total da MRG para 5,56%, enquanto no mesmo ano (1976-1977) a produção de milho passa de 46,10% para 84,30% da produção total da MRG, conforme demonstrado na Figura 21.

O aumento no número de depósitos (armazéns e silos) e de máquinas agrícolas (arados, plantadeiras e tratores) no período de 1975 a 1985 foi resultado da substituição da cultura de arroz pelo milho e da incorporação de tecnologias na produção agrícola, permitida pela introdução do pacote tecnológico da modernização agrícola (figuras 17, 19 e 20). Já a redução no número de depósitos, a partir da década de 2000, estava relacionada à produção agrícola predominante na MRG, a cana-de-açúcar (Figura 21), que não necessita de estocagem do produto para comercialização, uma vez que é transportada diretamente da lavoura para a indústria de transformação (usina sucroalcooleira), armazenando-se somente o produto industrializado (açúcar ou etanol).

Figura 21 – MRG de Ituiutaba (MG): % da produção no total da MRG por tipo de cultura (1920-2010)



Fonte: IPEADATA (2013). Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

A variação no percentual de produção agrícola na MRG esteve ligada principalmente a quatro produtos (arroz, cana-de-açúcar, soja e milho), nos seguintes períodos (Figura 21):

- i) De 1920 a 1980: a produção de arroz era inversamente proporcional à de milho, indicando que o aumento ou redução de uma cultura ligava-se diretamente à dinâmica da outra;
- ii) De 1981 a 1989: a produção de milho foi inversamente proporcional à de cana-de-açúcar, acompanhada de um tímido aumento da produção de algodão e soja;
- iii) De 1990 a 2002: a produção de milho foi inversamente proporcional à de cana-de-açúcar e soja, entretanto com percentuais máximos de produção significativamente inferiores aos apresentados na década de 1970;
- iv) De 2003 a 2010: a expansão da cana-de-açúcar foi inversamente proporcional a todas as outras culturas, representando mais de 90% da produção agrícola da MRG a partir de 2006.

Oliveira (2003) indica que no período de 1960 a 1970 o algodão foi o segundo produto mais importante na MRG de Ituiutaba (MG), situando-se atrás somente do arroz e resultando em grande riqueza para a região, pelo que teria ficado conhecido no senso comum como “ouro branco”. No entanto, no período em questão, a representação percentual da produção de algodão no total da MRG foi muito inferior à produção de arroz e milho, como identificado na Figura 21. Diante disso, é preciso discordar de Oliveira (2003) e afirmar que os principais produtos agrícolas da MRG, por período de tempo,

foram: arroz, cana-de-açúcar, milho e soja (ver valores totais da produção agrícola no Anexo 04).

A expansão das culturas de cana-de-açúcar, milho e soja em áreas de cerrado foi fortalecida pelos incentivos de capitalização da agricultura para a produção visando à exportação. Entre os anos de 1976 e 1995, a cana-de-açúcar e o milho foram os principais produtos agrícolas de exportação da MRG, sendo o primeiro transformado em açúcar e etanol em usinas da região e o segundo transportado *in natura* para agroindústrias localizadas nas cidades de Itumbiara (GO) e Uberlândia (MG), onde era processado de diferentes formas (amido, farelo, óleo ou *in natura*) e vendido. A partir da segunda metade da década de 1990, a produção de soja concorreu gradualmente com as de milho, algodão e arroz, embora com a mesma dinâmica de comercialização do milho, alterando somente os produtos derivados (farelo, óleo ou *in natura*).

A expansão da cana-de-açúcar na MRG aconteceu em dois períodos específicos da história econômica brasileira: o primeiro, incentivado pelo Programa Nacional do Álcool⁷ (ProÁlcool) e o segundo, em virtude do surgimento de veículos com motor bicom bustível (etanol e gasolina) e da intensificação das políticas públicas de incentivo à produção, especialmente para exportação. Este cenário levou à instalação de novas usinas sucroalcooleiras na região, como apontado em capítulo anterior, transformando a paisagem, as relações sociais no campo e as dinâmicas urbanas das cidades.

Além das transformações na agricultura, as políticas públicas de financiamento também potencializaram a criação de gado bovino na MRG, uma vez que esta era uma atividade com significativo peso sobre a economia

⁷ A respeito do ProÁlcool, confira: Barros (2007)

regional e voltava-se para exportação. Segundo Duarte (2001), a MRG recebeu incentivos do Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pecuária (CONDEPE) e do Programa de Desenvolvimento da Pecuária de Cerrados (PROPEC), permitindo a modernização da produção, principalmente leiteira.

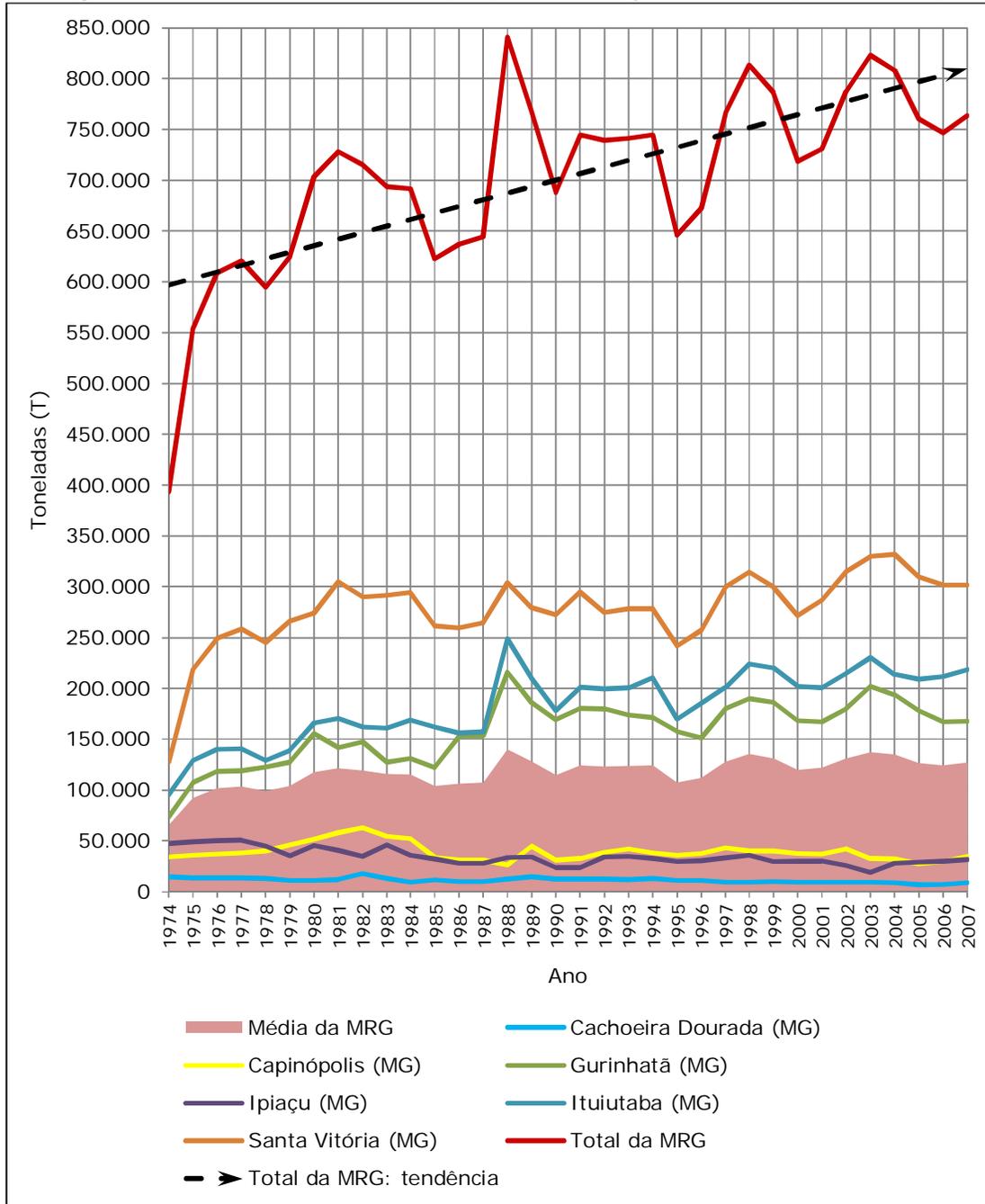
Como consequência dos investimentos na pecuária, em paralelo com os incentivos à agricultura, houve na MRG de Ituiutaba (MG) um direcionamento de aplicações econômicas na produção bovina de corte e leiteira, acompanhada da instalação de uma estrutura de comércio e serviços para atender as demandas do campo, além de instituição técnica e de pesquisa, como a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e a Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG⁸).

A Figura 22 apresenta o total de gado bovino por município da MRG estudada e indica que todos os municípios que estão acima da média da MRG apresentam aumento no período analisado, com maior percentual de crescimento na segunda metade da década de 1970, fruto dos investimentos públicos para modernização da produção pecuária no cerrado brasileiro. A linha de tendência elaborada por regressão linear sobre o total da MRG indica que a região cresceu, num período superior a 30 anos, em mais de 150.000 cabeças de gado bovino. Em função do R quadrado (R^2) da reta ser de 0,51, o que indica determinada inconsistência estatística do modelo, não é possível afirmar que a partir de 2003 o total de bovinos na região continuará apresentando tendência de crescimento, uma vez que é exatamente a partir deste ano que há significativa expansão da lavoura de cana-de-açúcar na região, como apontado na Figura 21. Assim, é necessário aguardar a

⁸ A UEMG em Ituiutaba (MG) é mantida pela Fundação Educacional de Ituiutaba (FEIT), que é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia política, administrativa e financeira. Para mais detalhes, acesse: <http://www.ituiutaba.uemg.br>

divulgação dos dados referentes a 2007 para verificar quais serão os impactos da expansão da cana-de-açúcar sobre a pecuária da região.

Figura 22 – MRG de Ituiutaba (MG): total de gado bovino (1974-2007)



Fonte: IPEADATA (2013).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

O município de Santa Vitória (MG) foi o que apresentou maior número de gado bovino na MRG, fato que se deve a dois motivos:

- i) a maior área territorial em relação aos outros municípios, o que interfere no volume de produção;
- ii) a presença das menores taxas, na média, ligadas à produção agrícola (ver dados do Anexo 04).

Isso fez com que o município se inserisse de forma diferente no processo de modernização agrícola da região, uma vez que congregou mais investimentos oriundos dos planos de desenvolvimento da pecuária do que da agricultura. A mesma conclusão é válida para o município de Gurinhatã (MG).

Oliveira (2003) destaca que a instalação da unidade industrial da Nestlé para a produção de leite em pó também foi responsável por induzir transformações na organização do campo da MRG, uma vez que reestruturou as relações comerciais e econômicas dos municípios.

Sua presença gerou a necessidade entre os fazendeiros de se adaptarem ao sistema tecnológico que a Nestlé exigiu, “tudo por uma melhor qualidade do produto”; sua instalação passa a ser causa/consequência da especialização leiteira da Microrregião de Ituiutaba e o seu nome passa a ter um importante significado para a cidade. (OLIVEIRA, 2003, p. 99).

Além da Nestlé na cidade de Ituiutaba (MG), a MRG possui outras indústrias⁹ de laticínios em Ituiutaba (MG) e Santa Vitória (MG) que contribuíram para a consolidação da produção na região. Isso se reforça ao verificar a presença da unidade de captação de leite da empresa Laticínios Piracanjuba Ltda., em Santa Vitória (MG), que recolhe leite na região e envia-

⁹ Tais indústrias são: Baduy e Cia Ltda., Laticínio Canto de Minas Ltda., Laticínio Fontoura Ltda. situadas em Ituiutaba (MG); e Laticínios Catupiry Ltda. e Laticínios Piracanjuba Ltda., em Santa Vitória (MG).

o para a cidade de Bela Vista de Goiás (GO), a 390 quilômetros de Santa Vitória (MG). A presença destas empresas, com especial destaque para a unidade da Nestlé em Ituiutaba (MG), induziu uma especialização da atividade produtiva na MRG, com inserção de técnicas de produção e manejo que visavam o aumento produção.

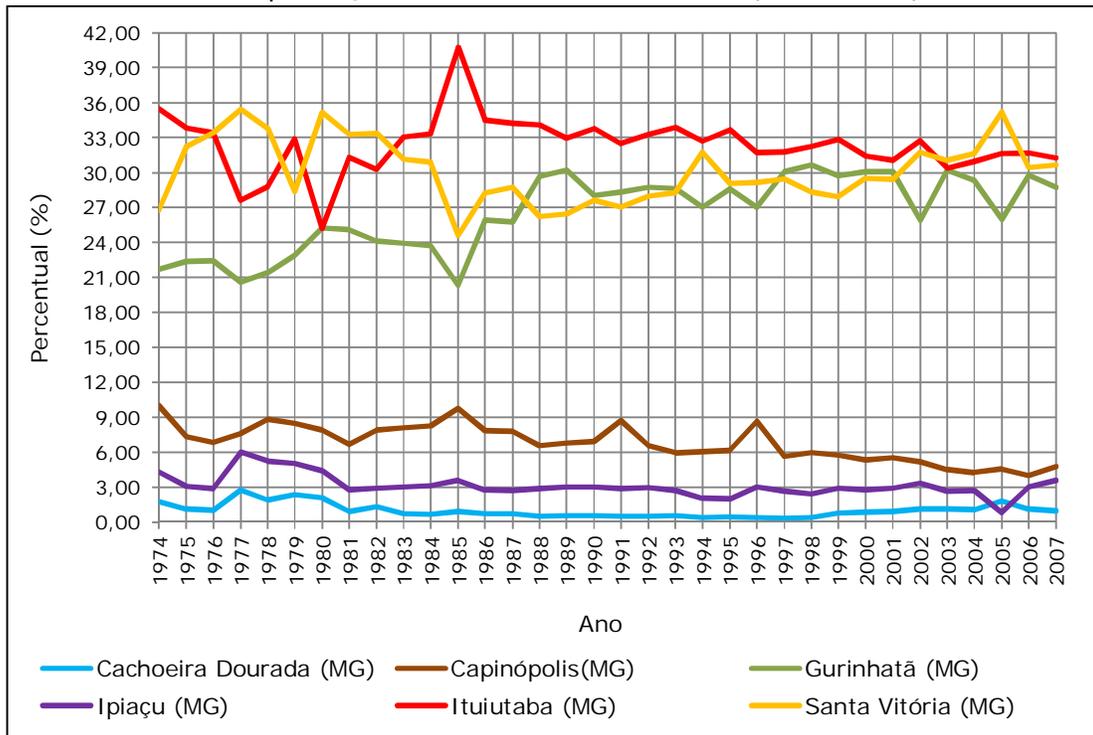
A necessidade de atender as demandas do campo orientou parte da estrutura comercial das cidades, com o surgimento de lojas especializadas em produtos para pecuária leiteira e de corte, como complementos alimentares, remédios, sementes de pastagens, além dos insumos.

No total de cabeças bovinas, os municípios de Cachoeira Dourada (MG), Capinópolis (MG) e Ipiacaçu (MG) foram os que menos participaram no total da produção leiteira da MRG, com percentuais inferiores a 10% no período de 1974 a 2007, conforme representado na Figura 23. Por outro lado, na média, a maior produção aconteceu em Ituiutaba (MG), mesmo não sendo este o município com o maior número de cabeças de gado, título que cabia a Santa Vitória (MG), de acordo com a Figura 22. Dois fatores explicam esta diferenciação:

- i) os investimentos na modernização da produção leiteira em Ituiutaba (MG) somaram para o aumento na quantidade de leite produzido, mesmo não tendo o maior efetivo bovino;
- ii) o rebanho bovino de Santa Vitória (MG) era tanto leiteiro quanto de corte.

O município de Gurinhatã (MG) apresentou relação equilibrada entre o efetivo bovino e a produção leiteira, estando entre os três municípios com maior participação na MRG.

Figura 22 – MRG de Ituiutaba (MG):
% da produção de leite no total da MRG (1974-2007)



Fonte: IPEADATA (2013).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Outro fator ligado à pecuária que repercutiu sobre sua produção foi a presença de frigoríficos no município de Ituiutaba (MG). O primeiro deles surgiu em 1952 e hoje pertence ao grupo JBS Friboi, uma importante unidade produtiva de carne e processamento de couro. Outros frigoríficos, como o Frig West Frigorífico Ltda. e Frigorífico 4 Rios S/A, além do já fechado Frigorífico Diamante do Pontal Ltda., também foram responsáveis por transformar as relações comerciais e de prestação de serviços nas cidades da MRG, uma vez que tais relações entre os pecuaristas, frigoríficos e empresas de laticínios, intermediadas ou não por cooperativas, exigiram uma especialização das atividades, como os serviços de agrônomos, técnicos agrícolas e veterinários, além das lojas de comércio de implementos e insumos, ou seja, o *consumo*

produtivo (SANTOS, 1993, 1997). A mudança na base técnica e integração da produção à agroindústria ampliaram e rearranjaram as cidades, com o surgimento de um setor terciário, voltado ao *consumo consumptivo* (SANTOS, 1993, 1997).

As mudanças no campo implicam em transformações nas cidades, uma vez que estas se tornam espaços capazes de atender as demandas da produção agropecuária, bem como transferir informações especializadas, úteis ao processo produtivo. Soares (1997) corrobora tal reflexão afirmando que:

Velhos/novos núcleos urbanos dos cerrados do Triângulo Mineiro estão voltados agora para uma agricultura capitalista moderna [...]. São também locais de concentração de uma força de trabalho que vive a procura de empregos, tanto nas culturas de soja, café, laranja como nas próprias cidades. [...] Na nova estruturação da rede urbana, alguns municípios projetaram-se, à medida que implantaram toda uma infraestrutura de apoio à produção e à distribuição das mercadorias produzidas, diversificando serviços e, principalmente, aumentando a oferta de empregos. Como contrapartida, houve um grande esvaziamento de alguns núcleos urbanos, bem como, em outros, taxas de crescimento abaixo da média brasileira [...]. (SOARES, 1997, p. 119).

Assim, as mudanças engendradas pela modernização agrícola não alteraram somente o campo, mas também as cidades, que se passaram a ser responsáveis por suprir as demandas do entorno imediato, tornando-se, como afirmaram Santos e Silveira (2005), intérpretes da técnica e do mundo, em virtude da especialização das atividades urbanas.

[...] na cidade do campo a produção regional acaba por influir sobre as iniciativas dos agentes urbanos. As atividades de fabricação e serviços são, em geral, tributárias da atividade regional e, desse modo, relativamente especializadas a partir dessa inspiração. Tal especialização liga-se sobretudo às

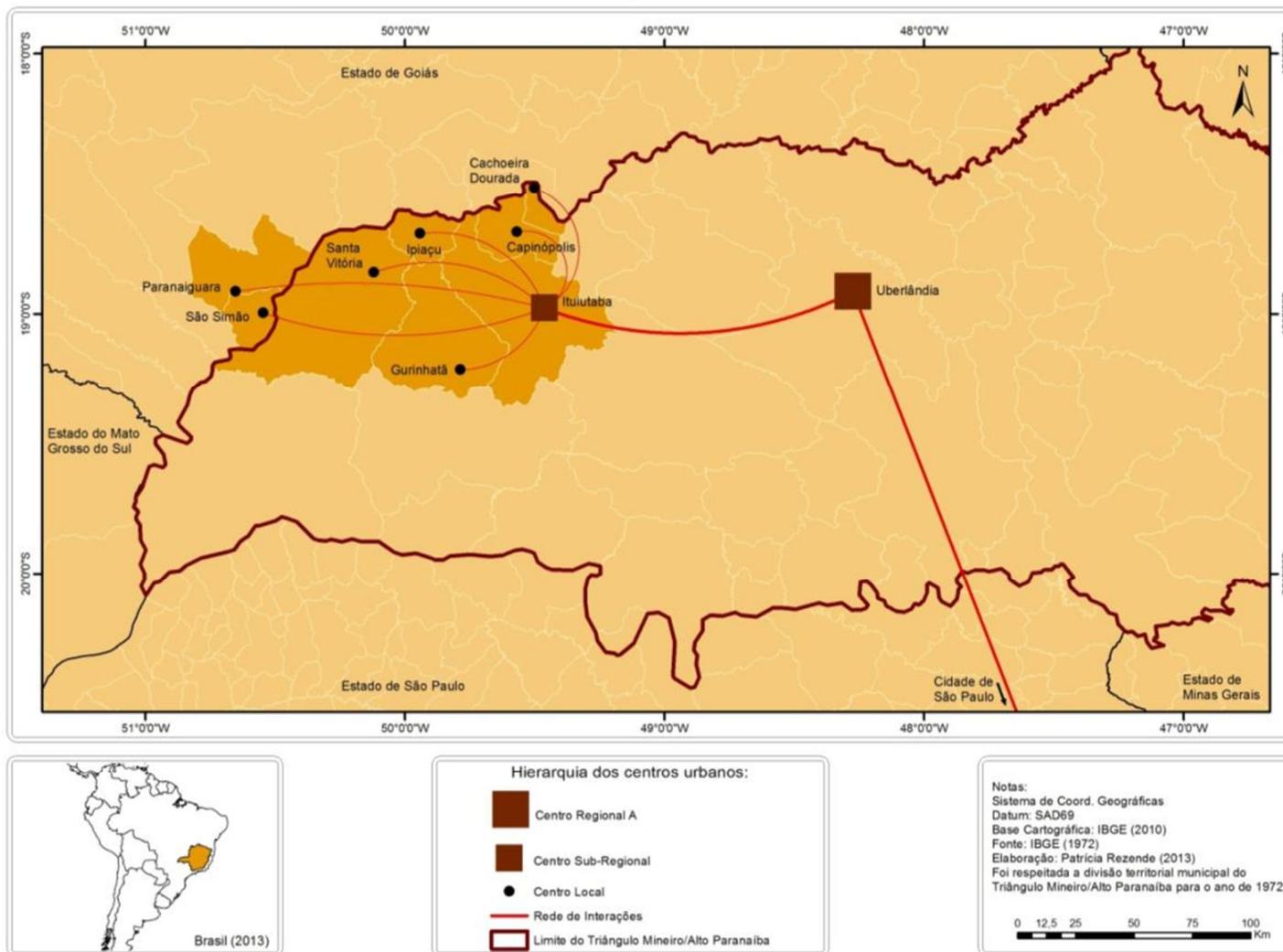
necessidades de resposta imediata e próxima às necessidades da produção, da circulação, do intercâmbio, da informação dos agentes. (SANTOS; SILVEIRA, 2005, p. 282).

Ituiutaba (MG) se destacou entre as cidades que compõem a MRG, pois foi a que melhor absorveu os investimentos oriundos da produção agrícola na região e, conseqüentemente, a que mais se transformou. A cidade era responsável por acolher as demandas de toda região, oferecendo estrutura comercial e serviços especializados voltados para o campo (consumo produtivo), além de um conjunto de lojas e estabelecimentos de serviços que atendiam as necessidades cotidianas (consumo consumptivo) de toda população da MRG.

Os mapas 38 e 39 demonstram a modificação na rede de influência da cidade de Ituiutaba (MG) nos anos de 1972 e 1987¹⁰. Em 1972, somente Ituiutaba (MG) possuía hierarquia superior ao nível de centro local na MRG, assinalando um pequeno desenvolvimento econômico da região. Esta cidade foi classificada como centro sub-regional, o que significava que ela era capaz de centralizar funções na rede urbana em uma limitada área; estava subordinada diretamente à rede urbana de Uberlândia (MG) e indiretamente à da cidade de São Paulo (SP) (Mapa 38). Antes da implantação dos pacotes de financiamento agrícola na MRG, as cidades viviam as conseqüências da crise do arroz, com indícios de estagnação econômica no meio rural e urbano, o que refletiu diretamente na capacidade de influência da cidade de Ituiutaba (MG).

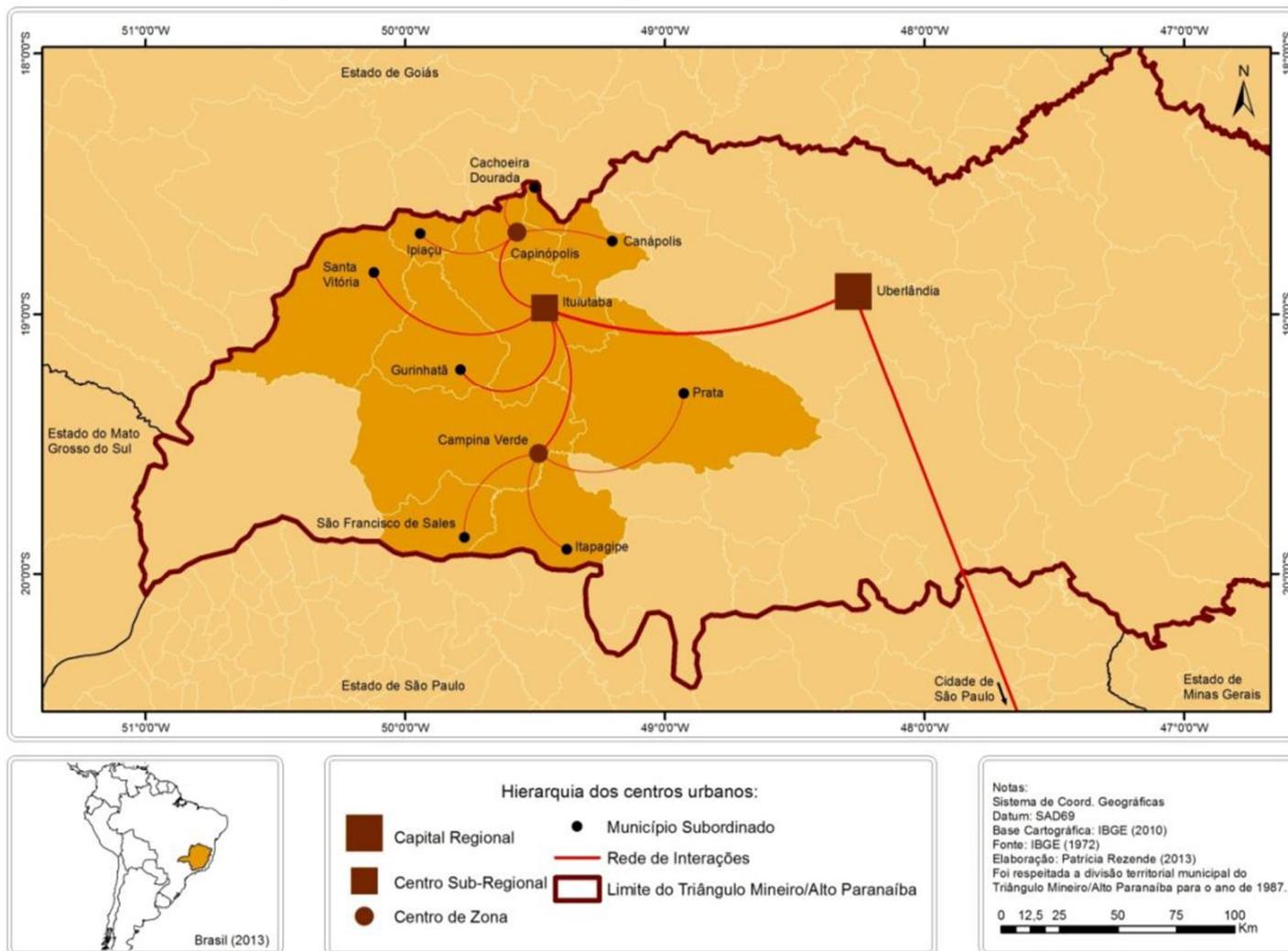
¹⁰ Para o ano de 1972 foi utilizado o estudo do IBGE intitulado *Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas* (IBGE, 1972); o para o ano de 1987, *Regiões de influência das cidades* (IBGE, 1987).

Mapa 38 – Ituiutaba (MG): região de influência da cidade (1972)



O conjunto de investimentos da modernização agrícola transformou as atividades no campo e refuncionalizou as dinâmicas urbanas da MRG, expandindo a área de influência de Ituiutaba (MG), que era de sete municípios em 1972, para dez municípios em 1982 (Mapa 39). Essas transformações delinearão mudanças na hierarquia dos centros urbanos da região, uma vez que, além de Ituiutaba (MG) como centro sub-regional, as cidades de Capinópolis (MG) e Campina Verde (MG) ocupavam posição hierárquica intermediária (centro de zona) entre a cidade de maior centralização e os municípios subordinados. Estas duas cidades possuíam atividades de comércio e serviços que atendiam as necessidades imediatas do seu entorno direto, entretanto, sem especialização do setor terciário, presente somente na cidade de Ituiutaba (MG). Apesar da mudança na área de influência, a subordinação hierárquica continuava a mesma: primeiramente à cidade de Uberlândia (MG), que era a capital regional e posteriormente, à cidade de São Paulo (SP).

Mapa 39 – Ituiutaba (MG): região de influência da cidade (1987)



A população economicamente ativa (PEA) (Tabela 44) e a quantidade de pessoal ocupado por tipo de atividade econômica (Tabela 45) nos municípios da MRG confirmam a centralidade exercida pela cidade de Ituiutaba (MG), uma vez que a PEA urbana passou de 24,57% da população total do município em 1970 para 47,37% em 2000, além de representar entre 71 e 61% do total da PEA urbana da MRG, mostrando a superioridade urbana desta cidade.

Tabela 44 – MRG de Ituiutaba (MG):
evolução da PEA por situação (1970-2000)

Município e MRG	Situação	Ano			
		1970	1980	1991	2000
Cachoeira Dourada	Rural	707	344	216	139
	Urbana	619	558	613	1.002
Capinópolis	Rural	2.383	1.192	734	516
	Urbana	2.360	4.215	6.397	6.159
Gurinhata	Rural	2.383	1.192	734	516
	Urbana	364	733	1.221	1.388
Ipiacú	Rural	1.504	362	290	255
	Urbana	728	1.131	1.389	1.705
Ituiutaba	Rural	5.366	3.334	2.447	2.133
	Urbana	15.888	26.611	35.579	42.203
Santa Vitória	Rural	4.383	2.192	1.899	1.764
	Urbana	1.499	3.800	5.723	6.470
MRG	Rural	16.726	8.616	6.319	5.322
	Urbana	21.458	37.048	50.922	58.927

Fonte: IPEADATA (2013).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Percebe-se que existiu uma tendência de diminuição da PEA rural, entretanto, sem reduzir na mesma proporção a população ocupada nas atividades agropecuárias. Em uma comparação entre os dados da PEA (Tabela 44) e da população ocupada (Tabela 45), pode-se concluir que na MRG de Ituiutaba (MG) as atividades econômicas do campo eram exercidas tanto por

população agrícola como por população rural – entendidas aqui na forma proposta por Santos (1993). Como exemplo, no ano de 1995, quando a MRG somava 16.365 pessoas ocupadas em atividades agropecuárias, enquanto possuía 6.319 pessoas economicamente ativas no ano de 1991 e 5.322 em 2000, o que exhibe o decréscimo da população rural e a existência de pessoas que moram nas cidades e trabalham no campo (população agrícola).

Tabela 45 – MRG de Ituiutaba (MG):
população ocupada por tipo de atividade econômica (1950-1995)

Tipo	Município	Ano						
		1950	1960	1970	1975	1980	1985	1995
Comércio	Cachoeira Dourada	-	-	14	11	12	23	09
	Capinópolis	-	72	199	261	255	310	388
	Gurinhatã	-	-	51	71	50	69	125
	Ipiaçu	-	-	65	59	71	85	55
	Ituiutaba	393	959	1.368	2.326	2.387	3.323	3.516
	Santa Vitória	34	49	145	219	414	429	436
Indústria	Cachoeira Dourada	-	-	3	04	07	03	17
	Capinópolis	-	-	59	127	131	139	323
	Gurinhatã	-	-	9	31	30	46	67
	Ipiaçu	-	-	28	40	42	30	24
	Ituiutaba	-	-	932	1.516	1.987	2.241	2.429
	Santa Vitória	-	-	51	116	197	190	199
Serviços	Cachoeira Dourada	-	-	03	16	04	-	01
	Capinópolis	-	16	95	77	186	99	294
	Gurinhatã	-	-	15	23	8	27	12
	Ipiaçu	-	-	47	36	40	31	20
	Ituiutaba	384	820	722	898	1.318	1.386	1.834
	Santa Vitória	22	21	79	107	148	171	145
Agropecuária	Cachoeira Dourada	-	-	832	753	670	915	815
	Capinópolis	-	-	2.711	1.610	3.223	2.907	2.479
	Gurinhatã	-	-	5.513	2.398	6.841	4.450	3.885
	Ipiaçu	-	-	1.782	1.227	1.558	1.101	889
	Ituiutaba	-	-	5.998	8.242	5.724	6.781	4.392
	Santa Vitória	-	-	5.774	6.025	5.867	4.241	3.905

Fonte: IPEADATA (2013).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Essa dinâmica populacional é resultado da modernização do campo e do avanço do processo de urbanização na MRG, pois em função da utilização de tecnologias na agropecuária a população do campo migrou para as cidades à procura de melhores condições de vida e emprego nos setores secundário e terciário da economia urbana.

No período de 1950 a 1995, o número de pessoas ocupadas no comércio, indústria e serviços cresceu em todos os municípios da MRG, com raras exceções. Na somatória da MRG a curva de crescimento da população ocupada estava orientada em um único sentido, o de crescimento, o que indicava o desenvolvimento da economia urbana das cidades, principalmente nos estabelecimentos de comércio e serviços.

Ao observar o total de população ocupada por município nas atividades de comércio, indústria e serviços, verifica-se a supremacia da cidade de Ituiutaba (MG) frente às outras que compõem a MRG estudada, o que indica que, embora as emancipações de Cachoeira Dourada (MG), Capinópolis (MG), Gurinhatã (MG), Ipiacu (MG), Santa Vitória (MG) tivessem acontecido visando atender os interesses das elites locais, elas não foram capazes de transformar e promover o desenvolvimento das cidades, resultando em um processo de urbanização regionalmente desigual e altamente dependente da cidade de Ituiutaba (MG).

Nesse sentido, na sequência deste trabalho serão apresentadas as dinâmicas espaciais e os processos urbanos recentes das cidades da MRG de Ituiutaba (MG).

4.2. MRG de Ituiutaba (MG): dinâmicas espaciais e processos urbanos recentes

O espaço geográfico da MRG de Ituiutaba (MG) foi reelaborado ao longo do tempo para atender as demandas sociais de produção e reprodução da vida humana e do capital a partir da evolução da economia e da sociedade. Nesta região, as exigências impostas pela produção agropecuária foram as responsáveis pelas dinâmicas espaciais e pelos processos urbanos recentes, uma vez que possibilitaram mudanças na estrutura técnica produtiva, nas atividades econômicas predominantes e na organização espacial dos centros urbanos.

O primeiro indicador desta transformação é o quantitativo populacional da MRG, o qual revela que a partir de meados da década de 1970 a população passou a se concentrar mais nas cidades do que no campo, como ocorreu em todo o restante do território brasileiro. Em Santa Vitória (MG), existiu crescimento populacional no campo no período de 1950 a 1970, impulsionado pelas atividades agropecuárias, especialmente a produção de arroz, milho e criação de gado bovino de corte e leiteiro; contudo, a partir de 1980, a população rural acompanhou a dinâmica do restante da MRG, que era de redução.

É preciso destacar que o crescimento no total de população se deu simultaneamente ao acréscimo da população rural, e que a partir de 1980, quando o campo passou a perder habitantes, o total municipal também diminuiu, mesmo com o aumento da população urbana (Tabela 46). Diante dos dados apresentados, é possível concluir que a população oriunda do campo não migrava somente para a sede municipal, mas também para outras

idades da MRG, especialmente para Ituiutaba (MG), que possuía melhor estrutura urbana.

**Tabela 46 – MRG de Ituiutaba (MG):
população rural, urbana e total (1940-2010)**

Município e MRG	Situação	Ano							
		1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Ituiutaba (1901)	Rural	30.696	48.065	42.452	17.635	9.107	6.372	5.238	4.046
	Urbana	4.356	4.407	28.254	47.021	65.133	78.205	83.853	93.125
	Total	35.052	52.472	70.706	64.656	74.240	84.577	89.091	97.171
Santa Vitória (1948)	Rural	-	7.832	9.118	14.192	6.246	4.387	3.821	3.212
	Urbana	-	413	6.038	5.443	11.139	12.196	12.544	14.926
	Total	-	8.245	15.156	19.635	17.385	16.583	16.365	18.138
Capinópolis (1953)	Rural	-	-	11.176	7.454	3.126	1.888	1.263	988
	Urbana	-	-	7.419	6.826	10.034	13.172	13.140	14.302
	Total	-	-	18.595	14.280	13.160	15.060	14.403	15.290
Cachoeira Dourada (1962)	Rural	-	-	-	2.180	839	556	312	280
	Urbana	-	-	-	2.125	1.527	1.728	1.993	2.225
	Total	-	-	-	4.305	2.366	2.284	2.305	2.505
Gurinhata (1962)	Rural	-	-	-	13.025	7.097	4.925	4.049	3.445
	Urbana	-	-	-	1.095	1.811	2.715	2.834	2.692
	Total	-	-	-	14.120	8.908	7.640	6.883	6.137
Ipiaçu (1962)	Rural	-	-	-	4.487	1.003	668	515	366
	Urbana	-	-	-	2.378	3.251	3.454	3.511	3.741
	Total	-	-	-	6.865	4.254	4.122	4.026	4.107
MRG	Rural	30.696	55.897	62.746	58.973	27.418	18.796	15.198	12.337
	Urbana	4.356	4.820	41.711	64.888	92.895	111.470	117.875	131.011
	Total	35.052	60.717	104.457	123.861	120.313	130.266	133.073	143.348

Fonte: IPEADATA (2013).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Capinópolis (MG) apresentou perdas no campo e na cidade: entre 1960 e 1970 a população urbana diminuiu; entre 1960 e 1980 houve redução no número de habitantes rurais; a conjugação destes fatores implicou na diminuição do número total de habitantes no período de 1960 a 1980, com crescimento somente a partir de 1991. Já Cachoeira Dourada (MG), Gurinhata (MG) e Ipiaçu (MG), tiveram redução da população rural e, exceto Cachoeira

Dourada (MG), houve discreto crescimento da população urbana, o que resultou em um saldo negativo, ou seja, todos os municípios reduziram seus tamanhos populacionais no período de 1970 a 2010.

Em contraposição, Ituiutaba (MG) foi o único município que obteve taxas de crescimento positivas no período de 1950 a 2010, mesmo com as fragmentações territoriais e a diminuição da população do campo em virtude da modernização agrícola. Somente entre 1940 e 1950 houve crescimento da população rural, impulsionado pelas lavouras de arroz, como já destacado por Silva (1997), Oliveira (2003) e Mateus (2013).

A maior taxa de crescimento da população urbana da MRG aconteceu no período de 1950 a 1960, quando atingiu 765,37%, com a participação de Ituiutaba (MG), cujo crescimento foi de 541,12%, e de Santa Vitória (MG), com 1.361,99%. Estas altas taxas estão relacionadas à migração da população que trabalhava e vivia no campo para as cidades, em virtude da decadência da exploração de arroz. Silva (1997) aponta que esses migrantes eram, em sua maioria, nordestinos que se mudaram para Ituiutaba (MG) buscando melhores condições de vida através do trabalho nas lavouras de arroz.

Nas décadas de 1950 e 1960, os trabalhadores nordestinos chegaram em massa, à procura das novas e promissoras oportunidades que haviam sido anunciadas. Espalharam-se por essa vasta região trazendo seu modo de vida sua linguagem, estabelecendo diferenças, que deram origem a interpretações variadas, gerando explicações, conceitos e preconceitos. (SILVA, 1997, p. 08).

Silva (1997) ainda completa, afirmando que:

O fluxo entre esses dois locais tornou-se cada vez mais intenso. Os nordestinos chegaram e, muitas matas e invernadas foram transformadas em lavoura mediante o seu trabalho. Não importa em que condições vieram; todos, incondicionalmente, apostavam as suas fichas no trabalho que ia levá-los à prosperidade. A paisagem foi aos poucos sendo transformada e a população do campo vertiginosamente aumentada. (SILVA, 1997, p. 36).

Entretanto, a partir da decadência dessa atividade agrícola, a maioria absoluta dos migrantes estabeleceu moradia definitiva nas cidades da MRG, com maior concentração em Ituiutaba (MG), o que resultou em transformações no espaço e nas dinâmicas das cidades. Em relação à Ituiutaba (MG), Silva (1997) narra suas memórias de criança e registra o dinamismo da cidade em decorrência do capital oriundo da agricultura:

Marcaram também a memória da criança, as imagens da abundância, espetáculo à mostra nas ruas da cidade. Os enormes barracões de armazéns e beneficiadoras de arroz, as filas de caminhões que aguardavam para descarregar, vinham carregados de arroz, milho ou algodão. Às portas das máquinas de beneficiamento, um tapete amarelo se estendia pelo chão formado pelos grãos de arroz em casca que caíam e eram esquecidos, pois perdiam a importância frente às enormes pilhas que se erguiam no interior do armazém. (SILVA, 1997, p. 10).

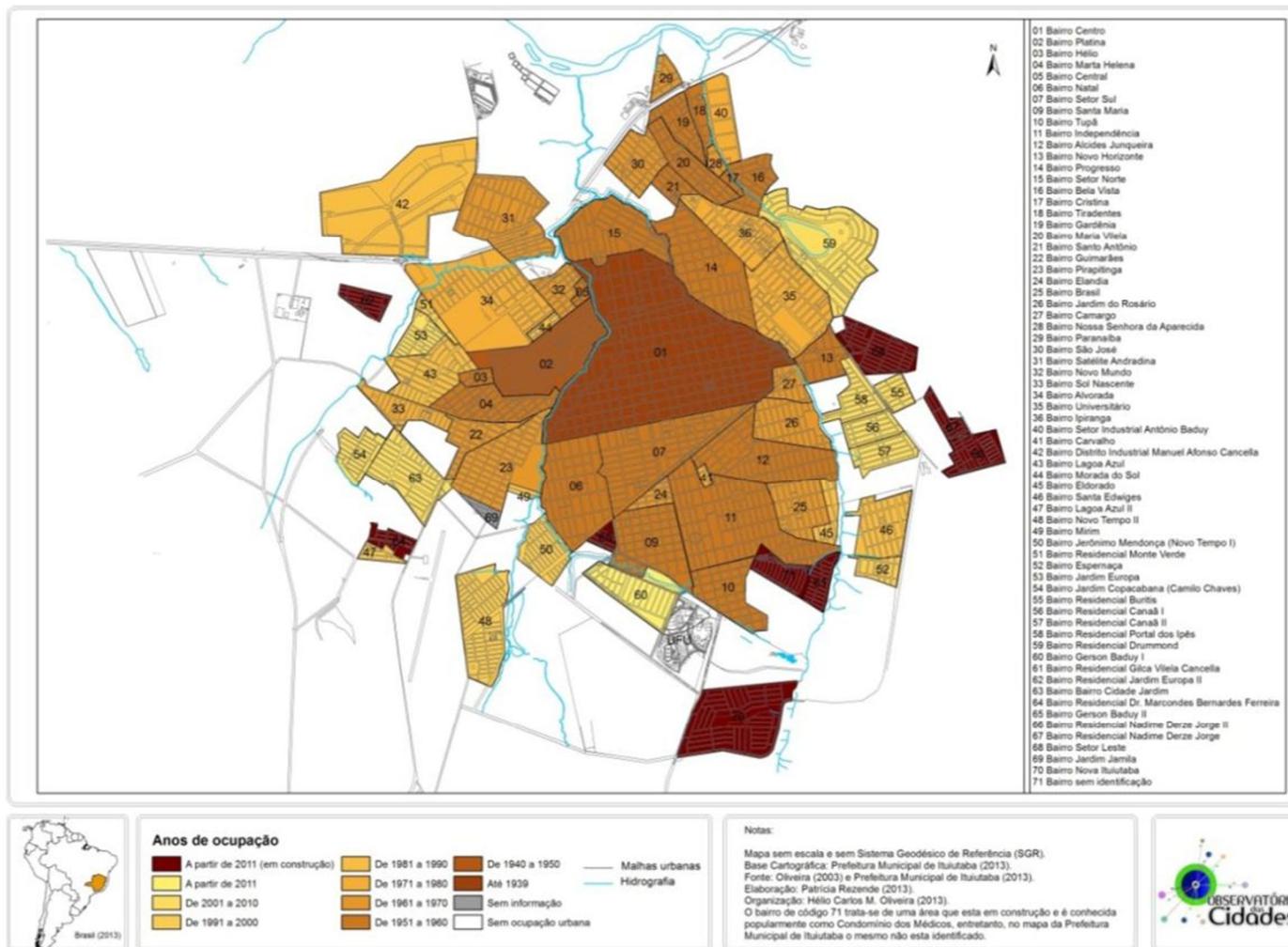
A significativa migração campo-cidade é explicada por Martine (1990) como sendo resultado do processo de territorialização do capital no campo, que expulsou a mão de obra em função da mecanização e provocou forte êxodo rural, além de aumentar o assalariamento da força de trabalho agrícola, com a população residindo nas cidades. A partir da década de 1970 o processo de urbanização mostrou uma face qualitativamente diferente, já que, pela primeira vez na história moderna do país, as áreas rurais tiveram redução

absoluta da população e houve crescimento de algumas cidades, seja territorialmente, seja em número de habitantes. Diante disso, é possível afirmar que o processo de urbanização na MRG foi redimensionado pelos investimentos da modernização agrícola, tendo como marco temporal a década de 1970, momento em que ocorreu a inversão do local predominante de residência da população. Este processo foi discutido por Santos (1993, p. 29-30) na escala nacional:

Entre 1940 e 1980, dá-se verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira. Há meio século atrás (1940), a taxa de urbanização era de 26,35%, em 1980 alcança 68,86%. Nesses quarenta anos, triplica a população total do Brasil, ao passo que a população urbana se multiplica por sete vezes e meia. Hoje, a população brasileira passa dos 77%, ficando quase igual à população total de 1980. Entre 1960 e 1980, a população vivendo nas cidades conhece aumento espetacular: cerca de novos cinquenta milhões de habitantes, isto é, um número quase igual à população total do País em 1950. Somente entre 1970 e 1980, incorpora-se ao contingente demográfico urbano uma massa de gente comparável ao que era a população total urbana de 1960. Já entre 1980 e 1990, enquanto a população total terá crescido 26%, a população urbana deve haver aumentado em mais de 40%, isto é, perto de trinta milhões de pessoas.

O efeito do fluxo populacional deu-se sobre a organização do espaço urbano das cidades da MRG e Ituiutaba (MG) foi a que mais se transformou. Até o fim da década de 1970, possuía 31 bairros e loteamentos. O período de maior crescimento da população urbana (década de 1950) foi também o de maior expansão do tecido urbano em uma única década, totalizando 18 bairros e loteamentos, conforme representado no Mapa 40. Vale destacar que, no Brasil, o crescimento físico das cidades vem acompanhado do aprofundamento das desigualdades socioespaciais, conforme destacado por Melazzo (2006).

Mapa 40 – Ituiutaba (MG): expansão urbana (1901-2013)



Até o ano de 1970 a cidade era composta por 29 bairros e dois conjuntos habitacionais, sendo estes formados, no total, por 370 casas (OLIVEIRA, 2003). Apesar da maior expansão urbana ter acontecido na década de 1950, neste período surgiu somente um conjunto habitacional, o Bairro Natal (1957), com 70 unidades residenciais. Exatos dez anos após a construção do primeiro conjunto habitacional, surgiu o Bairro Ipiranga, com 300 casas.

Estas informações indicam a inexistência de preocupação com a política habitacional no município. Até a década de 1970 o poder público municipal de Ituiutaba (MG) se caracterizava como o principal agente produtor do espaço, muito mais pela sua atuação na organização espacial da cidade – oferecimento de infraestruturas e serviços –, do que por possuir políticas que incentivassem a construção de moradias. Nesse sentido, Rodrigues (2003, p. 20) afirma que o Estado [...] “tem presença marcante na produção, distribuição e gestão dos equipamentos de consumo coletivo necessários à vida nas cidades” [...], destacando, entre eles, a rede de infraestruturas (abastecimento de água, sistema de coleta de esgoto, energia elétrica, iluminação pública, telefonia), o sistema viário, o transporte coletivo, os serviços de saúde e educação, os espaços livres, verdes e de lazer, além da construção de habitações para a população mais pobre da cidade.

Este cenário começa a ser alterado a partir da década de 1970, com a construção de 860 casas em seis conjuntos habitacionais, erigidos em nove etapas diferentes¹¹. Entretanto, estavam muito aquém das necessidades habitacionais da época, uma vez que no período de 1970-1980 a população

¹¹ O financiamento e a produção de empreendimentos imobiliários nas décadas de 1970 e 1980 realizados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH). A respeito da atuação do BNH, confira: Soares (1988).

urbana cresceu 38,52%, passando de 47.021 para 65.133 habitantes, o que equivalia a 21,06 habitantes por casa construída em conjunto habitacional. Nos anos anteriores a relação de habitantes por moradia construída era muito maior: 403,62 entre 1950-1960 e 62,55 no período de 1960-1970. Esse desequilíbrio acentuou os problemas sociais da cidade, como indicado por Oliveira (2003, p. 121):

O desemprego rural [migração campo-cidade] também foi causa/consequência do desemprego urbano. [...] a cidade viu crescer suas áreas periféricas, sem poder oferecer, em curto prazo, as infraestruturas necessárias.

Outro período que chama atenção na expansão urbana de Ituiutaba (MG) é o iniciado na década de 2000, quando dez conjuntos habitacionais foram construídos entre 2001 e 2010, totalizando 2.895 habitações, todas financiadas por programas habitacionais públicos (estadual ou federal), entre eles, o Minha Casa Minha Vida¹². Já a partir de 2011, foi iniciada a construção de nove novos bairros, dos quais dois são loteamentos, contendo aproximadamente 1.200 lotes e sete conjuntos habitacionais com cerca de 4.820 unidades residenciais.

Assim como Ituiutaba (MG), as outras cidades da MRG também receberam investimentos do Programa Minha Casa Minha Vida, o que dinamizou o mercado imobiliário dessas cidades, tanto pela comercialização de terras urbanas e de materiais para a construção dos imóveis, quanto pela contratação de mão de obra e serviços e pela busca por financiamentos.

Os dados do Cadastro Nacional dos Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE) do IBGE (2010) possibilitaram elaborar os mapas 41, 42 e 43, que

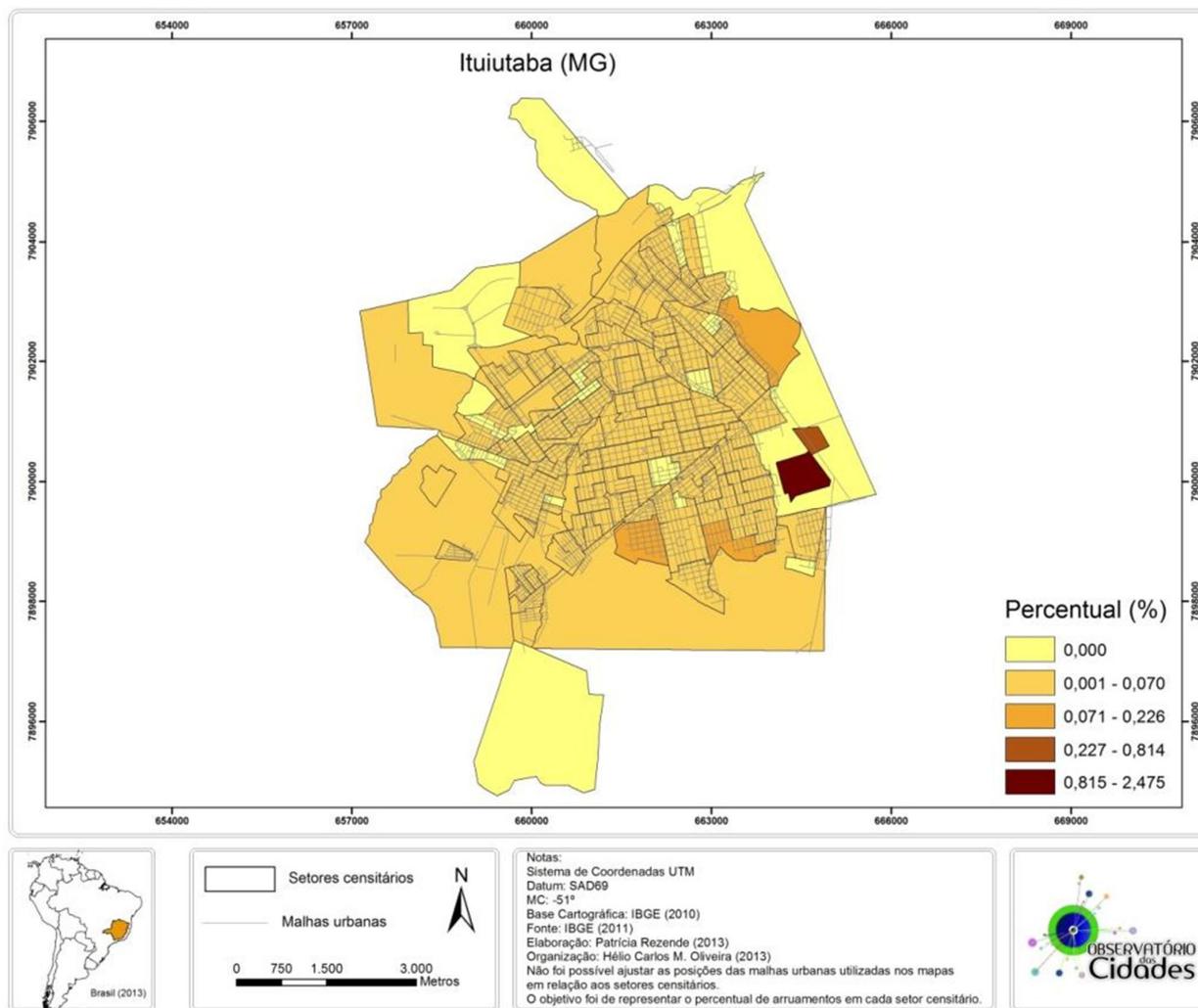
¹² A respeito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), confira: Cardoso (2013).

apresentam o percentual de edificações em construção no total de endereços urbanos para cada cidade da microrregião estudada.

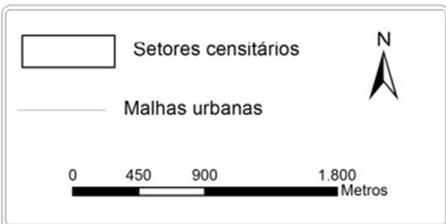
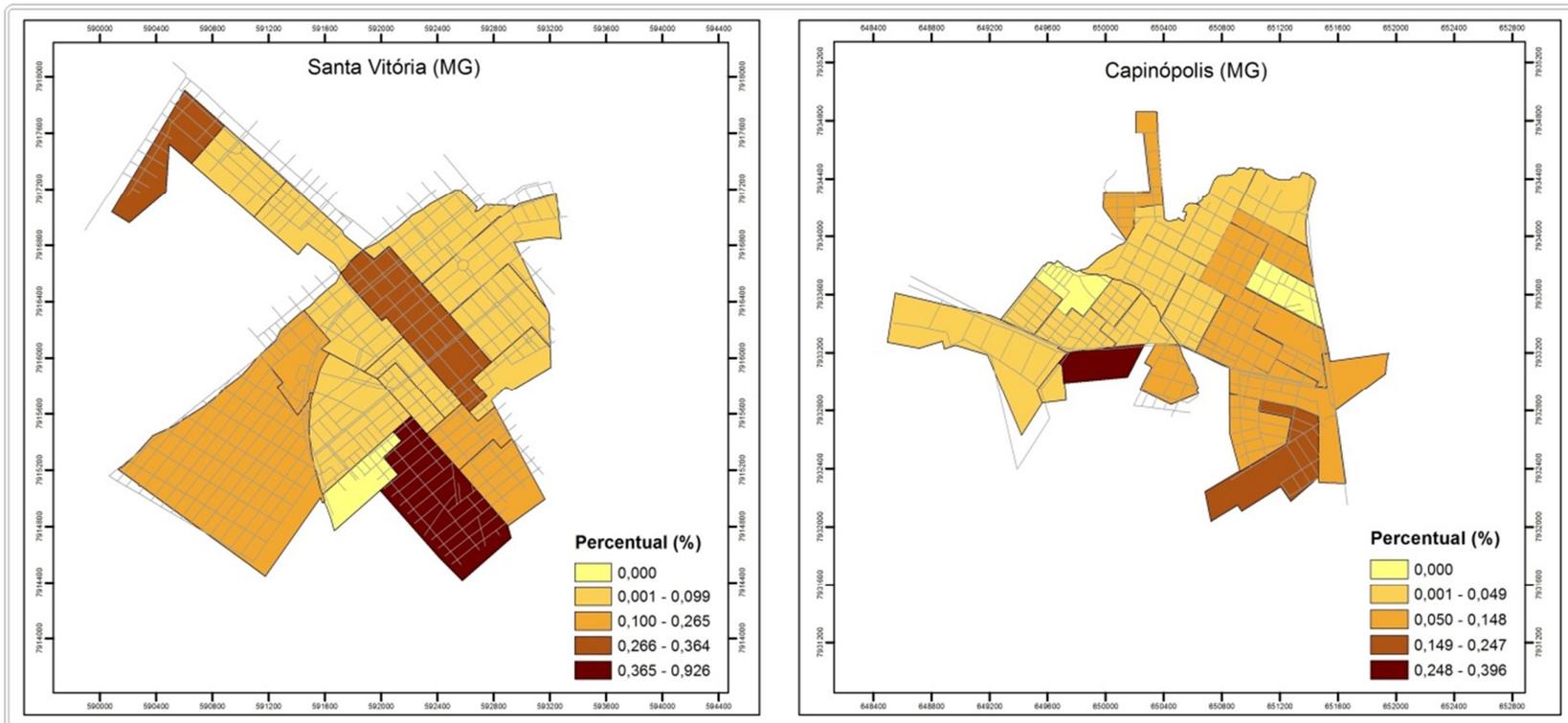
Em Ituiutaba (MG), as áreas (Mapa 41) com os dois maiores percentuais de edificações (de 0,227% a 2,474% e de 0,815% a 2,475%) correspondiam aos conjuntos habitacionais cujas construções se iniciaram em 2010, na zona sudeste da cidade; e havia ainda três loteamentos (0,071% a 0,226%), dos quais dois foram influenciados diretamente pela instalação do campus da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) na zona sul da cidade e o terceiro, pela construção de condomínio fechado na zona nordeste (Mapa 41). É importante destacar que a comercialização dos lotes no condomínio e no loteamento do entorno é anterior à instalação do campus da UFU; entretanto, em virtude das ações dos agentes produtores do espaço urbano, a zona sul da cidade de Ituiutaba (MG) foi a que teve maior valorização das terras, além de ser o novo eixo de expansão da cidade.

As cidades de Capinópolis (MG), Santa Vitória (MG) (Mapa 42), Cachoeira Dourada (MG), Gurinhatã (MG) e Ipiacaçu (MG) (Mapa 43) apresentam dinâmicas de produção do espaço urbano semelhantes entre si e diferentes de Ituiutaba (MG). Entre os agentes produtores do espaço urbano descritos por Corrêa (2003), os proprietários de terras e o Estado foram os principais agentes transformadores dessas cidades, uma vez que suas expansões sempre estiveram ligadas às construções de conjuntos habitacionais ou à abertura de loteamentos em terras que eram incorporadas ao perímetro urbano.

Mapa 41 – Ituiutaba (MG): % de edificações em construção no total de endereços urbanos (2010)



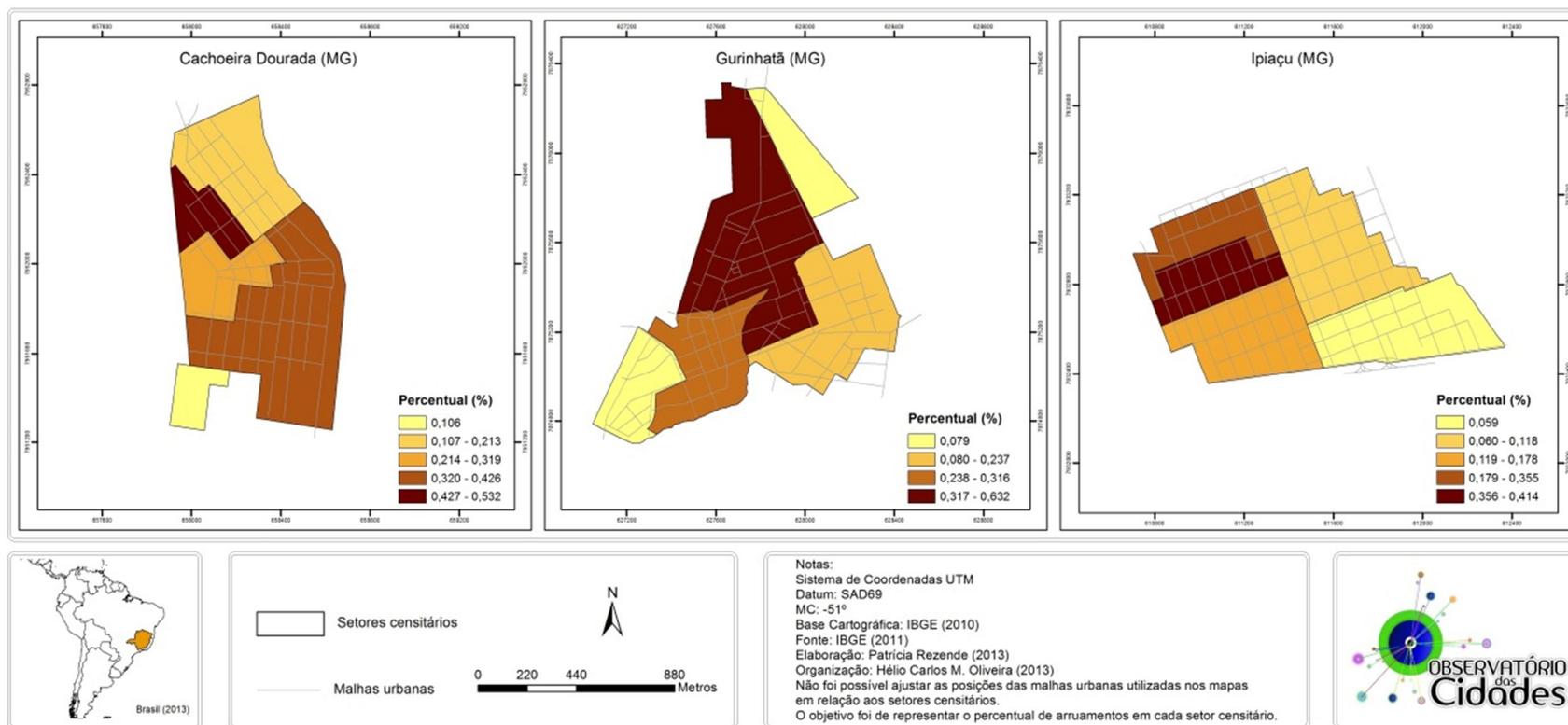
Mapa 42 – Capinópolis (MG) e Santa Vitória (MG): % de edificações em construção no total de endereços urbanos (2010)



Notas:
 Sistema de Coordenadas UTM
 Datum: SAD69
 MC: -51°
 Base Cartográfica: IBGE (2010)
 Fonte: IBGE (2011)
 Elaboração: Patrícia Rezende (2013)
 Organização: Hélio Carlos M. Oliveira (2013)
 Não foi possível ajustar as posições das malhas urbanas utilizadas nos mapas em relação aos setores censitários.
 O objetivo foi de representar o percentual de arruamentos em cada setor censitário.



**Mapa 43 – Cachoeira Dourada (MG), Gurinhatã (MG) e Ipiacu (MG):
% de edificações em construção no total de endereços urbanos (2010)**



As empresas imobiliárias possuem atuação restrita nestas cidades, em função do reduzido tamanho da malha urbana e da ausência de estruturas comerciais, industriais e de serviços, fatores que somam aos interesses imobiliários na valorização das terras urbanas. Essa realidade é muito diferente do que acontece em Ituiutaba (MG), cuja expansão é também direcionada por outros agentes imobiliários.

As áreas com concentração de edificações em processo de construção, representadas nos mapas 42 e 43, são oriundas dos investimentos do Programa Minha Casa Minha Vida. Em Capinópolis (MG) e Santa Vitória (MG) percebe-se a mesma lógica de produção do espaço urbano identificada em outras cidades brasileiras, ou seja, a instalação dos conjuntos habitacionais nas periferias, reproduzindo, assim, os problemas ligados à habitação, como dificuldade de acesso ou ausência de transporte público, falta ou baixa disponibilidade de serviços de educação, saúde e segurança pública.

Em função do tamanho das cidades de Cachoeira Dourada (MG), Gurinhatã (MG) e Ipiáçu (MG), a construção de moradias nas periferias não gera os problemas presentes nas cidades maiores, mesmo assim consolida um processo de segregação urbana, ainda que em uma escala reduzida, uma vez que as populações mais pobres tendem a residir em área específica da cidade.

A análise dos mapas 40 e 41 permite concluir que os papéis desempenhados pelos atores responsáveis pela produção do espaço urbano da cidade de Ituiutaba (MG) reestruturam a cidade, impulsionados pelas transformações na economia regional, ou seja, pela reestruturação urbana, de forma semelhante ao apontado nos estudos de Soja (1993) e de Sposito (2004, 2007, 2007a). A reestruturação urbana na MRG está ligada ao

desenvolvimento das atividades agrícolas, sendo a cidade de Ituiutaba (MG) o único espaço que conseguiu congregiar estabelecimentos relacionados tanto ao consumo produtivo quanto ao consumo consumptivo, tornando-se, assim, o principal centro urbano da região.

O impacto das atividades agrícolas sobre a estrutura das cidades resultou na expansão urbana, tanto por conjuntos habitacionais quanto por loteamentos, de acordo com o indicado nos mapas 40, 41, 42 e 43. A necessidade de construção de moradias nessas cidades sempre esteve ligada à migração de mão de obra de população agrícola, ou seja, de pessoas que residem na cidade e exercem atividade laboral no campo, principalmente para o corte de cana-de-açúcar, a fim de atender a produção das usinas da região.

A população residente na MRG de Ituiutaba (MG), representada por lugar de nascimento na Tabela 47, demonstra o peso da migração nordestina para a região, que tem seu déficit habitacional intensificado.

Tabela 47 – MRG de Ituiutaba (MG):
população residente por lugar de nascimento (2000-2010)

Lugar de nascimento	Total		Percentual (%)	
	2000	2010	2000	2010
Região Norte	165	376	0,12	0,26
Região Nordeste	10.213	15.005	7,67	10,47
Região Sudeste	116.696	121.121	87,69	84,49
Região Sul	369	340	0,28	0,24
Região Centro-Oeste	5.429	6.009	4,08	4,19
Distrito Federal	170	260	0,13	0,18
Brasil sem especificação	60	372	0,05	0,26
País estrangeiro	141	125	0,11	0,09
Total	133.073	143.348	100	100

Fonte: IBGE (2011).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Fonseca e Santos (2011) e Oliveira e Oliveira (2012), ao estudarem a relação cidade-campo em Ituiutaba (MG) e Capinópolis (MG), apontaram que a instalação de usinas sucroalcooleiras na MRG veio acompanhada da migração de trabalhadores – a maioria, nordestinos em busca de melhores salários e qualidade de vida – e dos problemas sociais oriundos da atividade, tais como: a expulsão dos pequenos proprietários do campo e a concentração de terras entre latifundiários que se ocupavam do plantio da monocultura da cana-de-açúcar; as sobrecargas nos serviços de saúde e educação das cidades; o aumento dos preços de aluguéis e imóveis, em virtude do crescimento da demanda. Por outro lado, o acréscimo populacional induziu o desenvolvimento da economia urbana, principalmente no setor terciário, em decorrência das necessidades dos “novos” consumidores.

O déficit habitacional na MRG de Ituiutaba (MG), destacado na Tabela 48, indica a demanda por habitações no período de 2007 a 2011, o que explica o significativo crescimento no número de conjuntos habitacionais nas cidades a partir da criação do Programa Minha Casa Minha Vida, com especial destaque para Ituiutaba (MG), que concentra 74,53% do déficit habitacional da MRG. Em contrapartida, é também a cidade com maior número de construção de novos bairros a partir de 2011, que somam nove, dos quais sete são conjuntos habitacionais e dois loteamentos, como já indicado no Mapa 40.

Tabela 48 – MRG de Ituiutaba (MG):
estimativas do déficit habitacional (2007-2011)

Município e MRG	Déficit habitacional	% no total de habitações	Número de domicílios
Cachoeira Dourada	37	4,74	786
Capinópolis	370	7,32	5.057
Gurinhata	189	8,42	2.243
Ipiaçu	63	4,42	1.420
Ituiutaba	3.402	10,40	32.707
Santa Vitória	503	8,09	6.214
MRG	4.564	9,42	48.427

Fonte: IPEA (2013).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Enquanto as demandas por moradia não são atendidas, o mercado de aluguéis nas cidades torna-se altamente rentável para os donos dos imóveis, mas extremamente prejudicial para aqueles que são obrigados a viver sob essa condição, uma vez que 3,74% dos domicílios da MRG possuem excedente de aluguel, ou seja, o valor pago pela locação do imóvel é superior a 30% da renda domiciliar total. Vale ressaltar que o total de imóveis alugados corresponde a 39,68% do déficit habitacional total da MRG (IPEA, 2013).

Ituiutaba (MG) é a cidade com maior excedente de aluguel da MRG, com taxa de 4,51% do total de domicílios particulares permanentes urbanos; o total de imóveis alugados corresponde a 43,37% do déficit habitacional municipal. Para estas mesmas variantes, as outras cidades apresentaram os seguintes percentuais, respectivamente: Cachoeira Dourada (MG), 0,68% e 14,34%; Capinópolis (MG), 3,30% e 45,01%; Gurinhata (MG), 1,09% e 12,93%; Ipiaçu (MG), 1,13% e 25,60%; Santa Vitória (MG), 1,98% e 24,48%.

A transformação no mercado imobiliário das cidades da MRG foi predominantemente resultado da migração de trabalhadores ligados ao setor

agroindustrial canavieiro. No entanto, a instalação do campus da UFU na zona sul da cidade de Ituiutaba (MG) foi outro fator que dinamizou as demandas imobiliárias recentes, uma vez que servidores e estudantes, oriundos de cidades distantes de Ituiutaba (MG), buscaram no aluguel a opção inicial para moradia na cidade.

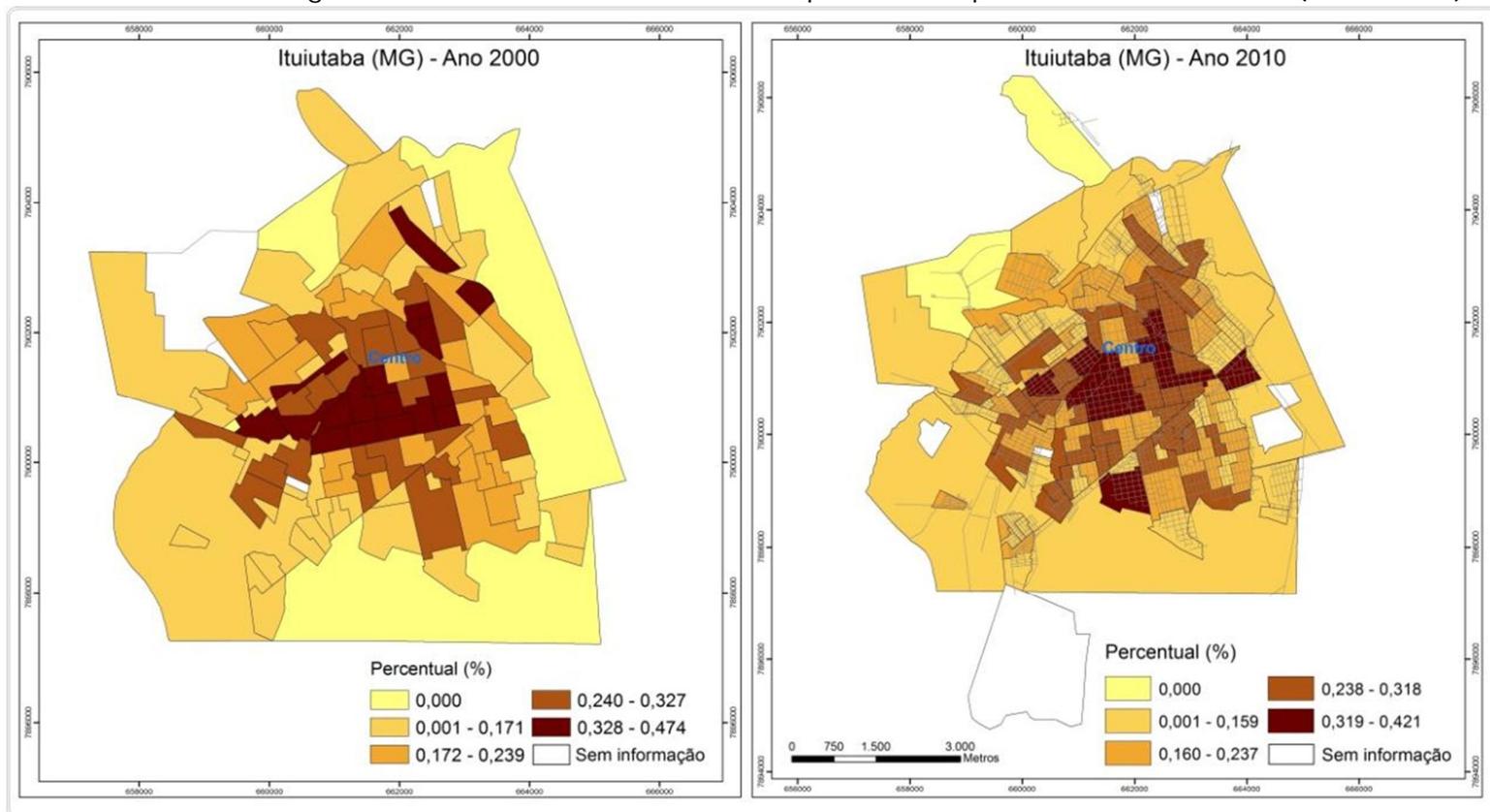
O Mapa 44 representa a proporção de domicílios alugados no total de domicílios particulares permanentes de Ituiutaba (MG), nos anos de 2000 e 2010; indica também a concentração de aluguéis no centro da cidade, como tradicionalmente acontece em todas as cidades. No ano de 2010, os domicílios alugados concentraram-se em dois setores próximos aos *campi* das instituições de ensino superior: na zona sul, próximo à UFU, e na zona leste, próximo à UEMG e à Faculdade Triângulo Mineiro (FTM¹³).

A aquisição de moradias nas cidades da microrregião deu-se principalmente nas áreas periféricas, sendo que, em Ituiutaba (MG), esse processo foi impulsionado tanto pela construção de conjuntos habitacionais ou abertura de loteamentos, quanto pela valorização das áreas que sofreram influência direta da instalação da UFU, na zona sul, e do condomínio fechado, na zona leste (Mapa 45).

¹³ A FTM é mantida pela Associação Comercial e Industrial de Ituiutaba (ACII), que é uma mantenedora privada. Para mais detalhes acesse: <http://www.ftm.edu.br>

Mapa 44 – Ituiutaba (MG):

% de domicílios alugados no total de domicílios urbanos particulares permanentes da cidade (2000-2010)



Setores censitários

 Malhas urbanas

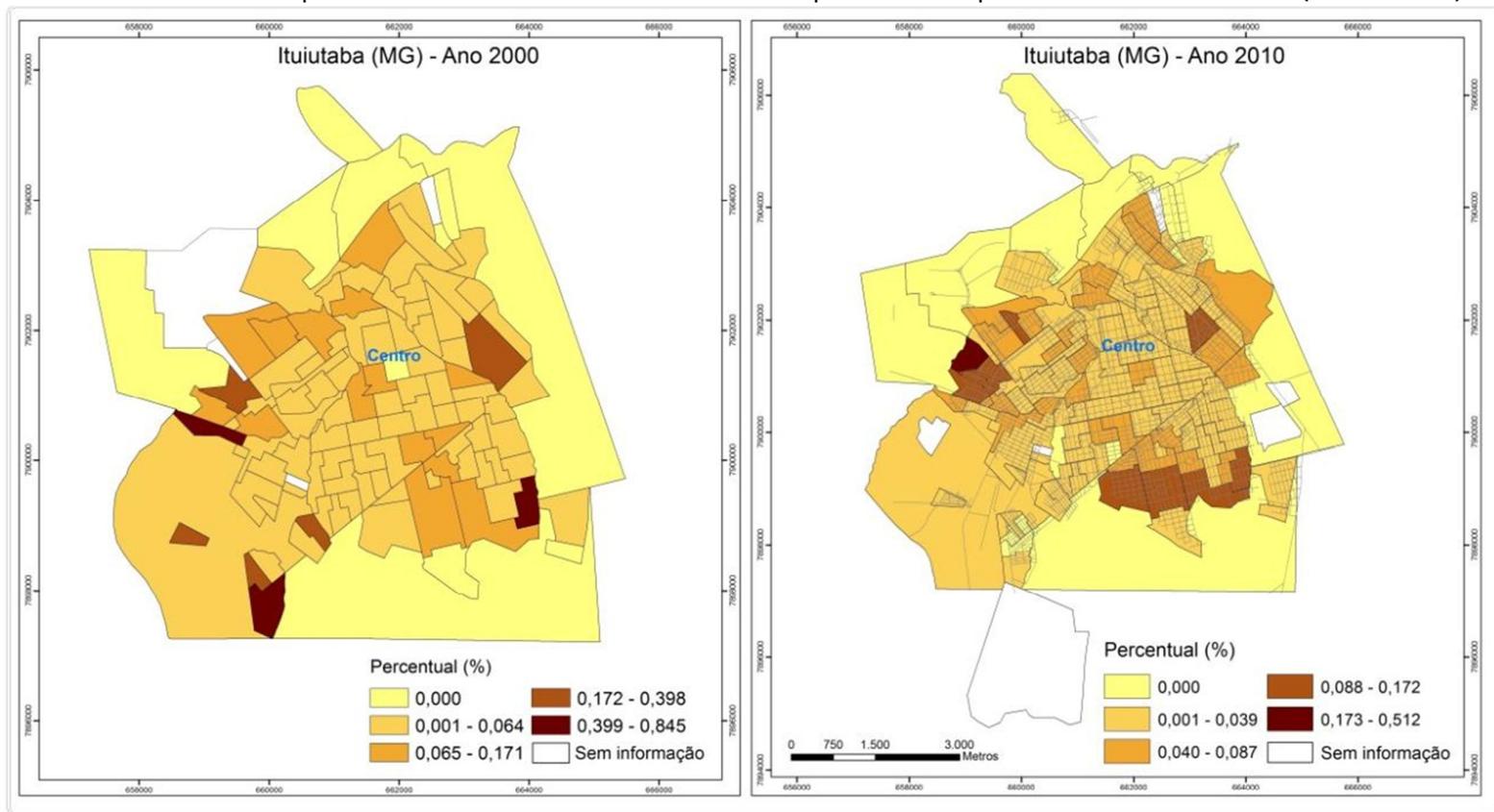
Notas:
 Para o mapa do ano de 2000: não foi encontrada malha urbana para o referido ano. Não foi possível inserir escala.
 Para o mapa do ano de 2010: não foi possível ajustar as posições das malhas urbanas utilizadas nos mapas em relação aos setores censitários.
 O objetivo foi de representar o percentual de arruamentos em cada setor censitário.

Notas:
 Sistema de Coordenadas UTM
 Datum: SAD69
 MC: -51°
 Base Cartográfica: IBGE (2000 e 2010)
 Fonte: IBGE (2003 e 2011)
 Elaboração: Patrícia Rezende (2013)
 Organização: Hélio Carlos M. Oliveira (2013)



Mapa 45 – Ituiutaba (MG):

% de domicílios adquiridos no total de domicílios urbanos particulares permanentes da cidade (2000-2010)



Setores censitários
 Malhas urbanas

Notas:
 Para o mapa do ano de 2000: não foi encontrada malha urbana para o referido ano. Não foi possível inserir escala.
 Para o mapa do ano de 2010: não foi possível ajustar as posições das malhas urbanas utilizadas nos mapas em relação aos setores censitários.
 O objetivo foi de representar o percentual de arruamentos em cada setor censitário.

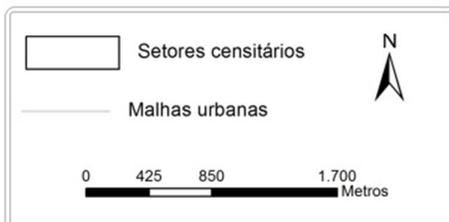
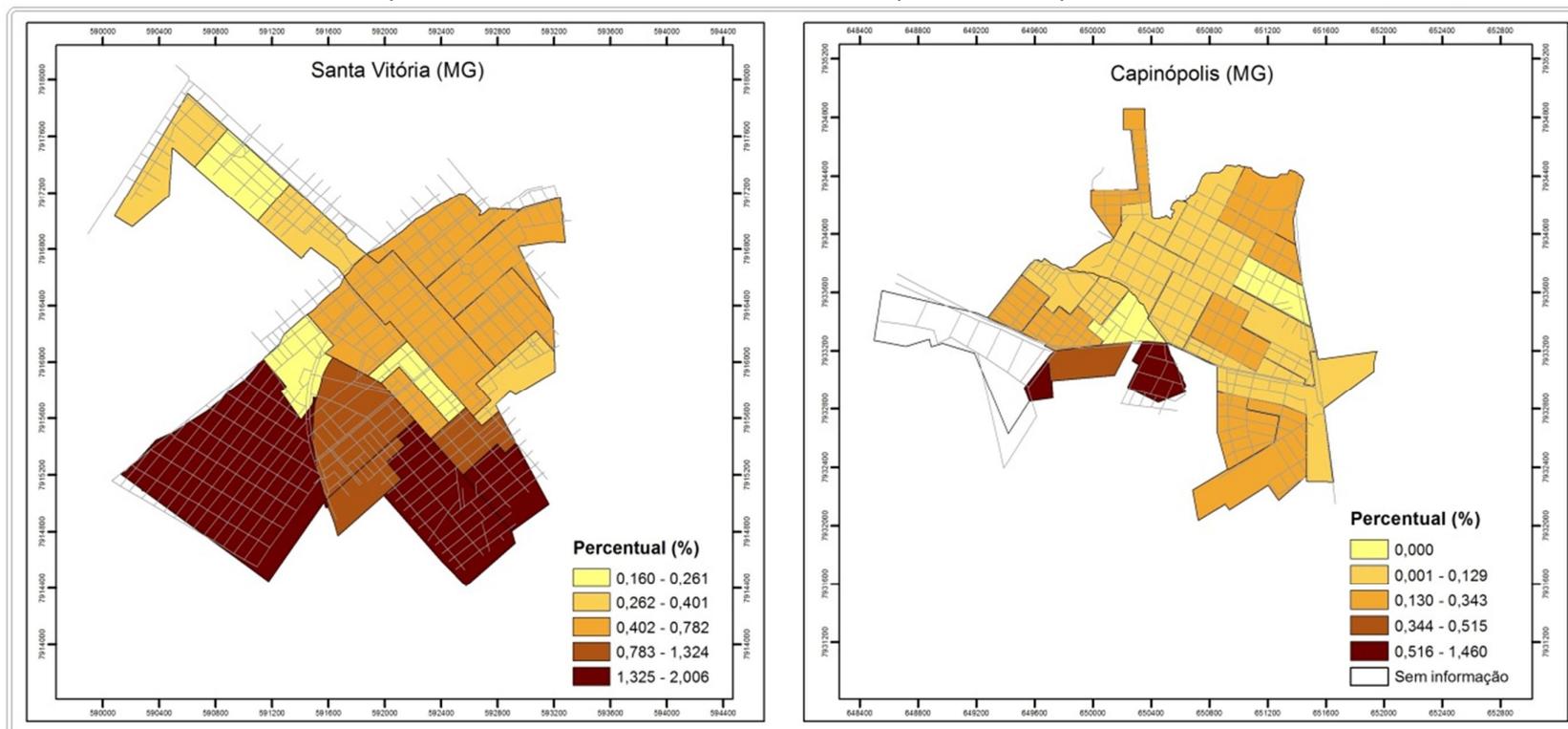
Notas:
 Sistema de Coordenadas UTM
 Datum: SAD69
 MC: -51°
 Base Cartográfica: IBGE (2000 e 2010)
 Fonte: IBGE (2003 e 2011)
 Elaboração: Patricia Rezende (2013)
 Organização: Hélio Carlos M. Oliveira (2013)



Ao comparar os mapas 44 e 45, percebe-se diferença nas dinâmicas imobiliárias da área central da cidade, pois há um baixo percentual de aquisição de imóveis contra altos números de aluguéis, o que indica se tratar de uma área valorizada, na qual os imóveis servem como reserva financeira para seus proprietários. Além disso, nota-se que não surgiu concentração comercial em outro ponto do espaço urbano, o que reforça o papel da área central na convergência das atividades ligadas ao setor terciário, exercendo força centrífuga sobre a estrutura comercial da cidade. Apesar do eixo de expansão urbana ter se deslocado para a zona sul, ainda não há tendência de instalação de estabelecimentos de comércio e serviços nessa área, de modo que a expansão se reduz à habitação.

A aquisição de moradias nas outras cidades da MRG de Ituiutaba (MG) está relacionada às construções de conjuntos habitacionais financiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida (mapas 46 e 47).

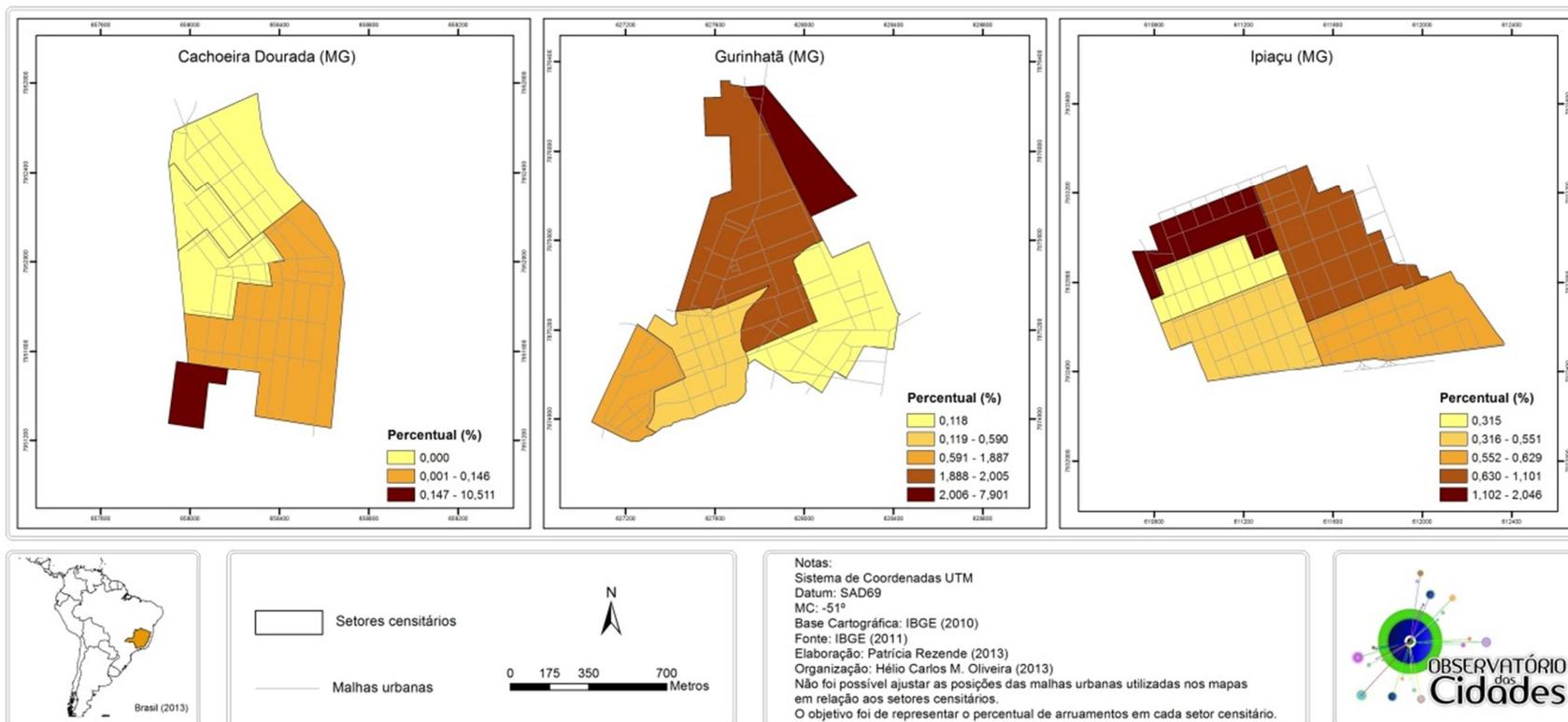
Mapa 46 – Capinópolis (MG) e Santa Vitória (MG):
 % de domicílios adquiridos no total de domicílios urbanos particulares permanentes da cidade (2010)



Notas:
 Sistema de Coordenadas UTM
 Datum: SAD69
 MC: -51°
 Base Cartográfica: IBGE (2010)
 Fonte: IBGE (2011)
 Elaboração: Patrícia Rezende (2013)
 Organização: Hélio Carlos M. Oliveira (2013)
 Não foi possível ajustar as posições das malhas urbanas utilizadas nos mapas em relação aos setores censitários.
 O objetivo foi de representar o percentual de arruamentos em cada setor censitário.



Mapa 47 – Cachoeira Dourada (MG), Gurinhatã (MG) e Ipiacu (MG):
 % de domicílios adquiridos no total de domicílios urbanos particulares permanentes da cidade (2010)



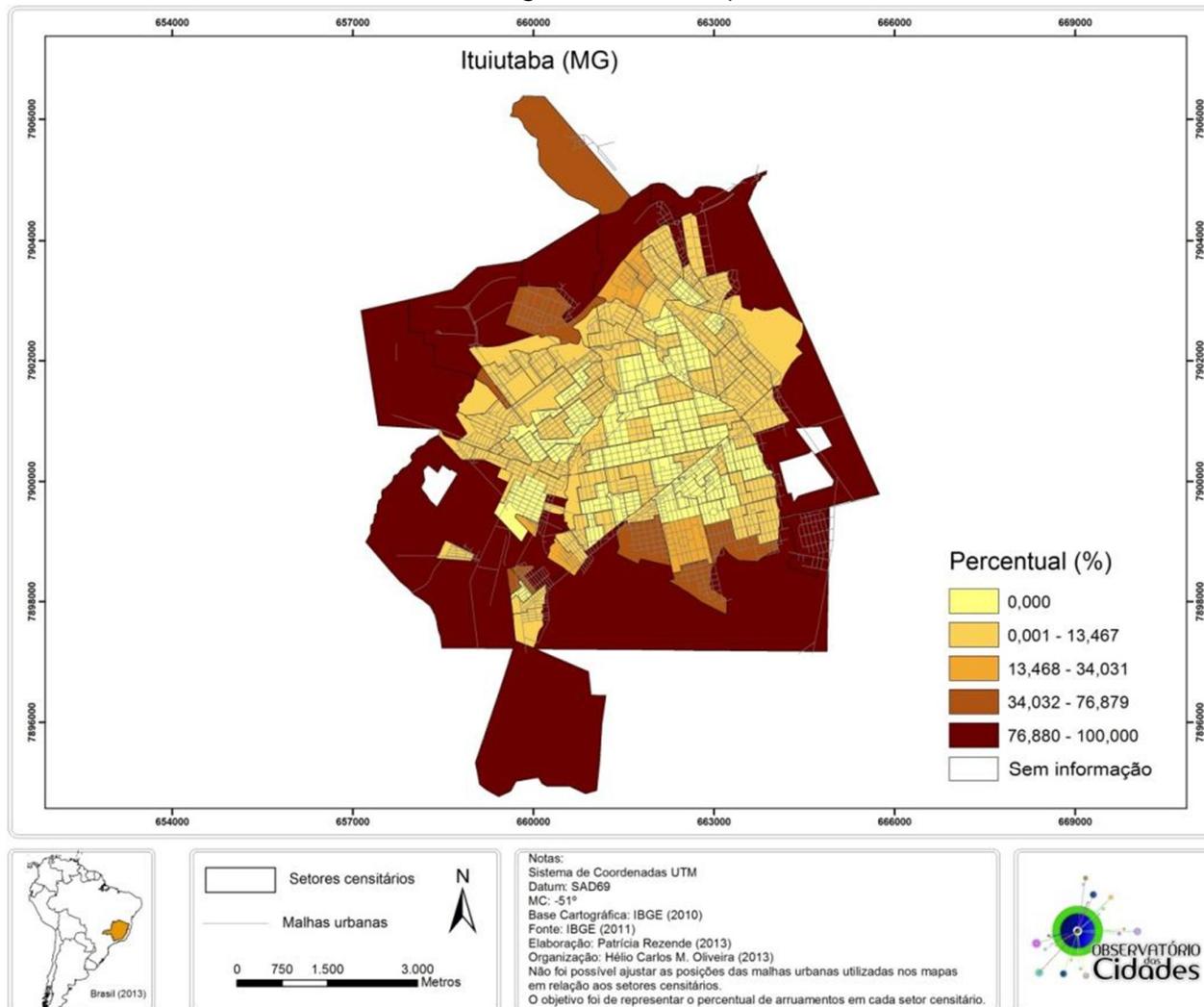
Em Cachoeira Dourada (MG), Capinópolis (MG), Gurinhatã (MG), Ipiaçu (MG) e Santa Vitória (MG), a expansão urbana está ligada diretamente à ação de agentes externos às cidades, que induziram a reestruturação da economia da MRG e, conseqüentemente, do espaço intra-urbano. Dentre tais agentes, sobressaem-se as modificações nas atividades agropecuárias a partir de 2000 e os incentivos financeiros governamentais em programas habitacionais. A cidade de Ituiutaba (MG) foi influenciada tanto pela ação dos agentes externos como dos internos, com destaque para a atuação das dinâmicas imobiliárias, o desenvolvimento econômico do comércio e a instalação de infraestruturas de serviços públicos e privados.

Os novos conjuntos habitacionais surgiram em áreas que já apresentavam problemas ligados à habitação, como aqueles referentes às condições de moradia e infraestrutura. A grande concentração de logradouros sem pavimentação é um dos problemas recorrentes nas cidades da MRG, uma vez que era prática comum dos poderes legislativos municipais aprovarem loteamentos ou conjuntos habitacionais sem a infraestrutura básica¹⁴. Os mapas 48, 49 e 50 indicam as áreas das cidades com maior percentual de domicílios particulares permanentes sem pavimentação no logradouro.

Contraditoriamente, a zona da cidade de Ituiutaba (MG) com maior concentração de logradouros sem pavimentação no ano de 2010 é a mesma que possuía maior valorização e prestígio imobiliário nos últimos anos, a zona sul.

¹⁴ Essa prática aconteceu no período anterior à aprovação do Estatuto da Cidade (lei federal 10.257, de 10 de julho de 2001) que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Para mais detalhes sobre a lei acesse: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm

Mapa 48 – Ituiutaba (MG): % de domicílios em logradouros sem pavimentação no total do setor censitário (2010)



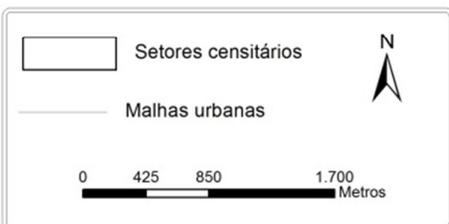
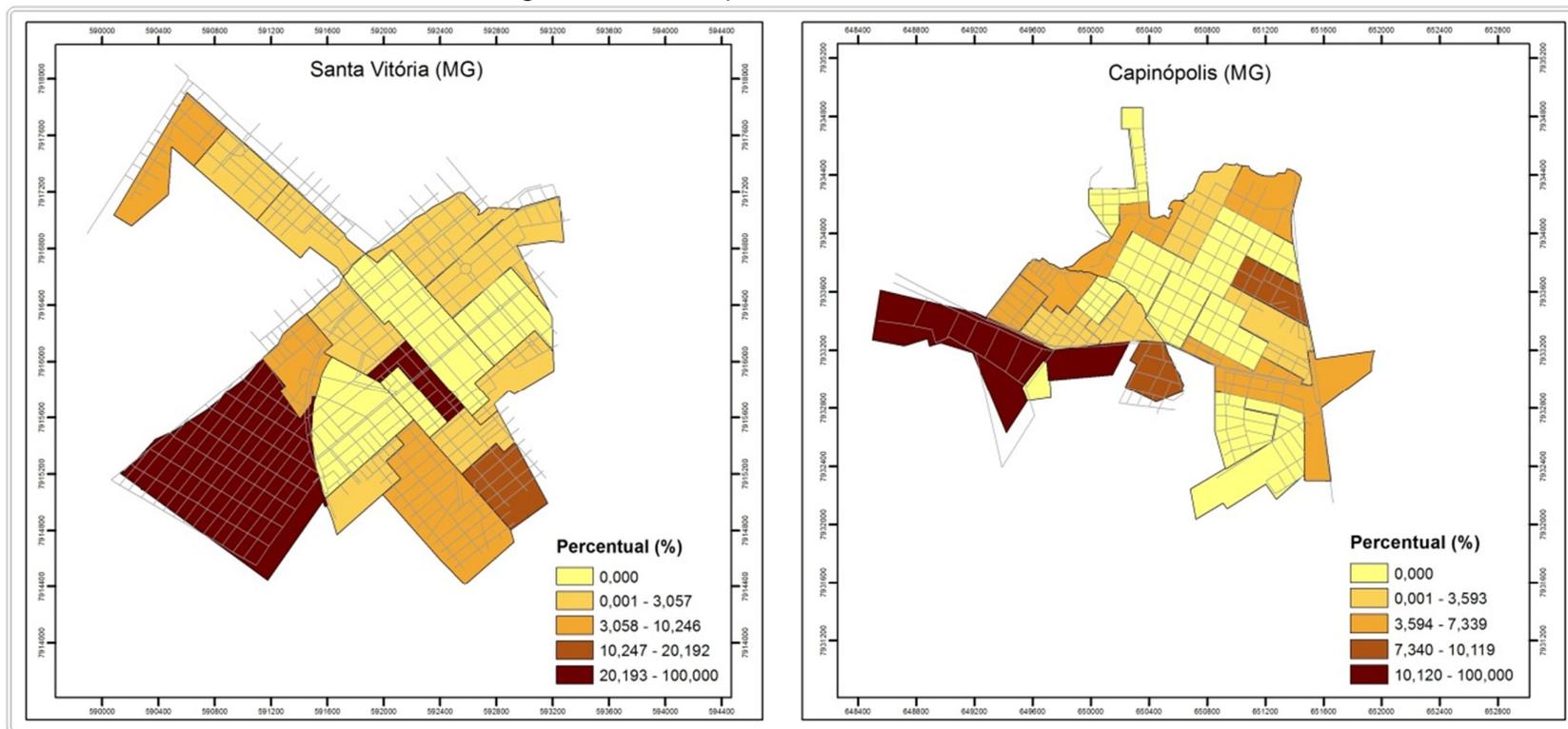
A representação do Mapa 48 permite inferir que esta era uma área com pequena valorização imobiliária até o anúncio da implantação e construção do campus da UFU na cidade, que aconteceu em 2006. Segundo relatos de moradores dos bairros do entorno da UFU, até o ano de 2006 era possível adquirir terrenos de 360 metros quadrados por um preço médio de R\$ 2.500,00; no ano de 2013, esses valores atingiram média de R\$ 60.000,00, com alguns terrenos avaliados em mais de R\$ 100.000,00¹⁵, dependendo da sua localização.

Antes da chegada da UFU à Ituiutaba, a área mais prestigiada da cidade quanto ao aspecto imobiliário era a zona leste que, em virtude da instalação do condomínio fechado, direcionava a expansão para aquela parte da cidade. O percentual de domicílios com logradouros sem pavimentação era pequeno, se comparado com a zona sul, o que indicava a presença de infraestruturas urbanas.

Nas cidades de Cachoeira Dourada (MG), Capinópolis (MG), Gurinhatã (MG), Ipiacu (MG) e Santa Vitória (MG), a ausência de pavimentação nos logradouros públicos estava diretamente ligada à construção dos novos conjuntos habitacionais nas periferias das cidades em 2010 (mapas 49 e 50). Trata-se, então, de uma situação transitória, consequência da coincidência entre o período de recenseamento e da construção dos conjuntos habitacionais. Em pesquisa de campo realizada no ano de 2013, foi identificado que todos os conjuntos habitacionais já entregues aos proprietários possuíam logradouros pavimentados.

¹⁵ Valor do dólar em janeiro de 2013: R\$ 2,06

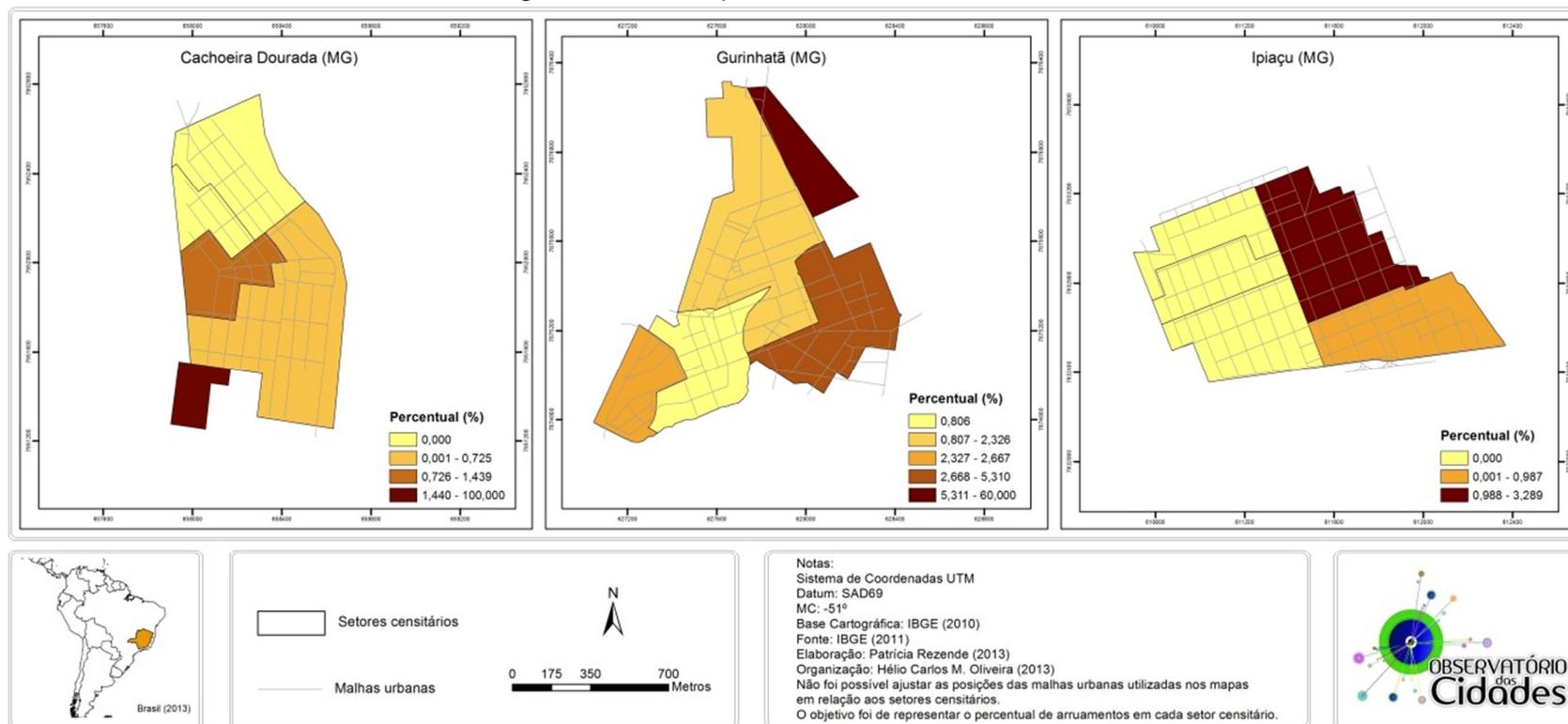
Mapa 49 – Capinópolis (MG) e Santa Vitória (MG):
 % de domicílios em logradouros sem pavimentação no total do setor censitário (2010)



Notas:
 Sistema de Coordenadas UTM
 Datum: SAD69
 MC: -51°
 Base Cartográfica: IBGE (2010)
 Fonte: IBGE (2011)
 Elaboração: Patrícia Rezende (2013)
 Organização: Hélio Carlos M. Oliveira (2013)
 Não foi possível ajustar as posições das malhas urbanas utilizadas nos mapas em relação aos setores censitários.
 O objetivo foi de representar o percentual de arruamentos em cada setor censitário.



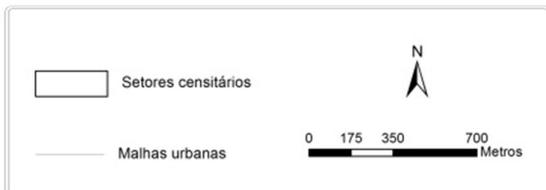
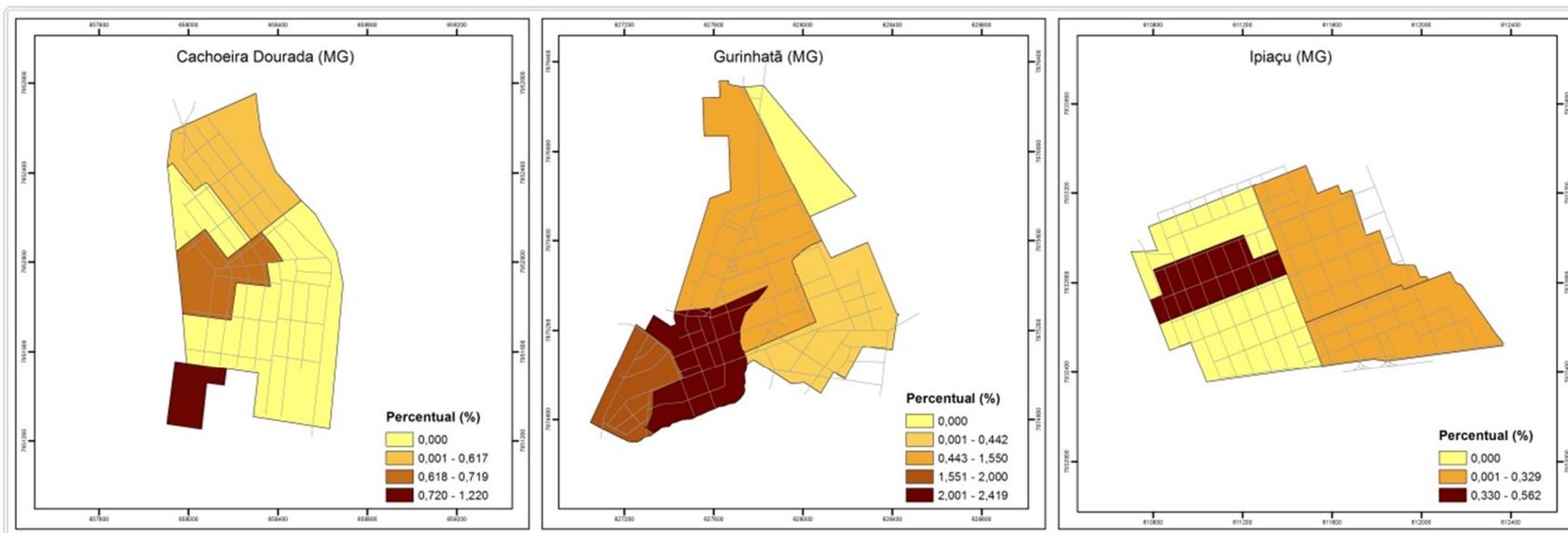
Mapa 50 – Cachoeira Dourada (MG), Gurinhatã (MG) e Ipiacu (MG):
 % de domicílios em logradouros sem pavimentação no total do setor censitário (2010)



Analisar a condição de moradia ajuda a compreender o processo de produção do espaço urbano das cidades estudadas, pois a presença de habitações semiadequadas ou inadequadas evidencia as desigualdades espaciais existentes e expressam as condições socioambientais das áreas. Nas cidades de Cachoeira Dourada (MG), Gurinhatã (MG) e Ipiáçu (MG), em função de possuírem pequenos sítios urbanos, não é possível identificar um padrão espacial que explique a existência de moradias com condições semiadequadas ou inadequadas (Mapa 51), somente pode-se afirmar que há relação entre as situações arquitetônicas dos imóveis e as condições ambientais do entorno. Já em Capinópolis (MG) e Santa Vitória (MG), foi constatado que essas moradias estão em áreas ambientalmente desfavoráveis à ocupação humana, como as margens de córregos que cortam as cidades, e com concentração de população cujo poder de compra é reduzido, além da localização nos limites das cidades (Mapa 52).

A concentração de moradias em condição semiadequada ou inadequada nas periferias dessas cidades revela que até mesmo nas pequenas cidades há uma tendência do processo de urbanização agrupar populações mais pobres em áreas pouco privilegiadas por infraestruturas, ambientalmente frágeis e socialmente excluídas.

Mapa 51 – Cachoeira Dourada (MG), Gurinhatã (MG) e Ipiacu (MG):
 % de domicílios em condições de moradia semiadequadas ou inadequadas no total do setor censitário (2010)

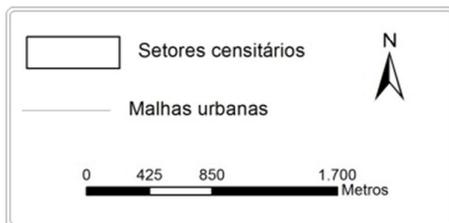
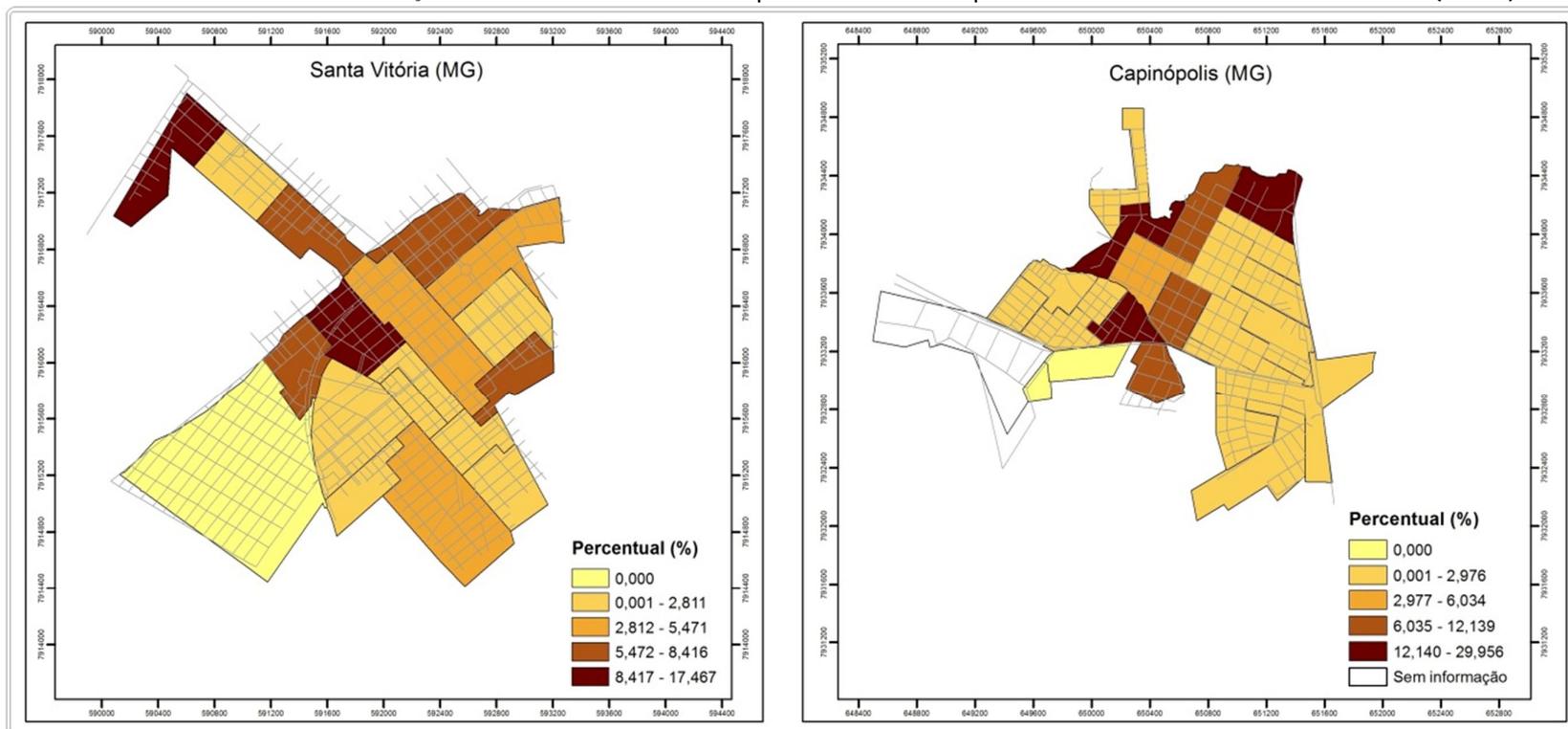


Notas:
 Sistema de Coordenadas UTM
 Datum: SAD69
 MC: -51°
 Base Cartográfica: IBGE (2010)
 Fonte: IBGE (2011)
 Elaboração: Patrícia Rezende (2013)
 Organização: Hélio Carlos M. Oliveira (2013)
 Não foi possível ajustar as posições das malhas urbanas utilizadas nos mapas em relação aos setores censitários.
 O objetivo foi de representar o percentual de arruamentos em cada setor censitário.



Mapa 52 – Capinópolis (MG) e Santa Vitória (MG):

% de domicílios em condições de moradia semiadequadas ou inadequadas no total do setor censitário (2010)



Notas:
 Sistema de Coordenadas UTM
 Datum: SAD69
 MC: -51°
 Base Cartográfica: IBGE (2010)
 Fonte: IBGE (2011)
 Elaboração: Patrícia Rezende (2013)
 Organização: Hélio Carlos M. Oliveira (2013)
 Não foi possível ajustar as posições das malhas urbanas utilizadas nos mapas em relação aos setores censitários.
 O objetivo foi de representar o percentual de arruamentos em cada setor censitário.



Na cidade de Ituiutaba (MG) a lógica espacial da existência dessas moradias está relacionada à presença de infraestruturas urbanas nos bairros e às condições socioeconômicas da população (Mapa 53), ou seja, nos bairros com as condições urbanas e econômicas mais precárias é que se concentram as moradias semiadequadas ou inadequadas à habitação humana.

Nas zonas norte e nordeste, os bairros que se destacam nesse aspecto foram os criados na década de 1960, com infraestrutura urbana mínima (água encanada, rede de esgoto e iluminação pública), sem pavimentação de vias e calçadas, distantes do centro e segregados do restante do tecido urbano pela rodovia BR-365, que se localiza na parte norte da cidade. Esses bairros foram ocupados por populações que migraram do campo para a cidade à procura de empregos, em decorrência da decadência do arroz e do início da utilização de máquinas na produção agrícola.

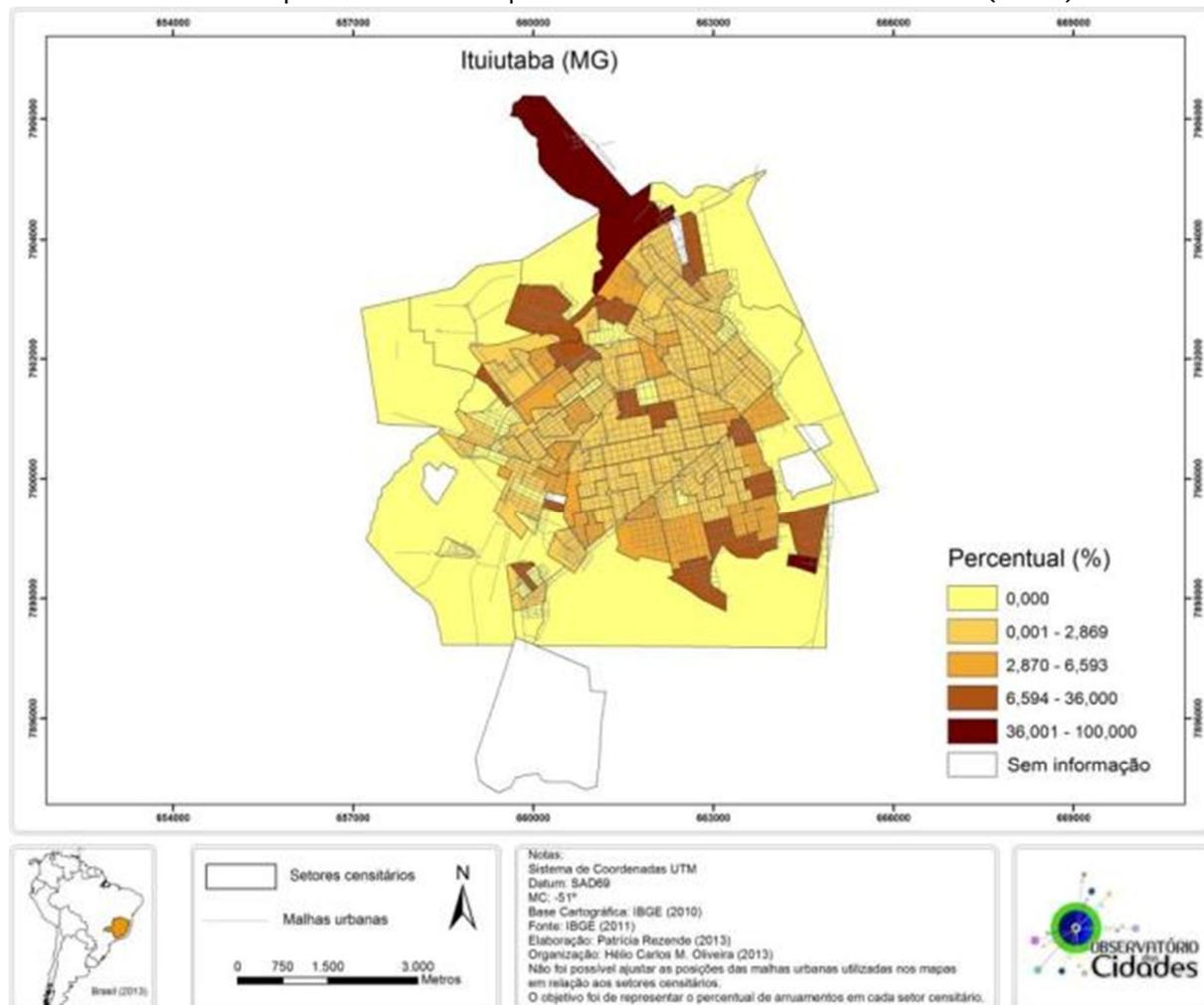
Os bairros com maior percentual de moradias semiadequadas ou inadequadas nas zonas sul e sudeste foram criados, respectivamente, nas décadas de 1950 e 1980, visando atender as demandas por habitação dos migrantes que chegavam à cidade para trabalhar nas lavouras da região (na década de 1950) ou oriundos do campo após a expulsão da população em decorrência da modernização agrícola (na década de 1980).

A presença de moradias precárias na área central da cidade de Ituiutaba (MG) se dá em virtude de ainda existirem alguns domicílios particulares desocupados ou ocupados por pessoas de idade elevada, que se instalaram nesses locais em período anterior a 1940, quando essa parte da cidade ainda era periférica. Além disso, a presença de moradores nas margens

do córrego Pirapitinga também contribui para elevação desse percentual na área central.

Os bairros com moradias em condições semiadequadas ou inadequadas para a vida humana em todas as cidades da MRG foram criados sob o único argumento da necessidade de prover espaços para construção de domicílios àqueles que não tinham acesso, entretanto, sem se preocupar com o efetivo bem-estar populacional, uma vez que foram edificadas em áreas que atualmente ainda apresentam problemas urbanos, como logradouros sem pavimentação, ausência de serviços de educação e saúde (escolas, creches, postos de saúde), transporte público ineficiente e problemas sociais, como a baixa condição econômica da população. Todos estes fatores demonstram que, em determinados períodos das histórias das cidades, não houve preocupação dos poderes públicos municipais em prover áreas qualificadas para moradia.

Mapa 53 – Ituiutaba (MG): % de domicílios em condições de moradia semiadequadas ou inadequadas no total do setor censitário (2010)



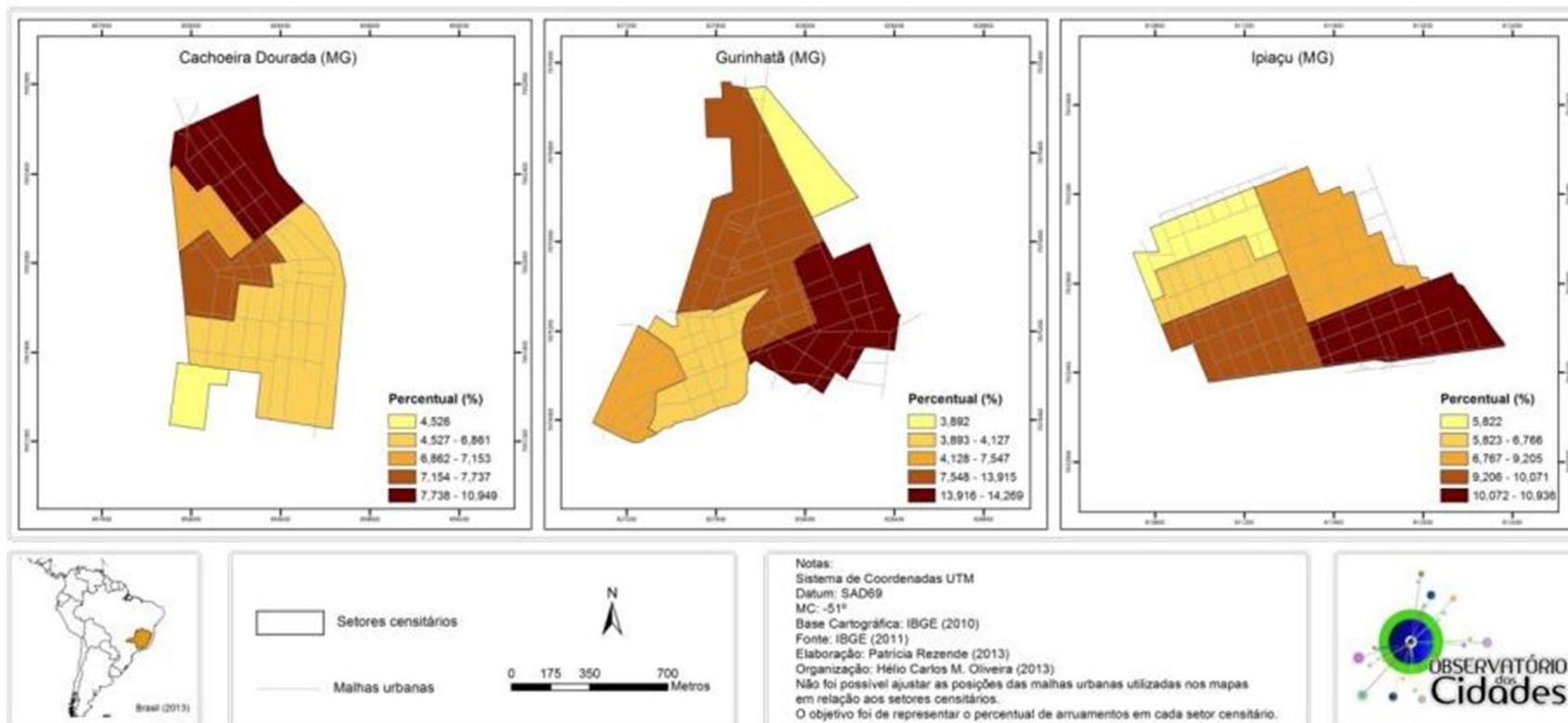
A condição econômica da população é um aspecto que contribui para o entendimento da produção, estruturação e dinamismo do espaço urbano das cidades. Para as três menores cidades analisadas, Cachoeira Dourada (MG), Gurinhatã (MG) e Ipiáçu (MG), não foi encontrado um padrão espacial na distribuição de renda (mapas 54 e 55), uma vez que não há relação da renda do chefe de família e das condições de moradia com a infraestrutura dos bairros, o local de residência ou a concentração de atividades comerciais.

Apesar de existir concentração de população com condições de renda diferentes em determinadas partes das cidades, não houve formação de áreas segregadas, mas sim uma tendência de concentração em determinados pontos das cidades, não chegando a transformar a paisagem urbana.

Ao comparar os mapas 43, 50, 51, 54 e 55, fica nítido que não existe uma relação direta entre a informação representada em cada um dos mapas e as condições econômicas das populações das cidades. Por exemplo, as áreas onde existem mais moradias semiadequadas ou inadequadas não coincidem com as áreas onde se dá a maior concentração de chefes de família recebendo até um salário mínimo, o que reforça a ideia de que não há padrões espaciais e dinâmicas urbanas específicas para a organização dessas cidades.

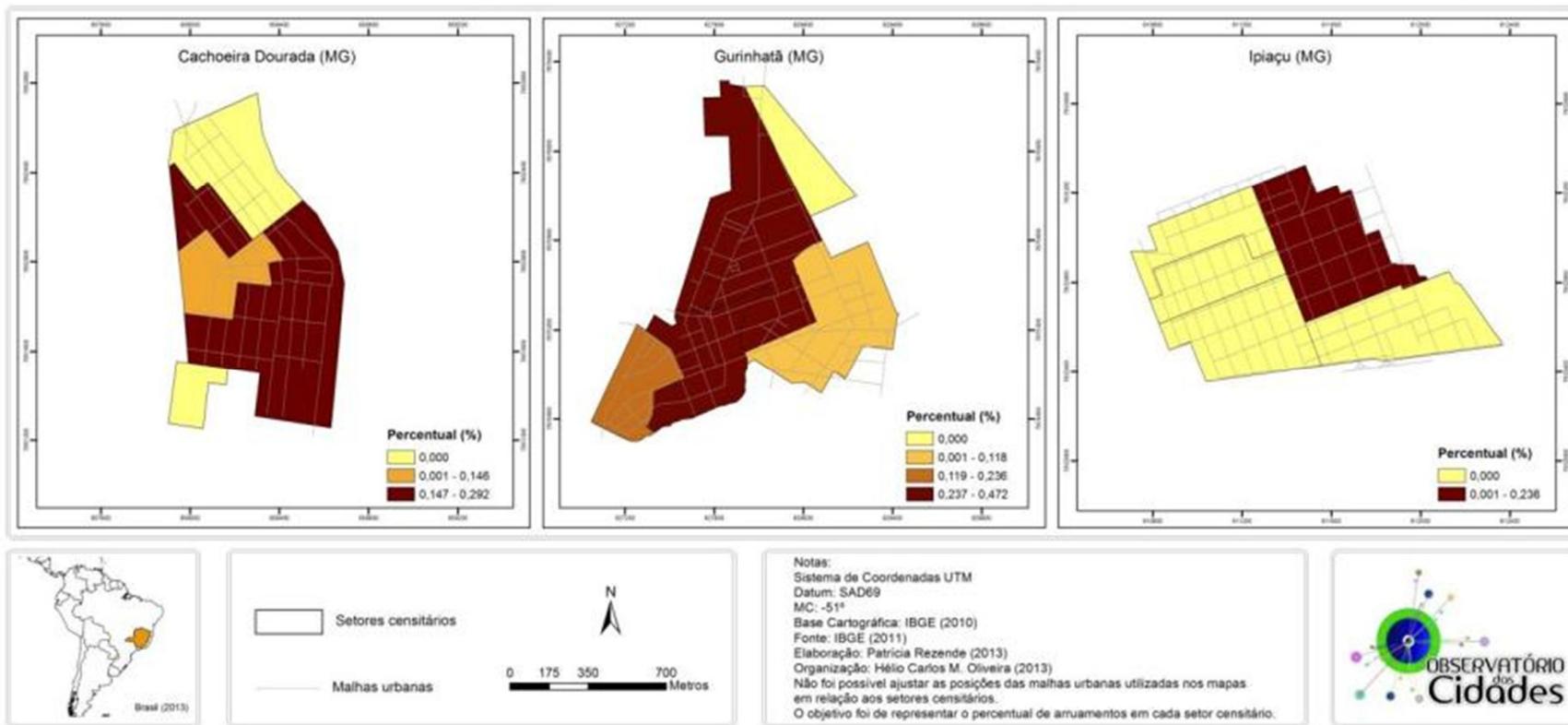
Na comparação entre o percentual de chefes de família cujo rendimento é de até um salário mínimo (Mapa 54) e aqueles que recebem quinze ou mais salários mínimos (Mapa 55), constatou-se que a cidade de Gurinhatã (MG) tem a maior desigualdade de renda entre seus habitantes. Já as cidades de Cachoeira Dourada (MG) e Ipiáçu (MG), na média, são semelhantes, apesar da diferença no tamanho populacional.

Mapa 54 – Cachoeira Dourada (MG), Gurinhatã (MG) e Ipiacu (MG):
 % de chefes de família com rendimento nominal mensal de até um salário mínimo no total da cidade (2010)



Mapa 55 – Cachoeira Dourada (MG), Gurinhatã (MG) e Ipiacu (MG):

% de chefes de família com rendimento nominal mensal de quinze salários mínimos ou mais no total da cidade (2010)



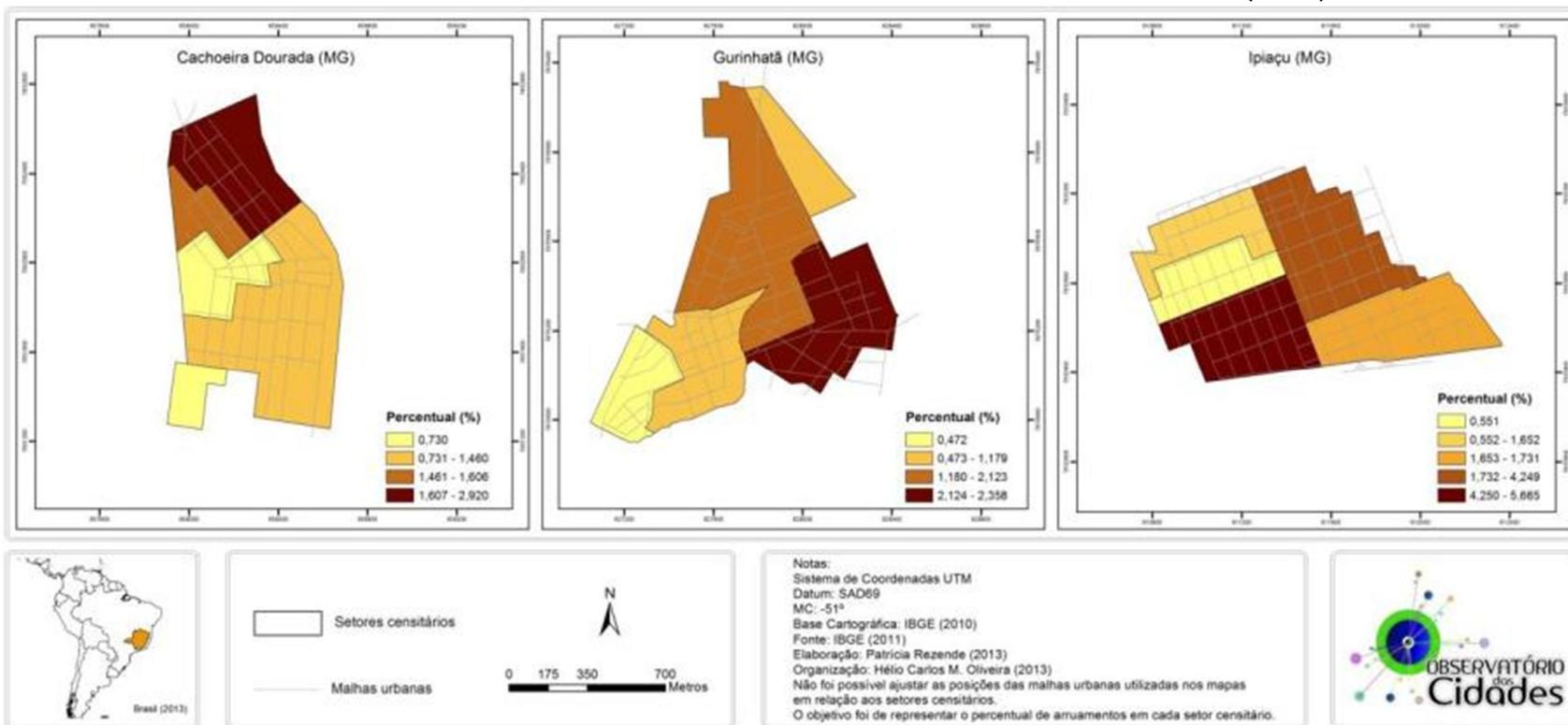
Um aspecto que chamou a atenção foi a ausência de chefes de família com renda mensal igual ou superior a quinze salários mínimos em determinados setores das cidades, reforçando a ideia de que, apesar de não existir segregação espacial, há uma tendência de concentração de renda em algumas partes das cidades. Por outro lado, a concentração de chefes de família com renda mensal de até um salário mínimo acontece principalmente nas áreas ocupadas por conjuntos habitacionais, construídos pelo Programa Minha Casa Minha Vida ou por outros programas governamentais, como o Lares Geraes¹⁶, do governo estadual.

Apesar das desigualdades não gerarem diferenciações espaciais nas cidades, com contrastes significativos na paisagem urbana, o percentual de chefes de família sem rendimento mensal era bastante significativo (Mapa 56), principalmente em se tratando de cidades muito pequenas. Em Cachoeira Dourada (MG) e Gurinhatã (MG), a maior quantidade de chefes de família sem rendimento mensal se concentrava nas mesmas áreas em que estavam estabelecidos os chefes de família com rendimento mensal de até um salário mínimo. Já em Ipiaçu (MG), a concentração aconteceu em outro setor censitário (mapas 54 e 56).

Cabe salientar que a existência de chefes de família sem rendimento mensal não redundava em ausência de rendimentos no domicílio, uma vez que, em virtude das dinâmicas econômicas dessas pequenas cidades, parte significativa da população trabalha no campo, podendo estar, na data do recenseamento, desempregada, mas tendo como fonte de renda as remunerações de outros integrantes da família.

¹⁶ A respeito do Programa Lares Geraes, acesse: <http://www.cohab.mg.gov.br/>

Mapa 56 – Cachoeira Dourada (MG), Gurinhatã (MG) e Ipiacu (MG):
 % de chefes de família sem rendimento nominal mensal no total da cidade (2010)



Em síntese, das três cidades representadas nos mapas 54, 55, 56, somente Ipiaçu (MG) sofre influência direta da expansão do setor agroindustrial canavieiro na MRG, especialmente devido à presença da usina Vale do Paranaíba, no município de Capinópolis (MG), às margens da rodovia MG-226, que liga as duas cidades. Parte dos trabalhadores migrantes ligados ao corte da cana-de-açúcar reside em Ipiaçu (MG), gera demanda por habitação, aumenta a densidade habitacional¹⁷ e é responsável por dinamizar a pequena estrutura comercial da cidade. A oferta de emprego restringe-se ao serviço público e ao setor terciário, que é bastante reduzido, como será apresentado mais adiante.

Em Cachoeira Dourada (MG) e Gurinhatã (MG), as dinâmicas não são diferentes: ambas as cidades possuem poucos estabelecimentos comerciais, com reduzido número de vagas de emprego; parte da população trabalha no campo e nos serviços públicos. Alguns habitantes de Cachoeira Dourada (MG) trabalham na Usina Hidroelétrica da cidade¹⁸, que tem sede no município vizinho, Cachoeira Dourada (GO).

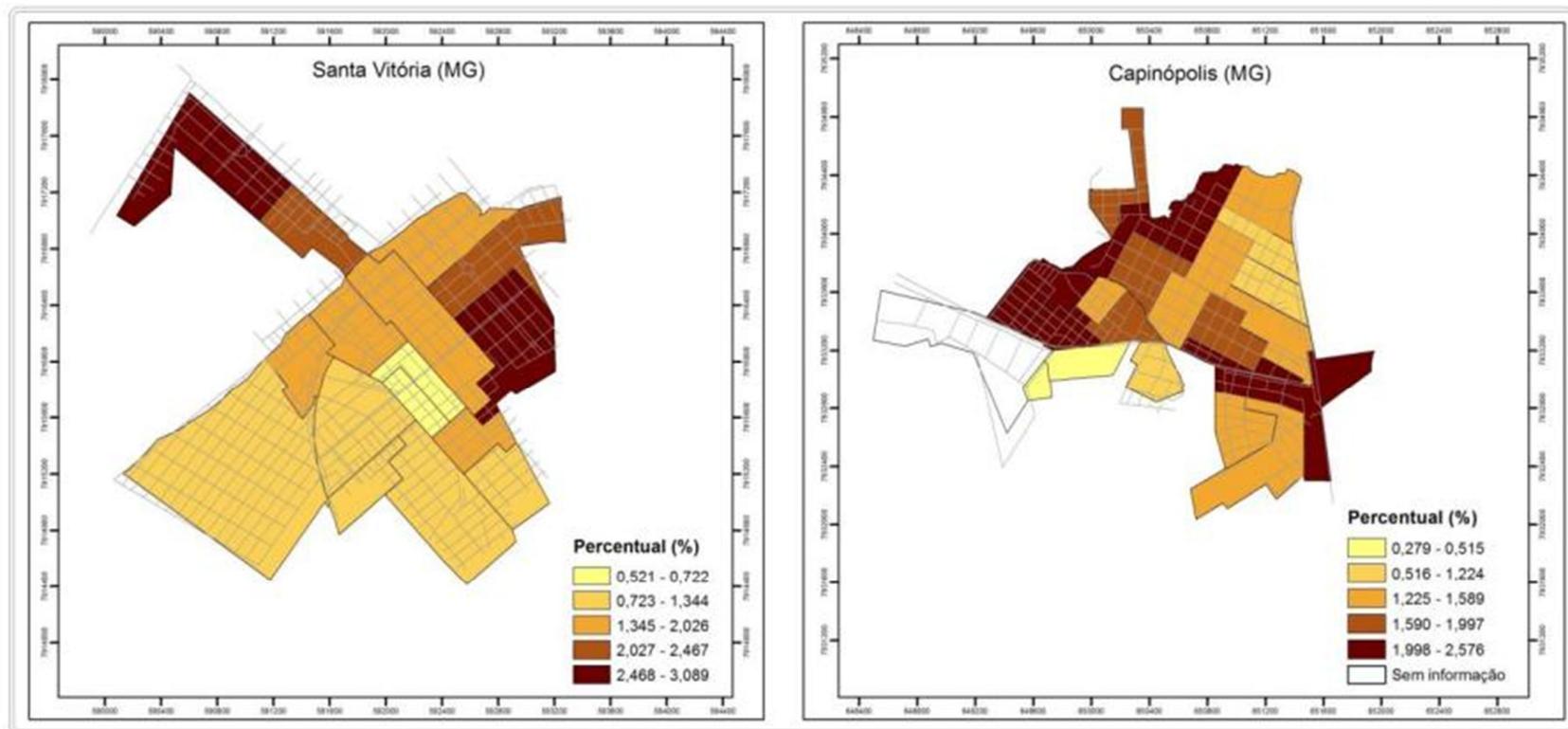
Em Capinópolis (MG) e Santa Vitória (MG) foi possível constatar um padrão espacial na distribuição de renda. Há concentração de população de baixa renda nas áreas periféricas das cidades (Mapa 57), notadamente nas mesmas áreas com maiores carências de infraestruturas e com piores condições de moradia. Por outro lado, as áreas centrais das cidades, onde há a maior concentração de comércio, aglutinam as populações de maior poder aquisitivo (Mapa 58).

¹⁷ Número de habitantes por domicílio.

¹⁸ A respeito da Usina Hidroelétrica de Cachoeira Dourada, acesse: <http://www.endesabrazil.com.br>

Mapa 57 – Capinópolis (MG) e Santa Vitória (MG):

% de chefes de família com rendimento nominal mensal de até um salário mínimo no total da cidade (2010)

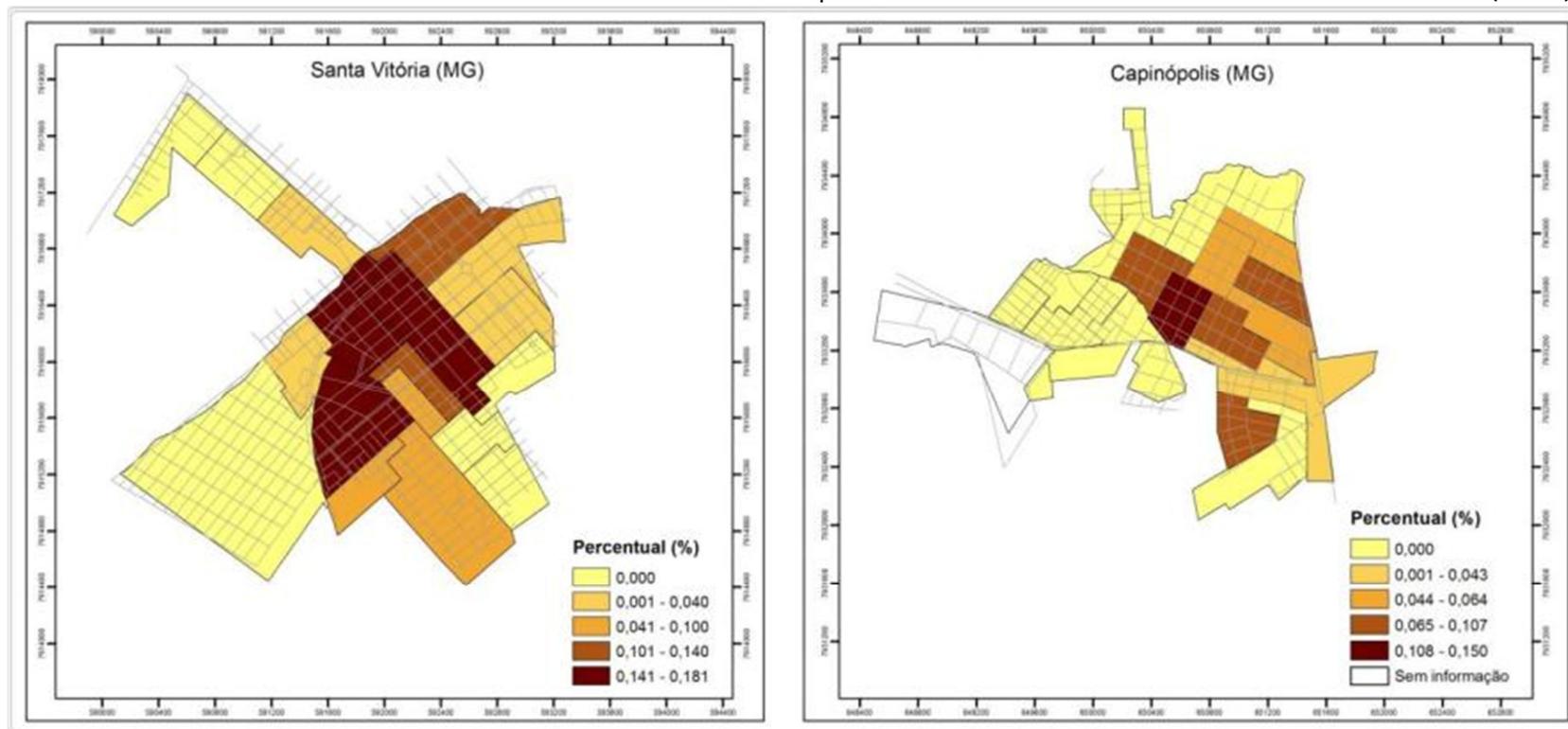


Notas:
 Sistema de Coordenadas UTM
 Datum: SAD69
 MC: -51°
 Base Cartográfica: IBGE (2010)
 Fonte: IBGE (2011)
 Elaboração: Patrícia Rezende (2013)
 Organização: Hélio Carlos M. Oliveira (2013)
 Não foi possível ajustar as posições das malhas urbanas utilizadas nos mapas em relação aos setores censitários.
 O objetivo foi de representar o percentual de arruamentos em cada setor censitário.



Mapa 58 – Capinópolis (MG) e Santa Vitória (MG):

% de chefes de família com rendimento nominal mensal de quinze salários mínimos ou mais no total da cidade (2010)



Notas:
 Sistema de Coordenadas UTM
 Datum: SAD69
 MC: -51°
 Base Cartográfica: IBGE (2010)
 Fonte: IBGE (2011)
 Elaboração: Patrícia Rezende (2013)
 Organização: Hélio Carlos M. Oliveira (2013)
 Não foi possível ajustar as posições das malhas urbanas utilizadas nos mapas em relação aos setores censitários.
 O objetivo foi de representar o percentual de arruamentos em cada setor censitário.



A desigualdade na distribuição de renda implicou em uma diferenciação na paisagem urbana. Em Capinópolis (MG), por exemplo, há concentração de chefes de domicílio com rendimento de até um salário mínimo nas áreas ambientalmente mais frágeis, próximas ao córrego Bauzinho (de oeste a nordeste da cidade) e à rodovia MG-154 (sudeste da cidade), que liga a Capinópolis à Cachoeira Dourada (MG); são áreas ocupadas por loteamentos e conjuntos habitacionais construídos para atender as demandas por moradia de população de menor poder aquisitivo¹⁹.

Em Santa Vitória (MG) essa concentração está na zona noroeste, em uma das vertentes do córrego Santa Vitória; distante do centro, com contiguidade espacial em somente um ponto. Trata-se de uma área que foi ocupada, em sua maioria, por lotes e algumas casas de conjunto habitacional, sem estrutura comercial e espaços de lazer e com serviços públicos precários. A zona leste, mais próxima ao centro, é outra área com significativa presença de chefes de família com rendimento mensal de até um salário mínimo, e foi ocupada principalmente por conjuntos habitacionais.

Em ambas as cidades há uma convergência entre concentração de população de baixa renda e condições de moradia semiadequadas ou inadequadas (mapas 52 e 57), principalmente nas áreas próximas aos córregos urbanos e nas extremidades das cidades.

Por outro lado, os maiores percentuais de chefes de família com rendimento nominal mensal de quinze salários mínimos estão nas áreas centrais (Mapa 58), demonstrando que essas cidades se inserem na lógica residencial da maioria das cidades brasileiras de pequeno e médio porte, que é da fixação de famílias com maiores rendimentos nas áreas centrais das

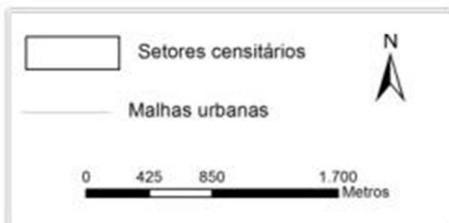
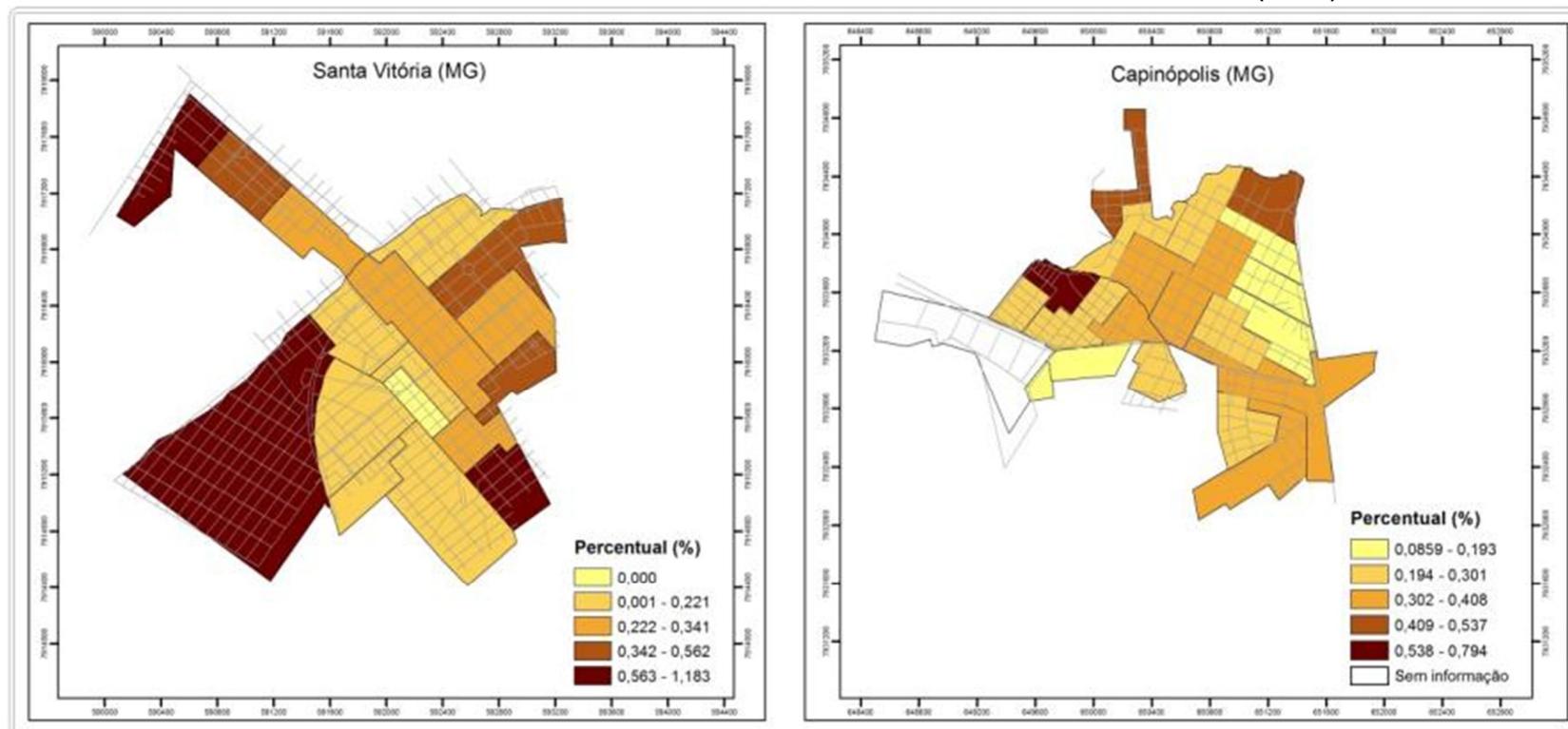
¹⁹ A respeito das condições de moradia em Capinópolis, confira: Oliveira (2013).

idades. Vários bairros periféricos não possuem chefes de família com rendimento mensal igual ou superior a quinze salários mínimos, reforçando a desigualdade socioespacial em Capinópolis (MG) e Santa Vitória (MG).

Nesse mesmo sentido, as famílias com chefes sem rendimento nominal mensal se agrupam nas extremidades das cidades (Mapa 59), nas áreas próximas aos córregos, rodovias ou de ocupação recente. Em Santa Vitória (MG), esses chefes residem nas áreas de ocupação recente (sudoeste e sudeste), onde há conjuntos habitacionais e loteamentos destinados à população de baixa renda (noroeste e nordeste) da cidade.

Em Capinópolis (MG), as áreas com maior percentual são aquelas próximas ao córrego Buritizinho, ocupadas tanto por conjuntos habitacionais quanto por loteamentos para populações de baixa renda.

Mapa 59 – Capinópolis (MG) e Santa Vitória (MG):
 % de chefes de família sem rendimento nominal mensal no total da cidade (2010)



Notas:
 Sistema de Coordenadas UTM
 Datum: SAD69
 MC: -51°
 Base Cartográfica: IBGE (2010)
 Fonte: IBGE (2011)
 Elaboração: Patrícia Rezende (2013)
 Organização: Hélio Carlos M. Oliveira (2013)
 Não foi possível ajustar as posições das malhas urbanas utilizadas nos mapas em relação aos setores censitários.
 O objetivo foi de representar o percentual de arruamentos em cada setor censitário.



As duas cidades receberam população que migraram para trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar, especialmente naquelas ligadas às usinas situadas em seus municípios. Se, por um lado, essa migração foi responsável por criar demandas de habitação, dinamizar o comércio e o mercado imobiliário, por outro, sobrecarregou os serviços de saúde e educação, uma vez que as cidades não possuíam estruturas para atender as demandas dos “novos” habitantes²⁰.

Com relação à possibilidade de emprego, as pessoas estão empregadas nas pequenas indústrias (de laticínios e cerâmicas), no setor terciário (comércios e serviços), nas usinas sucroalcooleiras, nas atividades agropecuárias e nos serviços públicos.

Tanto Santa Vitória (MG) quanto Capinópolis (MG) dispõem de estruturas comerciais e de serviços mais desenvolvidas do que Cachoeira Dourada (MG), Gurinhatã (MG) e Ipiacaçu (MG); entretanto, muito aquém das de Ituiutaba (MG). Por esse motivo, Capinópolis (MG) exerce influência direta, porém limitada, sobre Cachoeira Dourada (MG) e Ipiacaçu (MG), enquanto Santa Vitória (MG) exerce, de forma muito reduzida, influência sobre São Simão (GO) e Gurinhatã (MG). A estrutura comercial e de serviços das cidades da MRG, bem como sua rede de influência serão apresentadas mais a frente neste mesmo capítulo.

Em Ituiutaba (MG), a concentração de chefes de família com rendimento nominal mensal de até um salário mínimo acontece na periferia (Mapa 60). No ano de 2000, essa população ocupava os bairros das zonas oeste, sudoeste, sul e sudeste da cidade, historicamente as áreas mais

²⁰ A respeito das condições socioeconômicas dos trabalhadores migrantes residentes em Capinópolis, confira: Oliveira e Oliveira (2012).

pobres, formadas por conjuntos habitacionais e loteamentos para populações de baixa renda, a maioria construída sem infraestrutura de pavimentação de ruas e calçadas.

No ano de 2010 essa realidade se transforma, pois, apesar de aumentar o percentual de chefes de família com renda mensal de até um salário mínimo em alguns setores censitários, houve uma redução significativa do número de setores nos percentuais mais altos e aumento daqueles com percentuais mais baixos. Isso indica que a renda da população da cidade aumentou, o que pode ser atribuído a vários fatores, como os programas sociais do governo federal, por exemplo, o Bolsa Família; a oferta de emprego vinculado ao setor agroindustrial canavieiro, principalmente a partir de 2003; a oferta de emprego na construção civil, em virtude dos conjuntos habitacionais, ou no setor terciário da econômica urbana, em decorrência do tímido crescimento a partir de 2003.

Apesar da redução entre os anos de 2000 e 2010, a concentração dos chefes de família com renda de até um salário mínimo se manteve, em 2010, em bairros da parte sul da cidade e em dois bairros da zona norte.

Em oposição, os chefes de família com rendimento nominal mensal de quinze salários mínimos ou mais ocupam uma faixa de território que tem origem no centro e se estende até a zona sul da cidade (Mapa 61), formada pelos bairros Centro, Setor Sul e Independência, além de um bairro a leste, próximo ao campus da UEMG, chamado Setor Universitário.

O número de setores sem a presença desses chefes de família aumentou no período entre 2000 e 2010, demonstrando que houve concentração de renda na cidade, principalmente naquelas áreas que historicamente foram ocupadas por pessoas de mais alta renda. Além disso, os

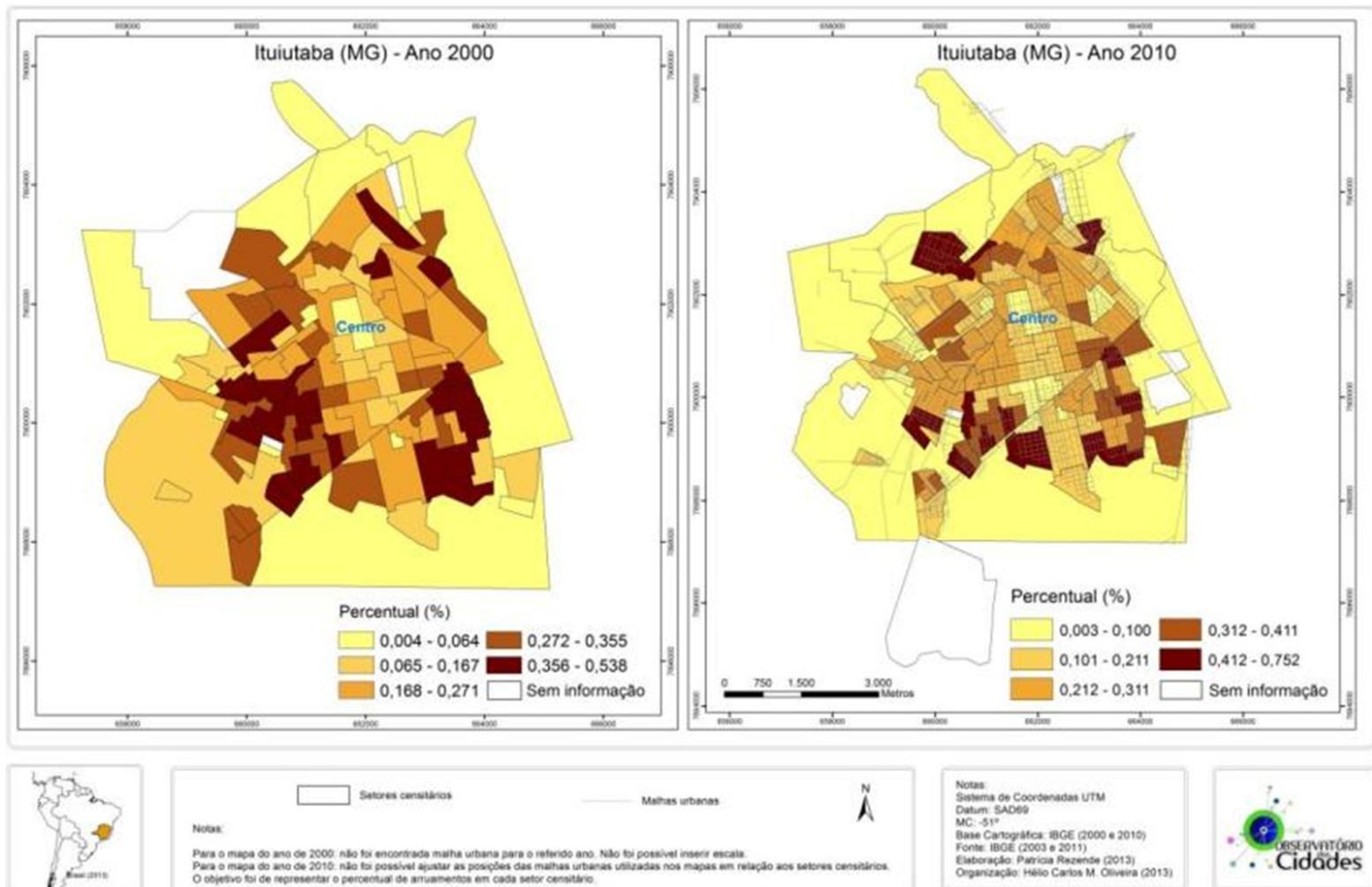
dados demonstram que existiu redução no percentual de chefes por setor, uma vez que no ano de 2000 o máximo era de 0,53%, passando para 0,12% em 2010.

Provavelmente os dados do próximo censo, que será realizado em 2020, indicarão concentração de população de alta renda na zona sul da cidade, em detrimento do centro, uma vez que é a área com maior valorização imobiliária nos últimos sete anos, onde há previsão de instalação de equipamentos e infraestrutura que agregarão valores à terra urbana, como um condomínio fechado, loteamentos voltados para a classe média, um pequeno centro comercial e um shopping center, que está em fase de elaboração de projetos²¹. Esses investimentos serão financiados, em parte, por grupos econômicos locais e por grupos imobiliários de Uberlândia (MG) e da região de Ribeirão Preto (SP).

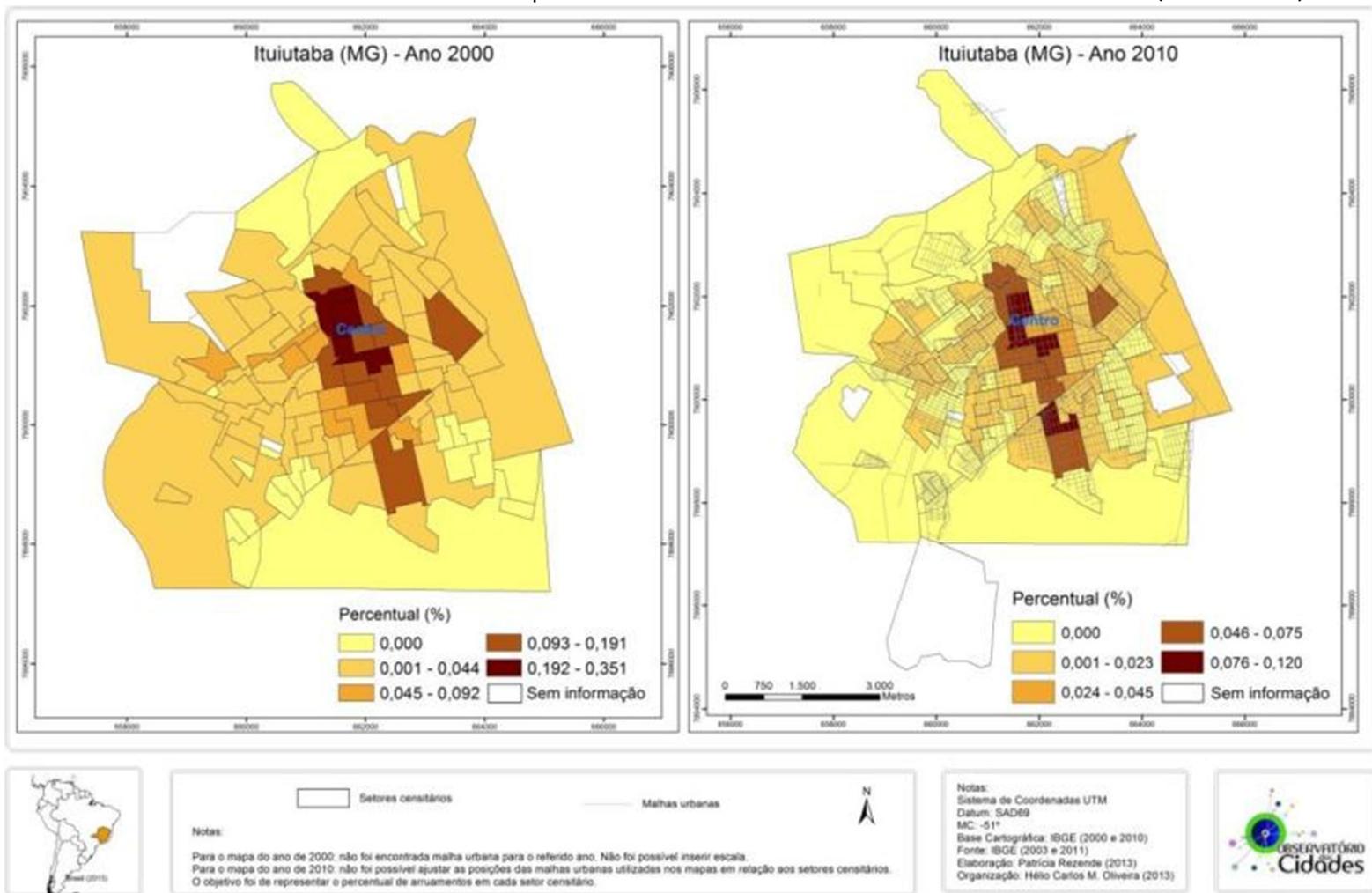
²¹ Informações repassadas pela Secretária de Planejamento e Secretária de Assuntos Especiais da Prefeitura Municipal de Ituiutaba (MG).

Mapa 60 – Ituiutaba (MG):

% de chefes de família com rendimento nominal mensal de até um salário mínimo no total da cidade (2000-2010)



Mapa 61 – Ituiutaba (MG): % de chefes de família com rendimento nominal mensal de quinze salários mínimos ou mais no total da cidade (2000-2010)

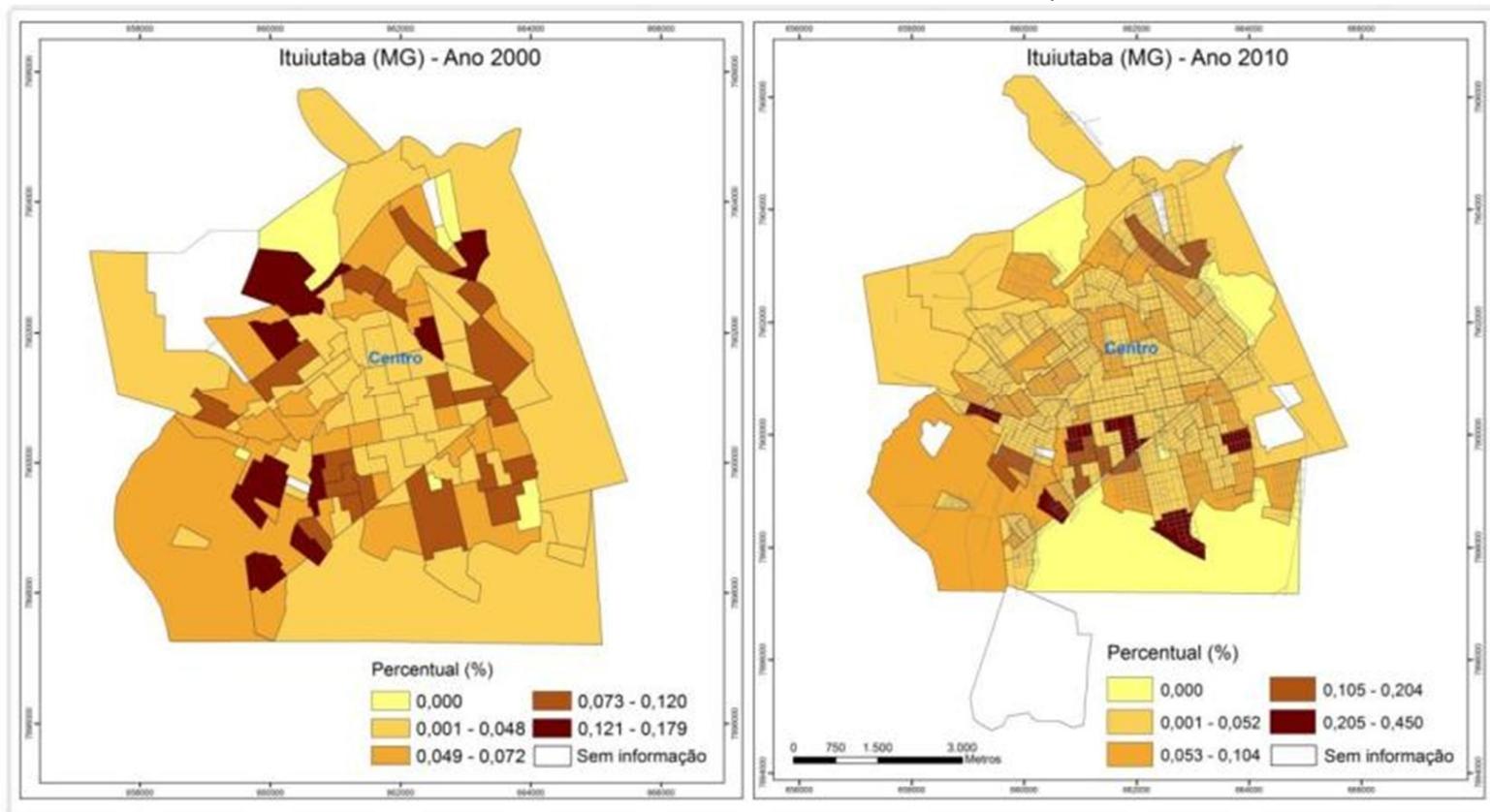


A distribuição espacial dos chefes de família sem rendimento nominal mensal (Mapa 62) é outra informação que chama atenção em Ituiutaba (MG), pois no ano 2000, esses habitantes estavam concentrados nos bairros que formam o anel periférico da cidade e, em 2010, passaram a se concentrar nos bairros das zonas sudoeste e sul. Ao comparar os dados de 2000 com os de 2010, percebe-se que neste último ano houve aumento percentual do número de chefes de família sem rendimento, acompanhado da concentração dessas pessoas na metade sul da cidade.

A análise conjunta dos mapas 60, 61 e 62 permite inferir que, apesar da tendência de valorização imobiliária do setor sul nos últimos sete anos, a cidade ainda não apresenta uma diferenciação espacial (segregação) por zonas, mas sim por bairros. Exemplo desta dinâmica são os bairros da zona sul, onde, em função da instalação do campus da UFU, o preço da terra e dos imóveis aumentou significativamente, atraindo populações de média e alta renda. Ao mesmo tempo, é uma zona da cidade com significativo percentual de moradias semiadequadas ou inadequadas (Mapa 53) e com logradouros sem pavimentação (Mapa 48), indicando que a cidade está passando por uma mudança em sua lógica imobiliária, ou seja, está sofrendo uma reestruturação.

Mapa 62 – Ituiutaba (MG):

% de chefes de famílias sem rendimento nominal mensal no total da cidade por setor censitário (2000-2010)



Setores censitários
 — Malhas urbanas

Notas:
 Para o mapa do ano de 2000: não foi encontrada malha urbana para o referido ano. Não foi possível inserir escala.
 Para o mapa do ano de 2010: não foi possível ajustar as posições das malhas urbanas utilizadas nos mapas em relação aos setores censitários.
 O objetivo foi de representar o percentual de arruamentos em cada setor censitário.

Notas:
 Sistema de Coordenadas UTM
 Datum: SAD69
 MC: -51°
 Base Cartográfica: IBGE (2000 e 2010)
 Fonte: IBGE (2003 e 2011)
 Elaboração: Patrícia Rezende (2013)
 Organização: Hélio Carlos M. Oliveira (2013)



A reestruturação urbana da MRG de Ituiutaba (MG) não resultou somente em transformações nas dinâmicas imobiliárias das cidades, mas também na reestruturação do setor terciário da economia, principalmente em Ituiutaba (MG), que se consolidou como principal centro urbano da região analisada, tanto no atendimento do consumo produtivo ligado à agropecuária quanto do consumo consumptivo da população.

A intensificação das atividades agropecuárias a partir da década de 1970 resultou em desenvolvimento de um pequeno número de indústrias voltadas para o processamento da produção agropecuária nas cidades da MRG. Além das usinas agroindustriais canavieiras situadas na zona rural dos municípios, produtoras de açúcar e etanol, existem também indústrias de laticínios, beneficiadoras de grãos, olarias, frigoríficos e fábricas de rações (Quadro 08). As empresas de laticínios, beneficiadoras de grãos e os frigoríficos estão integrados numa rede de comercialização de produtos de escala nacional e internacional, enquanto as olarias e fábricas de rações atendem demandas locais e regionais.

Quadro 08 – MRG de Ituiutaba (MG): principais indústrias (2013)

Município	Setor de atividade	Empresa/Produtos	Origem do capital
Ituiutaba	Laticínio	Laticínio Canto de Minas Ltda (iogurtes, queijos, requeijões, leite e manteiga).	Local
		Nestlé - Dairy Partners Americas Manufacturing Brasil Ltda (leite em pó).	Internacional
		Baduy e Cia Ltda (manteiga, leite).	Local
	Frigorífico	Frig West Frigorífico Ltda (carne bovina).	Nacional
		Frigorífico 4 Rios S/A (carne bovina).	Local
		JBS Friboi S/A (couro e carne bovina).	Internacional
	Torrão e moagem de café	Indústria Brunelli Ltda (café).	Local
		Amarante – Torrefação e Moagem Ltda (café).	Local

Continua na próxima página

	Beneficiamento de sementes	Syngenta Seeds Ltda (sementes).	Internacional
	Açúcar e/ou etanol	Usina Ituiutaba Bioenergia (açúcar e/ou etanol).	Internacional e nacional
	Embalagens e plásticos	Indústria de Plásticos Triângulo Ltda (embalagens plástica).	Local
Santa Vitória	Laticínio	Laticínios Catupiry Ltda (requeijão e pão de queijo congelado).	Nacional
		Laticínios Piracanjuba Ltda (captação de leite).	Nacional
	Ração animal	Casa do Campo Comércio e Indústria & Representação Ltda (ração animal).	Local
		Foscampo Indústria e Comércio Ltda (sal animal).	Local
		Pig Ligth Suinocultura S/A (ração animal e criação de suínos)	Nacional
	Olaria	Duvalde Ltda (pré-moldados, marmoraria e blocos de concreto).	Local
		Paranaíba Materiais de Construção Ltda (pré-moldados).	Local
		Cerâmica Vitória Ltda (tijolos, telhas, blocos).	Local
	Açúcar e/ou etanol	Usina Vale do São Simão (açúcar e/ou etanol).	Nacional
		Santa Vitória Açúcar e Álcool (açúcar e/ou etanol).	Internacional
Capinópolis	Produção e beneficiamento de mel	Apiário Ribeiro Ltda (mel).	Local
	Olaria	Cerâmica Capinópolis Ltda (telhas, tijolos e blocos cerâmicos).	Local
		Cerâmica Drummond I e II Ltda (telhas, tijolos, blocos cerâmicos e briquetes).	Local
		Cerâmica Rocha Ltda (telhas, tijolos e blocos cerâmicos).	Local
		Cerâmica Umuarama Ltda (telhas, tijolos e blocos cerâmicos).	Local
	Açúcar e/ou etanol	Usina Vale do Paranaíba (açúcar e/ou etanol).	Nacional
	Beneficiamento de sementes	Agromen Tecnologia - Dow AgroSciences (sementes)	Internacional
Cachoeira Dourada	Produção de sementes	Estação Experimental Monsanto do Brasil Ltda (sementes).	Internacional
Gurinhata	Ração animal	Shalon Nutrição Animal	Local

Fonte: Levantamento de campo (2013).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Dentre as unidades produtivas da MRG, as agroindústrias são as que possuem superior significado econômico, sendo responsáveis por empregar a

maior parte das pessoas ocupadas no setor secundário da economia, além de criarem uma rede de interações espaciais que vão além dos limites regionais. Apesar disso, não chegam a formar um parque industrial que permita afirmar que as cidades da MRG de Ituiutaba (MG) pertencem ao agronegócio, ou seja, que atendem todas as demandas do consumo produtivo do campo, como proposto por Elias (2003).

As indústrias foram responsáveis por algumas alterações no espaço urbano das cidades, principalmente em função da migração de mão de obra e da demanda por novas moradias. No entanto, não foram capazes de reestruturar as dinâmicas econômicas das cidades, uma vez que compunham menos de 23% do PIB municipal da MRG, como já destacado no capítulo 2 deste trabalho.

Ituiutaba (MG) é a cidade que concentra as indústrias mais importantes da MRG, a saber: a unidade da Nestlé, maior produtora de leite em pó da marca no país; e a unidade da JBS-Friboi, que responde pela venda de carne *in natura* para os mercados interno e externo e é uma importante unidade de processamento de couro. Ambas, juntamente com os outros frigoríficos e empresas de laticínios existentes, são responsáveis por absorver a produção leiteira e de gado bovino da região.

Essas agroindústrias foram essenciais para a consolidação da expansão pecuária a partir da década de 1970, em virtude dos pacotes financeiros de investimento voltados para a modernização agrícola.

Da mesma forma, as usinas do setor canavieiro potencializaram a expansão da cana-de-açúcar na MRG, incentivando a migração de trabalhadores e dinamizando a economia das cidades. Os impactos urbanos das usinas de açúcar e etanol foram mais significativos em Ipiacú (MG),

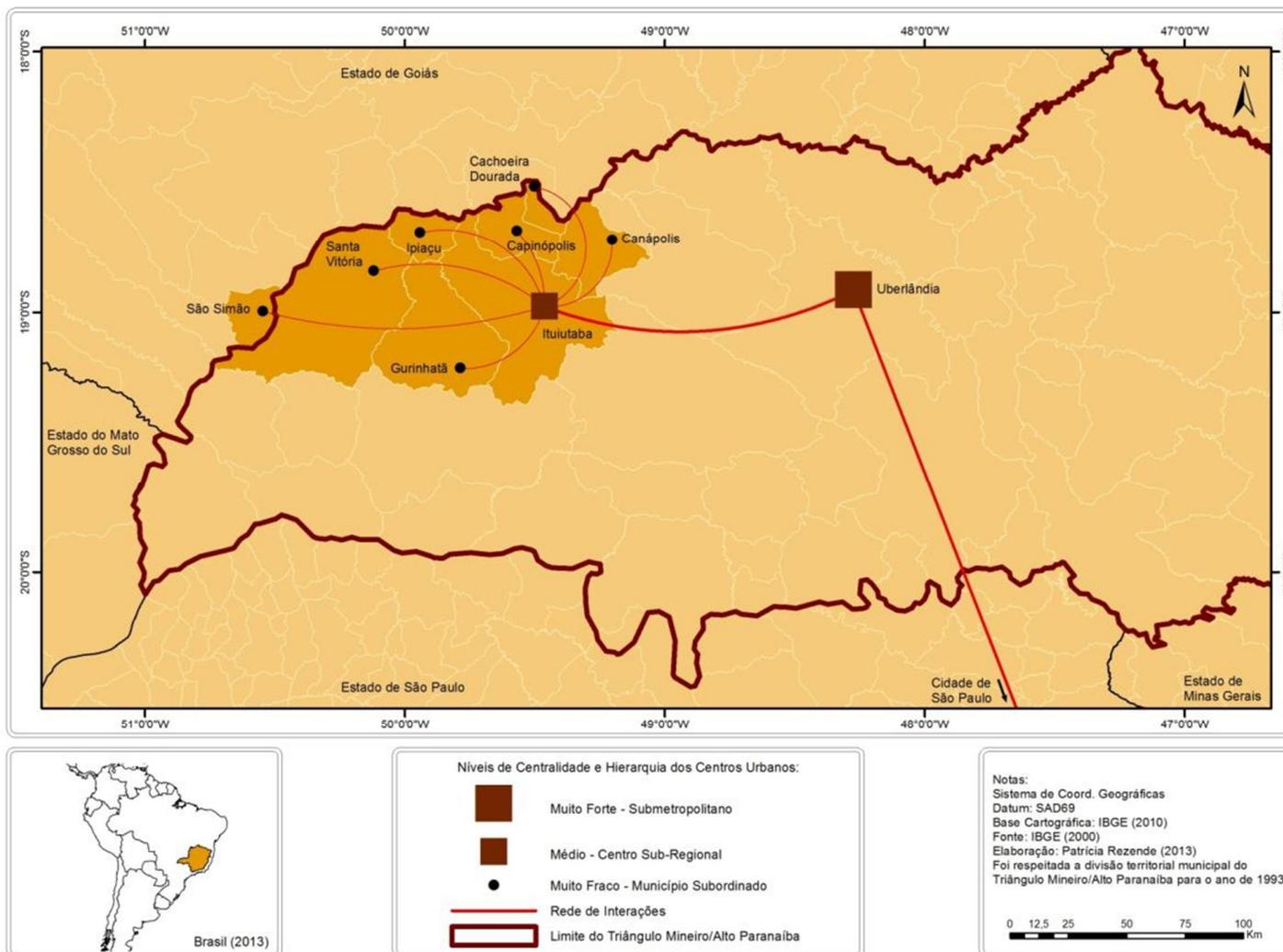
Capinópolis (MG) e Santa Vitória (MG), por serem cidades menores, do que em Ituiutaba (MG), principalmente no que diz respeito ao mercado imobiliário e ao aumento do consumo. Entretanto, não foram capazes de transformar as estruturas comerciais e de serviços das cidades, uma vez que os “novos” moradores, os trabalhadores migrantes, possuíam rendimento mensal baixo, numa média de dois a três salários mínimos, impossibilitando o surgimento de novas empresas ou a especialização do setor terciário da economia urbana.

Por outro lado, desde 1959 o setor da economia com maior destaque na MRG foi o terciário. Seu desenvolvimento sempre esteve ligado às atividades agrícolas, resultantes da modernização, e ao crescimento urbano, embora de forma limitada.

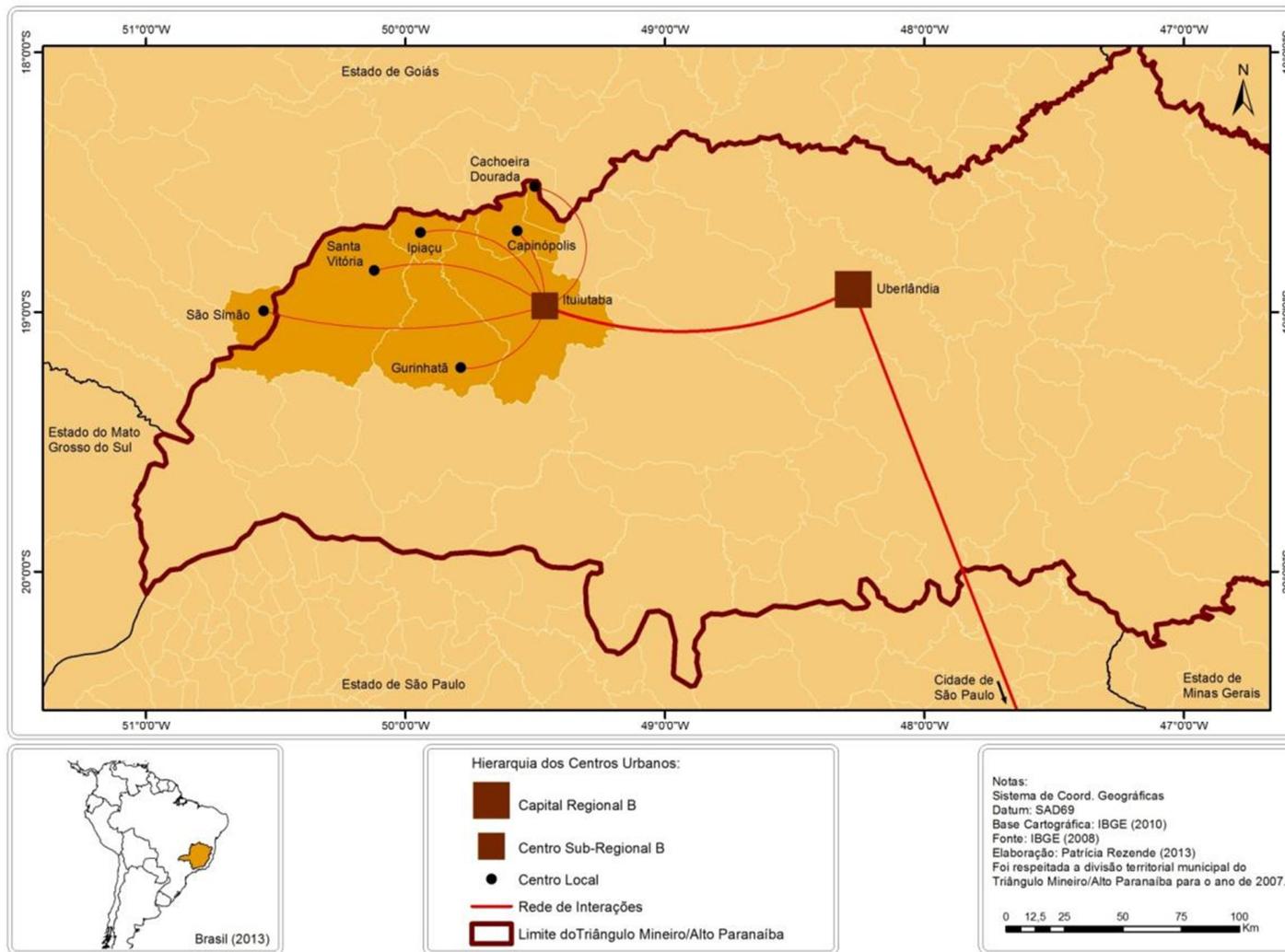
Os estudos elaborados pelo IBGE nos anos de 1987, 1993 e 2007, reunidos sob o título *Regiões de Influência das Cidades (REGIC)*, demonstram como a cidade de Ituiutaba (MG) tem perdido importância regional no Triângulo Mineiro ao longo do tempo²². Os mapas 38 e 39 apontam o aumento de sua região de influência entre 1972 e 1987, resultado da dinamização da economia através da produção agrícola. Contudo, em 1993 essa rede diminuiu significativamente, sendo formada pelas cidades da MRG de Ituiutaba (MG), Canápolis (MG) e São Simão (GO) (Mapa 63). No ano de 2007, a região de influência reduziu-se ainda mais, pois a cidade de Canápolis (MG) passou a integrar a rede direta de Uberlândia (MG) (Mapa 64).

²² Os estudos da REGIC possuem diferenças metodológicas entre os anos, o que influencia na definição da região de influência das cidades. Entretanto, apesar disso,

Mapa 63 – Ituiutaba (MG): região de influência da cidade (1993)



Mapa 64 – Ituiutaba (MG): região de influência da cidade (2007)



Estes mapas demonstram que apesar de Ituiutaba (MG) ser a cidade com maior índice de desenvolvimento econômico e urbano em sua MRG e a de maior tamanho demográfico na parte oeste do Triângulo Mineiro, ela não consegue estruturar uma rede de influências para além dos limites da MRG e de São Simão (GO), o que pode ser atribuído aos seguintes fatores:

- i) Limitado desenvolvimento dos setores secundário e terciário da economia;
- ii) Ausência de vias asfaltadas interligando Ituiutaba (MG) e as partes sul e sudeste do Triângulo Mineiro;
- iii) Reduzido tamanho demográfico das cidades que formam a hinterlândia de Ituiutaba (MG);
- iv) Significativa distância entre as cidades, em função do tamanho dos municípios;
- v) Grande poder de polarização de Uberlândia (MG) no Triângulo Mineiro;

A presença dos estabelecimentos comerciais e de serviços voltados para o consumo produtivo da agropecuária (Tabela 49) é um dos indicadores que explicam tanto a centralidade urbana de Ituiutaba (MG) na MRG quanto sua pequena rede de interações espaciais. No ano de 2013 foram encontradas 49 empresas ligadas ao atendimento das demandas do agronegócio com a oferta de serviços especializados, sendo que a maior parte delas é de assistência técnica a máquinas agrícolas e venda de produtos agropecuários diversos. Capinópolis (MG) e Santa Vitória (MG), apesar de um número bem reduzido de empresas, também concentram maior número nestes mesmos segmentos. Cachoeira Dourada (MG), Gurinhatã (MG) e Ipiacaçu (MG), juntas,

possuem 10 empresas de venda de produtos diversos, sem nenhuma especialização.

Tabela 49 – MRG de Ituiutaba (MG):
empresas ligadas ao agronegócio (2013)

Empresas	Quantidade					
	Ituiutaba	Santa Vitória	Capinópolis	Cachoeira Dourada	Gurinhata	Ipiacaçu
Armazéns de estocagem	05	01	03	00	00	00
Cerealistas	02	00	00	00	00	00
Compra e venda de gado	01	01	00	00	00	00
Inseminação artificial	02	00	00	00	00	00
Locação de máquinas	02	01	01	00	00	00
Ordenhadeiras mecânicas, tanques e sêmen	01	00	00	00	00	00
Produtos agropecuários	11	05	05	01	06	02
Nutrição animal	03	01	00	00	00	00
Sementes e insumos	02	01	02	00	00	00
Assistência técnica, topografia e agrimensura	02	04	00	00	00	00
Transportadoras	03	02	00	00	00	00
Trator, máquinas, implementos agrícolas, peças, acessórios, assistência técnica	15	08	02	00	00	00
Total	49	24	13	01	06	02

Fonte: Levantamento de campo (2013).

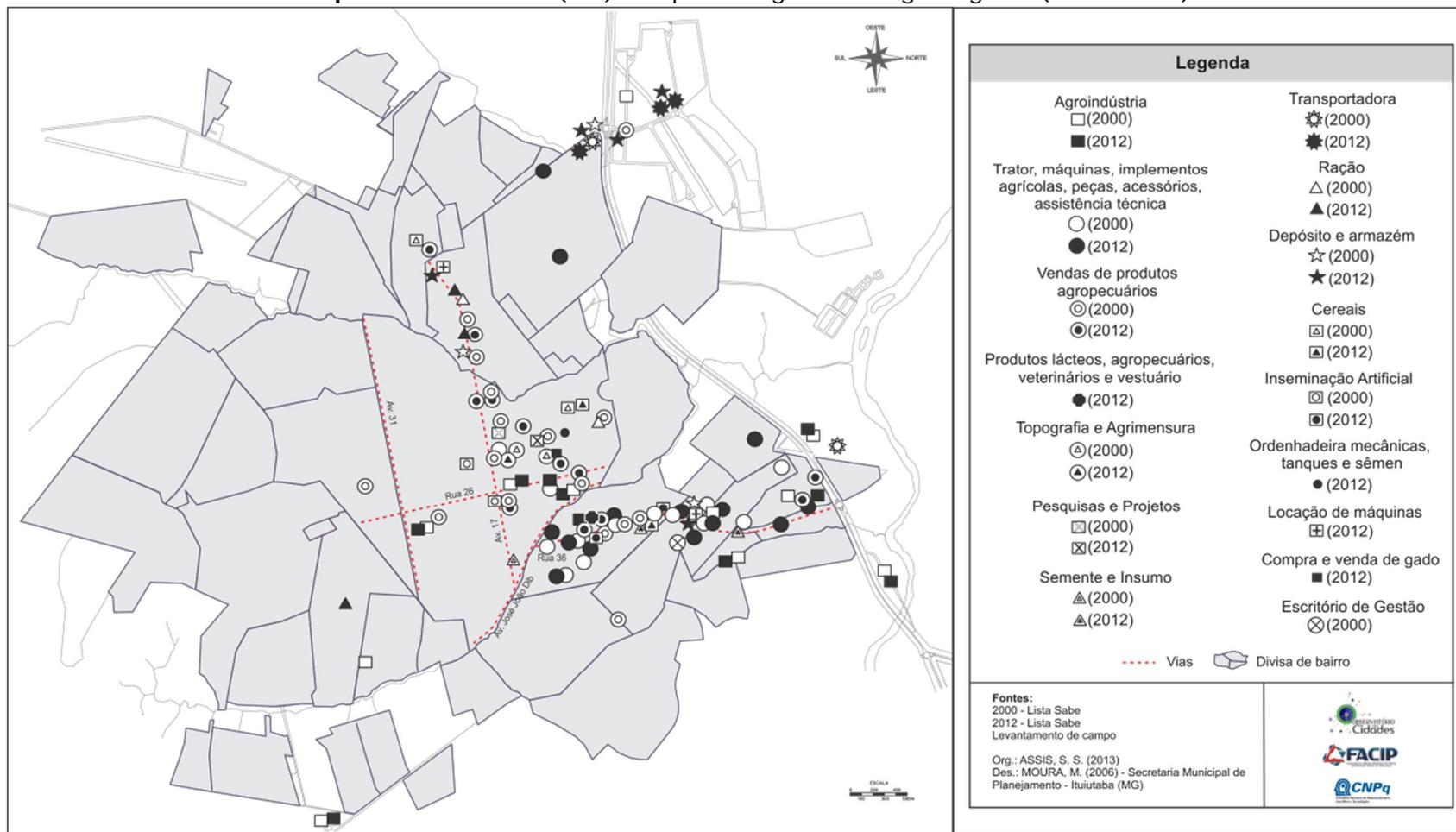
Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Ao mesmo tempo em que Ituiutaba (MG) é a cidade com maior número de estabelecimentos comerciais e de serviços especializados na MRG (51,57%), o total é limitado e pouco especializado para conseguir ampliar a rede de influência da cidade no Triângulo Mineiro e em Goiás. Esses dados reforçam a ideia de que existe um limitado desenvolvimento econômico deste

setor, principalmente frente à oferta do mesmo tipo de comércio e serviço na cidade de Uberlândia (MG).

O Mapa 65 demonstra a distribuição espacial dessas empresas no espaço urbano de Ituiutaba (MG) nos anos de 2000 e 2012. Verifica-se que há concentração das atividades na metade norte da cidade, principalmente ao longo das vias de acesso, indicando que, além de atender as demandas do próprio município, essas empresas respondem também às necessidades dos municípios vizinhos, pois estes não possuem estruturas comerciais e de serviço suficientes, como indicado na Tabela 49.

Mapa 65 – Ituiutaba (MG): empresas ligadas ao agronegócio (2000-2013)



Fonte: Assis e Oliveira (2013).

Assim como as empresas ligadas ao agronegócio, o setor de saúde das cidades da MRG é bastante limitado e não consegue atender todas as demandas da região, onde há somente um hospital de média e alta complexidade conveniado ao Sistema Único de Saúde (SUS), que é o Hospital São José, situado em Ituiutaba (MG). Além disso, em nenhuma das cidades da MRG há hospital regional e unidade de terapia intensiva (UTI) neonatal, sendo a mais próxima localizada na cidade de Uberlândia (MG), a cerca de 140 quilômetros.

Segundo informações da Secretária de Saúde de Ituiutaba (MG), o atendimento de alta e média complexidade na cidade está relacionado ao nível de gravidade dos casos médicos, sendo que os mais complexos são encaminhados diretamente para Uberlândia (MG).

As cidades de Capinópolis (MG), Cachoeira Dourada (MG), Gurinhatã (MG) e Ipiacú (MG) possuem somente hospitais públicos e de média complexidade, o que as torna dependentes de outras cidades no que se refere a procedimentos médicos mais complexos. Da mesma forma, Santa Vitória (MG) possui um hospital público e um privado, ambos de média complexidade. Já Ituiutaba (MG) possui três hospitais privados de média e alta complexidade, dos quais um realiza atendimento do SUS; um Pronto Socorro Municipal de média complexidade; duas unidades de saúde (ambulatórios) de baixa complexidade, além do hemocentro ligado à Fundação Hemominas²³ (Quadro 09).

²³ A respeito da Fundação Hemominas, acesse: <http://www.hemominas.mg.gov.br>

Quadro 09 – MRG de Ituiutaba (MG): hospitais (2013)

Cidade	Serviço de saúde	Categoria
Ituiutaba	Hospital Mater Dei	Privado
	Hospital Nossa Senhora D' Abadia	Privado
	Hospital São José	Privado com atendimento do SUS
	Pronto Socorro Municipal ¹	Público municipal
	Unidade Mista de Saúde I ²	Público municipal
	Unidade Mista de Saúde II ²	Público municipal
	Hemocentro ³	Público estadual
Santa Vitória	Hospital Genésio Franco de Moraes	Privado
	Hospital Municipal Jerônimo Teodoro	Público municipal
Capinópolis	Hospital Municipal São Camilo	Público municipal
Cachoeira Dourada	Hospital Municipal de Cachoeira Dourada	Público municipal
Gurinhata	Hospital Municipal Amélia Maria de Souza	Público municipal
Ipiacu	Hospital Municipal Sergio Pacheco	Público municipal

Nota do quadro: ¹Atendimento de urgência e emergência. ²Ambulatórios com capacidade de realizar procedimentos simples. ³Unidade da Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais – Hemominas.

Fonte: Levantamento de campo (2013).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Cabe destacar que, apesar dos hospitais terem habilitações técnicas para realizarem procedimentos de média e alta complexidade²⁴, isso não acontece, pois a precariedade do sistema, a ausência de equipamentos técnicos e de profissionais, faz com que os casos médicos mais complexos sejam transferidos para a cidade de Uberlândia (MG). Cria-se, assim, uma hierarquia de procedimentos: os casos de média complexidade, que deveriam ser atendidos nos hospitais das cidades menores, são transferidos para Ituiutaba (MG) que, por sua vez, transfere os casos de maior complexidade para as cidades de Uberlândia (MG) ou Uberaba (MG), dependendo da disponibilidade de leitos.

Nesse sentido, Nascimento e Melo (2011, p. 400) afirmam que:

²⁴ A respeito da estruturação do sistema de saúde de Ituiutaba (MG), confira: Nascimento e Melo (2011).

Embora os hospitais de Ituiutaba não tenham uma quantidade e diversidade significativa de procedimentos de alta complexidade, os hospitais São José, Mater Dei e Nossa Senhora D' Abadia, Pronto Socorro Municipal e os postos de atendimento de saúde exercem importante papel local e regional, por meio dos serviços médicos de baixa e média complexidade.

Portanto, a fragilidade dos hospitais é outro fator que limita a rede de interações das cidades da MRG. Ituiutaba (MG), apesar de centralizar todo o sistema de saúde, não possui estrutura administrativa e técnica para se consolidar como um polo regional de saúde em toda a parte oeste do Triângulo Mineiro.

A quantidade de clínicas, laboratórios e de profissionais por especialidades, representada na Tabela 50, demonstra a diferenciação que existe no setor de saúde nas cidades da MRG.

Tabela 50 – MRG de Ituiutaba (MG):
clínicas, laboratórios e especialidades¹ médicas privadas (2013)

Serviços	Quantidade					
	Ituiutaba	Santa Vitória	Capinópolis	Cachoeira Dourada	Gurinhata	Ipiacū
Clínicas²	42	06	04	00	00	00
Laboratórios³	11	03	02	00	02	02
Anestesiologia	04	00	00	00	00	00
Angiologia e cirurgia vascular periférica	01	00	01	00	00	00
Cardiologia	06	00	01	00	00	00
Cirurgia do aparelho digestivo	01	00	00	00	00	00
Cirurgia geral	12	02	00	00	00	00
Cirurgia plástica e estética	04	00	00	00	00	00
Clínica geral	18	00	01	00	00	00
Coloproctologia	02	00	00	00	00	00
Dermatologia	03	00	00	00	00	00
Endocrinologia	02	00	00	00	00	00

Continua na próxima página

	Continuação					
Fisioterapia	08	02	03	00	01	02
Fonoaudiologia	05	01	00	00	00	00
Gastroenterologia	07	00	00	00	00	00
Geriatría	01	00	00	00	00	00
Ginecologia e Obstetrícia	14	02	01	00	01	01
Homeopatia	02	00	00	00	00	00
Mastologia	01	00	00	00	00	00
Medicina física e reabilitação	02	00	00	00	00	00
Medicina intensiva	01	00	00	00	00	00
Medicina do trabalho	07	00	00	00	00	00
Nefrologia	02	00	00	00	00	00
Neurocirurgia	01	00	00	00	00	00
Neurologia clínica	02	00	00	00	00	00
Nutricionologia	05	00	00	00	00	00
Odontologia	58	06	15	00	03	03
Oftalmologia	06	00	00	00	00	00
Ortopedia e traumatologia	09	00	00	00	00	00
Osteopatia	02	00	00	00	00	00
Otorrinolaringologia	04	00	00	00	01	00
Patologia clínica	02	00	00	00	00	00
Pediatria	09	01	00	00	00	00
Pneumologia	01	00	00	00	00	00
Psicanálise	01	00	00	00	00	00
Psicologia	15	01	05	00	00	00
Psiquiatria	03	00	00	00	00	00
Radiologia	04	00	00	00	00	00
Reumatologia	01	00	00	00	00	00
Urologia	02	00	00	00	00	00
Total das especialidades⁴	228	15	27	00	06	06

Nota da tabela: ¹Foram considerados somente os profissionais vinculados ao atendimento privado em clínicas e consultórios. Funcionários de hospitais não foram contados. ²Clínicas médicas, fisioterapia, odontologia e psicologia. ³Laboratórios de análise clínica e de imagem. ⁴Um profissional pode atuar em mais de uma especialidade e em cidades diferentes.

Fonte: Levantamento de campo (2013).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Ituiutaba (MG) é a cidade que possui o maior número de clínicas (80,76%), laboratórios (61,11%) e especialidades ligadas à saúde (80,85%) da MRG, sendo a única a oferecer atendimento privado de várias

especialidades médicas. Em número de clínicas, Santa Vitória (MG) ocupa a segunda posição (11,53%) e Capinópolis (MG), a terceira, representando 7,62% do total. O número de laboratórios na região também é bastante reduzido, com maior concentração em Ituiutaba (MG), tornando-a referência nos serviços de saúde entre as cidades da MRG.

Com relação à rede privada de saúde, dois aspectos chamam atenção:

- i) a ausência de qualquer tipo de serviço privado ligado à saúde na cidade de Cachoeira Dourada (MG);
- ii) maior número de especialidades médicas em Capinópolis (MG) do que em Santa Vitória (MG).

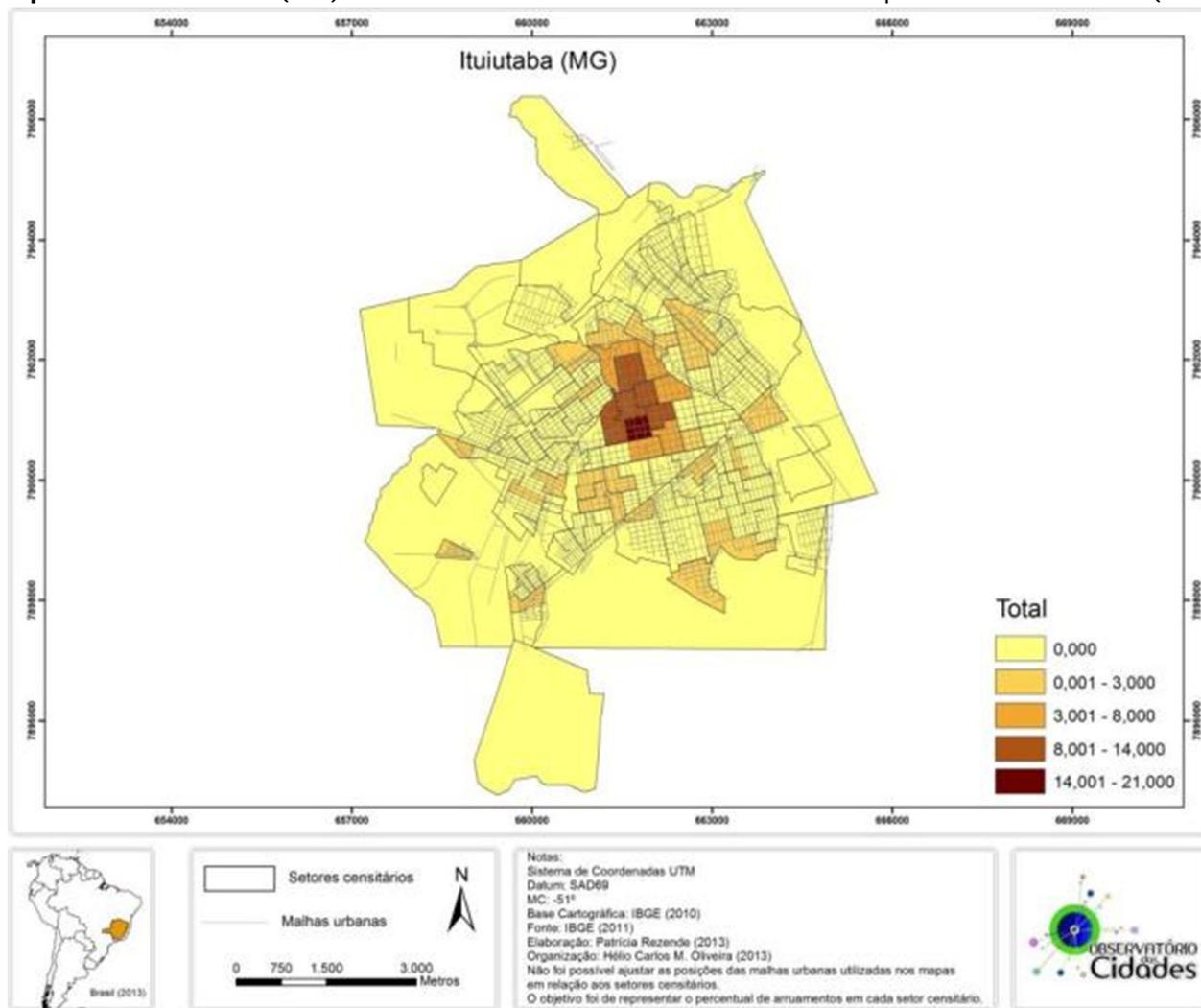
A explicação para o primeiro aspecto é que, em virtude do número reduzido de habitantes de Cachoeira Dourada (MG) e da proximidade espacial com Ituiutaba (MG) e Capinópolis (MG), não há demandas de profissionais da saúde para atendimento privado. Em geral, isso também explica o pequeno número de clínicas, laboratórios e especialistas em todas as cidades da MRG.

Quanto ao baixo número de especialistas em Santa Vitória (MG), dá-se em função da existência do hospital privado na cidade, o Hospital Genésio Franco de Moraes. Este absorve as demandas particulares, impossibilitando o surgimento de consultórios e clínicas, pois trata-se de uma cidade pequena, com reduzido mercado para esse tipo de serviço. E deve-se considerar ainda a proximidade com Ituiutaba (MG), que, por concentrar os profissionais especialistas e possuir uma estrutura médico-hospitalar mais qualificada, atrai a população das cidades vizinhas.

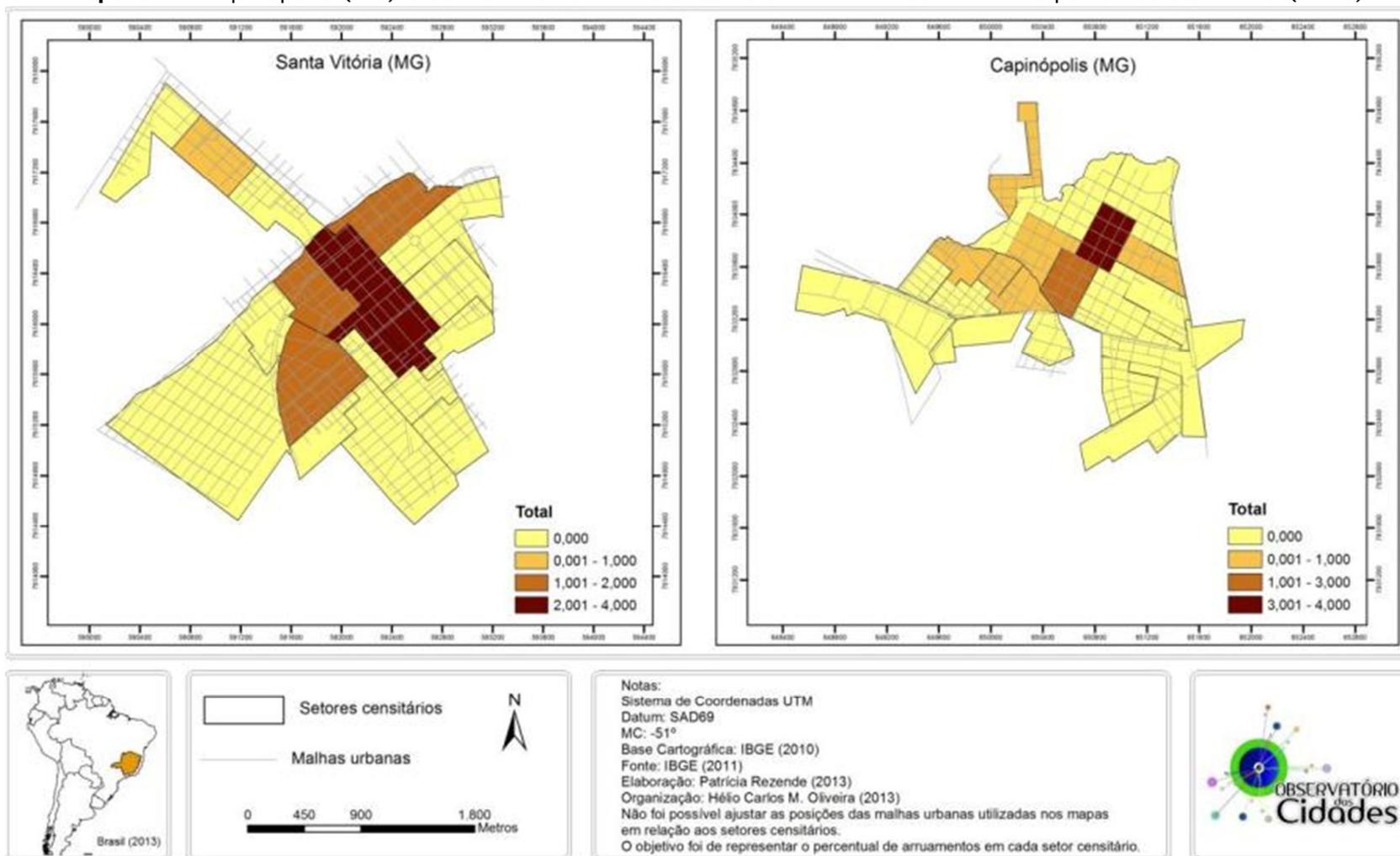
Os serviços de saúde estão concentrados nas áreas centrais das cidades (mapas 66 e 67), indicando que há uma tendência de instalação em

locais de intensa atividade comercial e maior circulação de pessoas (mapas 68 e 69). Isso também revela que não há descentralização das atividades comerciais e de serviços nas cidades. Somente os serviços de natureza pública, como os postos de saúde, as unidades mistas e o hemocentro, localizam-se distantes do centro, pois são instalados a partir da regionalização do espaço urbano em setores de saúde. Esse padrão espacial existe somente nas cidades de Ituiutaba (MG), Capinópolis (MG) e Santa Vitória (MG), em função da estruturação das cidades. Cachoeira Dourada (MG), Gurinhatã (MG) e Ipiacu (MG), por serem muito pequenas, não permitem qualquer tipo de análise nesse sentido.

Mapa 66 – Ituiutaba (MG): número de estabelecimentos de saúde por setor censitário (2010)

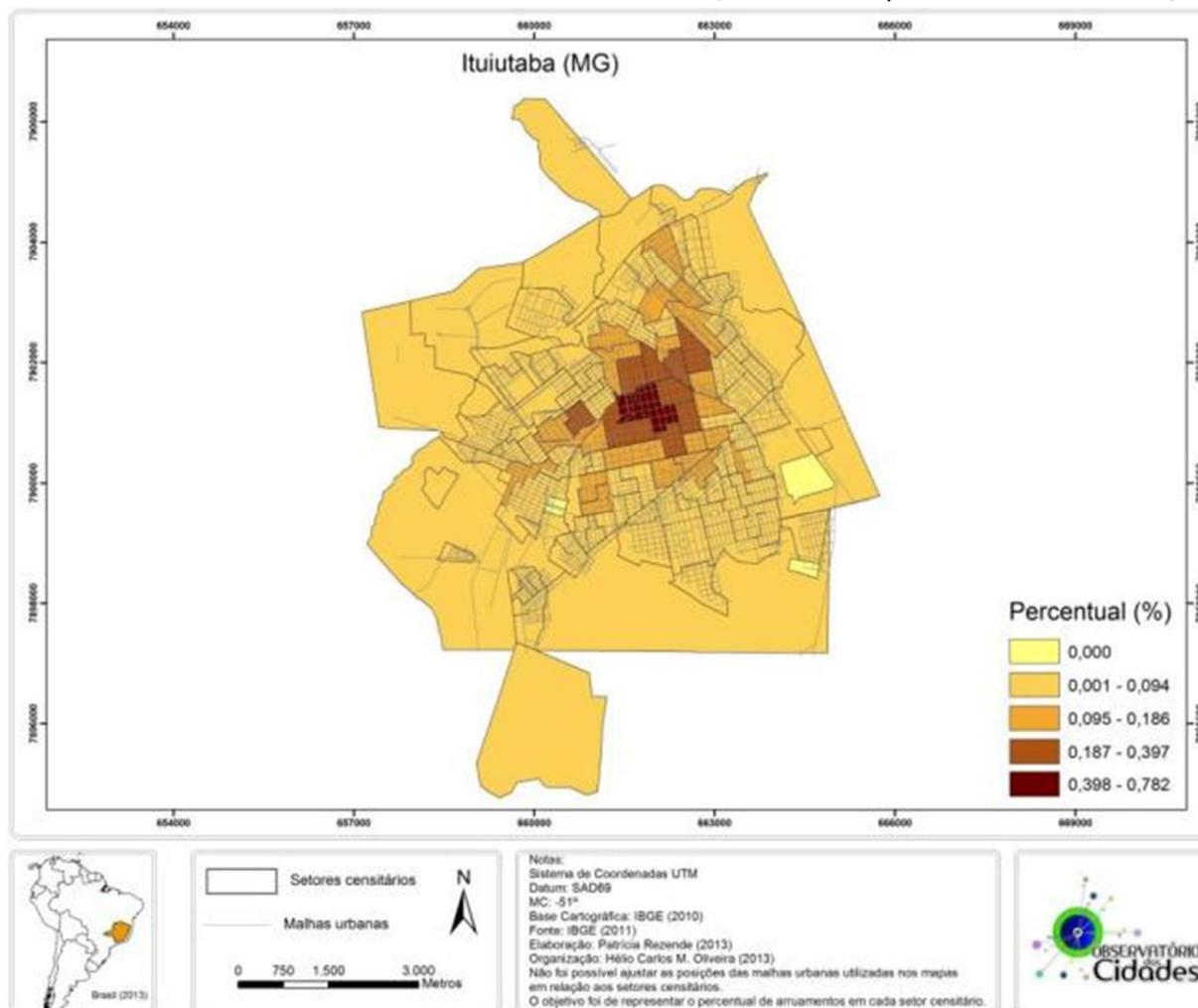


Mapa 67 – Capinópolis (MG) e Santa Vitória: número de estabelecimentos de saúde por setor censitário (2010)

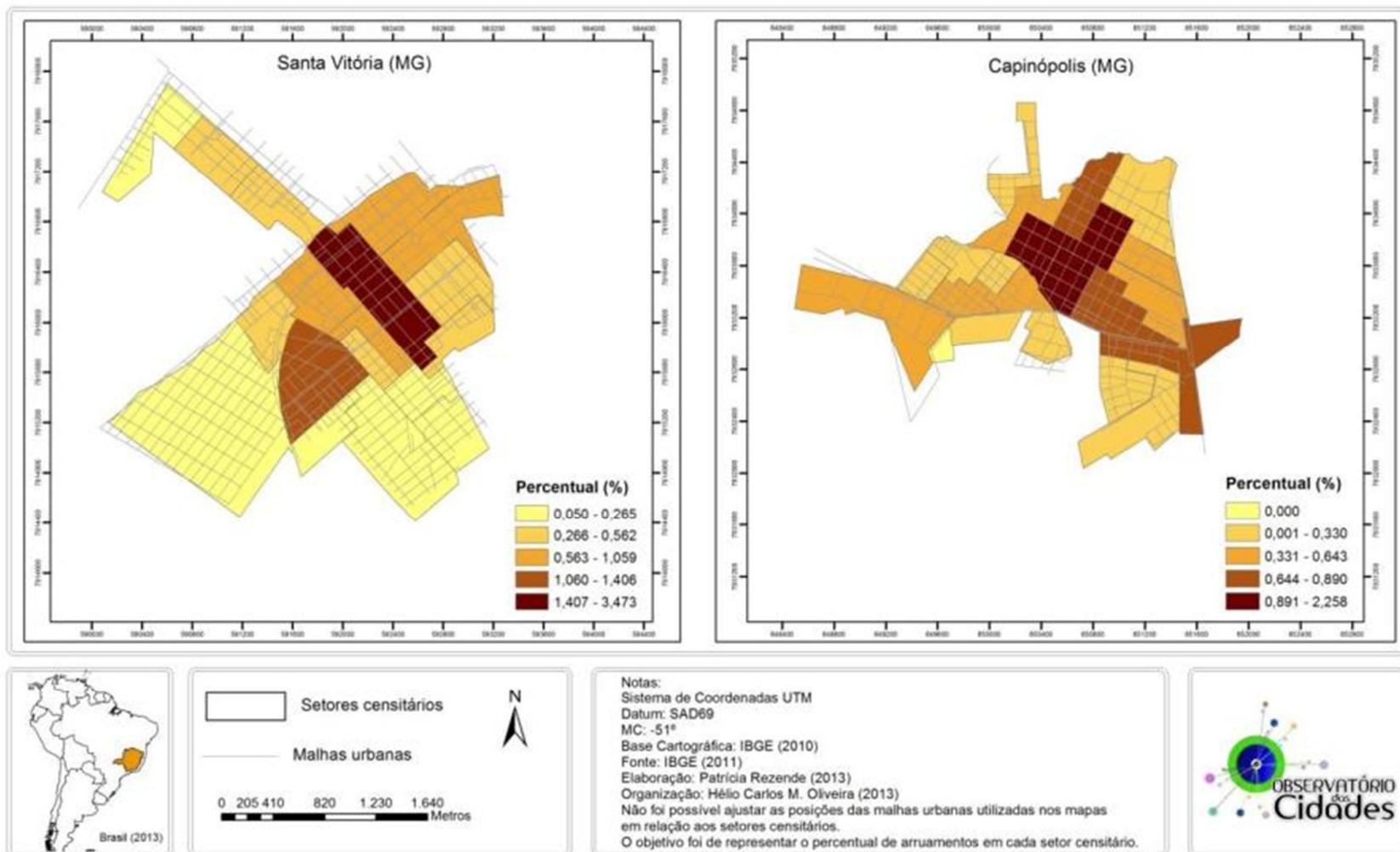


Mapa 68 – Ituiutaba (MG):

% de estabelecimentos comerciais no total de endereços urbanos por setor censitário (2010)



Mapa 69 – Capinópolis (MG) e Santa Vitória (MG):
% de estabelecimentos comerciais no total de endereços urbanos por setor censitário (2010)



Os mapas 66, 67, 68 e 69 demonstram que a concentração dos espaços de consumo nas cidades da MRG está nas áreas centrais, que são também os centros históricos. Vale lembrar que essas são cidades monocêntricas, sem tendência de constituição de subcentros.

Outros estabelecimentos comerciais também estão aglomerados nas áreas centrais das cidades. Em Ituiutaba (MG), por exemplo, as farmácias vinculadas às redes nacionais, os três principais hotéis, as lojas de eletrodomésticos, uma concessionária de carros e uma de motos, além do maior supermercado de rede estão na área central. Nas cidades de Capinópolis (MG) e Santa Vitória (MG) o padrão espacial de instalação dos estabelecimentos comerciais é o mesmo, como indicado no Mapa 69. Em Cachoeira Dourada (MG), Gurinhatã (MG) e Ipiacũ (MG) também há uma tendência de concentração dos espaços de consumo em uma área específica da cidade, normalmente, o bairro Centro.

A existência de alguns estabelecimentos comerciais²⁵ (Tabela 51) nas cidades permite entender as interações espaciais e seus significados no contexto da MRG e da rede urbana do Triângulo Mineiro, uma vez que essas casas são capazes de gerar deslocamentos populacionais para o consumo.

Os maiores supermercados instalados na MRG estão na cidade de Ituiutaba (MG). Dentre eles, somente um é loja própria de rede de atuação nacional, o Supermercado Bretas. Os outros são lojas de redes locais; uma com duas unidades (Supermercados Ferreira) e outra com quatro (Pontual Supermercados). Ituiutaba (MG) possui, ainda, o Supermercado Souza,

²⁵ Estabelecimento comercial, neste trabalho, é entendido de acordo com a definição dada pelo Direito Comercial Brasileiro: um conjunto de bens corpóreos ou incorpóreos, considerado uma universalidade de fato, que possibilita a atividade empresarial. Desta forma, serão considerados todos os estabelecimentos de comercialização de produtos e de prestação de serviços. Se necessário, no transcórrer do texto, visando qualificar a análise, será feita a distinção entre comercialização de produtos e prestação de serviços.

pertencente à Rede Smart²⁶, que não é formada por lojas próprias, mas sim associadas. Além dos supermercados em rede, a cidade abriga mais de vinte pequenos supermercados, distribuídos por vários bairros da cidade. Dos doze maiores, seis estão no bairro Centro, indicando a tendência de concentração desses espaços de consumo nesta área.

Nas cidades de Santa Vitória (MG) e Capinópolis (MG) os supermercados ligados à rede pertencem à Rede Smart, de modo que não há nenhuma loja própria de rede. Do total de supermercados nessas cidades, Capinópolis (MG) possui dois na área central, enquanto Santa Vitória (MG), dentre suas sete lojas, tem seis no centro.

Tabela 51 – MRG de Ituiutaba (MG): estabelecimentos comerciais (2013)

Estabelecimento	Tipo	Quantidade					
		Ituiutaba	Santa Vitória	Capinópolis	Cachoeira Dourada	Gurinhata	Ipiacu
Supermercado	Total ¹	12	07	04	03	05	03
	De rede local/MRG	06	00	00	00	00	00
	De rede nacional	02	03	02	00	00	00
Farmácia	Total ²	-	-	-	00	02	03
	De rede local/MRG	06	01	01	00	00	00
	De rede nacional	07	02	02	00	00	00
Loja de eletrodoméstico de rede nacional		05	02	02	00	01	00
Concessionária de carros		04	01 ³	00	00	00	00
Concessionária de motos		03	01	00	00	00	00
Hotéis		09	05	02	00	02	01

Nota da tabela: ¹Para Ituiutaba (MG) foram considerados somente os estabelecimentos com três ou mais caixas registradoras. ²Como em Gurinhata (MG) e Ipiacu (MG) não há nenhuma farmácia em rede, foram consideradas as existentes. ³Revenda de uma concessionária de Ituiutaba (MG).

Fonte: Levantamento de campo (2013).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

²⁶ A respeito da Rede Smart, confira: <http://www.redesmart.com.br>

O padrão de distribuição espacial das farmácias também tende à aglomeração nas áreas centrais em todas as cidades da MRG. Em Ituiutaba (MG), as quatro lojas próprias de rede nacional (Drogaria São Paulo, Drogaria Unimed, Drogasil e Farmácias Pague Menos) estão na área central; as três lojas da Rede Compre Certo não são próprias, mas sim farmácias que já existiam e se associaram à rede, das quais duas estão no centro e uma em bairro. Em Capinópolis (MG) e Santa Vitória (MG) existem somente dois estabelecimentos de farmácias de rede nacional em cada cidade, sendo duas lojas franquizadas da Drogaria Americana e duas associadas à Rede Compre Certo, uma em cada cidade, todas localizadas no centro.

Além dessas farmácias, existem aquelas que não pertencem a uma rede, espalhadas tanto pelo centro quanto pelos bairros, e as farmácias de rede local, como a Rede Farmácia Cruzeiro, que possui quatro lojas em Ituiutaba (MG), das quais três estão no centro; uma em Capinópolis (MG) e uma em Santa Vitória (MG), ambas nas regiões centrais. Em Gurinhatã (MG) e Ipiacu (MG) as farmácias são de capitais locais, também localizadas no centro. Em Cachoeira Dourada não há nenhuma farmácia privada, já que as demandas por remédios são atendidas pela farmácia pública da cidade e os medicamentos não encontrados no sistema público de saúde são adquiridos em Capinópolis (MG) ou Ituiutaba (MG).

Assim como a Rede Farmácia Cruzeiro, outros estabelecimentos comerciais de Ituiutaba (MG) expandiram suas atividades para as cidades de MRG, principalmente para Capinópolis (MG) e Santa Vitória (MG), visando atender as carências geradas pela estrutura comercial das cidades. Lojas de eletrodomésticos, de revenda de veículos (carros e motos) novos e usados, de

equipamentos elétricos, “sacolão”²⁷, panificadora, lanchonete e prestadoras de serviços são alguns exemplos.

As lojas de eletrodomésticos pertencentes às redes são responsáveis por atrair pessoas das cidades da MRG para consumir em Ituiutaba (MG), pois esta é a única da região onde há lojas das grandes redes de eletrodoméstico (Magazine Luiza, Pernambucanas e Ricardo Eletro) e das médias redes (Eletrosom e Eletrozema). Apesar disso, o potencial de consumo nesses estabelecimentos não permite a expansão do seguimento, o que se nota pelo fato de duas lojas de grandes redes (Casas Bahia e Ponto Frio) terem se instalado na cidade e fechado nos últimos oito anos. Resta salientar que todos os estabelecimentos de comercialização de eletrodomésticos, pertencentes às redes ou não, estão instalados no centro, reforçando a monocentralidade da cidade.

Em Capinópolis (MG), Gurinhatã (MG) e Santa Vitória (MG) existem lojas das redes Eletrosom e Eletrozema, entretanto, muito menores e com estoque reduzido, se comparadas com as lojas de Ituiutaba (MG). Existem também as de capital local, mas todas situadas no centro das respectivas cidades.

Diferente de todas as outras atividades listadas na Tabela 51, somente as concessionárias de veículos não foram instaladas majoritariamente na área central de Ituiutaba (MG). Entre elas, somente a Cancellia Veículos (Ford) permanece desde a sua instalação (1950) nessa área. A Venture Veículos (Fiat) está localizada na zona periférica do centro. Já a Maudi Veículos (Volkswagen) e Autoclã (Chevrolet) estão em bairros distantes do centro; a primeira situa-se ao lado do Parque de Exposições Juscelino Kubitschek, no

²⁷ Estabelecimento que comercializa produtos hortifrutigranjeiros no varejo.

zona oeste da cidade; e a segunda, ao lado da BR-365, junto ao trevo de acesso à cidade, na zona norte.

A demanda por espaços maiores para instalação da loja, do estoque dos carros e da oficina de manutenção, juntamente com o preço da terra no centro, são fatores que contribuíram para deslocar esses estabelecimentos para áreas distantes do centro. Além disso, a dinâmica de consumo específica que esta atividade varejista possui obriga a população a se locomover até o local da loja, pois não existe relação direta entre percentual de venda e posição da loja no espaço urbano. Em Santa Vitória há um ponto de revenda da Venture Veículos (Fiat) no centro da cidade, mas não se configura como concessionária.

O mesmo sucede às concessionárias de motocicletas, pois somente uma delas está na área central, a Suzuki Motos, que é a menor e foi instalada em 2013. A Motozum (Honda) e a Fórmula Moto (Yamaha) situam-se nas bordas do bairro Centro, aproximadamente a um quilômetro. Em Santa Vitória (MG) há uma concessionária de motos na área central, a Motozum (Honda), com origem de capital em Ituiutaba (MG).

Quanto aos hotéis, em todas as cidades da MRG eles estão localizados na área central ou na zona periférica do centro. Nenhum pertence à rede hoteleira e são de capital local. Em Ituiutaba (MG) estão os maiores e com melhor padrão de qualidade e serviços, seguidos pelos de Santa Vitória (MG). Nas outras cidades, os hotéis são bastante simples, organizados na forma de empresas familiares.

Outro indicador de desenvolvimento comercial e econômico de uma cidade é a existência de lojas varejistas pertencentes a redes de franquizadas. Entre as cidades da MRG, Ituiutaba (MG) é a que possui o maior número de

franquias (nove), Santa Vitória (MG) possui três e Capinópolis (MG) apenas uma (Quadro 10).

Quadro 10 – MRG de Ituiutaba (MG): lojas franquizadas (2013)

Cidade	Seguimento	Loja
Ituiutaba	Alimentação	Cacau Show
		Chiquinho Sorvetes
	Brinquedo infantil	Zastras Brinquedos
	Cosmético e perfumaria	L'acqua di Fiori
		O Boticário
		Provanza Aromas e Sabores
	Estética corporal	Não + Pêlo
	Vestuário	Hering Store
Highstil		
Santa Vitória	Alimentação	Cacau Show
	Cosmético e perfumaria	O Boticário
	Vestuário	Hering Store
Capinópolis	Cosmético e perfumaria	O Boticário

Fonte: Levantamento de campo (2013).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Nota-se que a quantidade de lojas franquizadas é muito reduzida, indicando que o mercado consumidor na MRG é limitado, uma vez que são todas lojas pequenas, com no máximo dois funcionários por período de oito horas, além dos proprietários dos estabelecimentos. Ademais, o tipo de lojas franquizadas aponta para a inexistência de uma especialização comercial, pois se tratam de franquias que já se popularizaram, com produtos comercializados a preços acessíveis às populações de menor poder aquisitivo.

Todas essas lojas estão localizadas na área central, reforçando o caráter monocêntrico das cidades.

Além dessas lojas, Ituiutaba (MG) também possui estabelecimentos de redes comerciais fechadas, ou seja, com lojas próprias, como: Lojas

Americanas, Jô Calçados e Ideal Magazine. Estas últimas com atuação em cidades do Triângulo Mineiro e do interior paulista.

Apesar da estrutura comercial de Ituiutaba (MG), Santa Vitória (MG) e Capinópolis (MG) se concentrar no centro (mapas 68 e 69), os bairros periféricos também possuem estabelecimentos comerciais, no entanto, em número reduzido e limitada diversidade. Geralmente, são comércios voltados para as demandas dos próprios bairros, como mercados, bares, açougues, cabeleireiros, posto de saúde, panificadoras, sacolão, entre outros.

Todavia, mesmo com a presença dos estabelecimentos comerciais nos bairros, não há nas cidades qualquer tendência que indique a constituição de subcentralidade ou desconcentração comercial para outras áreas que não o centro, obrigando a população dos bairros periféricos a se deslocar para a área central sempre que necessita de produtos ou serviços específicos.

Em relação aos estabelecimentos mercantis de crédito, a cidade da MRG com maior diversidade de bandeiras bancárias é Ituiutaba (MG), com oito tipos diferentes e nove agências. As outras cidades possuem quatro bandeiras e agências, com exceção de Cachoeira Dourada (MG), que possui somente uma agência (Tabela 52).

As agências bancárias de Ituiutaba (MG) são as maiores, com maior número de clientes, caixas de atendimento, caixas eletrônicos e negociações financeiras. Somente uma está fora da área central, que é o Banco Sicoob Credipontal, localizado no setor norte da cidade.

Tabela 52 – MRG de Ituiutaba (MG): agências bancárias (2013)

Banco	Quantidade de agência					
	Ituiutaba	Santa Vitória	Capinópolis	Cachoeira Dourada	Gurinhata	Ipiacu
Bradesco	01	01	01	01	01	01
Banco do Brasil	01	01	01	00	01	00
Itaú Unibanco	02	00	00	00	01	01
Mercantil do Brasil	01	00	00	00	00	00
Santander	01	00	00	00	00	00
Sicoob Credipontal	01	01	01	00	01	01
Caixa	01	01	01	00	00	01
HSBC Bank	01	00	00	00	00	00
Total	09	04	04	01	04	04

Fonte: Levantamento de campo (2013).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Nas outras cidades da MRG, mesmo as pequenas agências oferecem todos os tipos de serviços bancários, desde a abertura de conta até a realização de investimentos e financiamentos de imóveis urbanos e para atividades agrícolas. Nessas cidades, em função de sua característica monocêntrica, todas as agências estão na área central. Em Cachoeira Dourada (MG), Gurinhata (MG) e Ipiacu (MG) algumas agências possuem somente um funcionário, que exerce as funções de gerente e caixa.

Pelo fato de existirem agências bancárias em todas as cidades da MRG, elas não atuam como catalisadores de fluxo populacional entre centros urbanos, a não ser de forma muito específica, como no caso de algum habitante que busque serviços peculiares de alguma bandeira bancária que não exista em sua cidade.

Por fim, é necessário destacar que a educação superior tem papel fundamental nas dinâmicas das cidades da MRG, especialmente em Ituiutaba (MG). A formação de um polo educacional na cidade, devido à existência de quatro instituições de ensino superior (uma pública e três privadas) e um

instituto federal (Tabela 53), tem alterado significativamente suas relações regionais e seu espaço intraurbano. A expansão imobiliária é a transformação espacial mais visível; entretanto, a chegada de estudantes migrantes e de funcionários públicos, que passaram a residir na cidade, também dinamizou e potencializou o crescimento da economia urbana. A educação superior tem promovido significativas transformações nas relações regionais a partir de Ituiutaba, pois incrementou a capacidade de atração das pessoas para a utilização deste serviço.

Tabela 53 – Ituiutaba (MG): instituições de ensino (2013)

Instituição	Número de cursos				
	Graduação	Tecnólogo	Técnico	Pós-graduação lato sensu	Pós-graduação stricto sensu
FTM ¹	03	00	00	03	00
FEIT ²	10	03	00	12	00
IFTM ³	02	00	13	03	00
UFU ⁴	11	00	00	01	01
UNOPAR Virtual ⁵	08	08	00	00	00

Nota da tabela: ¹Faculdade Triângulo Mineiro. ²Fundação Educacional de Ituiutaba – Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). ³Instituto Federal do Triângulo Mineiro. ⁴Universidade Federal de Uberlândia. ⁵Universidade Norte do Paraná Virtual.

Fonte: Levantamento de campo (2013).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

A instalação de instituições de ensino superior tem gerado transformações socioespaciais significativas em Ituiutaba, uma vez que elas

[...] criam novas possibilidades de ação, produção e realização nas cidades em que se instalam, visto que são estimuladoras do desenvolvimento regional, por meio da oferta de subsídio e aporte de dados pelas pesquisas, bem como qualificam e especializam a força de trabalho, formando profissionais aptos a atuar em funções específicas. (SOARES et al, 2010, p. 217).

Diante disso, é possível afirmar que essas instituições têm ampliado sua participação na composição da econômica local, principalmente a partir da dinamização do comércio, dos serviços e do setor imobiliário, além de possibilitarem maior geração de empregos e aumento na arrecadação municipal.

Nesse contexto, o significado da migração estudantil e de funcionários tem ganhado peso nos últimos sete anos, principalmente com a instalação da UFU na cidade. A prova disso é o número de alunos (Tabela 54) matriculados na UFU, no período de 2007 a 2013, que declararam residência em diferentes cidades brasileiras.

Tabela 54 – UFU Ituiutaba (MG):
origem da residência dos alunos matriculados (2007-2013)

Origem	Total	% no total
Alagoas	01	0,03
Ceará	01	0,03
Distrito Federal	08	0,21
Espirito Santo	01	0,03
Goiás	45	1,17
Rio de Janeiro	01	0,03
Rio Grande do Sul	01	0,03
São Paulo	207	5,38
MRG de Ituiutaba (MG)	2.925	75,95
Outras cidades do Triângulo Mineiro	614	15,94
Outras cidades de Minas Gerais	47	1,22
Total	3.851	100

Fonte: UFU (2013).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Mais de 75% dos estudantes da UFU em Ituiutaba (MG) declararam endereço de residência nas cidades estudadas da MRG, enquanto 15,94% são de outras regiões do Triângulo Mineiro e 5,38% provêm de cidades de São Paulo. Isso indica que apesar de Ituiutaba (MG) receber alunos de cidades

distantes, esse número ainda não atinge 25% do total de discentes matriculados entre 2007 e 2013, o que se reflete sobre o dinamismo econômico produto da fixação desses “novos” moradores. Dos 2.925 que residem na MRG, 2.627 (89,81%) tinham endereço em Ituiutaba (MG). Além disso, os estudantes residentes em cidades próximas fazem o trajeto casa-escola-casa diariamente, em ônibus subsidiado pelo poder público municipal. Diante desses números, é possível inferir que apesar da migração estudantil e de funcionários causar impactos territoriais e econômicos, eles ainda são pouco expressivos para subsidiar uma reestruturação urbana e regional.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a modernização agrícola nos municípios da MRG desde a década de 1970, a implantação das agroindústrias canavieiras para produção de açúcar e etanol, a migração de mão de obra para trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar, o crescimento das atividades comerciais e as transformações imobiliárias recentes, incentivadas principalmente pela instalação das instituições públicas de ensino, foram responsáveis por dinamizar a economia urbana e modificar as cidades.

A cidade de Ituiutaba (MG) consolida-se como polo regional da MRG, com interações espaciais em diferentes níveis escalares, entre as quais, as nacionais e internacionais estão vinculadas à existência de agroindústrias dos setores de beneficiamento de grãos, laticínio, frigorífico e sucroalcooleiro, com sua produção voltada, principalmente, para as demandas do mercado externo (exportação), no entanto, sem deixar de atender o mercado interno brasileiro. Já na escala regional, os serviços de saúde e educação superior são os responsáveis pela intensificação das interações, acompanhados da comercialização de alguns produtos produzidos nas unidades industriais menores da cidade, como: beneficiadoras de café (torração e moagem),

frigoríficos, laticínios e olarias. Da mesma forma, o setor terciário de Ituiutaba (MG) se estabelece como centralizador das relações regionais, atendendo tanto as necessidades de sua população, quanto das cidades vizinhas, o que resulta no aumento do dinamismo deste setor.

A interiorização do ensino superior, somada a existências de usinas agroindustriais canavieiras, inauguraram novas dinâmicas espaciais na MRG, visto que a reestruturação urbana, estimulada pelo desenvolvimento econômico, influencia a reestruturação das cidades. Da mesma forma que as transformações no espaço intra-urbano fomentam as dinâmicas regionais, instituindo um ciclo de desenvolvimento inseparável entre o urbano e o regional.

Pelo fato desses processos serem recentes na MRG, uma vez que surgiram no início do século XXI, é impossível identificar um conjunto de dinâmicas socioespaciais que alterem significativamente as cidades, no entanto, são indícios de que as cidades, especialmente Ituiutaba (MG), passarão por transformações expressivas, tanto no aspecto da forma urbana, quanto nas relações regionais, o que implicará na necessidade de um novo entendimento sobre o processo de urbanização do Pontal do Triângulo Mineiro.

Considerações finais

O processo de urbanização da MRG de Ituiutaba (MG) foi marcado por três momentos históricos diferentes.

O primeiro refere-se às transformações espaciais resultantes da expansão da produção de arroz na região, que implicou o recebimento de população migrante, a expansão da estrutura comercial e a fixação de pessoas nas cidades. Nesse período, situado entre as décadas de 1940 e 1960, a cidade de Ituiutaba (MG) já figurava como principal centro urbano da parte oeste do Triângulo Mineiro, com uma rede de influências que ia além dos limites territoriais da MRG. No entanto, as interações espaciais eram bastante limitadas, pois se pautavam, principalmente, nas relações comerciais de venda dos produtos agrícolas produzidos na região e na compra de insumos necessários para o desenvolvimento das atividades agropecuárias. Comercializava-se também os produtos de origem animal, entretanto, com uma rede limitada.

Nesse período a economia da região deixa de ser exclusivamente agrícola, visto que as cidades passaram a centralizar capital, em decorrência do comando das atividades agropecuárias ou dos investimentos para a instalação de infraestruturas urbanas e estabelecimentos comerciais, o que

resultou no desenvolvimento de uma economia urbana. Esta era altamente dependente das atividades agropecuárias e limitada pela precariedade das vias de acesso à região, uma vez que a rede de fluxos se organizava a partir do transporte terrestre de pessoas e mercadorias. Nesse sentido, a integração territorial da MRG à economia do restante do Triângulo Mineiro e dos estados de Goiás e São Paulo dependia das condições de mobilidade disponíveis na época.

A ausência de uma estrada de rodagem, em bom estado de conservação, que interligasse o sudoeste do Triângulo Mineiro à Ituiutaba (MG) foi um limitador para o desenvolvimento da região, uma vez que a maior parcela dos fluxos desta se deslocava para Uberaba (MG), Uberlândia (MG) ou cidades próximas do norte de São Paulo. Contudo, a existência de uma rodovia na MRG no sentido leste-oeste, ligando o noroeste do Triângulo Mineiro ao estado de Goiás, também não foi capaz de transformar efetivamente as cidades estudadas, visto que na extremidade leste encontrava-se o eixo de maior desenvolvimento econômico da região, formado pelas cidades de Araguari (MG), Uberaba (MG) e Uberlândia (MG), ao passo que, na ponta oeste, situavam-se os municípios do sudoeste de Goiás, área com baixa taxa de ocupação e desenvolvimento na época.

A extensão territorial dos municípios também era um agente limitador do desenvolvimento urbano da MRG de Ituiutaba (MG), dado que seus maiores municípios localizavam-se na região oeste do Triângulo Mineiro. Por isso, as redes de interações espaciais das cidades da MRG estudada eram mais intensas entre elas mesmas, o que refletiu, logicamente, nas dinâmicas urbanas da época.

É preciso ressaltar que o crescimento populacional da MRG no período de expansão da cultura de arroz não veio acompanhado, na mesma proporção, de investimentos em estrutura produtiva industrial, principalmente aquelas com incorporação tecnológica. O aumento populacional esteve vinculado à migração de mão de obra para trabalhar nas lavouras agrícolas da região e não em atividades econômicas urbanas.

Por fim, é necessário destacar que, mesmo com limitado desenvolvimento econômico, as cidades cresceram espacialmente, dado que alteraram suas formas urbanas em decorrência do surgimento de conjuntos habitacionais e loteamentos.

O segundo momento da história de urbanização da MRG de Ituiutaba (MG) está relacionado ao processo de modernização da produção agropecuária do cerrado mineiro, em meados da década de 1970. A necessidade de transformar a agricultura brasileira em uma atividade economicamente competitiva e mais produtiva levou o governo federal a investir na reestruturação produtiva do campo, principalmente subsidiando o uso de máquinas, implementos e insumos agrícolas, além do investimento em pesquisas para melhorias genéticas das espécies vegetais, que potencializou o uso de tecnologias na produção.

O primeiro reflexo desse movimento sobre a urbanização da MRG foi o aumento da população urbana, devido à migração campo-cidade. Ituiutaba (MG) foi a cidade que recebeu maior número de pessoas, pois dispunha de melhor infraestrutura urbana, considerável número de estabelecimentos comerciais e algumas unidades industriais capazes de empregar parte dessa população. Por sua vez, o incremento do mercado consumidor refletiu na

dinamização da economia urbana, , pois os migrantes passaram a consumir na cidade produtos outrora oriundos das propriedades rurais.

Os investimentos financeiros na reestruturação da produção agropecuária da MRG transformaram a estrutura comercial das cidades, pois a procura por insumos, implementos e maquinários agrícolas desencadeou uma especialização das atividades comerciais voltadas para o campo, sobretudo na cidade de Ituiutaba (MG), que centralizava as empresas ligadas ao agronegócio. Santa Vitória (MG) e Capinópolis (MG) também se desenvolveram, entretanto, sem nenhuma especialização e de modo insuficiente para dar conta das demandas do campo. O setor secundário também se dinamizou, embora de forma mais restrita que o terciário, com a instalação de algumas unidades de processamento da produção agropecuária, como beneficiadoras de café, frigoríficos e indústrias de laticínios em Ituiutaba (MG) e Santa Vitória (MG).

A conjunção dos investimentos nos três setores da economia resultou na consolidação da posição de Ituiutaba (MG) como principal centro urbano do oeste do Triângulo Mineiro, o que implicou a formação de uma rede urbana de influência bem definida, a qual estabeleceu relações tanto com as cidades da MRG quanto com as do sudoeste do Triângulo Mineiro e do lado goiano, próximo à divisa dos estados. Como consequência, verificaram-se mudanças na organização interna das cidades. Dentre elas, pode-se destacar a definição das áreas centrais como principais espaços de consumo e a expansão do tecido urbano em função da criação de novas áreas de moradia, seja para a população de baixa renda, através dos conjuntos habitacionais de interesse social, seja para os grupos com melhores condições socioeconômicas, com a abertura de loteamentos.

Esse período, iniciado em meados da década de 1970, se estendeu até o fim da década de 1990, quando a MRG de Ituiutaba (MG) se inseriu em um novo contexto econômico, caracterizado por diferentes dinâmicas espaciais, o que marcou o terceiro momento histórico da urbanização da região.

A estrutura produtiva agrícola da MRG passou por uma significativa modificação no início do século XXI, devido à instalação de usinas do setor agroindustrial canavieiro e à expansão do plantio de cana-de-açúcar em detrimento de outros tipos de culturas, o que resultou na reestruturação produtiva do campo e na reestruturação urbana e das cidades, visto que houve um novo ciclo de migração de trabalhadores para a atividade laboral no corte de cana-de-açúcar.

A chegada desses trabalhadores agrícolas gerou demandas por habitações nas cidades e movimentou o mercado imobiliário, seja em virtude dos aluguéis e aquisições de imóveis, seja pela construção de unidades residenciais. Como resultado, verificaram-se modificações na morfologia urbana, devido à construção de habitações de interesse social nas periferias das cidades e à abertura de novos loteamentos, voltados principalmente para a classe média.

As dinâmicas urbanas recentes impactaram a estruturação regional, pois, ao mesmo tempo em que a economia urbana se dinamizou a partir da especialização das atividades comerciais, aprofundaram-se as desigualdades sociais nas cidades, em decorrência da precarização do trabalho empregado nas usinas sucroalcooleiras. As diferenças sociais tornaram-se mais visíveis na paisagem urbana, uma vez que os grupos sociais são excluídos em virtude tanto dos fatores econômicos, quanto da separação espacial da moradia.

Sobre o aspecto econômico das atividades comerciais, é possível afirmar que a urbanização da MRG é de natureza terciária, ou seja, há concentração de população e PIB no setor terciário da economia.

Mesmo de forma limitada, Ituiutaba (MG) é a única cidade com estabelecimentos de comércios e serviços especializados, o que revalida sua centralidade urbana na região. As cidades menores, Cachoeira Dourada (MG), Gurinhatã (MG) e Ipiacu (MG), participam das dinâmicas da MRG como espaços de reprodução da vida cotidiana, principalmente para as populações mais velhas e os trabalhadores migrantes. Por outro lado, Capinópolis (MG) e Santa Vitória (MG), apesar de desempenharem a mesma função das cidades menores, possuem uma estrutura comercial limitada mas que consegue atender as necessidades básicas dos seus moradores.

A concentração dos serviços de saúde e de educação técnica e superior em Ituiutaba (MG) também contribuiu para a reestruturação urbana e das cidades da MRG. As instituições de ensino estimularam os estudantes a se fixarem na região, rompendo com uma tendência de migração para estudar em outras cidades. O movimento, agora, acontece ao contrário; a cidade recebe alunos de diferentes cidades e estados do país. Em oposição, os serviços de saúde abrangem uma rede de influência restrita às cidades da MRG.

Os estágios da urbanização da MRG evidenciam os três momentos marcantes desse processo, os quais permitem concluir que, dentre as cidades da região estudada, Ituiutaba (MG) foi a que melhor absorveu os investimentos de capital, o que resultou no desenvolvimento econômico urbano, apresentando uma rede de influência hierárquica limitada à MRG, mas com uma rede de interações espaciais variável. Por ser um centro com funções

intermediárias na rede urbana do Triângulo Mineiro, Ituiutaba pode ser entendida pela perspectiva analítica da cidade média, principalmente aquela proposta por Batella (2013), que destaca a necessidade de considerar a noção de limiar para analisar o processo de urbanização das cidades médias.

De forma complementar, é imprescindível investigar os processos urbanos e as dinâmicas das cidades em seu contexto regional, para que não seja feita uma análise fragmentada da realidade.

Por fim, é preciso destacar que este trabalho não esgota as possibilidades de pesquisas sobre o processo de urbanização da MRG de Ituiutaba (MG). Longe disso, ele é uma tentativa de preencher parcialmente a lacuna existente a esse respeito. Visando estimular a realização de novas pesquisas sobre a MRG, apresentamos um conjunto de questionamentos:

- i) qual o papel do setor primário e secundário para uma cidade frente à importância do setor terciário?
- ii) como o setor primário influencia na urbanização contemporânea? E o secundário?
- iii) como entender a relação cidade-campo na MRG?
- iv) a região de influência de cidades proposta pelo IBGE, através do REGIC, representa a complexidade de relações existentes na MRG? Se não, como romper com essa análise?
- v) quais são as relações espaciais existentes entre as cidades menores e Ituiutaba (MG)?
- vi) por concentrar investimentos regionais e população, Ituiutaba (MG) é responsável pela exploração e o esvaziamento da região em que se insere?

vii) a ausência de uma rodovia asfaltada conectando a MRG à parte sudoeste do Triângulo Mineiro ainda é um limitador do desenvolvimento da região?

viii) em que medida a região ou a área de influência de Ituiutaba (MG) beneficia as cidades?

ix) o desenvolvimento econômico da cidade de Ituiutaba (MG) é um empecilho para o desenvolvimento da MRG? E para as outras cidades?

x) como o desenvolvimento de outras cidades do Triângulo Mineiro impacta as cidades da MRG?

xi) qual o papel das pequenas cidades da MRG frente à expansão da cana-de-açúcar?

xii) como os agentes produtores do espaço urbano têm transformado as cidades da MRG?

O processo de urbanização da MRG de Ituiutaba (MG), bem como suas dinâmicas espaciais, continuarão sendo um desafio para aqueles que pretendem entender a realidade urbana e regional do Triângulo Mineiro.

Referências

ABDALA, Mônica Chaves. **Guia**: índios de Minas Gerais, século XIX. Uberlândia: EDUFU, 1997.

ABREU, Maurício. Pensando a cidade no Brasil do passado. In: CASTRO, Iná Elias de Castro; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar da Costa (Org.). **Brasil: Questões atuais da reorganização do território**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

AIRES DE CASAL, Manuel. **Corografia Brasília**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

ARAÚJO, Flávia Aparecida Vieira de. **(Re)configurações espaciais na cidade média**: a análise de Araguari no Triângulo Mineiro (MG). 2010. 299f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

ASCHER, François. **Novos compromissos urbanos**: um léxico. 2ª edição. Lisboa: Livros Horizontes, 2010.

ASCHER, François. **Novos princípios do urbanismo**. 2ª edição. Lisboa: Livros Horizontes, 2010.

ASSIS, Suene Silva de; OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda de; **Mapa do setor terciário de Ituiutaba (MG)**: fixos, fluxos e rede urbana. Relatório de Pesquisa PIBIC/CNPq. Universidade Federal de Uberlândia. Ituiutaba. 2013.

BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. **A pequena cidade nas teias da aldeia global**: as relações e especificidades sócio-políticas nas pequenas cidades de Estrela do Sul, Cascalho Rico e Grupiara – MG. 2008. 411f. Tese Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. **Os mitos do "sertão" do Triângulo Mineiro**: as cidades de Estrela do Sul e Uberlândia nas teias da modernidade. Uberlândia: Gráfica Composer, 2003.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário histórico e geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

BARROS, Reynaldo. **Energia para um novo mundo**. Rio de Janeiro: Monte Castelo Ideias, 2007.

BATELLA, Wagner. **Os limiões das cidades médias**: reflexões a partir de Teófilo Otoni-MG. 2013. 228f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

BEAUJEU-GARNIER, Jaqueline. **Geografia urbana**. 3ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

BERTRAN, Paulo. **Formação econômica de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1978.

BORGES, Benedito Antônio Miranda Trindade. **Povoadores do Sertão do Rio da Prata**. Uberaba: Editora Vitória, 1996.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Triângulo**: capital comercial, geopolítica e agroindustrial. 1989. 189f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Regional) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1989.

BRITO, Luiz Navarro de. **Política e espaço regional**. São Paulo: Nobel, 1986.

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da agricultura**: trigo e soja. Petrópolis: Vozes, Vozes; 1988,

CANABRAVA, Aline. Uma econômica de decadência: os níveis de riqueza na Capitania de São Paulo, 1765/1767. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, nº 26 (4), p. 95-123, out./dez 1972.

CANO, Wilson. Ensaio sobre a crise urbana do Brasil. Campinas: São Paulo, 2011.

CAPEL, Horácio. La definición del lo urbano. **Scripta Vetera**, Barcelona, 2004. Disponível em: <www.ub.es/geocrit/sv-33.htm>. Acesso em: 02/08/2012.

CARDOSO, Adauto Lucio (org.). **O programa minha casa minha vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital. 2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

CARVALHO FRANCO, Francisco de Assis. **Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil**. São Paulo: Siqueira, 1954.

CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de; SAVIANI, Dermeval. **A organização da instrução pública nas cidades de Uberabinha e Patos de Minas (MG): educação e civilização (1888-1930)**. 2006. Disponível em: <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/475LucianaBar_e_Demer_val.pdf>. Acesso em: 02/08/2012.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1992.

CASTRO, Iná Elias de. Visibilidade da Região e do regionalismo: a escala brasileira em questão. In: LAVINAS, Lena et al. **Integração, região e regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. p. 155-170.

CATELAN, Márcio J. **Heterarquia Urbana: interações espaciais interescalares e cidades médias**. 2012. 227f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

CHAVES, Camilo. **Caiapônia: romance da terra e do homem do Brasil Central**. 3ª Edição. Ituiutaba: [s.n]. 1998.

CHAVES, Petrônio Rodrigues. Evolução agrária do município de Ituiutaba (MG). **Revista Acaiaca**, Belo Horizonte, p. 43-48. 1953 [1971].

CIGOLINI, Adilar Antonio. **A fragmentação do território em unidades político-administrativas: análise da criação de municípios no Estado do Paraná**. 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1990.

CLARK, David. **Introdução à geografia urbana**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

CLEPS JR, João. **Dinâmica e estratégias do setor agroindustrial no cerrado**: o caso do Triângulo Mineiro. 1998. 256f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1998.

CORRÊA, R. L. A urbanização nas áreas de cerrado: algumas notas. **Sociedade & Natureza**. Uberlândia: EDUFU, ano 7, nº 13/14, p 147-150. 1995.

CORRÊA, Roberto Lobato. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar Gomes; CORRÊA, Roberto Lobato. **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-318.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2000.

CORREA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997 [2003].

CORRÊA, Roberto Lobato. **Urbanização no cerrado**: algumas notas. Rio de Janeiro, 1994. [mimeo].

COSTA, Joaquim Ribeiro. **Toponímia de Minas Gerais**: com estudo histórico da divisão territorial e administrativa. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1997.

COUTO, Jorge. O Brasil pombalino. **Revista Camões**, Lisboa, nº15/16, p. 53-74, 2003.

DGE - Diretoria Geral de Estatística. **Anuario estatístico do Brazil 1908-1912**. Rio de Janeiro: DGE, v. 1-3, 1916-1927 [1927].

DGE - Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brazil em 1872**. [s.n.t]. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>> Acessado em: 02/08/1982.

DIAS, Ana Carolina Caldeira. **Diagnóstico do turismo cultural da cidade de Patos de Minas (MG)**. 2008. 92f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

DUARTE, Márcia Querobina Santos. **Raízes rurais na vivência urbana**: resistência, desistências, recriações. Ituiutaba 1970-1985. 2001. 150f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura**: a região de Ribeirão Preto (SP). São Paulo: EDUSP, 2003.

ELIAS, Denise. Redes agroindustriais e urbanização dispersa no Brasil. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 12, nº. 270, 2008. Disponível em: < <http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/270.htm>>. Acessado em: 02/08/2012.

ESTEVA, Luís. **O tempo da transformação**: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás. Goiânia: Ed. do autor, 1998.

FERREIRA, Willian Rodrigues; OLIVEIRA, Fernando de Oliveira; VIEIRA, Andréa dos Santos. Constituição e evolução das redes de transportes no Triângulo Mineiro: territórios, territorialidades e influência de atores hegemônicos. **Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium**, Ituiutaba, v. 3, n. 2, p. 250-266, jul./dec. 2012.

FIGUEIRÊDO, Ariovaldo Alves de. Ituiutaba: cidade do futuro. **Revista Acaiaca**, Belo Horizonte, p. 133-135. 1953.

FJP – Fundação João Pinheiro. **Produto Interno Bruto (PIB)**. 2013. Disponível em: < <http://www.fjp.mg.gov.br/>>. Acessado em: 01/10/2013

FONSECA, Geraldo. **Domínios de pecuários e enxadachins**: história de Patos de Minas. Belo Horizonte: Inorabras, 1974.

FONSECA, Rogério Gerolineto; SANTOS, Joelma Cristina dos. A relação cidade-campo no município de Ituiutaba (MG). **Horizonte Científico**, Uberlândia, v. 5, p. 1-29, 2011.

FREITAS, Paulo Sérgio Rais de; SAMPAIO, Roberto Cury. **Sinopse do diagnóstico sócio-econômico do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba**. Uberlândia: UFU/Departamento de Economia, 1985.

Galvão, Marília Velloso; FAISSOL, Speridião. A Divisão Regional da Década de 1940: suas Características e Fundamentos. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.31, n.4, p.181-218, out./dez. 1969.

GEORGE, Pierre. **Geografia Urbana**. São Paulo: Difel, 1983.

GERRATAMA, Valentino. Formación económico-social y proceso de transición. In: SWEEZY, Paul et al. (Org.). **Teoria del proceso de transición**. Córdoba: Siglo XXI, 1973. p. 45-79.

GONCALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil**: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980. São Paulo: Hucitec, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

GUIMARÃES, Bernardo. **O garimpeiro**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro: integração nacional e consolidação regional**. Uberlândia: EDUFU, 2010.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **Infra-estrutura pública e movimento de capitais**: a inserção do Triângulo Mineiro na divisão inter-regional do trabalho. 1990. 224f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Regional) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1990.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes; LEME, Heládio José de Campos. Caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro-Oeste. In: HOGAN, Daniel Joseph et al. (Org.). **Migração e ambiente no Centro-Oeste**. Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP/PRONEX, 2002, p. 17-85.

GUMARÃES, Eduardo Nunes. **A influência paulista na formação econômica e social do Triângulo Mineiro**. 2004 [1994]. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A065.PDF>>. Acesso em: 02/08/2012.

HAESBAERT, Rogério. **Rio Grande do Sul**: latifúndio e identidade regional. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque (Org.). **História geral da civilização brasileira - a época colonial: do descobrimento à expansão territorial**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1985.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 1975**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1984.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 1985**. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 1995-1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 1991**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão do Brasil em Micro-Regiões Homogêneas 1968**. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1970.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas**. Rio de Janeiro, 1972.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. Vol 1, Rio de Janeiro, 1990.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**: volume 36. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**: volume 24. Rio de Janeiro: IBGE, 1958a.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**: volume 25. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**: volume 26. Rio de Janeiro: IBGE, 1959a.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**: volume 27. Rio de Janeiro: IBGE, 1959b.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Evolução da divisão territorial do Brasil 1872-2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Pecuária Municipal 2011**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011a.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção agrícola municipal 1990-2011**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Recenseamento Geral de 1920**. Rio de Janeiro: IBGE, 1920.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Recenseamento Geral de 1940**. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Recenseamento Geral de 1950**. Rio de Janeiro: IBGE, 1955.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática**: dados censitários e estatísticos. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acessado em: 01/10/2012.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Nota Técnica estima o déficit habitacional brasileiro**. 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=18179>. Acessado em: 02/08/2013.

IPEADATA. **Dados estatísticos**. 2013. Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acessado em: 01/10/2013.

JORGE, Marcial Réges. **Gurinhata**: a história de um tempo. Birigui: Cartonagem Jofer, 1989.

JULIATO A. C. **O município brasileiro**: autonomia jurídica na Colônia, Império e República. 2003. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo, 2003.

LAPA, José Roberto do Amaral. **História política da República**. São Paulo: Papyrus, 1990.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo. 3ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEFEBFRE, Henry. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2004.

LEFEBFRE, Henry. **O direito a cidade**. 4ª edição. São Paulo: Centauro, 2006.

LEFEBVRE, Henry. **De lo rural e lo urbano**. 3ª edição. Barcelona: Península, 1975.

LONGHI, Rogata Soares Del Gaudio. **O movimento separatista do Triângulo Mineiro**. Lutas Sociais, São Paulo, v. 4, p. 119-135, 1998.

LORENÇO, Luís Augusto Bustamante. **O Triângulo Mineiro, do Império à República**: o extremo oeste de Minas Gerais na transição para a ordem capitalista (segunda metade do século XIX). Uberlândia: EDUFU, 2010.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750-1861).** Uberlândia: EDUFU, 2005.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750-1861).** 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

MARTINE, George. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, v.1, n.1, p.3-44, jun. 1990.

MARTINS, José de Sousa. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In: _____. (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética.** São Paulo: HUCITEC, 1996. p.13-23.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano.** São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, Marcos Lobato. A Crise dos negócios do diamante e as respostas dos homens de fortuna no Alto Jequitinhonha, Décadas de 1870-1890. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 38, nº. 3, p. 611-638, jul/set 2008.

MARX, Murilo. **Cidade no Brasil: terra de quem?** São Paulo: Nobel, 1991.

MATEUS, Renato. **A dinâmica da agricultura no cerrado: do apogeu do arroz à modernização do campo na região de Ituiutaba (MG) – 1946-1974.** 2013. 84f. Monografia (Bacharelado em História) – Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2013.

MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira.** Campinas: Pontes, 1990.

MELAZZO, Everaldo Santos. **Padrões de desigualdade em cidades paulistas de porte médio: a agenda das políticas públicas em disputa.** 2006. 222f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

MELLO, Antônio Oliveira. **Minhas opiniões. E as suas?** Paracatu: Santa Edwiges, Paracatu, 1998.

MELLO, Antônio Oliveira. **Patos de Minas Centenária.** Patos de Minas: Santa Edwiges, 1992.

MELO, Nagela Aparecida de. **Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO): análises de seus conteúdos e considerações**

teórico-metodológicas, 2008. 527f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

MENDONÇA, Sonia Regina. **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MIYAZAKI, Vitor Koiti. Um exercício de modelização gráfica para o pontal do Triângulo Mineiro. In: PORTUGUEZ, Anderson Pereira; MOURA, Gerusa Gonçalves; COSTA, Rildo Aparecido (Org.). **Geografia do Brasil Central: enfoques teóricos e particularidades regionais.** Uberlândia: Assis Editora, 2011. p. 283-301.

MONBEING, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.** São Paulo: Hucitec, 1998.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. A cidade e o urbano. In: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (Org.). **As cidades da cidade.** Belo Horizonte: EDUFMG, 2006a. p. 185-197.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. O que é o urbano, no período contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 111, p. 9-18, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/webasis.docs/rev_pr_111_roberto.pdf>. Acesso em: 02/08/2012.

MOREIRA MATOS, Manoel. **O Brasil (histórico, físico, político, social e econômico).** São Paulo: Casa Duprat, 1919. Disponível em: <http://home.us.archive.org/details/obrasilhistorico00more>. Acessado em: 02/08/2012.

MOREIRA, Ruy. **Formação do espaço agrário brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

NASCIMENTO, Plínio Andrade Guimarães do; MELO, Nágela Aparecida de. Ituiutaba (MG): reflexões sobre sua atuação na rede urbana regional a partir dos serviços de saúde e educação. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, ano 13, nº. 22, v. 02, p. 395-421, jul./dez. 2011.

NOVAIS, Aloísio Silva. **História antiga de Ituiutaba.** Ituiutaba (MG): [s.n.], 1974.

OLIVEIRA, Bianca Simoneli de. **Ituiutaba (MG) na rede urbana tijuana: (re)configurações sócio-espaciais no período de 1950 a 2000.** 2003. 204f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

OLIVEIRA, César. **História dos municípios e do poder local**: dos finais da Idade Média à União Europeia. Lisboa: Círculo de leitores, 1996.

OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda de. **Em busca de uma proposição metodológica para os estudos das cidades médias**: reflexões a partir de Uberlândia (MG). 2008. 364f Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda de; SOARES, Beatriz Ribeiro. Cidade média, agentes econômicos e estruturação urbana: uma análise dos setores primário e secundário nas redefinições do espaço urbano de Uberlândia (MG). In: ALVES, Lidiane Aparecida; RIBEIRO FILHO, Vitor. **O espaço intra-urbano de Uberlândia (MG)**: perspectivas geográficas. Uberlândia: Edibras, 2011 [2010]. p. 37-60.

OLIVEIRA, Letícia Parreira. **Evolução urbana e condições de moradia em Capinópolis (MG)**. 2013. 79f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2013.

OLIVEIRA, Letícia Parreira; OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda de. Entre a lavoura de cana e a vida na cidade: diagnóstico socioeconômico dos migrantes trabalhadores do setor agroindustrial canavieiro no município de Capinópolis (MG). In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: LAGEA/UFU, 2012. p. 1-15. CD-ROM.

PALACIN, Luís; GARCIA, Leonias Franco; AMADO, Janaína. **História de Goiás em documentos**: colônia. Goiânia: EDUEG, 1995.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **Ação do estado e as transformações agrárias no cerrado nas zonas de Paracatu e Alto Paranaíba (MG)**. 1988. 239 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1988.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **Características da modernização da agricultura e do desenvolvimento rural em Uberlândia**. 1982. 164 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1982.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **O café e a soja na (re) organização do espaço do Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1999.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar; CAVALINI, Maria Benedita. O espaço rural no Triângulo Mineiro: principais transformações nas últimas décadas. **Cadernos de Geografia**, Uberlândia, AGB: 1988.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RÉMY, Jean; VOYÉ, Liliane. **A cidade**: rumo a uma nova definição? 3ª edição. Porto: Edições Afrontamento, 2004.

RESENDE, Hélio Hilton. **Cem anos de Carmo do Arraial Novo**: história de Carmo do Paranaíba. Carmo do Paranaíba: Editora Brasil, 1992.

Revista Acaiaca, Belo Horizonte, p. 43-48. 1953 [1971].

RIBEIRO, Marconi Alvares. **Breve história do Brasil**. São Paulo: s.n.t. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/governantes.htm>>. Acessado em: 02/08/2012.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 10 ed. São Paulo: Contexto. 2003.

ROSA, Ernesto. **Sertão da Farinha Podre**: romance histórico dos primórdios. São Paulo: PAEd, 2011.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à Província de Goiás**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem às nascentes do rio São Francisco**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1937.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª edição. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5ª edição. São Paulo: EDUSP, 2005 [1993].

SANTOS, Milton. Crescimento nacional e nova rede urbana: o exemplo do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 29, p. 78-92, out./dez. 1967.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, Milton. **Ensaio sobre a urbanização latino-americana**. 2ª edição. São Paulo: EDUSP, 2010.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1979.

- SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**: ensaios. Petrópolis: Vozes. 1979.
- SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1988 [1997].
- SANTOS, Milton. **Metrópole corporativa fragmentada**: o caso de São Paulo. 2ª edição. São Paulo: EDUSP, 2009.
- SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2ª edição. São Paulo: EDUSP, 2004.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.
- SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade**: o caso de São Paulo. 2ª edição. São Paulo: EDUSP, 2009a.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: EDUSP, 2002.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 7ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- SILVA, Ana Rosa Clochet da. Da comunidade a nação. Regionalização do poder, localismo e construções identitárias em Minas Gerais (1821-1831). **Almanack brasileiro**, nº2, p. 43-63, nov. 2005.
- SILVA, Dalva Maria de Oliveira. **Memória**: lembrança e esquecimento. Trabalhadores nordestinos no Pontal do Triângulo Mineiro nas décadas de 1950 e 1960. 1997. 151f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1997.
- SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2008.
- SOARES, Beatriz Ribeiro et al. O setor terciário da cidade média: o caso da cidade de Uberlândia (MG). In: SANFELIU, Carmen Bellet; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Las ciudades medias o intermedidas en un mundo globalizado**. Lleida: UNESCO, 2009. p. 107-122.
- SOARES, Beatriz Ribeiro et al. Uberlândia (MG): leituras geográficas de uma cidade média em transição. In: ELIAS, Denise; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOARES, Beatriz Ribeiro (Org.). **Agentes econômicos e**

reestruturação urbana e regional: Tandil e Uberlândia. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 157-285.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Uberlândia: da Boca do Sertão à Cidade Jardim. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia: EDUFU, ano 9, nº18, Jul/Dez 1997a, p. 95-124.

SOARES, Beatriz Ribeiro. **Uberlândia:** da cidade jardim ao portal do cerrado – imagens e representações no Triângulo Mineiro. 1995. 366f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Urbanização no cerrado mineiro: o caso do Triângulo Mineiro. In: Silva, José Borzacchiello da; COSTA, Maria Célia Lustosa; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (Org.). **A cidade e o urbano:** temas para debates. Fortaleza: EUFC, 1997, p. 105-130.

SOARES, Beatriz Ribeiro. **Habitação e produção do espaço em Uberlândia.** 1988. 290f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1993.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 11, nº. 245, 2007. Disponível em: < <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24511.htm>>. Acessado em: 02/08/2012.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: _____ (Org.). **Cidades médias:** espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 233-253.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O chão em pedaços:** urbanização, economia e cidades do estado de São Paulo. 2004. 508f. Tese (Livre Docência em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Org.). **Cidade e campo:** relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: DAMINANI, Amélia Luísa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima (Org.). **O**

espaço no fim do século: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999. p. 83-99.

STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil:** o debate tradicional – 1500-1960. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil:** o debate na esquerda – 1960-1980. São Paulo: Expressão Popular, 2005a.

TURNER, Frederick Jackson. **The Significance of the Frontier in American History.** 2002 [American Historical Association, July 12, 1893]. Disponível em:
<<http://nationalhumanitiescenter.org/pds/gilded/empire/text1/turner.pdf>>
Acesso em: 02/08/2012.

UFU – Universidade Federal de Uberlândia. **Campus Pontal:** listagem de alunos por cidade e curso 2007-2013. 2013.

YOKOMIZO, Clando. **Produtores, atacadistas e a comercialização do arroz e milho no município de Ituiutaba.** Triângulo, Minas Gerais, 1965 e 1966. 1967. 113f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Escola de Pós-Graduação da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, Viçosa, 1967.

ZACCOLI, José Benedito. **2001 – Centenário de Ituiutaba.** Ituiutaba: EGIL, 2001.

Anexos

Anexo 1

Anexo 2

Anexo 3

Anexo 4

Algodão							
Ano	Cachoeira Dourada	Capinópolis	Gurinhata	Ipiacaçu	Ituiutaba	Santa Vitória	MRG
1920					7		7
1940					194		194
1950					1771	124	1895
1960		506			529	6	1041
1973	720	3300	720	750	5160	270	10920
1974	296	528	176	520	3631	148	5299
1975	786	1885	325	325	1380	780	5481
1976	325	2210	325	260	1690	585	5395
1977	480	3360	960	600	3600	600	9600
1978	270	2700	270	585	2250	18	6093
1979	240	2160	138	300	2160	24	5022
1980	700	3200	234	220	1092	20	5466
1981	1023	6377	255	426	1919	21	10021
1982	440	4682	161	528	614	53	6478
1983	1936	8712	176	1481	1760	0	14065
1984	2020	9123	347	3831	2244	49	17614
1985	3900	31941	475	3510	3925	153	43904
1986	3360	14175	256	3200	3040	128	24159
1987	1880	11750	240	2520	3440	569	20399
1988	1890	15540	120	4600	4700	600	27450
1989	2197	7875	18	2200	3080	720	16090
1990	2249	6748	9	1500	1799		12305
1991	3600	9720	16	1600	1800	357	17093
1992	3642	11203	27	1894	3150		19916
1993	3300	6480	45	2208	2835		14868
1994	4000	6480	18	2432	2880		15810
1995	3389	8934	211	3253	2588		18375
1996	4000	13206	296	4810	3240	240	25792
1997	4400	13200	45	3300	3345	336	24626
1998	2750	10800	72	3125	3400	624	20771
1999	3200	6000	72	2900	3600	674	16446
2000	2860	3720		1228	3220	864	11892
2001	2860	2600		1200	2500	1080	10240
2002	2640	3300		1953	2500	775	11168
2003	1755	2400		1050	2000	1283	8488
2004	337	1920		1403	2000	2660	8320
2005	1520	1920	27	1350	1530	1012	7359
2006		250			260		510
2007		270			351		621
2008							0
2009							0
2010		328			142		470

Cana-de-açúcar							
Ano	Cachoeira Dourada	Capinópolis	Gurinhata	Ipiaca	Ituiutaba	Santa Vitória	MRG
1920					5574		5574
1940					3526		3526
1950					1498	215	1713
1960		0			1222	238	1460
1973	833	1500	420		10500	3300	16553
1974	100	300	400	200	200	3300	4500
1975	1200	1800	3400	2200	4000	3400	16000
1976	1200	2000	3200	2400	4000	3200	16000
1977	120	160	200	160	800	0	1440
1978	100	0	350	350	2800	0	3600
1979	150	0	150	300	400	0	1000
1980	200	250	750	250	2500	250	4200
1981	210	280	910	280	3290	350	5320
1982	280	1050	5390	560	69090	18060	94430
1983	280	1260	1050	420	89880	700	93590
1984	0	0	12250	0	82810	18900	113960
1985	0	1260	12250	0	93310	18900	125720
1986	0	0	12250	0	93310	18900	124460
1987	0	0	12250	0	251580	18900	282730
1988	0	0	13650	0	251580	18900	284130
1989			12250		33250	18900	64400
1990			12250		28000	18900	59150
1991			2800		21000	5600	29400
1992			1400		21000	5600	28000
1993		1400	1400		21000	5600	29400
1994		1400	1400		24000	6000	32800
1995		1400	1400		28000	3500	34300
1996		1400	1663		28000	2800	33863
1997		1400	2100		31500	2800	37800
1998		1400	1400	1050	31500	2800	38150
1999		1400	1400	1050	35000	2800	41650
2000		1400	1400	1050	35000	2800	41650
2001			1400	1400	49000	4200	56000
2002		50000	1750	1400	52500	350	106000
2003		204300	1750	180	150000	350	356580
2004		550000	2000	156100	450000	350	1158450
2005	15000	489250	2400	178500	502500	350	1188000
2006	15000	574750	2400	542215	720000	350	1854715
2007	28500	795340	2800	512720	688500	87600	2115460
2008	40000	795340	2800	512720	1589500	620000	3560360
2009	40069	640000	255000	418403	2125000	1296000	4774472
2010	146080	718250	342000	285000	1680000	2069360	5240690

Milho							
Ano	Cachoeira Dourada	Capinópolis	Gurinhata	Ipiacu	Ituiutaba	Santa Vitória	MRG
1920					10447		10447
1940					18005		18005
1950					18990	3876	22866
1960		5157			15504	5152	25813
1973	6420	4240	9540	9224	9180	18440	57044
1974	5751	29390	11883	4500	20225	13500	85249
1975	6705	29950	12550	10400	24250	24750	108605
1976	7639	33250	20668	11907	33700	27636	134800
1977	7920	34927	21868	12000	37327	28038	142080
1978	6120	27280	17380	9360	29080	21340	110560
1979	11043	40202	21870	13230	39230	30361	155936
1980	8364	39305	9745	10557	27070	12183	107224
1981	6555	44175	11400	15675	28500	28500	134805
1982	7200	45000	27640	15000	20000	12000	126840
1983	3186	27540	7776	9000	15142	26208	88852
1984	5116	34713	13311	8456	24142	32103	117841
1985	4499	23598	8100	7000	22500	16940	82637
1986	6510	30034	7140	7644	19800	4410	75538
1987	9900	56100	4200	19800	31200	13250	134450
1988	6600	46200	3780	13120	27500	9450	106650
1989	8118	54000	1890	16000	33000	12000	125008
1990	7969	45269	900	15090	18712	8369	96309
1991	16112	50400	2310	7140	30000	13860	119822
1992	14840	52662	3150	8800	30800	13860	124112
1993	14700	67200	3150	10920	31200	14280	141450
1994	16785	58500	3450	10440	23780	17520	130475
1995	19083	73279	4500	13095	20243	13200	143400
1996	12000	42000	7011	12600	26600	15413	115624
1997	12000	42000	6250	14280	38000	16632	129162
1998	10760	34800	5400	10600	23800	8100	93460
1999	9820	34880	5040	12500	31200	6660	100100
2000	12220	30300	3500	12000	33600	6750	98370
2001	12825	36000	2736	7800	27360	12000	98721
2002	7770	9500	3375	8250	30000	14700	73595
2003	7620	6000	4186	5858	33600	15960	73224
2004	6120	9000	6080	8250	36000	16500	81950
2005	7200	21000	4655	11864	40800	16500	102019
2006	8800	18900	6650	4774	38400	9408	86932
2007	18825	30000	6650	4765	45000	4320	109560
2008	18700	28500	6878	5242	44000	4320	107640
2009	8250	14625	8232	5805	26000	4320	67232
2010	4769	12240	8400	3500	10000	2500	41409

Soja							
Ano	Cachoeira Dourada	Capinópolis	Gurinhata	Ipiaca	Ituiutaba	Santa Vitória	MRG
1920							0
1940							0
1950							0
1960							0
1973	44	1510	38	1581	6195	109	9477
1974	553	3010	225	686	3109	1315	8898
1975	906	3990	450	230	3750	900	10226
1976	930	3930	465	375	3780	861	10341
1977	504	2376	400	240	1920	600	6040
1978	531	2192	287	228	1265	506	5009
1979	954	3600	486	360	3600	1080	10080
1980	1800	5400	126	360	2700	90	10476
1981	108	4050	94	67	4050	67	8436
1982	0	5200	140	100	5012	148	10600
1983	221	1989	0	618	3318	0	6146
1984	751	4856	0	937	2812	0	9356
1985	2690	10670	0	1218	5040	0	19618
1986	3300	13200	0	792	7200	58	24550
1987	3740	10520	0	1600	6300	1088	23248
1988	2200	13200	100	2200	7600	160	25460
1989	3300	18900	140	1600	9120	320	33380
1990	3208	11227	98	1443	3007	315	19298
1991	3990	9540	360	1110	3750		18750
1992	3990	13538	360	1229	3700		22817
1993	7700	19090	300	840	3300	225	31455
1994	9450	15200	324	840	4680	378	30872
1995	13065	14550	437	1000	4500	473	34025
1996	8800	19200	457	308	5000	108	33873
1997	10500	18900	450	420	6600	100	36970
1998	8400	21000	180	3150	12000	405	45135
1999	7680	28080		4500	11000	54	51314
2000	8750	42900		7541	19200	324	78715
2001	5850	39600		12760	21000	1232	80442
2002	9900	67620		17640	31200	2292	128652
2003	12710	67080	435	23755	44100	10884	158964
2004	10035	49680	1080	15300	44000	9720	129815
2005	15000	51060	540	11456	34200	2160	114416
2006	9450	41000	3420	9194	15400	1080	79544
2007	23760	63000	100	5850	13500		106210
2008	19656	53125		4836	12500		90117
2009	15015	52800	506	6932	16250		91503
2010	18750	66262	180	11070	22000		118262

Arroz							
Ano	Cachoeira Dourada	Capinópolis	Gurinhata	Ipiaca	Ituiutaba	Santa Vitória	MRG
1920					1979,7		1979,7
1940					2304		2304
1950					44703	2383	47086
1960		5311			20398	6607	32316
1973	3000	4500	13534	13680	33960	11000	79674
1974	840	3000	8000	2000	18554	10358	42752
1975	3800	9800	15700	3200	21500	38600	92600
1976	2600	14040	27300	2860	41340	37700	125840
1977	250	600	2100	500	3226	2700	9376
1978	70	420	2450	315	3710	2800	9765
1979	95	570	3325	593	5178	3251	13012
1980	140	700	3498	740	11092	5476	21646
1981	74	185	1621	340	6295	2125	10640
1982	97	373	3285	710	10975	3422	18862
1983	48	597	2223	416	3929	4240	11453
1984	428	1271	2293	675	3254	2427	10348
1985	324	924	2800	2193	6433	993	13667
1986	564	1608	3990	1645	7165	1012	15984
1987	680	1400	3855	1902	8640	5047	21524
1988	368	1000	4315	2162	8350	1595	17790
1989	380	1180	2925	1830	5463	1856	13634
1990	1730	1000	1552	1368	3661	1740	11051
1991	2179	1750	2892	1301	5842	2244	16208
1992	2350	1750	3077	1275	4770	1971	15193
1993	1665	1772	3250	1275	4311	1698	13971
1994	1625	904	2825	1175	6179	2832	15540
1995	2125	904	3259	1500	6262	2845	16895
1996	700	894	742	1110	2138	793	6377
1997	700	348	1396	1170	2660	1242	7516
1998	625	432	2205	574	2730	402	6968
1999	14	672	1835	574	3190	390	6675
2000	19	435	951	575	1240	359	3579
2001	16		512	30	511	408	1477
2002	26		523	30	375	219	1173
2003	10		247		360	405	1022
2004	78		153		360	369	960
2005	72		200	15	200	294	781
2006	15		201		75	120	411
2007	40		174	6	75	120	415
2008	40		261	6	90	180	577
2009	22		218		63	12	315
2010	22		75		60	6	163

Fonte dos dados:

IBGE: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pam/default.asp?o=27&i=P>

IPEADATA: <http://www.ipeadata.gov.br/>